

3º CICLO

SOCIOLOGIA

# Recomposição do Território e Estruturação do Quotidiano no Grande Porto. Sociologia de um lugar de Ermesinde: Gandra (1950-2014)

Maria Inês Coelho

**D**

2017



**Maria Inês Rocha de Azevedo Vilar Coelho**

**Recomposição do Território e Estruturação do Quotidiano no  
Grande Porto. Sociologia de um lugar de Ermesinde: Gandra  
(1950-2014).**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia orientada pelo Professor Doutor  
José Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Janeiro de 2017

Projeto: “Recomposição do Território e Estruturação do Quotidiano  
no Grande Porto: o caso do Concelho de Valongo (1950-2011) -  
(ref.ª SFRH/BD/80297/2011)

Recomposição do Território e Estruturação do Quotidiano no  
Grande Porto. Sociologia de um lugar de Ermesinde: Gandra  
(1950-2014).

Maria Inês Rocha de Azevedo Vilar Coelho

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor  
José Virgílio Borges Pereira



## **Sumário**

**Agradecimentos**

**Resumo**

**Abstract**

<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>133</b>
--------------------------------	------------

<b>Figura 3.1 – A freguesia de Ermesinde e a sua envolvente (1948 e 1996) .....</b>	<b>133</b>
---	------------

<b>Figuras 3.2 e 3.3 – Época de conclusão dos edifícios e tipo de edifício - Lugar da Gandra (Ermesinde) -1951-2011 .....</b>	<b>141</b>
---	------------

<b>Figuras 3.4, 3.5 e 3.6 – Número de fogos e de pisos por edifício residencial e Número de divisões por fogo - Lugar da Gandra (Ermesinde) -1951-2011 .....</b>	<b>148</b>
--	------------

<b>Figuras 3.7 e 3.8 – Lugar da Gandra (Ermesinde) e Presença de estabelecimentos e/ou armazéns no edificado local -1951-2013.....</b>	<b>177</b>
--	------------

<b>Figuras 3.9 e 3.10 -Estabelecimentos comerciais - Lugar da Gandra (Ermesinde) - 2014.</b>	<b>179</b>
--	------------

<b>Figura 3.11 – Rede pública de transporte rodoviário (STCP) - Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014.....</b>	<b>192</b>
---	------------

<b>Figuras 3.12 e 3.13 – Elementos de referência do Lugar da Gandra (Ermesinde) e sua envolvente e distribuição segundo o perfil de equipamento/serviço – 2013.....</b>	<b>201</b>
---	------------

<b>Figura 4.1 – A freguesia de Ermesinde e a sua envolvente (1972).....</b>	<b>248</b>
---	------------

<b>Figura 4.2 – Distribuição dos alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, pelo proprietário ocupante e dos alojamentos arrendados, no lugar da Gandra (Ermesinde) e sua envolvente - (2011) .....</b>	<b>251</b>
--	------------

## **Índice de Imagens..... 127**

<b>A.1</b> - Imagem da Fábrica de Cerâmica de Ermesinde.....	127
<b>A.2</b> - Bilhete-postal “Filhas do Leça” (Ermezinde) .....	130
<b>A.3, A.4 e A.5</b> - Imagens da antiga estação de caminho-de-ferro de Ermesinde e dos elétricos em circulação.....	136
<b>A.6, A.7, A.8 e A.9</b> - Imagens da atual estação de caminho-de-ferro de Ermesinde e do seu largo (em frente: a paragem principal de autocarros).....	137
<b>A.10</b> - Postal alusivo a Ermesinde (princípio do século XX) .....	142
<b>A.11</b> - Edificado local promovido pela ferrovia (anterior a Agosto de 1951) .....	145
<b>A.12</b> - Edificado de matriz rural (anos 30 e 40 do século XX).....	145
<b>A.13</b> - Edificado decorrente das iniciativas locais de paternalismo industrial (anos 50 e 60 do século XX).....	146
<b>A.14</b> - Edificado local resultante das ações de cooperativas da habitação e de construção (anos 60 do século XX).....	146
<b>A.15 e A.16</b> - Edifício bifamiliar e multifamiliar (década de 60, século XX) .....	149
<b>A.17, A.18 e A.19</b> - Edifícios multifamiliares e bifamiliar (década de 70, século XX) .....	149
<b>A.20, A.21 e A.22</b> - Edifícios multifamiliares e bifamiliar (década de 80, século XX) .....	150
<b>A.23 e A.24</b> - Edifícios unifamiliares e multifamiliares (década de 90, século XX).....	150
<b>A.25 e A.26</b> - Edifícios bifamiliares e multifamiliares (anos 2000) .....	150
<b>A.27</b> - Imagem do Jornal “A Voz de Ermesinde” .....	165
<b>A.28 e A.29</b> - Vista parcial do lugar da Gandra (Ermesinde) em finais dos anos 1980.....	166
<b>A.30</b> - Imagens da Rua de Cabo Verde (em obras) no final dos anos 80.....	170
<b>A.31 e A.32</b> - Imagens do <i>Maia Shopping</i> (Lugar de Ardegães, Maia) e do <i>Pingo Doce</i> (Lugar da Gandra, Ermesinde). .....	183
<b>A.33 e A.34</b> - Imagens do antigo elétrico nº9 (junto ao largo da estação de caminho-de-ferro) e da atual paragem principal autocarros .....	191
<b>A.35</b> - Casa do Povo de Ermesinde (CD) /Antigas instalações da Segurança Social .....	204
<b>A.36, A.37 e A.38</b> - Escola EB1/JI da Gandra .....	211
<b>A.39</b> - Centro de Dia da Associação Promoção Social e Cultural de Ermesinde. ....	214
<b>A.40 e A.41</b> - Sede da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia .	219
<b>A.42 e A.43</b> - Sede da Associação Desportiva e Recreativa da Gandra e <i>logo</i> da respetiva associação.....	222

**Índice de Quadros .....27**

**Quadro 2.1** – População residente (nº) e variação da população residente (%) em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) .....27

**Quadro 2.2** – Taxas de crescimento efetivo e migratório em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) .....30

**Quadro 2.3** – Fluxos migratórios em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1973-1989) - (%).....33

**Quadro 2.4** – Fluxos migratórios em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1995-2009) - (%).....34

**Quadro 2.5** – Taxa bruta de natalidade, de mortalidade e de crescimento natural em Portugal, no Norte, na AMP, no G. Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) ....35

**Quadro 2.6** – Número e dimensão média das famílias em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) .....40

**Quadro 2.7** – Densidade Populacional e População Residente segundo a Dimensão dos Lugares e Sexo em Portugal, no Norte, no Grande Porto (e respetivos concelhos) - (1950-2011) - (%) .....45

**Quadro 2.8** – Taxa de mobilidade pendular e de localização da população ativa com profissão e da população estudantil no Grande Porto -1981-2011- (%) .....48

**Quadro 2.9** – População ativa com profissão no Grande Porto que trabalha fora do concelho de residência segundo o local de trabalho - (1981-2011) - (%) .....52

**Quadro 2.10** – Variação dos alojamentos e evolução do seu perfil em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....56

**Quadro 2.11** – Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a época de construção dos edifícios em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%).....60

**Quadro 2.12** – Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a entidade proprietária e a existência de encargos por compra e Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, arrendados segundo a época de arrendamento em Portugal, no Norte, na Área Metropolitana do Porto e no Grande Porto (e concelhos) - (1981- 2011) - (%). .....62

**Quadro 2.13** – Variação da população ativa (%) e taxas de atividade em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) - (%) .....67

<b>Quadro 2.14</b> – Taxa de emprego (15 e mais anos) segundo o sexo em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%).....	70
<b>Quadro 2.15</b> – Taxa de desemprego segundo o sexo em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) .....	72
<b>Quadro 2.16</b> – População ativa com profissão segundo o setor de atividade – Primário – em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) .....	74
<b>Quadro 2.17</b> – População ativa com profissão segundo o setor de atividade – Secundário – em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) .....	76
<b>Quadro 2.18</b> – População ativa com profissão segundo os principais ramos do setor de atividade – Secundário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%).....	80
<b>Quadro 2.19</b> – População ativa com profissão segundo o setor de atividade – Terciário – em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) – (%).....	83
<b>Quadro 2.20</b> – Frações de classe dos ativos com profissão em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (2001-2011) - (%) .....	89
<b>Quadro 2.21</b> – População residente segundo o grau de instrução elementar, intermédio e superior em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) - (%).....	93
<b>Quadro 2.22</b> – Privação Cultural Extrema da população em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) - (%).....	97
<b>Quadro 2.23</b> – Taxa de conclusão da escolaridade de 9 e 12 anos e Taxa de realização de estudos de nível superior em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....	98
<b>Quadro 2.24</b> – Taxas de abandono escolar, de saída antecipada e precoce do sistema de ensino em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....	101
<b>Quadro 2.25</b> – Resultados das Eleições Legislativas (partidos mais votados) em Portugal, na AMP e no Grande Porto (1975-2009) - (%) .....	106

<b>Quadro 2.26</b> – Resultados das Eleições Legislativas (partidos mais votados) no concelho de Valongo (1975-2009) - (%) .....	110
<b>Quadro 2.27</b> – População residente segundo a religião em Portugal, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-1960) - (%).....	113
<b>Quadro 2.28</b> – População residente segundo a religião em Portugal, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1981-2011) - (%).....	117
<b>Quadro 3.1</b> – Localidade dos requerentes associados aos processos de obras - Lugar da Gandra (Ermesinde) - (1951-2011) – (%) .....	158
<b>Quadro 3.2</b> – Estrutura etária e Composição Familiar da população residente no Lugar da Gandra (Ermesinde) - (2011) .....	173
<b>Quadro 3.3</b> – Indicadores de atividade económica e Padrões de mobilidade e de escolarização no Lugar da Gandra (Ermesinde) - (2011) .....	174
<b>Quadro 4.1</b> – Sociografia Geral dos elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde) .....	229
<b>Quadro 4.2</b> – Níveis de escolaridade dos elementos dos grupos domésticos e dos respetivos pais (Lugar da Gandra - Ermesinde) .....	232
<b>Quadro 4.3</b> – Níveis de escolaridade dos elementos dos grupos domésticos segundo os grupos etários (Lugar da Gandra - Ermesinde) .....	233
<b>Quadro 4.4</b> – Informação da estrutura produtiva (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	234
<b>Quadro 4.5</b> – Inserção profissional dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	236
<b>Quadro 4.6</b> – Informação sobre a situação na profissão – elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	237
<b>Quadro 4.7</b> – Frações de classe dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo e Lugares de classe dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde) .....	238
<b>Quadro 4.8</b> – Origem de classe dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	240
<b>Quadro 4.9</b> – Mobilidade social intergeracional dos elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	241
<b>Quadro 4.10</b> – Situação residencial atual dos grupos domésticos (tempo de residência e regime de propriedade das habitações (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	244

<b>Quadro 4.11</b> – Situação residencial (atual) por grupo doméstico – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 .....	245
<b>Quadro 4.12</b> – Situação residencial atual dos grupos domésticos, características do edificado e elementos sobre as habitações - (Lugar da Gandra - Ermesinde).....	247
<b>Quadro 4.13</b> – Área habitável do fogo/habitação segundo a época de construção do edifício - Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 – (nº/%) .....	249
<b>Quadro 4.14</b> – Regime de propriedade da atual habitação dos grupos domésticos segundo os lugares de classe - Lugar da Gandra (Ermesinde).....	253
<b>Quadro 5.1</b> – Principal meio utilizado no suporte do custo da habitação e outros meios de apoio (Lugar da Gandra - Ermesinde) - 2014.....	289
<b>Quadro 5.2</b> – Descrição do Perfil de Promotores (Lugar da Gandra - Ermesinde) - 2014.	331
<b>Quadro 5.3</b> – Localidade dos promotores de habitação (Lugar da Gandra - Ermesinde) - 2014 .....	333

**Índice de Caixas de texto ..... 127**

**Caixa de texto nº1.** - As unidades fabris de referência e alguns dos ofícios tradicionais locais ..... 127

**Caixa de texto nº2.** - Breves notas descritivas a propósito da matriz agro-rural/florestal de Ermesinde até à primeira metade do século XX ..... 129

**Caixa de texto nº3.** - O papel dos transportes (e das redes viárias) na orientação do desenho da mancha urbana do território..... 135

**Caixa de texto nº4.** - O processo de abertura à especulação fundiária e imobiliária no lugar da Gandra (Ermesinde) ..... 142

**Caixa de texto nº5.** - A perda dos marcos ruralizantes do território num contexto de densificação habitacional (e os seus primeiros efeitos sociais)..... 152

**Caixa de texto nº6.** - «O lugar da Gandra: como era e como é.» Considerações sobre a expansão do espaço construído I..... 161

**Caixa de texto nº7.** - «Pôs-se muito cimento e pouca verdura.» Considerações sobre a expansão do espaço construído II..... 166

**Caixa de texto nº8.** - A afirmação crescente dos centros comerciais na periferia do centro do Porto: o caso do Maia Shopping ..... 183

**Caixa de texto nº9.** - Notas acerca da evolução da rede de transportes públicos na cidade do Porto e seus arredores (o caso de Ermesinde) ..... 190

**Caixa de texto nº10.** - «Casas, sempre teve. Sempre se arranjou casa aqui na Gandra.» A descentralização da habitação arrendada na periferia do Grande Porto e as transformações locais mais recentes ..... 282

**Caixa de texto nº11.** - «Não é o que incentivavam, na altura?» O movimento de generalização progressiva do acesso à propriedade através do crédito..... 286

## **Introdução**

### **Capítulo I – Classes Sociais, Estilos de Vida e Território..... 7**

#### **1. Introdução ..... 7**

##### **1.1. Objetivos gerais do trabalho, estratégia metodológica e síntese teórica ..... 7**

##### **1.1.1. O território (urbano) e as suas recomposições ..... 7**

##### **1.1.2. *Habitat* e alojamento, classes e estilos de vida ..... 14**

### **Capítulo II - Recomposição socio-territorial no Grande Porto e no concelho de Valongo: breves elementos sobre as transformações em curso desde a segunda metade do século XX até à atualidade. .... 23**

#### **2. Introdução ..... 23**

##### **2.1. Principal procedimento técnico de pesquisa ..... 26**

##### **2.2. Demografia, Modalidades de Ocupação do Território e Habitação..... 26**

##### **2.2.1. Demografia..... 26**

##### **2.2.1.1 A forte dinâmica populacional dos concelhos periféricos da região: principais tendências do crescimento efetivo e migratório. .... 26**

##### **2.2.1.2. Um quadro regional de quebra do crescimento natural, da natalidade e da mortalidade mas com dissemelhanças territoriais. .... 36**

##### **2.2.1.3. A afirmação acelerada do “envelhecimento de base” no Grande Porto, em especial no concelho portuense. .... 37**

##### **2.2.1.4. A contração da dimensão das famílias e o peso dos núcleos familiares mais reduzidos no plano regional (variações inter-concelhias)..... 39**

##### **2.2.1.5. Recomposições das práticas e valores da vida familiar na região: efeitos na nupcialidade e divorcialidade. .... 42**

##### **2.2.2. Modalidades de Ocupação do Território ..... 44**

##### **2.2.2.1. O processo de (sub)urbanização na região e os movimentos mais marcantes na distribuição espacial da sua população residente. .... 44**

##### **2.2.2.2. O Grande Porto enquanto espaço de forte atratividade interna e de relativa dinâmica externa: especificidades da distribuição pendular da população empregada. .... 48**



<b>2.2.3. Habitação .....</b>	<b>53</b>
2.2.3.1. O processo de expansão dos alojamentos (e suas características) na região e a funcionalidade residencial dos concelhos periféricos. ....	53
2.2.3.2. O cenário de descentralização residencial a partir da cidade do Porto e a generalização progressiva do acesso à propriedade na periferia. ....	61
<b>2.3. Atividade Económica e Educação .....</b>	<b>65</b>
<b>2.3.1. Atividade Económica, Emprego e Desemprego.....</b>	<b>66</b>
2.3.1.1. Traços da população ativa nos concelhos da coroa envolvente mais próxima do centro do Porto. ....	66
2.3.1.2. O panorama de assinalável agravamento do desemprego na região. ....	70
2.3.1.3. O drástico abandono da atividade agrícola e sua desigual expressão no Grande Porto. ....	74
2.3.1.4. A tendência prolongada no tempo (ainda que em declínio) da periferização espacial do emprego industrial na região. ....	75
2.3.1.5. O movimento dominante da terciarização da atividade económica da região, apoiado e centralizado na cidade do Porto. ....	82
2.3.1.6. Estruturação das frações de classe no Grande Porto: clivagens (intra e inter) territoriais. ....	85
<b>2.3.2. Educação .....</b>	<b>90</b>
2.3.2.1. O lento e desigual acesso à instrução no Grande Porto. ....	90
2.3.2.2. O recuo generalizado dos índices de destituição escolar no território. ....	94
2.3.2.3. O significado da expansão da escolaridade (pós) obrigatória na região. ....	98
2.3.2.4. Contrastes territoriais nos níveis de resistência à escolarização. ....	99
<b>2.4. Comportamento Eleitoral e Prática Religiosa .....</b>	<b>103</b>
<b>2.4.1. Comportamento Eleitoral.....</b>	<b>103</b>
2.4.1.1. Contornos da repartição do voto local nas eleições legislativas. ....	103
<b>2.4.2. Prática Religiosa .....</b>	<b>113</b>
2.4.2.1. A perda da densidade da religião num contexto regional ainda marcado pela resistência à secularização. ....	113
<b>2.5. Notas conclusivas.....</b>	<b>119</b>

<b>Capítulo III - Expansão (sub)urbana e transformações socio-habitacionais no concelho de Valongo: o caso da freguesia de Ermesinde. ....</b>	<b>123</b>
3. Introdução .....	123
3.1. Etapas preliminares do “trabalho de terreno” .....	123
<b>3.2. O caso de Ermesinde no contexto dos processos de expansão (sub)urbana e de densificação habitacional da região do Grande Porto. ....</b>	<b>125</b>
3.2.1. O impulso da explosão urbana dos finais do século XIX.....	125
3.2.2. A segunda metade do século XX como ponto de viragem .....	131
<b>3.3. Fatores de natureza analítica e metodológica no processo de escolha do observatório socio-territorial de análise .....</b>	<b>137</b>
<b>3.4. Transformações socio-habitacionais num contexto residencial do núcleo da coroa (sub)urbana da cidade do Porto: o lugar da Gandra (Ermesinde) (1950-2013). ....</b>	<b>140</b>
3.4.1. Efeitos socio-territoriais da expansão do edificado local.....	140
3.4.2. Tipo de edificado local produzido.....	144
3.4.3. Perfil dos promotores de habitação local .....	151
<b>3.5. Sobre a (re)composição social e económica do lugar .....</b>	<b>171</b>
3.5.1. Notas acerca da sua recente composição social (1ª década de 2000).....	172
3.5.2. Atividade económica local (e suas transformações ao longo do tempo) .....	175
3.5.3. Rede de transportes/acessibilidades implementada (e os seus efeitos) .....	188
<b>3.6. Transformações no tecido institucional local.....</b>	<b>199</b>
<b>3.6.1. Elementos locais de referência .....</b>	<b>199</b>
<b>3.6.2. A resposta local do Estado num território em transformação. ....</b>	<b>202</b>
3.6.2.1. Casa do Povo de Ermesinde (1941) – O crescente apoio face às necessidades da freguesia. ....	203
3.6.2.2. EB1-JI da Gandra (1978) - Mudanças no lugar, mudanças na escola.....	208
3.6.2.3. Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde/Centro de Dia (1986) – O reconhecimento da tendência local de envelhecimento populacional. ....	213

<b>3.6.3. Mudanças no quadro social local: o lugar das coletividades na atualidade. ....</b>	<b>215</b>
3.6.3.1. União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (1965) - Os tempos áureos da coletividade. ....	216
3.6.3.2. Associação Desportiva e Recreativa da Gandra (1973) - O progressivo “desapego” ao lugar e ao associativismo local. ....	219
<b>3.7. Notas conclusivas.....</b>	<b>224</b>

<b>Capítulo IV - O acesso ao alojamento e a inserção residencial num contexto habitacional da freguesia de Ermesinde: o lugar da Gandra (1969-2014). ....</b>	<b>225</b>
<b>4. Introdução .....</b>	<b>225</b>

<b>4.1. Elementos sobre a fase de inquirição e o processo de “aproximação” aos grupos domésticos .....</b>	<b>225</b>
--	------------

<b>4.2. Um olhar exploratório sobre os grupos domésticos inquiridos.....</b>	<b>227</b>
4.2.1. Sociografia geral.....	228
4.2.2. Níveis de escolaridade.....	231
4.2.3. Lugares de classe e trajetória profissional.....	234
4.2.4. Origem de classe .....	240

<b>4.3. Situação habitacional atual e trajetória da inserção residencial dos grupos domésticos inquiridos.....</b>	<b>242</b>
--	------------

<b>4.3.1. Um panorama geral sobre a atual situação habitacional local e as características das habitações .....</b>	<b>242</b>
---	------------

4.3.1.1. Tempo de residência na atual habitação.....	243
4.3.1.2. Características predominantes do edificado .....	247
4.3.1.3. Regime de propriedade das habitações .....	250

<b>4.3.2. Trajetórias de inserção no lugar e modalidades de relação com o território .....</b>	<b>254</b>
--	------------

4.3.2.1. Os laços estreitos da <i>burguesia proprietária e dirigente</i> com a propriedade e a ancoragem identitária ao território. ....	255
--	-----

4.3.2.2. A relevância do Grande Porto para a <i>pequena burguesia local</i> : percursos (diversificados) feitos à custa da mobilidade, da escola, do trabalho e da família. ....	258
4.3.2.3. A forte limitação das fronteiras socio-territoriais e o consequente ajuste habitacional do <i>operariado local</i> .....	272
<b>4.4. Alojamento, Família e Trabalho: notas (interpretativas) de síntese .....</b>	<b>276</b>

<b>Capítulo V - As (re)configurações das posições residenciais dos grupos domésticos, num quadro geral de transformação na relação com a habitação, e a importância das relações locais no lugar da Gandra (1969-2014). ....</b>	<b>279</b>
<b>5. Introdução.....</b>	<b>279</b>

<b>5.1. Transformações no mercado habitacional português e as suas consequências ao nível regional e local. ....</b>	<b>280</b>
5.1.1. O declínio progressivo do regime de arrendamento privado da habitação e a difusão do acesso à propriedade.....	280
5.1.2. O custo da habitação e a diversidade de meios utilizados.....	289

<b>5.2. Condições objetivas (distintas) de acesso ao alojamento e breves aspetos da avaliação residencial .....</b>	<b>290</b>
---	------------

<b>5.2.1. O acompanhamento “próximo” e qualificado do projeto residencial da <i>burguesia dirigente e proprietária local</i>. ....</b>	<b>291</b>
--	------------

<b>5.2.2. Modalidades de acesso à propriedade entre a <i>pequena burguesia local</i>. ....</b>	<b>293</b>
5.2.2.1. À procura de um percurso residencial mais qualificado: os investimentos feitos pela <i>pequena burguesia intelectual e científica</i> . ....	295
5.2.2.2. Os contornos de acesso à propriedade entre a <i>pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio</i> : da “edificação” do projeto residencial, à amortização da dívida bancária, até à manutenção “resistente” do arrendamento. ....	299
5.2.2.3. A compra (prudente) da habitação: escolha “forçada” ou aspiração residencial? Os casos da <i>pequena burguesia independente e proprietária</i> e da <i>pequena burguesia e proprietária e assalariada</i> . ....	308

5.2.2.4. O difícil (e tardio) compromisso com a propriedade habitacional e o significado desigual do regime de arrendamento para a <i>pequena burguesia de execução</i> . ....	316
--	-----

<b>5.2.3. As profundas readaptações (económicas e afetivas) em torno do espaço <i>casa</i> por parte do <i>operariado local</i>.</b> .....	<b>323</b>
--	------------

<b>5.2.4. Notas conclusivas</b> .....	<b>328</b>
---------------------------------------	------------

<b>5.3. Condições socio-locais para o enraizamento dos grupos domésticos no lugar: o múltiplo significado da rede de relações</b> .....	<b>329</b>
---	------------

<b>5.3.1. O perfil da oferta de habitação e a importância da rede de apoio familiar no seu acesso.</b> .....	<b>329</b>
--	------------

5.3.1.1. Alguns elementos sobre a promoção habitacional do lugar .....	330
--	-----

5.3.1.2. As relações de “familiaridade” no “campo da produção imobiliária” local e a interferência das redes de sociabilidade .....	336
---	-----

5.3.1.3. Família e Alojamento: os laços de troca e entreajuda familiar .....	340
--	-----

<b>5.4. Família, Alojamento, Trabalho e Estilos de vida</b> .....	<b>348</b>
---	------------

5.4.1. Quotidiano e Estilos de vida: breves notas .....	349
---	-----

5.4.2. Recomposições no trabalho, na família e na escola: retratos do quotidiano.....	356
---	-----

5.4.2.1. As (difíceis) vivências do desemprego.....	357
---	-----

5.4.2.2. Nos trilhos da solidão, da violência e do isolamento .....	367
---	-----

<b>5.5. Família, Alojamento e o “quarteirão”: o quadro geral das sociabilidades locais</b> .	<b>371</b>
--	------------

5.5.1. As relações de bairro: a importância do interconhecimento e da afinidade local .....	371
---	-----

5.5.2. As tensas relações de vizinhança: modos de diferenciação perante a “desqualificação do lugar”.....	373
---	-----

<b>5.6. Notas Finais</b> .....	<b>380</b>
--------------------------------	------------

## **Conclusão**

## **Bibliografia**

**Índice de Anexos.....i**

<b>A-2.1.</b> Lista de indicadores estatísticos mobilizados .....	i
<b>A-2.2.</b> Evolução da Taxa de fecundidade em Portugal, no Norte, na AMP e no Grande Porto - (1950-2011) - (‰) .....	iv
<b>A-2.3.</b> Taxa de mortalidade infantil em Portugal, no Norte, na AMP e no Grande Porto - (1950-2011) - (‰).....	iv
<b>A-2.4.</b> Peso da população jovem, adulta e idosa no total da população residente em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) .....	v
<b>A-2.5.</b> Índice de Envelhecimento em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%).....	vi
<b>A-2.6.</b> Dimensão média das famílias clássicas (desagregação) em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....	vi
<b>A-2.7.</b> Taxas brutas de nupcialidade e de divorcialidade em Portugal, no Norte, na AMP e no Grande Porto - (1950-2011) - (‰) .....	vii
<b>A-2.8.</b> Evolução da proporção de casamentos católicos em Portugal, no Norte, na AMP e no Grande Porto - (1950-2011) - (%) .....	vii
<b>A-2.9.</b> População Residente segundo a Dimensão dos Lugares e Sexo no concelho de Valongo e respetivas freguesias – 1981-2011 - (%) .....	viii
<b>A-2.10.</b> Taxa de mobilidade pendular e de localização da população ativa com profissão no concelho de Valongo e Pop. Ativa com profissão que trabalha fora do concelho de residência segundo o local de trabalho – 2011 (%).....	viii
<b>A-2.11.</b> Pop. Ativa com profissão que trabalha fora do concelho de residência segundo o local de trabalho (desagregação segundo regiões mais representativas) – 2011 (%) .....	ix
<b>A-2.12.</b> Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo o tipo de instalações (eletricidade, saneamento e abastecimento de água) em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....	xi
<b>A-2.13.</b> Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, segundo o nº de divisões em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1981-2011) - (%) .....	xiii

<b>A-2.14.</b> Principais indicadores de ocupação em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1991-2011) - (%) .....	xiv
<b>A-2.15.</b> Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a entidade proprietária em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%).....	xv
<b>A-2.16.</b> Alojamentos clássicos arrendados, ocupados como residência habitual, segundo os escalões de renda em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....	xvi
<b>A-2.17.</b> Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, pelo proprietário segundo a existência de encargos por compra (escalões de encargos) em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%) .....	xvii
<b>A-2.18.</b> População ativa segundo o sexo em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%).....	xviii
<b>A-2.19.</b> População ativa segundo o nível instrução em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1991-2011) – (%).....	xix
<b>A-2.20.</b> Índices de juventude e de renovação da população em idade ativa em Portugal, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%).....	xx
<b>A-2.21.</b> Taxa de desemprego segundo o sexo em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto e em Valongo - (2012-2014) - (%) .....	xxi
<b>A-2.22.</b> População desempregada segundo o tipo de procura de emprego em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) – (%) .....	xxi
<b>A-2.23.</b> População desempregada segundo o nível de instrução em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1991-2011) – (%).....	xxii
<b>A-2.24.</b> População ativa com profissão segundo os ramos do sector de atividade – Secundário - no concelho de Valongo e respetivas freguesias - (2001-2011) – (%) .....	xxiii
<b>A-2.25.</b> População ativa com profissão segundo os ramos do sector de atividade – Terciário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (2001-2011) – (%).....	xxiv
<b>A-2.26.</b> População ativa com profissão segundo o grupo profissional em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1960-2011) - (%) .....	xxvi
<b>A-2.27.</b> População ativa com profissão segundo a situação na profissão em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1950-2011) - (%) .....	xxviii

<b>A-2.28.</b> Taxas de escolarização (1º ciclo – ensino superior) em Portugal, no Norte, na Área Metropolitana do Porto e no Grande Porto (e concelhos) (1981-2011) - (%).....	xxix
<b>A-2.29.</b> Taxas de escolarização (1º ciclo – ensino superior) segundo o sexo no concelho de Valongo e respetivas freguesias (1991-2011) - (%).....	xxx
<b>A-2.30.</b> Abstenção nas Eleições Legislativas em Portugal, no Grande Porto e (respetivos concelhos) - (1975-2009) - (%).....	xxxix
<b>A-2.31.</b> Resultados das Eleições Autárquicas (partidos mais votados) no concelho de Valongo e respetivas freguesias (1976-2009) - (%) .....	xxxix
<b>A-2.32.</b> Resultados das Eleições Autárquicas (partidos mais votados) em Portugal, no Grande Porto (e respetivos concelhos) (1976-2009) - (%) .....	xxxix
<b>A-3.1.</b> Quadro Síntese - Inventário de informação local consultada.....	xxxix
<b>A-3.2.</b> Lista de periódicos consultados .....	xl
<b>A-3.3.</b> Guião de observação direta .....	1
<b>A-3.4.</b> Guião de Entrevista Exploratória – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico - CMVLG .....	li
<b>A-3.5.</b> Guião de Entrevista Exploratória – Tecido Associativo/Equipamentos Locais .....	lii
<b>A-3.6.</b> Épocas de pedido de licenciamento de obra e de conclusão de edifício – Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) .....	liii
<b>A-3.7.</b> Época de conclusão dos edifícios segundo o arruamento – Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) .....	liii
<b>A-3.8.</b> Tipo de edifício (em geral) segundo o arruamento - Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) – (%).....	lvii
<b>A-3.9.</b> Tipo de edifício (em detalhe) segundo o arruamento - Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) – (%).....	lxi
<b>A-3.10.</b> Número de fogos (e respetivas divisões) segundo o arruamento - Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) – (%).....	lxix
<b>A-3.11.</b> Número de fogos (e respetivas divisões) por tipo de edifício segundo o arruamento – Lugar da Gandra (Ermesinde) – (1951-2011) .....	lxxii
<b>A-4.1.</b> Guião de entrevista em profundidade .....	lxxiii
<b>A-4.2.</b> Naturalidade dos pais dos elementos dos grupos domésticos – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 .....	lxxxi



<b>FA-4.</b> Distribuição dos alojamentos clássicos o segundo o período de construção, no lugar da Gandra (Ermesinde) e sua envolvente - (2011).....	lxxiii
<b>A-4.3.</b> Área habitável do fogo/habitação segundo a época de construção do edifício – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 – (nº/%) .....	lxxxiv
<b>A-4.4.</b> Área habitável do fogo/habitação segundo a época de construção e o tipo de edifício – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 – (nº) .....	lxxxiv
<b>A-4.5.</b> Área habitável do fogo/habitação segundo a época de construção e o tipo de edifício – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 – (%) .....	lxxxv
<b>A-5.1.</b> Década de entrada dos elementos dos grupos domésticos no Lugar da Gandra (Ermesinde) .....	lxxxvi
<b>A-5.2.</b> Situação residencial (atual) por grupo doméstico e principais meios de acesso e de financiamento utilizados no acesso à habitação – Gandra (Ermesinde) - 2014 .....	lxxxvii
<b>A-5.3.</b> Perfil dos promotores segundo a tipologia e a época de conclusão do edificado – Gandra (Ermesinde) - 2014 .....	xc
<b>A-5.4.</b> Perfil dos promotores segundo a localidade – Gandra (Ermesinde) - 2014 .....	xc

**Índice de Apêndices ..... xcii**

<b>APa-1.</b> Notas sobre o comportamento regional e local das taxas de natalidade e mortalidade .....	xcii
<b>APa-2.</b> Uma visão global sobre as principais infraestruturas e as características dos alojamentos clássicos de residência habitual na região (e em Valongo).....	xciii
<b>APa-3.</b> Níveis de ocupação dos alojamentos no Grande Porto (e em Valongo) .....	xciv
<b>APa-4.</b> Dados sobre os encargos com os alojamentos arrendados na região (e em Valongo) .....	xcvi
<b>APa-5.</b> Dados sobre os encargos com a aquisição de habitação própria na região (e em Valongo) .....	xcvii
<b>APa-6.</b> Elementos sobre a feminização do mercado de trabalho no Grande Porto (e em Valongo).....	xcviii
<b>APa-7.</b> O envelhecimento da população ativa da região .....	xcix
<b>APa-8.</b> Evolução do desemprego no concelho de Valongo .....	xcix
<b>APa-9.</b> Processos de estruturação das ocupações socioprofissionais na Grande Porto (e em Valongo) .....	c
<b>APa-10.</b> Evolução dos perfis da situação na profissão da população empregada da região e do concelho de Valongo .....	cv
<b>APa-11.</b> Assimetrias territoriais dos índices de privação cultural extrema e de analfabetismo da região .....	cvi
<b>APa-12.</b> Níveis de escolarização da população em idade escolar no Grande Porto e em Valongo .....	cvii

## **Agradecimentos**

Fruto de um forte investimento pessoal ao longo de quase cinco anos de investigação, o trabalho que agora apresentamos dificilmente pode deixar de ser equacionado como um reflexo de um contributo alargado de diversos intervenientes e instituições, cujo apoio, desde a sua fase ainda embrionária até à sua conclusão, foi sendo imprescindível para a concretização de vários dos nossos propósitos.

O primeiro reconhecimento é dirigido à Fundação para a Ciência e Tecnologia que, através da concessão de uma bolsa de doutoramento com uma duração de quarenta e oito meses (ref.<sup>a</sup> SFRH/BD/80297/2011)<sup>1</sup>, contribuiu de forma muito decisiva para a dedicação e execução do presente trabalho.

Os nossos agradecimentos são também extensíveis à Delegação Regional do Norte do Instituto Nacional de Estatística e aos seus funcionários pela disponibilidade que foram demonstrando na resposta a questões relacionadas com a obtenção de dados e utilização de informação estatística e pelos esclarecimentos sempre céleres e cuidadosos. De forma sistemática, a sua colaboração na fase inicial de recolha e tratamento dos dados foi muito importante.

Um necessário reconhecimento deve ser também feito aos membros da redação do Jornal “A Voz de Ermesinde”, Luís Chambel e Miguel Barros, pelo modo como se mostraram disponíveis para me oferecer as melhores condições de consulta dos vários periódicos na sua pequena sede. Atendendo aos constrangimentos a que a imprensa local está sujeita na atualidade, a sua preocupação e cuidado em fornecer um retrato acerca da evolução do jornal e do panorama institucional local da freguesia de Ermesinde foi, igualmente, muito relevante para uma melhor compreensão dos moldes de transformação do território.

Agradeço, identicamente, aos responsáveis do Arquivo Municipal de Valongo, muito em especial ao Dr. Paulo Moreira, pelo auxílio que demonstrou na procura (nem sempre fácil) de informação relativa à freguesia de Ermesinde, e em concreto sobre o lugar da Gandra, nos fundos documentais de natureza pública desta instituição. Graças a

---

<sup>1</sup> Financiada com verbas do POPH/QREN – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipadas pelo Fundo Social Europeu, e fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.

uma certa persistência, foi possível encontrar alguma informação pertinente para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre a freguesia.

De resto, é justo, a este propósito, reconhecer o apoio do Município de Valongo ao desenvolvimento da investigação, designadamente por toda colaboração que foi sendo dada no processo de recolha de informação urbanística.

Encontrei esse apoio, logo numa primeira fase, no Sr. Santos, que me forneceu material muito específico e me orientou no SGI do município e, posteriormente, no Arquiteto Miguel Pinto, responsável do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

Não esqueço ainda, é claro, a decisiva ajuda dos funcionários da Secção de Apoio Administrativo deste Departamento em Ermesinde – a D. Rosa Maria Oliveira, chefe de secção, a D. Ana Paula Rocha e o senhor José Rebelo. Guardo muito boas recordações dos mais de três meses passados nesta secção e dos momentos de convívio que tive oportunidade de partilhar com eles, apesar da estranheza com que fui encarada logo nos primeiros dias do intenso trabalho de consulta dos processos de obras (de particulares). O carácter inédito da minha presença no dia-a-dia de trabalho e as diligências institucionais que ela acarretou foram muitas vezes comentados e alvo de brincadeiras entre nós.

Queria também expressar o meu reconhecimento ao Instituto Geográfico do Exército pelo fornecimento de cartografia específica sobre a freguesia de Ermesinde e também ao Dr. Miguel Nogueira, responsável pela Oficina do Mapa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no apoio dado no tratamento cartográfico do material urbanístico recolhido e tratado.

Agradeço, por outro lado, a colaboração e disponibilidade prestadas pelas várias direcções das instituições sediadas no lugar da Gandra, com quem tive o prazer de contactar, e pela oportunidade de, junto delas, obter dados mais concretos acerca do seu envolvimento e participação no meio, assim como da evolução do próprio lugar. Muito em especial, quero agradecer ao Sr. Nogueira e ao Sr. Teixeira da Associação Desportiva e Recreativa da Gandra e ao Sr. Carlos da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia pelo trabalho de sensibilização de alguns residentes para a realização das entrevistas.

Um sincero agradecimento, ainda, aos residentes e famílias, que colaboraram no

trabalho, não só pela partilha franca da sua trajetória pessoal, familiar e residencial, como pela atenção com que, ainda hoje, me prestam quando passo pela Gandra.

À Marta Coelho e à Catarina Moreira fica também aqui um reconhecimento pelo apoio na tarefa de transcrição de parte das entrevistas exploratórias e de terreno realizadas. E ao Bruno Monteiro que, logo no início, me incentivou a escolher Ermesinde como um potencial observatório de reflexão e me motivou a resistir, nas breves conversas que tivemos, ao desânimo que, por vezes, a fase final do doutoramento inclui.

À Sandra e à Kelly uma palavra calorosa pelo apoio incondicional que demonstraram ao longo deste meu percurso, particularmente na sua fase final, e pela compreensão que revelaram face às minhas “ausências”.

Aos meus pais, de quem tive sempre um incentivo permanente, e que comigo partilharam intensamente as fases boas e as menos boas deste caminho, um agradecimento profundo.

E, por fim, ao Professor Virgílio Borges Pereira, orientador deste trabalho e principal responsável pela minha incursão no doutoramento, queria expressar a minha enorme gratidão pela disponibilidade e incentivo constantes que, já há alguns anos, vem demonstrando. Não me esqueço que foi o único que, desde o início, acreditou nas minhas capacidades. E se, de facto, ainda continuo pela Sociologia (e tenho já o privilégio de poder participar em alguns projetos), muito se deve ao seu estímulo.

## **Resumo**

Tomando por referência as principais transformações demográficas, económicas e sociais ocorridas na região do Grande Porto, e em especial na coroa suburbana da cidade do Porto, esta investigação procura analisar, a partir do caso do concelho de Valongo, e, em particular, da freguesia de Ermesinde – apontada, pela literatura, como um dos exemplos paradigmáticos de transformação do subúrbio no sentido convencional do conceito – o modo como o incremento populacional e a alteração na forma típica de urbanização dos arredores da cidade do Porto pressupôs mudanças no uso e na ocupação destes espaços.

Não podendo deixar de problematizar as complexidades inerentes às alterações da paisagem em meio (sub)urbano e o quadro geral de intensidade destes processos com as condições (institucionais, políticas e históricas) que lhe serviram de apoio – designadamente, o papel do Estado no ordenamento do território, o peso da matriz de edificação privada na produção de habitação e a reestruturação do setor da construção – esta investigação centra-se na problemática da divisão social do espaço físico, procurando, através da análise (a longo termo) de um contexto residencial determinado, produzir evidência sociológica sobre a configuração do quotidiano neste espaço.

Palavras-chave: (sub)urbanização; transformações socio-habitacionais; alojamento; estruturação do quotidiano; classes sociais

## **Abstract**

In order to understand the main demographic, economic e social transformations occurred in Grande Porto region, and specifically in the suburban crown of Oporto city, this investigation attempts to explore, from the cases of the municipality of Valongo, and particularly, the parish of Ermesinde – understood by the literature as one of the most paradigmatic examples of suburb's transformation in the conventional sense of the concept. Specifically, we try to understand how phenomenon such as population's increase and typical urban changes of Oporto suburbs conducted to modifications in the use and occupation of these spaces.

By exploring the intrinsic complexities related to landscape changes in suburban space and the institutional, political and historical conditions – such as the State's role in territorial policy, the main influence of the private market in housing expansion and also the construction sector restructuration – this investigation focuses in social divisions of physical space and also aims to produce, through a long term analysis of a specific residential context, sociological evidence about the configuration daily lives of their residents.

**Keywords:** (sub)urbanization; social and habitational transformations; household; everyday life structuration; social classes

## Introdução

Centrando a sua atenção nos processos gerais de expansão demográfica e urbana do território português, a presente investigação procurou, a partir da leitura aprofundada das transformações demográficas, económicas e sociais verificadas na região do Grande Porto desde a segunda metade do século XX, compreender de que modo o movimento de alteração na forma típica de urbanização dos arredores da cidade do Porto pressupôs notórias mudanças no uso e na ocupação destes espaços e nos processos mais vastos de recomposição social.

Tomando por referência o concelho de Valongo e a freguesia de Ermesinde, desenvolveu-se um trabalho de investigação sociológica elaborado no quadro de uma metodologia de caso alargado (Burawoy, 2009) com a preocupação de conhecer mais aprofundadamente os moldes dessa transformação, apesar de termos presente, de igual modo, as inter-relações que se foram gerando temporalmente entre os restantes municípios que compõem a região. Apoiada, nos contributos de várias áreas disciplinares, importa salientar que a nossa dinâmica de trabalho teve como uma das suas principais ambições contribuir para a identificação dos elementos mais significativos de estruturação (e localmente configurados) do processo de (sub)urbanização que caracteriza a região e, por isso, ela foi sendo construída e sedimentada – à medida que íamos recolhendo e analisando informação específica sobre as transformações sociais em curso – numa perspetiva de autonomização e rutura analítica relativamente a várias das limitações associadas à problematização destes espaços (Domingues, 1994/5, 2007, 2009; Guerra, 1993; Hesse, 2010; Nunes, 2001). Procurou-se, assim, de acordo com uma perspetiva altamente localizada, obter uma compreensão mais eficaz acerca do seu sistema produtivo local e das suas principais dinâmicas demográficas e migratórias, exercendo, em simultâneo, um olhar mais detalhado sobre as lógicas de mobilidade a que estes contextos foram sendo submetidos, mas também sobre os efeitos da expansão do edificado local no ordenamento do território.

Ao mesmo tempo, sabendo nós que há ainda pouca evidência sociológica reunida sobre a configuração do quotidiano nestes espaços, pareceu-nos, igualmente, fundamental desenvolver um exercício de reflexão que pudesse fazer convergir vários dos resultados produzidos por determinados estudos que se têm vindo a desenvolver em contextos



relativamente semelhantes (Lambert, 2012; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997), e que se centram, precisamente, em domínios-chave para o conhecimento das recomposições socio-territoriais, tais como: o acesso diversificado e diferencial ao alojamento; os efeitos sociais das recomposições da atividade económica e das transformações sentidas na educação; as mudanças na família e nas modalidades de estruturação das relações de vizinhança e, ainda, a difusão local dos lazeres.

Por outro lado, tomando como vetores analíticos a *teoria da prática* (Bourdieu, 2002) e a tríade *campo, capital e habitus*, quisemos garantir, com o presente trabalho, a produção de um conhecimento sistemático dos processos de formação das classes sociais e estilos de vida a que tais fenómenos estão ligados. Na verdade, com a caracterização dos diferentes perfis de classes, em meio urbano, consideramos que é possível identificar grandes eixos estruturadores de diferenciação ao nível das oportunidades, representações e práticas das populações urbanas (Pinto, 1997), e, por sua vez, eles serão tão pertinentes, quanto maior for a capacidade de se privilegiar as reconfigurações sociais mais marcantes nestes contextos e as consequentes mutações na composição interna dos vários grupos (Pereira, 2005). Rompendo com uma falsa homogeneidade territorial e social com que, frequentemente, estes espaços são considerados, pretendeu-se, na realidade, a partir de um lugar da freguesia de Ermesinde, tomar em atenção, por um lado, as suas especificidades locais – não deixando de as confrontar à luz das reconfigurações mais gerais da região – e, por outro lado, evidenciar (à escala do “quarteirão”) a heterogeneidade de percursos existentes num cenário (diferencial) de forte procura e inserção residencial como aquele a que o território assistiu a partir da segunda metade do século passado.

Um retrato feito a traço largo da estrutura geral do trabalho, permite-nos, então, dar conta das diferentes partes da nossa pesquisa e, em paralelo, expor os propósitos subjacentes a cada um dos cinco capítulos que a compõem.

No primeiro capítulo, intitulado «Classes Sociais, Estilos de Vida e Território», procede-se, assim, a uma descrição do processo geral da investigação, dos seus objetivos gerais e daqueles que foram os passos seguidos durante a pesquisa, refletindo-se brevemente sobre a pertinência e operacionalidade dos eixos analíticos adotados à luz da nossa problemática geral – o processo de (sub)urbanização e as suas modalidades de estruturação (sociais, económicas e culturais).

No segundo capítulo, apresenta-se uma visão global das principais recomposições socio-territoriais sucedidas no Grande Porto, tendo em conta as suas particularidades de desenvolvimento e, em simultâneo, descrevem-se – de acordo com as grandes coordenadas de recomposição, de que vamos dando conta ao longo da secção, em domínios como «Demografia, Modalidades de Ocupação do Território e Habitação», «Habitação», «Atividade Económica e Educação» e «Comportamento Eleitoral e Prática Religiosa», - as mudanças sucedidas no município de Valongo e, em especial, na freguesia de Ermesinde.

A este respeito, e constituindo Ermesinde, ao longo do tempo, um espaço de dinamismo e atração demográficos, com uma presença de índices de crescimento marcante, e de grande expansão e densificação habitacional, o terceiro capítulo privilegia, na sua análise, um dos seus lugares de povoamento, tentando aprofundar a reflexão sobre as mudanças operadas pelos movimentos de descentralização e suporte residenciais com as condições (institucionais, políticas e históricas) que lhe serviram de apoio (Tissot, 2011; Cartier *et al*, 2008), e compreender os efeitos socio-territoriais de tais transformações no território, de acordo com os moldes de configuração no mercado habitacional local (Bourdieu, 2001a). Ao mesmo tempo, procura-se, ainda, alargar o olhar sobre o lugar selecionado, precisando com maior detalhe as mutações ocorridas na atividade económica local, os efeitos da implementação da rede de transportes e de acessibilidades e os contornos de recomposição do seu tecido institucional.

Por fim, centrando-se a abordagem no estudo do alojamento enquanto espaço essencial à estruturação da vida quotidiana, os dois últimos capítulos concentram a sua reflexão na análise das distintas modalidades de inserção (e até de relação) de um conjunto de famílias com o lugar de residência e das (distintas) condições objetivas no acesso ao alojamento. Além disso, avaliam as condições socio-locais para o enraizamento destes elementos, destacando-se, em especial, a importância do papel de ajuda que a família (de origem e alargada) assume na definição e reorientação das suas trajetórias residenciais e o significado das redes de sociabilidade. Não sendo um espaço habitacional e socialmente homogéneo, tenta-se, através de uma breve caracterização das diferentes “modalidades de estilização da vida” destas famílias (Pereira, 2005: p.58) e das relações de coabitação residencial, alcançar mais afinadamente os processos de (re)produção quotidiana das suas práticas e o quadro de relações de vizinhança em que se suportam.



## Capítulo I – Classes Sociais, Estilos de Vida e Território

### 1.Introdução

Com vista a proceder a uma descrição do processo geral da investigação, dos seus objetivos gerais e daqueles que foram os passos seguidos durante a pesquisa, o presente capítulo pretende dar conta dos principais eixos analíticos adotados, refletindo precisamente sobre a pertinência e operacionalidade que estes representaram à luz da nossa problemática geral – o processo de (sub)urbanização e as suas modalidades de estruturação (sociais, económicas e culturais) de recomposição – e enunciar, do ponto de vista de tratamento metodológico, o conjunto de etapas de trabalho desenvolvidas, sobre as quais forneceremos algumas breves coordenadas.<sup>2</sup>

Alicerçada em três grandes linhas de força analíticas, a saber: *recomposição territorial, habitat e alojamento e classes sociais e estilos de vida*, a nossa orientação teórico-metodológica procurou, na verdade, refletir e compreender mais detalhadamente o conjunto de transformações sociais e económicas que têm vindo a decorrer desde a segunda metade do século XX no nosso país, fixando-se, em particular, na região do Grande Porto, ao mesmo tempo, que, por outro lado, ancorada numa leitura localizada de tais determinações, pretendeu apoiar esse conhecimento, para efeitos de pesquisa, no estudo do concelho de Valongo – um dos concelhos da faixa envolvente mais próxima da cidade do Porto – e da freguesia de Ermesinde (núcleo importante da sua coroa suburbana) convertendo tais contextos em postos de observação sociológica privilegiados.

### 1.1. Objetivos gerais do trabalho, estratégia metodológica e síntese teórica

#### 1.1.1. O território (urbano) e as suas recomposições

Sem perder de vista os principais contributos teóricos que serviram de base para o conhecimento acerca do processo de (sub)urbanização da região do Grande Porto – reconhecendo-o, aliás, como um dos processos mais marcantes de transformação no nosso país, desde meados do século passado – a nossa estratégia de investigação, no

---

<sup>2</sup> As várias etapas da pesquisa poderão ser consultadas com maior pormenor ao longo de todo o trabalho (cf. ponto 2.1 do Capítulo II; pontos 3.1. e 3.3. do Capítulo III e ponto 4.1 do Capítulo IV).

quadro de uma pesquisa localizada sobre as relações entre desigualdades de ordem económica, social e cultural, concedeu, assim, num primeiro plano, especial atenção às diversas modalidades de transformação territorial.

Sendo certo que se iniciou a reflexão em torno das questões ligadas ao território e, em concreto, sobre as suas recomposições – incidindo mais atentamente o olhar sobre o(s) espaço(s) suburbano(s) –, interessa também salientar que, desde cedo, se considerou que seria necessário enveredar por uma abordagem que pudesse contemplar a diversidade de realidades que estes espaços concentram e, em simultâneo, reconhecer traços evidentes de endogeneidade, mesmo em alguns dos seus aspetos de mutação mais marcantes – como os económicos, os sociais e os culturais. Tentou-se, portanto, superar algumas das dificuldades associadas ao modo como estes espaços são, frequentemente, perspetivados nos limites já consolidados entre campo e cidade (entre outros, cf. Domingues, 1994/5, 2007, 2009; Guerra, 1993; Hesse, 2010; Nunes, 2001) e na definição dos padrões configuração social (cf. Tissot, 2008 e 2011), sabendo nós, igualmente, que uma parte destes obstáculos se encontra relacionada com a diversidade paradigmática existente nestes domínios de pesquisa.

Envolvida, de outro modo, numa multiplicidade de posições e acompanhada, ao longo do tempo, por intensos debates – que, de resto, ajudaram a produzir, de forma substancial, algumas das prescrições abusivas a que a temática da (sub)urbanização tem sido condenada – aceita-se também, como vimos, que a proliferação de muitas destas abordagens<sup>3</sup> acabou por ser reflexo de duas grandes evidências. Reconhece-se, pois, que, aliado ao conjunto de mudanças estruturais resultantes do processo de urbanização, sobre as quais vários teóricos se debruçaram, esteve sempre subjacente um grau elevado de complexidade; e, conjuntamente, admite-se que essas concetualizações procuraram dar resposta àquele que era o crescente interesse pelos efeitos socioeconómicos deste processo – que, como se sabe, se começa a densificar de forma evidente a partir dos finais do século XIX, embora com maior preponderância a partir da segunda metade do século XX.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> E a criação de novas áreas disciplinares no campo da Sociologia, da Geografia e da História, mais diretamente focadas na questão urbana, ou então de disciplinas como urbanismo (fortemente fundeada nos problemas de crescimento urbano, base de suporte para a afirmação das suas principais premissas - a regulamentação da construção; a disciplina da expansão e a reflexão da localização das atividades).

<sup>4</sup> Várias das dificuldades hoje encontradas advêm, justamente, do facto de se focar mais na dinâmica de oposição entre centro e periferia, persistindo, em muitas análises, uma visão abusiva e simplista acerca do

Neste domínio, acrescente-se, os próprios contributos dos clássicos da sociologia não deixaram de se revelar pertinentes para se compreender melhor a génese de parte dos debates em questão, visto que a organização espacial, como sabemos, representou uma dimensão essencial na grande maioria das suas análises sobre o campo e a cidade.

A título exemplificativo, destaca-se: a leitura, a partir da cidade, dos ciclos de reprodução da força de trabalho (cidade medieval-cidade comercial- industrial) e a tónica dada a este espaço como lugar de poder e de interdependência materialista (e de exploração) entre os indivíduos (Marx e Engels, 1980); a discussão em torno da crescente complexidade das formas de divisão social e das redes de interdependência funcional nas sociedades industriais, por contraponto às formas de divisão de trabalho elementares das sociedades rurais, numa lógica de interconexão entre dimensões como a composição espacial, a densidade material (proximidade física) e densidade dinâmica das relações sociais (Durkheim, 1991); e, ainda, o privilégio dado ao fator económico no desenvolvimento/definição da cidade – admitindo-se que esta depende, assim, de determinadas instituições (com funções administrativas) que sustentam a sua estrutura económica e, ao mesmo tempo, seguem uma modelação funcional do espaço que acaba por respeitar esse sistema estratificado de posições de poder (Weber 1982 e 1983).

Além do mais, tais contribuições ajudaram a consolidar, ao longo do tempo, a noção de que o espaço se afigura como uma dimensão de estudo muito significativa para a reflexão sobre a vida social e, respetivamente, sobre os modos de vida rurais e/ou urbanos.<sup>5</sup>

---

desenvolvimento destes territórios. Descurando-se, aliás, a complexidade inerente às suas modalidades de consolidação, essa visão encontra-se frequentemente arrefecida quase única e exclusivamente aos “problemas urbanos”, “ambientais” e “habitacionais” (cf. Hesse, 2010: p.10-11; Tissot, 2008 e 2011; Chevallier *et al*, 1978) ou então aos “problemas sociais” como a marginalidade e a violência urbanas, a “nova pobreza” e o racismo (cf. Wacquant, 2006; Beaud e Pialoux, 2003; Fassin e Fassin, 2009), facto que ilustra bem o legado das discussões que, ao longo da história, se foi desenvolvendo acerca do processo de urbanização e, mais especificamente, a dificuldade em aceitar estes espaços como parte mais ou menos regular do meio urbano contemporâneo (Hesse, 2010: p.10). No nosso entender, estes espaços não devem ser remetidos a uma categoria genérica (interpretada ora no plano da ausência, ora no da negatividade identitárias), nem a sua leitura se pode esgotar apenas nas questões enunciadas, não obstante a sua importância em alguns destes contextos (Tissot 2008 e 2011).

<sup>5</sup> Refira-se, a este propósito, as contribuições dadas por outros teóricos na problematização do espaço urbano – e que, à semelhança dos anteriores, assumirão um pendor crítico nas suas análises –, por força do cenário de desorganização social que, a dada altura, lhe esteve associado, nomeadamente com o reforço do processo de industrialização.

Para lá das discussões iniciais assentes na oposição entre o modelo de relações sociais de tipo comunitário (mais preponderantes nas coletividades rurais) e o modelo de relações sociais densas e intensas (individualistas e utilitárias), característico da vida social em meio urbano – e que tocam, justamente, na oposição rural-urbano (Tönnies) – destacam-se, ainda, outros trabalhos que incidiram, precisamente, a sua

Ainda assim, não deixando de se cingir sobre os vários modos de categorizar o espaço, essa problematização geral foi contemplando, desde cedo, uma série de critérios analíticos, a nosso ver, importantes.

De facto, como pudemos depreender pelo que foi explicitado, as várias correntes de pensamento, com maior ou menor incidência, foram evidenciando as marcas fundamentais de transformação do espaço, sendo possível destacar, entre outros aspetos, aqueles mais diretamente relacionados com a ocupação do território (como a dimensão e a densidade populacional), a sua morfologia e, claro está, com as questões de organização económica e social (designadamente, a oferta/disponibilidade laboral, administrativa e habitacional).

Por isso, na nossa perspetiva, qualquer exame que recaia sobre recomposições socio-territoriais, não só terá que ter presente os vários contributos teóricos produzidos – e em especial, a pertinência e adequação de certas noções que compõem esses estudos à luz da realidade atual –, como deverá ser, por sua vez, sistematicamente chamado ao confronto de três elementos fundamentais de análise, quando, a propósito das alterações da paisagem em meio urbano, se procuram instrumentos adequados à análise das relações sociais.

São eles: o *ecológico/morfológico* – que ressalta a importância de fatores como a dimensão populacional e suas implicações nos limites administrativos ou nas funções económicas dos locais em análise; o *económico* – que apela para a relevância de fatores como a diversidade e tipo de concentração das atividades económicas de referência; o *sociopolítico* – que aponta para a leitura do espaço enquanto produto de lutas objetivas de poder – e o *sociocultural* – que recorre ao estudo dos modos de vida que se estruturam nestes contextos (Frey e Zimmer, 2000: pp.25-26). Tratam-se, afinal, de dimensões analíticas da maior importância se se quiser conhecer, a partir de um enfoque mais próximo do território, o modo como se desenvolveram tais transformações e, por outro lado, fixar com propriedade o que caracteriza e distingue as dinâmicas sociais predominantes em meio urbano (Pinto, 1997: p.208).

---

reflexão sobre a estrutura da cidade (organização física, ocupação e cultura) e o modo distintivo da mesma, no que toca a elementos como a densidade, heterogeneidade, a concentração e mobilidade (Park, Burgess e Wirth) e, além disso, sobre o “modo de vida urbano”, crescentemente marcado pela indiferença e despersonalização dos seus habitantes (Simmel) (cf. Montigny, 1992; Paddison, 2000; Martuccelli, 1999; Urrutia, 1999).

Reconhecendo no Noroeste português, e em particular no Grande Porto, ao longo da segunda metade do século XX até a atualidade, especificidades de crescimento urbano e sedimentação das periferias, com responsabilidades fortes na estruturação de “novas geografias” físicas e sociais (Portas *et al*, 2007), a investigação em causa procurou, deste modo, à luz das proposições antecedentes, descrever e analisar tais especificidades e fixar, em paralelo, as mudanças mais significativas no quadro geral de recomposição socio-territorial a que a região esteve sujeita.

Tomando por referência uma série de estudos nacionais – em matéria de análise demográfica e das transformações familiares (cf. Bandeira, 1996; Ferrão, 1996; Nazareth, 1996; Rosa, 1996; Ariés, 1973; Almeida *et al*, 1998; Wall *et al*, 2005; Lobo, 2009); de estudo das várias modalidades de organização e ocupação do território (cf. Domingues e Marques, 1987; Domingues, 2006; Gaspar, 1987; Portas, 1997 e 2007; Salgueiro, 1992 e 2001; Pacheco, 1992) e das particularidades do processo de suburbanização no Grande Porto (Vázquez, 1992; Ferrão e Marques, 2002); mas também os processos de recomposição em curso em domínios como o económico (Melo e Lima, 1999; Reis, 1992 e 1995), o educativo (cf. Almeida e Vieira, 2006; Candeias, 2009; Esteves, 1996; Pinto, 2008; Pinto, 2012; Stoer, 1986) e o político e religioso (Cabral, 2001, Freire, 2001; Freire e Magalhães, 2002; Fernandes, 1972 e 2004) – foi, então, possível identificar, em grande medida, as tendências estruturais de mudança no território em análise e precisar, igualmente, com maior acuidade, as relações de interdependência e complementaridade entre os espaços que o compõem.

Boa parte dos esforços de ação que foram desenvolvidos, nesta fase inicial e longa do desenho de pesquisa, prendeu-se com (i) o levantamento e a recolha das séries estatísticas oficiais do território, tendo este sido fundamental para a caracterização e o aprofundamento do conhecimento acerca das mudanças sociais e territoriais envolvidas no processo geral de recomposição social do Grande Porto e, em particular, no concelho de Valongo e na freguesia de Ermesinde.<sup>6</sup>

No entanto, dada a natureza e o ritmo a que se desenvolveram estas várias mudanças, dificilmente podíamos deixar de atender à complexa articulação que se foi gerando entre o espaço urbano e o espaço rural e, em especial, ao *continuum* que se foi prolongando entre eles (Rémy e Voyé, 1974 e 1992; Voyé, 1996). Daí que, para efeitos

---

<sup>6</sup> Ver, a este respeito, o Capítulo II.



de investigação, se tivesse adotado uma abordagem analítico-descritiva relacional (Bourdieu, 2002; Burawoy, 2009), isto é, que tivesse em linha de conta as inter-relações geradas temporalmente entre os concelhos que compõem o Grande Porto (e, em parte, com a sua envolvente). Considerou-se, então, que as influências da urbanização não podiam ser vistas de forma homogénea, na medida em que elas não se generalizam, nem são apropriadas do mesmo modo em distintos contextos territoriais (Carmo, 2009: p.263; Carmo, 2014; Costa, 1985; Ferreira, 1992) e que, arroladas a essas determinações, existem, de facto, assimetrias e diferenciais de recomposição muito relevantes que importava ter em conta.<sup>7</sup>

Por outro lado, estando estas relações (desiguais) de interdependência diretamente vinculadas ao modo como o modelo de industrialização se foi implementando no território<sup>8</sup> e ao reforço que o processo de terciarização foi também conquistando – com impactos marcantes, como iremos observar, na reconfiguração dos perfis socioprofissionais e das modalidades de acesso à escolarização e aos bens escolares das populações –, convém não esquecer que o processo de modernização das estruturas socioeconómicas acabou por estar também, inevitavelmente, associado ao aumento dos fluxos de mobilidade espacial – induzidos, em larga escala, pelas mudanças introduzidas pelas redes de comunicação e acessibilidades (e cujas responsabilidades na maior circulação de informação, de pessoas e de bens tornou-se bem notória).

A este propósito, é de salientar que, a dada altura, na região do Grande Porto, a grandeza dos fluxos de mobilidade geográfica dos campos para as cidades (e também para os subúrbios) foi de tal forma decisiva na alteração do uso e ocupação destes espaços, que esta acabou por marcar, indiscutivelmente, o regime demográfico e definir os grandes traços de modelação do território português. Além do mais, será de reconhecer os próprios impactos que, em matéria produtiva e habitacional, se acabaram por gerar, e aos quais, seguramente, o exame da estruturação dos posicionamentos sociais e das respetivas vinculações simbólico-culturais se veio a confirmar estreitamente articulado (cf. Almeida, Costa e Machado, 1988 e 1994; Ferrão, 1982 e 1985; Estanque e Mendes, 1997; Viegas e Costa, 1998; Casanova, 2004; Pereira, 2005; Queiroz, 2005) - manifesta, aliás, na intensidade das deslocações e no carácter multidirecional dos movimentos definitivos

---

<sup>7</sup> De resto, como iremos ver, tais dissemelhanças foram-se prolongando pelos vários concelhos da região, inclusive, pelo município de Valongo e suas freguesias.

<sup>8</sup> Muitas vezes, em certos contextos, articulado com um certo peso persistente da atividade agrícola.

ou pendulares a que o território tem sido submetido. A mobilidade constituiu, de facto, para nós, uma variável fundamental na compreensão desses sistemas (desiguais) de relação, desempenhando um papel ativo no reconhecimento da ausência de linearidade a que tais relações estão sujeitas (Pereira, 1996; Campos e Saleiro, 1994).<sup>9</sup>

No entanto, interessa aqui acrescentar que, no quadro dos processos de expansão urbana – e do desenvolvimento de distintas estratégias de mobilidade e de ocupação do território –, também a habitação não foi descurada no nosso plano de análise. Isto porque, não se encontrando à margem das principais dinâmicas urbanas e territoriais, entretanto, ocorridas na região, bem pelo contrário<sup>10</sup>, a preocupação em tornar o alojamento num elemento de análise fundamental foi, na realidade, ganhando cada vez maior consistência ao longo da nossa pesquisa, à medida que fomos verificando que, o próprio movimento de expansão do edificado, associado a processos marcantes como o crescimento e descentralização populacional, a alteração das condições de acesso ao solo e também o investimento crescente em vias de comunicação, ia se densificando cada vez mais na região.<sup>11</sup>

Desta forma, procurou-se reunir, de um lado, informação sobre as principais dinâmicas de ocupação dos alojamentos, de forma a se proceder, de modo sustentado, uma análise da reestruturação da componente urbana do território regional. E, do outro, procurou-se identificar, a partir dos dados que íamos coligindo, algumas das características mais significativas de estruturação mais diretamente relacionadas com uma modelação diversificada do solo e a um incremento do edificado heterogéneo – a que não são indiferentes, como é sabido, o perfil de usos residenciais da população e as relações estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos no mercado habitacional (públicos e privados) tanto em matéria de investimento, como de distribuição e de utilização da habitação (Conceição, 1997, 1999, 2001 e 2002; Matos, 1993, 1995 e 2001; Melo, 1993; Rodrigues, 1992; Torres e Pereira, 1996). De algum modo, e apesar de não terem sido exaustivamente tratadas durante o decorrer da investigação, ainda nesta fase

---

<sup>9</sup> Ao mesmo tempo, no que toca ao trabalho de terreno, veio a desempenhar um papel-chave no entendimento acerca dos diferentes modos sociais de utilização, frequência e vivência do(s) espaços(s) (Juan *et al*, 1997; Rémy e Voyé, 1974; Carmo e Simões, 2009).

<sup>10</sup> Estando, para além do mais, articulada com as grandes recomposições que se fizeram sentir no mercado de trabalho e nas estruturas familiares, ao longo do tempo.

<sup>11</sup> Por seu turno, note-se que também o cenário de descentralização residencial a partir da cidade do Porto era algo que se ia tornando mais visível.

de recolha, tivemos a oportunidade de rever várias das abordagens que se foram desenvolvendo acerca da habitação (da sua produção e apropriação). Formando um quadro interpretativo significativamente amplo, elas permitiram equacionar uma diversidade de aspetos (não menos relevantes), auxiliando-nos, inclusive, na definição de algumas etapas do estudo detalhado no terreno.

A este propósito, destacam-se, designadamente, a abordagem *ecológica* (Escola de Chicago), *neoclássica* (cf. Masotti e Hadden, 1973) e *comportamental* (cf. Clarks e Onaka, 1983) que nos elucidaram sobre o significado do processo de competição pelo uso do solo na evolução do espaço urbano, a relação entre custo do alojamento e a sua localização e o fator de mobilidade/acessibilidade no acesso à residência. Tivemos, igualmente, em consideração a abordagem *institucional-organizativa* (*managerial*) (Coloos, 1997); a abordagem *conflitual de localização* (cf. Pahl, 1975; Harvey, 1973) e *neomarxista* (cf. Castells, 1981; Chevallier, 1978, Topalov, 1974) cujas contribuições, em geral, apontaram para a necessidade de atendermos aos constrangimentos existentes no mercado habitacional e aos seus efeitos nas diferentes escolhas feitas pelas famílias em relação a diversos segmentos do espaço urbano, bem como para as diferenças e conflitos presentes entre os vários grupos e organizações com distintos interesses no mercado habitacional. E, por fim, tivemos em linha de conta outras duas abordagens: a *abordagem morfológica* (cf. Whitehand e Larkham, 1992) que nos remeteu para a pertinência de considerarmos determinados elementos (o lote, o edificado e o arruamento), de forma a se identificarem as várias unidades morfológicas de subdivisão do aglomerado urbano (e melhor precisarmos os seus ciclos construtivos); e *as perspetivas de consumo e satisfação residencial* (cf. Ascher, 1995) mais direcionadas para a função do espaço do alojamento na estruturação dos estilos de vida (usos, práticas e avaliações sobre a residência e o seu contexto de inserção).

### **1.1.2. *Habitat* e alojamento, classes sociais e estilos de vida**

Num esforço de análise contextualizada, como aquela que se sustenta ao longo da investigação – materializado, como vimos, num primeiro momento, na recolha de informação oficial disponível e na revisão do estado arte em vários domínios de análise – procura-se desenvolver, numa segunda fase, um exercício de reflexão ao nível do plano

local, com vista a uma compreensão ainda mais aprofundada das recomposições sociais, económicas e culturais do concelho de Valongo.<sup>12</sup>

Sem nunca descurar elementos analíticos enquadráveis à escala regional, procedeu-se, assim, (ii) a um breve trabalho de reconstituição sócio-histórica, tomando em atenção, de forma complementar, os contributos oriundos de várias áreas como a demografia, a economia e a geografia.

Na realidade, sabíamos que uma parte das interrogações que iam surgindo a propósito do processo de recomposição urbana, territorial e social em curso no Grande Porto, e em específico, nas zonas de expansão urbana do concelho de Valongo, teriam respostas mais claras através desta ação de trabalho.<sup>13</sup> Por outro lado, atendendo à relevância que os efeitos da mudança operada pelos movimentos de descentralização e de suporte residenciais tiveram em alguns núcleos da coroa (sub)urbana da cidade do Porto, como é o caso de Ermesinde, impunha-se olhar com mais pormenor para os grandes traços de transformação deste espaço.

Tomando como horizonte seguinte de pesquisa (iii) o levantamento detalhado de informação urbanística da freguesia, o certo é que, de forma a recuperar informação ainda mais aprofundada sobre o mercado local de alojamento (e suas relações com a estrutura fundiária) ou até indícios sobre o perfil dos promotores locais, acabámos por considerar ser mais exequível (material e temporalmente) centrar a nossa atenção apenas num dos seus lugares, tornando-o num posto privilegiado de pesquisa.<sup>14</sup>

No entanto, interessa salientar que, na base deste esforço de contextualização local, estiveram, paralelamente, outras preocupações de natureza teórica subjacentes à pesquisa. Desde logo, em primeiro lugar, encontravam-se questões relativas à necessidade de olharmos, a partir de uma perspetiva localizada, para o impacto que as

---

<sup>12</sup> À semelhança de outros estudos realizados, com idênticos cuidados de investimento em termos de contextualização teórica e empírica, e cuja abordagem analítica vai muito além das fronteiras da disciplina, seguimos de perto, em grande medida, as linhas de trabalho de investigação que se têm vindo a fazer sobre determinados espaços regionais do país, em especial na região Norte e no Noroeste português, suscetíveis de uma leitura sociológica mais afinada acerca das relações entre desigualdades de ordem económica, social e cultural (cf. Pereira, 2005; Pinto *et al*, 2010; Pereira *et al*, 2012).

<sup>13</sup> Já que, para lá de se poder obter um conhecimento ainda mais afinado destes contornos de transformação, enriquecendo-se a análise por via da mediação interdisciplinar, podia-se compreender, igualmente, no território, os cenários distintos de modelação.

<sup>14</sup> Apesar de se reconhecer algum tipo de limitação inerente a esta estratégia, teve-se a noção de que o lugar selecionado, ainda assim, não deixava de apresentar condições de grande vantagem analítica, tendo sido possível obter, com base num (iv) trabalho de mapeamento e de tratamento cartográfico, informação pormenorizada sobre o processo construtivo concretizado no espaço e no tempo neste território (cf. ponto 3.1. do Capítulo III).

importantes alterações demográficas e migratórias, como as registadas localmente, tiveram na procura geral de alojamento, na evolução das características dessa procura e na reconfiguração do mercado habitacional.

Socorrendo-nos dos resultados de investigações que se têm vindo a estabilizar a propósito da relação entre alojamento e trajetórias familiares ou sobre os itinerários residenciais (cf. Bonvalet 1991 e 1993; Bonvalet e Bringé, 2010; Leliève e Robette, 2010; Brun e Bonvalet, 2002), tivemos, então, a ambição de clarificar, junto de alguns grupos domésticos residentes, os diversos circuitos de acesso de alojamento, exercendo uma leitura que contemplasse várias das mutações ocorridas no decurso do seu ciclo de vida, mas que pudesse, ao mesmo tempo, colocar em relação os vários tipos de mobilidade espacial, atendendo-se sempre às diferenças/distâncias presentes no espaço social.<sup>15</sup>

Atente-se que, no quadro das nossas preocupações, havia claramente o interesse de captar as diferenciações sociais e culturais (estilos de vida) a que tais processos de transformação socio-territorial e de mobilidade estiveram ligados, analisando-se, com maior precisão, a diversidade de práticas sociais de uso e apropriação do alojamento, bem como a génese e construção social das preferências e/ou escolhas residenciais dos vários agentes, à luz das características da oferta habitacional local e das várias mutações socio-territoriais, entretanto, sucedidas.<sup>16</sup>

Mas, para cumprir tais propósitos, e afinar a análise acerca dos vários constrangimentos do mercado de alojamento e as suas repercussões nas escolhas adotadas pelos sujeitos (e famílias) ao longo do tempo, não pudemos deixar de nos basear nos contributos advindos de estudos de referência no domínio do “campo da habitação” (cf. Bourdieu e Christin, 1990; Bourdieu *et al*, 1990; Bourdieu e Saint-Martin, 1990; Bourdieu, 2001; Topalov, 1974; Ascher, 1995). Na verdade, entre os teóricos que se têm debruçado sobre a temática, vários são aqueles que sublinham a importância de observarmos, na estrutura de relações de força que caracteriza o “campo da habitação”, a interferência de vários fatores.

---

<sup>15</sup> Houve, portanto, a pretensão de superar analiticamente determinadas limitações – apontadas, precisamente, por esses estudos – relativamente aos exames sociológicos de cariz longitudinal que tentam cobrir várias das trajetórias residenciais, migratórias e familiares mas que nem sempre colocam a análise no plano da inter-relação diferencial (cf., nomeadamente, Bonvalet, 1993: p.20; Magri, 1997: p.147; Brun e Bonvalet, 2010: p.64 e p.68).

<sup>16</sup> Ver, a propósito, os capítulos IV e V.

Realçam, assim, que nos devemos centrar no exame detalhado do perfil dos vários promotores da habitação (cf. Bourdieu, 1990 e 2001a; Topalov, 1974), responsáveis, no seu conjunto, pela definição dos critérios utilizados para a modelação dos vários tipos habitacionais e pela interferência em quase todas as componentes da produção dos imóveis num dado território (cf. Pereira, 2016; Nunes, 2001), e para a natureza (desigual) das relações (de poder) estabelecidas entre eles. E, do outro lado, alertam para a avaliação do próprio papel do Estado na conservação e/ou alteração dessas relações de força (cf. Mazeres e Chevallier, 1978).

O estudo de uma parte do mercado local da habitação obrigou-nos, deste modo, a analisar (parcialmente) o sector económico local e regional – tendo sido aqui importante, por exemplo, conhecer alguns dos contornos da evolução local do ramo da construção – e, conjuntamente, forçou-nos a examinar o tipo e grau de participação de conjunto considerável de instituições e agentes envolvidos no mercado local do alojamento, já que estes, em última instância, determinaram as condições da oferta e de procura habitacional e delimitaram (diferencialmente) as estratégias das famílias residentes na escolha do alojamento ou de um dado regime de propriedade.

Mas, ao mesmo tempo, referem os autores, as várias escolhas residenciais, estando diretamente relacionadas com as diferenças das características do bem imobiliário em si (e dos atributos do cenário habitacional local) encontram-se, identicamente, arroladas aos constrangimentos ou ao universo dos possíveis em termos de ação e de decisão (Authier *et al*, 2010: pp.8-9) dos grupos domésticos.

Considerando-os como elementos de condensação e de organização de distintos efeitos sociais, assim como de estruturação de práticas socialmente significativas (quer no plano económico e cultural, como no de produção e consumo), a reflexão acerca da diversidade de práticas de uso e apropriação do alojamento não deve deixar de considerar os indicadores relativos quer à distribuição relacional das posições que estes ocupam (o espaço social das classes) – nomeadamente, as distintas dimensões de capitalização dos seus recursos sociais (Bourdieu, 2002) – quer à inserção e trajeto de cada indivíduo ou grupo no espaço das relações de classe (biografias de classe) (Pereira, 2005: pp.43-45). Daí ter sido necessário retratar, para além do peso da interposição das disposições económicas (socialmente constituídas) dos agentes no acesso ao alojamento ou nas modalidades de investimento simbólico (cf. Bourdieu, 1980, 1984, 2001a, 2002;

Wacquant, 2004), a importância que a trajetória familiar de origem, muitas vezes, detém na configuração do cotidiano dos seus elementos. Repare-se que vários dos investimentos habitacionais são também eles dependentes da influência das disposições residenciais dos seus ascendentes e das tendências de recomposição (de constituição e/ou dissolução) dos grupos domésticos a que pertencem.

Por isso, problematizar os principais efeitos práticos e simbólicos (nos residentes) associados às dinâmicas de ocupação dos alojamentos e de acesso à propriedade (de que depende muito a posição ocupada no espaço social), levou-nos, igualmente, a ter em atenção a influência que, nesta matéria, as dinâmicas de ciclo de vida familiar podem gerar (cf. Authier *et al*, 2010; Lambert, 2012; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997; Voyé, 1996; Singly, 1991; Segalen, 1981, Pitrou, 1977 e Ascher, 1995).

Além do mais, vários são os teóricos que defendem que o retrato das trajetórias familiares e das mobilidades residenciais afigura-se como uma tarefa fundamental, de modo a se poder desenvolver não só uma pesquisa mais afinada dos processos de recomposição de classe, como, analogamente, dos processos de transformação territorial (cf. Bourdieu, 1979 e 1984; Juan *et al*, 1997; Costa, 1999; Cartier *et al*, 2008; Authier, 1999-2; Authier *et al*, 2010; Grafmeyer e Dansereau, 1998; Lambert, 2012; Pinçon, 1981).

Admitiu-se, porquanto, que, partir de uma análise interpretativa sobre os modos de ocupação do território, assumindo-se o “lugar” como um plano analítico pertinente – dado que este configura um local de distintos usos espaço-temporais e práticas sociais significativas e um ponto de mobilidades e ancoragens dos vários agentes –, nos permitia, em última instância, compreender, mais a fundo, os processos de estruturação das relações residenciais locais, bem como as formas (sociais) de apropriação do alojamento (e da sua área de inserção) (cf. Pinçon-Charlot *et al*, 1986; Champagne, 2000; Elias, 2000; Grafmeyer, 1993 e 1998; Cartier *et al*, 2008; Vidal, 2009; Lambert, 2012; Côtant, 2001; Tissot, 2011; Pereira, 2016). Além disso, tendo especial preocupação em privilegiar uma escala de observação cuja leitura fosse capaz de integrar uma reflexão mais alargada entre habitação, cena doméstica e cena local – acompanhando, de resto, os pressupostos relativos à importância da análise do estatuto residencial na configuração das identidades sociais e à utilização do espaço residencial (doméstico e exterior) como variável estruturante de investigação (Épinay, 1983), inclusive, na distribuição dos diferentes

grupos sociais (Lambert, 2012: pp.99-101; Authier *et al*, 2010: pp.8-10; Cartier *et al*, 2008: pp.16-18; Juan *et al*, 1997: pp.177-178) – seria indispensável de forma a realçarmos a relevância que habitação (e a cena local) assumem enquanto espaços essenciais à estruturação da vida quotidiana (cf. Chombard de Lauwe, 1979; Lefèbvre, 1968).

Ora, se, para nós, este “efeito de proximidade” era, de facto, uma garantia imprescindível para se produzir um conhecimento sistemático acerca dos processos de formação das classes sociais, estilos de vida e respetivas culturas (Pereira, 2005: pp.21-22), compreende-se assim, que, ao longo de toda a pesquisa, tivéssemos o propósito de reforçar a ideia de que a perceção das proximidades e distâncias sociais realizada pelos agentes/grupos domésticos (e do seu estatuto residencial) não deixa de ser reavaliada em função das suas distintas trajetórias (e recomposições) familiares, habitacionais, escolares e profissionais.

Defende-se, portanto, que os contextos residenciais situados na periferia não são homogêneos, bem pelo contrário, eles constituem lugares de ancoragem e/ou de passagem de indivíduos e grupos com propriedades e trajetórias socialmente distintas (Cartier *et al*, 2008; Lambert, 2012: p.474; Tissot, 2011). Daí ser, na nossa perspetiva, crucial desenvolver um trabalho constante de objetivação das propriedades e disposições de que os agentes/grupos se encontram dotados, reconstituindo-se de forma afinada (e no contexto local) os processos de acumulação (ativa) das suas experiências nos diferentes campos (económico, escolar, cultural e, em suma, simbólico-ideológico), segundo o espectro de oportunidades e constrangimentos a que, diacronicamente, estão expostos.<sup>17</sup> Incidindo-se, exatamente, sobre os modos práticos de conexão entre diferentes universos – como o mercado de trabalho, a escola e a vizinhança (Bonvalet, 2010; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997) – julgamos estar em melhor condições (analíticas) para avaliarmos as representações, as práticas e as modalidades de *estilização da vida* (Weber, 1979) (re)produzidas diariamente pelos seus agentes e suas famílias.

A este respeito, refira-se, dificilmente o sentido das trajetórias socio-residenciais dos diferentes grupos domésticos pode ser analisado sem se tomar em linha de conta a caracterização dos percursos escolares e profissionais. Constituindo lugares de

---

<sup>17</sup> Só, desta forma, poderemos ultrapassar a noção de “ilusão biográfica” e, por consequência, admitir que a reconstrução dos próprios sujeitos (de que depende o acionamento do *habitus*, *ethos* e *hexis*) culmina no trabalho de definição do seu lugar social e da sua relação com os outros, sempre por referência às categorias de pertença (Bourdieu, 1986; p.71; 2001: p.304).



socialização secundária de referência (Dubar, 1997; Sainsaulieu, 1977) com influência nos processos de mobilidade social, e quase sempre fatores muito relevantes na sua redistribuição geográfica, o retrato destas trajetórias permitiu-nos ver a importância da imbricação entre hierarquias profissionais e sociais.

Mas não se julgue que estes processos são lineares. Atravessados por (novas) clivagens e oposições múltiplas – a que não são alheias as principais mutações da atividade económica e, por consequência, as modalidades de reconversão social em função das recentes alterações vividas no mercado laboral (cf.; Avril *et al*, 2010; Queiroz, 2005; Boyer, 1986; Balazs e Pialoux, 1996) – as esferas do trabalho ou da escola constituem, igualmente, um reflexo das desigualdades objetivas de poder.

À luz da configuração da estrutura local das relações sociais, constatámos, aliás, que os efeitos do trabalho (e da crescente importância que a escola assume na marcação e socialização familiares) se encontram de tal modo “encastrados” nos modos de avaliação e perceção dos agentes (e, por resultado, nos próprios modos de distinção e classificação) que, ao mesmo tempo, eles são reveladores da construção socialmente diferenciada das práticas culturais e dos lazeres (Avril *et al*, 2010: pp.152-154; Bosc, 2008: pp.92-109).

Desta maneira, para se alcançar mais afinadamente o conhecimento das *posições* ocupadas pelos agentes/grupos no espaço social e as correlativas *disposições* e *tomadas de posição* (Bourdieu, 1984), tornou-se evidente que seria necessário não só atender às modalidades (complexas) de articulação espaciotemporal entre habitação, trabalho e escola, (cf. Bonvalet, 2010; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997), como, identicamente, às estratégias sociabilitárias (consumo e lazer) desenvolvidas pelos agentes (cf. Dumazedier, 1974; Épinay, 1983; Lefèbvre, 1968; Schwartz, 1990; Bouillin-Darteville *et al*, 1991, Bihr, 2008).

Uma tal conceptualização localizada das práticas dos agentes levou-nos a identificar diferentes tempos quotidianos (de trabalho, libertos de trabalho/“espectro de tempo livre”) (cf. Elias e Dunnig, 1992; Chabaud-Rychter *et al*, 1985) e, no plano da topografia dos trajetos, a reconhecer distintos espaços de produção (domésticos, públicos e privados), captando-se, portanto, padrões distintos de *mobilidade* segundo as matrizes de domesticidade e interatividade (Pereira, 2005; Juan *et al*, 1997). No nosso entender, esta seria, aliás, uma das condições elementares para, precisarmos, justamente – entre a

pluralidade de formas de vivenciar, habitar e representar o espaço (sub)urbano – aquelas que são as diferenças (de estilos de vida) dos agentes/grupos em coabitação residencial (de acordo com as suas características sociais e culturais) (Weber, 1979).

Por fim, resta nos acrescentar que esta grelha de leitura se tornou, similarmente, uma das soluções válidas para nos interrogarmos acerca do *sentido cultural da localização do alojamento* e do *quadro social local* (cf. Voyé, 1996; Rémy e Voyé, 1974).

Na avaliação das práticas residenciais locais, pudemos, de facto, proceder a uma leitura sobre o modo como os residentes se organizam (de forma distinta) na relação que mantêm com o espaço, tendo-nos sido possível, por exemplo, apreender o significado das principais disposições representacionais que estes formulam acerca da política de habitação e sobre o território em geral. Porém, ao interrogarmo-nos sobre as (re)apropriações que são feitas no território, e as conexões de maior ou menor privilégio desenvolvidas pelos agentes com essa envolvente, conseguimos conhecer (ainda com mais detalhe) os grandes operadores (controlados) de construção e preservação identitária (e de distinção) formulados (cf. Elias, 2000; Pinto, 1991; Sabatier, 2002).

Entre as diversas formas de vida coletiva local, de construção e/ou a permanência de espaços de interconhecimento, ficaram patentes, para além das afinidades e as tensões que, no dia-a-dia, emergem nestes contextos (e também daquelas que se vão acumulando no decurso do tempo), os efeitos da relação de ascensão/exclusão à propriedade dos residentes – sobre os quais, acrescente-se, a configuração (diferencial) das relações de parentesco, de vizinhança, de amizade ou do foro profissional não deixou de exercer forte influência (Paradeise, 1980; Bidart, 1988; Magri, 1993; Cukrowicz, 1993; Masclet, 2002; Chamboredon e Lemaire, 1970). Do outro lado, através do tecido institucional local, tivemos acesso privilegiado às recomposições sociais sentidas no território e às profundas divisões do tecido social (sub)urbano (cf. Bozon, 1984; Juan *et al*, 1997; Costa, 1999; Rodrigues, 2010).



## **Capítulo II – Recomposição socio-territorial no Grande Porto e no concelho de Valongo: breves elementos sobre as transformações em curso desde a segunda metade do século XX até à atualidade.**

### **2. Introdução**

Ao centrar a sua atenção na problemática geral da (sub)urbanização do território português e nos seus moldes de estruturação, tomando por referência aquelas que foram as principais mudanças sociais e territoriais na região do Grande Porto, a nossa investigação procurou, numa primeira fase da pesquisa, conhecer e evidenciar os grandes traços de transformação em curso desde as últimas décadas. A verdade é que, com especial enfoque nas suas modalidades morfológicas e sociais, mas também económicas e simbólicas, esta descrição contextualizada acabou por nos obrigar a apreender de forma mais precisa e detalhada as grandes determinações territoriais implicadas no processo geral de (sub)urbanização.

Para lá de constituir um fenómeno marcante, sobretudo a partir de meados do século passado, reconhece-se igualmente que o aumento da importância, em termos demográficos e de densidade populacional, das coroas suburbanas das cidades do Porto e de Lisboa, produziu efeitos muito consideráveis no próprio decurso de sedimentação e modelação do tecido urbano português. Assim, enquanto processo territorial e social que envolve mobilidade, sabe-se que o fenómeno de urbanização é ainda recente para grande parte da população portuguesa, mas a grandeza dos fluxos de mobilidade geográfica dos campos para as cidades, e também para os subúrbios, ajudou de forma decisiva a marcar a reconfiguração do regime demográfico português segundo condições de estruturação muito significativas.

Se, numa primeira fase, desenhada desde os anos 40 do século XX, o traço de crescimento demográfico nestas duas cidades foi ganhando relativa sustentabilidade, posteriormente, com uma maior aceleração a partir dos anos 50 e 60, a tendência de consolidação tornou-se mesmo irreversível, especialmente nas suas imediações, levando a fortes alterações verificadas na estrutura de povoamento destas coroas suburbanas (Salgueiro, 1992: pp.42-46).

No entanto, mesmo com a indicação de que se tem vindo a assistir a importantes processos de aprofundamento ou concentração da população nestas áreas urbanas, será necessário realçar que, aliado a este processo de organização territorial de tipo

metropolitano, e próximo da lógica centro-periferia convencional, foi-se gerando, entretanto, um quadro complexo e mais alargado de inter-relações sócio-espaciais.<sup>18</sup> Se atendermos aos reais contornos do ritmo e da natureza de tais transformações, e em especial às conhecidas tendências de litoralização e de bipolarização em torno das duas áreas metropolitanas e ao crescimento e reforço da importância relativa dos centros urbanos de média dimensão ou, ainda, ao desenvolvimento de formas de urbanização difusa (Ferrão e Marques, 2002: pp.25-35), parece-nos exequível apostar numa leitura que perspetive os vários territórios não como estáticos mas implicados relacionalmente e, por isso, suscetíveis de uma leitura analítico-descritiva relacional.

Nesse sentido, e para efeitos de investigação, estamos em crer que as mudanças introduzidas ao longo do tempo deverão servir de mote para a melhor compreensão destes espaços, pois estes, quase sempre classificados como caóticos e incompreensíveis face às distinções dos padrões convencionais (Domingues, 1994/5: pp.6-7), ainda se encontram sub-investigados do ponto de vista sociológico. Apesar de se reconhecer que os trabalhos realizados em torno das transformações da paisagem no meio urbano português têm sido acompanhados por intensos debates sobre um conjunto de dificuldades evidentes de análise – por um lado, ligadas ao grau de indefinição dos espaços periféricos nos limites já consolidados entre campo e cidade; e, por outro, à diversidade de padrões existentes em termos de edificado construído, dos modelos de configuração da vida quotidiana ou de estruturação das posições sociais e estilos de vida – assumiu-se que a nossa condição analítica de partida deveria atentar mais na complexidade inerente às suas modalidades de consolidação, evitando-se, deste modo, qualquer observação simplista e descontextualizada de alguns dos seus aspetos de mutação mais marcantes.

Na realidade, e a propósito da formação das duas áreas metropolitanas, vale a pena salientar que a literatura é unânime em aceitar que existem claras diferenças entre elas. Apesar do critério demográfico se apresentar como um indicador preliminar de leitura, e de ser aparentemente semelhante para a compreensão da modelação do seu povoamento,

---

<sup>18</sup> Uma parte significativa de informação disponível encontra-se, por exemplo, documentada numa série de trabalhos relevantes, oriundos de outras disciplinas, acerca do território nacional e, em concreto, sobre o Noroeste português. Acerca das reflexões sobre o modelo de urbanização difusa, cf. Domingues e Marques (1987); sobre a evolução da cidade em Portugal e o aprofundamento do conhecimento das mudanças e diferenças do “urbano”, cf. Portas (1997), Portas *et al* (2007) e Salgueiro (1992; 2001); no que toca às modalidades de organização e ocupação do território, cf. Gaspar (1987) e, ainda, a respeito da importância relativa da segunda aglomeração metropolitana do país e das particularidades do processo de suburbanização no Grande Porto, cf. Vázquez (1992) e Ferrão e Marques (2002).

não obstante acusar níveis distintos de diferenciação regional interna, entre os teóricos que se têm debruçado precisamente sobre as transformações da paisagem urbana e as modalidades de ocupação do território, parece não existir dúvidas sobre a pertinência de fazermos a destriça entre estes dois contextos territoriais. Até porque, as duas grandes cidades do nosso país, e também os seus concelhos envolventes, mesmo dando provas inequívocas de domínio precoce, sobretudo por efeitos de comparação com o restante território nacional, conduzindo-se à acentuação do conhecido carácter de macrocefalia na modelação do sistema urbano português, conheceram contornos de transformação particulares.

Trata-se, aliás, de uma constatação que, apesar de ser óbvia, reveste-se de extrema importância para a contextualização que aqui se defende, uma vez que o conjunto de coordenadas que apresentaremos de seguida, e que decorrem da identificação e do confronto de um conjunto significativo de determinações demográficas, económicas, classistas e simbólicas na região do Grande Porto, acabam por refletir em parte tanto diferenciais importantes em torno do processo convencional de polarização centro/periferia, como dão conta, por outro lado, da ligação a outras lógicas de organização territorial do tipo extensivo ou difuso.<sup>19</sup>

Deste jeito, e sendo possível afirmar, à luz dos conhecimentos obtidos pelas várias ciências sociais, que tal relação de polarização não se colocou nos mesmos moldes na região do Grande Porto, afastando-a, portanto, dos tradicionais padrões de metropolização e dos movimentos de centralização mais consolidados, o presente capítulo procurará, ainda assim, apresentar uma visão global das principais recomposições socio-territoriais sucedidas, tendo em conta as suas particularidades de desenvolvimento e, em simultâneo, descreverá as mudanças ocorridas no concelho de

---

<sup>19</sup> Mais, o próprio conhecimento sociológico a construir, por referência a tais determinações, admite a necessidade de olhar mais a fundo para as especificidades da região, na medida em que convém sublinhar, a propósito da formação da Área Metropolitana do Porto (AMP), que, por força das interdependências socio-territoriais geradas ao longo do tempo, muitas delas até frequentemente contrastantes, nunca foi fácil ter uma clara definição dos seus limites. Muitos especialistas referem mesmo que esta conurbação metropolitana permaneceu, ao longo do tempo, ligada também a lógicas de organização do tipo extensivo ou difuso, daí o prolongamento a sul, até ao limite norte do concelho de Aveiro; a norte, até Esposende e, para nascente, desde Barcelos até Paredes/Penafiel (Portas *et al*, 2007: p.36). Sendo certo que historicamente sempre existiram dificuldades advindas da sobreposição das várias divisões e delimitações administrativas, a que não são alheios fatores sociopolíticos, considera-se ser necessário não reduzir à análise meramente às fronteiras estabelecidas.

Valongo e, em especial, na freguesia de Ermesinde, objetos empíricos da nossa pesquisa.<sup>20</sup>

Enquanto espaço de dinamismo e atração demográficos, e com uma presença de índices de crescimento marcante, sobretudo ao nível de determinadas freguesias – como é a de Ermesinde – apontada, pela literatura, como um dos exemplos paradigmáticos de transformação do subúrbio no sentido convencional do conceito (Portas *et al*, 2007) e, convertida, para efeitos de pesquisa, em posto de observação sociológica privilegiado – é sabido que o município de Valongo não deixou de acompanhar as principais tendências deste quadro mais vasto de recomposição socio-territorial. Por isso, espera-se que, com a informação recolhida, se possa obter um conhecimento ainda mais aprofundado sobre alguns dos seus processos estruturais.

## **2.1. Principal procedimento técnico de pesquisa**

Para responder a um desafio de tal envergadura, devemos referir que, nesta fase inicial da pesquisa, procedeu-se ao tratamento das séries estatísticas oficiais disponíveis do território, adotando-se diferentes domínios de incidência, essenciais ao conhecimento sociológico da problemática em estudo. Porém, não obstante o peso dado, neste período, às potencialidades advindas de utensílios como a estatística, capazes de fornecer leituras pertinentes acerca das regularidades objetivas presentes na constituição da realidade, defende-se, como veremos mais à frente, o primado do “relacionalismo metodológico” como centro da visão sociológica (Bourdieu e Wacquant, 1992: pp.17 e 23).<sup>21</sup>

## **2.2. Demografia, Modalidades de Ocupação do Território e Habitação.**

Apesar da tendência gradual da aproximação das várias regiões do nosso país a certos padrões de estruturação sociodemográfica dominantes, a variabilidade regional da matriz demográfica portuguesa foi sendo, como sabemos, e até muito tarde, altamente vincada e diversificada no contexto nacional (Bandeira, 1996). Mas dado que, no caso concreto do Grande Porto, as mudanças introduzidas, e a sua variação, se deveram a singularidades socioculturais presentes e a diferenças de ritmo evidentes, elas terão que

---

<sup>20</sup> Assumiremos o argumento de que a diferenciação espacial formada entre epicentro urbano e periferia segundo uma lógica coerente sempre existiu, não se podendo negligenciar, contudo, as relações de interdependência e complementaridade encontradas (Vásquez, 1992).

<sup>21</sup> A lista de indicadores estatísticos mobilizados para o estudo pode ser consultada em anexo (cf. Quadro A-2.1).

ser igualmente olhadas sob um quadro significativo de transformações operadas no território.

## 2.2.1. Demografia

### 2.2.1.1. A forte dinâmica populacional dos concelhos periféricos da região: principais tendências do crescimento efetivo e migratório.

Assim, e inscrito num dos processos marcantes de transformação de ocupação do território português que se tem vindo a acentuar nas últimas décadas, e que se expressa na consolidação dos fluxos de mobilidade geográfica e de crescimento populacional na coroa suburbana do Porto, podemos afirmar que o concelho de Valongo, em particular, não deixou de traduzir estas fortes alterações na sua estrutura de povoamento.

**Quadro 2.1** – População residente (nº) e variação da população residente (%) em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1950-2011)

NUT's	T							%					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2011
<b>Portugal</b>	<b>8510240</b>	<b>8889392</b>	<b>8611125</b>	<b>9833014</b>	<b>9867147</b>	<b>10356117</b>	<b>10562178</b>	<b>4,46</b>	<b>-3,13</b>	<b>14,19</b>	<b>0,35</b>	<b>4,96</b>	<b>1,99</b>
<b>Norte</b>	<b>2820866</b>	<b>3040516</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>3472715</b>	<b>3687293</b>	<b>3689682</b>	<b>7,79</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>6,18</b>	<b>0,06</b>
<b>AMP</b>	<b>964328</b>	<b>1101253</b>	<b>1218745</b>	<b>1448318</b>	<b>1522763</b>	<b>1647469</b>	<b>1672670</b>	<b>14,20</b>	<b>10,67</b>	<b>18,84</b>	<b>5,14</b>	<b>8,19</b>	<b>1,53</b>
<b>G. Porto</b>	<b>734480</b>	<b>835674</b>	<b>928335</b>	<b>1117920</b>	<b>1167800</b>	<b>1260680</b>	<b>1287282</b>	<b>13,78</b>	<b>11,09</b>	<b>20,42</b>	<b>4,46</b>	<b>7,95</b>	<b>2,11</b>
Espinho	20227	23084	29800	32409	34956	33701	31786	14,12	29,09	8,76	7,86	-3,59	-5,68
Gondomar	71058	84599	105075	130751	143178	164096	168027	19,06	24,20	24,44	9,50	14,61	2,40
Maia	43906	53643	63980	81679	93151	120111	135306	22,18	19,27	27,66	14,05	28,94	12,65
Matosinhos	73786	91017	109225	136498	151682	167026	175478	23,35	20,01	24,97	11,12	10,12	5,06
<b>Porto</b>	<b>281406</b>	<b>303424</b>	<b>301655</b>	<b>327368</b>	<b>302472</b>	<b>263131</b>	<b>237591</b>	<b>7,82</b>	<b>-0,58</b>	<b>8,52</b>	<b>-7,60</b>	<b>-13,0</b>	<b>-9,71</b>
P. Varzim	37938	40444	42890	54248	54788	63470	63408	6,61	6,05	26,48	1,00	15,85	-0,10
<b>Valongo</b>	<b>27939</b>	<b>33300</b>	<b>41265</b>	<b>64234</b>	<b>74172</b>	<b>86005</b>	<b>93858</b>	<b>19,19</b>	<b>23,92</b>	<b>55,66</b>	<b>15,47</b>	<b>15,95</b>	<b>9,13</b>
V. Conde	44460	48806	53570	64402	64836	74391	79533	9,78	9,76	20,22	0,67	14,74	6,91
V. N. Gaia	133760	157357	180875	226331	248565	288749	302295	17,64	14,95	25,13	9,82	16,17	4,69
<b>Valongo</b>	<b>27939</b>	<b>33300</b>	<b>41265</b>	<b>64234</b>	<b>74172</b>	<b>86005</b>	<b>93858</b>	<b>19,19</b>	<b>23,92</b>	<b>55,66</b>	<b>15,47</b>	<b>15,95</b>	<b>9,13</b>
Alfena	4238	5575	7225	10647	12129	13665	15211	31,55	29,60	47,36	13,92	12,66	11,31
Campo	4292	5094	6095	7526	7918	8645	9197	18,69	19,65	23,48	5,21	9,18	6,39
<b>Ermesinde</b>	<b>9229</b>	<b>12197</b>	<b>15020</b>	<b>29555</b>	<b>34415</b>	<b>38315</b>	<b>38798</b>	<b>32,16</b>	<b>23,15</b>	<b>96,77</b>	<b>16,44</b>	<b>11,33</b>	<b>1,26</b>
Sobrado	3442	4310	4770	6155	6607	6682	6727	25,22	10,67	29,04	7,34	1,14	0,67
Valongo	6738	6124	8155	10351	13103	18698	23925	-9,11	33,16	26,93	26,59	42,70	27,95

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Nota: Nd – Dado não disponível.

Aliás, para se perceber melhor de que modo o concelho tem evoluído nesta matéria, há que sublinhar que o território foi apresentando, no período em análise, uma dinâmica de crescimento demográfico altamente expressivo, sendo o aumento populacional registado entre os anos 70 e 80 do século passado, um exemplo bem notório



e muito significativo (cf. Quadro 2.1). A verdade é que, sendo importante o movimento ascendente que já se vinha desenhando no território desde o início do século XX, os anos 30 e 40 constituíram, de facto, e de forma muito clara, uma viragem em matéria de evolução populacional, ajudando-nos a explicar a evolução positiva confirmada, mais tarde, durante a sua segunda metade.

Ora, se, ao longo deste período de referência, a região do Grande Porto foi apresentando uma dinâmica de crescimento demográfico expressivo, mostrando globalmente uma situação mais favorável do que a média nacional<sup>22</sup>, posteriormente, nota-se que esta passa a ser mais marcada por uma fase de conhecida desaceleração populacional. Não obstante as oscilações ocorridas nos anos 80 e 90 e numa fase precedente de crescimento em décadas anteriores, o que é facto é que a tendência de incremento acaba por culminar num movimento generalizado de estabilização. Além de se ter notado uma considerável travagem dos fluxos de saída da população portuguesa para o estrangeiro até à transição do século, também teve o país que se confrontar com o registo de um saldo natural cada vez mais baixo. Ora, isto significa que o reconhecido processo de consolidação do período demográfico “moderno” (Ferrão, 1996), ao qual estes dois movimentos se encontram associados, sinaliza nitidamente uma nova realidade demográfica no nosso país.

Mas, independentemente das rápidas transformações ocorridas, para as quais contribuíram os fenómenos como a emigração “colonial” e “continental” maciça (Idem), assim como o processo de descolonização e o início do primeiro grande retorno da vaga de emigração da Europa, não podemos desconsiderar o relativo dinamismo demonstrado pelo Grande Porto em matéria demográfica. No momento intercensitário mais evidente de retração populacional, a região consegue manter uma variação positiva, por contraponto a Portugal e à região Norte, que apresentam, por sua vez, valores negativos. Por outro lado, nos períodos de recuperação ou estabilização populacional, sobretudo a partir dos anos 80, a média regional vai sustendo variações relativas mais significativas.

Para avaliar o alcance desta configuração, veja-se que concelhos como Maia, Matosinhos, a par do de Valongo, são aqueles que vão retendo, ao longo do tempo, as variações percentuais mais elevadas; e como Gondomar e Vila Nova de Gaia apresentam

---

<sup>22</sup> Facto beneficiado não só por uma dinâmica natural importante, como, e sobretudo, pela dinâmica migratória.

também um crescimento progressivo, ainda que se pautando mais pelos elevados índices de irregularidade (rever Quadro 2.1).

Se é certo que até à década de 70 do século passado, grande parte deste padrão de crescimento e de dinamismo populacional da região é mais influenciado pela dinâmica natural, não é menos verdade que estes territórios, desde essa altura, vêm beneficiando de saldos migratórios positivos e muito importantes (cf. Quadro 2.2). Neste domínio, acreditamos que as migrações internas, e em especial as decorrentes do êxodo rural, atingiram nestes concelhos a sua máxima intensidade, tendo um papel tanto ou mais importante do que a emigração na regulação demográfica. Prova disso são as reduzidas taxas de crescimento da região registadas entre os anos 50 e 70, por comparação à média nacional.

Mas o grande momento de transição parece ocorrer, então, a partir dos anos 70, fase em que os fluxos migratórios passam a exhibir especial relevância. De facto, não é possível ficar indiferente ao registo de taxas de crescimento migratório particularmente assinaláveis (cf. Quadro 2.2), e, mais, tudo nos leva a crer que, para além do volumoso êxodo rural interno, essencialmente orientado para o polo urbano-industrial do Porto, a situação também se inverte, por um lado, por via da entrada de população oriunda das ex-colónias e, por outro, pelo retorno de grande vaga emigratória ocorrida no passado.

Olhando para os dados relativos às migrações internas da população residente, entre o período de 1973 e a 1989, é viável depreender que, neste caso, são os municípios da faixa envolvente do Porto – e os que se encontram mais próximos do centro urbano e/ou ao longo das suas principais vias de acesso – aqueles que registaram os maiores fluxos de entrada de população, como consequência de uma mudança de residência (cf. Quadro 2.3.). E, tal como se pode observar, no plano regional, Valongo (33,6%), Maia (26%) e Matosinhos (23%) constituem os territórios de maior fluxo migratório de transferência de residência para a região. E, acordo com os Censos de 1981 e 1991, vemos que, em igual período, os indivíduos oriundos do estrangeiro fixaram-se em significativa proporção nos concelhos de Espinho (13%), da Póvoa de Varzim (12,7%) e de Vila de Conde (9,2%) não sendo, porém, de descurar o aumento da sua importância em municípios como Valongo (9,6%) e Maia (9%) (cf. Quadro 2.3).

Mesmo com a diminuição da intensidade do êxodo rural para os municípios do Grande Porto após os anos 80, a região continuou a servir de plataforma de atratividade

relativa – e a merecer destaque, encontra-se o concelho da Maia que, entre 1991 e 2011, consegue tornar-se cada vez mais atrativo, sustentando fortes fluxos populacionais, seguido do concelho de Valongo (cf. Quadro 2.2).

**Quadro 2.2** – Taxas de crescimento efetivo e migratório em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1950-2011) - (%)

NUT's	Taxa de crescimento efetivo						Taxa de crescimento migratório					
	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2011
<b>Portugal</b>	<b>4,36</b>	<b>-3,18</b>	<b>13,25</b>	<b>0,35</b>	<b>4,84</b>	<b>1,97</b>	<b>-8,25</b>	<b>-15,44</b>	<b>4,18</b>	<b>-2,85</b>	<b>4,01</b>	<b>1,89</b>
<b>Norte</b>	<b>7,50</b>	<b>-1,75</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>5,99</b>	<b>0,06</b>	<b>-9,75</b>	<b>-19,22</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>2,68</b>	<b>-1,05</b>
<b>AMP</b>	<b>13,26</b>	<b>10,08</b>	<b>17,26</b>	<b>5,01</b>	<b>7,87</b>	<b>1,52</b>	<b>-2,21</b>	<b>-5,18</b>	<b>4,86</b>	<b>-0,04</b>	<b>4,57</b>	<b>-0,33</b>
<b>G. Porto</b>	<b>12,89</b>	<b>10,51</b>	<b>16,53</b>	<b>4,36</b>	<b>7,65</b>	<b>2,09</b>	<b>-0,99</b>	<b>-5,01</b>	<b>5,43</b>	<b>-1,12</b>	<b>4,34</b>	<b>0,64</b>
Espinho	13,19	22,03	11,79	7,56	-3,66	-5,85	-5,14	3,18	-4,65	0,77	-0,10	-5,14
Gondomar	17,4	21,60	21,78	9,07	13,62	2,37	1,81	9,03	17,86	2,41	8,93	0,30
Maia	19,96	17,59	24,29	13,12	25,28	11,90	6,00	5,74	19,91	6,81	19,26	6,33
Matosinhos	20,91	18,19	22,20	10,54	9,62	4,94	7,52	5,52	13,80	4,40	5,86	2,78
<b>Porto</b>	<b>7,53</b>	<b>-0,58</b>	<b>8,18</b>	<b>-7,91</b>	<b>-13,91</b>	<b>-10,20</b>	<b>-5,00</b>	<b>-19,61</b>	<b>-15,44</b>	<b>-5,66</b>	<b>-12,42</b>	<b>-6,77</b>
P. Varzim	6,39	5,87	23,39	0,99	14,68	-0,10	-13,62	-15,35	7,82	-8,41	8,03	-3,94
<b>Valongo</b>	<b>17,51</b>	<b>21,36</b>	<b>20,22</b>	<b>14,36</b>	<b>14,77</b>	<b>8,73</b>	<b>-0,72</b>	<b>5,91</b>	<b>11,19</b>	<b>6,20</b>	<b>9,10</b>	<b>3,52</b>
V. Conde	9,32	9,31	18,36	0,67	13,73	6,68	-8,64	-9,50	5,33	-6,78	8,90	3,33
V. N. Gaia	16,21	13,8	22,44	9,36	14,96	4,58	5,01	2,56	14,49	3,63	10,56	1,61
<b>Valongo</b>	<b>17,51</b>	<b>21,36</b>	<b>17,26</b>	<b>14,36</b>	<b>14,77</b>	<b>8,73</b>	<b>-0,72</b>	<b>5,91</b>	<b>11,19</b>	<b>6,20</b>	<b>9,10</b>	<b>3,52</b>
Alfena	27,25	25,78	38,29	13,01	11,91	10,71	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Campo	17,09	17,9	21,01	5,08	8,78	6,19	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
<b>Ermesinde</b>	<b>27,70</b>	<b>20,74</b>	<b>65,21</b>	<b>15,19</b>	<b>10,72</b>	<b>1,25</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>
Sobrado	22,39	10,13	25,35	7,08	1,13	0,67	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Valongo	-9,55	28,45	23,73	23,47	35,19	24,53	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas Demográficas, 1950-2011; IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011; Cálculos próprios.  
Nota: Nd – Dado não disponível.

Mais uma vez, o que os dados mostram é que, entre 1995 e 1999, estes dois últimos, assim como o de Gondomar (12,3%) e de Matosinhos (11,2%) continuavam a deter uma expressão relevante na receção de indivíduos oriundos de outras zonas do país concelhos (20,8% e 16,3%, respetivamente), sendo que, entre 2005 e 2009, o cenário altera-se ligeiramente, com os municípios do Porto (22%) e de Vila Nova de Gaia (20,4%) a apresentarem igualmente valores importantes (cf. Quadro 2.4).

Porém, é preciso esclarecer que, à margem, o concelho do Porto, desde cedo, mantém um comportamento demográfico de oposição, apresentando variações populacionais com registos quase sempre negativos.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Repare-se, por exemplo, nas fortes perdas observadas entre 1981-1991 (-7,60%), 1991-2001 (-13,01%) e 2001-2011 (-9,71%) (rever Quadro 2.1). À semelhança, também Espinho mostra, sistematicamente, os menores ganhos populacionais culminando em perda desde os anos 90. Aliás, desde a década de 50, estes

No caso do Porto, a repulsão tem vindo mesmo a assumir contornos gravosos, destacando-se os períodos de 1960-1970, de 1991-2001 e de 2001-2011 como os marcos mais visíveis dos efeitos demográficos gerados, no primeiro caso, pela emigração e, no segundo, pela progressiva perda populacional, aliada a uma dinâmica natural negativa. Segundo os dados relativos aos fluxos migratórios, vemos que o Porto se apresenta como o concelho mais repulsivo da região, notando-se que os próprios fluxos migratórios com origem neste território são os mais significantes até finais da década de 90 (cf. Quadros 2.3 e 2.4). Já no que diz respeito aos concelhos de Vila de Conde e da Póvoa de Varzim, os dois assemelham-se pelo registo das variações relativas de crescimento mais baixas (cf. Quadro 2.2).<sup>24</sup>

Apesar de não ser completamente linear, importa perceber que, associado ao movimento de perda de população verificado no centro do Porto, e assistindo-se, no conjunto da região, a uma forte vitalidade demográfica, o concelho de Valongo foi sendo claramente beneficiado, como vimos, por movimentos migratórios consideráveis. Porém, as cinco freguesias que o compõem apresentam entre si diferenças importantes, introduzindo variações sensíveis no padrão concelhio.

Ao concentrarem, globalmente, maiores variações populacionais, sobretudo entre os anos 60 e os anos 90, as freguesias de Alfena e de Ermesinde foram aquelas que refletiram uma evolução bastante idêntica e muito favorável. No entanto, em Ermesinde, o aumento da sua população foi sendo feito a um ritmo bastante superior à das restantes freguesias e ao valor médio concelhio, influenciando fortemente este último – veja-se, a este respeito, o aumento populacional no período censitário de 1970-1981 (rever Quadro 2.1). É certo que a tendência de crescimento significativo verificada desde a primeira metade do século passado contribuiu, indiretamente, para tal evolução, mas também não podemos desconsiderar que, a partir dos seus meados, e por força de uma dinâmica

---

municípios, em particular o do Porto, veem assumindo um padrão migratório repulsivo, não tendo sido a dinâmica natural suficiente para compensar os fluxos de saída da população.

<sup>24</sup> Se tivermos em conta que desde os anos 50, as taxas de crescimento migratório situavam-se em níveis negativos, percebe-se com maior amplitude tal comportamento em ambos os territórios (rever Quadro 2.1). Por seu turno, só pela primeira vez, a partir de 1991, é que verificamos a mudança de padrão migratório com o registo de saldo positivos. Entre 2001 e 2011, Póvoa de Varzim volta, no entanto, a perder população. Mas, é entre 1995 e 2009, que os concelhos da Póvoa de Varzim, de Espinho e do Porto registaram as proporções mais importantes de “imigrantes provenientes do estrangeiro”, o que, à semelhança dos outros territórios da região, encontra justificação não só nalgum movimento de retorno de ex-emigrantes da Europa, como noutras movimentações populacionais consideráveis, em especial a entrada volumosa de estrangeiros provenientes do Brasil, dos PALOP e da Europa de Leste.

migratória positiva que o concelho foi acumulando, a freguesia, pela sua importância, obteve uma incidência mais consolidada e prolongada dos fluxos de entrada.

Por isso, Ermesinde é apontada como uma das freguesias de maior impulso demográfico dos concelhos periféricos mais próximos do limite da cidade do Porto e sobre a qual pesaram fatores de estímulo. Destaca-se, em especial, e numa primeira fase, a relevância estruturante da construção da linha ferroviária e o impacto da rede pública de transportes implementada e da rede de estradas, além do conjunto de ligações de malha concêntrica que se foi reforçando ao longo dos anos (Vasquez, 1992: pp.152-159; Matos, 2001: p.277).

Mas as recentes transformações indiciam também que os efeitos da estabilização da estrutura populacional se têm vindo a fazer sentir desde a transição para o século XXI. Revendo de novo o Quadro 2.1, notamos que, entre 2001 e 2011, a freguesia regista uma variação de crescimento muito baixa (de 1,3%), ainda que a análise de fluxos de entrada, entre 1995 e 2009, de população oriunda quer de outros concelhos do país, quer do estrangeiro, a coloque numa posição ainda positiva. A avaliar pelos resultados do último Censo, a par de Alfena e de Valongo, esta freguesia ainda é um território afeto a uma maior mobilidade residencial, ou seja, com forte registo de entrada e saída de população (cf. Quadro 2.4).

Por oposição, desde os anos 50, o padrão evolutivo de Campo e de Sobrado, sendo semelhante à variação média do concelho, embora com menor intensidade, não deixa margem para dúvidas acerca da sua relativa estagnação – as variações são reduzidas e ganham maior expressividade desde os anos 80. Ainda assim, Campo não deixa de estar, por comparação, numa posição um pouco mais favorável. Não dispondo de informação relativa ao crescimento migratório destas duas freguesias, a verdade é que apenas podemos admitir que este não terá sido tão positivamente marcante para travar a desaceleração populacional (rever Quadro 2.1).

Por outro lado, é também durante os anos 90 que a demarcação da freguesia de Valongo se torna mais clara pois, com a exceção das décadas de 60 e de 70, em que o crescimento é acentuado, nota-se uma maior tendência para fixação da sua população residente, tendência essa ligeiramente divergente dos restantes contextos. Repare-se que, em 2011, a variação de crescimento é nitidamente superior à da média concelhia e das restantes freguesias (rever Quadro 2.1).

**Quadro 2.3** – Fluxos migratórios em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1973-1989) - (%)

NUT's	1981								1991							
	Pop. que não mudou de concelho		Imigrantes no concelho em 1973		Imigrantes no concelho em 1979		Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 1973	Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 1979	Pop. que não mudou de concelho		Imigrantes no concelho em 1985		Imigrantes no concelho em 1989		Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 1985	Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 1989
	em 1973	em 1979	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro			em 1985	em 1989	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro		
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Portugal</b>	<b>79,6</b>	<b>94,2</b>	<b>6,6</b>	<b>7,1</b>	<b>2,5</b>	<b>0,8</b>	<b>6,6</b>	<b>2,5</b>	<b>87,8</b>	<b>95,6</b>	<b>5,3</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>	<b>0,7</b>	<b>5,3</b>	<b>1,8</b>
<b>Norte</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>90,4</b>	<b>96,4</b>	<b>3,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>0,7</b>	<b>4,1</b>	<b>1,4</b>
<b>G. Porto</b>	<b>80,9</b>	<b>94,7</b>	<b>7,2</b>	<b>5,7</b>	<b>2,5</b>	<b>0,6</b>	<b>6,2</b>	<b>2,3</b>	<b>86,8</b>	<b>95,5</b>	<b>6,2</b>	<b>1,3</b>	<b>2,0</b>	<b>0,5</b>	<b>5,7</b>	<b>2,0</b>
Espinho	79,9	94,5	5,9	8,5	2,5	0,9	5,7	2,2	88,7	95,8	4,1	2,6	1,5	1,0	4,6	1,6
Gondomar	83,7	95,4	7,5	4,5	2,6	0,5	4,2	1,5	88,6	96,3	6,5	0,9	2,0	0,4	4,0	1,3
Maia	78,7	94,1	9,7	6,1	3,5	0,6	5,5	1,9	83,4	94,8	9,8	1,7	3,0	0,6	5,2	1,6
Matosinhos	81,7	95,1	8,4	4,6	2,8	0,4	5,2	1,7	85,9	95,5	9,0	0,9	2,8	0,3	4,2	1,4
<b>Porto</b>	<b>76,2</b>	<b>93,4</b>	<b>7,4</b>	<b>5,8</b>	<b>2,4</b>	<b>0,5</b>	<b>10,6</b>	<b>3,8</b>	<b>83,1</b>	<b>94,0</b>	<b>5,0</b>	<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>0,4</b>	<b>11,1</b>	<b>4,0</b>
P. Varzim	82,7	95,6	4,8	8,6	1,7	0,9	4,0	1,8	91,1	96,5	3,7	2,2	1,4	1,0	3,0	1,2
<b>Valongo</b>	<b>78,5</b>	<b>94,0</b>	<b>10,3</b>	<b>6,7</b>	<b>3,6</b>	<b>0,6</b>	<b>4,5</b>	<b>1,8</b>	<b>84,2</b>	<b>95,0</b>	<b>8,9</b>	<b>1,7</b>	<b>2,7</b>	<b>0,6</b>	<b>5,2</b>	<b>1,7</b>
V. Conde	85,0	95,8	4,8	6,3	1,7	0,9	3,8	1,6	91,5	97,0	3,6	1,4	1,3	0,6	3,5	1,2
V. N. Gaia	85,7	95,9	5,5	5,1	2,0	0,7	3,7	1,4	90,7	96,8	5,1	1,5	1,8	0,6	2,7	0,9
<b>Valongo</b>	<b>78,5</b>	<b>94,0</b>	<b>10,3</b>	<b>6,7</b>	<b>3,6</b>	<b>0,6</b>	<b>4,5</b>	<b>1,8</b>	<b>84,2</b>	<b>95,0</b>	<b>8,9</b>	<b>1,7</b>	<b>2,7</b>	<b>0,6</b>	<b>5,2</b>	<b>1,7</b>
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd

Fonte: INE – Portugal, XII e XIII, Recenseamentos Gerais da População, 1981-1991.

Notas: Esta informação tem por base os dados da população residente segundo as migrações, por residência habitual nos Recenseamentos de 1981 (relativo a 1973 e 1979) e de 1991 (relativo a 1985 e 1989). Nd – Dado não disponível.

**Quadro 2.4** – Fluxos migratórios em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1995-2009) - (%)

NUT's	2001								2011							
	Pop. que não mudou de concelho		Imigrantes no concelho em 1995		Imigrantes no concelho em 1999		Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 1995	Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 1999	Pop. que não mudou de concelho		Imigrantes no concelho em 2005		Imigrantes no concelho em 2009		Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 2005	Emigrantes do concelho p/out. concelhos em 2009
	em 1995	em 1999	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro			em 2005	em 2009	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro	Provenientes do País	Provenientes do Estrangeiro		
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Portugal</b>	<b>84,5</b>	<b>94,3</b>	<b>6,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,4</b>	<b>1,0</b>	<b>6,6</b>	<b>2,4</b>	<b>79,3</b>	<b>91,4</b>	<b>12,2</b>	<b>2,0</b>	<b>5,3</b>	<b>0,8</b>	<b>6,4</b>	<b>2,6</b>
<b>Norte</b>	<b>87,4</b>	<b>95,5</b>	<b>5,3</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>	<b>0,7</b>	<b>5,4</b>	<b>1,9</b>	<b>82,4</b>	<b>92,6</b>	<b>11,1</b>	<b>1,5</b>	<b>4,7</b>	<b>0,7</b>	<b>5,0</b>	<b>2,0</b>
<b>G. Porto</b>	<b>82,1</b>	<b>93,9</b>	<b>8,5</b>	<b>1,2</b>	<b>2,8</b>	<b>0,5</b>	<b>8,3</b>	<b>2,8</b>	<b>78,0</b>	<b>90,9</b>	<b>13,8</b>	<b>1,2</b>	<b>5,8</b>	<b>0,5</b>	<b>7,0</b>	<b>2,8</b>
Espinho	81,1	92,6	4,8	1,7	1,9	1,0	12,4	4,5	81,3	91,9	10,7	1,1	4,9	0,5	6,8	2,6
Gondomar	83,5	94,9	9,6	0,7	2,7	0,3	6,2	2,1	82,0	92,3	11,3	0,7	4,9	0,4	5,9	2,5
Maia	75,0	91,7	16,0	1,2	4,8	0,5	7,8	3,0	72,1	89,5	16,8	1,0	6,4	0,5	10,1	3,6
Matosinhos	82,3	93,9	8,2	0,9	3,0	0,4	8,6	2,8	77,0	90,9	14,0	1,1	5,6	0,5	7,8	3,0
<b>Porto</b>	<b>76,6</b>	<b>91,9</b>	<b>6,5</b>	<b>1,2</b>	<b>2,4</b>	<b>0,6</b>	<b>15,8</b>	<b>5,1</b>	<b>76,0</b>	<b>89,1</b>	<b>15,1</b>	<b>1,6</b>	<b>7,0</b>	<b>0,7</b>	<b>7,2</b>	<b>3,2</b>
P. Varzim	86,8	95,2	5,8	2,2	2,0	0,8	5,1	2,0	81,8	92,8	10,5	1,9	4,2	0,8	5,8	2,2
<b>Valongo</b>	<b>79,5</b>	<b>92,6</b>	<b>11,8</b>	<b>1,0</b>	<b>4,5</b>	<b>0,4</b>	<b>7,7</b>	<b>2,5</b>	<b>77,4</b>	<b>90,8</b>	<b>12,6</b>	<b>0,9</b>	<b>5,2</b>	<b>0,5</b>	<b>9,0</b>	<b>3,5</b>
V. Conde	87,2	95,4	6,2	1,2	2,2	0,5	5,4	1,9	79,9	92,2	12,0	1,2	4,6	0,6	6,8	2,5
V. N. Gaia	87,8	95,9	7,2	1,3	2,3	0,6	3,7	1,3	79,2	91,3	14,3	1,1	6,1	0,5	5,4	2,2
<b>Valongo</b>	<b>79,5</b>	<b>92,6</b>	<b>11,8</b>	<b>1,0</b>	<b>4,5</b>	<b>0,4</b>	<b>7,7</b>	<b>2,5</b>	<b>77,4</b>	<b>90,8</b>	<b>12,6</b>	<b>0,9</b>	<b>5,2</b>	<b>0,5</b>	<b>9,0</b>	<b>3,5</b>
Alfena	82,5	93,8	10,3	1,1	4,4	0,4	Nd	Nd	77,8	91,0	13,1	1,2	5,3	0,8	7,9	2,9
Campo	85,9	96,0	6,9	0,7	2,2	0,5	Nd	Nd	86,2	95,0	8,4	0,7	3,1	0,4	4,6	1,5
<b>Ermesinde</b>	<b>79,7</b>	<b>93,6</b>	<b>13,4</b>	<b>1,1</b>	<b>4,6</b>	<b>0,5</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>76,2</b>	<b>90,0</b>	<b>12,7</b>	<b>1,0</b>	<b>5,4</b>	<b>0,4</b>	<b>10,1</b>	<b>4,1</b>
Sobrado	88,8	96,5	4,1	0,7	1,8	0,3	Nd	Nd	89,3	95,8	6,2	0,6	2,4	0,5	3,9	1,4
Valongo	77,5	91,7	14,5	1,0	6,2	0,3	Nd	Nd	72,5	88,7	15,5	1,0	6,4	0,5	11,1	4,3

Fonte: INE – Portugal, XIV e XV, Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011.

Notas: Esta informação tem por base os dados da população residente segundo as migrações, por residência habitual nos Recenseamentos de 2001 (relativo a 1995 e 1999) e de 2011 (relativo a 2005 e 2009). Nd – Dado não disponível

**Quadro 2.5** – Taxa bruta de natalidade, de mortalidade e de crescimento natural em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1950-2011) - (‰)

NUT's	Taxa bruta de natalidade							Taxa bruta de mortalidade							Taxa bruta de crescimento natural						
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>24,11</b>	<b>24,06</b>	<b>20,08</b>	<b>15,47</b>	<b>11,80</b>	<b>10,89</b>	<b>9,17</b>	<b>12,08</b>	<b>10,69</b>	<b>10,81</b>	<b>9,75</b>	<b>10,58</b>	<b>10,15</b>	<b>9,74</b>	<b>12,03</b>	<b>13,37</b>	<b>9,27</b>	<b>5,72</b>	<b>1,22</b>	<b>0,74</b>	<b>-0,57</b>
<b>Norte</b>	<b>29,40</b>	<b>29,62</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>13,32</b>	<b>11,25</b>	<b>8,54</b>	<b>14,14</b>	<b>11,49</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>9,17</b>	<b>8,66</b>	<b>8,56</b>	<b>15,26</b>	<b>18,13</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>4,14</b>	<b>2,59</b>	<b>-0,01</b>
<b>AMP</b>	<b>29,32</b>	<b>28,59</b>	<b>22,70</b>	<b>16,51</b>	<b>13,00</b>	<b>11,06</b>	<b>8,96</b>	<b>15,71</b>	<b>11,59</b>	<b>9,84</b>	<b>8,10</b>	<b>8,44</b>	<b>8,17</b>	<b>8,21</b>	<b>13,6</b>	<b>17,00</b>	<b>12,86</b>	<b>8,41</b>	<b>4,56</b>	<b>2,89</b>	<b>0,75</b>
<b>G. Porto</b>	<b>28,79</b>	<b>27,98</b>	<b>22,81</b>	<b>16,20</b>	<b>12,82</b>	<b>11,24</b>	<b>9,17</b>	<b>16,92</b>	<b>12,15</b>	<b>10,04</b>	<b>8,29</b>	<b>8,81</b>	<b>8,39</b>	<b>8,33</b>	<b>11,87</b>	<b>15,82</b>	<b>12,77</b>	<b>7,91</b>	<b>4,01</b>	<b>2,85</b>	<b>0,83</b>
Espinho	33,52	34,40	25,27	18,67	12,79	11,42	7,39	19,38	13,34	10,94	7,68	9,01	8,58	9,47	14,14	21,05	14,33	10,98	3,78	2,85	-2,08
Gondomar	31,59	25,02	15,94	16,44	12,58	11,94	8,33	17,55	11,08	7,78	6,88	7,42	7,32	7,34	14,04	13,95	8,16	9,55	5,15	4,62	0,99
Maia	29,81	25,45	16,11	16,87	12,06	12,79	10,17	16,85	11,60	8,69	6,97	7,65	6,28	6,39	12,96	13,85	7,42	9,90	4,40	6,51	3,78
Matosinhos	28,16	25,81	19,78	15,97	13,52	10,72	9,48	16,52	11,17	8,89	7,51	7,87	7,57	7,84	11,64	14,63	10,89	8,46	5,66	3,15	1,65
<b>Porto</b>	<b>25,86</b>	<b>30,74</b>	<b>28,16</b>	<b>14,70</b>	<b>11,61</b>	<b>9,17</b>	<b>8,31</b>	<b>17,17</b>	<b>13,45</b>	<b>11,46</b>	<b>10,21</b>	<b>11,47</b>	<b>12,28</b>	<b>11,88</b>	<b>8,68</b>	<b>17,29</b>	<b>16,70</b>	<b>4,49</b>	<b>0,14</b>	<b>-3,10</b>	<b>-3,56</b>
P. Varzim	39,22	33,23	28,37	20,96	15,30	13,52	9,34	17,87	11,65	10,89	7,21	8,07	8,24	7,60	21,35	21,59	17,49	13,75	7,23	5,28	1,73
<b>Valongo</b>	<b>31,50</b>	<b>31,65</b>	<b>20,96</b>	<b>17,87</b>	<b>14,13</b>	<b>12,15</b>	<b>10,24</b>	<b>15,78</b>	<b>10,99</b>	<b>9,04</b>	<b>6,13</b>	<b>6,55</b>	<b>6,73</b>	<b>6,84</b>	<b>15,71</b>	<b>20,66</b>	<b>11,92</b>	<b>11,74</b>	<b>7,58</b>	<b>5,42</b>	<b>3,40</b>
V. Conde	32,23	30,39	26,43	16,97	15,18	11,32	10,42	14,75	11,23	10,34	8,40	8,36	7,89	8,20	17,48	19,16	16,09	8,57	6,82	3,43	2,23
V. N. Gaia	28,10	22,54	19,70	15,93	12,75	11,55	9,15	16,60	11,48	9,95	8,21	8,30	7,44	7,78	11,50	11,06	9,75	7,72	4,45	4,11	1,37
<b>Valongo</b>	<b>31,50</b>	<b>31,65</b>	<b>20,96</b>	<b>17,87</b>	<b>14,13</b>	<b>12,15</b>	<b>10,24</b>	<b>15,78</b>	<b>10,99</b>	<b>9,04</b>	<b>6,13</b>	<b>6,55</b>	<b>6,73</b>	<b>6,84</b>	<b>15,71</b>	<b>20,66</b>	<b>11,92</b>	<b>11,74</b>	<b>7,58</b>	<b>5,42</b>	<b>3,40</b>
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	11,05	8,55	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	6,51	6,57	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	4,54	1,98
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	10,53	11,63	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	7,98	6,96	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	2,54	4,67
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>10,83</b>	<b>8,53</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>7,20</b>	<b>7,60</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>3,63</b>	<b>0,93</b>
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	10,48	13,23	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	5,09	6,99	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	5,39	6,24
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	17,01	12,71	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	5,94	5,68	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	11,07	7,03

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas Demográficas, 1950- 2011; IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011; Cálculos próprios (valores referentes aos anos dos Recenseamentos).

Taxa Bruta de Natalidade = [(Nados-Vivos/Pop. Residente)\*1000].

Taxa Bruta de Mortalidade = [(Óbitos/Pop. Residente)\*1000].

Taxa Bruta de Crescimento Natural = [(Nados-Vivos – Óbitos)/Pop. Residente)\*1000].

Nota: Nd – Dado não disponível.



### **2.2.1.2. Um quadro regional de quebra do crescimento natural, da natalidade e da mortalidade mas com dissemelhanças territoriais.**

Embora a região do Grande Porto vá mantendo um comportamento relativamente positivo quando comparado com a tendência nacional, seria incorreto omitir a sua posição de convergência com as visíveis modificações sucedidas na dinâmica natural portuguesa. Isto porque, em movimento descendente e a um ritmo cada vez mais lento, as últimas décadas do século XX confirmaram, de forma drástica, estes traços estruturantes da nossa evolução demográfica, continuando-se a acelerar ainda mais, à entrada no século XXI, o panorama de acentuado desfavorecimento – note-se que a taxa de crescimento natural passou de 2,85, em 2001, para 0,83, em 2011 (cf., anteriormente, Quadro 2.5).

Todavia, se é verdade que, na maioria dos territórios, a inflexão começou por se verificar tardiamente, convém insistir na ideia de que o ritmo de redução do saldo natural não foi igual para todos. Na Póvoa de Varzim, em Vila de Conde e em Valongo, a redução foi mais intensificada, se tomarmos por referência os valores elevados do passado; e, em Espinho, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, espaços sub-regionais pautados por algumas irregularidades, registou-se igualmente um destacado declínio, sendo de realçar a situação mais gravosa para o primeiro concelho que, em 2011, pela primeira vez, conhece, no período em análise, um saldo negativo. Já nos concelhos de Gondomar e da Maia, o recuo foi relativamente mais precoce. Tendo sido principalmente marcado por níveis de evolução irregular e não beneficiando de um saldo natural positivo, o concelho do Porto é aquele que se encontra, atualmente, numa situação de maior desfavorecimento já que, tal como há dez anos atrás, em 2011, permanecia com um registo de saldo negativo.

Ora, perante a presença desta forte quebra do saldo natural, há apenas duas importantes especificações a fazer. A primeira diz respeito ao facto da mortalidade ter conhecido um declínio apreciável, comportamento que se justifica pelos enormes avanços da medicina e pelo alargamento da assistência médica às populações e das melhorias gerais das condições de higiene e alimentares, continuando a processar-se sem grandes oscilações. A segunda, de maior peso explicativo, relaciona-se com a dinâmica de natalidade na medida em que as mudanças dos estilos de vida, a idade tardia do casamento e do nascimento do primeiro filho, a difusão dos meios contracetivos, a quebra da fecundidade ajudam a explicar, em grande parte, a sua forte redução.<sup>25</sup> Dir-se-á, porém,

---

<sup>25</sup> Desde a década de 80, os padrões de diferenciação, em matéria de fecundidade, nos vários territórios tem-se reforçado (cf., em anexo, Quadro A-2.2), sendo interessante acrescentar que, no conjunto dos distritos da região Norte, o distrito do Porto apresentou desde sempre um carácter de exceção por

numa abordagem transversal, que as variações das duas taxas não tiveram o mesmo impacto regional. Mesmo com a significativa retração da natalidade, o Grande Porto foi persistindo com valores positivos do saldo natural, acontecimento só viável pela presença de taxas brutas de natalidade relativamente altas e que, na transição do século, ainda vão superando a média nacional (cf. Quadro 2.5). Por outro lado, assiste-se, regionalmente, à evidente redução das taxas de mortalidade, invertendo-se o panorama de desfavorecimento presente até os anos 70.<sup>26</sup>

### **2.2.1.3. A afirmação acelerada do “envelhecimento de base” no Grande Porto, em especial no concelho portuense.**

Se, de acordo com os dados alusivos à evolução do perfil etário da população portuguesa, as duas primeiras décadas da segunda metade do século XX prolongam, no essencial, a tendência de reforço dos três principais grupos etários em análise uma vez que, durante esse período, as oscilações sentidas foram diminutas (cf. em anexo Quadro A-2.4), terá sido a partir da década de 70 que os grandes padrões comportamentais entraram em rutura, já que se nota a redução da população jovem e o aumento notável da população idosa. E ainda que os sinais de diminuição da proporção relativa da população jovem se comecem a afirmar progressivamente, e de uma forma generalizada nos anos 80, o Grande Porto vai mantendo, até então, e por comparação com o nosso país, elevadas percentagens de indivíduos entre os “0 e os 14 anos” de idade. Mas os contrastes inter-concelhios são até agora consideráveis – nos concelhos da Póvoa de Varzim, de Valongo e de Vila do Conde, a representatividade deste grupo etário vai subsistindo significativamente, ao passo que o peso da população jovem tem sido menor no concelho do Porto (ver, de novo, em anexo Quadro A-2.4).

A afirmação deste “envelhecimento de base” (Nazareth, 1996: p.95), profundamente interligado a variações de cariz negativo em indicadores como a fecundidade e a natalidade, e cuja reconfiguração tem sido particularmente intensa nos últimos tempos, parece ser, contudo, ainda mais gravoso quando nos confrontamos com o reforço coincidente da proporção de indivíduos com 65 e mais anos. Neste ponto, há que contar com o fator migratório pois fica à vista de todos que a presença persistente de

---

revelar um padrão de fecundidade mais baixo. É de admitir que algumas das divergências, em matéria de procriação, entre meios mais urbanizados e meios mais ruralizados tiveram o seu peso ao longo do tempo (Bandeira, 1996: p.225).

<sup>26</sup> Aliás, no contexto da região Norte, até a essa época, o distrito do Porto detinha uma mortalidade elevada (Bandeira, 1996: p.228).

movimentos emigratórios, especialmente intensivos até meados dos anos 70, e reincidentes trinta anos depois, contribuiu decisivamente para a aceleração do processo de envelhecimento, ainda que, na região em estudo, o ritmo de “envelhecimento de topo” seja menos intenso do que aquele que se verifica no país (Rosa, 1996: p.37; (Nazareth, 1996: p.96). Outro aspeto importante a sublinhar será, novamente, o relativo às assimetrias inter-concelhias que se foram desenhando. Se, até aos anos 70, o peso percentual da população idosa no total da população residente era mais ou menos convergente em todos os municípios, volvidos quarenta anos a distância entre estes foi-se acentuando, pois o que os dados nos dizem é que, uma vez mais e em clara dissonância, os concelhos do Porto e de Espinho continuam a registar os maiores índices de envelhecimento, por contraponto a Valongo, que apresenta sistematicamente efetivos reduzidos de população idosa, bem como baixos índices de envelhecimento (cf., em anexo Quadro A-2.5).

Sendo facto que a partir das últimas três décadas do século XX se assiste no concelho de Valongo a uma redução nítida da população jovem e a um reforço consistente da população idosa, não deve igualmente deixar de se evocar que a análise minuciosa da evolução destas duas franjas da população permite-nos, sob o ponto de vista demográfico, confirmar as dissemelhanças existentes entre as suas respetivas freguesias.

Mesmo sendo notória a posição genericamente mais favorável do concelho em relação à região, devemos ver com alguma atenção os contornos territorialmente diferenciados que tais tendências vão adotando, sob pena até de incorrermos em leituras excessivamente homogeneizantes.<sup>27</sup> De facto, olhando para a distribuição etária da população, era já visível, por um lado, que a freguesia de Ermesinde vinha apresentando valores mais reduzidos de população jovem do que as restantes freguesias, posição essa que, aliás, mantém até à atualidade.<sup>28</sup> Por outro lado, Campo, Sobrado e Valongo têm-se demarcado de forma nítida, se tomarmos em linha de conta as percentagens ligeiramente

---

<sup>27</sup> No nosso entender, será a partir dos anos 80 do século passado, momento em que o peso percentual da população jovem (0-14 anos) no total da população residente nas freguesias variava entre os 28% e os 30%, que se começam a inscrever na estrutura etária típica do concelho, com maior ou menor incidência, as principais diferenças. Nessa altura, recorde-se, que o peso da população idosa (65 e mais anos) se fixava entre os 5% e 7%. Em 2011, por sua vez, os valores percentuais de jovens e dos idosos situavam-se, respetivamente, entre os 15% e os 19% e os 9% e os 16% da população (rever, em anexo, Quadro A-2.4).

<sup>28</sup> Acrescente-se que, a par Alfena, a freguesia vai-se confrontando com os valores mais baixos e, por isso, não é de estranhar que ambas registem os maiores aumentos percentuais nas camadas mais idosas.

mais reduzidas de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e as proporções de jovens mais elevadas.<sup>29</sup>

#### **2.2.1.4. A contração da dimensão das famílias e o peso dos núcleos familiares mais reduzidos no plano regional (variações inter-concelhias).**

Apesar de notarmos a tendência progressiva de aumento do número de famílias no nosso país desde a segunda metade do século XX, a leitura dos dados referentes à sua dimensão média indica que, em matéria de composição familiar, Portugal sofreu profundas alterações.

Desde logo, a primeira mais notória, prende-se com a significativa descida do número de elementos por agregado doméstico, sobretudo a partir dos anos 70, facto associado, entre outros fatores, ao papel de influência da vaga emigratória na década anterior e às mudanças introduzidas após o 25 de Abril de 1974. Entre 1950 e 2011, Portugal assiste a uma redução de 4,16 para 2,61 elementos sendo que, em igual período, também o Grande Porto vivencia uma inflexão de 4,39 para 2,63 indivíduos (cf. Quadro 2.6). Porém, este evidente redimensionamento familiar deve ser examinado com cuidado porque, ao longo do tempo, a região é mais tardia e intensamente afetada pela quebra da dimensão média familiar do que no conjunto do país, onde, aliás, os sinais de mudança se afirmam precocemente.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Todavia, há aqui que equacionar uma segunda leitura que não será totalmente desprovida de sentido pois, de acordo com as observações anteriores, constata-se que, à primeira vista, tal dualidade podia ser entendida como uma clivagem territorialmente acentuada na configuração etária do concelho. Ora, tal não é exatamente o que se sucede. Se considerarmos as variações percentuais dos grupos etários em análise, percebemos que Campo e Sobrado, entre as diferentes épocas, revelam valores de quebra de população jovem mais fortes em relação à média concelhia, confirmando a tendência de maior aceleração de envelhecimento, bem como um aumento proporcional do número de idosos, entre 1981 e 2011, muito próximo do acréscimo registado em Ermesinde e Alfena. Isto significa que ao nível do “envelhecimento de topo”, as tendências anteriormente traçadas nestas últimas freguesias – a intensidade do envelhecimento em relação à média concelhia e a contração mais evidente das camadas jovens – devem ser vistas à luz dos andamentos diferenciados e desajustados do concelho. Note-se que, em termos comparativos, Ermesinde e Valongo, por exemplo, sofrem um ritmo de quebra de população jovem mais reduzido porque os patamares iniciais eram já mais baixos. No caso de Valongo, evidencia-se também o facto de registar um ritmo mais lento de aumento da população idosa.

<sup>30</sup> Esta clivagem acentuada entre os distritos do Norte e Ilhas, onde as unidades familiares foram sempre mais extensas, e os do Centro e Sul, marcados por unidades mais reduzidas, está relacionada, como sabemos, com indicadores regionais relativos à fecundidade e ganha maior relevo a partir dos anos 30 do século passado (Bandeira, 1996: pp.364-370). Na realidade, só nos anos 50 se assiste a uma tendência favorável nos distritos do Norte nas famílias reduzidas e, no caso distrito do Porto, a afirmação torna-se mais forte na década de 70. Por isso, compreender esta mudança, leva a reconhecer, no distrito, a importância da elevada proporção de famílias nucleares simples, sendo este fenómeno justificado, ao longo do tempo, pela perda do peso das famílias alargadas e pela evolução crescente das famílias nucleares sem filhos e das famílias monoparentais (Idem: pp.397-399).

**Quadro 2.6** – Número e dimensão média das famílias em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) – (1950-2011) - (%)

NUT's	1950	Dim. Méd	1960	Dim. Méd	1970	Dim. Méd	1981	Dim. Méd	1991	Dim. Méd	2001	Dim. Méd	2011	Dim. Méd
	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%
<b>Portugal</b>	<b>2047439</b>	<b>4,16</b>	<b>2356982</b>	<b>3,77</b>	<b>2345225</b>	<b>3,67</b>	<b>2924443</b>	<b>3,36</b>	<b>3149802</b>	<b>3,13</b>	<b>3654633</b>	<b>2,83</b>	<b>4048559</b>	<b>2,61</b>
<b>Norte</b>	<b>636641</b>	<b>4,43</b>	<b>730510</b>	<b>4,16</b>	Nd	Nd	Nd	Nd	<b>1009594</b>	<b>3,44</b>	<b>1211590</b>	<b>3,04</b>	<b>1332127</b>	<b>2,77</b>
<b>AMP</b>	<b>217417</b>	<b>4,44</b>	<b>271015</b>	<b>4,06</b>	<b>292970</b>	<b>4,16</b>	<b>389707</b>	<b>3,72</b>	<b>454414</b>	<b>3,35</b>	<b>560913</b>	<b>2,99</b>	<b>625460</b>	<b>2,67</b>
<b>G. Porto</b>	<b>167435</b>	<b>4,39</b>	<b>211211</b>	<b>3,96</b>	<b>228695</b>	<b>4,06</b>	<b>307334</b>	<b>3,64</b>	<b>353936</b>	<b>3,30</b>	<b>436699</b>	<b>2,89</b>	<b>489906</b>	<b>2,63</b>
Espinho	4628	4,37	5462	4,23	6685	4,46	8340	3,89	11044	3,17	11587	2,91	12022	2,64
Gondomar	16099	4,41	20215	4,18	24190	4,34	35212	3,71	42430	3,37	54581	3,01	61479	2,73
Maia	10441	4,21	13647	3,93	15315	4,18	21303	3,83	26710	3,49	40590	2,96	50307	2,69
Matosinhos	17429	4,23	23343	3,90	27280	4,00	38972	3,50	46563	3,26	57809	2,89	67871	2,59
<b>Porto</b>	<b>64017</b>	<b>4,40</b>	<b>81298</b>	<b>3,73</b>	<b>81330</b>	<b>3,71</b>	<b>97582</b>	<b>3,35</b>	<b>99522</b>	<b>3,04</b>	<b>100893</b>	<b>2,61</b>	<b>101015</b>	<b>2,35</b>
P. Varzim	8076	4,70	9255	4,37	9140	4,69	13511	4,02	14954	3,66	20173	3,15	21683	2,92
<b>Valongo</b>	<b>6203</b>	<b>4,50</b>	<b>7435</b>	<b>4,48</b>	<b>9265</b>	<b>4,45</b>	<b>16419</b>	<b>3,91</b>	<b>21401</b>	<b>3,47</b>	<b>28081</b>	<b>3,06</b>	<b>33970</b>	<b>2,76</b>
V. Conde	9720	4,57	11598	4,21	11630	4,61	15741	4,09	16761	3,87	23843	3,12	27231	2,92
V. N. Gaia	30822	4,34	38958	4,04	43860	4,12	60254	3,76	74551	3,33	99142	2,91	114328	2,64
<b>Valongo</b>	<b>6203</b>	<b>4,50</b>	<b>7435</b>	<b>4,48</b>	<b>9265</b>	<b>4,45</b>	<b>16419</b>	<b>3,91</b>	<b>21401</b>	<b>3,47</b>	<b>28081</b>	<b>3,06</b>	<b>33970</b>	<b>2,76</b>
Alfena	963	4,40	1250	4,46	Nd	Nd	2627	4,05	3366	3,60	4467	3,06	5313	2,86
Campo	896	4,79	1021	4,99	Nd	Nd	1699	4,43	2096	3,78	2639	3,28	3080	2,99
<b>Ermesinde</b>	<b>2159</b>	<b>4,27</b>	<b>2944</b>	<b>4,14</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>8140</b>	<b>3,63</b>	<b>10558</b>	<b>3,26</b>	<b>12942</b>	<b>2,96</b>	<b>14776</b>	<b>2,63</b>
Sobrado	767	4,49	896	4,81	Nd	Nd	1398	4,40	1720	3,84	1949	3,43	2140	3,14
Valongo	<b>1418</b>	<b>4,75</b>	<b>1324</b>	<b>4,63</b>	Nd	Nd	2555	4,05	3661	3,58	6084	3,07	8661	2,76

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: Dimensão média das famílias = [Total da população residente/nº famílias]. Para 1970 foram excluídos os valores da população residente nas convivências.  
Nd – Dado não disponível.

Globalmente, a variação inter-concelhia continua a ser importante mas, muito embora o peso da queda da fecundidade e a generalização maciça das práticas de controlo dos nascimentos ajude a explicar esta tendência, havendo nítidos efeitos no comportamento das taxas de natalidade, como já tivemos oportunidade de observar, os territórios exibem orientações distintas. Até agora Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde parecem resistir de uma forma mais perceptível à contração da dimensão média familiar, sendo possível confirmar, em 2011, que a proporção de elementos por família era bem menor em concelhos como Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, tendência essa notória em 2001 (rever Quadro 2.6).<sup>31</sup>

Ao mesmo tempo que, desde as últimas décadas do século passado, o fenómeno de contração da dimensão média familiar se vem generalizando, têm-se registado outros

<sup>31</sup> Atente-se que, com base nos Censos de 1991, e recurso à metodologia de análise fatorial clássica, Sónia Torres e António Eduardo Pereira salientavam os contrastes territoriais existentes na variável dimensão familiar na medida em que no Porto, a fraca presença de famílias recém-constituídas contrastava com os restantes concelhos, espaços quase exclusivos deste tipo de configuração familiar (1996, p.5). Em 2001, segundo a “*Tipologia socioeconómica da Área Metropolitana do Porto*” realizada pelo INE, o território vinha-se confrontando com a acentuada divisão dos municípios com maiores ganhos para aqueles que se afastavam mais do centro urbano e das zonas envolventes (2004, pp. 66-67).

movimentos de importância, mais concretamente quando examinamos de forma isolada os vários tipos de dimensão familiar.<sup>32</sup> Importante será dizer que, de acordo com o modelo de desagregação adotado (cf., em anexo, Quadro A-2.6), à exceção do conjunto de famílias extensas, ou seja, todas aquelas que abarcam cinco e mais pessoas, e cujo registo ocorre em sentido decrescente, certificando a sua menor relevância relativa, a proporção de famílias compostas por duas a quatro pessoas tem assumido maior prevalência na sociedade portuguesa. Aliás, à escala municipal, e em particular nos municípios de Gondomar, da Maia e de Valongo, a concentração global de núcleos familiares mais reduzidos não pode deixar de ser imputável, como cremos, aos efeitos do processo de privatização da vida familiar (Ariès, 1973). A uma conjuntura recente de maior valorização dos sentimentos (amoroso e parental) e de reforço dos movimentos de autonomia individual na estruturação da vida familiar, articular-se-ão comportamentos de elevada dinâmica de modernidade como a desvalorização do peso das famílias alargadas ou multinucleares, a quebra da proporção de casais com filhos e o aumento das famílias monoparentais. Por outro lado, haverá também de realçar o aumento da proporção de “pessoas isoladas” englobando quer idosos, quer adultos jovens. Atente-se, a este propósito, nas elevadas percentagens que, em especial, o concelho do Porto foi apresentando ao longo do tempo, sendo que, neste conjunto de traços inventariados, podem inferir, no caso do centro urbano, tanto fatores de consolidação de modernidade, como, e sobretudo, de vulnerabilização social.<sup>33</sup>

Não obstante estes traços, a análise fica incompleta se não fizermos referência às mudanças efetivas ocorridas na composição familiar do concelho de Valongo pois, ainda que se assista, a partir de 1981, à convergência com a médias nacional e regional, ele destaca-se positivamente pela consolidação das algumas tendências: i) apresenta uma

---

<sup>32</sup> Acerca deste indicador, seguimos as seguintes propostas de classificação de tipos de dimensão familiar: 1 pessoa (pessoas isoladas); 2 a 4 pessoas (famílias reduzidas); 5 a 6 pessoas (famílias medianas) e 7 ou mais pessoas (famílias numerosas) (Bandeira, 1996: p.366). A opção pela leitura cruzada de indicadores como a *dimensão média das famílias* e a sua *desagregação pelos elementos* que as constituem garante, na ótica do autor, maiores ganhos analíticos na avaliação a efetuar sobre a tendência de redimensionamento familiar observada (Idem: p.359).

<sup>33</sup> A avaliação efetuada sobre a categoria de “famílias de uma só pessoa”, durante o período de 1991 e 2001, revelava que o Grande Porto destacava-se no quadro regional (Norte), onde a sub-representação das unidades residenciais de pessoas sós ainda é marcante. Exibindo valores importantes de unidades residenciais maioritariamente constituídas pessoas idosas reformadas, o território conhecia uma certa vulnerabilidade na composição da sua população: a grande maioria mulheres, com fracos níveis de escolaridade, e que vivem processos de isolamento residencial decorrentes de trajetos de conjugalidade interrompidos, quase sempre, pela viuvez. Ainda assim, há que contar, na região, com o crescimento apreciável das pessoas sós de gerações mais novas, na faixa dos 15 aos 29 anos e dos 30 aos 49 anos, mono-residentes solteiros com escolaridade elevada e com forte inscrição na vida profissional (Guerreiro, 2003: pp.39-46).

maior resistência à contração da dimensão média familiar<sup>34</sup>; ii) afirma-se, na região, pela baixa concentração de famílias formadas por um só elemento e, por outro lado, iii) pela elevada fixação de “famílias reduzidas” (rever, em anexo, Quadro A-2.6).<sup>35</sup>

#### **2.2.1.5. Recomposições das práticas e valores da vida familiar na região: efeitos na nupcialidade e divorcialidade.**

Ao confrontarmo-nos, na região, com um conjunto significativo de recomposições vividas na estrutura familiar portuguesa, torna-se imperativo abordar alguns dos eixos estruturadores das transformações das práticas e dos valores relativos à vida familiar. Assim, em matéria de nupcialidade, e após o *boom* dos anos 60 e 70, momento em que culmina na fase de ascensão do número de casamentos, é possível verificar que Portugal entra num período que muitos consideram ser de estabilização das práticas matrimoniais tendo tido o registo sistemático das variações negativas deste indicador, a partir dos anos 70 e 80, e o declínio das taxas brutas de nupcialidade, desde 1981, um papel determinante nestas alterações (cf., em anexo, Quadro A-2.7).

Olhando mais de perto para o caso do Grande Porto, nota-se que o registo das variações de crescimento do número de casamentos, sempre acima das do país durante o período de tempo em análise, vão entrando abruptamente em queda na transição do século, sendo igualmente visível uma quebra nas taxas brutas de nupcialidade, cuja redução é muito apreciável, a partir de 2001, continuando em contínua quebra até 2011. Porém, a evolução média regional permanece, nesta matéria, fortemente condicionada pelas divergências concelhias.

A leitura atenta da proporção de casamentos por cada mil habitantes permite perceber, com mais pormenor, o tipo de estruturação em causa pois ao mesmo tempo que Espinho, Póvoa de Varzim e Vila de Conde se afirmam pela maior incidência do número

---

<sup>34</sup> Internamente, esta orientação encontrará pouca tradução em Alfena e, em particular, Ermesinde, que iniciam de forma precoce o declínio da dimensão média familiar (rever Quadro 2.6). Em 1981, Ermesinde era a única freguesia que apresentava, pela primeira vez, uma dimensão de 3,63 elementos e aquela que, desde os anos 50, registava uma proporção de elementos por agregado doméstico mais baixo, tendo, em 2011, uma dimensão média de 2,63. Por oposição, Campo e Sobrado foram revelando sempre proporções de unidades familiares mais extensas.

<sup>35</sup> Apesar de tudo, os dados continuam a revalidar diferenças espaciais pois, até agora, a importância relativa dos agregados domésticos reduzidos tem tido sido maior em Alfena, Valongo e Ermesinde do que em Campo e Sobrado. Sendo a contração assinalável do número de elementos por agregado uma questão central, Ermesinde, ao apresentar elevadas percentagens de famílias constituídas por um elemento, adota um comportamento que contraria a média concelhia e a aproxima de outros concelhos do Grande Porto. Mas não é a única a entrar em rutura, inversamente Campo e Sobrado distanciam-se, na região, pelas elevadas proporções de famílias com cinco e mais elementos.

de casamentos; de forma sustentada, concelhos como Gondomar, Matosinhos e Maia revelam o contrário.

Na realidade, tais alterações traduzem, no quadro dos comportamentos matrimoniais, mudanças importantes na evolução dos perfis de conjugalidade, e mais especificamente na natureza do seu vínculo, às quais devemos estar atentos. Associada a uma menor importância do casamento, a entrada numa nova “modalidade de secularização” do matrimónio (Almeida, 1998: p.69), em que a opção pela via não institucionalizada começa a ganhar expressividade, reflete-se em parte na queda da proporção do casamento católico.

E apesar de ser maioritário, a verdade é que este tem vindo a baixar, algo que não é alheio a fenómenos como o enfraquecimento da ligação entre constituição da família e casamento, da relação entre casamento e a procriação e também o aumento da incidência do divórcio e da recomposição das famílias.<sup>36</sup>

Se, à escala nacional, a própria redução do peso da natureza religiosa na estruturação das relações conjugais começa-se a sentir mais a partir dos anos 70 (cf., em anexo, Quadro A-2.8), regionalmente, a descida intensifica-se a partir dos anos 80. Ainda assim, no interior do Grande Porto, o ritmo da perda é mais acelerado no concelho do Porto, que regista continuamente os dados mais reduzidos, tal como em Espinho e Matosinhos. Inversamente, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Gondomar apresentam as percentagens mais elevadas.

Neste domínio, Valongo acaba por assumir uma posição convergente com a região, contudo, há que ter presente que a tendência de quebra da taxa começa a se fazer sentir de forma mais veemente a partir da década de 90, culminando, no último censo, em valores muito reduzidos – aliás, o concelho é aquele que apresenta a quebra mais acentuada, sendo acompanhado bem de perto por Vila do Conde, Gondomar e Maia. Por outro lado, o território vê aumentar a importância relativa da população casada sem registo, isto é, de indivíduos que, independentemente do seu estado civil, vivem numa situação idêntica à de casados, sem a terem legalizado – dados recentes revelam mesmo

---

<sup>36</sup> Neste ponto, convém não ignorar o paralelismo entre a queda da natalidade e o declínio da nupcialidade. O desequilíbrio demográfico foi induzido, como é sabido, num primeiro momento, pelo forte surto emigratório dos anos 60 e 70 do século XX, tendo tal movimentação social contribuído de forma decisiva para a reconversão das práticas matrimoniais. Num segundo momento, a quebra acentuada da taxa bruta de fecundidade também terá ajudado à crescente tendência de diminuição da regulação da nupcialidade (Bandeira, 1996: pp. 322-323 e 329).



que tal fenómeno tem tido um maior impacto nas freguesias de Alfena, de Ermesinde e Valongo.

Aliado a estas alterações matrimoniais há que contar ainda com o significado que a prática do divórcio tem vindo atingir na sociedade portuguesa, e, em particular, o impacto nas estruturas e relações familiares. Sabe-se que, até 1970, a incidência do fenómeno era mínima em território nacional, tendo apenas alguma expressão em grandes cidades como Lisboa e Porto. Repare-se que, na região, entre 1950 e 1970, o concelho portuense mantém-se praticamente isolado no registo declarado de dissolução do matrimónio por divórcio (rever, em anexo, Quadro A-2.7). Mas, com as mudanças introduzidas em 1974, fase a partir da qual a divorcialidade passa a adotar maior relevo e legitimidade social, a subida torna-se contínua e regular até à atualidade, o que indica, evidentemente, as consequências das mudanças iniciadas pela maior informalização e desinstitucionalização da relação amorosa e conjugal. No caso concreto da região, vemos que, desde os anos 90, o crescimento é generalizado em todos os seus concelhos, embora com maior impacto, em 2001, no Porto, em Matosinhos e na Maia e, em 2011, em Gondomar, na Maia e em Vila Nova de Gaia.

Relativamente ao concelho de Valongo, apenas podemos admitir que a sua variação tem sido influenciada pelas conhecidas transformações das práticas e dos valores referentes à vida familiar. Recentemente, as freguesias de Ermesinde e de Valongo divulgam valores indiciadores da maior frequência do rompimento conjugal, contrastando com as restantes, em especial Campo e Sobrado.

## **2.2.2. Modalidades de Ocupação do Território**

### **2.2.2.1. O processo de (sub)urbanização na região e os movimentos mais marcantes na distribuição espacial da sua população residente.**

A noção segundo a qual se confirma que, na viragem do século XIX para o século XX, na região do Grande Porto, o movimento de descentralização espacial foi sucedendo à centralização (Vázquez, 1992: p.89), constituindo, por isso, um fenómeno recente em matéria urbana, permite-nos, em relação a certos aspetos e às condições de desenvolvimento do espaço urbano, avançar com uma visão panorâmica e contextualizada do seu processo de difusão.

Desta maneira, quando ainda nos finais do século XIX, o crescimento dos concelhos envolventes da cidade do Porto estava longe de assumir qualquer protagonismo na estruturação do povoamento e ocupação da região, sendo, portanto, o processo de

urbanização mais conhecido pela concentração densa da população nesta cidade; na viragem do século, nota-se que, em movimento contrário, sobretudo desde os anos 40, não só este se expandiu significativamente, como veio a ganhar um destaque indiscutível na sua estruturação territorial.<sup>37</sup> E, de facto, esta atratividade, mais do que ajudar ao seu incremento populacional, fomentou o processo de suburbanização. Por isso, em sentido oposto, o peso relativo da população da região do Grande Porto não vai tendo, ao longo das décadas seguintes, correspondência à escala do da cidade/concelho do Porto.

**Quadro 2.7** – Densidade Populacional e População Residente segundo a Dimensão dos Lugares e Sexo em Portugal, no Norte, no Grande Porto (e respetivos concelhos) – (1950-2011) - (%)

NUT's	Densidade Populacional - Res./Km2							Pop. Resid. Segundo a dimensão dos lugares							
								Até 1999 habitantes				De 2000 a 4999 habitantes			
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>92,4</b>	<b>96,5</b>	<b>93,5</b>	<b>106,8</b>	<b>107,1</b>	<b>112,5</b>	<b>114,7</b>	<b>52,4</b>	<b>48,5</b>	<b>42,4</b>	<b>37,4</b>	<b>8,5</b>	<b>8,9</b>	<b>9,4</b>	<b>9,3</b>
<b>Norte</b>	<b>132,5</b>	<b>142,9</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>163,2</b>	<b>173,2</b>	<b>173,3</b>	<b>Nd</b>	<b>61,0</b>	<b>47,5</b>	<b>38,5</b>	<b>Nd</b>	<b>5,7</b>	<b>7,1</b>	<b>6,9</b>
<b>G. Porto</b>	<b>901,8</b>	<b>1026,0</b>	<b>1139,8</b>	<b>1372,5</b>	<b>1433,8</b>	<b>1547,8</b>	<b>1580,5</b>	<b>34,1</b>	<b>30,1</b>	<b>19,9</b>	<b>7,6</b>	<b>9,7</b>	<b>9,2</b>	<b>6,2</b>	<b>2,3</b>
Espinho	958,6	1094,0	1412,3	1536,0	1656,7	1597,2	1506,4	51,9	4,4	8,3	8,2	8,4	10,9	25,0	25,2
Gondomar	538,7	641,4	796,6	991,3	1085,5	1244,1	1273,9	50,9	49,5	14,0	13,0	25,1	19,7	0,0	0,0
Maia	528,4	645,5	769,9	982,9	1121,0	1445,4	1628,2	15,3	63,0	1,5	1,4	26,0	8,5	12,0	8,2
Matosinhos	1186,3	1463,3	1756,0	2194,5	2438,6	2685,3	2821,2	46,5	18,9	15,1	0,0	21,6	15,7	10,9	0,0
<b>Porto</b>	<b>6813,7</b>	<b>7346,8</b>	<b>7304,0</b>	<b>7926,6</b>	<b>7323,8</b>	<b>6371,2</b>	<b>5752,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
P. Varzim	462,1	492,6	522,4	660,8	667,3	773,1	772,3	55,0	54,8	51,9	32,6	0,0	0,0	3,9	3,9
<b>Valongo</b>	<b>372,0</b>	<b>443,4</b>	<b>549,5</b>	<b>855,3</b>	<b>987,6</b>	<b>1145,2</b>	<b>1249,8</b>	<b>53,5</b>	<b>55,6</b>	<b>43,1</b>	<b>0,0</b>	<b>11,9</b>	<b>28,6</b>	<b>17,3</b>	<b>0,0</b>
V. Conde	298,4	327,6	359,5	432,2	435,1	499,3	533,8	64,4	64,8	57,7	60,0	0,0	3,5	6,9	3,6
V. N. Gaia	792,9	932,8	1072,2	1341,6	1473,4	1711,6	1791,9	51,6	31,7	29,3	1,0	6,4	8,1	5,1	1,8

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Nota: O cálculo da densidade populacional teve por base a Área em Km2 de 2007. Nd- Dado não disponível.

Para balizar, de forma expressiva, a capacidade atrativa da região<sup>38</sup>, talvez seja conveniente ver que o território se vai constituindo, a partir deste período, como um dos principais focos atrativos de deslocações internas do país, intensificando-se, a par dos movimentos indissociáveis de repulsão rural e de atração urbana, a própria funcionalidade e vitalidade residenciais dos concelhos envolventes. A provar essa forte dinâmica intra-regional encontra-se, como já o vimos, o fluxo de movimentos migratórios residenciais detetados entre os anos 60 e 90 do século XX (rever Quadros 2.3 e 2.4).

<sup>37</sup> É num contexto de expansão do setor industrial na região, com grande relevo para a indústria transformadora, que encontramos, desde os anos 30 do século XX, como traços mais típicos e globalizantes da configuração demográfica dos concelhos periféricos a prevalência de um povoamento tendencialmente difuso, mas também a generalização espacial do seu dinamismo demográfico, assim como o peso da população envolvida na atividade industrial. Por seu turno, vem-se notando, desde as primeiras décadas do século passado, o reforço acentuado da articulação residencial destes territórios com o centro do Porto (Vázquez, 1992: p.113).

<sup>38</sup> Para uma análise do dinamismo demográfico vivido no interior da região do Grande Porto desde a segunda metade do século XX, cf. subponto 2.2.1.1 do presente capítulo.

Sendo certo que a gradual e crescente fixação periférica dos efetivos populacionais oriundos do concelho do Porto e dos espaços exteriores à região começa cada vez mais a consolidar-se, também não há dúvida que o envolvimento de efetivos populacionais vai estabilizando consistentemente, até porque as condições de elevada acessibilidade às principais manchas de emprego localizadas na região e nos municípios adjacentes garantem, ao longo do tempo, a conservação de espaços socio-residenciais significativos (Vázquez, 1992: pp.156-160). Logo, não admira que indicadores como a densidade populacional atestem, de forma veemente, um tal dinamismo no período de referência – de acordo com o Quadro 2.7, vemos que, desde 1950 até hoje, o Grande Porto vê reforçar de forma muito expressiva a sua concentração populacional, havendo um aumento efetivo de 901,8 residentes para 1580,5 por Km<sup>2</sup>.

**Quadro 2.7** – Densidade Populacional e População Residente segundo a Dimensão dos Lugares e Sexo em Portugal, no Norte, no Grande Porto (e respetivos concelhos) – (1950-2011) – (%) - (cont.)

NUT's	Pop. Resid. Segundo a dimensão dos lugares (cont.)														
	De 5000 a 9999 habitantes				Mais de 10 000 habitantes/De 10 000 a 19 999 habitantes				De 20 000 habitantes ou mais			Pop. isolada, emb. do corpo diplomático			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	4,9	6,2	7,7	9,0	29,7	8,6	9,6	11,9	24,5	28,1	30,8	4,5	3,2	2,7	1,7
<b>Norte</b>	Nd	5,1	6,8	8,0	Nd	6,7	8,5	12,1	18,0	27,7	33,4	Nd	3,5	2,3	1,1
<b>G. Porto</b>	4,6	6,2	3,6	5,3	51,1	11,7	13,8	17,9	42,1	56,4	66,8	0,4	0,7	0,1	0,1
Espinho	0,0	50,7	0,0	0,0	39,7	34,0	0,0	0,0	0,0	66,8	66,6	0,1	0,0	0,0	0,0
Gondomar	0,0	6,7	0,0	0,0	23,8	9,3	27,7	18,4	14,4	58,1	68,4	0,3	0,3	0,2	0,2
Maia	25,7	0,0	4,5	8,4	32,5	0,0	31,3	32,1	27,8	50,7	50,0	0,5	0,7	0,0	0,0
Matosinhos	4,2	8,6	7,3	8,7	27,7	34,8	9,4	34,1	19,6	57,3	57,2	0,0	2,3	0,0	0,0
<b>Porto</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
P. Varzim	0,0	0,0	0,0	0,0	43,7	0,0	0,0	0,0	43,5	43,8	63,2	1,2	1,6	0,4	0,3
<b>Valongo</b>	18,0	15,5	6,0	17,0	15,8	0,0	33,1	16,2	0,0	0,0	66,8	0,8	0,3	0,5	0,0
V. Conde	0,0	0,0	0,0	0,0	32,0	30,8	0,0	0,0	0,0	34,6	36,0	3,6	0,8	0,8	0,4
V. N. Gaia	5,8	8,2	7,8	8,6	35,9	15,6	16,1	26,9	35,7	41,6	61,7	0,3	0,7	0,0	0,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Nota: O cálculo da densidade populacional teve por base a Área em Km<sup>2</sup> de 2007.

Apesar de tudo, o crescimento descentralizado dos concelhos periféricos não se processa nem da mesma forma, nem em épocas semelhantes. Se até aos anos 70 do século passado, podemos ver que Matosinhos, Espinho e Vila Nova de Gaia assumem maior destaque no próprio movimento de densificação populacional; a partir dos anos 80 até à atualidade, este começa também a ganhar peso nos municípios de Gondomar, da Maia e de Valongo.

Mais, a própria difusão dos sistemas produtivos locais e da função residencial característica da região acabou por não se organizar de forma homogénea, favorecendo, desde logo, a consolidação de padrões de mobilidade e de fixação territorial com ampla diversidade e algum grau de complexidade.

Por isso, parece-nos importante referir que a tendência para a concentração de população na região passou a contar, a dada altura, com o contributo revelante de um conjunto de centros urbanos de pequena e média dimensão, muitos dos quais situados em regiões mais do interior, e cujo desenvolvimento ajudou a desacelerar parcialmente o vincado processo de litoralização que tem marcado o país.

O que significa que, neste tema, a persistência de assimetrias à escala regional se deve ao modo como o próprio modelo de organização territorial do Noroeste Português se foi desenhando, na medida em que, para além de assentar na coexistência da lógica “centro-preferia” presente na Área Metropolitana do Porto, também resultou da lógica de expansão “extensiva” e “difusa” no território além do Grande Porto.<sup>39</sup> E a diversidade que, regionalmente, existe entre os territórios encontra-se bem patente nos dados relativos à evolução da população segundo a dimensão dos lugares de residência (rever Quadro 2.7).

Começando por observar a distribuição espacial das proporções de população residente, verifica-se que, enquanto, entre 1981 e 2011, no concelho do Porto, o domínio dos aglomerados com mais de dez mil habitantes é muito forte, nos restantes concelhos, o sentido da distribuição espacial da população é distinto. Espinho, Gondomar, Matosinhos e Maia são os municípios que têm vindo a concentrar aglomerados com maior número de habitantes, havendo alguma margem para o preenchimento de espaços intersticiais da rede de lugares definida. Já os concelhos de Valongo, da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde têm demonstrado um padrão de ocupação do território com maiores características de difusão. Ou seja, uma parte importante dos habitantes destes últimos três municípios encontra-se concentrada em aglomerados de menor dimensão (até 19999 habitantes), não sendo de excluir, porém, a relativa importância de população concentrada em aglomerados de maior dimensão (com mais de 10 mil habitantes), em resultado essencialmente da densificação de alguns dos centros urbanos tradicionais.

---

<sup>39</sup> Não podemos ignorar que, como já o dissemos, esta região foi-se densificando em função de um processo de industrialização rural difusa, organizado territorialmente em “distritos industriais” ou “sistemas flexíveis de produção” especializados em fileiras do setor industrial, e em especial da indústria transformadora. São os casos de alguns dos concelhos mais industrializados da região do Entre Douro e Vouga (Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis), da região do Vale do Sousa (Felgueiras, Paredes e Penafiel) (Pinto, 2008) e do Ave (Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão) (Pereira, 2012). Por outro lado, a expressão preponderante na Área Metropolitana do Porto, por comparação à da Área Metropolitana de Lisboa, de espaços autocentrados de menos densidade – menos afetados por dinâmicas de integração funcional – traduz a singularidade dos processos de urbanização mais difusa deste território metropolitano (INE, 2011).

Nessa medida, há que admitir que, numa leitura geral, os traços de povoamento destes territórios têm sido pautados pela coexistência de diferentes movimentos, muito por força das recomposições sentidas na atividade económica. Interiormente, vemos que são os concelhos da coroa envolvente mais próxima do centro do Porto aqueles que revelam um maior índice de interdependência territorial no interior da região e que são, por outro lado, os concelhos mais periféricos os que revelam uma certa autonomia em relação ao centro metropolitano.<sup>40</sup>

#### 2.2.2.2. O Grande Porto enquanto espaço de forte atratividade interna e de relativa dinâmica externa: especificidades da distribuição pendular da população empregada.

A estes movimentos de expansão foram surgindo associados padrões de mobilidade de carácter multidirecional, sendo que, para entendermos a lógica de organização destes fluxos, devemos reconhecer a forte incidência que os modelos de migração pendular, e em particular os de casa-trabalho, sempre assumiram na região do Grande Porto (cf. Quadro 2.8).

**Quadro 2.8** - Taxa de mobilidade pendular e de localização da população ativa com profissão e população estudantil no Grande Porto – 1981-2011 (%)

NUT's	População ativa com profissão								População estudantil							
	Taxa de Mobilidade Pendular				Taxa de Localização				Taxa de Mobilidade Pendular				Taxa de Localização			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>G. Porto</b>	<b>29,7</b>	<b>33,2</b>	<b>38,8</b>	<b>44,3</b>	<b>70,3</b>	<b>66,8</b>	<b>61,2</b>	<b>55,7</b>	<b>16,5</b>	<b>22,2</b>	<b>21,7</b>	<b>21,9</b>	<b>83,5</b>	<b>77,8</b>	<b>78,3</b>	<b>78,1</b>
Espinho	31,5	35,6	44,1	50,3	68,5	64,4	55,9	49,7	11,1	12,9	23,0	22,4	88,9	87,1	77,0	77,6
Gondomar	52,7	50,4	53,1	57,4	47,3	49,6	46,9	42,6	41,8	28,3	32,3	28,4	58,2	71,7	67,7	71,6
Maia	46,2	42,8	47,6	52,5	53,8	57,2	52,4	47,5	31,6	25,1	34,9	31,7	68,4	74,9	65,1	68,3
Matosinhos	31,4	38,9	43,7	46,8	68,6	61,1	56,3	53,2	25,3	20,2	26,2	27,1	74,7	79,8	73,8	72,9
<b>Porto</b>	<b>13,8</b>	<b>18,0</b>	<b>24,6</b>	<b>29,1</b>	<b>86,2</b>	<b>82,0</b>	<b>75,4</b>	<b>70,9</b>	<b>1,7</b>	<b>2,5</b>	<b>7,0</b>	<b>7,5</b>	<b>98,3</b>	<b>97,5</b>	<b>93,0</b>	<b>92,5</b>
P. Varzim	15,4	18,2	29,4	33,4	84,6	81,8	70,6	66,6	8,1	18,2	17,7	18,3	91,9	81,8	82,3	81,7
<b>Valongo</b>	<b>51,0</b>	<b>52,4</b>	<b>51,7</b>	<b>60,2</b>	<b>49,0</b>	<b>47,6</b>	<b>48,3</b>	<b>39,8</b>	<b>27,0</b>	<b>17,0</b>	<b>24,5</b>	<b>24,4</b>	<b>73,0</b>	<b>83,0</b>	<b>75,5</b>	<b>75,6</b>
V. Conde	29,2	29,5	34,6	40,1	70,8	70,5	65,4	59,9	18,8	13,0	20,9	24,1	81,2	87,0	79,1	75,9
V. N. Gaia	30,4	32,1	34,3	40,1	69,6	67,9	65,7	59,9	18,3	13,9	20,4	20,4	81,7	86,1	79,6	79,6

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV, XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

Não obstante uma parte considerável das deslocações realizadas, no interior da região, ainda se realizar ao nível local (isto é, não implicarem um abandono do concelho

<sup>40</sup> Mais, as próprias relações existentes entre estes territórios têm traduzido uma inclusão complexa e, muitas vezes, conflituosa de espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas. Externamente, a região não deixou de influenciar e de ser também influenciada pelos movimentos crescentes de polarização em aglomerações citadinas de pequena, média e grande dimensão nos concelhos exteriores mais próximos, o que faz com que desempenhe, portanto, um papel de centralidade, não apenas metropolitana, mas também regional.

de residência), sendo este fenómeno mais evidente nos no Porto e na Póvoa de Varzim, não existe dúvida de que se registaram, pelo menos em alguns dos seus concelhos, com destaque para os de Espinho e da Maia, aumentos de mobilidade pendular de amplitude assinalável.<sup>41</sup> Por sua vez, mesmo mantendo importantes taxas de localização dos seus ativos, os concelhos de Vila de Conde e de Vila Nova de Gaia têm demonstrado ser cada vez mais difícil conservar os seus residentes.

As únicas exceções parecem ser mesmo os municípios de Valongo e de Gondomar que se distinguem por, ao longo do tempo, apresentarem valores particularmente elevados de ativos empregados residentes que exercem a sua atividade fora do concelho. Em 2011, a taxa de mobilidade pendular era de 60,2% e 57,4%, respetivamente. Para lá de traduzirem o peso da relação centro-periferia na lógica organizacional do território, tais movimentos exprimem também uma orientação de deslocação baseada fundamentalmente no critério de contiguidade territorial pois, ao longo das últimas três décadas, podemos verificar uma dinâmica intra-regional muito forte, sendo categóricas as proporções de população residente ativa com profissão que exerce a sua atividade nos outros concelhos – nunca abaixo dos 80% – apesar dos valores terem entrado paulatinamente em queda (Quadro 2.9).<sup>42</sup>

Contudo, podemos afirmar, igualmente, que o Grande Porto constitui-se como uma região marcada pela relativa inter-mobilidade da sua população. Atendendo ao número marcante de viagens diárias realizadas em torno dos concelhos vizinhos da própria região e ao aumento das mobilidades pendulares para outros espaços da região Norte e para outros locais do país, é de assinalar a capacidade de atratividade em termos de captação de emprego por parte de outras regiões.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Se até ao início dos anos dois mil, estes dois últimos concelhos foram garantindo relativa atratividade aos seus residentes; na década seguinte a situação inverteu-se com os fluxos de mobilidade a começarem a intensificar-se cada vez mais.

<sup>42</sup> As deslocações pendulares dos estudantes, por sua vez, sendo menos expressivas, pelo menos quando confrontadas com as dos ativos empregados mostram que a grande maioria das deslocações casa-escola dos estudantes residentes na região são confinadas ao próprio concelho de residência (cf. Quadro 2.8). Mas a verdade é que, não obstante os avanços alcançados em matéria de alargamento e consolidação da rede (pública, solidária e privada) de oferta de educação nos concelhos envolventes da cidade do Porto, as proporções mais elevadas de estudantes que estudam fora do concelho de residência continuam a fixar-se nos concelhos de Gondomar, da Maia, de Matosinhos e de Valongo.

<sup>43</sup> É assinalar que, em 1981, a proporção de ativos empregados que exerciam atividade fora do concelho de residência no conjunto dos espaços da região Norte era de 7,2%, tendo aumentado, em 2011, para 13,7%. Por outro lado, em igual período, aumentou a mobilidade para outros locais fora da região Norte – de 1,8% para 6,2%, respetivamente. No interior da região Norte, territórios como o Ave e o Tâmega ou, ainda, o Entre Douro e Vouga são, realmente, os que apresentam saldos mais relevantes nas trocas migratórias pendulares. Mas se contarmos que, no interior do Ave, os concelhos de Santo Tirso e da Trofa; no Tâmega, os concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel e, além disso, os de Santa Maria da Feira e São João da Madeira, na região do Entre Douro Vouga, foram captando uma parte importante dos ativos

Ainda assim, examinando atentamente o comportamento dos ativos empregados dos municípios do Grande Porto, podemos discriminar graus diferenciados de troca já que, contrariamente aos restantes, são os concelhos mais periféricos da região os que revelam proporções de ativos cujo peso das viagens exteriores à própria região, e em regiões mais afastadas, é mais importante. No caso de Espinho, talvez pelo facto de ser o concelho mais a sul da região, o território demonstra fluxos relevantes de cariz pendular tanto para outros espaços da região Norte, como para municípios exteriores, sendo a sub-região de Entre Douro e Vouga aquela que expõe o saldo mais significativo. Por outro lado, o Cávado é, de longe, a sub-região do Norte, excluindo o Grande Porto, com a qual a Póvoa de Varzim regista movimentos pendulares mais consideráveis, seguindo-se a região do Ave e, em parte, a do Minho-Lima. À semelhança da Póvoa de Varzim, resta acrescentar que também Vila do Conde mantém relações privilegiadas com as regiões do Ave e do Cávado, o que se explica pela proximidade geográfica.

Realçando que a grande maioria dos ativos que trabalham no Porto e residem noutro concelho são, efetivamente, oriundos da cintura suburbana “Matosinhos-Maia-Valongo-Gondomar-Gaia”, a análise do caso de Valongo merece, a este propósito, um exame mais suplementar isto porque, tanto no que toca à duração dos movimentos pendulares, como à sua intensidade, este município encontra-se, na região, entre aqueles cujos fluxos são mais expressivos e onde a incidência da contiguidade espacial nas matrizes inter-concelhias de mobilidade é muito reveladora (rever Quadro 2.8).<sup>44</sup>

Encarando os dados dos últimos Censos, verifica-se, aliás, que a mobilidade foi feita mais à custa das freguesias de Valongo e, em especial, de Ermesinde, sendo de sublinhar que, entre as restantes, Sobrado e (em parte) Campo mostraram permanentemente altas taxas de localização da população empregada (cf., em anexo, Quadro A-2.9), o quer dizer que o efeito de alastramento da lógica de consolidação metropolitana e de suburbanização não se colocou nos mesmos moldes entre estes espaços. De acordo com a informação disponível, desde os anos 80 até hoje, apenas as primeiras duas freguesias concentraram, em densidade, os aglomerados com maior

---

empregados, entendemos melhor como a mobilidade jogou também com o peso da industrialização nestes espaços.

<sup>44</sup> Além do Grande Porto, a região do Tâmega revela-se como a segunda sub-região que mais contactos estabelece com os concelhos de Gondomar e de Valongo. Em simultâneo, tanto a região do Ave, como a de Entre Douro e Vouga assumem um papel de atratividade para os concelhos da Maia e de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia, respetivamente. Aparte os concelhos do Grande Porto, que são destacadamente aqueles que mais fluxos estabelecem com o concelho do Porto, o Ave e o Tâmega são as sub-regiões que mais empregados fornece ao concelho do Porto, logo seguido do Cávado e da região de Entre Douro e Vouga.

número de habitantes, mostrando, no plano concelhio, como seu dinamismo tem sido significativo (cf., em anexo, Quadro A-29). Além do mais, a própria expansão urbana do concelho esteve, ao longo do tempo, condicionada pela existência de parcelas importantes do território afetas a usos não urbanos. Em particular, nas freguesias de Sobrado, de Valongo e, parcialmente, em Alfena subsistem ainda consideráveis áreas de floresta, enquanto na freguesia de Campo é possível encontrar alguma área reservada à exploração extrativa.

Apesar disso, devemos redobrar a nossa atenção acerca da evolução da freguesia de Ermesinde pois, apresentando índices de mobilidade pendular assinaláveis, e em clara dissonância com o padrão concelhio, também foi indicando um forte dinamismo populacional e uma capacidade de absorção demográfica prolongada no tempo (embora em recente estagnação).<sup>45</sup> Nenhum dos traços previamente equacionados poderá ser avaliado adequadamente se ignorarmos o peso que a rede de comunicações assumiu no seu desenvolvimento. Em grande parte, este encontra-se ancorado, a par da indução de eixos de atração e de aglomeração de funções e de emprego e da produção de novas polarizações a partir de equipamentos mais ou menos especializados, na organização das novas lógicas de mobilidade e sistemas de relação, entretanto, criadas (Portas *et al*, 2007: pp.39-40) no território. Na realidade, as mudanças introduzidas pela rede de transportes e de comunicação, responsáveis pela maior circulação de informação, de pessoas e de bens (Gaspar, 1987: p114), não podem ser descuradas até porque elas são também explicativas das interdependências territoriais geradas com outros espaços, tendo sido, neste caso em concreto, decisivas para a sua modelação territorial.<sup>46</sup> E, aliás, para se ter uma ideia do grau de interdependência desta freguesia com a região, vale a pena atentar que, em 2011, a população empregada residente em Ermesinde que trabalhava em outros concelhos ultrapassava os 87% (rever, em anexo, Quadro A-2.10), observando-se que o fluxo de mão-de-obra concentrava-se, espacialmente, nos municípios do Porto, da Maia e de Matosinhos (cf., em anexo, Quadro A-2.11).

---

<sup>45</sup> Repare-se que, em 2011, a freguesia apenas detinha uma taxa de localização da população empregada de 32,5%, muito abaixo da de Valongo (40,9%) e de Alfena (41,4%), por exemplo. Outro aspeto que caracteriza o núcleo populacional de Ermesinde, juntamente com o de Valongo, relaciona-se com o facto de aí se concentrarem a maior parte das subsecções marcadas tanto pelo envelhecimento (populacional e do edificado), como pela sua relativa juventude, sugerindo que a expansão do concelho acontecia, pelo menos até 1991, sobretudo em espaços intimamente ligados às zonas de ocupação mais antiga (Torres e Pereira, 1996: p.17).

<sup>46</sup> Para além do Grande Porto, as regiões do Ave e do Tâmega são, sem dúvida, as sub-regiões que mais concentram os fluxos migratórios de cariz pendular, em especial Santo Tirso, Trofa, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel (cf., em anexo, Quadro A-2.11). Para uma análise mais detalhada sobre a evolução da rede de transportes nesta freguesia e sua a cobertura territorial, cf. ponto 3.2. do Capítulo III.



**Quadro 2.9 – População ativa com profissão no Grande Porto que trabalha fora do concelho de residência segundo o local de trabalho – 1981-2011- (%)**

NUT's	Minho-lima				Cávado				Ave				Grande Porto				Tâmega			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
Grande Porto	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,9	1,5	1,9	2,3	2,7	3,8	4,2	91,1	87,8	78,9	80,2	1,7	2,2	2,8	3,5
Espinho	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,6	53,9	49,6	42,5	49,0	1,6	0,6	0,8	1,0
Gondomar	0,1	0,3	0,1	0,2	0,2	0,3	0,6	0,8	0,7	0,9	1,6	1,9	95,5	93,9	88,6	88,4	1,8	2,0	2,8	3,2
Maia	0,1	0,2	0,3	0,4	0,3	0,5	1,2	1,5	3,6	5,1	6,7	6,8	94,3	91,1	82,4	82,8	0,9	1,3	2,4	3,3
Matosinhos	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	1,1	1,4	1,3	1,5	2,9	3,4	95,7	93,7	85,8	86,3	0,8	1,3	2,1	2,5
Porto	0,5	0,6	0,7	0,7	1,4	1,5	2,6	2,8	4,8	4,7	5,6	5,7	82,7	81,3	70,6	72,8	4,3	4,4	4,8	5,2
Póvoa de Varzim	1,0	1,5	1,4	2,3	6,6	10,6	10,0	13,2	6,3	7,9	8,1	9,6	83,7	75,4	60,5	67,7	0,7	0,6	0,9	1,1
Valongo	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,7	1,0	2,7	3,2	4,0	4,1	92,9	89,2	81,4	81,1	3,2	5,3	7,5	9,3
Vila do Conde	0,3	0,5	0,7	1,4	0,9	1,5	2,6	4,5	6,2	9,0	10,9	11,6	91,3	81,8	68,2	74,9	0,4	0,7	0,8	1,4
Vila Nova de Gaia	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,5	0,7	1,0	0,5	0,7	1,4	1,8	92,8	88,6	78,5	78,2	0,8	1,2	1,6	2,1
NUT's	Entre Douro e Vouga				Douro				Alto Trás-os-Montes				Outros							
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011				
Grande Porto	2,1	2,0	3,0	2,9	0,2	0,2	0,4	0,4	0,1	0,2	0,2	0,3	1,8	3,7	9,0	6,2				
Espinho	25,0	19,3	27,6	25,5	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	18,7	29,6	27,9	23,1				
Gondomar	1,0	0,7	1,5	1,2	0,1	0,1	0,5	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,7	1,6	4,2	3,7				
Maia	0,1	0,2	0,6	0,8	0,1	0,1	0,4	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,5	1,4	5,8	4,0				
Matosinhos	0,4	0,4	0,9	1,0	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	1,0	2,1	6,5	4,5				
Porto	2,1	2,0	2,5	2,5	0,7	0,5	0,8	0,9	0,3	0,3	0,5	0,5	3,3	4,7	12,0	8,9				
Póvoa de Varzim	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,4	0,3	0,2	0,5	0,2	0,2	1,1	3,0	18,1	5,2				
Valongo	0,2	0,2	0,5	0,5	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,2	0,3	0,5	1,4	5,2	3,4				
Vila do Conde	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,3	0,1	1,8	0,2	0,2	0,7	4,4	16,1	5,5				
Vila Nova de Gaia	3,9	4,3	6,4	6,8	0,1	0,1	0,4	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	1,5	4,3	10,6	9,3				

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV, XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

### **2.2.3. Habitação**

#### **2.2.3.1. O processo de expansão dos alojamentos (e suas características) na região e a funcionalidade residencial dos concelhos periféricos.**

Analisando-se agora o conjunto de mudanças transversais e sensíveis verificadas na estruturação da evolução e do perfil do parque habitacional da região do Grande Porto, podemos realmente reparar que, nas últimas três décadas do século XX, houve um forte crescimento impresso no edificado. Em termos absolutos e relativos, a ampliação dos alojamentos na Região Norte foi continuamente significativa, sendo que um tal reforço, ocorrido em especial na segunda metade da década de 80, foi possível, como sabemos, graças a uma dinâmica recente e muito considerável de investimento na produção de habitação (Conceição, 2002: p.35). Passou-se, a este respeito, de um contexto inicial de carência generalizada de alojamentos e até de equipamentos – levando a que, ao mesmo tempo, uma parte importante da população portuguesa procurasse alojamento em terrenos ilegais ou recorresse à clandestinidade – para uma situação de forte pressão habitacional, à qual se aliou a crescente aceleração do processo de mudança estrutural no tipo de edifícios (Matos, 1993). Não obstante tais fenómenos, o ritmo deste incremento, aliás sempre acima da média nacional, acabou por se estruturar, no interior da região Norte, de uma forma desigualitária na medida em que, a um processo de expansão relevante, como aquele que se vem assistindo nas últimas décadas, e que compreende um espaço mais ou menos contínuo que une a Área Metropolitana do Porto com as regiões do Cávado, do Tâmega e do Ave, registou-se, em simultâneo, uma tendência de aumento francamente mais enfraquecida em espaços como o Minho-Lima, o Douro e o Alto Trás-os-Montes (Conceição, 2002: p.35-36).

Apesar do Grande Porto expressar índices de grande dinamismo habitacional<sup>47</sup>, chega-se à constatação de que esta se configurou de forma diferenciada. Tal como se pode verificar no Quadro 2.10, que nos dá conta da evolução percentual dos alojamentos registados nos vários Censos, torna-se evidente que a sua variação sofreu, internamente, oscilações. Se no início da década de 80 até a década seguinte, Espinho, Póvoa de Varzim e Porto distinguiam-se, ainda que por motivos distintos, dos restantes concelhos pelo grau de expansão do seu edificado – de um lado, os dois primeiros municípios apresentavam

---

<sup>47</sup> No período entre 1981 e 1991, os municípios pertencentes ao Grande Porto mantiveram as mais altas percentagens de alojamentos clássicos de residência habitual da região (Melo, 1993: p.2). E, no período intercensitário seguinte, o território sofre um forte ritmo de crescimento do seu parque sendo este, aliás, muito mais elevado quando comparado com o número de habitantes existentes (Conceição, 2002: p.36).

proporções de variação de aumento elevadas face à média regional e, do outro, o centro urbano do Porto mostrava já uma evolução mais tímida – desde a década de 90 até à subsequente, os mesmos territórios, juntamente com Matosinhos, exibiram um aumento mais reduzido. Em movimento oposto, os pesos mais elevados foram observados nos concelhos da Maia, de Valongo, de Gondomar, de Vila Nova de Gaia e de Vila do Conde, atestando a acentuação da descentralização residencial a partir da cidade do Porto, sendo que, a partir dos anos 2000, esta tendência de aumento, ainda que de menor destaque, volta a confirmar-se nestes concelhos.

De resto, esta disposição parece ganhar maior relevância quando se reconhece que as consequências de tal intensificação do crescimento foram, entretanto, influídas por um conjunto de movimentos que já vinham a operar na AMP, tais como – a conversão do uso do solo agrícola na periferia; o privilégio pela expansão para certos eixos dotados de maior acessibilidade e, ainda, numa fase ulterior, a concentração de formas de urbanização num tecido rural residual intervalar ou em núcleos novos, pré-existent e exteriores à cidade do Porto (Salgueiro, 1992: p.208). Por outro lado, no domínio da habitação, muitas das orientações como – a diferenciação e especialização funcional do espaço urbano do Porto com efeitos no custo do solo; o peso do movimento centrífugo da indústria no território; a escassa oferta de habitação social; a falência do mercado de arrendamento; o alargamento da rede rodoviária e a expansão da rede de transportes urbanos – acabaram por ter impactos consideráveis, potenciando o aumento da ocupação residencial descentralizada em direção aos concelhos envolventes (Matos, 1995: p.105 e p.107).

Porém, o facto de ter sido possível destacar tal diferenciação interna, em matéria de ritmo e distribuição dos alojamentos na região, não nos impede de detetar assimetrias noutras componentes deste movimento. Acontece que um olhar mais atento da evolução dos perfis dos alojamentos (Quadro 2.10), para além de permitir traçar um panorama de quebra relativa da proporção de alojamentos clássicos de residência habitual e de acréscimo correlativo da proporção de outros alojamentos clássicos (vagos, com ocupante ausente ou destinados ao uso sazonal), possibilita também salientar com acuidade algumas distinções. Assim, e não obstante os alojamentos clássicos de residência habitual representarem a categoria predominante no conjunto dos perfis de alojamentos considerados, importa verificar que são os municípios de Gondomar, de Valongo e da Maia aqueles que conseguiram sustentar, no período de referência, proporções apreciáveis, levando-nos a reconhecer que a sua funcionalidade residencial foi sendo

assegurada, ainda que não exclusivamente, ao longo do tempo, por processos de transferência populacional segundo uma lógica centro-periferia. Por seu turno, e como já se referiu, a elevada capacidade de oferta de solo edificável, aliada à capacidade de acolhimento direto de fluxos migratórios canalizados para a região, garantiram o reforço da sua função de suporte residencial da população.

Mas, à medida que incidimos mais a nossa atenção para alguns detalhes do que tem sido o movimento de expansão da habitação durante as últimas décadas do século XX e inícios do século XXI, é exequível identificar a presença de diferentes padrões de ocupação residencial.

Desta maneira, podemos concluir que as importantes mudanças de orientação da tipologia do edificado, introduzidas no território regional, caracterizaram-se, fundamentalmente, pelo aumento muito generalizado da proporção de edifícios com maior número de alojamentos (três ou mais) e pela quebra da proporção de edifícios com um só alojamento (rever Quadro 2.10).<sup>48</sup> Além de notarmos a degradação de uma parte significativa do parque habitacional mais antigo com um menor número de alojamentos – apesar de, nos anos 90, se começar a verificar algum investimento (privado e público) na sua recuperação – não podemos omitir a importância que as novas tipologias habitacionais vieram a atingir no mercado da habitação, fruto quer do aumento dos preços do solo e das alterações de comportamento dos consumidores, mais exigentes em termos de conforto e qualidade, quer da modificação do perfil dos principais investidores na habitação, na sua grande maioria as empresas privadas (Matos, 2001: pp.20-21).

Por outro lado, no que toca a infraestruturas básicas, não nos parece ser arriscado falar-se em progressos igualmente muito expressivos, face à sua extensão e ao tipo de cobertura nos alojamentos de residência habitual pois, de acordo com os dados disponíveis, é notória a maior acessibilidade a este tipo de instalações por largas camadas da população portuguesa, verificando-se, portanto, mudanças marcantes ao nível da qualidade de habitação (cf., em anexo, Quadro A-2.12).<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> A verdade é que concelhos que já registavam, entre os anos 80 e 90, proporções elevadas do edificado com maior número de alojamentos – Porto, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia – viram persistir esta tendência crescente a partir dos anos dois mil. No caso destes últimos dois municípios, o processo de aceleração foi sendo mais estimulado, muito embora não seja de negligenciar a vantagem relativa, neste plano, do concelho da Maia. Em paralelo, não há dúvida que, até 1991, também Vila do Conde e Maia foram reunindo percentagens consideráveis de edifícios com o número reduzido de alojamentos tendo-se verificado, nas duas décadas seguintes, uma aproximação de Vila Nova de Gaia, de Gondomar e de Espinho.

<sup>49</sup> A propósito destas mudanças, cf. com atenção Apêndice A (APa-2.).

**Quadro 2.10** – Variação dos alojamentos e evolução do seu perfil em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1981-2011) - (%)

NUT's	Variação dos alojamentos			Alojamentos Clássicos (residência habitual)				Aloj. Class. (residência habitual) - Edif. > residenciais												Alojamentos Clássicos (uso sazonal, vagos, ocup. aus.)				Alojamentos Não Clássicos (barracas e outros)				Alojamentos Coletivos			
								Com 1 alojamento				Com 2 alojamentos				Com 3 ou + alojamentos															
	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
Portugal	22,1	20,5	16,3	80,6	72,9	70,3	67,9	52,0	43,1	37,3	33,6	6,4	5,9	5,6	4,5	22,0	23,5	27,1	29,5	17,9	26,2	29,0	31,8	1,4	0,7	0,5	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2
Norte	Nd	25,3	14,7	Nd	76,0	73,2	71,3	Nd	50,3	42,8	38,9	Nd	8,9	8,1	6,5	Nd	16,4	22,0	25,6	Nd	23,3	26,2	10,9	Nd	0,4	0,4	0,1	Nd	0,3	0,1	0,2
AMP	29,1	29,9	15,2	89,3	82,2	78,7	78,0	50,4	42,7	35,4	30,9	13,3	11,1	8,6	7,0	25,3	28,1	34,4	39,8	9,6	17,1	20,6	21,8	0,9	0,4	0,6	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
G. Porto	28,6	30,6	15,4	89,5	81,8	77,9	77,5	44,8	37,9	30,7	25,8	13,9	10,7	7,9	6,7	30,4	32,7	39,0	44,7	9,5	17,4	21,4	22,2	0,9	0,5	0,6	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1
Espinho	40,8	10,0	8,1	85,9	75,9	75,3	75,6	51,8	38,2	31,9	34,0	15,5	12,3	11,4	7,9	18,5	25,2	31,8	33,6	12,7	23,4	23,5	24,2	1,0	0,4	1,1	0,0	0,2	0,2	0,1	0,1
Gondomar	30,0	40,5	12,4	92,2	87,5	81,9	83,2	50,5	43,8	34,7	30,3	20,1	17,1	11,6	10,9	21,6	26,3	35,4	41,8	7,2	12,1	17,5	16,8	0,5	0,4	0,5	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Maia	33,1	61,4	22,3	90,4	86,7	81,4	83,5	55,6	45,3	33,5	28,8	18,8	14,3	9,8	7,9	15,9	26,9	37,9	46,6	7,8	12,8	18,0	16,3	1,8	0,3	0,6	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Matosinhos	35,6	28,6	21,2	91,8	84,8	82,0	81,7	40,7	43,8	33,2	23,9	18,9	10,2	7,7	7,0	32,0	30,5	41,0	50,4	6,7	14,2	16,9	18,1	1,4	0,9	1,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Porto	14,2	10,4	9,7	90,6	83,2	76,3	71,6	27,1	24,7	18,9	14,3	8,9	6,6	4,6	3,5	53,9	51,0	52,3	53,4	8,2	15,6	22,7	28,0	0,8	0,7	0,6	0,1	0,4	0,6	0,4	0,4
P. Varzim	50,8	31,2	14,3	77,9	60,0	62,0	61,6	50,3	35,9	30,7	30,0	15,3	8,0	6,1	3,7	12,1	15,7	24,9	27,7	21,1	39,6	37,6	38,2	0,8	0,2	0,3	0,0	0,2	0,2	0,1	0,1
Valongo	31,6	43,5	20,8	87,3	86,2	82,3	83,5	46,8	41,6	32,6	28,0	19,0	15,1	12,7	10,7	21,4	29,2	36,7	44,6	12,0	13,4	17,1	16,3	0,6	0,3	0,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
V. Conde	31,4	36,6	21,3	84,1	71,0	70,6	70,9	64,3	48,6	43,3	38,4	12,9	11,0	8,3	6,0	6,7	10,9	18,9	26,0	15,0	28,6	28,8	28,9	0,9	0,3	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
V. N. Gaia	35,6	40,2	15,1	89,8	81,9	78,6	79,7	59,5	42,6	34,5	28,6	12,0	11,0	7,4	6,7	18,2	27,9	36,5	44,3	9,5	17,5	20,8	20,1	0,6	0,3	0,6	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1
Valongo	31,6	43,5	20,8	87,3	86,2	82,3	83,5	46,8	41,6	32,6	28,0	19,0	15,1	12,7	10,7	21,4	29,2	36,7	44,6	12,0	13,4	17,1	16,3	0,6	0,3	0,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Alfena	Nd	Nd	18,9	91,8	Nd	82,5	85,0	63,3	Nd	42,6	39,4	19,9	Nd	15,9	12,8	8,5	Nd	23,7	32,6	7,3	Nd	17,2	14,9	0,9	Nd	0,3	0,1	0,1	Nd	0,0	0,1
Campo	Nd	Nd	20,5	95,4	Nd	85,9	85,9	62,9	Nd	52,3	46,8	21,3	Nd	18,6	13,4	11,3	Nd	13,8	25,5	4,3	Nd	13,5	13,9	0,2	Nd	0,5	0,2	0,0	Nd	0,0	0,1
Ermesinde	Nd	Nd	13,8	85,3	Nd	83,5	84,4	33,7	Nd	23,6	18,0	19,3	Nd	11,6	11,8	32,3	Nd	48,2	54,5	13,8	Nd	15,9	15,4	0,7	Nd	0,5	0,1	0,1	Nd	0,1	0,1
Sobrado	Nd	Nd	14,3	92,3	Nd	88,5	85,8	65,3	Nd	53,9	54,2	17,0	Nd	17,6	14,8	9,8	Nd	16,2	16,4	7,5	Nd	10,8	14,2	0,1	Nd	0,7	0,0	0,1	Nd	0,0	0,0
Valongo	Nd	Nd	38,0	81,7	Nd	76,9	79,9	53,6	Nd	30,2	25,3	16,7	Nd	9,2	6,1	11,3	Nd	37,0	48,2	17,5	Nd	22,6	20,0	0,6	Nd	0,4	0,1	0,2	Nd	0,0	0,1

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

Notas: Os dados dos alojamentos clássicos, dos alojamentos clássicos de residência habitual, alojamentos clássicos e não clássicos e alojamentos coletivos foram calculados sobre o total dos alojamentos. Nd – Dado não disponível.

A avaliar pela incidência de crescimento verificada no concelho de Valongo, mais favorável ainda do que a desenhada à escala regional, algumas notas merecem, entretanto, ser referidas. A primeira refere-se à distinção que é necessário traçar quando nos confrontamos com visíveis diferenças, entre as freguesias, na modelação habitacional do território. A segunda aponta para as distintas funções de aglomeração habitacional em termos de quantidade, diversidade e poder de polarização.

Sem subestimar as transformações, entretanto, ocorridas nas freguesias de Campo e de Sobrado, importa aqui, principalmente, destacar o evidente reforço do papel de favorecimento na distribuição e sustentação residencial dos seus habitantes por parte de freguesias como as de Ermesinde, de Valongo e de Alfena, espaços que foram reunindo as maiores proporções de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com o maior número de alojamentos por edifício. Fica, então, claro que as últimas décadas coincidem, no concelho, com um movimento relevante de expansão dos edifícios principalmente residenciais com três ou mais alojamentos, reforçando-se a ideia de dinamismo presente – veja-se que, ente 1981 e 2011, o aumento percentual foi de 36,9 pontos percentuais para Valongo, de 24,1 para Alfena e de 22,2 para Ermesinde.

Contudo, de acordo com os últimos Censos, estamos em crer que, internamente, o padrão de evolução do perfil de alojamentos do concelho de Valongo tem conhecido determinadas recomposições (rever Quadro 2.10), já que tudo aponta para que, nestes espaços territoriais onde mais notoriamente se acelerou o ritmo de expansão da produção de habitação (em densidade), uma boa parte dos problemas de oferta habitacional não tenha sido resolvido, contribuindo, de algum modo, para o desequilíbrio do mercado da habitação.<sup>50</sup> Há, no entanto, por comparação, que ressaltar algumas particularidades sobre a freguesia de Ermesinde. Se é certo que esta freguesia cresceu a um ritmo inferior ao dos restantes espaços, também não podemos negar que, ao longo do tempo, esta foi dispendo de percentagens mais expressivas de edifícios com três ou mais alojamentos, indicando

---

<sup>50</sup> Na realidade, o ritmo de acréscimo da proporção relativa de alojamentos vagos nestes territórios terá que ser equacionado mediante o facto das oscilações verificadas na evolução dos alojamentos clássicos de residência habitual terem tido forte correspondência no aumento de alojamentos disponíveis no mercado da habitação (para venda, aluguer, demolição, etc.). E, ao não existir uma dinâmica de minoração significativa deste perfil de alojamentos, muito pelo contrário, parece-nos importante ver com maior atenção a possibilidade da eventual conversão em característica estrutural do parque habitacional local. Aliás, nesta matéria, as freguesias de Ermesinde e Valongo continuam a dispor dos valores mais elevados nos últimos censos. Por outro lado, percebendo-se que a importância das barracas e de outro tipo de alojamento improvisado tem sido transversal a todo o território concelhio, uma análise mais pormenorizada permite observar, globalmente, que o aumento de outro tipo de alojamento precário tem tido maior expressividade nas freguesias de Ermesinde, de Campo e de Sobrado, o que pode configurar algum sentido de alteração nos processos de exclusão habitacional.

uma maior intensidade do uso do solo. Aliás, nos inícios da década de 80, a desigualdade percentual é tão evidente que, no interior do concelho, deixa transparecer o seu carácter estruturante da procura acentuada para exercício da função residencial.<sup>51</sup>

Constituindo tais marcos um papel fundamental na estruturação do parque habitacional local estamos em crer que a informação relativa à época de existência dos edifícios dos alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, nos lance alguma luz sobre outra característica da sua evolução até porque trata-se de uma questão que se reveste, desde logo, por duas grandes regularidades em termos de sentido e intensidade de evolução (cf. Quadro 2.11).

Uma delas mostra, de forma inequívoca, que o concelho do Porto, ao longo do período de referência, foi concentrando proporções elevadas de edifícios mais antigos, notadamente os construídos desde 1919 até 1970, o que, de resto, entra em linha de concordância com aquilo que é sabido sobre a proliferação de bairros de barracas, de prédios degradados e de ilhas que este território foi conhecendo (Matos, 1993). Muito embora tenha havido uma recuperação deste edificado, ainda que muito incipiente, e sobretudo o do centro, continuamos a ver que, em termos gerais, o seu padrão residencial tem apresentado alguma regularidade. A outra indica a recente renovação e expansão do edificado nos restantes concelhos da região, sendo as proporções importantes de edifícios construídos, desde inícios da década de 70 até 2001, além do mais, um indício disso mesmo.

Veja-se, por exemplo, que nestes espaços, de modo geral, a prevalência da ocupação desordenada de terrenos agrícolas ou florestais e a densificação de espaço construído sem ordenamento, associada a uma forte dinâmica construtiva, se fez sentir de forma veemente, em especial a partir de finais de 80 e inícios da década de 90 (Idem), denotando que, uma vez mais, processo de descentralização da habitação foi-se processando a partir da cidade do Porto.

É bom recordar que, devido, fundamentalmente, aos preços mais elevados ali praticados e por força da competição crescente entre a habitação e as atividades terciárias, o concelho portuense vem apresentando uma menor capacidade de oferta de novos alojamentos a favor dos concelhos periféricos (idem, 2001: p.83).

---

<sup>51</sup> O que se começa a notar é, precisamente, uma alteração na(s) forma(s) de povoamento, com efeitos nas décadas seguintes, em resultado, tanto das mudanças do perfis de promotor, como das tipologias habitacionais (e infraestruturas) promovidas, reforçando-se o papel das empresas de construção e a promoção de urbanizações constituídas por conjuntos (cada vez mais densos) de edifícios de maior envergadura e de edifícios em altura.

No entanto, os dados do último Recenseamento evidenciam uma espécie de reverso no movimento de renovação do parque habitacional, na medida em que a expansão da edificação mais recente tem vindo também a desacelerar, sendo o caso do concelho de Valongo um exemplo bem ilustrativo.

Através da informação recolhida podemos conferir que a renovação dos edifícios, ainda assim, tem sido, no interior deste último concelho, diferenciada já que uma análise mais pormenorizada leva-nos concluir que o conjunto de freguesias que compõe o território foi concentrando mais intensamente alojamentos construídos desde os anos 60 até à atualidade. Mas, ao mesmo tempo, verifica-se que a expansão da habitação, sobretudo no núcleo de freguesias historicamente mais urbanizadas – Valongo, Ermesinde e Alfena – e onde foram elevados os ritmos de construção, estruturou-se de forma distinta no tempo.

Mais precisamente, enquanto uma parte relevante do edificado da freguesia de Ermesinde foi impulsionado durante o período mais recuado no tempo (de 1961 a 1990)<sup>52</sup>; nas freguesias de Alfena e Valongo, por comparação, os registos de investimento e expansão habitacional são mais recente (de 1981 a 2001).<sup>53</sup> Por sua vez, as freguesias de Campo e Sobrado têm-se revestido por uma justaposição de edificado construído em épocas distintas, e a prova disso mesmo são os registos de alojamentos com alguma antiguidade (de 1946 a 1970), por um lado, e de alojamentos mais recentes (de 1981 a 1995), por outro. No caso de Sobrado, o investimento no parque habitacional mais recente (1996-2011) é também muito evidente (rever Quadro 2.11).

Porém, a continuidade na expansão do parque habitacional apurada nas últimas décadas, não deixou de se processar num contexto de mudança no tipo de habitação promovida, se tivermos em conta o aumento do número médio de divisões existentes por alojamento (cf., em anexo, Quadro A-2.13).

---

<sup>52</sup> Note-se que os dados dos últimos censos continuam a revelar a elevada incidência de edifícios construídos entre “1971-1981” e “1981-1990” (cf. Quadro 2.11), o que vem confirmar a tendência, verificada desde, pelo menos, a década anterior, de reforço do seu papel de receção de população.

<sup>53</sup> Em 2011, ambas as freguesias apresentavam uma forte ocupação de edifícios construídos entre “1996-2011”.



**Quadro 2.11** – Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a época de construção dos edifícios em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1981-2011) – (%)

NUT's	<i>Antes de 1919</i>				<i>1919-1945</i>				<i>1946-1960</i>				<i>1961-1970</i>				<i>1971-1980/1981</i>				<i>1981-1990/1991</i>			<i>1991-1995</i>		<i>1996-2000/2001</i>		<i>2001-2005</i>	<i>2006-2011</i>
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1991	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2011	2011
<b>Portugal</b>	<b>21,5</b>	<b>12,4</b>	<b>5,1</b>	<b>3,4</b>	<b>17,2</b>	<b>12,1</b>	<b>7,6</b>	<b>5,1</b>	<b>17,6</b>	<b>14,3</b>	<b>10,2</b>	<b>8,6</b>	<b>17,8</b>	<b>17,0</b>	<b>13,9</b>	<b>11,3</b>	<b>25,8</b>	<b>21,4</b>	<b>19,8</b>	<b>17,9</b>	<b>22,8</b>	<b>21,7</b>	<b>18,0</b>	<b>10,3</b>	<b>8,9</b>	<b>11,4</b>	<b>10,9</b>	<b>10,3</b>	<b>5,5</b>
<b>Norte</b>	<b>Nd</b>	<b>14,3</b>	<b>5,4</b>	<b>3,7</b>	<b>Nd</b>	<b>11,5</b>	<b>7,1</b>	<b>4,6</b>	<b>Nd</b>	<b>12,8</b>	<b>8,6</b>	<b>6,9</b>	<b>Nd</b>	<b>15,5</b>	<b>12,1</b>	<b>9,7</b>	<b>Nd</b>	<b>20,9</b>	<b>18,7</b>	<b>16,5</b>	<b>25,0</b>	<b>23,2</b>	<b>19,4</b>	<b>11,5</b>	<b>10,3</b>	<b>13,4</b>	<b>12,6</b>	<b>10,9</b>	<b>5,5</b>
<b>AMP</b>	<b>18,3</b>	<b>12,0</b>	<b>4,8</b>	<b>3,5</b>	<b>19,3</b>	<b>12,6</b>	<b>8,0</b>	<b>5,1</b>	<b>20,1</b>	<b>15,6</b>	<b>10,0</b>	<b>7,9</b>	<b>18,5</b>	<b>17,3</b>	<b>13,4</b>	<b>10,6</b>	<b>23,7</b>	<b>19,3</b>	<b>16,8</b>	<b>15,6</b>	<b>23,2</b>	<b>21,4</b>	<b>18,2</b>	<b>11,6</b>	<b>10,5</b>	<b>13,9</b>	<b>13,6</b>	<b>10,4</b>	<b>4,6</b>
<b>G. Porto</b>	<b>18,3</b>	<b>12,1</b>	<b>5,1</b>	<b>3,6</b>	<b>19,7</b>	<b>13,0</b>	<b>8,3</b>	<b>5,2</b>	<b>20,4</b>	<b>16,1</b>	<b>10,2</b>	<b>8,2</b>	<b>18,9</b>	<b>17,8</b>	<b>13,7</b>	<b>11,0</b>	<b>22,7</b>	<b>18,7</b>	<b>16,3</b>	<b>15,3</b>	<b>22,3</b>	<b>20,9</b>	<b>17,7</b>	<b>11,5</b>	<b>10,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,6</b>	<b>10,3</b>	<b>4,5</b>
Espinho	11,3	8,6	2,6	3,6	24,9	14,9	10,0	5,6	24,3	14,5	10,8	12,4	15,9	14,3	11,7	12,1	23,6	21,9	19,7	18,3	25,9	27,1	18,3	9,0	9,6	9,2	9,2	8,0	3,0
Gondomar	19,5	11,4	5,0	3,0	17,3	11,5	6,0	4,2	17,1	13,0	8,1	7,1	20,4	18,5	14,0	10,5	25,8	21,4	17,0	15,7	24,1	20,2	19,3	12,7	11,8	17,1	15,8	8,9	3,7
Maia	19,2	9,5	4,3	2,4	19,7	13,1	5,5	3,3	17,7	15,5	6,5	5,6	15,5	14,9	9,5	6,6	28,0	20,2	15,0	13,6	26,8	22,2	16,3	16,7	13,9	20,3	19,9	13,8	4,6
Matosinhos	13,1	7,4	3,0	2,1	21,0	12,2	7,6	4,1	23,5	17,1	9,7	7,0	17,7	15,5	12,8	9,2	24,7	19,9	16,9	15,1	27,9	27,3	21,9	10,4	10,5	12,4	12,4	12,4	5,3
<b>Porto</b>	<b>21,6</b>	<b>18,6</b>	<b>9,3</b>	<b>7,1</b>	<b>22,7</b>	<b>16,0</b>	<b>14,5</b>	<b>9,5</b>	<b>21,5</b>	<b>18,4</b>	<b>14,9</b>	<b>13,1</b>	<b>18,7</b>	<b>19,4</b>	<b>18,9</b>	<b>17,8</b>	<b>15,5</b>	<b>14,9</b>	<b>15,2</b>	<b>17,0</b>	<b>12,6</b>	<b>13,1</b>	<b>12,2</b>	<b>7,8</b>	<b>6,6</b>	<b>6,3</b>	<b>7,3</b>	<b>5,7</b>	<b>3,7</b>
P. Varzim	16,6	7,7	2,1	1,8	15,4	9,7	5,5	2,8	15,8	14,7	7,5	5,9	21,7	17,8	13,1	8,3	30,5	20,9	19,7	16,6	29,2	27,5	23,0	13,0	13,4	11,6	10,7	11,7	5,7
<b>Valongo</b>	<b>11,6</b>	<b>6,9</b>	<b>3,0</b>	<b>2,3</b>	<b>13,1</b>	<b>7,8</b>	<b>5,1</b>	<b>2,7</b>	<b>17,6</b>	<b>12,8</b>	<b>8,0</b>	<b>4,8</b>	<b>23,4</b>	<b>20,2</b>	<b>11,9</b>	<b>8,5</b>	<b>34,2</b>	<b>26,5</b>	<b>19,9</b>	<b>16,5</b>	<b>25,9</b>	<b>21,8</b>	<b>19,1</b>	<b>10,6</b>	<b>10,4</b>	<b>19,8</b>	<b>17,7</b>	<b>14,0</b>	<b>4,1</b>
V. Conde	21,8	12,8	4,5	4,3	16,6	10,9	6,7	4,0	16,1	12,9	8,3	6,5	20,5	17,4	12,3	9,1	25,0	20,0	18,3	14,7	26,0	23,4	19,0	12,0	9,5	14,7	13,3	13,4	6,3
V. N. Gaia	17,3	10,6	4,3	2,9	18,2	12,3	6,8	4,8	21,9	16,5	9,8	7,9	18,8	17,8	12,0	9,7	23,9	17,6	14,7	13,7	25,2	21,7	18,1	13,4	11,8	17,2	15,8	10,3	4,9
<b>Valongo</b>	<b>11,6</b>	<b>6,9</b>	<b>3,0</b>	<b>2,3</b>	<b>13,1</b>	<b>7,8</b>	<b>5,1</b>	<b>2,7</b>	<b>17,6</b>	<b>12,8</b>	<b>8,0</b>	<b>4,8</b>	<b>23,4</b>	<b>20,2</b>	<b>11,9</b>	<b>8,5</b>	<b>34,2</b>	<b>26,5</b>	<b>19,9</b>	<b>16,5</b>	<b>25,9</b>	<b>21,8</b>	<b>19,1</b>	<b>10,6</b>	<b>10,4</b>	<b>19,8</b>	<b>17,7</b>	<b>14,0</b>	<b>4,1</b>
Alfena	10,5	Nd	3,2	2,4	14,2	Nd	5,3	3,2	16,5	Nd	8,4	5,3	21,9	Nd	12,5	8,8	36,9	Nd	17,1	14,4	Nd	18,2	17,1	14,6	8,4	20,8	22,4	14,4	3,5
Campo	13,7	Nd	3,4	2,6	16,6	Nd	5,7	3,1	16,2	Nd	10,1	5,1	23,4	Nd	14,3	10,2	30,1	Nd	15,0	14,4	Nd	21,0	16,7	10,9	14,2	19,5	13,5	17,6	2,6
<b>Ermesinde</b>	<b>6,3</b>	<b>Nd</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>	<b>11,3</b>	<b>Nd</b>	<b>5,4</b>	<b>2,6</b>	<b>18,9</b>	<b>Nd</b>	<b>8,0</b>	<b>5,2</b>	<b>25,8</b>	<b>Nd</b>	<b>13,0</b>	<b>10,1</b>	<b>37,8</b>	<b>Nd</b>	<b>24,0</b>	<b>22,0</b>	<b>Nd</b>	<b>25,0</b>	<b>23,0</b>	<b>8,8</b>	<b>8,7</b>	<b>14,7</b>	<b>11,9</b>	<b>10,7</b>	<b>4,4</b>
Sobrado	19,8	Nd	6,5	3,3	16,8	Nd	5,9	3,6	20,0	Nd	11,6	7,1	19,0	Nd	15,1	11,0	24,5	Nd	19,9	15,8	Nd	15,5	14,3	8,9	8,8	16,5	15,3	14,8	5,9
Valongo	24,3	Nd	5,3	3,4	13,3	Nd	3,6	2,1	14,8	Nd	5,7	3,0	19,8	Nd	7,0	4,4	27,9	Nd	15,4	9,4	Nd	20,0	15,7	12,1	13,5	31,1	26,6	17,9	4,0

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

Notas: Optou-se por, sempre que possível, harmonizar a informação recolhida ao longo dos vários Recenseamentos. Nd – Dado não disponível.

Sabendo que no conjunto do concelho de Valongo têm predominado, ao longo do tempo, os alojamentos com três a cinco divisões, especialmente em Ermesinde, Valongo e Alfena, vale a pena acrescentar outras notas complementares acerca destes espaços – nas primeiras décadas do século XXI, Ermesinde distingue-se pela predominância de alojamentos com quatro a cinco divisões; Valongo caracteriza-se por ter uma elevada densidade de alojamentos com três a quatro divisões e Alfena pela existência expressiva de alojamentos com cinco e mais divisões. Por outro lado, as restantes freguesias têm acompanhado mais de longe esta tendência modal, destacando-se aqui, por comparação, a maior relevância relativa dos alojamentos com seis, sete, oito e mais divisões.

#### **2.2.3.2. O cenário de descentralização residencial a partir da cidade do Porto e a generalização progressiva do acesso à propriedade na periferia.**

Delineados os principais aspetos acerca do perfil e das características do parque habitacional, é importante também dar a conhecer que, de acordo com os dados recolhidos (cf. Quadro 2.12), baseados no perfil de expansão do edificado e consequente relação com a população, os alojamentos ocupados pelo “proprietário” têm vindo a ganhar uma crescente importância no mercado da habitação.<sup>54</sup>

Ora, sendo esta transformação extensível a todo o território nacional, e esperada a partir das tendências que já se vinham delineando em termos de recomposição do mercado habitacional na região<sup>55</sup> – muito por força do desgaste da política de arrendamento adotada<sup>56</sup> e da proliferação da propriedade horizontal e dos sistemas diferenciados de crédito à aquisição de casa própria –, acaba-se por assistir, praticamente à passagem de uma situação de predomínio do arrendamento para uma outra de forte generalização da ocupação própria.

---

<sup>54</sup> Acerca do significado deste processo de expansão e os efeitos nos níveis de ocupação, cf. Apêndice A (APa-3.).

<sup>55</sup> Sobre a evolução da ocupação dos alojamentos por parte de “outra entidade”, a região do Grande Porto tem visto diminuir de forma considerável os seus índices até 2001. E, a avaliar pelo papel-chave que os Particulares ou as Empresas Privadas foram sempre assumindo neste tipo de ocupação, processo esse que, como os próprios dados indicam, tem vindo a sofrer uma evidente contração, não deixa de criar efeitos acrescidos em tal declínio. Só em 2011 é que se denota um ligeiro travão. Há que salientar que, no entanto, o alargamento da intervenção estatal nas últimas décadas, principalmente até ao início dos anos 2000, no que respeita à dotação de uma série de equipamentos importantes, se tomarmos por referência o ligeiro aumento do peso percentual das ocupações protagonizadas pelo Estado, Institutos Públicos Autónomos, Segurança Social e Outras Instituições Sem Fins Lucrativos, não se verificou em 2011, ano em que os valores são claramente mais baixos. (cf., em anexo, Quadro A-2.15).

<sup>56</sup> Relativamente aos efeitos da política de arrendamento praticada na região e ao fomento ao crédito à habitação própria, cf. Matos, 2001: pp.93-103.

**Quadro 2.12** – Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, segundo a entidade proprietária e a existência de encargos por compra e Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, arrendados segundo a época de arrendamento em Portugal, no Norte, na Área Metropolitana do Porto e no Grande Porto (e concelhos) - (1981-2011) - (%)

NUT's	Alojamentos clássicos (resid. habitual) ocupados pelo proprietário												Alojamentos clássicos (resid. habitual) arrendados				Época do contrato do arrendamento									
	Total				C/encargo				S/encargo				Total				2001				2011					
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	Antes de 1975	1975-1986	1987-1990	Após 1990	Antes de 1975	1975-1986	1987-1990	1991-2000	2001-2005	2006-2011
<b>Portugal</b>	<b>56,6</b>	<b>64,7</b>	<b>75,7</b>	<b>73,2</b>	<b>7,8</b>	<b>14,5</b>	<b>23,8</b>	<b>31,4</b>	<b>48,8</b>	<b>50,3</b>	<b>51,9</b>	<b>41,8</b>	<b>38,8</b>	<b>17,9</b>	<b>20,3</b>	<b>19,5</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>19,7</b>	<b>11,4</b>	<b>3,4</b>	<b>9,0</b>	<b>12,5</b>	<b>44,0</b>
<b>Norte</b>	<b>Nd</b>	<b>61,0</b>	<b>73,6</b>	<b>72,2</b>	<b>Nd</b>	<b>10,4</b>	<b>21,2</b>	<b>29,9</b>	<b>Nd</b>	<b>50,6</b>	<b>52,4</b>	<b>42,3</b>	<b>Nd</b>	<b>20,3</b>	<b>21,6</b>	<b>20,1</b>	<b>32,4</b>	<b>16,8</b>	<b>6,7</b>	<b>44,1</b>	<b>18,4</b>	<b>11,6</b>	<b>3,8</b>	<b>10,5</b>	<b>14,3</b>	<b>41,4</b>
<b>AMP</b>	<b>40,7</b>	<b>52,0</b>	<b>68,5</b>	<b>67,3</b>	<b>6,5</b>	<b>13,7</b>	<b>28,1</b>	<b>34,1</b>	<b>34,2</b>	<b>38,3</b>	<b>40,4</b>	<b>33,2</b>	<b>55,8</b>	<b>26,1</b>	<b>27,1</b>	<b>25,5</b>	<b>42,2</b>	<b>17,1</b>	<b>5,0</b>	<b>35,6</b>	<b>23,5</b>	<b>12,0</b>	<b>3,2</b>	<b>9,8</b>	<b>13,3</b>	<b>38,3</b>
<b>G. Porto</b>	<b>35,3</b>	<b>48,2</b>	<b>65,8</b>	<b>65,2</b>	<b>6,8</b>	<b>14,9</b>	<b>30,1</b>	<b>35,3</b>	<b>28,5</b>	<b>33,3</b>	<b>35,6</b>	<b>29,9</b>	<b>61,6</b>	<b>28,5</b>	<b>30,2</b>	<b>28,0</b>	<b>44,5</b>	<b>17,1</b>	<b>4,7</b>	<b>33,6</b>	<b>24,9</b>	<b>12,2</b>	<b>3,2</b>	<b>9,8</b>	<b>12,9</b>	<b>37,1</b>
Espinho	40,7	53,1	66,3	59,9	4,7	12,4	16,0	18,1	36,0	40,6	50,3	41,8	56,7	25,6	29,3	29,6	40,3	21,8	4,1	33,8	24,6	15,9	3,3	10,5	10,8	34,8
Gondomar	39,3	51,5	69,3	67,8	7,8	16,7	34,4	37,9	31,5	34,8	34,9	29,8	57,3	28,1	26,4	25,0	39,9	18,2	4,8	37,1	24,7	12,1	3,1	14,2	12,3	33,5
Maia	38,2	51,7	72,9	71,8	6,6	17,2	40,5	44,7	31,6	34,5	32,4	27,1	57,4	28,4	23,1	22,2	38,2	19,9	5,4	36,5	19,2	11,4	2,8	9,9	14,8	41,9
Matosinhos	32,4	46,9	65,7	66,2	7,0	19,1	32,9	36,9	25,4	27,8	32,8	29,4	64,8	30,6	30,7	27,5	41,4	16,5	5,2	37,0	22,1	10,7	3,2	11,8	14,7	37,6
<b>Porto</b>	<b>23,2</b>	<b>36,5</b>	<b>50,0</b>	<b>50,7</b>	<b>6,2</b>	<b>10,9</b>	<b>20,4</b>	<b>24,3</b>	<b>17,0</b>	<b>25,6</b>	<b>29,6</b>	<b>26,3</b>	<b>74,6</b>	<b>33,7</b>	<b>46,7</b>	<b>43,4</b>	<b>51,8</b>	<b>17,7</b>	<b>4,4</b>	<b>26,1</b>	<b>31,1</b>	<b>15,2</b>	<b>3,7</b>	<b>8,4</b>	<b>10,6</b>	<b>31,0</b>
P. Varzim	60,8	65,2	74,9	73,5	4,8	10,7	19,9	28,4	56,0	54,6	55,0	45,1	34,6	15,9	19,6	18,6	24,0	16,6	5,2	54,3	13,3	10,4	3,4	8,9	14,4	49,7
<b>Valongo</b>	<b>46,2</b>	<b>55,9</b>	<b>72,7</b>	<b>71,7</b>	<b>10,3</b>	<b>19,9</b>	<b>36,5</b>	<b>44,9</b>	<b>35,9</b>	<b>36,0</b>	<b>36,2</b>	<b>26,7</b>	<b>50,6</b>	<b>25,3</b>	<b>22,7</b>	<b>21,6</b>	<b>35,4</b>	<b>18,9</b>	<b>5,3</b>	<b>40,4</b>	<b>19,2</b>	<b>13,0</b>	<b>2,8</b>	<b>10,5</b>	<b>13,1</b>	<b>41,4</b>
V. Conde	56,3	62,1	77,3	75,1	5,1	11,6	23,2	35,3	51,2	50,5	54,1	39,8	38,7	17,9	18,3	17,5	32,6	17,4	5,4	44,7	15,1	9,7	3,2	9,7	15,6	46,7
V. N. Gaia	38,1	51,8	70,2	67,7	7,1	16,0	35,0	38,5	31,0	35,8	35,2	29,3	58,4	26,9	25,4	25,1	46,2	14,0	4,6	35,3	24,4	9,0	2,6	7,9	14,2	41,9
<b>Valongo</b>	<b>46,2</b>	<b>55,9</b>	<b>72,7</b>	<b>71,7</b>	<b>10,3</b>	<b>19,9</b>	<b>36,5</b>	<b>44,9</b>	<b>35,9</b>	<b>36,0</b>	<b>36,2</b>	<b>26,7</b>	<b>50,6</b>	<b>25,3</b>	<b>22,7</b>	<b>21,6</b>	<b>35,4</b>	<b>18,9</b>	<b>5,3</b>	<b>40,4</b>	<b>19,2</b>	<b>13,0</b>	<b>2,8</b>	<b>10,5</b>	<b>13,1</b>	<b>41,4</b>
Alfena	43,5	Nd	69,3	69,9	4,4	Nd	28,7	42,5	39,1	Nd	40,7	39,1	Nd	Nd	23,9	22,6	33,3	13,1	8,2	45,3	17,7	10,7	3,5	13,8	15,2	39,0
Campo	66,8	Nd	77,2	76,6	3,2	Nd	19,3	35,8	63,6	Nd	57,9	40,8	Nd	Nd	15,5	13,6	24,6	12,3	4,1	59,1	14,8	10,4	3,4	23,1	16,3	32,0
<b>Ermesinde</b>	<b>39,2</b>	<b>Nd</b>	<b>71,0</b>	<b>69,0</b>	<b>16,1</b>	<b>Nd</b>	<b>41,5</b>	<b>42,9</b>	<b>23,1</b>	<b>Nd</b>	<b>29,6</b>	<b>26,1</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>26,0</b>	<b>25,5</b>	<b>40,3</b>	<b>19,4</b>	<b>4,5</b>	<b>35,8</b>	<b>23,0</b>	<b>13,2</b>	<b>2,2</b>	<b>9,0</b>	<b>12,5</b>	<b>40,1</b>
Sobrado	71,8	Nd	72,3	69,8	1,7	Nd	13,9	32,8	70,1	Nd	58,4	37,0	Nd	Nd	16,3	16,3	12,8	16,7	8,0	62,5	8,1	15,6	4,3	18,8	19,9	33,2
Valongo	43,3	Nd	76,8	76,1	7,6	Nd	45,9	56,1	35,8	Nd	30,9	20,1	Nd	Nd	20,0	18,7	33,2	25,5	4,5	36,8	14,8	14,6	3,2	6,7	10,7	50,1

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

Notas: Os alojamentos segundo o regime de ocupação foram calculados sobre o total dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual. Não foram consideradas, neste cálculo, "outras situações". Para o ano de 2001, não foi possível obter, para o total do país, informação sobre a época de arrendamento. Nd – Dado não disponível.

É preciso ver que, regionalmente, a amplitude do acréscimo deste perfil de ocupação foi mesmo muito significativa pois, entre 1981 e 1991, o aumento foi de 13 pontos percentuais e, no período de 1991 a 2001, de 17 pontos, confirmando o processo de aumento claro da importância do acesso à propriedade, ainda que no concelho do Porto o arrendamento tenha mantido especial incidência. Entre 2001 e 2011, por sua vez, notou-se um ligeiro recuo nesta expansão (-0,6) mas, também neste caso, o impulso registado foi francamente superior em certos concelhos como Maia, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Valongo. Apesar do último recuo sentido, estes municípios continuam a revelar proporções importantes no universo deste tipo de alojamento, seguidos de Vila de Conde e da Póvoa de Varzim.

Logo, a subida crescente e generalizada dos ocupantes proprietários continuou a sugerir, no interior da região, a existência de alguns velhos padrões de diferenciação territorial. De facto, se atendermos às dissemelhanças registadas entre, por um lado, os municípios do Porto e de Matosinhos, territórios que, ao longo das últimas décadas, destacaram-se pelas proporções mais baixas de alojamentos ocupados pelos seus proprietários, e onde o regime de arrendamento assumiu sempre uma maior relevância, e, por outro, os concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, onde o peso da habitação própria foi sendo mais significativo, decorrente, não só mas também, da relevância da habitação secundária, percebe-se melhor a diversidade em causa.

E essa diversidade não deixou de se exprimir, inclusivamente, no interior do próprio concelho de Valongo. Torna-se, aliás, interessante observar que, nos últimos dois Censos, o regime de ocupação do “ocupante proprietário” continuava a ser dominante em todas as freguesias – as médias concelhias situavam-se nos 73% e 72%, respetivamente. Mas, o facto de existirem, neste conjunto de alojamentos, diferenças significantes, nomeadamente relacionadas com a existência ou não de encargos financeiros, leva-nos a proceder a uma segunda análise.

Revendo novamente o Quadro 2.12, torna-se possível constatar que, em claro contraste, Valongo e Ermesinde continuavam a deter o maior número de alojamentos com encargos associados – respetivamente, 45,9% e 41,5% em 2001 e 56,1% e 42,9% em 2011. Em contrapartida, Sobrado e Campo detinham as percentagens mais elevadas de alojamentos ocupados pelo proprietário sem qualquer encargo associado.

Em simultâneo, e apesar dos alojamentos para arrendamento terem diminuído na última década, Ermesinde e Alfena têm revelado uma maior desaceleração nesta quebra, em resultado também da importância dos efeitos que o fomento da descentralização da

procura e da oferta de habitação arrendada teve nestes territórios desde o passado. Ora, esta situação, conjugada com o aumento dos alojamentos com encargos associados, só poderá indiciar a sua forte capacidade de oferta de alojamentos.

Muito embora o Grande Porto seja um espaço onde o mercado de arrendamento ainda é relativamente importante (Conceição, 2002),<sup>57</sup> não restam dúvidas de que, pelo menos em alguns dos seus municípios, se assistiram a mudanças com alguma significância. Em virtude da maior relevância relativa do arrendamento no conjunto de alojamentos construídos em épocas mais distantes, verifica-se que a proporção maioritária de contratos celebrados, na região, em 2001, correspondia ao período anterior a 1975 (Rever Quadro 2.12). E, neste caso em concreto, uma parte principal deste mercado, com origens temporais bem mais distanciadas, foi sendo sustentada pelos concelhos do Porto, de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos.

O único contraste parece residir nos municípios da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e de Valongo pois, em 2001, reuniam proporções mais relevantes de alojamentos cujo contrato havia sido celebrado após a década de 90. De resto, esta tendência passa, em 2011, a generalizar-se em toda a região, sendo de registar o predomínio do peso dos alojamentos arrendados com contrato mais recente (de 2006 a 2011) nos concelhos de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim, mas também da Maia e de Vila Nova de Gaia.

Se quisermos socorrer-nos dos dados referentes aos escalões de renda que, ao longo do período em referência, foram sendo praticados (cf., em anexo, Quadro A-2.16), resta-nos adiantar que, na região, o aumento da amplitude do gasto no arrendamento foi sendo significativo.<sup>58</sup>

Igualmente interessante será notar que, ao longo do período em análise, o contraste no acesso ao arrendamento foi-se revelando ainda mais nítido no concelho de Valongo. Na verdade, a distinção entre as freguesias começa por se verificar porque, por um lado, se mantiveram orientações distintas no que toca à temporalidade dos contratos de arrendamento celebrados. Enquanto, em 2001, nas freguesias de Sobrado e de Campo, uma fatia importante dos alojamentos clássicos arrendados detinha um contrato datado no período posterior à década de 90, já nas freguesias de Ermesinde, de Alfena e de

---

<sup>57</sup> Nos anos de 1960, por exemplo, na região, 77,2% dos agregados domésticos com alojamento em prédio viviam sob o regime de arrendamento.

<sup>58</sup> Neste ponto, acredita-se que, no conjunto de indicadores que foram mobilizados para este tema, impõe-se grande prudência na análise comparativa a realizar, isto porque não só os escalões utilizados pelo INE variaram ao longo do tempo, como pelo facto de se ter optado pelo recurso à conversão de escudos em euros. Acerca dos pormenores da evolução dos custos do arrendamento, cf. Apêndice A (APa-4.).

Valongo as proporções de alojamentos cujo contrato de arrendamento havia sido celebrado antes de 1975 eram consideráveis. A este respeito, salienta-se que a freguesia de Valongo se destacou identicamente pelas proporções elevadas de alojamentos com época de contrato de arrendamento situada entre 1975 e 1986. No que diz respeito a 2011, o concelho, no seu conjunto, e as freguesias, em especial, não escaparam à tendência anterior, muito embora a cobertura generalizada de alojamentos com contrato de arrendamento muito recente, em particular entre 2006 e 2011, passasse a incluir, agora, de forma mais visível as freguesias de Valongo, de Ermesinde e de Alfena (rever Quadro 2.12).

Mas não foi só no âmbito do mercado de arrendamento que o aumento com os custos, de facto, ocorreu com alguma consistência. Segundo os últimos dados, o peso do acréscimo dos encargos financeiros decorrentes da aquisição de habitação própria tem vindo a ampliar-se e de forma mais expressiva (rever Quadro 2.12). E uma vez mais, os níveis de encargos ganharam maior extensão nos municípios mais fortemente marcados pelo acréscimo de acesso à propriedade – Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia (cf. Apêndice A - APa-5).

### **2.3. Atividade Económica e Educação**

Se um dos traços de diferenciação do Grande Porto relativamente a outros contextos prende-se com a configuração territorial de estruturação da sua atividade económica, aceita-se que a maior importância das atividades agrícolas nos seus concelhos suburbanos, aliada a uma maior dispersão geográfica da indústria (Salgueiro, 1992: p.101), colaborou nitidamente para o acentuar da complexidade intrínseca às mudanças territoriais implementadas.

Observando, de facto, o crescimento da cidade do Porto, não nos podemos esquecer que, num primeiro momento, este foi feito parcialmente à custa da formação de uma envolvente regional de cariz industrial, responsável pela fixação do emprego e pelo alimento de um processo difuso de urbanização (Portas *et al*, 2007: p.29).<sup>59</sup> E sendo importante o esforço que a cidade desempenhou no desenvolvimento industrial, garantindo, desta forma, a sua afirmação enquanto polo de relevo durante um largo

---

<sup>59</sup> Sobre as estruturas económicas do Vale do Sousa e do Vale do Ave e respetivos processos de urbanização, cf. Pinto e Queirós (orgs.) (2010) e Pereira (org.) (2012).

período do século XX<sup>60</sup>, por outro lado, sabe-se que, apesar da acentuada terciarização, a AMP foi apresentando, desde cedo, um “centro” quer com dificuldades na aglomeração das funções terciárias (em quantidade, diversidade e poder de polarização), quer na produção de uma “periferia” com dimensão e grau de dependência funcional idênticas à da AML (Área Metropolitana de Lisboa).

Por isso, ao evidenciarmos os grandes processos de estruturação do tecido socioeconómico da região, através de um conjunto vasto de indicadores económicos, que dão conta da evolução do perfil da mão-de-obra local e têm, simultaneamente, em atenção as principais transformações ocorridas em matéria de emprego e desemprego, mas também as recomposições sentidas na frequência e no acesso à escolarização, pretende-se defender uma análise que considere, por um lado, as fortes redefinições que se fizeram sentir na organização da estrutura económica nacional, e por outro, as especializações de carácter endógeno regional e local.

### **2.3.1. Atividade Económica, Emprego e Desemprego**

#### **2.3.1.1. Traços da população ativa nos concelhos da coroa envolvente mais próxima do centro do Porto.**

Tomando por base os dados respeitantes à variação da população ativa, bem como da evolução da taxa de atividade, os últimos sessenta anos revelam-nos, no essencial, as alterações que a região tem sido sujeita em matéria de estruturação de força de trabalho, sendo que, à semelhança do país no seu conjunto, o crescimento dos ativos do Grande Porto foi-se fazendo de forma sustentada até finais do século XX (cf. Quadro 2.13).

Apesar da maior moderação na transição das décadas de 50 e 60, os anos 80, confirmam, como podemos ver, a tendência para, até aos princípios dos anos 2000, esse aumento se manter significativo. A região vê crescer sempre a sua população ativa a um ritmo mais elevado do que a do país, concentrando genericamente taxas de atividade superiores até 2001. Por oposição, o início da década de 2000 começa a ser marcado por um movimento de desaceleração – repare-se que, entre 2001 e 2011, a variação da proporção de ativos é mesmo negativa (-1,6%). No entanto, e pese embora o dinamismo registado desde meados do século XX, podemos afirmar que o mesmo escondeu dissonâncias no interior do território.

---

<sup>60</sup> É necessário não esquecer que a dinâmica populacional da cidade do Porto surge como um primeiro indicador da sua funcionalidade face ao movimento de forte industrialização que já se vinha operando desde a segunda metade do século XIX (Vasquez, 1992: p.71).

Daquilo que é possível observar, os diferentes concelhos contribuíram de forma distinta para a variação de aumento da população ativa. Existe um primeiro grupo formado por Matosinhos, Maia, Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia que, apesar das irregularidades registadas de acordo com as várias épocas, foram mantendo, até 2001, um reforço importante.<sup>61</sup> Já Espinho, Póvoa de Varzim e Vila de Conde, por apresentarem variações de crescimento comparativamente mais baixas, constituem uma segunda configuração socioeconómica. Além do mais, os dois primeiros municípios conhecem, no último Recenseamento, saldos de variação negativos.

**Quadro 2.13** – Variação da população ativa (%) e taxas de atividade em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) - (%)

NUT's	Variação da população ativa (%)				Taxa de atividade					
	1950-1960	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>4,1</b>	<b>5,1</b>	<b>13,5</b>	<b>0,7</b>	<b>39,0</b>	<b>38,5</b>	<b>42,5</b>	<b>44,6</b>	<b>48,2</b>	<b>47,6</b>
<b>Norte</b>	<b>6,2</b>	<b>Nd</b>	<b>12,3</b>	<b>-1,1</b>	<b>37,9</b>	<b>37,3</b>	<b>Nd</b>	<b>45,5</b>	<b>48,1</b>	<b>47,6</b>
<b>AMP</b>	<b>9,0</b>	<b>12,2</b>	<b>13,0</b>	<b>-2,1</b>	<b>41,5</b>	<b>39,6</b>	<b>46,1</b>	<b>49,2</b>	<b>51,4</b>	<b>49,6</b>
<b>G. Porto</b>	<b>7,8</b>	<b>11,4</b>	<b>13,2</b>	<b>-1,6</b>	<b>42,4</b>	<b>40,3</b>	<b>45,9</b>	<b>49,0</b>	<b>51,4</b>	<b>49,5</b>
Espinho	4,3	18,8	-1,8	-12,6	39,3	35,8	44,2	48,7	49,6	46,0
Gondomar	10,4	20,4	21,9	-0,7	39,8	36,8	44,0	48,4	51,5	50,0
Maia	11,7	21,7	38,4	8,4	43,6	39,6	47,6	50,8	54,6	52,5
Matosinhos	15,6	17,9	12,5	3,0	44,9	42,1	47,4	50,2	51,3	50,3
<b>Porto</b>	<b>5,1</b>	<b>-6,1</b>	<b>-11,9</b>	<b>-15,2</b>	<b>44,1</b>	<b>43,5</b>	<b>46,7</b>	<b>47,5</b>	<b>48,1</b>	<b>45,2</b>
P. Varzim	-4,5	10,4	23,4	-4,8	39,7	35,5	43,8	47,9	51,1	48,7
<b>Valongo</b>	<b>10,3</b>	<b>27,0</b>	<b>22,2</b>	<b>6,4</b>	<b>39,2</b>	<b>36,2</b>	<b>45,3</b>	<b>49,8</b>	<b>52,5</b>	<b>51,2</b>
V. Conde	3,0	10,6	18,5	4,3	41,0	38,1	45,4	49,9	51,5	50,3
V. N. Gaia	11,4	19,2	24,1	0,1	40,9	38,8	45,5	49,4	52,8	<b>50,5</b>
<b>Valongo</b>	<b>10,3</b>	<b>27,0</b>	<b>22,2</b>	<b>6,4</b>	<b>39,2</b>	<b>36,2</b>	<b>45,3</b>	<b>49,8</b>	<b>52,5</b>	<b>51,2</b>
Alfena	Nd	30,4	15,9	8,6	Nd	Nd	44,4	50,8	52,3	51,0
Campo	Nd	19,2	12,9	2,3	Nd	Nd	44,2	50,0	51,7	49,7
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>28,8</b>	<b>14,5</b>	<b>-2,8</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>45,8</b>	<b>50,7</b>	<b>52,1</b>	<b>50,0</b>
Sobrado	Nd	22,9	7,2	-3,0	Nd	Nd	42,1	48,2	51,1	49,2
Valongo	Nd	36,4	63,6	27,9	Nd	Nd	44,1	47,5	54,5	54,5

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: Por ausência de informação, não foram contabilizados, em 1981, na população ativa das freguesias do concelho de Valongo, os indivíduos que se encontravam a prestar serviço militar obrigatório. Nd – Dado não disponível.

Em clara divergência, encontra-se o concelho do Porto que, desde cedo, evidencia um decréscimo progressivo da sua população ativa, registando mesmo, em 2011, os valores de queda mais importantes (-15,2%).

Mas se olharmos mais atentamente para o concelho de Valongo, verificamos algumas particularidades que vale a pena referir.

<sup>61</sup> Em 2011, apenas Maia e Valongo revelavam os aumentos mais significativos, embora já muito mais modestos quando comparados com as décadas anteriores.



Em primeiro lugar, o território foi estando entre os concelhos que conheceram o maior reforço de ativos ao longo do tempo e entre aqueles que, em período de recuo generalizado, registaram uma menor perda desta franja populacional (rever Quadro 2.13).<sup>62</sup> A este respeito, e comparativamente, podemos dizer que Valongo foi evidenciando sempre valores interessantes, sendo de referir que, em 2011, a taxa de atividade fixava-se entre as mais elevadas da região (51,2%). No interior do concelho permaneceram, contudo, diferenças consideráveis: se, entre os anos 80 e 90, as freguesias de Ermesinde e de Alfena conseguiam defender, no mínimo, uma posição mais favorecida no conjunto do concelho; a partir dos anos dois mil, o cenário vai-se alterando já que, entre 2001 e 2011, Valongo e Alfena, com valores mais elevados, foram mantendo uma posição de maior vantagem. Com alguma distância, Sobrado tem registado uma taxa de atividade mais baixa.

Contudo, a partir da leitura da evolução da importância relativa da população ativa no total da população residente, vemos, com mais pormenor, que este indicador sofreu um sentido de reforço significativo desde o início da segunda metade do século XX, sendo o ano de 1981 um momento importante de transição. Por um lado, porque até então o concelho do Porto não apresentava taxas de atividade tão baixas, algo que, posteriormente, se vem a assumir como constante. E, por outro, porque se verifica, desde aí, o aumento das taxas de atividade no universo feminino (cf., em anexo, Quadro A - 2.18).<sup>63</sup>

Por seu turno, a análise das qualificações da população ativa da região, permite-nos ver que até aos anos 2000 são ainda baixos os patamares de instrução alcançados - em 2011, 15,1% da população ativa do Grande Porto tinha o 1º ciclo completo e 23,7% tinha o 2º e o 3º ciclo completo (cf., em anexo, Quadro A-2.19). Mas, apesar disso, não deixam de ser assinaláveis quer a queda generalizada da proporção de ativos em situação de privação cultural extrema, quer o aumento ligeiro dos ativos que tinham o 2º e 3º ciclos completos. Dados recentes mostram o acréscimo das oportunidades de acesso à instrução e formação de cariz elementar e intermédia dos ativos da região, especialmente nos

---

<sup>62</sup> Sem dúvida, a forte dinâmica de crescimento demográfico concelhia teve notórias repercussões nesta matéria. Note-se, por exemplo, que no período em que o município sofre um aumento demográfico mais acentuado (entre 1970 e 1991), também se assiste a uma variação de grande aumento da população ativa (entre 1981 e 1991). Por isso, não se pode estranhar que, à exceção da década de 60 do século XX e da primeira década do século XXI, períodos onde se regista uma ligeira quebra, a subida das taxas de atividade tenham continuado a fazer-se de uma forma muito sustentada.

<sup>63</sup> Acerca dos contornos de participação regional das mulheres no mercado de trabalho, cf. Apêndice A (APa-6.).

concelhos de Valongo, de Matosinhos, do Porto, de Espinho e de Vila do Conde. Por sua vez, dá-se um aumento marcante daqueles que tinham completado o ensino secundário e superior<sup>64</sup>, sendo o diferencial atingido ainda mais evidente nos municípios do Porto, de Gondomar, da Maia e de Matosinhos.

Quanto a Valongo, resta acrescentar que o território continua a evidenciar diferenças apreciáveis no que diz respeito às qualificações da população ativa (rever, em anexo, Quadro A-2.19) pois, na verdade, a situação das freguesias de Campo e de Sobrado confirma o padrão de maior vulnerabilidade que, em matéria de instrução, se tem vindo a traçar desde os anos 90. Em 2001, as proporções de ativos que tinham, em conjunto, o ensino secundário, médio e superior completos nas duas freguesias eram, pois, muito baixas – respetivamente de 11% e 10% – sendo que a grande maioria da população ativa havia completado o 1º e o 2º ciclo. Em situação inversa, encontravam-se os ativos de Ermesinde e de Valongo com maiores ganhos de qualificações escolares de nível intermédio (3º ciclo e ensino secundário) e superior. Dez anos depois, o mesmo panorama manteve-se, muito embora com melhores percentagens de instrução intermédia e superior.

A última grande tendência que deve ser reportada diz respeito ao progressivo envelhecimento da população ativa da região, facto que, como se compreende, tem levantado dificuldades na sua capacidade de renovação (cf., em anexo, Quadro A-2.20).<sup>65</sup>

Neste domínio, parece ser importante destacar-se o facto de Valongo e Porto apresentarem, no período de referência, uma dinâmica evolutiva especialmente distintiva no que toca à recomposição dos seus ativos, sendo que esta relação de oposição, de resto, não é exclusiva do município de Valongo, estendendo-se praticamente a todos os outros. No entanto, ela torna-se mais extremada quando reparamos, claramente, que num dos territórios existem mais sérios comprometimentos quer no equilíbrio necessário entre as camadas mais jovens e mais envelhecidas da população ativa, quer na sua capacidade de renovação. Na verdade, sabe-se que a evolução do Índice de Juventude (IJPIA) e do Índice de Renovação (IRPIA) tem tido impactos bem menos pesados em Valongo do que no Porto na medida em que o primeiro tem conseguido sustentar índices bastante favoráveis, mesmo no interior da região (rever, em anexo, Quadro A-2.20). Só que, internamente, este quadro de relativo favorecimento não se tem traduzido de igual forma.

---

<sup>64</sup> A propósito das questões relativas às tendências de escolarização da população residente do Grande Porto, cf. ponto 2.3.2 do presente capítulo.

<sup>65</sup> Acerca destas tendências, cf. Apêndice A (APA-7.).

Deve assinalar-se que Ermesinde, neste domínio, se encontra numa posição isolada já que, de modo distanciado, vai registando os índices mais baixos e vem exibindo as proporções mais reduzidas de jovens no total da população; por contraponto, as freguesias de Campo, Sobrado e, mais recentemente, de Valongo têm mantido um diferencial muito positivo.

### 2.3.1.2. O panorama de assinalável agravamento do desemprego na região.

Refletindo uma tendência consolidada de relativa estabilização ao longo do tempo, podemos afirmar que o panorama de evolução do emprego, à escala nacional e regional, apesar de tudo, tem conhecido fortes recomposições, fruto das transformações verificadas no mercado de trabalho português.

**Quadro 2.14** – Taxa de emprego (15 e mais anos) segundo o sexo em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%)

NUT's	1950			1960			1981			1991			2001			2011		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
<b>Portugal</b>	<b>52,6</b>	<b>87,0</b>	<b>22,4</b>	<b>52,7</b>	<b>92,4</b>	<b>17,9</b>	<b>52,3</b>	<b>73,0</b>	<b>33,7</b>	<b>52,3</b>	<b>66,1</b>	<b>39,9</b>	<b>53,5</b>	<b>62,6</b>	<b>45,1</b>	<b>48,5</b>	<b>57,7</b>	<b>41,3</b>
<b>Norte</b>	<b>55,6</b>	<b>88,9</b>	<b>27,2</b>	<b>55,0</b>	<b>94,3</b>	<b>21,8</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>55,5</b>	<b>68,8</b>	<b>43,5</b>	<b>54,4</b>	<b>64,4</b>	<b>45,3</b>	<b>48,1</b>	<b>54,3</b>	<b>42,6</b>
<b>AMP</b>	<b>56,0</b>	<b>86,3</b>	<b>31,2</b>	<b>56,7</b>	<b>91,8</b>	<b>28,0</b>	<b>57,9</b>	<b>77,0</b>	<b>41,1</b>	<b>58,8</b>	<b>71,1</b>	<b>47,8</b>	<b>57,2</b>	<b>65,7</b>	<b>49,5</b>	<b>49,1</b>	<b>54,4</b>	<b>44,3</b>
<b>G. Porto</b>	<b>55,6</b>	<b>84,6</b>	<b>32,1</b>	<b>56,6</b>	<b>90,3</b>	<b>29,3</b>	<b>56,8</b>	<b>76,1</b>	<b>40,0</b>	<b>57,8</b>	<b>70,1</b>	<b>46,7</b>	<b>56,5</b>	<b>64,7</b>	<b>49,0</b>	<b>48,6</b>	<b>53,5</b>	<b>44,2</b>
Espinho	52,4	82,4	29,6	52,8	89,1	25,4	54,0	74,0	36,6	56,9	70,4	44,9	54,4	63,1	46,5	43,0	48,3	38,3
Gondomar	55,7	90,7	23,2	54,9	93,6	18,5	55,6	77,1	35,4	57,9	72,6	44,0	57,5	66,9	48,8	49,1	54,1	44,5
Maia	59,5	91,5	30,5	58,2	95,3	24,5	61,0	79,5	43,8	61,6	73,1	50,8	61,6	69,6	54,3	54,3	59,1	49,9
Matosinhos	59,1	87,6	34,0	60,1	92,0	31,7	58,8	78,4	40,8	58,8	70,8	47,8	56,2	63,5	49,5	49,9	54,0	46,3
<b>Porto</b>	<b>53,7</b>	<b>78,5</b>	<b>35,3</b>	<b>56,7</b>	<b>85,3</b>	<b>35,8</b>	<b>54,8</b>	<b>70,9</b>	<b>42,1</b>	<b>54,0</b>	<b>64,2</b>	<b>45,6</b>	<b>49,7</b>	<b>56,2</b>	<b>44,4</b>	<b>42,3</b>	<b>46,1</b>	<b>39,2</b>
P. Varzim	59,4	89,0	36,6	54,8	94,1	25,1	58,0	77,9	40,7	59,9	71,9	49,2	59,2	68,5	50,8	50,2	56,5	44,7
<b>Valongo</b>	<b>57,5</b>	<b>90,7</b>	<b>27,9</b>	<b>54,8</b>	<b>91,5</b>	<b>22,2</b>	<b>58,9</b>	<b>80,0</b>	<b>39,6</b>	<b>60,0</b>	<b>73,6</b>	<b>47,2</b>	<b>59,3</b>	<b>68,2</b>	<b>50,9</b>	<b>51,0</b>	<b>56,7</b>	<b>45,8</b>
V. Conde	60,2	90,4	35,4	57,7	95,7	25,4	58,6	79,7	39,1	61,6	74,3	49,7	<b>41,5</b>	50,7	33,6	51,3	58,1	45,1
V. N. Gaia	54,4	86,6	27,3	55,7	92,7	24,3	56,9	78,2	38,0	58,5	71,8	46,3	65,5	74,0	57,5	49,0	54,1	44,4
<b>Valongo</b>	<b>57,5</b>	<b>90,7</b>	<b>27,9</b>	<b>54,8</b>	<b>91,5</b>	<b>22,2</b>	<b>58,9</b>	<b>80,0</b>	<b>39,6</b>	<b>60,0</b>	<b>73,6</b>	<b>47,2</b>	<b>59,3</b>	<b>68,2</b>	<b>50,9</b>	<b>51,0</b>	<b>56,7</b>	<b>45,8</b>
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	60,6	83,7	38,8	62,2	76,8	48,3	59,1	69,7	49,3	51,0	57,3	45,1
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	60,3	83,0	38,1	59,3	74,4	44,3	60,0	69,9	50,3	49,7	56,3	43,3
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>53,1</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>58,7</b>	<b>78,1</b>	<b>41,5</b>	<b>60,0</b>	<b>72,1</b>	<b>49,0</b>	<b>57,5</b>	<b>65,7</b>	<b>50,0</b>	<b>48,7</b>	<b>53,7</b>	<b>44,4</b>
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	57,7	80,5	35,8	58,6	76,0	41,6	60,1	70,6	49,9	48,0	55,1	41,6
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	57,5	79,0	37,7	58,8	73,0	45,6	62,4	70,6	54,7	56,2	62,0	51,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

Sendo profundas as alterações operadas nos sistemas produtivos nas últimas décadas, bem como as mutações da relação salarial, estas ganharam uma tradução ainda mais substancial, a partir da primeira década do século XXI pois, pela primeira vez, regista-se uma variação negativa na evolução da taxa de emprego na população com 15 e mais anos de idade. Ainda que, em 2001, fosse já perçível uma variação de fraca

amplitude desta taxa, encontrando-se quase um ponto percentual acima da registada em 1950, a redução, no último Censo, é, portanto, muito evidente – respetivamente, de quatro e sete pontos abaixo desse valor (cf. Quadro 2.14).

Mesmo com o progressivo equilíbrio de género na taxa de emprego a partir dos anos 80 do século passado, entrando em linha de consonância com aquilo que já se disse acerca da crescente feminização do mercado de trabalho<sup>66</sup>, a verdade, porém, é que se virmos as taxas de emprego dos concelhos que compõem o Grande Porto, percebemos os diferenciados patamares de dinamismo desta região ao nível do mercado de trabalho. A informação coligida revela-nos, pois, que, durante as décadas de 50 e 60, os municípios da Maia, de Vila do Conde, de Póvoa de Varzim e de Matosinhos assumiram valores significativos, sendo que, a partir de 1981, também Valongo e Vila Nova de Gaia começaram a ganhar maior expressividade. Contrariamente, a evolução desta taxa no concelho portuense foi sendo, como é sabido, muito mais fraca. Nos últimos Censos, eram os concelhos da Maia, de Vila do Conde e de Valongo que, à escala regional, mantinham uma situação mais favorecida.

No que toca à análise evolução do desemprego, podemos asseverar que existiram maiores variações tendenciais – até inícios da década de 80, os níveis de desemprego eram reduzidos, apesar de a região encobrir realidades distintas<sup>67</sup>, mas o verdadeiro momento de viragem regista-se, de facto, a partir daí, com o seu aumento generalizado e regular (cf. Quadro 2.15).

Na primeira fase, este momento de transição encontra justificação na crise económica internacional com origem nos dois choques petrolíferos, sendo certo que, em matéria de recursos energéticos, a nossa dependência relativamente ao exterior era considerável. Por outro lado, também há que contar com os sérios efeitos de pressão exercidos sobre as nossas estruturas produtivas, perante um novo quadro de ajuste da procura internacional (Pinto, 1997: p.290). Repare-se como, em 1981, concelhos como Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Valongo assumiam valores bem acima da média nacional e regional (acima dos 8%).

---

<sup>66</sup> Este movimento de franca expansão teve, como se sabe, diferentes correspondências nos vários setores de atividade. Acontece que, no setor industrial, a fração feminina, embora com alguma tendência ascendente (sobretudo nas indústrias têxtil e da alimentação) permaneceu bastante minoritária, inversamente à orientação verificada no setor terciário (Almeida, Costa e Machado, 1994).

<sup>67</sup> Por exemplo, Porto e Espinho apresentavam, nos anos cinquenta, taxas de desemprego claramente divergentes da média regional, na ordem dos 6% a 7%.

Em sentido contrário, a década de 90 mostra uma redução deste indicador, assistindo-se, neste período, a uma relativa melhoria do quadro macroeconómico com a descida da taxa de inflação; com o maior controlo das contas externas; o acentuado investimento (sobretudo estrangeiro), o crescimento das trocas internacionais e o aumento do poder de compra (Pinto, 1997: p.292). Ainda assim, Matosinhos, Porto, Espinho, Gondomar e Valongo eram, na época, os municípios mais fortemente penalizados.

**Quadro 2.15** – Taxa de desemprego segundo o sexo em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%)

NUT's	1950			1960			1981			1991			2001			2011		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
<b>Portugal</b>	2,8	3,1	1,7	2,4	2,8	0,6	6,8	4,1	11,8	6,1	4,1	8,9	6,8	5,2	8,7	13,2	12,6	13,8
<b>Norte</b>	2,3	2,7	1,3	2,5	3,0	0,4	Nd	Nd	Nd	5,0	3,8	6,5	6,7	5,2	8,6	14,5	13,0	16,1
<b>AMP</b>	3,9	4,7	2,1	2,3	3,0	0,5	6,7	4,3	10,5	5,3	4,2	6,9	7,3	6,1	8,7	15,7	14,6	17,0
<b>G. Porto</b>	4,6	5,6	2,3	2,4	3,2	0,5	7,6	4,8	11,9	6,0	4,7	7,7	8,0	6,8	9,4	16,4	15,6	17,3
Espinho	6,7	8,3	3,1	2,9	3,8	0,4	9,7	5,9	15,8	6,6	4,2	9,7	7,0	6,2	8,0	18,4	17,1	19,7
Gondomar	3,5	4,1	1,5	2,8	3,3	0,8	7,6	4,7	13,2	5,4	3,8	7,8	7,6	6,3	9,3	16,9	16,1	17,8
Maia	3,4	4,1	1,4	2,0	2,4	0,4	6,4	3,9	10,5	4,7	3,6	6,1	6,7	5,3	8,4	14,1	12,8	15,4
Matosinhos	3,7	4,8	1,4	2,0	2,6	0,4	7,1	4,3	11,8	7,1	5,6	9,1	8,0	6,9	9,3	15,0	14,7	15,3
<b>Porto</b>	5,5	6,9	3,2	2,3	3,3	0,5	7,3	5,6	9,5	6,9	6,0	8,0	10,2	10,1	10,3	17,6	18,6	16,6
P. Varzim	3,1	4,2	0,8	2,6	3,4	0,3	8,4	4,9	13,7	4,9	3,8	6,2	6,2	5,2	7,4	13,8	12,5	15,2
<b>Valongo</b>	3,0	3,5	1,3	3,7	4,4	1,1	8,2	4,8	14,2	6,4	4,4	9,2	7,3	5,8	9,2	16,9	15,0	19,0
V. Conde	2,6	3,5	0,8	2,2	2,8	0,3	8,6	4,1	16,1	4,1	3,3	5,1	6,1	4,3	8,3	14,5	12,0	17,3
V. N. Gaia	4,8	5,9	1,9	2,6	3,2	0,5	7,6	4,5	12,9	5,6	4,2	7,4	8,1	6,5	9,9	17,9	16,6	19,3
<b>Valongo</b>	3,0	3,5	1,3	3,7	4,4	1,1	8,2	4,8	14,2	6,4	4,4	9,2	7,3	5,8	9,2	16,9	15,0	19,0
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	8,5	4,8	15,2	5,4	3,9	7,7	7,5	5,5	10,1	17,1	15,2	19,1
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	8,5	4,7	15,7	9,0	5,2	14,6	6,3	5,3	7,5	17,2	15,2	19,6
<b>Ermesinde</b>	Nd	Nd	Nd	2,7	Nd	Nd	8,0	4,9	12,8	6,4	4,7	8,6	8,2	6,5	10,1	17,0	15,6	18,5
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	9,4	5,3	17,1	7,8	4,5	13,4	4,9	4,5	5,4	19,1	17,5	20,9
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	8,6	4,9	14,9	5,2	3,8	7,3	6,9	5,3	8,7	16,1	13,2	19,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011. Nota: No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd- Dado não disponível.

Enquanto, nesse primeiro período, o quadro delineado ainda era relativamente positivo, na década subsequente, retorna-se a um movimento depressivo com quebras de crescimento económico. Aliás, a acentuação das taxas de desemprego no Grande Porto, agravada pelas “crises económicas e financeiras” de 2002/2003 e de 2008 que, entretanto, o país atravessa, é bem notória, alongando-se à generalidade dos seus concelhos, sendo os mais afetados o centro urbano do Porto e os territórios contíguos – Vila Nova de Gaia e Matosinhos. A verdade é que a situação do desemprego no país, na região Norte e, em particular, no Grande Porto, se foi degradando, começando-se já a evidenciar, em 2011, destacados constrangimentos na produtividade e nas condições de vida da população

portuguesa – as taxas registavam, na região, uma variação entre os 14% e os 19%.<sup>68</sup> Ao mesmo tempo, os Censos de 2011 evidenciam, novamente, que os concelhos de Vila Nova de Gaia e do Porto, mas também Espinho, foram os mais afetados, sendo que apenas Maia e Póvoa de Varzim apresentavam taxas ligeiramente mais baixas. E ao que tudo indica, mais recentemente, a contração do número de empregos disponíveis tem persistido de forma expressiva.<sup>69</sup>

À semelhança dos outros municípios, Valongo tem registado um aumento continuado do fenómeno, todavia, se analisarmos a sua evolução desde os anos 50 até à atualidade (rever Quadro 2.15), parece indiscutível que o território foi sendo quase sempre mais punido por este fenómeno.<sup>70</sup> Sem dúvida, parte destas variações foram igualmente conseguidas à custa das desigualdades territoriais internas pois tudo aponta que as freguesias de Campo e de Sobrado, ao longo do tempo, sentiram mais os efeitos da sua incidência, e em particular do desemprego feminino, registando quase sempre valores que ultrapassavam a média regional. Mesmo com uma ocorrência menos vincada, também não é menos verdade que nas restantes freguesias a distância em relação aos outros territórios tem vindo a encurtar-se.

Relativamente às diferenças de género e de instrução observáveis na composição de população desempregada local, e da sua importância para a análise que aqui se pretende aludir, podemos observar dois movimentos não menos relevantes na sua recomposição. Se, no início da segunda metade do século XX, os níveis de desemprego afetavam de forma mais evidente o universo masculino, sendo de destacar a persistência de taxas elevadas no concelho do Porto, nas décadas mais recentes a penalização tem-se vindo a acentuar nas mulheres. Aliás, entre 1981 e 2011, a sua incidência superava nitidamente os valores regionais, sendo que, no último Censo, Espinho, Vila Nova de Gaia e Valongo eram os concelhos que exibiam os piores resultados (rever Quadro 2.15). Em matéria de instrução, dir-se-á que a principal limitação continua a relacionar-se com os claros desequilíbrios no que toca à distribuição de saberes e títulos escolares já que, não obstante os progressos atingidos no 3º ciclo e nos níveis de ensino secundário e

---

<sup>68</sup> Apesar dos últimos Censos não traduzirem as mudanças que se operaram, nesse ano, aquando do desfecho das eleições legislativas antecipadas e do programa de assistência a que o nosso país esteve sujeito através do acordo assinado com instituições europeias, até certo ponto, era já possível antecipar os seus efeitos na estrutura de emprego da região.

<sup>69</sup> Para uma análise mais detalhada da evolução recente do desemprego, com base nos dados oficiais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), cf., em anexo, Quadro A-2.21.

<sup>70</sup> Atentemos, pois, àquelas que nos parecem ser as duas grandes fases de variação no concelho, cf. Apêndice A (APc-8.).

superior, são ainda reduzidamente expressivos os valores dos escalões de ensino mais elevados – em 2011, e em conjunto, apenas 47,7% população desempregada tinham o 1º, 2º e 3º ciclos completos e 24% havia completado o ensino secundário, médio e superior (cf., em anexo, Quadro A-2.23).

### 2.3.1.3. O drástico de abandono da atividade agrícola e sua desigual expressão no Grande Porto.

As indicações acerca da estrutura produtiva permite-nos, à primeira vista, compreender que o nosso país, desde a segunda metade do século XX, foi atravessado por fortes processos de recomposição nos seus setores de atividade económica.

Admite-se, pois, que, por força do incremento do processo de industrialização e do arranque da terciarização das atividades económicas, Portugal vive um período de crescimento significativo, notadamente até aos anos 70, e que uma das consequências mais evidentes destas mudanças foi, precisamente, o abandono progressivo da atividade agrícola (cf. Quadro 2.16).

**Quadro 2.16** – População ativa com profissão segundo o setor de atividade – Primário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%)

NUT's	Setor I					
	1950	1960	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>49,1</b>	<b>43,6</b>	<b>19,7</b>	<b>10,8</b>	<b>5,0</b>	<b>3,1</b>
<b>Norte</b>	<b>45,1</b>	<b>40,6</b>	<b>Nd</b>	<b>10,6</b>	<b>4,8</b>	<b>2,9</b>
<b>AMP</b>	<b>18,5</b>	<b>13,3</b>	<b>5,7</b>	<b>3,1</b>	<b>1,8</b>	<b>1,3</b>
<b>G. Porto</b>	<b>13,7</b>	<b>9,6</b>	<b>3,9</b>	<b>2,4</b>	<b>1,7</b>	<b>1,3</b>
Espinho	10,6	7,4	1,3	1,1	0,7	0,7
Gondomar	16,8	10,7	2,4	1,3	0,7	0,4
Maia	16,1	10,2	3,0	1,7	1,0	0,6
Matosinhos	18,5	14,2	3,6	2,0	1,1	0,6
<b>Porto</b>	<b>2,8</b>	<b>1,1</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>
P. Varzim	48,5	43,5	26,1	15,5	9,5	8,3
<b>Valongo</b>	<b>19,8</b>	<b>11,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,4</b>
V. Conde	40,5	31,0	17,7	11,7	8,8	7,5
V. N. Gaia	13,5	9,8	2,3	1,4	0,7	0,4
<b>Valongo</b>	<b>19,8</b>	<b>11,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,4</b>
Alfena	Nd	Nd	2,9	1,6	1,1	0,5
Campo	Nd	Nd	5,8	1,7	0,8	0,5
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>5,7</b>	<b>0,8</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>
Sobrado	Nd	Nd	5,6	3,1	1,4	1,1
Valongo	Nd	Nd	3,4	0,9	0,4	0,3

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

Se até nos anos 50, 49,1% da população ativa com profissão se concentrava no setor primário, gradualmente notou-se um declínio muito sensível dos ativos envolvidos nesta atividade, indicando, por isso, uma quebra importante da modalidade de inserção económica da agricultura através do mercado de trabalho e da reprodução social. Na realidade, esta redução drástica foi bastante intensa ao longo das décadas subsequentes – em 1981, o peso da população empregada neste setor tinha-se, entretanto, fixado nos 19,7% e, duas décadas mais tarde, já pouca expressão detinha (5%). No último Censo, a sua importância situava-se mesmo nos 3%.

De modo semelhante, também a região do Grande Porto viu reduzir a relevância da atividade – a proporção de ativos com profissão no setor primário era, na década de 50, de 13,7% e, em 2011, apenas de 1,3%. Contudo, a inflexão registada deve ser olhada de forma cuidada porque, regionalmente, e à luz das diferenças percentuais existentes, parece-nos óbvio o menor volume global que as atividades da agricultura, silvicultura, pesca e caça sempre tiveram na composição do seu tecido económico.

Aliás, por mais marcantes que tenham sido as implicações de crise estrutural do setor primário, não devemos esquecer que o Grande Porto há sessenta anos atrás tinha uma reduzida proporção dos seus ativos com ocupação agrícola. Repare-se, nos casos concretos de Espinho e de Vila Nova de Gaia, cujas percentagens, entre os anos 50 e 60, variavam entre 11% e 7% e 13,5% e 9,8%, respetivamente. A grande distância verificava-se, no entanto, no centro urbano do Porto onde as proporções eram reduzidíssimas. As únicas exceções eram justamente os concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde que, em conjunto, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, concentravam mais de 40% dos seus ativos, mantendo até ao final do século XX proporções, comparativamente, ainda importantes (9,5% e 8,8 respetivamente).<sup>71</sup>

#### **2.3.1.4. A tendência prolongada no tempo (ainda que em declínio) da periferização espacial do emprego industrial na região.**

Podemos afirmar que, ao longo do tempo, foi bem mais denso o peso do setor secundário na estruturação da sua mão-de-obra regional (cf. Quadro 2.17).

---

<sup>71</sup> No último Censo, as referidas percentagens mantiveram-se em patamares muito semelhantes à década anterior (8,3% e 7,5%), sendo que a explicar esta tendência devemos tomar em linha de conta a importância que os ramos da pesca e da agricultura sempre assumiram nestes territórios.



De facto, até à década de 70, foi sempre bastante acima do valor médio relativo do país no seu conjunto<sup>72</sup>, conseguindo o território manter, não obstante o reforço crescente do processo de terciarização, uma posição relativamente favorável na retenção de emprego na indústria nos anos 80. Assim, por confronto à média nacional, os valores ainda eram expressivos, posicionando-se as diferenças percentuais na casa dos 10 e 6 pontos.

**Quadro 2.17** – População ativa com profissão segundo o setor de atividade – Secundário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%)

NUT's	Setor II					
	1950	1960	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>24,6</b>	<b>30,5</b>	<b>38,7</b>	<b>37,9</b>	<b>35,1</b>	<b>26,5</b>
<b>Norte</b>	<b>31,6</b>	<b>36,1</b>	<b>Nd</b>	<b>49,4</b>	<b>45,8</b>	<b>35,4</b>
<b>AMP</b>	<b>47,9</b>	<b>54,3</b>	<b>53,2</b>	<b>50,0</b>	<b>41,6</b>	<b>29,9</b>
<b>G. Porto</b>	<b>47,3</b>	<b>51,1</b>	<b>48,8</b>	<b>44,2</b>	<b>35,2</b>	<b>23,9</b>
Espinho	52,2	57,0	55,5	48,9	44,1	31,1
Gondomar	56,7	66,4	54,3	44,4	35,9	24,2
Maia	61,1	68,1	63,9	55,7	38,2	25,3
Matosinhos	52,1	55,0	55,2	45,2	31,7	20,6
<b>Porto</b>	<b>39,3</b>	<b>40,7</b>	<b>32,9</b>	<b>29,2</b>	<b>21,2</b>	<b>14,3</b>
P. Varzim	27,8	32,4	42,4	47,2	41,6	29,4
<b>Valongo</b>	<b>55,7</b>	<b>62,7</b>	<b>58,1</b>	<b>50,7</b>	<b>42,3</b>	<b>28,5</b>
Vila do Conde	42,4	51,7	59,8	60,2	48,9	34,2
V. N. Gaia	57,3	58,5	54,0	48,9	39,0	25,8
<b>Valongo</b>	<b>55,7</b>	<b>62,7</b>	<b>58,1</b>	<b>50,7</b>	<b>42,3</b>	<b>28,5</b>
Alfena	Nd	Nd	69,3	63,1	48,9	31,7
Campo	Nd	Nd	75,4	66,4	58,6	39,3
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>51,3</b>	<b>45,7</b>	<b>40,5</b>	<b>34,1</b>	<b>23,6</b>
Sobrado	Nd	Nd	78,1	72,0	64,4	47,7
Valongo	Nd	Nd	55,6	46,6	39,0	25,5

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

No entanto, é de sublinhar que as variações de declínio verificadas no setor secundário começavam já a ser muito significativas. Ainda que a região se encontrasse marcada pelas atividades na indústria, a quebra do setor não deixa de surgir de modo explícito nos últimos dois Recenseamentos. Mais do que à escala nacional, em que a convergência foi mais visível, atentemos ao facto de que, à escala da Região Norte, o Grande Porto afastou-se claramente – a distância tem-se mantido nos 11 pontos percentuais (rever Quadro 2.17). Perante tal cenário, conhecem-se bem as consequências que daí decorreram: por um lado, a contribuição decrescente do setor na criação de

<sup>72</sup> Em 1950 e 1960, as distâncias entre ambos os territórios eram bem notórias – de 23 e 21 pontos percentuais.

riqueza e de emprego; por outro, o progressivo decréscimo da sua importância na estrutura produtiva.

Mas, vendo com maior detalhe a evolução da população ativa com profissão segundo o setor de atividade, as dissemelhanças entre os territórios da região eram já vislumbráveis. Nas décadas de 50 e de 60 do século XX, concelhos como os da Maia, de Gondomar, de Valongo e de Vila Nova de Gaia registavam percentagens muito relevantes de população empregada no setor.<sup>73</sup> Por outro lado, as décadas seguintes continuavam a dar visibilidade às dissemelhanças presentes na região: até os anos 2000, Maia, Vila do Conde e Valongo concentravam, então, as proporções mais reveladoras de ativos no setor secundário e, mesmo com a diminuição generalizada do emprego no setor, observável a partir de 2001, estes municípios, a par dos de Espinho e de Vila Nova de Gaia, continuavam a contribuir, à entrada do século XXI, de forma favorável com proporções elevadas dos seus ativos.

Resta acrescentar que o peso de tal contributo permaneceu sempre em torno de certos ramos de atividade, principalmente afetos às atividades da indústria transformadora, verificando-se, portanto, desde a segunda metade do século XX, um padrão evidente de especialização dos territórios, e em particular dos que concentravam maiores efetivos de ativos<sup>74</sup>, em áreas como a indústria têxtil; a indústria da madeira e da cortiça, bem como da fabricação de metais de base e de produtos metálicos, de máquinas e equipamentos não especializados e de material de transporte. De igual relevância no setor secundário, temos que destacar ainda o valor do ramo da construção e, em menor grau, o da indústria extrativa (cf. Quadro 2.18).

Mesmo com o domínio generalizado do emprego na indústria têxtil na região, certos concelhos revelavam, a este respeito, determinadas peculiaridades de especialização produtiva que, como é sabido, ainda se mantêm até os dias de hoje. São os casos do concelho de Matosinhos (no ramo da alimentação, bebidas e tabaco), Gondomar (no ramo das indústrias transformadoras não especializadas) e Valongo (nas indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos).

---

<sup>73</sup> Aliás, esta tendência de afirmação não se alterou substancialmente durante as décadas subsequentes. Apenas em 2011 verifica-se o aumento da significância deste setor no concelho da Póvoa de Varzim.

<sup>74</sup> A situação de distinção refletia-se igualmente nas dissemelhantes condições da oferta local de mão-de-obra industrial. Em 1960, Gondomar e Maia tinham ultrapassado o valor da taxa de industrialização no conjunto dos concelhos periféricos, retendo de forma mais vinculada os seus ativos altamente especializados. Por sua vez, os restantes concelhos, e em particular o de Matosinhos e o de Valongo, constituíam núcleos de emissão e atração extra-concelhia de força de trabalho, alargando as suas bacias de emprego para vários ramos industriais (Vázquez, 1992: pp.232-235).

Difícilmente poder-se-á contestar, então, a tendência dominante de periferização espacial do emprego industrial verificada desde os anos 70. Enquanto os municípios da Maia, de Espinho, de Matosinhos, de Valongo, de Vila do Conde e de Gondomar concentravam as proporções mais elevadas de ativos na indústria transformadora, o concelho do Porto ia-se distanciando de um modo cada vez mais evidente.<sup>75</sup> Acrescenta-se que tal desenvolvimento não será também totalmente alheio ao reforço do número de empresas industriais nos concelhos periféricos, desde finais dos anos 80, ou até mesmo ao seu declínio nos municípios com uma estrutura industrial de formação mais antiga (Melo e Lima, 1999: p.5). No entanto, esta transformação pode e deve ser, igualmente, lida à luz da evolução crescente do setor dos serviços, como examinaremos mais à frente.

A verdade é que, entre 1981 e 1991, a região do Grande Porto mantinha, genericamente, o mesmo padrão de especialização neste setor, embora a uma escala menor, com o peso relativo da indústria transformadora e a importância do setor da construção no total da população empregada (cf. Quadro 2.18). O que, neste aspeto, só vem confirmar algumas das características do tipo de perfil desde há muito identificadas no quadro produtivo da região, e que lhe conferem maiores níveis de vulnerabilidade, tais como o grau de diversificação industrial relativamente reduzido e, por outro lado, o predomínio dos setores tradicionais, largamente submetidos a intensa concorrência internacional.

E, de facto, pode dizer-se que o panorama a partir dos anos dois mil não se tem alterado de forma substancial na medida em que tudo sugere que, durante este período, eventuais iniciativas de diversificação industrial tenham contribuído com fraca significância na recomposição produtiva regional.

Dando especial atenção ao concelho de Valongo, não restam dúvidas sobre a sua importância no processo mais geral de periferização espacial do emprego industrial, mas estamos em crer que a consolidação do tecido industrial do Grande Porto se revestiu de um carácter complexo incluindo, por isso, processos específicos de enraizamento produtivo local. Aceita-se, assim, que o concelho se viu amplamente marcado pelo peso expressivo de ativos nos ramos da indústria transformadora, extrativa e no da construção, o que, para além do mais, já se traduzia com clarividência nos anos de 1950 e de 1960<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Nas décadas de 50 e 60, o concelho retinha as percentagens mais baixas de ativos neste setor (rever Quadro 2.14), sendo visível o proeminente incremento de ativos no terciário.

<sup>76</sup> Por exemplo, nos anos 60 do século passado, 62% da população concelhia empregada no setor secundário encontrava-se afeta a estes ramos (rever Quadro 2.19).

e que, tendo uma especialização global nestes ramos muito forte e historicamente definida, sobretudo inicialmente à custa de uma conjuntura industrial no passado favorável ao impulso dos setores tradicionais, a sua estrutura produtiva, durante estas duas décadas, foi-se pautando, em simultâneo, por modalidades distintas de consolidação industrial.<sup>77</sup>

Não podemos ignorar que, de facto, nos territórios periféricos, de que o concelho de Valongo é exemplo, as estratégias de centralização setorial persistiram, sendo significativa a concentração da produção em unidades de grande dimensão, assim como processos de dinamização industrial local de reduzida dimensão. E que, contrariamente ao centro urbano do Porto, onde as atividades terciárias ganhavam maior expressividade na absorção de emprego, Valongo prosseguia, desde os anos 60, na concentração elevada de ativos na indústria transformadora – em especial nos sub-ramos da indústria têxtil, da indústria da madeira e da cortiça, tal como da fabricação de metais de base e de produtos metálicos.

Por seu turno, importa ver que uma fração deste “crescimento endogeneizado” via-se também altamente beneficiado por algumas condições cuja relevância, como é conhecido, perduraria por um período de tempo relativamente alargado. Desde logo, a proximidade com o polo urbano-industrial portuense, por via da consolidação da rede de comunicações existente, assegurou a maior interpenetração do exterior ao sistema produtivo local e, por sua vez, a extrema parcelarização da propriedade fundiária (com ausência de controlo urbanístico) conferiu maiores garantias de implantação industrial, por força dos baixos custos do solo (idem: p.255).<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Na realidade, grande parte do desempenho industrial dos concelhos periféricos, embora numa primeira fase de menor intensidade e cariz ainda rudimentar, estava, neste período, assente num tecido industrial dotado de níveis de alguma intensidade de capital. Mais de 50% do emprego industrial no concelho era, então, absorvido por unidades de reduzida dimensão sendo repartido por vários setores, muito embora fosse possível identificar a significativa concentração da produção em unidades de maior dimensão (Vázquez, 1992: p.179 e 247).

<sup>78</sup> Segundo o que pudemos consultar, estamos em crer que a consolidação industrial implantada, por exemplo, na freguesia de Ermesinde acompanhou de perto as tendências acima assinaladas. Para além do território ter beneficiado de um conjunto de acessibilidades importantes no domínio do transporte, foi conhecendo um processo de ocupação industrial pulverizado em torno de pequenos núcleos fabris historicamente instalados, tais como: a Fábrica de Cerâmica de Ermesinde (1910), a Fábrica de Fiação e Tecidos de Ermesinde (princípios do século XX) e Fábrica Resineira de Ermesinde (1901). Também as freguesias de Sobrado e de Campo foram marcadas por algumas unidades fabris de referência – respetivamente, a Fábrica de Fiação da Balsa (segunda metade do século XX), a primeira fábrica de fiação industrial do concelho, a “*The Valongo Slak e M. Q. Company Limited*” e a Fábrica de Biscoitos Paupério (meados do século XIX), uma dedicada à exploração intensiva de extração de lousa no complexo mineiro do Galinheiro e a outra, ainda em laboração, dedicada à exploração e comércio de pão e biscoitos. Para mais detalhes, consultar o quadro síntese elaborado sobre as principais propriedades do concelho de Valongo e da freguesia de Ermesinde (cf., em anexo, A-3.1. do Capítulo III).

**Quadro 2.18** - População ativa com profissão segundo os principais ramos do setor de atividade – Secundário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%)

NUT's	Ind. Extrativa						Indústria Transformadora (a)																	
							Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco						Ind. Têxtil						Ind. Da Madeira, Cortiça e suas obras					
	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011
Portugal	0,8	0,8	0,5	0,4	0,4	0,3	2,4	2,2	2,8	2,4	2,1	1,5	3,1	3,3	7,1	8,7	5,7	3,3	2,9	3,7	3,1	1,7	1,3	1,0
Norte	1,1	1,1	Nd	0,4	0,4	0,3	2,2	1,9	Nd	1,9	1,7	1,2	7,0	7,2	Nd	17,5	12,4	7,8	3,1	3,8	Nd	2,2	1,9	1,5
AMP	1,7	1,2	Nd	0,1	0,1	0,1	3,9	3,2	Nd	2,4	1,9	1,6	10,2	10,1	Nd	15,1	8,3	3,4	4,1	6,6	Nd	2,8	2,5	1,8
Grande Porto	1,9	1,3	0,2	0,1	0,1	0,1	4,5	3,7	3,2	2,7	2,0	1,3	9,4	9,1	13,3	14,2	6,9	2,9	3,2	3,8	3,0	1,3	1,3	0,9
Espinho	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	3,2	1,6	2,5	1,2	1,5	1,2	6,7	13,5	17,5	16,5	9,4	5,7	9,8	10,9	6,3	4,8	4,6	3,8
Gondomar	7,9	6,2	0,5	0,2	0,1	0,1	3,2	2,3	2,4	1,8	1,4	1,0	9,1	8,6	11,5	11,5	5,5	2,3	8,7	10,6	7,6	1,5	1,3	0,8
Maia	1,8	2,2	0,2	0,1	0,1	0,1	4,7	4,0	3,1	2,4	1,9	1,2	11,5	12,0	20,4	21,8	9,1	3,3	3,5	4,6	2,1	1,3	1,1	0,7
Matosinhos	0,8	0,5	0,2	0,1	0,1	0,1	13,8	12,7	6,8	4,7	3,0	1,6	10,4	10,3	15,0	14,4	5,5	1,9	1,4	1,5	1,7	1,3	1,0	0,5
Porto	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	2,5	2,0	1,8	1,8	1,3	0,7	8,5	7,2	9,3	9,0	3,8	1,5	1,3	1,4	0,9	0,4	0,4	0,2
P. Varzim	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	3,6	5,1	4,8	4,3	2,8	2,1	3,9	5,1	15,4	22,7	16,1	8,0	1,4	2,4	1,6	1,3	1,3	1,2
Valongo	18,0	6,7	0,8	0,4	0,2	0,1	3,0	2,9	2,6	2,2	1,8	1,4	10,0	14,2	16,8	16,8	7,8	3,3	2,5	5,5	6,6	1,7	1,2	0,7
V. Conde	0,8	1,0	0,1	0,1	0,1	0,1	3,6	4,8	6,2	3,9	2,6	2,5	15,0	16,9	22,3	28,2	16,6	6,7	2,7	3,9	2,2	2,2	2,1	1,4
V. N. Gaia	0,9	1,1	0,1	0,1	0,1	0,1	5,2	2,2	2,4	2,6	2,0	1,1	10,4	8,8	12,0	11,9	4,9	2,1	5,6	5,7	4,0	1,6	1,6	1,2
Valongo	18,0	6,7	0,8	0,4	0,2	0,1	3,0	2,9	2,6	2,2	1,8	1,4	10,0	14,2	16,8	16,8	7,8	3,3	2,5	5,5	6,6	1,7	1,2	0,7
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	0,1	0,1	Nd	Nd	Nd	Nd	1,9	1,5	Nd	Nd	Nd	Nd	11,2	4,5	Nd	Nd	Nd	Nd	1,5	0,8
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	1,0	0,7	Nd	Nd	Nd	Nd	1,7	1,6	Nd	Nd	Nd	Nd	6,3	3,3	Nd	Nd	Nd	Nd	2,6	1,5
Ermesinde	Nd	0,3	Nd	Nd	0,1	0,0	Nd	1,9	Nd	Nd	1,6	1,3	Nd	9,2	Nd	Nd	8,0	3,1	Nd	2,9	Nd	Nd	0,6	0,4
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	0,1	0,1	Nd	Nd	Nd	Nd	0,9	0,9	Nd	Nd	Nd	Nd	5,6	4,4	Nd	Nd	Nd	Nd	3,5	2,0
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	0,3	0,2	Nd	Nd	Nd	Nd	2,5	1,6	Nd	Nd	Nd	Nd	6,3	2,4	Nd	Nd	Nd	Nd	1,0	0,6

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

**Quadro 2.18** – População ativa com profissão segundo os principais ramos do setor de atividade – Secundário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%) – (cont.)

NUT's	Indústria Transformadora (a) (cont.)																Construção					
	(a1)		(a2) Fab. de metais de base e de produtos metálicos				Fab. de máquinas e equipamento, n.e.				Indústrias transformadoras, n.e.											
	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011
Portugal	2,8	4,3	3,3	2,8	2,4	2,5	1,9	0,7	1,0	0,5	1,4	0,6	0,9	1,4	1,6	1,4	4,8	7,8	11,6	10,7	12,3	8,5
Norte	3,0	4,6	Nd	3,4	2,9	3,1	Nd	0,6	1,0	0,6	1,6	1,0	Nd	2,5	2,6	2,2	6,4	8,3	Nd	11,3	12,9	10,0
AMP	5,2	7,5	Nd	4,7	3,7	3,8	Nd	1,0	1,5	0,8	3,2	2,0	Nd	2,0	2,0	1,6	8,1	9,2	Nd	9,0	10,0	6,6
G. Porto	5,6	8,6	5,9	4,3	3,2	2,7	2,6	0,9	1,3	0,7	3,8	2,4	1,6	2,1	1,9	1,5	8,2	10,2	9,8	9,1	9,8	6,3
Espinho	6,7	8,8	4,2	3,6	2,7	2,7	2,2	0,9	1,1	0,6	7,6	3,5	2,1	1,9	1,8	1,5	6,7	7,4	9,2	7,9	9,3	6,0
Gondomar	6,1	9,8	8,1	5,0	3,0	2,5	2,1	0,9	1,6	0,8	6,4	8,1	3,4	5,7	5,2	3,0	8,6	11,8	10,7	9,6	10,3	7,0
Maia	4,0	7,4	7,7	4,9	3,5	3,0	3,8	0,8	1,5	0,9	2,4	1,4	1,2	1,1	1,1	1,2	24,6	27,5	16,6	13,0	11,1	6,4
Matosinhos	4,6	8,2	8,9	5,8	3,7	2,7	4,3	1,3	1,7	0,9	2,4	1,3	0,9	0,6	0,7	0,9	12,7	13,5	9,2	7,9	8,7	5,0
Porto	6,5	9,2	4,4	3,1	1,9	1,3	2,2	0,8	1,0	0,5	4,6	2,0	1,4	1,0	0,8	0,8	2,4	3,6	3,8	4,4	5,3	3,7
P. Varzim	1,8	2,6	1,4	1,4	1,7	2,3	1,0	0,4	0,8	0,6	0,7	1,0	0,5	0,5	0,8	0,9	9,3	9,9	15,8	14,2	14,3	10,4
Valongo	3,7	6,3	5,8	4,6	4,0	3,7	2,7	0,8	1,2	0,7	2,8	2,1	1,7	4,7	3,7	3,1	10,2	14,4	12,1	11,0	12,1	7,5
V. Conde	2,1	4,0	3,7	3,4	3,1	3,3	2,2	0,9	1,6	0,9	0,7	0,3	0,6	0,6	1,1	1,3	10,9	15,0	16,6	13,6	14,2	9,6
V. N. Gaia	6,9	10,3	6,0	4,9	4,2	3,4	2,5	0,8	1,1	0,6	3,5	2,1	1,9	2,6	2,1	1,6	11,2	13,6	12,4	10,8	10,6	6,5
Valongo	3,7	6,3	5,8	4,6	4,0	3,7	2,7	0,8	1,2	0,7	2,8	2,1	1,7	4,7	3,7	3,1	10,2	14,4	12,1	4,4	12,1	7,5
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	4,1	4,2	Nd	Nd	1,5	0,8	Nd	Nd	Nd	Nd	1,8	1,6	Nd	Nd	Nd	Nd	19,4	10,9
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	7,0	5,8	Nd	Nd	1,7	0,6	Nd	Nd	Nd	Nd	6,6	5,4	Nd	Nd	Nd	Nd	15,4	10,4
Ermesinde	Nd	8,0	Nd	Nd	3,2	2,8	Nd	Nd	1,2	0,7	Nd	2,9	Nd	Nd	1,1	1,4	Nd	16,3	Nd	Nd	10,7	6,2
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	6,3	6,6	Nd	Nd	0,4	0,7	Nd	Nd	Nd	Nd	20,7	16,7	Nd	Nd	Nd	Nd	10,2	9,4
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	3,2	3,3	Nd	Nd	1,2	0,7	Nd	Nd	Nd	Nd	3,0	2,4	Nd	Nd	Nd	Nd	8,9	6,0

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: No presente quadro, retiveram-se apenas os ramos da indústria transformadora mais representativos ao longo do tempo.

No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

Legenda: (a1) Os seguintes ramos - fab. de metais de base e de produtos metálicos; fab. de máquinas e equipamento, n.e.; fab. de material de transporte – encontravam-se agregados nos Recenseamentos de 1950 e 1960, por isso, optou-se por respeitar a agregação realizada; (a2) para os anos seguintes, optou-se por apresentar os dados desagregados. Estes dados devem ser lidos com cautela uma vez que tentou-se harmonizar a informação com os anos seguintes.

Mesmo durante as décadas de 80 e 90, no conjunto da região, o município parecia resistir de modo marcante no exercício da atividade industrial, retendo mais de 44% dos seus ativos – o pico mais elevado de sempre – neste ramo do setor secundário (cf. Quadro 2.18). Todavia, em nosso entender, esta resistência, que se vai estendendo no tempo, afigura-se mais como uma condição que nos pode ajudar a explicar as dissemelhanças entre as freguesias. A avaliar pela informação das fontes documentais existentes, assim como pelos dados estatísticos reportados a épocas mais recentes, parece indiscutível a presença de um padrão polarizado de especialização industrial, ainda que em declínio (cf., em anexo, Quadro A-2.24). Mesmo em período de quebra generalizada do setor secundário, e em particular da indústria transformadora e da construção<sup>79</sup>, tal contraste continuaria a conservar-se de forma assinalável até à atualidade, como veremos. Pois, tal como tivemos oportunidade de verificar, as transformações ocorridas no setor secundário dizem igualmente respeito ao modo como, em igual período, o terciário foi ganhando força. Bastará notar que este setor foi aquele que maior crescimento absoluto e relativo teve, desde os anos 60, no Grande Porto, sendo que até a essa altura ainda era importante o diferencial do setor secundário.

#### **2.3.1.5. O movimento dominante da terciarização da atividade económica da região, apoiado e centralizado na cidade do Porto.**

O que está aqui em causa é que o processo de terciarização passou a assumir dominância na evolução da população ativa da região, tendo a ocupação profissional neste setor vindo sempre a crescer – em 1981, registava quase metade dos ativos (47,5%) e, partir dos anos 90, o valor em causa é mesmo vencido (53,3%) continuando a ampliar até hoje (74,8%) (cf. Quadro 2.19).

Com particular evidência, deve-se destacar similarmente a contínua participação das mulheres nas atividades terciárias pois, neste setor, o crescimento da sua profissionalização apresenta valores muito elevados, tendência contrária à verificada no setor secundário onde foi sempre mais elevado e crescente o recrutamento de mão-de-obra masculina. Ainda assim, e partindo do manifesto contraste presente nos números, há que admitir que o emprego terciário se viu, no período de referência, mais apoiado e centralizado no centro urbano do Porto.

---

<sup>79</sup> Em 2001, apenas 42% dos ativos do concelho estavam envolvidos, respetivamente, neste setor e 29,3% e 12,1% nos dois ramos. Em 2011, o cenário era ainda mais gravoso – o número de ativos era de 29% no setor e de 19,8% e 7,5% nos ramos em causa (cf. Quadro 2.19).

**Quadro 2.19** – População ativa com profissão segundo o setor de atividade – Terciário - em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1950-2011) - (%)

NUT's	<i>Setor III</i>					
	1950	1960	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>26,3</b>	<b>26,9</b>	<b>41,6</b>	<b>51,3</b>	<b>59,9</b>	<b>70,5</b>
<b>Norte</b>	<b>23,2</b>	<b>22,7</b>	<b>Nd</b>	<b>40,0</b>	<b>49,5</b>	<b>61,7</b>
<b>AMP</b>	<b>33,6</b>	<b>33,4</b>	<b>41,1</b>	<b>46,9</b>	<b>56,6</b>	<b>68,8</b>
<b>G. Porto</b>	<b>39,0</b>	<b>39,1</b>	<b>47,5</b>	<b>53,3</b>	<b>63,1</b>	<b>74,8</b>
Espinho	37,1	35,0	43,7	50,0	55,1	68,2
Gondomar	26,5	22,5	43,2	54,3	63,5	75,4
Maia	22,8	21,3	33,1	42,7	60,8	74,1
Matosinhos	29,5	30,3	41,2	52,9	67,2	78,8
<b>Porto</b>	<b>57,8</b>	<b>58,1</b>	<b>66,7</b>	<b>70,4</b>	<b>78,4</b>	<b>85,4</b>
P. Varzim	23,7	23,9	31,5	37,3	49,0	62,3
<b>Valongo</b>	<b>24,5</b>	<b>25,6</b>	<b>40,1</b>	<b>48,3</b>	<b>57,0</b>	<b>71,1</b>
Vila do Conde	17,2	17,2	22,3	28,1	42,4	58,3
V. N. Gaia	29,1	31,3	43,6	49,7	60,2	73,7
<b>Valongo</b>	<b>24,5</b>	<b>25,6</b>	<b>40,1</b>	<b>48,3</b>	<b>57,0</b>	<b>71,1</b>
Alfena	Nd	Nd	27,8	35,3	50,0	67,8
Campo	Nd	Nd	18,8	31,9	40,6	60,2
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>42,8</b>	<b>53,5</b>	<b>59,1</b>	<b>65,5</b>	<b>76,2</b>
Sobrado	Nd	Nd	16,3	24,9	34,2	51,2
Valongo	Nd	Nd	41,0	52,5	60,5	74,3

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

Neste território, não só já se vinha desenhando uma trajetória ascendente de reforço – em 1950, o concelho concentrava 57,8% da sua população empregada neste setor – como, progressivamente, a sua importância fortalecia-se, sobretudo em serviços altamente especializados como: os ramos do comércio por grosso e a retalho; as atividades financeiras e as atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas. Por sua vez, e mais recentemente, registou-se um ligeiro reforço dos serviços sociais e similares prestados à sociedade nas áreas da educação e da saúde. Em tendência decrescente, e não obstante o peso que sempre deteve no concelho, os serviços de cariz doméstico e pessoal têm vindo a recolher menores ganhos (cf., em anexo, Quadro A-2.25).

No contexto regional, a expansão do setor terciário seria, contudo, relativamente forte em outros concelhos contíguos a este e onde fenómenos, como o alargamento das competências do poder local, a generalização da escolaridade obrigatória e a expansão dos organismos públicos, se sucederam historicamente mais cedo.<sup>80</sup>

<sup>80</sup> Até 1981, Espinho e Vila Nova de Gaia contavam com proporções consideráveis de ativos com profissão neste setor (cf. Quadro 2.20), sendo de referir que os ramos onde o incremento se fazia sentir com mais realce foram os do comércio, da administração pública e de serviços como os da saúde e da educação, bem



De forma idêntica, Valongo foi acompanhando esta tendência nacional de terciarização, embora se reconheça que, nos anos 80 e 90, os ramos dos transportes, armazenagem e comunicações assumiram relevância semelhante aos das atividades financeiras e imobiliárias, tal como os serviços de aluguer e os prestados às empresas (cf., em anexo, Quadro A-2.25). Em pouco mais de trinta anos, o significado do aumento do setor quase triplicou no território (cf. Quadro 2.20) e, ainda que os dados mais recentes apontem para um aumento do peso destas atividades em detrimento das da indústria – pois pela primeira vez, em 2001, o concelho apresentava uma percentagem de ativos com ocupação no setor terciário superior (57,0%) aos do setor secundário (42,3%) –, há que realçar que a convergência, apesar de importante, não teve impacto similar ao dos concelhos acima referidos. Distinto cenário foi também aquele se foi verificando em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, os territórios da região que, ao longo do tempo em análise, menos proporções de ativos retiveram no setor.

Todavia, o que parece ser mais marcante no território é que, à semelhança dos traços encontrados no setor secundário, desde a década de 80, sabe-se que o contexto local tem vindo a ser caracterizado por diferenças significativas. É precisamente este registo díspar que, no nosso entender, condiciona de forma muito clara a variação média concelhia, ajudando a aclarar a maior lentidão do processo de terciarização no concelho na região. Recorde-se que, em 1981, as freguesias de Sobrado e Campo – que contavam apenas, e respetivamente, com 16,3% e 18,3% dos seus ativos no setor – estavam ainda muito longe dos índices de terciarização atingidos por Ermesinde e Valongo.<sup>81</sup> Por seu turno, estas duas freguesias, onde, desde há muito tempo, a concentração de serviços da administração e a diversificação de bens e serviços se intensificou de forma mais assinalável, caracterizaram-se pelo relevo dos ativos com profissão neste setor. Em 1981, repare-se que as proporções dos ativos das freguesias já situavam nos 53,5% e 41%, respetivamente.

Ainda que com um sentido menos evidente à escala local, é preciso ressaltar que a distância expressa pelas freguesias de Valongo e, em particular, a de Ermesinde – que, em 2011, centralizavam, respetivamente, 74,3% e 76,2% dos seus ativos setor terciário –

---

como os da intermediação financeira (cf., em anexo, Quadro A-2.25). A partir de 1991, também os concelhos de Gondomar e Matosinhos passaram a assumir uma evolução de crescimento importante nestes ramos, e, ainda, nos serviços prestados às empresas.

<sup>81</sup> Neste domínio, e comparativamente, Alfena foi ocupando sempre uma posição intermédia, muito embora a tendência aqui em causa encontrasse expressão significativa.

foi-se também inscrevendo de um modo regular e continuado no tempo<sup>82</sup>, daí a forte prevalência desta atividade em ambos territórios. Tal como se pode verificar, em 2011, grande parte dos seus ativos empregues no setor terciário encontravam-se, globalmente, envolvidos nas atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, no comércio por grosso e a retalho e nas áreas da educação, saúde e ação social (cf., em anexo, Quadro A-2.25). Com efeito, Ermesinde definia-se, ainda, por algum relevo de população empregada no ramo do alojamento e restauração e na área dos transportes, armazenagem e comunicações, enquanto Valongo reunia um efetivo relevante de ativos na administração pública, defesa e segurança social obrigatória. Por outro lado, quando comparado com os valores do passado, é muito significativa, na atualidade, a enorme participação da população das freguesias de Sobrado e Campo na atividade dos serviços – em 2011, a proporção de ativos com ocupação neste setor era de 51,2% e 60,2% – sendo a área do setor mais representada, no conjunto das freguesias, o comércio por grosso e a retalho.

#### **2.3.1.6. Estruturação das frações de classe no Grande Porto: clivagens (intra e inter) territoriais.**

Uma breve análise sobre dados mais recentes acerca do processo de estruturação de classes na região do Grande Porto permite identificar um conjunto de propriedades particulares que, como sabemos, se encontram indissociavelmente articuladas com várias das transformações da atividade económica anteriormente documentadas.<sup>83</sup>

De facto, as indicações disponíveis acerca da formação social da região (cf. Quadro 2.20) possibilitam compreender como tem sido a reconfiguração dos ativos com profissão mas, em especial, detetar a sua maior ou menor densidade no interior do território.

Assim, e para concretizar algumas das dinâmicas mais importantes, importa referir que, em primeiro lugar, o Grande Porto encontra-se fortemente condicionado pelo posicionamento denso dos *empregados de execução* e, a uma menor escala, pelos

---

<sup>82</sup> De acordo com o Recenseamento de 1960, 42,6% dos ativos do centro urbano de Ermesinde trabalhavam no setor terciário, percentagem bem acima da média concelhia (25,6%). Sabe-se que, neste setor, as proporções eram mais importantes nos serviços coletivos e pessoais (14,4%); no comércio, na intermediação financeira, nos serviços prestados às empresas (13,0%) e nos transportes, armazenagem e comunicações (12,8%).

<sup>83</sup> Por outro lado, também têm em linha de conta as principais transformações da estrutura das ocupações profissionais e dos perfis da situação perante o trabalho da população ativa da região, cf. Apêndice A (APa-9. e APa-10. respetivamente).

*operários industriais*. Verifica-se, porquanto, que estes dois grupos são aqueles que, de forma mais reveladora, ocupam o espaço social regional, apesar da estrutura dos posicionamentos sociais dos ativos, no interior da região, diferenciar-se intensamente.

Basta ver, justamente, as divisões claras presentes entre, por um lado, o núcleo constituído pelo concelho do Porto e concelhos contíguos, Matosinhos, Gondomar e Vila Nova de Gaia, que, desde 2001, foram concentrando mais intensamente o grupo dos *empregados de execução*, juntamente com Valongo e Vila Nova de Gaia que, em 2011, se aproximaram em termos de concentração. A verdade é que, com alguma regularidade e estabilidade, estes territórios mostraram uma certa capacidade na incorporação de um grupo de efetivos relativamente heterogéneo tanto em termos de qualificação, como de desempenho de tarefas, enquadramento profissional, etc.<sup>84</sup> Por outro lado, concelhos mais periféricos como Vila de Conde, Valongo, Espinho e Póvoa de Varzim permaneceram mais densamente ocupados pelos *operários industriais*, não obstante a recente quebra.

Entre si, estas divisões de ocupação parecem mesmo mostrar, tanto sob ponto de vista de estruturação, como de orientação correlativa, alguma assimetria na repartição dos posicionamentos. E, em alguma medida, também esta discrepância tende a ocorrer nas seguintes frações mais representativas: vejamos que continuam a ser, genericamente, os municípios da Maia, do Porto e de Matosinhos a reunir com mais efetividade os *técnicos intermédios* e os *intelectuais* (nesta fração o concelho do Porto destaca-se de forma muito notória), ao passo que, em larga distância, Póvoa de Varzim e Vila do Conde apresentam uma fraca presença destes grupos. Ambas as frações, com variações importantes de capital cultural e de aprendizagem em contexto de trabalho, como podemos ver, encontram-se expostas a um confinamento espacial distinto, destacando-se o movimento de maior reforço dos *intelectuais*. Por sua vez, os *empresários* mantêm um padrão semelhante de ocupação por todo o território, ainda que Póvoa de Varzim assuma uma maior concentração.

Mas vale a pena observar que o conjunto dos *pequenos proprietários* e dos *dirigentes*, cujos contrastes derivam muito das diferenças de relação com a propriedade

---

<sup>84</sup> Sobre as diferenciações sociais e espaciais na relação com a atividade económica, era possível distinguir, entre 1981 e 1991, o operariado e a pequena burguesia de execução como lugares de classe cimeiros da região do Grande Porto (Pereira, 2005: p.81). No entanto, não é menos verdade que a importância de ambas as frações se foi revestindo de desigual expressão. Nos inícios dos anos 80, o concelho do Porto já se distinguia por possuir uma estrutura de classe menos marcada pelo operariado industrial do que qualquer dos concelhos do Grande Porto, algo que se reforça nos inícios da década de 90 (Idem, p.82). A esta diminuição do protagonismo operário, acresce o adensamento muito forte da PBTEI, BEP, PBIC, BDP, do que apenas da PBE (Idem, p.84).

formal e as margens de orientação na direção, encontra-se desigualmente representado no território – Espinho, Gondomar, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia cedem mais algum do seu espaço social à ocupação dos *pequenos proprietários*, enquanto, novamente, os concelhos do Porto, da Maia e de Matosinhos se assemelham por agregarem uma proporção considerável dos *dirigentes*. Como seria de esperar, e ainda que a grande distância dos posicionamentos sociais mais representados, o conjunto dos *operários agrícolas* e dos *agricultores* pouca ou nenhuma expressão assumem na região. Porém, esse facto nunca encontrou igual tradução em municípios da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, onde, aliás, esse relevo foi sempre bastante mais expressivo e denso, uma vez que a erosão destes grupos foi ocorrendo mais lentamente.

Um olhar mais minucioso sobre o concelho de Valongo, leva-nos a admitir que os processos de estruturação social foram muito semelhantes aos detetados no conjunto da região sendo, na verdade, ligeiras as diferenças encontradas, em termos de hierarquia de relevância, entre as frações do espaço social concelhio. Mas, se procedermos à revisão do indicador presente no Quadro 2.20, podemos facilmente apontar algumas distinções.

Comprova-se que, apesar das frações de classe mais representadas ente os ativos com profissão continuarem a ser os *empregados de execução* e os *operários industriais*, a distância ente eles tem sido francamente menor do que a verificada no Grande Porto.<sup>85</sup> O que se denota é que, não obstante o avanço forte da terciarização da atividade económica local, foi mais lento o processo de regressão relativa do operariado industrial, algo que só começa a infletir de forma mais evidente a partir de 2011.

Em paralelo, há que sublinhar que os segmentos mais qualificados do espaço social local não encontram igualmente padrões de estruturação tão vinculados como na região pois, à exceção dos *técnicos intermédios* e *empresários*, frações que ganham uma expressividade mais convincente no conjunto da formação social concelhia, a distância ainda se faz sentir. E esta é tanto ou mais notória quando nos deparamos, por exemplo, com a resistência de integração do grupo dos *intelectuais*, confinados aos patamares mais reduzidos de ocupação. Por fim, podemos ver que, no conjunto dos grupos menos densamente representativos, apenas a fração dos *pequenos proprietários* tende a assumir um valor relativo mais significativo no concelho.

---

<sup>85</sup> A revisão pelos anos 80 e 90 do século passado leva-nos a confirmar no concelho que as frações do OI e da PBE foram sendo as mais representadas. Contudo, é impossível deixar de registar uma quebra mais notória da primeira fração do que da segunda que, aliás, mantém-se praticamente inalterada em termos relativos até à viragem do século XXI (Pereira, 2005: p.82-83).

Ainda que tais marcas de diferenciação sejam relevantes à escala regional, parece-nos que o seu significado ganha outra importância quando, no interior do município, somos confrontados com a presença de margens de variação na distribuição altamente expressivas.

O primeiro aspeto a sublinhar, refere-se às divergências de estruturação de classe encontradas entre Ermesinde e Valongo e as restantes freguesias. Apesar de Valongo apresentar um valor menos denso de *empregados de execução* do que Ermesinde – fração que, aliás, não encontra valores tão elevados em mais nenhuma freguesia – ambos os territórios apresentam padrões muito próximos. As semelhanças prendem-se principalmente com a sua maior capacidade de concentrar segmentos mais qualificados do espaço social – *técnicos intermédios, intelectuais e dirigentes* – e a uma menor expressividade do *operariado industrial*, quando comparada com contextos como Sobrado e Campo. Apenas o registo mais denso de *empresários* na freguesia de Valongo ajuda a distingui-las entre si.

Iguais semelhanças podem ser encontradas, de resto, entre Alfena e Campo na medida em que as duas freguesias foram concentrando, de modo muito próximo, as seguintes frações de classe – *operários industriais; empregados de execução; técnicos intermédios; intelectuais e agricultores*. Somente no registo diferencialmente mais denso dos *empresários*, dos *pequenos proprietários* e dos *dirigentes*, Alfena tem alcançado uma maior vantagem relativa.

Finalmente, deve-se acrescentar que Sobrado tem sido a freguesia que mais se tem afastado do padrão médio concelhio de estruturação das frações de classe. É a que menos grupos privilegiados integra, como *dirigentes, intelectuais e técnicos intermédios*, e a que tem exibido uma presença mais fraca dos *empregados de execução*, apesar do movimento recente de reforço. Em contrapartida, revela um peso mais importante dos *pequenos proprietários*, seguido do *operariado industrial*, assim como dos *operários agrícolas* e dos *agricultores* (não obstante o seu carácter residual).

**Quadro 2.20** – Frações de classe dos ativos com profissão em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (2001-2011) - (%)

NUT's	Empresários		Dirigentes		Intelectuais		Técnicos Intermédios		Pequenos Proprietários		Agricultores		Empregados de execução		Operários Industriais		Operários Agrícolas		Forças Armadas	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>7,8</b>	<b>9,5</b>	<b>2,6</b>	<b>2,7</b>	<b>7,6</b>	<b>11,9</b>	<b>8,6</b>	<b>9,3</b>	<b>5,1</b>	<b>5,9</b>	<b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>32,9</b>	<b>33,9</b>	<b>30,7</b>	<b>23,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>
<b>Norte</b>	<b>9,1</b>	<b>9,3</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>6,2</b>	<b>10,7</b>	<b>7,3</b>	<b>8,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,9</b>	<b>2,5</b>	<b>0,9</b>	<b>27,1</b>	<b>29,9</b>	<b>38,8</b>	<b>30,8</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
<b>AMP</b>	<b>9,0</b>	<b>9,4</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>	<b>7,7</b>	<b>12,3</b>	<b>9,1</b>	<b>9,7</b>	<b>4,7</b>	<b>5,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,3</b>	<b>30,8</b>	<b>33,0</b>	<b>33,9</b>	<b>25,5</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>
<b>G. Porto</b>	<b>8,8</b>	<b>9,4</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>	<b>8,9</b>	<b>13,6</b>	<b>9,9</b>	<b>10,2</b>	<b>4,5</b>	<b>5,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>	<b>34,0</b>	<b>35,5</b>	<b>28,9</b>	<b>20,8</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>
Espinho	9,5	8,5	2,9	2,5	7,5	12,4	7,6	8,6	5,3	6,5	0,2	0,1	29,6	32,4	36,3	27,9	0,6	0,7	0,4	0,4
Gondomar	8,5	8,1	2,3	2,4	6,1	9,6	8,9	9,5	5,3	5,8	0,3	0,1	35,9	40,1	32,1	23,5	0,4	0,3	0,2	0,5
Maia	9,2	9,7	3,9	4,2	8,9	14,8	11,4	12,5	4,5	5,3	0,4	0,1	32,0	33,3	28,9	19,5	0,5	0,4	0,2	0,3
Matosinhos	8,2	9,0	3,4	4,0	9,0	14,6	11,3	11,3	4,2	5,1	0,2	0,1	36,7	37,3	26,0	17,8	0,6	0,5	<b>0,3</b>	0,3
<b>Porto</b>	<b>8,9</b>	<b>11,1</b>	<b>4,9</b>	<b>4,8</b>	<b>16,1</b>	<b>21,8</b>	<b>11,4</b>	<b>10,2</b>	<b>3,8</b>	<b>5,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>38,9</b>	<b>35,0</b>	<b>15,4</b>	<b>10,6</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	0,3	<b>0,3</b>
P. Varzim	10,8	12,4	2,1	2,3	5,6	10,2	6,7	6,9	5,2	6,5	4,3	1,8	25,8	29,4	35,8	26,5	3,4	3,6	<b>0,4</b>	0,4
<b>Valongo</b>	<b>8,6</b>	<b>8,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>	<b>5,5</b>	<b>10,1</b>	<b>9,2</b>	<b>10,0</b>	<b>4,9</b>	<b>5,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>32,0</b>	<b>36,6</b>	<b>36,7</b>	<b>26,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	0,3	<b>0,4</b>
V. Conde	9,1	9,9	2,1	2,4	5,0	9,4	6,4	8,3	4,6	5,3	1,8	0,5	22,9	27,8	42,6	31,3	5,2	4,8	0,2	0,2
V. N. Gaia	8,6	8,7	3,1	3,2	7,4	12,1	9,6	10,4	4,6	5,6	0,2	0,1	33,9	36,4	31,9	22,6	0,5	0,4	0,3	0,4
<b>Valongo</b>	<b>8,6</b>	<b>8,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>	<b>5,5</b>	<b>10,1</b>	<b>9,2</b>	<b>10,0</b>	<b>4,9</b>	<b>5,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>32,0</b>	<b>36,6</b>	<b>36,7</b>	<b>26,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
Alfena	9,9	9,2	2,0	2,2	4,2	8,9	7,7	9,4	6,2	5,8	0,4	0,1	26,9	33,4	42,0	29,8	0,5	0,7	0,2	0,4
Campo	7,8	8,6	1,2	1,8	1,9	6,7	5,2	7,0	4,6	5,1	0,5	0,1	23,9	31,0	54,4	38,9	0,4	0,4	0,2	0,4
<b>Ermesinde</b>	<b>8,2</b>	<b>7,6</b>	<b>2,3</b>	<b>3,1</b>	<b>7,0</b>	<b>11,3</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>	<b>4,6</b>	<b>5,5</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>37,5</b>	<b>39,6</b>	<b>28,5</b>	<b>20,9</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>
Sobrado	8,6	8,1	1,7	1,2	1,2	4,4	3,7	5,3	5,1	5,1	0,6	0,1	18,5	28,7	59,7	46,3	0,7	0,6	0,2	0,3
Valongo	9,0	8,4	2,5	2,7	6,6	11,7	10,2	10,5	4,5	5,3	0,1	0,0	32,9	38,1	33,4	22,5	0,4	0,3	0,2	0,5

Fonte: INE – Portugal, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011.

Nota: Tratamento de acordo com as propostas de Almeida, Costa e Machado (1988; 1994).

### **2.3.2. Educação**

#### **2.3.2.1. O lento e desigual acesso à instrução no Grande Porto.**

Ainda que seja de registar a tendência de clara melhoria dos padrões globais de escolarização do conjunto da população portuguesa ao longo da segunda metade do século XX, é impossível não reconhecermos o atraso muito significativo que o nosso país foi registando no acesso à instrução, quando nos deparamos com os indicadores relativos à educação.

De facto, desde finais do século XIX, que o movimento da fraca alfabetização, em resultado do predomínio cultural da oralidade em detrimento da escrita, e do reduzido cumprimento da legislação (precoce), que impunha a obrigatoriedade escolar, vinha acentuando o quadro de desfavorecimento que se sentia até a primeira metade do século passado (Candeias, 2009: p.160 e p.175). O que mostra que, para lermos com acuidade a evolução de acesso à instrução a partir de meados desse século, não podemos perder de vista a persistência que a “alfabetização sem escolaridade” teve na nossa sociedade e como contribuiu para a lenta institucionalização do acesso à cultura escrita no nosso país (Almeida e Vieira, 2006: pp.29-30). Vejamos que, em 1950, só 23,9% da população residente tinha acedido ao grau de instrução “elementar”, enquanto as proporções mais reduzidas se fixavam nos graus “intermédio” e “superior” – 3,4% e 0,9% (cf. Quadro 2.21).

Mas a opção por uma análise espacial e temporalmente orientada será imprescindível para aceder com maior clareza ao tipo de configuração que regiões, como o Grande Porto, foram assumindo no acesso à instrução. A partir dos dados relativos à repartição da população residente segundo os três principais níveis de instrução frequentados (com ou sem obtenção de grau), constata-se que esta região tem, desde cedo, concentrado níveis de acesso à instrução mais elevados do que a média nacional. Apesar de, em consonância com o país, ter visto aumentar globalmente o acesso aos mesmos, podemos testemunhar que os ganhos foram particularmente mais significativos quer no nível de instrução “intermédio” (que contempla 5 a 11/12 anos de escolaridade), quer no “superior” (com mais de 12 anos de escolaridade).

Ora, à primeira vista, esta evidência poder-nos-ia levar a concluir que o impacto da lenta escolarização foi sendo menor no território, algo que não deixa de ser parcialmente verdadeiro. Por um lado, o Grande Porto foi menos severamente afetado do que outras regiões como as do interior do país, onde os níveis de retração escolar eram

muito elevados; mas, por outro, os seus níveis de acesso encontravam-se muito aquém das referências europeias. Porém, há que realçar que este aumento da escolarização (e em especial da intermédia e superior) só sofreu uma importante aceleração a partir das últimas décadas do século passado, confirmando, portanto, a evidente recentidade dos progressos alcançados (cf. novamente Quadro 2.21).

Na realidade, o alargamento do acesso à instrução ganha maior relevo a partir do momento em que a consolidação da frequência dos seis anos de escolaridade, numa primeira fase, e o progressivo aumento do volume dos alunos matriculados na escolaridade de nove anos, numa segunda, também se tornaram uma tendência mais durável. Sem esquecer a expansão marcante e continuada do nível de ensino secundário, a crescente abrangência da escola junto da população infantil e juvenil, num quadro de conquista recente do sistema de ensino público, tem garantindo necessariamente o reforço da sua centralidade no processo geral de socialização (Almeida e Vieira, 2006: p.34).

Mas, à luz da evolução da configuração territorial de acesso regional à instrução, também possível identificar dois movimentos. Em primeiro, convém lembrar que, desde os anos 50 do século XX, o concelho do Porto sobressai pelas altas proporções de frequência nos vários níveis de instrução. Tal patamar relativamente favorável está fortemente relacionado, entre outros fatores, com a maior presença de dinâmicas de indução de procura de bens escolares neste território.

Em segundo, e se nos cingirmos às últimas três décadas do século XX, poder-se-á concluir rapidamente que a situação se inverte. Ou seja, o ritmo de acesso à instrução intensifica-se de tal forma nos restantes concelhos que supera aquele que se assiste no centro urbano. A aceleração é mais visível em Gondomar, Maia e Valongo, o que demonstra o próprio peso da dinâmica demográfica na orientação da procura de bens escolares, bem como o aumento da importância da relação entre a atitude educativa das famílias e do reforço das suas relações com os estabelecimentos escolares.<sup>86</sup>

E se, na verdade, até aos anos 60, tornou-se patente a debilidade dos níveis de escolarização do concelho de Valongo, com o registo de proporções sempre abaixo da região, à entrada do século XXI, nitidamente o território acaba por superar este panorama de desfavorecimento, em especial no que diz respeito à instrução elementar e intermédia.

---

<sup>86</sup> Tendo-se examinado a tendência de declínio demográfico no centro e o reforço nos restantes concelhos, não é de estranhar o ritmo impressionante de acesso à instrução que estes últimos territórios foram alcançando. Por outro lado, aceita-se que a maior capacitação de infraestruturas educativas e o alargamento da cobertura da rede escolar nestes territórios foram decisivos para esta situação.



Aliás, é observável a relevância que tanto a generalização do cumprimento da escolaridade básica obrigatória, como o acesso cada vez mais alargado aos níveis de ensino secundário e superior foram alcançando – em 1991, as percentagens de acesso à instrução intermédia variavam no concelho entre os 32% e os 43%, em 2011, estas tinham aumentado, variando entre os 48% e os 52% (cf. Quadro 2.21).

Num segundo plano, se tivermos em conta as elevadas proporções de habitantes que atingiram os níveis de escolaridade superior, valerá a pena analisar que, ainda assim, o concelho portuense prossegue com uma posição privilegiada, na medida em que o patamar de instrução superior é o único onde o ritmo de convergência no acesso não se verificou de modo tão expressivo nos outros espaços. Por isso, não é de surpreender que Valongo continue a expor um ligeiro défice em relação à média nacional e regional. Sabe-se, no entanto, que para esta situação pesam os fracos índices observados em Campo e Sobrado. Apesar da melhoria registada entre as três últimas décadas – em 1991, as taxas de frequência do ensino superior eram de 1,5% e 1,0% respetivamente e, em 2011, eram de 10,1% e 7,3% – ambos os territórios mantinham uma distância importante em relação a outros contextos. Por oposição, as freguesias de Ermesinde e de Valongo têm sido mais beneficiadas pois continuam a registar proporções de residentes com o ensino “intermédio” sempre acima do valor do concelho e do Grande Porto e proporções de residentes com o ensino “superior” acima da média concelhia.

**Quadro 2.21** – População residente segundo o grau de instrução elementar, intermédio e superior em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) - (%)

NUT's	Elementar						Intermédio						Superior					
	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011	1950	1960	1981	1991	2001	2011
<b>Portugal</b>	<b>23,9</b>	<b>38,1</b>	<b>52,8</b>	<b>47,0</b>	<b>37,5</b>	<b>31,6</b>	<b>3,4</b>	<b>5,4</b>	<b>25,0</b>	<b>34,6</b>	<b>41,7</b>	<b>45,4</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>2,7</b>	<b>6,8</b>	<b>12,3</b>	<b>17,3</b>
<b>Norte</b>	<b>24,2</b>	<b>40,1</b>	<b>Nd</b>	<b>50,7</b>	<b>40,3</b>	<b>33,9</b>	<b>2,9</b>	<b>4,4</b>	<b>Nd</b>	<b>33,3</b>	<b>41,7</b>	<b>45,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>Nd</b>	<b>5,5</b>	<b>10,2</b>	<b>15,1</b>
<b>AMP</b>	<b>29,8</b>	<b>31,5</b>	<b>55,8</b>	<b>48,2</b>	<b>37,6</b>	<b>31,7</b>	<b>4,7</b>	<b>7,0</b>	<b>27,6</b>	<b>36,6</b>	<b>43,5</b>	<b>45,9</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>3,2</b>	<b>8,0</b>	<b>13,5</b>	<b>18,5</b>
<b>G. Porto</b>	<b>31,9</b>	<b>42,2</b>	<b>54,5</b>	<b>46,7</b>	<b>36,2</b>	<b>30,5</b>	<b>5,6</b>	<b>8,1</b>	<b>29,1</b>	<b>37,4</b>	<b>43,5</b>	<b>45,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>3,7</b>	<b>9,2</b>	<b>15,2</b>	<b>20,3</b>
Espinho	29,6	43,2	53,7	47,3	38,8	34,8	5,2	7,5	29,8	37,3	41,2	43,1	1,0	0,8	3,2	8,3	13,6	17,3
Gondomar	24,0	43,0	57,5	49,3	38,2	32,4	1,9	3,6	26,6	37,3	45,7	49,0	0,3	0,3	1,8	5,8	10,8	14,8
Maia	24,3	41,3	59,8	49,7	35,1	28,0	2,3	3,3	24,6	36,4	44,5	45,7	0,4	0,4	2,1	7,3	15,8	23,0
Matosinhos	28,4	43,9	56,4	47,2	36,1	30,3	3,5	5,7	27,4	38,1	43,7	44,1	0,7	0,6	3,0	8,3	15,1	21,9
<b>Porto</b>	<b>38,9</b>	<b>41,8</b>	<b>46,6</b>	<b>40,6</b>	<b>31,4</b>	<b>27,4</b>	<b>9,2</b>	<b>13,5</b>	<b>36,5</b>	<b>38,1</b>	<b>39,2</b>	<b>40,1</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9</b>	<b>6,9</b>	<b>15,7</b>	<b>24,7</b>	<b>29,2</b>
P. Varzim	26,9	40,8	58,1	49,5	39,0	32,3	3,6	5,2	25,2	36,8	45,4	48,7	0,6	0,8	2,5	6,0	10,2	14,9
<b>Valongo</b>	<b>24,4</b>	<b>46,9</b>	<b>59,8</b>	<b>49,6</b>	<b>38,2</b>	<b>31,6</b>	<b>2,9</b>	<b>3,4</b>	<b>25,5</b>	<b>38,5</b>	<b>46,6</b>	<b>49,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>2,0</b>	<b>5,4</b>	<b>10,4</b>	<b>15,6</b>
V. Conde	25,7	37,7	62,7	52,6	41,9	33,5	2,3	3,2	21,3	35,1	43,6	46,8	0,5	0,5	1,6	4,4	8,7	14,4
V. N. Gaia	30,3	42,5	56,9	48,4	37,0	31,3	4,0	5,6	26,4	36,9	44,6	46,7	0,6	0,6	2,5	7,6	13,2	18,5
<b>Valongo</b>	<b>24,4</b>	<b>46,9</b>	<b>59,8</b>	<b>49,6</b>	<b>38,2</b>	<b>31,6</b>	<b>2,9</b>	<b>3,4</b>	<b>25,5</b>	<b>38,5</b>	<b>46,6</b>	<b>49,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>2,0</b>	<b>5,4</b>	<b>10,4</b>	<b>15,6</b>
Alfena	Nd	Nd	Nd	56,1	42,5	34,6	Nd	Nd	Nd	32,6	43,0	47,8	Nd	Nd	Nd	2,7	8,1	13,6
Campo	Nd	Nd	Nd	57,7	46,1	37,1	Nd	Nd	Nd	32,1	43,5	48,5	Nd	Nd	Nd	1,5	4,3	10,1
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>46,6</b>	<b>Nd</b>	<b>43,9</b>	<b>34,9</b>	<b>30,6</b>	<b>Nd</b>	<b>6,3</b>	<b>Nd</b>	<b>43,2</b>	<b>47,8</b>	<b>48,5</b>	<b>Nd</b>	<b>0,9</b>	<b>Nd</b>	<b>8,0</b>	<b>13,2</b>	<b>17,4</b>
Sobrado	Nd	Nd	Nd	55,7	46,4	38,9	Nd	Nd	Nd	34,6	45,2	50,0	Nd	Nd	Nd	1,0	2,8	7,3
Valongo	Nd	Nd	Nd	50,9	35,5	27,2	Nd	Nd	Nd	37,2	48,5	51,9	Nd	Nd	Nd	5,6	11,8	18,6

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: Nível de instrução “Elementar”: até 4 anos de escolaridade; Nível de instrução “Intermédio”: entre 5 e 11/12 anos de escolaridade; Nível de instrução “Superior”: mais de 12 anos de escolaridade. As proporções apresentadas reportam-se à população residente com idade igual ou superior à idade teórica de admissão no sistema de ensino (1950 e 1960: 7 anos; 1981, 1991, 2001 e 2011: 6 anos). Os valores incluem o conjunto de indivíduos enquadráveis em cada uma das categorias, independentemente de terem concluído ou não o ciclo de estudos em questão (incluem, por isso, também os indivíduos que frequentam o sistema de ensino). A partir de 1981, inclusive, a informação refere-se aos valores de frequência de cada nível de ensino, à posse do nível de ensino “completo” e “incompleto”. Até essa data só existem valores da frequência do nível de ensino e posse de nível de ensino.

No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

### **2.3.2.2. O recuo generalizado dos índices de destituição escolar no território.**

Apesar de, a partir dos anos 60 do século XX, assistirmos à recuperação no acesso à instrução, dando-se uma consequente viragem nas décadas subsequentes, teremos que recordar que a sociedade portuguesa foi sendo assinalada por elevados índices de destituição escolar e cultural.

Podemos, na verdade, verificar que, desde o início do século XX, o processo de alfabetização progrediu no nosso país a um ritmo bastante lento. Até aos anos 30, o aumento percentual dos alfabetizados foi extremamente frouxo já que, não obstante algumas iniciativas, sobretudo no plano legislativo, levadas a cabo durante a Primeira República, estas foram insuficientes para alterar o panorama gravoso que se vivia. Além do mais, o esforço verificado durante a década de 40, pelo Estado Novo, na escolarização das crianças em idade escolar foi muito mais centrada na capacitação básica de certas competências e menos na alfabetização daqueles que não tinham tido acesso à escola (Candeias, 2009: pp.208-209), por isso, não espanta que os índices de analfabetismo e iliteracia permanecessem altos. Mesmo com algumas melhorias verificadas, entre os anos 50 e 60, momento de transição importante em que se intensifica o contacto mais generalizado da população com a cultura letrada e com a escola, por via da obrigatoriedade da frequência da instrução primária, acentuando-se, deste modo, a importância que o aumento da procura dos saberes escolares vinha adotando, a avaliação dos índices de privação cultural extrema<sup>87</sup> permite, contudo, obter uma imagem claramente negativa acerca do país, levando-nos a constatar evidentes dificuldades na eficácia do combate ao analfabetismo.

Só que, paralelamente, interessa verificar que a região do Grande Porto foi contrastando nesta matéria. A diferença na incidência de privação cultural extrema era, na década de 50, quase de onze pontos percentuais em relação à média nacional e à região Norte (Quadro 2.22). Deste modo, o alcance desta margem de distância só poderá ser interpretado se, no valor médio regional, tivermos em atenção o grande peso do centro do Porto e de concelhos contíguos como Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Importa lembrar que, na época, estes núcleos urbanos eram mais influenciados pelos processos de difusão de escrita e da cultura letrada e apresentavam redes de ensino formal mais consolidadas. Por outro lado, Gondomar, Maia e Valongo apresentavam uma posição visivelmente mais desfavorável que a desenhada no Porto.

---

<sup>87</sup> Seguimos a definição proposta por Pinto e Queirós (2010) – Capítulo 9.

Não obstante a quebra na década de 60, podemos afirmar que o recuo da privação cultural extrema só começa a se sentir de forma notória mais tardiamente, parecendo ter sido mais imputável à generalização do acesso à escola do que propriamente à eficácia de políticas de combate efetivo ao analfabetismo ou à iliteracia. Apesar do recuo verificado, há que atentar que o ritmo de redução foi, entretanto, mais intenso no universo masculino do que no feminino, o que quer dizer que, nesta matéria, ao longo do período de referência, as mulheres continuam a ser mais penalizadas.<sup>88</sup>

Se em matéria de analfabetismo e de destituição cultural, confirma-se a persistente morosidade do movimento de escolarização em território nacional até a segunda metade do século XX, não podemos rejeitar o particular impacto que este teve no desenvolvimento de Valongo.

Olhando em especial para o conjunto dos territórios que compõem o Grande Porto e para o início do período em análise, verifica-se mesmo que as condições de partida eram particularmente desvantajosas pois ainda que, inserido num contexto, à partida, mais favorecido globalmente de maiores oportunidades de contacto com a escrita e de acesso à cultura letrada, não deixa de ser surpreendente o registo observado (Rever Quadro 2.22). No entanto, há que acrescentar que o panorama continuava a ser francamente menos severo do que noutros contextos da região<sup>89</sup>, levando a que o município se mantivesse durante algum tempo numa posição intermédia de incidência do fenómeno.

Mas o cenário altera-se substancialmente nas décadas seguintes. De facto, os dados de 1981 começam por validar esta ideia pois Valongo apresentava uma taxa de 12,2% (10,9% de analfabetismo literal e 1,3% de analfabetismo perilliteral). E, além disso, juntamente com Porto e Matosinhos, o concelho registava as taxas de privação cultural mais reduzidas. No nosso entender, a viragem expressiva que se certifica a partir desta década no concelho merece o devido destaque pois, desde então, a diminuição foi bem mais nítida do que, em média, ocorreu no país, ultrapassando os sete pontos percentuais. Todavia, para compreender tal recuperação, somos obrigados a ponderar o forte contributo dado pela queda da taxa de analfabetismo perilliteral pois é aqui que se nota mais a aceleração da redução – algo que dever-se-á ao impacto que, como já vimos, a

---

<sup>88</sup> Acerca dos contornos específicos deste recuo, cf. a informação descrita no Apêndice A (APa-11.).

<sup>89</sup> As proporções de analfabetos literais em Valongo, nas décadas de 60 e 50, eram de 34,8% e 26,3%, bastante acima das da região - 27,6% e 21,8% - e as proporções de analfabetos perilliterais eram igualmente muito relevantes - 37,4% e 22,9%. Mas, se virmos com mais atenção, verifica-se que estas eram bem mais reduzidas do que as registadas em Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Gondomar, concelhos que exibiam valores mais elevados.

própria expansão da frequência da escolaridade básica obrigatória teve, em conjugação com a mortalidade das camadas mais idosas (e mais afetadas pelos índices elevados de analfabetismo). Em 1981, a proporção de população que, sabendo ler e escrever, não tinha grau de instrução era, no concelho, apenas de 1,3%, proporção que vai diminuindo até os anos 90.

Não dispondo de informação relativa à evolução da taxa de privação cultural para todo período em questão nas suas freguesias, podemos, apesar de tudo reconhecer, com base nos dados recolhidos entre 1991 e 2011, que estas não fogem ao registo de quebra generalizada ocorrido, muito embora aceitemos que uma tal redução se tivesse processado de forma distinta. O que os dados demonstram é que Ermesinde<sup>90</sup> e Valongo permanecem até hoje com valores muito baixos de analfabetismo, indicando uma menor desvantagem em matéria de destituição cultural, por oposição às restantes freguesias que ainda registam valores bem elevados.

Por isso, as indicações acerca do tipo de acesso à instrução e da incidência de privação cultural extrema que foram vigorando ao longo do tempo no nosso país, e em particular no Grande Porto, permitem compreender, como já foi várias vezes reiterado, a importância que a expansão da escolaridade representou para uma fatia importante da população.

---

<sup>90</sup> De acordo com os dados do Recenseamento de 1960, era já possível verificar no centro urbano de Ermesinde uma taxa de privação cultural extrema abaixo da média concelhia – 46,1% - assim como taxas de analfabetismo literal e periliteral mais reduzidas – 23,1%. Não obstante a ausência de informação para as restantes freguesias, estamos em crer que as diferenças existentes entre elas conjugavam-se com aquilo que é sabido sobre as maiores dificuldades de alfabetização e/ou divulgação de formas de cultura letrada nos meios rurais.

**Quadro 2.22 – Privação Cultural Extrema da população em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-2011) - (%)**

NUT's	1950			1960			1981			1991			2001			2011		
	<i>Priv.Cult. Extrema</i>	<i>Analf. Literal</i>	<i>Analf. Periliteral</i>	<i>Priv.Cult. Extrema</i>	<i>Analf. Literal</i>	<i>Analf. Periliteral</i>	<i>Priv.Cult. Extrema</i>	<i>Analf. Literal</i>	<i>Analf. Periliteral</i>	<i>Priv.Cult. Extrema</i>	<i>Analf. Literal</i>	<i>Analf. Periliteral</i>	<i>Priv.Cult. Extrema</i>			<i>Priv.Cult. Extrema</i>		
	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	H	M	T	H	M
<b>Portugal</b>	<b>71,8</b>	<b>40,4</b>	<b>31,4</b>	<b>55,6</b>	<b>31,1</b>	<b>24,5</b>	<b>19,7</b>	<b>18,6</b>	<b>1,2</b>	<b>11,9</b>	<b>11,0</b>	<b>0,9</b>	<b>8,6</b>	<b>5,9</b>	<b>11,1</b>	<b>5,7</b>	<b>3,9</b>	<b>7,2</b>
<b>Norte</b>	<b>72,2</b>	<b>39,8</b>	<b>32,5</b>	<b>55,2</b>	<b>30,5</b>	<b>24,7</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>10,7</b>	<b>9,9</b>	<b>0,7</b>	<b>7,8</b>	<b>5,0</b>	<b>10,4</b>	<b>5,3</b>	<b>3,6</b>	<b>6,9</b>
<b>AMP</b>	<b>64,3</b>	<b>29,7</b>	<b>34,6</b>	<b>49,7</b>	<b>23,1</b>	<b>26,6</b>	<b>13,2</b>	<b>12,0</b>	<b>1,1</b>	<b>8,2</b>	<b>7,4</b>	<b>0,8</b>	<b>5,4</b>	<b>3,0</b>	<b>7,6</b>	<b>3,8</b>	<b>2,4</b>	<b>5,1</b>
<b>G. Porto</b>	<b>61,0</b>	<b>27,6</b>	<b>33,4</b>	<b>48,3</b>	<b>21,8</b>	<b>26,5</b>	<b>12,3</b>	<b>11,2</b>	<b>1,1</b>	<b>6,6</b>	<b>5,9</b>	<b>0,7</b>	<b>5,0</b>	<b>2,7</b>	<b>7,1</b>	<b>3,6</b>	<b>2,2</b>	<b>4,8</b>
Espinho	64,2	33,2	30,9	48,4	23,7	24,7	13,1	12,2	0,9	7,2	6,7	0,5	6,5	3,5	9,2	4,8	3,0	6,4
Gondomar	73,8	35,1	38,7	53,1	26,4	26,7	13,7	12,1	1,6	7,5	6,6	0,9	5,2	2,9	7,3	3,7	2,3	5,0
Maia	73,0	32,6	40,4	55,0	25,1	29,9	13,2	12,4	0,9	6,6	5,9	0,7	4,6	2,8	6,2	3,1	2,1	4,0
Matosinhos	67,4	30,9	36,5	49,7	25,0	24,7	12,9	11,8	1,0	6,2	5,5	0,7	5,1	2,8	7,2	3,7	2,3	4,9
<b>Porto</b>	<b>49,1</b>	<b>20,0</b>	<b>29,1</b>	<b>41,8</b>	<b>15,9</b>	<b>25,9</b>	<b>9,5</b>	<b>8,3</b>	<b>1,1</b>	<b>5,5</b>	<b>4,8</b>	<b>0,7</b>	<b>4,7</b>	<b>2,0</b>	<b>6,9</b>	<b>3,2</b>	<b>1,7</b>	<b>4,4</b>
P. Varzim	68,8	35,3	33,5	53,3	28,5	24,7	14,1	13,4	0,7	7,8	7,0	0,8	5,3	3,0	7,5	4,0	2,5	5,3
<b>Valongo</b>	<b>72,2</b>	<b>34,8</b>	<b>37,4</b>	<b>49,3</b>	<b>26,3</b>	<b>22,9</b>	<b>12,2</b>	<b>10,9</b>	<b>1,3</b>	<b>6,2</b>	<b>5,5</b>	<b>0,7</b>	<b>4,7</b>	<b>2,7</b>	<b>6,6</b>	<b>3,3</b>	<b>2,1</b>	<b>4,3</b>
V. Conde	71,6	33,4	38,1	58,6	25,2	33,4	14,3	13,5	0,8	7,9	7,2	0,7	5,7	3,5	7,7	4,1	2,9	5,3
V. N. Gaia	65,0	31,0	34,1	51,2	24,7	26,5	13,9	12,8	1,2	7,1	6,4	0,7	5,0	2,8	7,1	3,7	2,4	4,9
<b>Valongo</b>	<b>72,2</b>	<b>34,8</b>	<b>37,4</b>	<b>49,3</b>	<b>26,3</b>	<b>22,9</b>	<b>12,2</b>	<b>10,9</b>	<b>1,3</b>	<b>6,2</b>	<b>5,5</b>	<b>0,7</b>	<b>4,7</b>	<b>2,7</b>	<b>6,6</b>	<b>3,3</b>	<b>2,1</b>	<b>4,3</b>
Alfena	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	8,4	7,7	0,6	6,4	3,8	8,8	4,0	2,5	5,3
Campo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	8,5	7,3	1,2	6,1	3,4	8,8	4,2	2,6	5,8
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>46,1</b>	<b>23,1</b>	<b>23,1</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>Nd</b>	<b>4,6</b>	<b>4,1</b>	<b>0,5</b>	<b>4,0</b>	<b>2,2</b>	<b>5,7</b>	<b>3,4</b>	<b>2,2</b>	<b>4,4</b>
Sobrado	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	8,3	7,1	1,2	5,5	3,7	7,3	3,7	2,8	4,6
Valongo	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	Nd	6,2	5,5	0,7	4,0	1,3	6,4	2,2	1,5	2,9

Fonte: INE – Portugal, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1950-2011.

Notas: Para o cálculo do índice de privação cultural extrema tivemos em consideração o universo de analfabetos literais e periliterais. Para os anos de 1950 e 1960, foram tidos em conta os analfabetos literais e periliterais com 7 e mais anos e, para 1981 e 1991, os analfabetos literais e periliterais com 10 e mais anos. Nos Recenseamentos de 2001 e 2011, não existe distinção entre estes dois tipos de analfabetismo, considerando-se apenas aqueles que não tinham qualquer grau de instrução.

No recenseamento de 1960, foi possível obter informação sobre o centro urbano de Ermesinde. Os dados referentes aos centros urbanos dizem respeito a capitais de distrito ou localidades, qualquer que fosse a sua categoria legal - cidade, vila... - que, na área demarcada pela Câmara Municipal respetiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Nd – Dado não disponível.

### 2.3.2.3. O significado da expansão da escolaridade (pós) obrigatória na região.

A apreciação de indicadores como as taxas de escolaridade de nove ou de doze anos, instrumentos fundamentais para documentar de forma mais detalhada as tendências de escolaridade obrigatória e pós-obrigatória, aponta também para leituras muito semelhantes às que foram realizadas até agora. Nesse sentido, vale a pena avançar, ainda que sinteticamente, com algumas linhas de reforço na nossa análise.<sup>91</sup>

**Quadro 2.23** – Taxa de conclusão da escolaridade de 9 e 12 anos e Taxa de realização de estudos de nível superior em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%)

NUT's	Tx conclusão de esc. 9 anos				Tx conclusão de esc. 12 anos				Tx real. de estudos de nível superior			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Portugal</b>	13,9	22,7	38,1	49,7	7,4	13,3	22,9	31,4	3,6	8,5	14,4	18,8
<b>Norte</b>	Nd	18,2	32,8	45,3	Nd	10,8	19,1	27,6	Nd	7,1	12,2	16,6
<b>AMP</b>	15,6	24,1	40,2	50,3	8,6	15,0	24,7	32,3	4,2	9,9	15,8	20,3
<b>G. Porto</b>	17,5	27,0	43,5	52,8	9,9	17,1	27,4	34,7	4,9	11,5	17,9	22,3
Espinho	17,2	25,8	38,0	46,8	9,2	16,1	23,6	29,6	4,3	10,5	15,9	18,9
Gondomar	12,3	22,0	40,0	49,1	5,7	12,1	22,6	29,4	2,5	7,3	12,8	16,1
Maia	12,4	24,2	46,1	58,2	6,4	14,5	29,2	39,6	2,8	9,2	18,5	25,5
Matosinhos	15,2	26,7	44,9	53,8	8,0	16,3	27,9	36,4	3,9	10,4	17,6	23,8
<b>Porto</b>	27,2	37,5	52,7	59,1	16,7	26,4	37,7	43,1	8,6	18,9	28,2	31,9
P. Varzim	12,2	18,8	33,2	45,7	6,7	11,8	19,7	27,8	3,5	7,9	12,3	16,7
<b>Valongo</b>	12,0	21,5	39,0	49,8	5,8	11,6	21,9	30,5	2,7	7,0	12,4	17,0
V. Conde	9,0	15,1	30,4	45,0	4,4	8,7	17,1	26,9	2,2	5,6	10,5	16,0
V.N. Gaia	13,8	24,3	42,5	51,7	7,3	14,4	25,5	33,1	3,4	9,4	15,6	20,2
<b>Valongo</b>	12,0	21,5	39,0	49,8	5,8	11,6	21,9	30,5	2,7	7,0	12,4	17,0
Alfena	Nd	12,4	32,5	44,7	Nd	6,4	17,7	26,9	Nd	3,5	9,7	14,9
Campo	Nd	9,0	25,0	39,4	Nd	3,5	10,9	20,6	Nd	2,0	5,2	11,0
<b>Ermesinde</b>	Nd	30,3	45,2	52,2	Nd	16,9	26,6	32,7	Nd	10,1	15,6	18,8
Sobrado	Nd	7,1	20,8	34,2	Nd	2,7	9,1	15,9	Nd	1,3	3,4	7,5
Valongo	Nd	20,9	43,5	57,7	Nd	11,6	24,5	37,1	Nd	7,3	14,0	20,5

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011. Notas: Nd – Dado não disponível.

Para o cálculo da Taxa de conclusão da escolaridade de 9 anos teve-se em linha de conta a população com 15 e mais anos. Esta taxa considera todos aqueles que têm pelo menos nove anos de escolaridade (aqueles que haviam completado, pelo menos, o Ensino Unificado em 1981 e 1991 e o 3º ciclo do Ensino Básico em 2001 e 2011), podendo ou não ter nível de instrução superior a esse.

Para o cálculo da Taxa de conclusão da escolaridade de 12 anos teve-se em linha de conta a população com 18 e mais anos de idade. Esta taxa considera todos aqueles que têm pelo menos doze anos de escolaridade (aqueles que haviam completado, pelo menos, o Ensino Complementar/12º ano em 1981, o Ensino Secundário Complementar em 1991 e o Ensino Secundário em 2001 e 2011) podendo ou não ter nível de instrução superior a esse.

Para o cálculo da Taxa de realização de estudos de nível superior teve-se em linha de conta a população com 18 e mais anos de idade. Esta taxa considera todos aqueles que completaram, possuem incompleto ou frequentam um grau de instrução de nível médio (cursos médios) ou superior (bacharelato, licenciatura ou pós-graduações).

<sup>91</sup>Contudo, para se precisar com maior rigor os contornos reais deste alargamento, responsável pelo prolongar das trajetórias escolares das camadas mais jovens, impõe-se o recurso um indicador complementar – a taxa líquida de escolarização. Além de ajudar a afinar algumas das leituras que foram possíveis realizar acerca do acesso aos vários níveis de ensino, a utilização deste indicador mede a real participação da população residente em idade escolar nos níveis de ensino “teoricamente” correspondentes, servindo, de alguma forma, de apoio à leitura do grau de mobilização educativa encetado na região. Para este indicador, tivemos em linha de consideração a população que, no momento censitário, declarou estar a frequentar o sistema de ensino, sendo também realizadas as devidas harmonizações dos níveis de ensino entre os diferentes Recenseamentos. Para uma análise mais aprofundada, cf. Apêndice A (APa-11.).

Olhando para os dados do Quadro 2.23, que dá conta da evolução da proporção de indivíduos com mais de 15 anos que, na região, completaram, desde as últimas décadas do século passado, os nove anos de escolaridade, vemos que, em todos os concelhos, os valores sobem muito. O panorama não parece ser muito preocupante no caso seguinte – se nos reportarmos ao acesso a patamares intermédios de certificação escolar (como a conclusão de 12 anos de escolaridade) é inegável o crescimento muito acentuado verificado nos vários territórios. E o mesmo ocorre quando nos deparamos com os valores da frequência e/ou obtenção do grau no nível superior do sistema de ensino por parte da população com 18 e mais anos de idade. Na verdade, em 2011, os municípios do Porto, da Maia, de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia apresentavam, em todas as taxas, os registos mais elevados.

Sendo muito evidente a diferenciação interna da região do Grande Porto, é importante destacar novamente, em matéria de acesso das populações aos diferentes níveis de ensino, que essa distinção se prolonga no interior do próprio concelho de Valongo.

Na realidade, Campo e Sobrado são as freguesias do concelho que veem um maior progresso das suas taxas de escolaridade de nove e doze anos desde 1991. Porém, apesar da melhoria alcançada em 2011, as duas freguesias ainda permaneciam, nos últimos dois Censos, com valores mais modestos. Contrariamente, ao longo dos últimos vinte anos, Ermesinde e de Valongo foram exibindo índices mais favoráveis no cumprimento dos níveis de escolaridade obrigatória e de escolarização pós-obrigatória. Repare-se que, em 2011, estas taxas sofrem um ligeiro aumento nestes espaços: por um lado, a fasquia situava-se agora acima dos 50% no caso da população com 15 e mais anos que havia pelo menos completado os nove anos de escolaridade; e por outro, a proporção de residentes com 18 e mais anos que havia concluído os doze anos de escolaridade era superior aos 33% (rever Quadro 2.23).

#### **2.3.2.4. Contrastes territoriais nos níveis de resistência à escolarização.**

Ficou claro, do que foi até agora exposto, que o lento e relativamente tardio processo de alfabetização e de escolarização na sociedade portuguesa provocou sérias consequências tanto no acesso generalizado à instrução, como na erradicação do analfabetismo. Apesar das melhorias verificadas, sobretudo nas últimas décadas do século XX, sabe-se que uma parte importante da lentidão no acesso e na participação escolar encontra também relação nos níveis de retração existentes no nosso país.



Mas, tomando em atenção a situação do Grande Porto, é possível desocultar, em relação à média nacional e à Região Norte, aquele que parece ser um quadro de relativo favorecimento nesta matéria. Ao invés de nos centrarmos mais no conjunto da região e direcionarmos o nosso olhar para os territórios que a compõem, observamos como são particularmente distintas as realidades de desinvestimento escolar. Vejamos com mais pormenor.

Primeiro, vemos que a proporção de jovens, com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, que abandonou o sistema de ensino antes da conclusão obrigatória ganha, no momento presente, uma representatividade muito diminuta (cf. Quadro 2.24). Indo ao encontro daquilo que se disse atrás, admite-se, portanto, que a imposição e o alargamento da obrigatoriedade da escolaridade, desde os anos 80, veio contribuir para o prolongamento da população na instituição escolar e, em última instância, para a aquisição das certificações mínimas exigíveis pelo mundo profissional. Entre 1981 e 2011, o fenómeno de abandono escolar sofre uma queda mais acentuada nos concelhos de Vila Nova de Gaia, da Maia e de Gondomar, sendo que em 2011, apenas Espinho, Gondomar, Maia e Porto apresentavam condições mais favoráveis à entrada mais precoce no sistema de emprego.

Depois, conclui-se também que o prolongamento e a maior valorização da escolarização têm conduzido, de modo recente, a um maior investimento na escola pois a percentagem de jovens, entre os 20 e 24 anos de idade, que não concluíram a escolaridade obrigatória e que não se encontravam a frequentar o sistema de ensino, nos vários momentos censitários, reduziu bastante (cf. Quadro 2.24).

Durante as últimas três décadas do século XX, esta redução foi menos expressiva no Porto, em Espinho e Póvoa de Varzim, tendo, aliás, este último concelho e o de Vila de Conde demonstrado, na transição para o século seguinte, maiores fragilidades no acesso a qualificações escolares básicas. Em 2011, e não obstante alguma melhoria, estes continuavam a manter os índices mais elevados de saída antecipada do sistema de ensino.

Por outro lado, é ainda de salientar que peso percentual dos jovens que, na faixa etária dos 20 aos 24, não terminou o ensino secundário tem vindo a assistir uma queda importante (cf. Quadro 2.24). Todavia, em 2001, as taxas de saída precoce do sistema de ensino não deixavam de ser expressivas – na maioria dos casos sempre acima dos 40%. Vemos, então, que no patamar de escolaridade pós-obrigatória ainda perduravam significativos níveis de resistência, sendo estes mais evidentes na Póvoa de Varzim e Vila do Conde, onde as taxas encontravam-se entre os 58% e 60%.

**Quadro 2.24** – Taxas de abandono escolar, de saída antecipada e precoce do sistema de ensino em Portugal, no Norte, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) - (1981-2011) - (%)

NUT's	Taxa de abandono escolar				Taxa de saída antecipada do sistema de ensino				Taxa de saída precoce do sistema de ensino			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Portugal</b>	<b>6,0</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8</b>	<b>1,7</b>	<b>50,9</b>	<b>27,4</b>	<b>26,5</b>	<b>11,4</b>	<b>80,4</b>	<b>68,2</b>	<b>47,8</b>	<b>34,1</b>
<b>Norte</b>	<b>Nd</b>	<b>3,7</b>	<b>3,5</b>	<b>1,5</b>	<b>Nd</b>	<b>33,9</b>	<b>35,2</b>	<b>12,3</b>	<b>Nd</b>	<b>76,0</b>	<b>54,2</b>	<b>36,3</b>
<b>AMP</b>	<b>5,9</b>	<b>3,2</b>	<b>2,6</b>	<b>1,5</b>	<b>51,3</b>	<b>44,1</b>	<b>26,9</b>	<b>11,6</b>	<b>80,3</b>	<b>70,1</b>	<b>46,3</b>	<b>33,5</b>
<b>G. Porto</b>	<b>5,5</b>	<b>3,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,6</b>	<b>48,8</b>	<b>27,5</b>	<b>23,4</b>	<b>12,0</b>	<b>77,6</b>	<b>66,4</b>	<b>42,8</b>	<b>33,0</b>
Espinho	4,1	2,8	4,1	3,0	47,2	30,9	29,2	13,8	79,5	69,5	46,4	35,8
Gondomar	6,2	3,6	2,3	1,8	53,1	28,7	23,0	11,2	83,3	72,5	45,4	32,5
Maia	6,7	3,0	1,8	1,7	55,7	31,3	21,1	9,9	85,3	70,2	41,7	28,4
Matosinhos	5,1	2,3	2,1	1,5	50,8	27,3	19,8	11,8	80,4	67,1	39,7	31,8
<b>Porto</b>	<b>4,0</b>	<b>2,9</b>	<b>2,6</b>	<b>1,7</b>	<b>34,3</b>	<b>20,3</b>	<b>15,5</b>	<b>10,8</b>	<b>63,5</b>	<b>51,0</b>	<b>30,1</b>	<b>28,7</b>
P. Varzim	5,4	3,6	3,9	1,3	58,1	31,0	43,2	14,2	85,4	76,6	59,8	40,3
<b>Valongo</b>	<b>5,6</b>	<b>2,5</b>	<b>3,0</b>	<b>1,4</b>	<b>58,8</b>	<b>28,9</b>	<b>26,8</b>	<b>12,8</b>	<b>86,5</b>	<b>72,9</b>	<b>48,0</b>	<b>34,9</b>
V. Conde	4,6	3,5	3,3	1,3	63,6	29,5	39,7	14,6	89,2	81,5	58,2	41,0
V. N. Gaia	7,3	2,9	2,6	1,4	53,9	31,4	23,1	12,8	81,9	70,1	45,0	34,5
<b>Valongo</b>	<b>5,6</b>	<b>2,5</b>	<b>3,0</b>	<b>1,4</b>	<b>58,8</b>	<b>28,9</b>	<b>26,8</b>	<b>12,8</b>	<b>86,5</b>	<b>72,9</b>	<b>48,0</b>	<b>34,9</b>
Alfena	Nd	2,1	6,2	2,0	Nd	40,3	30,3	16,7	Nd	82,4	52,3	39,1
Campo	Nd	7,3	1,4	1,1	Nd	43,5	44,4	17,0	Nd	87,6	66,8	44,5
<b>Ermesinde</b>	<b>Nd</b>	<b>1,7</b>	<b>2,3</b>	<b>1,8</b>	<b>Nd</b>	<b>18,2</b>	<b>17,8</b>	<b>11,9</b>	<b>Nd</b>	<b>60,4</b>	<b>37,3</b>	<b>30,9</b>
Sobrado	Nd	1,7	3,2	0,6	Nd	32,3	52,3	19,0	Nd	89,1	69,8	47,5
Valongo	Nd	2,5	2,8	0,8	Nd	30,9	25,0	8,2	Nd	73,4	49,5	30,7

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

Notas: Taxa de abandono escolar = taxa calculada em relação ao total da população residente entre os 10 e os 12 (no caso de 1981 e 1991) e dos 10 aos 15 (no caso de 2001 e 2011).

TAE: [(Pop. residente com idade entre os 10 e os 12/15 anos que abandonou o sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória/Pop. residente com idade compreendida entre os 10 e os 12/15 anos)\*100]. Os dados relativos a 1991 devem ser analisados com cautela pois foram calculados tendo por referência a escolaridade obrigatória de 6 anos. É crível que o alargamento, em 1986, da escolaridade obrigatória para 9 anos só tenha tido tradução substancial após 1991.

TSA: [(Pop. residente com idade entre os 20 e os 24 anos que não concluiu a escolaridade obrigatória e não se encontra a frequentar o sistema de ensino/Pop. residente com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos)\*100].

TSP: [(Pop. residente com idade entre os 20 e os 24 anos que não concluiu o Ensino Secundário - 12 anos de escolaridade/Pop. residente com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos)\*100]. Em virtude de não existir informação desagregada da população entre 18 e os 24 anos nos Censos de 1981, optou-se por considerar o grupo etário dos 20-24 anos para o cálculo das taxas de saída antecipada e precoce do sistema de ensino. Por questões de comparabilidade, mantivemos o mesmo grupo etário para os restantes anos.

Os dados de 2011 ainda não traduzem a passagem da escolaridade obrigatória para 12 anos. Nd – Dado não disponível.

Contrariamente, Maia, Matosinhos e Valongo, partindo de patamares elevados, foram concelhos que sofreram uma acentuada redução. Em 2011, Vila do Conde e Póvoa de Varzim continuavam a ser os que registavam valores mais elevados em matéria de propensão à saída da escola antes da conclusão do Ensino Secundário, por oposição aos municípios do Porto, da Maia e de Matosinhos.

Finalmente, as diferenças de resistência à escolarização presentes entre as raparigas e os rapazes devem merecer a nossa atenção. E, se a estas disparidades juntarmos os dados referentes ao acesso e à frequência escolar por sexo, repara-se na nítida inversão das tradicionais desigualdades de género.<sup>92</sup> Contrariamente, ao passado,

<sup>92</sup> Desde os inícios dos anos 90 do século XX, é notória a maior desvantagem dos rapazes tanto no que diz respeito aos valores de saída antecipada, como de saída precoce do sistema de ensino. Aliás, é interessante ver que, na região, a TSA manteve-se, ao longo do período de referência, em patamares mais elevados mas

em que a penalização se fazia sentir mais fortemente no universo feminino, especialmente nos patamares de instrução mais extremados como o mínimo e o superior, a partir das décadas de 80 e 90, a viragem é muito considerável.

Na análise que é possível realizar acerca da incidência de abandono e do insucesso escolar no concelho de Valongo podemos afirmar que o território foi estando, no período de referência, sujeito a conjunto de modificações sensíveis.

Uma delas relaciona-se, como pudemos ver, com a redução acentuada e generalizada dos níveis de retração escolar. Apesar do concelho continuar a distanciar-se do perfil modal da região, persistindo com taxas ainda elevadas, é de notar que, em 1991, Valongo registava uma taxa de abandono escolar já muito reduzida por comparação com o passado, sendo que, no último Censo, assiste-se a uma descida de quatro pontos percentuais em relação à década de 80 do século XX, em que a taxa se situava nos 1,4% (rever Quadro 2.24).

Por seu turno, os valores de saída antecipada do sistema de ensino conheceram também um declínio importante.

De facto, esta quebra é particularmente assinalável quando verificamos que, na década de 80, o concelho encontrava-se entre os territórios onde eram mais elevados os focos de resistência à cobertura generalizada da escolaridade básica obrigatória. Na verdade, a proporção de jovens, entre os 20 e os 24 anos, que não havia completado a escolaridade obrigatória desceu de 58,8%, em 1981, para 26,8% em 2001 e para 12,8% em 2011. Mas, atendendo à evolução do indicador nas freguesias, observamos que a progressão escolar obrigatória, fundamental para o alcance de processos de aprendizagem e aquisição de competência básicas e mais valorizantes, foi-se inscrevendo mais tardiamente em Sobrado e Campo.

Já em matéria de saída precoce do sistema de ensino, as transformações não foram tão expansivas (Rever Quadro 2.24). Mesmo com a redução para metade da percentagem de jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 24, que abandonaram o sistema de ensino sem completar o ensino secundário, Valongo permaneceu com uma posição de clara desvantagem relativamente à região e, a pesar nesta orientação média concelhia,

---

com a mesma distância percentual – em 1991, a taxa no universo masculino era de 28,5%, contra 26,4% no universo feminino, tendo diminuído, em 2011, para 13,0% e 11,0%, respetivamente. Não obstante a maior queda, a evolução regional da TSP mostra até que ponto tem sido e continua a ser mais elevada no universo masculino - em 1991, os valores eram de 70,4%, por oposição aos 62,5% e, em 2011, os valores situavam-se nos 34,1% e 31,8%, respetivamente. Para uma abordagem das perspetivas de análise sobre a “vantagem escolar feminina” e a construção escolar das diferenças entre os sexos feminino e masculino, cf. Baudelot e Establet (1998) e Duru-Bellat *et al* (2001).

estiveram sempre as altas taxas de Campo e Sobrado – repare-se, por exemplo, nas taxas de 87,6% e 89,1% respetivamente em 1991. Resta acrescentar que, nesta matéria, e de forma muito distanciada, Ermesinde tem-se destacado favoravelmente.

## **2.4. Comportamento Eleitoral e Prática Religiosa**

Por fim, dedicamos ainda parte da nossa análise ao comportamento eleitoral e religioso da população residente na região do Grande Porto. No domínio das práticas político-eleitorais, pretende-se conhecer de que forma se tem processado a sua reconfiguração territorial ao longo do tempo. Em segundo plano, e reconhecendo-se que na esfera da crença e da prática religiosa se tem vindo a assistir, em alguma medida, no nosso país, a marcas de crescente secularização, ainda que de fraca amplitude, procura-se traçar breves considerações sobre tal evolução na região.

### **2.4.1. Comportamento Eleitoral**

#### **2.4.1.1. Contornos da repartição do voto local nas eleições legislativas.**

Ao longo dos sucessivos escrutínios realizados desde 1975, que correspondem à fase de consolidação nacional de um quadro institucional de normalização democrática assente no sufrágio universal, salta à vista que, independentemente das desiguais tendências de orientação de voto verificadas em certos núcleos territoriais do Grande Porto, e de que nos ocuparemos mais adiante, a morfologia eleitoral regional foi sendo perduravelmente marcada pelo voto nos dois principais partidos do espectro partidário nacional – PS e PSD. Mesmo existindo, em determinadas conjunturas, alguma reorientação na repartição de voto – 1975, 1979, 1983, 1987, 1995, 2002 e 2005 – que equivalem a fases importantes de deslocação do mesmo, e com consequentes tendências significativas de descida e de subida dos resultados eleitorais destes dois partidos (cf. Quadro 2.25), torna-se mais que evidente a persistência, à escala da região, de um padrão de relativa estabilidade na orientação de voto do eleitorado. Mais, a própria abstenção na região tem também acompanhado a tendência de aumento presenciada no país, apesar de a concertação assumir contornos específicos de orientação.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> Por um lado, tem sido feita à custa de algum diferencial registando, por norma, valores inferiores em quatro pontos percentuais. Por outro, tem abrangido, globalmente, níveis de aumento com expressividade distinta nos seus concelhos. Regionalmente, os maiores níveis de abstenção, nas votações legislativas, têm sido claramente nos concelhos do Porto e na Póvoa de Varzim, ao passo que Espinho e Maia foram mostrando as proporções mais reduzidas (cf., em anexo, Quadro A-2.30).

Porém, e ainda que seja óbvia a constatação de tal polarização do posicionamento eleitoral no centro político, não deixa de ser relevante olhar para um outro tipo de regularidades presentes na orientação do voto regional.

Na verdade, ao longo dos sucessivos atos eleitorais, torna-se perceptível, em primeiro lugar, que a região do Grande Porto, no seu conjunto, tem vindo a apresentar uma votação mais expressiva no PS do que a nível nacional.<sup>94</sup> Em simultâneo, e em segundo lugar, deve-se ter em conta que a concentração regional de votos no PSD tem sido, na região, modalmente muito próxima da orientação nacional, servindo a variação quase sistemática de um ponto percentual abaixo da média nacional aqui, de exemplo, para medir a convergência que se tem vindo a notar.<sup>95</sup>

Em terceiro lugar, parece-nos igualmente claro que o peso dos votos do eleitorado nas margens à esquerda e à direita do centro político tem sido importante e relativamente distinto na região em análise. Isto porque a expressão eleitoral da região no PCP e no BE, por um lado, e no CDS-PP, por outro, não encontrou, ao longo do tempo, tradução semelhante à escala nacional. Genericamente, podemos afirmar que a votação regional no PCP foi sendo sempre sistematicamente abaixo da média nacional mas há que referir que a distância também já foi relativamente maior. Quanto ao BE, importa sublinhar que, no Grande Porto, a subida percentual de votos tem tido crescente expressividade. No que toca ao voto no CDS-PP, a região tem demonstrado uma orientação muito semelhante à do país.<sup>96</sup>

No entanto, uma observação mais ampla dos comportamentos eleitorais nos diferentes concelhos da região permite atestar a ideia de que, ao longo das várias eleições legislativas realizadas, existe alguma diversidade regional (cf., novamente, Quadro 2.25). Apesar das regularidades verificadas à escala regional acentuarem delimitações importantes do Grande Porto face a outros contextos, no nosso entender, elas podem

---

<sup>94</sup> Deve registar-se, contudo, que, ao contrário do que se sucedeu entre 1975 e 1980, período em que a votação neste partido se distancia de forma muito significativa em relação à verificada a nível nacional (na casa dos oito a nove pontos percentuais), o escrutínio tem vindo a ganhar cada vez mais ampla convergência com os valores nacionais, sendo os anos de 1985, de 1995 e de 2005 aqueles cuja aproximação se fez sentir com mais acuidade.

<sup>95</sup> De facto, vale a pena acrescentar que só nos anos de 1983, de 2002 e de 2005 é que a estreita distância entre o país e a região – de dois a três pontos percentuais – ganhou maior destaque.

<sup>96</sup> Relativamente aos três partidos nota-se o seguinte: desde 1987, a variação do PCP tem-se mantido mais reduzida e estável, designadamente entre um a dois pontos percentuais; o crescimento do BE tem sido de tal modo que, aliás, tem superado a média do país, tendo alcançado, em 2009, uma das suas maiores votações. Se excetuarmos os momentos de coligação deste CDS, onde não é possível efetuar uma leitura isolada dos seus resultados, podemos declarar que a votação do Grande Porto neste partido tem-se sustentado sempre ligeiramente abaixo dos valores nacionais.

ganhar maior significância analítica quando confrontadas com as notórias demarcações territoriais internas, parecendo-nos, com efeito, ser possível identificar tendências eleitorais de contraste cujas divisórias, no período em estudo, se têm dotado de considerável persistência e estabilidade.

A primeira refere-se à forte relevância que o voto no PS tendeu a assumir em municípios como Matosinhos – onde, aliás, se deve referir que a vitória foi sempre sistemática e mais expressiva em todos os escrutínios realizados – muito embora se verifique também sensibilidade em Vila do Conde, Valongo e Vila Nova de Gaia. Em sentido inverso, os concelhos da Póvoa de Varzim e do Porto têm apresentado, na generalidade, valores de votação mais abaixo dos restantes contextos. A segunda relaciona-se com o facto de o PSD ter obtido continuamente os seus melhores resultados no concelho da Póvoa de Varzim onde, de resto, a distância na orientação de voto, relativamente aos outros territórios, é marcadamente mais elevada. Ainda assim, não podemos deixar de considerar que os concelhos de Vila do Conde e de Espinho foram demonstrando igualmente registos favoráveis. Como seria de esperar, as percentagens mais baixas de votos neste partido têm ganho maior expressão nos municípios de Matosinhos, Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia.

A terceira tendência observada aponta para a resistência da votação no PCP em concelhos como os de Gondomar (em maior grau) e do Porto, ambos com resultados sistematicamente mais favoráveis. Regionalmente, também têm sido duráveis, por um lado, a aproximação de Matosinhos, Espinho e Valongo na concentração de voto comunista e, por outro, o claro afastamento da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, sempre com valores inferiores de votação. Em igual medida, ao longo do período em análise, destaca-se uma quarta orientação importante quando se observa que o CDS tem reunido a sua votação mais significativa no concelho da Póvoa de Varzim sendo que apenas, e de forma relativamente constante, o concelho do Porto se tem aproximado, ainda que com alguma margem, dos seus valores de voto. Pelo contrário, o voto neste partido tem apresentado valores sistematicamente reduzidos nos municípios de Valongo, Matosinhos e Gondomar. A partir de finais da década 90, e com a entrada do BE na cena política, surge uma outra orientação pois este partido tem demonstrado ter uma expressividade muito forte nos concelhos do Porto e de Matosinhos, apesar de a Maia mostrar, igualmente, alguma sensibilidade para a concentração de votos, sendo que apenas Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Espinho se têm demarcado, com valores sempre mais baixos de votação.

**Quadro 2.25** – Resultados das Eleições Legislativas (partidos mais votados) em Portugal, na AMP e no Grande Porto - (1975-2009) - (%)

Ano de Eleições	1975					1976				1979			1980			1983				1985					1987				
	PS	PPD	PCP	AD	FRS	APU	PPD	PCP	CDS	AD	PS	APU	AD	FRS	APU	PS	PPD/PSD	APU	CDS	PPD/PSD	PS	PRD	APU	CDS	PPD/PSD	PS	CDU	PRD	CDS
<b>Portugal</b>	37,9	26,4	12,5	44,4	27,1	16,9	24,0	15,9	14,6	42,2	27,4	19,0	44,4	27,1	16,9	36,4	27,0	18,2	12,4	29,8	20,8	18,0	15,5	9,7	50,1	22,3	12,2	4,9	4,3
<b>G. Porto (1)</b>	46,6	26,2	8,2	44,4	35,4	13,7	25,1	10,1	14,5	42,8	34,9	16,5	44,4	35,4	13,7	42,7	25,4	15,7	11,9	29,0	23,2	20,8	13,6	8,8	48,7	27,8	10,9	4,4	3,7
<b>AMP (1)</b>	44,5	28,4	9,1	44,5	35,7	13,2	26,6	8,7	15,5	44,3	34,8	14,8	44,5	35,7	13,2	42,8	26,4	13,9	12,4	30,0	23,7	20,0	12,1	9,5	50,3	27,7	9,5	4,1	3,9
Ano de Eleições	1975					1976				1979			1980			1983				1985					1987				
	PS	PPD	PCP	FRS	APU	PS	PPD	PCP	CDS	AD	PS	APU	AD	FRS	APU	PS	PPD/PSD	APU	CDS	PPD/PSD	PS	PRD	APU	CDS	PPD/PSD	PS	CDU	PRD	CDS
<b>GP</b>	46,6	26,2	8,2	8,1	2,3	43,0	25,1	14,5	10,1	42,8	34,9	16,5	44,4	35,4	13,7	42,7	25,4	15,7	11,9	29,0	23,2	20,8	13,6	8,8	48,7	27,8	10,9	4,4	3,7
Espinho	46,4	28,4	7,9	8,0	4,1	42,1	28,4	13,8	10,2	43,7	36,1	15,1	45,8	34,3	14,0	40,0	30,9	15,2	9,5	35,3	24,4	15,8	13,1	6,8	51,2	28,3	10,3	3,6	3,0
Gondomar	48,9	23,6	6,0	10,2	2,2	46,0	22,7	11,8	12,7	37,6	35,0	21,4	39,6	35,5	17,8	42,9	24,5	20,0	8,3	25,8	21,7	22,6	18,3	6,8	46,9	26,0	14,6	4,9	2,7
Maia	48,7	23,9	7,5	7,9	1,7	46,8	22,2	14,2	8,8	39,6	38,3	15,7	41,7	38,2	12,2	46,1	22,5	14,3	12,3	26,3	23,1	24,5	11,6	9,4	49,0	28,1	9,0	5,3	3,5
Matosinhos	53,2	22,6	5,7	8,0	1,6	49,6	21,4	11,7	9,1	36,1	41,9	16,0	37,6	42,3	13,3	49,5	21,8	15,3	9,3	24,9	27,4	23,1	13,1	7,0	42,6	34,6	10,5	5,1	2,8
<b>Porto</b>	44,2	26,6	9,9	9,3	2,0	38,8	26,0	16,4	12,0	46,8	30,1	17,7	47,8	31,9	14,8	37,5	27,0	17,1	14,3	31,5	20,2	19,7	14,6	10,1	49,7	24,8	12,6	4,5	4,3
P. Varzim	24,8	38,1	16,7	4,0	7,9	28,6	33,3	25,3	5,2	59,2	25,7	9,5	62,0	23,7	8,4	33,0	31,4	9,3	22,2	38,2	18,9	13,1	8,1	17,4	59,1	19,8	5,6	2,4	9,2
<b>Valongo</b>	49,8	27,0	7,1	6,6	1,5	47,2	23,4	14,0	7,9	40,3	37,9	15,5	41,7	38,9	12,5	47,2	23,5	14,7	10,1	26,7	24,8	22,0	13,4	8,3	50,7	28,3	10,2	3,9	2,6
V. Conde	40,7	32,7	9,5	5,8	1,8	39,8	28,4	17,4	6,8	45,1	37,0	11,8	48,1	35,4	9,2	46,6	25,6	10,6	13,1	30,7	27,5	18,0	9,8	9,0	51,7	30,8	6,5	3,0	3,5
V. N. Gaia	49,9	25,1	6,7	6,9	2,3	46,3	25,5	11,8	8,9	40,4	38,1	15,4	42,3	37,9	12,7	45,9	25,2	14,6	9,8	27,9	25,3	21,8	12,7	7,5	48,1	29,6	10,0	4,3	3,1

Fonte: STAPE – Portugal, Eleições para a Assembleia Constituinte, 1975; Eleições para a Assembleia da República, 1976-1987.

Notas: (1) Cálculos próprios.

**Quadro 2.25** – Resultados das Eleições Legislativas (partidos mais votados) em Portugal, na AMP e no Grande Porto (1975-2009) - (%) – (cont.)

Ano de Eleições	1991				1995				1999					2002					2005					2009				
	PPD/PSD	PS	PCP-PEV	CDS	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	PS	PPD/PSD	PCP-PEV	CDS-PP	BE	PPD/PSD	PS	CDS-PP	PCP-PEV	BE	PS	PPD/PSD	PCP-PEV	CDS-PP	BE	PS	PPD/PSD	CDS-PP	BE	PCP-PEV
<b>Portugal</b>	50,4	29,3	8,8	4,4	43,8	34,0	9,1	8,6	44,0	32,3	9,0	8,4	2,5	40,1	37,8	8,8	7,0	2,8	45,0	28,7	7,6	7,3	6,4	36,6	29,1	10,5	9,8	7,9
<b>G. Porto (1)</b>	49,0	34,2	7,6	3,8	47,2	34,4	8,1	7,2	47,7	30,9	7,4	7,8	2,9	37,3	42,4	8,5	5,4	3,3	48,2	25,8	6,4	6,9	7,8	40,4	28,2	9,4	10,4	6,6
<b>AMP (1)</b>	50,1	34,0	6,5	4,2	46,9	35,2	8,7	6,2	47,2	32,1	6,5	8,6	2,4	38,7	41,5	9,1	4,8	2,9	48,0	27,2	5,6	7,2	7,1	40,3	29,0	9,7	9,9	5,9
Ano de Eleições	1991				1995				1999					2002					2005					2009				
	PPD/PSD	PS	PCP-PEV	CDS	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	BE	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP-PEV	BE	PS	PPD/PSD	BE	CDS-PP	PCP-PEV	PS	PPD/PSD	BE	CDS-PP	PCP-PEV
<b>GP</b>	49,0	34,2	7,6	3,8	47,2	34,4	8,1	7,2	47,7	30,9	7,8	7,4	2,9	42,4	37,3	8,5	5,4	3,3	48,2	25,8	7,8	6,9	6,4	40,4	28,2	10,4	9,4	6,6
Espinho	48,5	35,9	6,8	3,5	48,2	34,3	7,7	6,5	45,9	31,7	8,5	8,5	1,8	40,5	38,6	8,9	6,4	2,2	45,4	29,3	6,0	6,3	7,9	36,0	31,1	9,9	9,6	7,8
Gondomar	48,2	32,9	9,8	3,0	46,4	35,2	6,2	8,8	48,3	30,9	5,8	9,1	2,3	42,7	35,9	7,8	7,1	2,9	49,3	24,1	7,8	4,9	8,2	40,9	25,7	10,9	8,4	8,4
Maia	50,9	33,7	6,2	3,6	47,2	35,3	8,2	6,0	48,5	32,5	6,8	6,0	2,6	41,4	38,5	8,6	4,5	3,3	48,4	26,4	8,2	6,5	5,1	40,5	29,1	10,8	9,0	5,1
Matosinhos	43,6	40,9	7,4	2,9	53,7	29,4	7,0	6,9	53,2	25,9	6,9	7,5	3,2	48,1	32,2	7,5	5,4	3,7	52,8	22,0	8,8	6,0	5,9	44,7	24,2	11,4	8,6	6,3
<b>Porto</b>	48,7	32,0	9,2	4,6	44,0	34,4	9,9	8,6	43,1	30,9	9,8	8,6	4,4	41,3	37,4	8,8	5,8	4,1	44,3	26,0	8,4	9,9	7,1	36,1	30,9	10,2	10,7	7,5
P. Varzim	60,0	24,1	3,3	8,5	36,3	43,5	14,2	3,6	36,0	42,3	13,3	3,9	1,7	29,7	49,2	13,6	2,7	2,3	36,9	38,5	5,4	11,3	3,5	32,3	37,4	8,2	13,9	3,8
<b>Valongo</b>	50,9	34,0	7,2	2,7	47,6	35,7	6,2	7,1	49,9	31,6	5,8	7,1	2,1	42,9	37,8	7,7	5,5	2,7	50,3	25,4	7,4	4,9	6,6	43,2	25,5	10,3	8,7	6,8
V. Conde	52,1	35,8	4,0	3,5	51,8	35,6	6,3	3,8	52,3	31,9	6,9	4,4	1,6	43,1	40,9	7,8	3,2	2,3	51,0	29,5	5,7	5,8	3,7	45,7	29,3	8,6	8,0	4,2
V. N. Gaia	49,0	35,6	6,9	3,4	48,5	34,0	7,4	6,9	49,5	30,4	7,2	7,2	2,5	43,2	36,7	8,3	5,4	3,2	49,9	24,9	8,0	5,9	6,2	41,3	27,3	10,6	9,1	6,6

Fonte: STAPE – Portugal, Eleições para a Assembleia da República, 1991-2009.

Notas: (1) Cálculos próprios.



Tendo por base este quadro de repartição de voto à escala regional, os resultados de Valongo permitem-nos, à partida, confirmar que o concelho também foi sendo marcado, internamente, pela presença de determinadas dinâmicas regulares de orientação.

Um dos aspetos a mencionar, como já tivemos oportunidade de verificar, diz respeito à posição mais favorável, em termos de votação, que o PS quase sempre registou no concelho. Dos vários escrutínios considerados, quatro destacam-se pelos valores mais elevados de votação – o de 2005, de 1999, de 1995 e de 1975. Por seu turno, sabe-se que o PSD, continuamente, foi retendo proporções mais baixas de voto no território mas, não obstante, os anos de 1991, de 1987, de 1980 e de 1979 foram aqueles em que a votação foi importante. Já os valores percentuais do CDS foram sendo, de forma regular, inferiores. Aliás, deve-se notar que 1991 e 1987 foram os anos de maior penalização. E apesar de ser notório o posicionamento globalmente mais favorável da votação no PCP e no BE noutros contextos territoriais da região, devemos reter, com atenção, alguma sensibilidade do concelho na concentração de votos nestes partidos. Para o primeiro, a década de 80 do século XX constituiu um momento de clara afirmação e, para o segundo, o sentido de voto foi mais proeminente em meados da primeira década do século XXI.

Todavia, a constatação de tais padrões territoriais de voto, que são sempre lidos de acordo com variações médias, não retira a existência de importantes e vinculados movimentos de contraste no interior do território na medida em que as cinco freguesias que compõem o concelho tendem a agrupar-se de acordo com certos padrões eleitorais (cf. Quadro 2.26). Para além de terem ganho uma crescente consolidação ao longo do tempo, estes não parecem desagregar-se mesmo com as reorientações de voto nos dois principais partidos do espectro partidário nacional

Dir-se-á, porém, numa primeira abordagem, que duas freguesias foram sobressaindo ao reunirem níveis de solidificação eleitoral de elevado contraste. De um lado, a orientação de voto da freguesia de Campo no PS assumiu, desde sempre, forte expressividade, pois este partido conseguiu, de forma sistemática e constante, obter aqui os seus melhores resultados quer, e sobretudo, em momentos eleitorais de vitória regional e concelhia, quer em períodos de deslocação de voto. Além do mais, deve-se ter presente a ideia de que neste território a concentração de votos no conjunto de partidos de “direita” foi sendo significativamente mais fraca. Repare-se, por exemplo, que, entre 1979 e 1980, fase de viragem eleitoral importante pautada pela vitória expressiva da AD (Aliança Democrática), Campo foi a única freguesia onde a resistência se registou (cf. Quadro 2.26).

Ora, a ajudar a explicar a perseverança nesta orientação de voto, encontra-se justamente o peso que, ao longo dos vários escrutínios, o PCP sempre demonstrou neste território. De facto, e de forma sistemática, a importância do voto comunista na freguesia de Campo tem estado expressivamente acima dos valores nacionais e regionais, sendo que um registo desta magnitude não tem tido tradução igualável nas restantes freguesias do concelho. Note-se, aliás, que o partido atingiu os seus valores máximos de votação entre 1979 e 1985 (cf. Quadro 2.26).

Por sua vez, o enraizamento do voto no PSD é particularmente notório na freguesia de Sobrado. De modo muito relevante, e com visível distância face aos restantes contextos locais, o partido tem alcançado claramente valores de voto mais significativos. Para se entender o alcance desta margem de distância, é preciso ver que, modalmente, a freguesia foi atingindo valores na ordem dos 50%, sendo que em 1987 e em 1991 a votação atingiu mais de 70% (rever Quadro 2.26). Importa ainda referir que, com uma certa regularidade, e em sentido inverso à freguesia de Campo, nos momentos em que as vitórias do PS foram transversais a todo o concelho, Sobrado apresentou-se quase sempre como a exceção ou deteve valores mínimos de votação. E, como seria de esperar, o PCP e o BE atingiram sempre aqui as mais baixas votações. Acrescente-se, igualmente, que o voto do CDS também tem atingindo em Sobrado uma representação importante. Excetuando os períodos de coligação com o PSD, este partido assume-se, permanentemente, como a terceira força política mais votada nas legislativas, sendo o ano de 2009 muito favorável em termos de resultados percentuais (cf. Quadro 2.26).

Sobre o quadro de configuração eleitoral das restantes freguesias, parece-nos óbvio que as tendências de subida e de descida dos valores de votação nos dois principais partidos têm ajudado a marcar e consolidar, de forma mais acentuada, o posicionamento de orientação no centro político. Isto porque, genericamente, Alfena, Ermesinde e Valongo não só não têm registado demarcações tão relevantes como as outras duas, como têm influído em boa medida no comportamento da variação média concelhia. Assim, resta ressaltar que em Valongo, Ermesinde e Alfena, o voto no PS registou constantemente valores importantes. É necessário, contudo, esclarecer que, ao longo das sucessivas eleições, quando o PS venceu a nível nacional, a vitória foi, por comparação, mais efetivamente vincada em Alfena – são os casos dos anos de 1975, 1976, 1983 e 2009 (rever Quadro 2.26). Pelo contrário, em períodos de evidente derrota, Valongo assumiu níveis de maior renitência – de que são exemplo os anos de 1985, 1987 e 2002.

**Quadro 2.26** – Resultados das Eleições Legislativas (partidos mais votados) no concelho de Valongo (1975-2009) - (%)

Ano de Eleições	1975				1976				1979			1980			1983				1985					1987				
	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>AD</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>FRS</i>	<i>APU</i>	<i>PS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>PRD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>CDU</i>	<i>PRD</i>	<i>CDS</i>
<b>Valongo</b>	49,8	27,0	7,1	6,6	47,2	23,4	14,0	7,9	40,3	37,9	15,5	41,7	38,9	12,5	47,2	23,5	14,7	10,1	26,7	24,8	22,0	13,4	8,3	50,7	28,3	10,2	3,9	2,6
Alfena	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>AD</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>FRS</i>	<i>APU</i>	<i>PS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>PRD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>CDU</i>	<i>PRD</i>	<i>CDS</i>
	53,7	26,3	5,9	4,2	53,1	24,2	12,1	4,3	40,3	41,7	11,2	42,8	40,8	8,4	53,7	23,4	9,8	8,8	25,7	25,6	25,0	9,9	7,7	53,6	28,7	6,2	3,6	3,1
Campo	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>PCP</i>	<i>CDS</i>	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>PCP</i>	<i>CDS</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>FRS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>CDS</i>	<i>APU</i>	<i>PS</i>	<i>PRD</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>CDU</i>	<i>PRD</i>	<i>CDS</i>
	58,5	15,5	12,5	3,9	55,9	12,3	18,0	6,4	43,1	33,6	18,9	43,3	30,8	19,9	45,3	35,4	11,7	3,8	33,3	27,9	17,8	14,5	2,7	33,4	29,0	28,3	3,1	1,3
Ermesinde	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>PCP</i>	<i>CDS</i>	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>AD</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>FRS</i>	<i>APU</i>	<i>PS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>PRD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>CDU</i>	<i>PRD</i>	<i>CDS</i>
	52,2	24,8	6,8	6,4	47,6	23,5	13,4	7,7	42,6	36,5	14,6	43,6	38,9	10,8	46,9	25,5	12,6	10,3	28,0	25,3	23,6	10,5	8,2	50,5	29,9	8,5	4,6	2,4
Sobrado	<i>PPD</i>	<i>PS</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>PPD</i>	<i>PS</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>AD</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>FRS</i>	<i>APU</i>	<i>PS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>CDS</i>	<i>APU</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PRD</i>	<i>CDS</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>CDU</i>	<i>PRD</i>	<i>CDS</i>
	56,9	24,4	8,3	1,7	38,0	28,5	23,7	1,9	52,5	31,3	8,3	57,4	26,5	8,1	36,5	32,9	15,6	9,8	41,0	17,2	14,3	12,8	8,5	72,8	12,7	4,2	3,0	3,0
Valongo	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>PS</i>	<i>PPD</i>	<i>CDS</i>	<i>PCP</i>	<i>AD</i>	<i>PS</i>	<i>APU</i>	<i>AD</i>	<i>FRS</i>	<i>APU</i>	<i>PS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PRD</i>	<i>APU</i>	<i>CDS</i>	<i>PPD/PSD</i>	<i>PS</i>	<i>CDU</i>	<i>CDS</i>	<i>PRD</i>
	47,4	24,6	11,5	6,8	45,0	21,9	17,3	8,2	41,5	38,4	14,2	41,7	40,8	11,3	48,8	21,1	13,7	12,1	26,7	24,7	20,0	14,0	9,7	48,5	30,7	10,2	3,4	3,0

Fonte: STAPE – Portugal, Eleições para a Assembleia Constituinte, 1975; Eleições para a Assembleia da República, 1976-1987.

**Quadro 2.26** – Resultados das Eleições Legislativas (partidos mais votados) no concelho de Valongo (1975-2009) - (%) – (cont.)

Ano de Eleições	1991				1995				1999					2002					2005					2009				
	PPD/ PSD	PS	PCP- PEV	CDS	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	BE	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PS	PPD/ PSD	BE	PCP- PEV	CDS- PP	PS	PPD/ PSD	BE	CDS- PP	PCP- PEV
Valongo	50,9	34,0	7,2	2,7	47,6	35,7	7,1	6,2	49,9	31,6	7,1	5,8	2,1	42,9	37,8	7,7	5,5	2,7	50,3	25,4	7,4	6,6	4,9	43,2	25,5	10,3	8,7	6,8
Alfena	PPD/ PSD	PS	PCP- PEV	CDS	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PPD/ PSD	PS	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PS	PPD/ PSD	BE	CDS- PP	PCP- PEV	PS	PPD/ PSD	BE	CDS- PP	PCP- PEV
	53,8	34,2	4,4	2,7	49,0	37,5	5,6	4,4	50,9	33,8	5,3	4,8	1,2	41,7	40,5	7,8	3,8	2,0	51,4	26,6	6,6	4,6	4,4	44,8	26,7	9,0	8,4	4,9
Campo	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS	PS	PCP- PEV	PPD/ PSD	CDS- PP	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	BE	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	BE	PS	PCP- PEV	PPD/ PSD	BE	CDS- PP	PS	PCP- PEV	PPD/ PSD	BE	CDS- PP
	35,4	34,4	21,3	1,8	47,2	23,0	22,8	3,2	51,1	21,2	20,9	2,7	0,7	47,0	26,4	16,0	5,2	1,5	52,0	18,6	16,9	5,0	2,4	45,8	18,0	17,4	8,2	5,6
Ermesinde	PPD/ PSD	PS	PCP- PEV	CDS	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	BE	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PS	PPD/ PSD	BE	PCP- PEV	CDS- PP	PS	PPD/ PSD	BE	CDS- PP	PCP- PEV
	50,4	36,2	5,9	2,6	49,6	34,6	7,0	5,5	51,0	30,8	6,0	5,9	2,9	44,5	36,5	7,7	4,5	3,5	51,3	24,6	8,7	5,4	5,1	43,1	25,8	11,7	8,7	5,4
Sobrado	PPD/ PSD	PS	CDS	PCP- PEV	PPD/ PSD	PS	CDS- PP	PCP- PEV	PPD/ PSD	PS	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PPD/ PSD	PS	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PPD/ PSD	PS	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PPD/ PSD	PS	CDS- PP	BE	PCP- PEV
	72,0	16,4	3,6	3,2	57,9	30,0	5,7	3,2	50,6	35,3	6,7	3,1	0,5	56,1	27,9	8,7	2,9	0,8	42,0	37,1	6,5	4,0	3,5	36,8	35,3	11,1	6,3	4,1
Valongo	PPD/ PSD	PS	PCP- PEV	CDS	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PS	PPD/ PSD	CDS- PP	PCP- PEV	BE	PS	PPD/ PSD	BE	PCP- PEV	CDS- PP	PS	PPD/ PSD	BE	CDS- PP	PCP- PEV
	49,3	35,3	6,8	3,3	49,2	34,8	6,7	6,1	51,7	29,5	6,9	6,6	1,8	44,6	36,4	8,2	5,3	2,5	51,1	24,1	7,4	6,5	5,4	43,6	23,7	11,0	9,4	6,9

Fonte: STAPE – Portugal, Eleições para a Assembleia da República, 1991-2009.

Ao mesmo tempo, e reconhecendo que o voto no PSD reteve, globalmente, resultados percentuais mais reduzidos nestes territórios, será pertinente ter em linha de conta que Alfena (sobretudo) e Ermesinde (em alguma medida) demonstraram ter uma sensibilidade maior na orientação de voto neste partido. Este tornou-se mais evidente quando, entre 1987 e 1995, os resultados eleitorais foram superiores aos valores nacionais.

No que se refere aos restantes partidos, que congregam a fatia mais pequena de repartição de voto, convém observar que, as freguesias de Valongo e de Ermesinde, ainda que acompanhando de longe a freguesia de Campo, constituem-se como os dois territórios que mais percentagens de voto no PCP foram concentrando. Aliás, parece ser possível verificar que, na grande maioria dos casos, a diferença de votação entre as freguesias chega apenas a um ponto percentual. Em paralelo, e não obstante o facto de o CDS assumir valores percentuais de voto mais reduzidos que o PCP, em especial quando se apresenta autonomamente nas eleições, a avaliação da orientação de voto destas duas freguesias permite-nos asseverar que ambas, para além de Sobrado, concentram repetidamente as proporções mais importantes. Já olhando para a evolução recente do BE em Ermesinde (onde assume uma posição ligeiramente mais favorável) e Valongo, concluímos que, mesmo partindo de uma fase inicial de fraca afirmação exibindo os resultados mais baixos do concelho, rapidamente o partido conquistou ganhos crescentes, demonstrando padrões de votação muito semelhantes entre estas duas freguesias.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Complementarmente, verifica-se não existe uma desigual tradução entre as tendências examinadas nas eleições legislativas e as ocorridas nas eleições autárquicas (cf., em anexo, Quadro A-2.31). Ao invés, têm evoluído num sentido de progressiva convergência (ver, em anexo, os resultados eleitorais para as autarquias locais do País e do Grande Porto, Quadro A-2.32). Localmente, continuam a confirmar-se os velhos padrões de orientação de voto das freguesias, pois Campo persiste com resultados eleitorais favoráveis ao PS e ao PCP e Sobrado tende a demonstrar uma votação normalizada no PSD e no CSD. Quanto a Ermesinde e Valongo, ambas mostram-se ligeiramente mais sensíveis ao voto no PS, no BE e no PCP, apesar de alguma importância do voto no CDS. E, finalmente, Alfena tem consolidado alguma da sua oscilação de votos no PSD.

Resta-nos, contudo, acrescentar que, ao longo do período por nós observado – 1976, 1985, 1997 e 2009 –, a sobreposição dos mapas eleitorais à escala nacional e concelhia tem revelado algumas variações importantes. A primeira, mais relevante, relaciona-se com o facto de, nas últimas décadas, e em jeito de inversão, o PSD (coligado ou não com CDS) concentrar as votações mais significativas para a autarquia. A segunda associa-se ao peso cada vez mais crescente dos grupos de cidadãos que concorrem a estas eleições. Em 2009, deve-se ter em atenção que este tipo de movimento assumiu-se como a segunda força política mais votada nas freguesias de Alfena e de Campo, tendo também alcançado a vitória nas freguesias de Sobrado e Valongo.

## 2.4.2. Prática Religiosa

### 2.4.2.1. A perda da densidade da religião num contexto regional ainda marcado pela resistência à secularização.

Reportando-nos aos principais processos de transformação que, no domínio da prática religiosa, têm atravessado o território, uma leitura diacrónica<sup>98</sup> sobre as declarações de pertença ou filiação no Grande Porto leva-nos, antes de mais, a reter como primeiro aspeto aquilo que parece ser o progressivo declínio da posição de centralidade da religião na esfera pública e o consequente recuo generalizado das práticas ou afiliações.

Apesar do peso relativo que a religião ainda ocupa no território nacional, a verdade é que a evolução dos indicadores disponíveis – essencialmente alusivos à declaração da confissão religiosa da população residente – mostra, de facto, uma divisão temporal dos padrões comportamentais, observando-se uma perda considerável da sua importância.

**Quadro 2.27** – População residente segundo a religião em Portugal, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1950-1960) - (%)

NUT's	1950	1960		
	Católicos	Católicos	Out. Religiões	Sem religião
<b>Portugal</b>	<b>96,8</b>	<b>97,9</b>	<b>0,4</b>	<b>1,7</b>
<b>Norte</b>	<b>99,3</b>	<b>99,4</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>
<b>AMP</b>	<b>98,2</b>	<b>98,8</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>
<b>Grande Porto</b>	<b>97,7</b>	<b>98,5</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>
Espinho	98,6	99,1	0,7	0,3
Gondomar	98,8	99,2	0,3	0,5
Maia	98,9	99,0	0,5	0,5
Matosinhos	98,4	98,6	0,8	0,7
<b>Porto</b>	<b>95,9</b>	<b>97,5</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>
Póvoa de Varzim	99,7	99,7	0,0	0,2
<b>Valongo</b>	<b>99,4</b>	<b>99,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
Vila do Conde	99,8	99,7	0,2	0,1
Vila Nova de Gaia	98,3	98,7	0,8	0,5
<b>Valongo</b>	<b>99,4</b>	<b>99,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
Alfena	99,6	99,7	0,2	0,1
Campo	100,0	99,6	0,0	0,4
<b>Ermesinde</b>	<b>98,6</b>	<b>98,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>
Sobrado	99,8	99,9	0,1	0,0
Valongo	99,8	100,0	0,0	0,0

Fonte: INE – Portugal, IX e X Recenseamentos Gerais da População, 1950-1960.

Notas: Em 1950, só foi possível obter informação sobre o número de católicos. O cálculo diz respeito à população presente e não à população residente. Em 1960, foram contemplados na categoria “outras religiões” os residentes cristãos não católicos e os residentes não cristãos.

<sup>98</sup> Nesta secção, optou-se pelo esforço de harmonização da informação recolhida ao longo dos vários Censos pois, apesar de se reconhecer o condicionalismo inerente à diversidade de critérios no registo de dados durante as várias épocas, estamos em crer que é possível evidenciar uma panorâmica geral de evolução ocorrida nas últimas décadas no que respeita à caracterização das principais dimensões da prática religiosa.

Para a compreensão deste visível contraste entre o passado e a atualidade, basta que tenhamos em linha de conta a intensidade da filiação religiosa da população num tempo mais recuado – facto aliás bem expresso nos Censos de 1950 e de 1960 – pois, de forma genérica, os dados revelam de como a religião, e em particular a católica, desempenhava um papel mais estruturante na sociedade portuguesa (cf. Quadro 2.27).

Repare-se que em 1950, década em que procede apenas à contabilização do número de católicos, a esmagadora maioria da população declarava-se afiliada a esta religião, sendo que as proporções, à escala regional, apresentavam uma variação impressionante (entre os 96% e os 99%). Na década seguinte, e apesar de assistir à inclusão de outras opções, como “outras religiões” ou “sem religião”, no processo de recolha de informação, o panorama não se tinha alterado substancialmente, muito pelo contrário – a variação era entre os 97,5% e os 99,7%.

No entanto, o mesmo não pode ser dito relativamente às décadas seguintes. A partir da década de 80, confere-se uma descida acentuada do conjunto de população que, com 12 e 15 anos de idade ou mais, livremente se declarava católica, algo que traduz, precisamente, a alteração, com alguma relevância, do equilíbrio religioso predominante. Veja-se que, regionalmente, a população católica era de 95,3% em 1981 descendo, em 2011, para 89,1% (cf. Quadro 2.28). Na realidade, parte da rutura verificada em território nacional encontra-se assente nutras transmutações importantes do espectro religioso pois, para lá de constituir um fenómeno recente, a crescente tendência da pluralização de outras confissões religiosas corresponde a um determinado movimento de mudança, principalmente no que toca à configuração preponderante do passado. Em geral, e do ponto de vista religioso, podemos anunciar que a população portuguesa conserva ainda uma forte adesão ao catolicismo, mas a informação coligida revela também que isso não significa que não haja, ainda que residualmente, margem para alguma interpenetração de outras religiões.

Na verdade, no caso concreto do Grande Porto, deve-se realçar que, apesar da quebra sentida, à medida que se mantiveram proporções apreciáveis de declarantes católicos intensificaram-se, igualmente, percentagens ligeiras de aderentes de outras confissões, sendo a “outra religião cristã” e a “religião protestante” aquelas cujos ganhos de adesão foram expressivamente maiores.<sup>99</sup> Porém, mesmo que, em contexto de

---

<sup>99</sup> Em relação à primeira, o aumento, entre 1981 e 2011, foi de 1,7% para 2,6% constituindo-se, portanto, no quadro de reduzida diversidade confessional existente, como a confissão religiosa mais representativa. Na segunda, e apesar do registo de algumas oscilações, o acréscimo de adesão foi de 0,5 para 0,6%.

pluralização das aderências confessionais, haja um sentido de procura mais alargada de outros modelos de religiosidade, com consequências no plano de diversificação de recrutamento de público e na extensão do mercado de bens religiosos, convém insistir, olhando agora mais de perto para a região, na ideia de que a diminuição da densidade religiosa foi importante (Fernandes, 2004).

Mais, é de considerar também que, ao nível da sua distribuição territorial, diferenças apreciáveis subsistiram. Se nos anos 50 e 60, o conjunto dos concelhos do Grande Porto encontrava-se exposto a um mesmo traçado relevante de devoção religiosa ao catolicismo, não obstante a distância em relação aos níveis de forte e conservada resistência à secularização observáveis na região Norte (rever Quadro 2.27), em contrapartida, nas décadas seguintes, o ritmo e a intensidade do seu declínio continuaram a processar-se persistentemente num quadro de diferencial importância.

De um lado, e confirmando a nítida sujeição à influência de orientações axiológicas discordantes, verifica-se que o concelho portuense, ainda que minimamente, foi o que registou, no começo da segunda metade do século XX, as mais baixas proporções de população que se afirmava como católica – 95,9% e 97,5% em 1950/60. Como adiante iremos ver, este padrão de adesão foi perdurando regularmente quer no conjunto da região, quer a nível nacional pois, em 1981, a proporção era de 92,3% enquanto, em 2011, situava-se já nos 84,4% (cf. Quadro 2.28).

Em simultâneo, e revelando ter padrões globais de acrescida revisão da tradicional da prática religiosa, o mesmo concelho mostrou também possuir maior sensibilidade relativa à adesão a “outras religiões” ou à ausência delas. Em 2011, 4,8% da população do concelho, com 15 e mais anos de idade, que respondeu à pergunta sobre a religião declarava pertencer a outras confissões religiosas – 3,1% de “outra religião cristã”; 0,8% da “religião protestante”; 0,5% de outra religião não cristã” e 0,4% da “religião muçulmana” – e 10,8% afirmavam não ter qualquer religião.

Em contrabalanço, a informação da década de 60 corrobora que a força da pertença religiosa (e especial a católica) foi continuamente mais notória e perseverante em três concelhos – Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Valongo. Note-se que, por comparação aos restantes espaços, as proporções de católicos, nestes municípios, mantiveram-se elevadas até à atualidade.<sup>100</sup> Por isso, e ao longo do tempo em estudo, não

---

<sup>100</sup> Em 1950, as percentagens eram, respetivamente, de 99,8%, 99,7% e 99,4%, ao passo que, nos últimos Censos, eram de 93,9%, 94,8% e 91,6%. Neste último ponto, os concelhos de Vila do Conde e da Póvoa de



surpreende a concentração reduzida de população aderente a outras confissões religiosas ou em processo mais ou menos declarado de desafiliação (Rever Quadro 2.27).

Tendo-se referido há pouco que, no caso português, a reconfiguração do campo religioso encontrava justificação na progressiva retração do catolicismo, é relevante acrescentar também que, ao lado da diferenciação religiosa, tem-se acelerado a presença de orientações de interesse e representação distintas.

Tendo a afirmação da erosão, do abandono ou da rejeição religiosos a assumir um papel cada vez mais preponderante, as consequências mais evidentes traduzem-se quer na proporção de população que se recusa responder à pergunta sobre a religião, quer no aumento, ainda que residual, da população que declara não ter qualquer confissão religiosa (cf. Quadro 2.28). Concretamente, no Grande Porto, a categoria dos “sem religião” sofreu a ampliação de 2,3%, em 1981, para 6,9% em 2011, sendo o adensamento mais óbvio nos municípios do Porto, de Matosinhos e da Maia.

Desta maneira, e num quadro de contínua mas lenta quebra do peso do catolicismo, como aquela que vem observando até no nosso país, é legítimo afirmar que o concelho de Valongo parece, apesar de tudo, resistir de forma mais perceptível a este processo no contexto regional. Juntamente com Vila de Conde e Póvoa de Varzim, o município tem apresentando valores de distinção, no domínio da representação da pertença religiosa, que devem merecer a nossa ponderação.

Em primeiro lugar, o território tem sido significativamente menos abalado pelo movimento de quebra de adesão à confissão católica, mantendo quase sempre, de contrário, desde os anos 80, uma diferença de três pontos percentuais acima dos dados nacionais (cf. Quadro 2.28). No entanto, à escala local, a posição de hegemonia do catolicismo é especialmente mais perceptível no passado do que na atualidade. Aliás, Alfena, Valongo e, de modo muito mais expressivo, Ermesinde são as freguesias onde esta hegemonia tem sido precocemente travada.

Examinando, por exemplo, as proporções relativas aos anos de 1950 e 1960, era já possível encontrar nesta última freguesia uma presença mais reduzida de população que se afirmava como católica. E, nesta altura, observava-se igualmente, que Ermesinde mostrava, uma maior sensibilidade a outros modelos de religiosidade – em 1960, vemos que 0,6% da sua população residente declarava estar filiada a “outras religiões”.

---

Varzim destacam-se ainda mais pelo registo, em 2011, de apenas 3,9% e 3,4% de declarantes na variável “sem religião”.

**Quadro 2.28** – População residente segundo a religião em Portugal, na AMP, no Grande Porto, Valongo (e respetivas freguesias) (1981-2011) - (%)

NUT's	Católica				Outra Cristã				Protestante				Ortodoxa				Muçulmana				Outra Não Cristã				Judaica				Sem Religião			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
Portugal	94,5	94,6	92,9	88,3	0,9	1,2	1,6	2,0	0,6	0,5	0,6	0,9	0,0	0,2	0,2	0,7	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	3,8	3,3	4,3	7,5
Norte	Nd	97,5	96,5	93,9	Nd	0,9	1,2	1,4	Nd	0,2	0,3	0,4	Nd	0,2	0,1	0,2	Nd	0,1	0,0	0,1	Nd	0,1	0,1	0,2	Nd	0,0	0,0	0,0	Nd	1,0	1,7	3,8
AMP	96,1	95,8	94,2	90,6	1,4	1,5	2,1	2,3	0,5	0,3	0,4	0,6	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	1,9	1,8	3,0	5,9
G. Porto	95,3	95,1	93,1	89,1	1,7	1,8	2,4	2,6	0,5	0,4	0,5	0,6	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	2,3	2,2	3,7	6,9
Espinho	96,3	96,6	95,1	92,0	1,0	1,3	1,8	2,2	0,5	0,4	0,5	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	1,9	1,3	2,3	4,8
Gondomar	96,6	96,2	94,3	90,7	1,4	1,4	2,3	2,6	0,2	0,2	0,2	0,3	0,0	0,3	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	1,5	1,6	3,0	5,9
Maia	96,6	95,8	93,4	89,3	1,5	1,8	2,4	2,4	0,4	0,3	0,5	0,7	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	1,3	1,6	3,3	6,8
Matosinhos	95,6	94,6	92,6	87,7	1,6	1,9	2,4	2,8	0,6	0,5	0,5	0,8	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	2,0	2,5	4,1	8,0	
Porto	92,3	92,8	89,9	84,4	2,5	2,3	3,0	3,1	0,8	0,5	0,6	0,8	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,1	0,4	0,1	0,2	0,3	0,5	0,1	0,1	0,0	0,0	4,2	3,8	6,1	10,4
P. Varzim	98,7	98,2	97,1	94,8	0,3	0,6	0,9	1,1	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,8	0,7	1,5	3,4
Valongo	97,4	96,9	95,4	91,6	1,1	1,4	1,8	2,1	0,3	0,2	0,2	0,4	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	1,0	1,2	2,3	5,4
V. Conde	98,6	97,8	96,9	93,9	0,5	0,9	1,2	1,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,7	1,5	3,9
V. N. Gaia	95,6	95,1	92,8	89,0	1,7	1,9	2,9	3,0	0,7	0,5	0,6	0,8	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	1,8	1,9	3,3	6,4
NUT's	Católica				Outra Cristã				Protestante				Ortodoxa				Outra Não Cristã				Muçulmana				Judaica				Sem Religião			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
Valongo	97,4	96,9	95,4	91,6	1,1	1,4	1,8	2,1	0,3	0,2	0,2	0,4	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	1,0	1,2	2,3	5,4
Alfena	Nd	97,4	95,9	92,7	Nd	1,6	1,7	2,1	Nd	0,0	0,2	0,3	Nd	0,1	0,2	0,1	Nd	0,0	0,1	0,1	Nd	0,2	0,0	0,0	Nd	0,0	0,0	0,0	Nd	0,7	1,8	4,8
Campo	Nd	98,6	97,5	95,3	Nd	0,7	0,9	1,1	Nd	0,0	0,0	0,1	Nd	0,1	0,3	0,0	Nd	0,0	0,1	0,1	Nd	0,2	0,0	0,0	Nd	0,1	0,0	0,0	Nd	0,4	1,2	3,3
Ermesinde	Nd	95,7	94,2	90,0	Nd	1,8	2,3	2,4	Nd	0,3	0,3	0,6	Nd	0,1	0,1	0,2	Nd	0,1	0,1	0,3	Nd	0,1	0,1	0,2	Nd	0,0	0,0	0,0	Nd	2,0	3,0	6,3
Sobrado	Nd	99,2	99,1	97,8	Nd	0,3	0,3	0,4	Nd	0,0	0,0	0,1	Nd	0,0	0,0	0,1	Nd	0,0	0,1	0,1	Nd	0,1	0,0	0,0	Nd	0,0	0,0	0,0	Nd	0,2	0,4	1,5
Valongo	Nd	97,4	95,3	90,1	Nd	1,2	2,0	2,3	Nd	0,2	0,2	0,5	Nd	0,1	0,1	0,3	Nd	0,1	0,1	0,2	Nd	0,1	0,0	0,0	Nd	0,0	0,0	0,0	Nd	0,9	2,3	6,4

Fonte: INE – Portugal, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, 1981-2011.

Notas: Para 1981 e 1991 foi considerada a população com 12 e mais anos de idade. Para 2001 e 2011, a população abrangida foi a de 15 e mais anos. O cálculo percentual teve por base a população que respondeu à pergunta sobre a religião em cada momento censitário.

Nd – Dado não disponível.

Por outro, também era menos indiferente a orientações de declarada desafiliação religiosa – veja-se que, na mesma década, 0,7% dos residentes afirmava não ter qualquer confissão religiosa (rever Quadro 2.27).

Mas, se confrontarmos tal realidade com aquela que mais tarde se veio a verificar conclui-se que, à medida que o fim do século XX se foi aproximando, o cenário tornou-se ainda mais distinto.

Nas décadas subsequentes, Ermesinde não só continuou a concentrar, a um ritmo claramente distanciado da média concelhia, as proporções mais reduzidas de população católica – a freguesia, em 2011, situava-se nos 90% – como passou a conhecer um acelerado engrossamento de população “sem religião”, movimento esse que culminou, nos últimos Censos, numa percentagem de 6,3% (rever Quadro 2.28).

Inversamente, o sentido e a intensidade de adesão ao catolicismo permaneceram bem elevados nas freguesias de Campo e Sobrado. Observe-se que, em 2011, ambos os territórios mantinham percentagens de adesão muito expressivas – de respetivamente, 97,8% e 95,3%. Neste ponto, a fraca convergência, dos perfis de adesão dos dois territórios parece sugerir que, para além do efeito de marcada resistência ao processo generalizado de perda de influência da religião católica, aqui foi residindo uma acrescida renitência pela opção por outras crenças ou novos movimentos. Mais, é também nestes espaços que a variável “sem religião” tem atingido os seus patamares mais reduzidos.

Com efeito, isto permite-nos reavaliar a evolução da configuração concelhia de filiação a outras confissões religiosas. Tendo-se mencionado anteriormente, que, regionalmente, e ao longo da segunda metade do século XX, o concelho de Valongo apresentou, de modo firme, valores reduzidos de população aderente a outras religiões, não se pode deixar de assinalar algumas diferenças encontradas entre as freguesias. Considerando, entre 1981 e 2011, os valores concelhios da população residente que (com mais de 12 e 15 anos) professava outras confissões, denota-se que a variedade de movimentações é apreciável. Por um lado, a Igreja Ortodoxa tendeu a crescer mais em Ermesinde e Valongo – onde, aliás, a implantação é notória – tendo os protestantes conhecido também um ligeiro acréscimo nestas duas freguesias, a par da freguesia de Alfena. Por sua vez, Ermesinde constitui o território onde se foram concentrando mais pessoas de outra “religião não cristã”, sendo de sublinhar também a subida mais acentuada dos residentes filiados “noutra religião cristã”, juntamente com Alfena e Campo. À margem, a comunidade judaica mostrou-se sempre ausente no território e a presença de muçulmanos tem vindo a diminuir.

## 2.5. Notas conclusivas

Reconhecidos os inevitáveis efeitos associados ao grande dinamismo populacional e ao aumento dos afluxos das atividades económicas na área do Grande Porto, é forçoso concluir que, de forma geral, o movimento de alteração na forma típica de urbanização dos arredores da cidade do Porto pressupõe notórias mudanças no uso e na ocupação destes espaços. Para além de garantirem, como vimos, funções de alargamento extra-local das bacias de emprego em vários ramos industriais e de especialização produtiva, confrontando-se igualmente com a acentuação do processo de terciarização vivido no território nacional, os concelhos envolventes à cidade do Porto, de que Valongo é nitidamente um exemplo, foram mostrando uma forte capacidade de acolhimento populacional

De facto, não deixando de ser sensível a movimentos mais estruturais de transformação do território nacional, como a drástica descida do peso da agricultura e o progressivo declínio da indústria – apesar de continuar a exhibir, como vimos, uma resistência apreciável face ao peso que, atualmente, as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos, o setor da construção e (em parte) a indústria têxtil ainda representam na sua estrutura produtiva –, o certo é que o município de Valongo foi vendo crescer a importância relativa das atividades terciárias no volume de emprego. Mas também, como é sabido, essa mesma importância foi ganhando maior expressividade sobretudo no núcleo de freguesias historicamente mais urbanizadas do território – como são o caso de Valongo, Ermesinde e Alfena – e onde, identicamente, foram mais elevados os ritmos de expansão da habitação e se verificou uma maior dinâmica intra-regional em matéria de mobilidade, com especial evidência, na evolução dos perfis migratórios de tipo residencial e de natureza definitiva.

Sabendo-se que uma grande maioria dos ativos que trabalham no Porto e residem noutro concelho é proveniente da cintura suburbana “Matosinhos-Maia-Valongo-Gondomar-Gaia”, e que o município de Valongo se encontra, na região, entre aqueles cujos fluxos pendulares são mais significantes e onde a incidência da contiguidade espacial nas matrizes inter-concelhias de mobilidade é mais reveladora, convém novamente reforçar a ideia de que esta tendência se tem feito à custa do núcleo de freguesias referenciado anteriormente. Aliás, apontada como uma das freguesias de maior impulso demográfico dos concelhos periféricos mais próximos do limite da cidade do Porto, Ermesinde constitui, assim, um dos territórios da região onde os índices de

mobilidade pendular têm sido mais assinaláveis, demonstrando, de forma prolongada e sustentada no tempo, uma capacidade de absorção demográfica considerável (e sem registos comparáveis e contrastáveis com as detetadas à escala local e, em parte, regional).

Por outro lado, percebendo-se as reais consequências do movimento geral de descentralização residencial, não podemos deixar de questionar sobre o modo como tal se repercutiu tanto no seu crescimento, como nas alterações do seu padrão de distribuição da população e da habitação e na provisão local das condições residenciais. Daí que a procura pela informação sobre as principais dinâmicas de ocupação dos alojamentos e de acesso à propriedade, elemento relevante para a análise da reestruturação da componente urbana do território regional, nos levasse a identificar algumas das características muito próprias da sua estruturação.

É inegável, portanto, afirmar que a formação do modelo territorial regional ainda se encontra, no que toca ao edificado, profundamente marcado por padrões contrastantes, conduzindo, por sua vez, à presença de diferentes cenários urbanos nos vários concelhos envolventes ao longo do tempo.

Destacam-se, aqui, alguns exemplos como: o recurso à construção clandestina ou à autoconstrução difusa ao longo da malha viária rural; a presença de “ilhas” em enclaves especializados dos centros urbanos e a difusão de bairros planeados pelo Estado Providência; a construção, por adições sucessivas, ao longo das principais vias de comunicação ou em torno das principais infraestruturas de transporte e de equipamentos ligados aos serviços e à indústria; a construção de empreendimentos mais qualificados em antigos núcleos ou áreas industriais desativadas/demolidas, etc. (Matos, 2001: pp.19-22).

Veja-se, aliás, que num quadro regional de acesso generalizado à propriedade, a avaliação dos dados relativos à expansão do edificado na freguesia nos permitiu concluir que, muito embora Ermesinde assumisse, desde cedo, um carácter estruturante da procura acentuada para exercício da função residencial, com grande alcance entre os anos de 1960 e os anos de 1990 do século passado, uma boa parte dos problemas associados à oferta habitacional não ficou resolvida, contribuindo, de algum modo, para diferenças encontradas no mercado da habitação local.

No entanto, perceber esta ausência de uniformidade, fruto de um uso diversificado do solo e de um modelo disperso de povoamento, a que não são estranhos também os moldes de ação da matriz de edificação privada em matéria habitacional e a resposta do Estado na sua regulação, como veremos já de seguida, assim como as alterações sentidas

na adoção dos regimes de propriedade, é aceitar, similarmente, que a recomposição deste território (e suas particularidades) fez-se, à luz dos grandes e complexos traços de desenvolvimento urbano e periurbano da região.



## **Capítulo III – Expansão (sub)urbana e transformações socio-habitacionais no concelho de Valongo: o caso da freguesia de Ermesinde.**

### **3. Introdução**

Observando os grandes traços de estruturação do processo de (sub)urbanização da região do Grande Porto, o presente capítulo centrará agora a sua atenção na freguesia de Ermesinde, – tentando aprofundar, a partir de um trabalho de reconstituição socio-histórica, a reflexão sobre as relações entre morfologia urbana/territorial e transformação social (Tissot, 2011; Cartier *et al*, 2008).

Dando particular relevo às consequências das mudanças operadas pelos movimentos de descentralização e de suporte residenciais na coroa suburbana do concelho portuense, a nossa análise pretende, na verdade, com base num lugar em concreto e espaço importante de investimento residencial, compreender os efeitos socio-territoriais de tais transformações, relacionando a intensidade destes processos com as condições (institucionais, políticas e históricas) que lhe serviram de apoio, mas também com a configuração adotada pelo “campo de produção da habitação” local (Bourdieu, 2001a). Por outro lado, perante um panorama geral de forte (re)composição social e económica a que o território esteve sujeito, com efeitos, inclusive, no próprio tecido institucional local, a nossa pesquisa procura ainda alargar o olhar sobre o lugar selecionado, incidindo em alguns dos aspetos representacionais mais pertinentes de tais transformações.

#### **3.1. Etapas preliminares no “trabalho de terreno”**

Com o intuito de conhecer determinados moldes de recomposição histórica local da freguesia em estudo, numa fase seguinte da nossa pesquisa, investiu-se na identificação e análise de fontes documentais locais de referência, elaborando-se, para tal, inventários baseados nas monografias locais e nos acervos documentais presentes na Biblioteca Municipal do Município de Valongo, assim como de documentação (de natureza pública) inserta no Arquivo Histórico do concelho.<sup>101</sup> Neste caso em específico, enquanto

---

<sup>101</sup> Parte da informação que foi elencada apreciou alguns elementos de caracterização genérica do território, basicamente ligados à origem, localização e formação administrativa do município de Valongo e das suas freguesias, havendo, em paralelo, um trabalho adicional de levantamento e análise das principais propriedades da freguesia de Ermesinde. Foram considerados, então, alguns elementos da história económica, cultural e social local, tais como: o seu património monumental; os principais equipamentos/infraestruturas; o tecido associativo existente; as principais vias de acesso e transporte; os ramos de atividade económica (e unidades de referência) com maior peso histórico; as tradições e festividades locais e coletividades de cariz religioso, recreativo e cultural. Em anexo, segue um quadro



instrumento de análise de carácter suplementar e exploratório, a concretização destes inventários permitiu, à medida que se avançava no tratamento dos dados de cariz quantitativo, começar a entender melhor os moldes do processo de transformação social (nos seus domínios produtivos e reprodutivos) e obter um conhecimento preliminar das dinâmicas sociais a referenciar no território em estudo. Reconhece-se também que os elementos reunidos, por lugares e arcos temporais distintos, serviram de ajuda na preparação do programa de pesquisa de terreno. Por um lado, ao apoiar o conhecimento das dinâmicas sociais locais a analisar, ajudaram ao desenvolvimento da reflexão sobre as relações entre morfologia urbana/territorial e transformação social, existindo espaço, ainda durante um período inicial, para a reabertura de algumas pistas no quadro concetual das nossas interrogações; por outro, a sistematização da informação disponível revelou-se igualmente útil para ponderar as condições objetivas existentes para a nossa incursão “no terreno”.

Recorde-se que a “metodologia de caso alargado”, ao procurar localizar os processos sociais numa relação de determinações mútuas, exige o recurso a diferentes “escalas de observação”, de forma a poder articular as suas várias dimensões (Burawoy, 2009: pp.47-49). Por isso, a par desta tarefa de sistematização, seguiu-se uma outra, dedicada à recolha de informação de um jornal da freguesia.<sup>102</sup> A partir de uma listagem sintética de várias notícias, fixadas em torno dos anos dos Recenseamentos Gerais da População, e que compreendem, desta forma, um arco temporal alargado, por forma a sustentar, com maior detalhe empírico, alguns dos processos de recomposição inventariados com base nas estatísticas oficiais, foi possível conhecer com maior clareza os moldes do processo de transformação social na coletividade, ajudando-nos a adotar, posteriormente, uma abordagem de inquirição mais esclarecida.<sup>103</sup> De igual modo, pareceu-nos ser necessário, num contexto de afirmação do processo de expansão (sub)urbana e de densificação habitacional como o vivido na região, não negligenciar o modo como o próprio “campo jornalístico” (Champagne, 1991; Roubieu, 1994), ao longo

---

síntese do inventário da documentação local consultada (cf. em anexo A-3.1). Por outro lado, foram, classificados e ordenados os documentos (em arquivo) que se relacionavam com áreas de interesse como a atividade económica, a educação, a religião e a habitação.

<sup>102</sup> Fundado nos finais da década de 50 do século XX, o Jornal “A Voz de Ermesinde”, ainda em atividade, tem assumido, no decurso do tempo, um impacto local com alguma relevância na freguesia, não sendo de menosprezar o seu papel no panorama cultural local. Pela proximidade do jornal ao meio, bem como pelo acervo documental de imprensa local disponível, conseguiu-se igualmente mobilizar informação acerca do tecido associativo e sua implantação. Neste ponto, tanto a informação prestada em contexto de entrevista, como os contactos disponibilizados foram de grande utilidade para o momento de “entrada no terreno”.

<sup>103</sup> A listagem dos periódicos consultados pode ser examinada em anexo (cf. em anexo A-3.2).

do tempo, foi retratando a evolução do lugar selecionado para estudo, produzindo determinados discursos sobre o mesmo.<sup>104</sup>

### **3.2. O caso de Ermesinde no contexto dos processos de expansão (sub)urbana e de densificação habitacional da região do Grande Porto.**

#### **3.2.1. O impulso da explosão urbana dos finais do século XIX**

Apontada pela literatura como um dos exemplos paradigmáticos de transformação do subúrbio no sentido convencional do conceito (Portas *et al*, 2007), na área do Grande Porto, a freguesia de Ermesinde conheceu, como vimos, desde a primeira década do século passado até aos dias de hoje, uma evolução socio-territorial marcante, a que não é alheio um primeiro movimento precoce de dinamismo periférico ocorrido na região, em resultado da primeira “explosão urbana” sentida a partir dos finais do século XIX no território nacional (Portas *et al*, 2007).

Apesar de ser ainda marcadamente rural, convém sublinhar que o nosso país assiste, a partir deste período, em que o crescimento urbano se vai tornando mais vigoroso, à introdução de grandes mudanças. Por um lado, observa-se um progressivo incremento populacional rural generalizado pelo território, e, por outro, os principais centros populacionais começam-se a densificar, em especial ao longo dos primeiros 50 anos do século XX. Ora, não constituindo a cidade do Porto uma exceção à mudança, muito pelo contrário, há que ter presente que, nesse quadro de transformação, dois outros grandes processos estavam a desenrolar-se: cada vez mais vinha aumentando o número de efetivos populacionais nos seus limites administrativos, como começavam a alterar-se, de forma decisiva, os seus respetivos traçados morfológicos (Salgueiro, 1992 e 2001).

Se compreendermos que, desde os anos 50 do século passado, o cenário de desenvolvimento urbano na região é, sobretudo, pautado pelo incremento e densificação do número de lugares nos arredores da cidade e do município portuense, e que estavam, assim, reunidas condições favoráveis a uma assinalável densificação dos concelhos envolventes (suburbanização), algo que confirmaremos nas décadas seguintes, a conclusão só pode ser a de que, à semelhança de outras áreas localizadas na coroa

---

<sup>104</sup> De facto, admite-se que, por força da transformação do papel da imprensa local, o processo local de opinião pública acerca da freguesia (e dos seus lugares) não deixou de se traduzir nos modos de formação e transmissão de determinadas categorias e na perceção social do espaço, sendo que uma parte da análise territorializada em torno dos principais discursos produzidos poderá ser consultada neste e no capítulo seguinte.

suburbana do município do Porto, a freguesia de Ermesinde começa a ser influenciada, em grande medida, por estas mutações.

Nesse sentido, e porque muito dificilmente deixará de se concordar que o processo de (sub)urbanização do Grande Porto vai apoiar-se, num primeiro momento, na autonomia relativa de cada um dos seus municípios (e dos seus núcleos populacionais) em matéria de descentralização da população e consequente produção habitacional (Vázquez, 1992: p.48-51),<sup>105</sup> interessará relembrar algumas das suas particularidades de desenvolvimento.

Sabendo-se que o perfil demográfico destes municípios esteve sujeito a profundas reconfigurações estruturais, e que a consolidação de alguns destes núcleos da coroa suburbana, como o de Ermesinde, sustentou-se na relativa estabilidade e posterior dinâmica demográfica, não surpreende que o aumento do peso relativo da população não tenha tido, no período em análise, correspondência à escala da cidade e concelho do Porto.<sup>106</sup>

Recorde-se que, no caso concreto desta freguesia, não só o território conhece valores particularmente elevados desde o princípio do século XX, como os próprios ritmos de crescimento da população a que assiste nas décadas subsequentes, inclusivamente no conjunto dos concelhos periféricos da região, vão sendo muito significativos. Contudo, é de admitir, embora não de forma linear, que, pelo menos até à primeira metade do século passado, os processos de transferência populacional do centro urbano para a periferia envolvente são ainda fracos e limitados, condicionando, por isso, o seu papel de mediação residencial (Vázquez, 1992: p.55).<sup>107</sup>

Ainda assim, e verificadas as tendências para algum dinamismo natural da sua população autóctone, numa primeira fase, e para uma acumulação migratória positiva prolongada no tempo, há que equacionar que o crescimento da periferia (na região) também foi suportado pelo carácter endógeno de desenvolvimento da sua base produtiva.

Assente, em grande parte, na industrialização rural difusa e na pequena exploração agrícola (Vázquez, 1992: p.56 e 57), até à primeira metade do século XX, a base produtiva

---

<sup>105</sup> Sobretudo os cinco mais próximos do município do Porto – Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia.

<sup>106</sup> Para uma informação detalhada acerca do dinamismo sociodemográfico mais recente do território, cf. ponto 2.2.1.1. Cap. II.

<sup>107</sup> Na verdade, os incrementos demográficos são bem mais notórios numa fase subsequente (idem; p.109; pp.123-124; p.128; Matos, 2001: p.254; p.260 e p.275), deixando antever a importância que, na estrutura demográfica do território, a componente migratória vai assumir e que, de resto, se vai estender até princípios do século XXI.

dos concelhos periféricos foi sendo, como sabemos, neste período, especialmente pautada pelo impulso dos setores tradicionais e por importantes processos de dinamização industrial local, não obstante a sua reduzida dimensão (quer em densidade, quer em intensidade) quando comparados com a estrutura industrial portuense.<sup>108</sup>

Nessa medida, não será arriscado afirmar que a atração exercida por estes núcleos locais de emprego permitiu, em certa medida, condicionar os primeiros moldes de fixação residencial periférica.

Veja-se o caso de Ermesinde, cujos pequenos núcleos industriais – algumas unidades fabris locais de referência e pequenas unidades do tipo artesanal ou manufatureiro – foram conseguindo atrair uma fatia considerável dos seus ativos, acrescentando uma certa dinamização no seu crescimento, e determinando, de certo modo, algumas das primeiras manchas de espaço construído.

#### **As unidades fabris de referência e alguns dos ofícios tradicionais locais**

**Imagem A.1** - Imagem da Fábrica de Cerâmica de Ermesinde



Fonte: Disponível em [www.postaisdeermesinde.blogspot](http://www.postaisdeermesinde.blogspot). (Miguel Barros); (autoria e data desconhecidas).

Uma das unidades fabris locais mais emblemáticas é precisamente a Fábrica de Cerâmica de Ermesinde (criada em 1910), localizada junto à estação de caminho-de-ferro e cuja atividade principal se centrava no fabrico de cerâmica/olaria, ainda que inicialmente estivesse também ligada à produção de telha “tipo marselha” e tijolo vulgar.

Em finais da década 90 do século XX, este espaço fabril acaba por ser recuperado, em resultado do seu abandono e avançado estado de deterioração, sendo convertido em galeria de arte e fórum cultural.

(cont.)

<sup>108</sup> Acerca da evolução dos grandes processos de estruturação do tecido socioeconómico do Grande Porto a partir da segunda metade do século XX, cf. ponto 2.3.1. do Cap. II.

Mantendo-se em atividade pelo menos até princípios do século XXI, e reconhecida como um dos exemplos das principais indústrias têxteis locais que iniciam o processo de reorganização produtiva, durante a fase em que o algodão se transforma na matéria-prima de eleição no processo de industrialização nacional, apostando nitidamente na verticalização (com a inclusão de todas as etapas de fabrico: desde a fiação, a tecelagem até à tinturaria), a Fábrica de Fiação e Tecidos de Ermesinde (fundada em princípios do século XX), também deve ser relembrada pela sua grande longevidade, constituindo, portanto, uma das unidades de maior envergadura do território.

Já a Fábrica Resineira de Ermesinde (1901), sediada no lugar da Travagem e muito próxima de uma das pontes da freguesia que atravessa o Rio Leça, e que se dedicava à exploração e tratamento de resina, ficou mais tarde, em 1954, conhecida por SOCER - Comércio e Indústrias de Resinas S.A. (em resultado da fusão da URS, Companhia de Produtos Resineiros e Companhia Industrial Resineira). Esta fábrica esteve ativamente em laboração até aos inícios da década de 90 do século XX, altura em que se dá a reconversão e transformação em empresa de reciclagem de embalagens (Beça, 1921; Dias, 2001).

Além destas, existem ainda outras referências a considerar tais como: a Fábrica de Pomadas e Graxas - “Moreira, Irmão & C.” (1918); “Moreira, Sobral & C.” (1927); a Fábrica Vitória – (1892) dedicada à confeção de lenços, colchas e gravatas; a “Felino – Fundação e Construções Mecânicas S.A.” (1936), voltada para a construção de máquinas e fundição de ligas de alumínio, e a “Fertor” (1960) - Fábrica de aproveitamento de lixo urbano da região do Grande Porto que, posteriormente, dá lugar à Lipor (Serviço Intermunicipal de Tratamento de Lixo) (Dias 2001).

Na indústria extrativa, Ermesinde teve igualmente algum papel de destaque, mais concretamente na extração do carvão. A primeira referência oficial de exploração de carvão data de 1897, constituindo um foco relevante de abastecimento de energia à cidade do Porto, sendo que, até inícios dos anos 90 do século passado, ainda se registavam algumas minas de carvão na freguesia, nomeadamente nos lugares da Formiga, dos Montes da Costa, dos Sonhos e da Bela. Para além do carvão, e tendo em conta as áreas de pinhais existentes, também a lenha era um dos produtos que saía em grande quantidade para a cidade portuense com vista ao aquecimento e à produção de madeira para a construção (Dias, 2001; Matos, 2001).

Relativamente às pequenas unidades do tipo artesanal ou manufactureiro, é de realçar os ofícios tradicionais locais mais importantes do território já que, para lá do fabrico artesanal de jugos e cangas (associado à atividade agrícola), não nos podemos esquecer conjuntamente da relevância local das atividades de fiação e tecelagem do linho (na área têxtil) e a da pequena indústria dos produtos de couro, do fabrico do vidro e da cutelaria, de ferramentas e ferragens ou, ainda, da escovaria e do fabrico de brinquedo (de madeira, de folha, de pasta de papel...) (Soares, 2008).

Sendo certo que, numa fase antecedente, o território viu também o seu perfil de crescimento e de povoamento apoiar-se num padrão difuso e disperso de área construída junto aos alinhamentos dos principais recursos hídricos locais, destacando-se em particular a bacia hidrográfica do rio Leça, área que é drenada por este rio e pelos seus afluentes, e limitada a norte e a nordeste pela bacia do rio Ave e a sul e sudoeste pela bacia do rio Douro, reconhece-se igualmente que parte da pressão habitacional inicialmente verificada não deixou de apoiar-se nestes núcleos de povoamento pré-existent. Convém até acrescentar que o rio, para além de ter sido um recurso de atratividade lúdica para o território, desempenhou um papel relevante de

condicionamento do sistema local de culturas, em especial quando, até à primeira metade do século XX, a atividade agrícola em pequenas explorações ainda se traduzia com algum peso na paisagem da freguesia e na sua envolvente.

No entanto, apesar de ser sensível ao processo de expansão urbana que se começava a avizinhar, Ermesinde permaneceu um território, pelo menos até esta fase, igualmente marcado por traços evidentes de ruralidade que foram coexistindo e articulando-se com o processo mais geral de industrialização difusa da região. Por isso, não será de admirar que uma parte essencial dos processos de produção, de reprodução e conservação dos alojamentos criados respeitasse ainda o peso da parcelarização rural do solo e as dimensões socioculturais que lhe estavam associadas. Além do mais, tais características terão sido configuradas, em matéria de provisão e funcionalidade habitacionais, por um conjunto primário de condições endógenas essenciais, que, de resto, se estendiam por toda a coroa suburbana da cidade do Porto, ligadas sobretudo à presença da estrutura minifundiária e à ausência de rendas fundiárias de localização (Vázquez, 1992: p.50 e 51).

E se é verdade que, até então, uma parte não menos significativa do tecido económico permanecia ligada a uma pequena agricultura camponesa complementar e de subsistência (e que incluía, ainda que forma limitada, a criação animal), também há que contar com a relevância de um terciário de proximidade que foi assegurando uma destacada rede de trocas com o exterior, permitindo a progressiva densificação urbanística no tecido rural pré-existente.

**Breves notas descritivas a propósito da matriz agro-rural/florestal de Ermesinde até à primeira metade do século XX**

É de salientar que a freguesia de Ermesinde, até este período, conhece um passado de lazer e de vilegiatura com algum relevo, sendo possível observar, ainda hoje, a presença de algumas estruturas habitacionais de arquitetura solarenga e palacetes de finais de oitocentos e inícios do século XX, que pertenceram a famílias burguesas residentes no Porto, junto à linha férrea e na área envolvente do largo da estação (Matos, 2001; Dias, 2001).

Aliás, num trabalho de caracterização da freguesia, aquando do inquérito geral da vida económica do país, e em particular das freguesias rurais, no início do século XX, Humberto Beça classificava Ermesinde como “*um dos mais pitorescos logares*” e “*a mais bela estância rural*” dos arrabaldes da cidade do Porto “ (...) *pela sua disposição topográfica, pelo pitoresco dos seus campos e pelas margens fortíssimas do Leça* (...) ” (1921: pp.11-12). Acrescenta mesmo: “*Como nenhum outro lugar, Ermezinde presta-se para esse alheamento de preocupações, quer se procure para a diversão a estrada da Formiga, quer a de Alfena, quer a Travagem, quer enfim, as margens encantadoras do Leça* (...) ” (idem: p.12).

(cont.)

O próprio rio formou, durante algum tempo, um fator de atratividade, sendo a linha de água utilizada para treinos e provas de natação organizadas pelo Clube de Propaganda da Natação que, criado em 1941 na freguesia com o objetivo de divulgação da natação, viu-se obrigado, depois, a abandonar essa prática devido à sua crescente poluição.

Como indicam as monografias locais, o grande parcelamento da propriedade rústica e o peso da pequena exploração agrícola – que, no caso concreto do território, se destinava principalmente à produção frutícola, hortícola e vinícola, mas similarmente ao cultivo do milho e do linho (para uso doméstico) (Soares, 2008: p.73; p. 84) – eram predominantes entre as manchas de solos florestados da freguesia (sobretudo pinhal) (Beça, 1921: p.16 e 28).

Acontece também que, ao longo das margens do Rio Leça, foi-se estendendo algum património rural, com predominância para os moinhos (a maioria construídos durante os séculos XVIII e XIX), pontes e noras.

No caso de Ermesinde, este recurso ajudou à implementação de algumas fontes e moinhos em alguns dos seus lugares e a sua importância residia quer no aproveitamento da força motriz da água para certas atividades (como a atividade agrícola, de panificação, produção caseira de fios e tecidos de linho, etc.), quer para o abastecimento da população na ausência de dotação de água canalizada. São eles, a Fonte da Prosela (em São Paio); a Fonte de Sonhos (em Sonhos); a Fonte da Feira (na Travagem); a Fonte dos Amores (na Bela); a Fonte de Santo António (na Quinta de Ermesinde) e o Moinho do Abade e Moinho de Panelas (Dias, 2001).

**Imagem A.2** - Bilhete-postal “Filhas do Leça” (Ermesinde)



Fonte: Arquivo Municipal do Porto – Coleção de Postais; Editor: Foto Alvão, Local de Edição: Porto, data: 1915.

Por outro lado, as relativas boas condições de cultivo, a rede de vias de comunicação implementada e a proximidade ao mercado portuense permitiram que este arrabalde desempenhasse a função, não menos importante, de abastecimento de produtos hortícolas e de outros à cidade portuense durante este período de tempo (Matos, 2001: p.308).

De entre as explorações agrícolas familiares de reduzida dimensão e/ou terrenos total ou parcialmente dados para arrendamento, destacam-se algumas quintas de referência e marcos do património monumental local – a antiga Quinta de Ermesinde; a Quinta da Formiga; as Quintas do Bom Pastor e de Santa Joana; a Quinta da Bela Vista e a Vila Minda e outras quintas junto à linha férrea. No que respeita à propriedade rústica, há que salientar alguns exemplos que foram perdurando no tempo – quintas de lavradores e casas de lavoura nos lugares de São Paio, da Gandra e de PortoCarreiro e, ainda, em Sá (na zona dos moinhos) e nos lugares da Cancela e da Formiga (Cabrita, 1993; Silva *et al*, 1993; Beça, 1921).

### 3.2.2. A segunda metade do século XX como ponto de viragem

De um modo geral, aceita-se que só a partir dos anos 50 do século passado a autonomia relativa do processo de descentralização da população na região passa a estar mais condicionada por lógicas centrais de recomposição socio-territorial (Vázquez, 1992: p.48-51) pois, de facto, todos os indícios apontam para a importância do reforço do processo de industrialização e, em paralelo, da progressiva terciarização da cidade do Porto como fatores de impulso de descentralização direta da população, com efeitos no domínio da produção de habitação.

Será bom relembrar que, desde esta década, Ermesinde vai conhecer, de forma mais vincada, uma expansão do espaço urbano dominada pela localização intra-urbana da indústria, dos serviços e do comércio, muito embora se identifique a fortíssima ligação que a sua população foi tendo com o mercado de trabalho portuense ao longo do tempo, tornando-o num caso notável, no interior da região, de emissão e atração extra-concelhia de força de trabalho.<sup>109</sup>

A verdade, porém, é que, às profundas alterações socioeconómicas que se começam a registar no Grande Porto, surgiram associados importantes movimentos migratórios internos que foram traduzindo a relevância do papel de atratividade dos concelhos periféricos para localização residencial e, ainda mais, o de retraimento seletivo do centro urbano portuense. Dado que, na região, a partir deste período, a inserção residencial da população se vai processando por força de condicionantes essenciais como a saturação das formas de habitação de baixo custo na cidade do Porto (e consequente ausência de soluções de intervenção local) e, por outro lado, as transformações da sua propriedade fundiária (com a limitação da densificação construtiva) (Vázquez, 1992: p.155), fica claro até que ponto estavam reunidas novas condições de favorecimento de exteriorização residencial na envolvente concelhia regional.

Além do mais, há que insistir igualmente no papel muito significativo de reforço dessa exteriorização por parte da rede de transportes públicos na medida em que, para um conjunto de freguesias dos concelhos periféricos mais próximos do município do Porto – e, em particular, aquelas que beneficiam de um traçado alargado e relativamente denso dessa rede – a evolução dos transportes foi determinante na alteração da sua posição no sistema de lugares. Por isso, não será por acaso que os núcleos da coroa suburbana onde

---

<sup>109</sup> Para um conhecimento mais aprofundado sobre a lógica de estruturação espacial da população e organização dos fluxos de mobilidade no território regional, cf. ponto 2.2.2.2. do Capítulo II.



se registaram maiores incrementos em matéria de transporte serão aqueles que conhecem um grande impulso demográfico. De facto, os impactos não serão só notórios no crescimento das aglomerações e nas alterações do padrão de distribuição da população e de padronização dos movimentos e/ou mobilidades, como, em última instância, as mudanças introduzidas na distribuição e nos modelos habitacionais serão expressivas quer estejamos a falar da disposição dos alojamentos propriamente dita, quer do conjunto de condições residenciais providenciadas – fornecimento, disponibilidade, preços, qualidade, modelos, formas de ocupação, etc. (Paddinson, 2000: p.102) e, como tal, a este respeito, o caso de Ermesinde merece uma atenção redobrada.

Ao ser marcadamente moldada pela importância quer dos alinhamentos das estradas principais, quer das vias de transporte, e em especial da linha de caminho-de-ferro (Vázquez, 1992: p.153 e 156), dificilmente se poderá negligenciar o facto da rede de transportes públicos (em termos de dotação infraestrutural e incidência espacial) ter contribuído em moldes substanciais, para o fortalecimento do movimento de descentralização residencial, por um lado, e conduzido, por outro, ao nível local e regional, ao reforço do modelo de migração pendular (fluxos casa-trabalho) nesta freguesia.

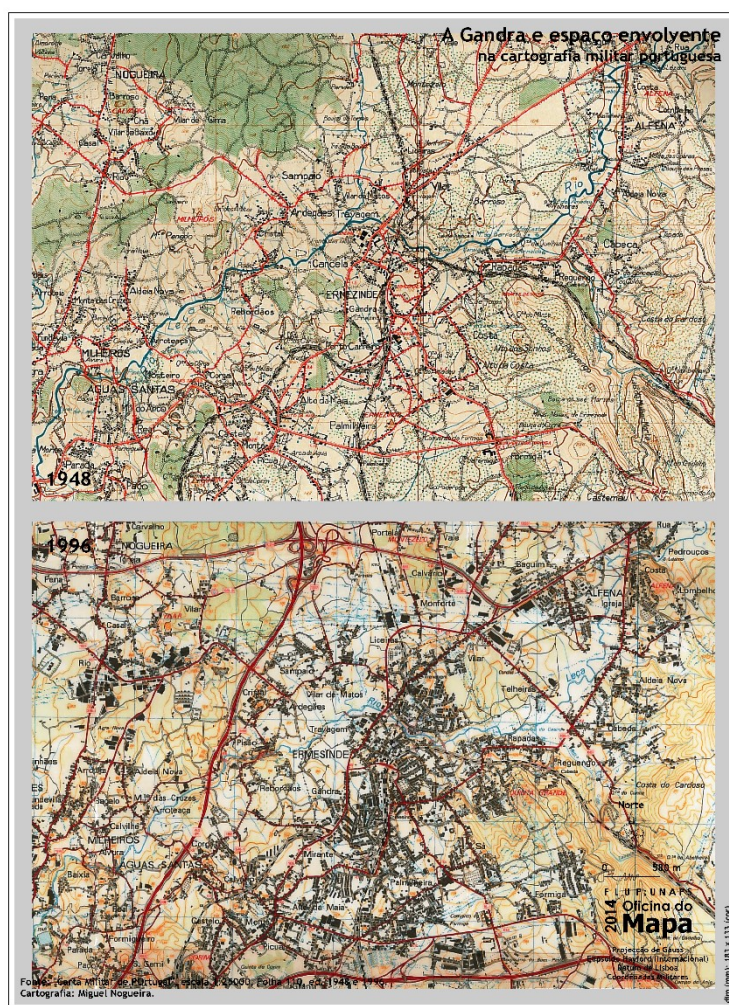
Não se pode entender, de facto, o papel de destaque que a freguesia foi assumindo desde então na distribuição espacial e residencial dos seus residentes, sem atender, em primeiro lugar, à relevância que o traçado das linhas de caminho-de-ferro teve num primeiro momento de arranque do seu desenvolvimento e na formação das modalidades de estruturação do seu povoamento.

O que se verifica é que Ermesinde vai encontrar na estação de caminho-de-ferro um ponto fulcral de aglomeração populacional (Portas *et al*, 2007), como se pode atestar pela figura 3.1., cujo peso vai persistir ao longo do tempo.

Sem querer descurar a importância do valor do solo enquanto fator de descentralização das várias atividades (industriais e terciárias) no território, há um certo consenso entre os especialistas que, no caso de Ermesinde, o caminho-de-ferro foi efetivamente um elemento de partida marcante na orientação do desenho da sua mancha urbana (Portas *et al*, 2007; Matos, 2001; Vázquez, 1992) pois reconhece-se que é em torno das linhas férreas que se vai organizar e estabelecer, em termos de concentração inicial, uma parte essencial do edificado local, e que a sua conseqüente expansão se vai fazendo sentir mais acentuadamente ao longo da segunda metade do século XX (cf. ponto 2.2.3. do Capítulo II).

Além disso, quando se considera a área de extensão e cobertura territorial das principais linhas, situadas a norte do Rio Douro, afetas à freguesia – a linha do Minho e a do Douro – percebe-se a profunda recomposição a que o território foi estando sujeito e, mais precisamente, os efeitos da rede de relações interterritoriais gerada em termos de mobilidade de pessoas e mercadorias.

**Figura 3.1** – A freguesia de Ermesinde e a sua envolvente (1948 e 1996)



Fonte: Carta Militar Portuguesa. Escala 1:25000, Folha 110, ed. 1948 e 1996.

Dito isto, não surpreende que, após um primeiro período, em que os processos de transferência populacional segundo uma lógica centro-periferia estariam associados, porventura, a uma anterior fixação na cidade do Porto, comecem cada vez mais a dar lugar a um segundo movimento – o de atração migratória externa à região.

Aceite a ideia de que a atração desta região urbano-industrial foi-se estendendo sobre a população oriunda do interior Norte do país e dos municípios envolventes da região do Grande Porto mais ruralizados, e que existiram condições favoráveis (em matéria fundiária e de gestão de alojamento) para que concelhos periféricos passassem a

assumir a principal função de acolhimento e suporte residencial direto do fluxo migratório canalizado para a região, indiciando, portanto, a maior importância do centro urbano portuense como mercado de trabalho, importa não perder de vista as alterações profundas que tal movimento provocou no padrão territorial e habitacional dessas áreas periféricas. Indicado, aliás, como um dos espaços da envolvente suburbana do município do Porto onde mais precocemente se acelerou o ritmo de expansão da produção de habitação (em densidade) e onde o padrão residencial se alterou profundamente ao longo da segunda metade do século XX, Ermesinde constitui, assim, um caso exemplificativo dos efeitos da mudança operada pelos movimentos de descentralização e de suporte residenciais.

Acontece, na verdade, que, a partir dos anos 60 do século passado, a procura residencial, que já se vinha a desenvolver na região, de um modo genérico, veio a consolidar-se e a intensificar-se de uma forma muito significativa, ajudando a ampliar os índices de expansão e pressão habitacional neste espaço. Por sua vez, concorda-se, generalizadamente, que, à medida que nos fomos confrontando com um tipo de expansão urbana regional em mancha difusa e de complexa interpenetração entre a atividade industrial, os serviços e a função residencial, a freguesia sofreu um conjunto de transformações decorrentes de fatores-chave que, em última instância, permitem perceber melhor as características do mercado habitacional local.

A extrema parcelarização da propriedade fundiária e a elevada densidade da rede viária não fundamental (de caminhos rurais) (Matos, 2001: p.305; Salgueiro, 1992: p.242; Vázquez, 1992: p.199, pp.224-225) foram, por um lado, decisivos para um cenário de larga oferta de solo potencialmente edificável e a custos acessíveis. Por força da conversão do uso do solo agrícola, sabe-se que o aumento da procura de terreno para fins urbanísticos, e mais propriamente para a construção de habitações, ajudou claramente, a uma expansão de crescimento com privilégio para certos eixos dotados de maior acessibilidade garantindo, deste modo, no território em análise, fenómenos como o da especulação fundiária.

Mas a concentração urbanística, a que vamos assistindo durante esta fase, não deixou de se estruturar, para além da ferrovia, em torno de outros eixos centrais. Os próprios alinhamentos da rede viária fundamental foram assumindo grande eficácia no movimento geral de fixação da população e de residência no quadro local (rever figura 3.1.) pois, não obstante o peso relativo que cumpriam ainda numa fase inicial, interessa perceber também que estes alinhamentos vão-se tornando cada vez mais significantes na

adição de espaço construído a partir do momento em que, em paralelo, se começa a desenvolver um serviço de transporte público com boa capacidade de cobertura.

Na realidade, percebe-se que o impacto gerado pela política de transporte e pela construção e melhoria das infraestruturas viárias no mercado de solos passa a ser muito significativo, induzindo uma valorização crescente dos terrenos adjacentes e uma forte pressão urbanística, dado alterarem, em grande medida, as suas condições de acesso.

Se a este dado somarmos, por outro lado, outros fatores como a fraca regulamentação ao uso do solo e a ausência de controlo urbanístico municipal existentes (Idem), cuja relevância se vai tornar além disso mais considerável num contexto evidente de menor procura de solos para outros usos alternativos ao residencial, como aquele que se vive a partir deste período, compreendemos melhor os efeitos que irão ser produzidos em matéria de produção e gestão do parque habitacional local (sobretudo em determinadas áreas da freguesia).

#### **O papel dos transportes (e das redes viárias) na orientação do desenho da mancha urbana do território**

Transformando de forma decisiva a sua paisagem em finais do século XIX, a inauguração das linhas do Minho (Porto-Braga) e do Douro (Porto-Penafiel), em Maio e Julho de 1875 (respetivamente), acabou por conferir à freguesia uma centralidade que, até então, não detinha. Facto, aliás, amplamente valorizado nas monografias locais - *“Este [local] começou justamente a povoar-se com a existência e movimento da estação que, tendo já o nome de Ermezinde, o foi tornando conhecido...”* (Beça, 1921: pp.22-3), angariando, mais tarde, apeadeiros com algum significado em três dos seus lugares - Travagem, Palmilheira e Leandro.

Será, precisamente, entre os anos de 1933 e de 1934 que se denota um reforço e aceleração dos seus intercâmbios comerciais (e ainda mais da sua centralidade) já que, em 1931, ao ser aprovado o concurso para a construção da linha de Leixões e da variante para Ermesinde, devido à sua posição como ponto de entroncamento entre duas linhas importantes e da ligação existente a Leixões, a freguesia recebe especial atenção, assistindo-se à introdução de modificações e melhorias muito significativas no território.

Recorde-se que a linha de Leixões (atualmente desativada) ao ser aberta à exploração, em Setembro de 1938, permitiu dar um forte impulso às áreas comercial e industrial da região, tornando Ermesinde uma via privilegiada de entrada e saída de mercadorias da cidade do Porto.

Em 1966, em resultado da conclusão da eletrificação da linha do Norte (troço Vila Nova de Gaia - Contumil), chega o primeiro comboio elétrico à localidade e entra em funcionamento a via dupla e eletrificada entre as estações de Ermesinde e de São Romão (Santo Tirso). Dois anos depois, é aprovado o troço entre Ermesinde e Marco de Canavezes e a freguesia começa, a partir daí, a registar um fluxo de deslocações muito expressivo, graças também ao desenvolvimento progressivo das ramificações das duas principais linhas férreas, dando-se, posteriormente, em 1995, a duplicação da via entre Ermesinde e Valongo (sede de concelho) (Dias, 2001).

(cont.)

**Imagens A.3, A.4 e A.5** – Imagens da antiga estação de caminho-de-ferro de Ermesinde e dos elétricos em circulação



Fonte: Disponível em [www.postaisdeermesinde.blogspot](http://www.postaisdeermesinde.blogspot). (Miguel Barros); (autoria e data desconhecidas).

Abrangendo, de forma relativamente lata, toda a região Norte, parece-nos óbvio que não podemos pôr de parte a grande atratividade exercida pelo território no decurso do tempo, e a sua articulação com outros espaços, designadamente, em municípios como: Viana do Castelo (Minho-Lima); Braga (Cávado); Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Santo Tirso e Trofa (Ave); Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Cinfães (Tâmega), Peso da Régua (Douro), Espinho e Aveiro (Aveiro).

No entanto, tal como algumas freguesias da coroa suburbana da cidade do Porto, aquando da sua implementação, Ermesinde também vai beneficiar precocemente de uma grande acessibilidade ao centro urbano constituindo um término importante da rede de transportes públicos (primeiro, do elétrico e, depois, do troleicarro e do autocarro). Além do mais, os pontos de concentração, ao serem justamente áreas de grande dinamismo comercial e industrial da cidade, em especial, a extensão centro-nascente (Massarelos, Santo Ildefonso, Cedofeita, Bonfim e Campanhã), irão traduzir, em moldes substanciais, ainda que não exclusivamente, a integração da população no mercado de trabalho portuense (Vasquez, 1992: pp.152-155; Matos, 2001: p.270).

De resto, convém acrescentar que estas áreas vão permanecer vitais para o serviço de transporte público urbano de passageiros na medida em que, face a uma prolongada ineficiência de articulação modal dos transportes na região, só posteriormente se assistirá ao desenvolvimento de linhas de transporte direcionadas para sedes de freguesias dos concelhos (mais) contíguos ao de Valongo, como os da Maia, de Gondomar (e também Matosinhos). Mas, perante uma capacidade de cobertura muitíssimo restrita, acabou por caber quase exclusivamente à esfera privada a prestação deste serviço às zonas em causa, constituindo as linhas de transportes coletivos exploradas pelas empresas privadas um complemento essencial aos Serviços de Transportes Coletivos do Porto (STCP).

Por último, é de assinalar que a freguesia começando por ser atravessada sobretudo por duas saídas do Porto – para norte, a estrada EN105 (Porto-Guimarães) em direção a Guimarães e, para nascente, a estrada EN 208, tendo ainda ligação à EN 15, em direção a Vila Real e Chaves – mais tarde conhece uma nova malha rodoviária com a chegada da A4 (Porto-Amarante) e do seu nó de acesso.

(cont.)



**Imagens A.6, A.7, A.8 e A.9** – Imagens da atual estação de caminho-de-ferro de Ermesinde e do seu largo (em frente: a paragem principal de autocarros)



Fotografias: Maria Inês Coelho (2005);

Em cima: Aspeto exterior da estação (concluída em Maio de 2001) e do Largo da Estação/Rua Rodrigues de Freitas (esq.); Aspeto interior do átrio/entrada da estação (dir.).  
Em baixo: Aspeto exterior da estação e do Largo da Estação/Rua Rodrigues de Freitas (esq.); Aspeto interior das plataformas de acesso às linhas (dir.).

A acompanhar este processo de densificação da mancha urbana, e sobrepondo-se a anteriores intervenções locais de carácter público e privado, esta nova via ajudará ao adensamento dos movimentos pendulares diários no território, contribuindo para o reforço do movimento mais vasto de periferização residencial da região, e proporcionando novas frentes de urbanização, usualmente associadas a empreendimentos de maior dimensão e densidade.

### 3.3. Fatores de natureza analítica e metodológica no processo de escolha do observatório socio-territorial de análise

Construída por referência a preocupações analíticas fundamentalmente ligadas ao conhecimento das particularidades do processo local de urbanização desenvolvido e às respectivas vinculações sociais na freguesia em estudo, durante esta fase da pesquisa, a opção pela observação direta foi perspectivada como essencial nas ações de mapeamento e de seleção daqueles que podiam vir a ser os observatórios de análise mais pertinentes do território.

Traduzindo nitidamente uma postura de relação com o contexto espaço-temporal em causa, esta técnica permitiu que não só os factos analisados dissessem respeito ao próprio contexto, e a um momento concreto da sua transformação, como naturalmente conduziu a uma leitura “situacional”, facto que nos levou a articular a informação recolhida com a das fontes locais, de forma a equacionar diacronicamente os fenómenos de recomposição socio-territorial ocorridos.<sup>110</sup>

<sup>110</sup> Sobre as considerações acerca da construção do conhecimento do ponto de vista do “observador/observado” cf. Bourdieu (2002: pp.140-142) ou do potencial metodológico que pode advir do

Do ponto de vista metodológico, dois grandes procedimentos foram adotados. Primeiramente, procedeu-se à sua delimitação e à seleção de pontos de observação (que, neste caso, corresponderam aos principais arruamentos), circunscrevendo os observatórios com o maior número de registos indicados pelas monografias locais disponíveis e que, pela sua representatividade histórica e social, constituíam espaços com pertinência para a análise sociológica. Em segundo lugar, visto que o nosso interesse se encontrava ancorado na necessidade de apreender e problematizar as recomposições sociais das áreas de expansão urbana de Ermesinde, teve-se em linha de ponderação alguns domínios analíticos para cada um dos cinco lugares observados, mobilizando-se, para o efeito, os resultados das etapas de trabalho já realizadas na fase preliminar de investigação e os contributos advindos da avaliação das grandes tendências de ocupação do território e da evolução do parque habitacional na freguesia, em especial desde os anos 80 do século XX.<sup>111</sup>

A verdade, contudo, é que, num esforço de balanço, acabou por se optar por apenas um lugar – o lugar da Gandra. Para além de constituir uma zona de forte concentração populacional e um aglomerado com algum relevo na freguesia devido à antiguidade do seu povoamento, no nosso entender, este espaço constituía um bom observatório para aprofundar, desde logo, a uma escala temporal alargada alguns dos elementos centrais da nossa problemática que, entre outros aspetos, privilegiavam o conhecimento do modo de inscrição no quotidiano residencial e a relação entre as dinâmicas de recomposição social, de ocupação do território e de acesso ao alojamento.

Sob o ponto de vista operacional, também não podíamos ignorar o peso de outros fatores: de um lado, ponderou-se o valor da presença concentrada de alguns equipamentos de base local com efeitos de proximidade; e, do outro, pesou-se o facto de o lugar figurar como um dos exemplos mais retratados pelo meio jornalístico local, tornando esta fonte

---

cruzamento dinâmico entre a observação e outros métodos em momentos particulares da pesquisa, em resposta a propósitos sociológicos específicos, cf. Riley (1976: pp.13-23). Ainda a propósito da importância da dimensão local e seus efeitos no tratamento monográfico e o recurso à combinação metodológica ao serviço das delimitações teóricas e empíricas, cf. Champagne (2010: pp.104-108); Burawoy (2009: pp 62-67); Pinto (2000, 2ª ed.: pp.22) e Bericat, (1998: pp.58-90).

<sup>111</sup> Em devida articulação com a revisão da literatura acerca do “campo da habitação” (Bourdieu, 2001), estes contributos foram, aliás, de grande utilidade no investimento da etapa de trabalho posterior, ajudando-nos à elaboração do guião de observação direta aplicado nos lugares selecionados – Palmilheira e Sá; Formiga, Costa e Montes da Costa; Travagem e Cancela; Centro e Carvalhal e, ainda, Gandra e PortoCarreiro (cf. em anexo A-3.3).

um complemento de análise muito pertinente para compreender, em certa medida, parte da sua génese e formação.<sup>112</sup>

Partindo desta base de trabalho, iniciou-se, logo de seguida, uma dinâmica de recolha de informação que se concretizou na realização de um vasto inventário de informação urbanística considerando-se, a partir da consulta na Secção de Apoio Administrativo do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Valongo, em Ermesinde, um total de 398 processos de obras (em arquivo) levados a cabo por particulares no lugar. Esta informação permitiu, assim, referenciar todos os edifícios construídos neste lugar (471), desde que o Município passou a realizar o registo administrativo (Agosto de 1951) até ao final do ano de 2013, momento em se deu por concluído o nosso trabalho de recolha.

Sem nunca perder de vista alguns dos elementos analíticos enquadráveis à escala local e regional, e querendo respeitar uma abordagem capaz de tornar mais afinada a leitura das complexas especificidades de um espaço geográfica e administrativamente delimitado, pudemos contar, numa fase posterior, com a ajuda dos serviços da Oficina do Mapa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto de forma a obter representação da informação geográfica do território. Admitiu-se, na verdade, que o trabalho de produção de cartografia temática à luz do material urbanístico recolhido<sup>113</sup> poderia servir de base na reflexão sobre a relação entre o processo de edificação/expansão residencial e o de transformação do território, permitindo-nos explorar melhor fatores importantes como o tipo de modelação urbana edificada (e seus efeitos na estruturação das condições de experiência residencial dos residentes) e a descrição da organização social do mercado de alojamento local (por referência às modalidades de acesso à propriedade e à mobilidade).<sup>114</sup> Por sua vez, na sequência do trabalho de observação direta, pareceu-nos igualmente relevante desenvolver uma outra frente de trabalho (desdobrada em 3 procedimentos), apostando-se quer no mapeamento e tratamento cartográfico dos registos observados na estrutura socioeconómica local, assim como na representação da rede geral

---

<sup>112</sup> Havendo o interesse num futuro contacto mais regular e sistemático com os diferentes responsáveis das instituições locais, existia similarmente a consciência de que uma parte do processo de “entrada no lugar” estaria mais facilitado com o apoio desta rede institucional.

<sup>113</sup> Assente na seleção de um corpo apreciável de variáveis para os 32 arruamentos analisados: épocas dos pedidos de licença de construção e de conclusão da edificação; o tipo de edifício construído; a tipologia habitacional; o número de fogos; os requerentes envolvidos e a sua origem geográfica.

<sup>114</sup> Durante a fase de exploração de terreno viu-se nesta linha de trabalho complementar, juntamente com a do registo fotográfico, a oportunidade para objetivar e documentar padrões e condições habitacionais presentes do lugar, mas também o perfil dos seus equipamentos e espaços públicos, à medida que o conhecimento sobre esta temática ia avançando.



de transportes de que o lugar beneficia atualmente e, ainda, no inventário dos seus elementos de referência institucional, alcançando-se um retrato relativamente alargado para além da análise da sequenciação cronológica das sucessivas adições de construção no lugar em causa.

### **3.4. Transformações socio-habitacionais num contexto residencial do núcleo da coroa (sub)urbana da cidade do Porto: o lugar da Gandra (Ermesinde) (1950-2013).**

#### **3.4.1. Efeitos socio-territoriais da expansão do edificado local**

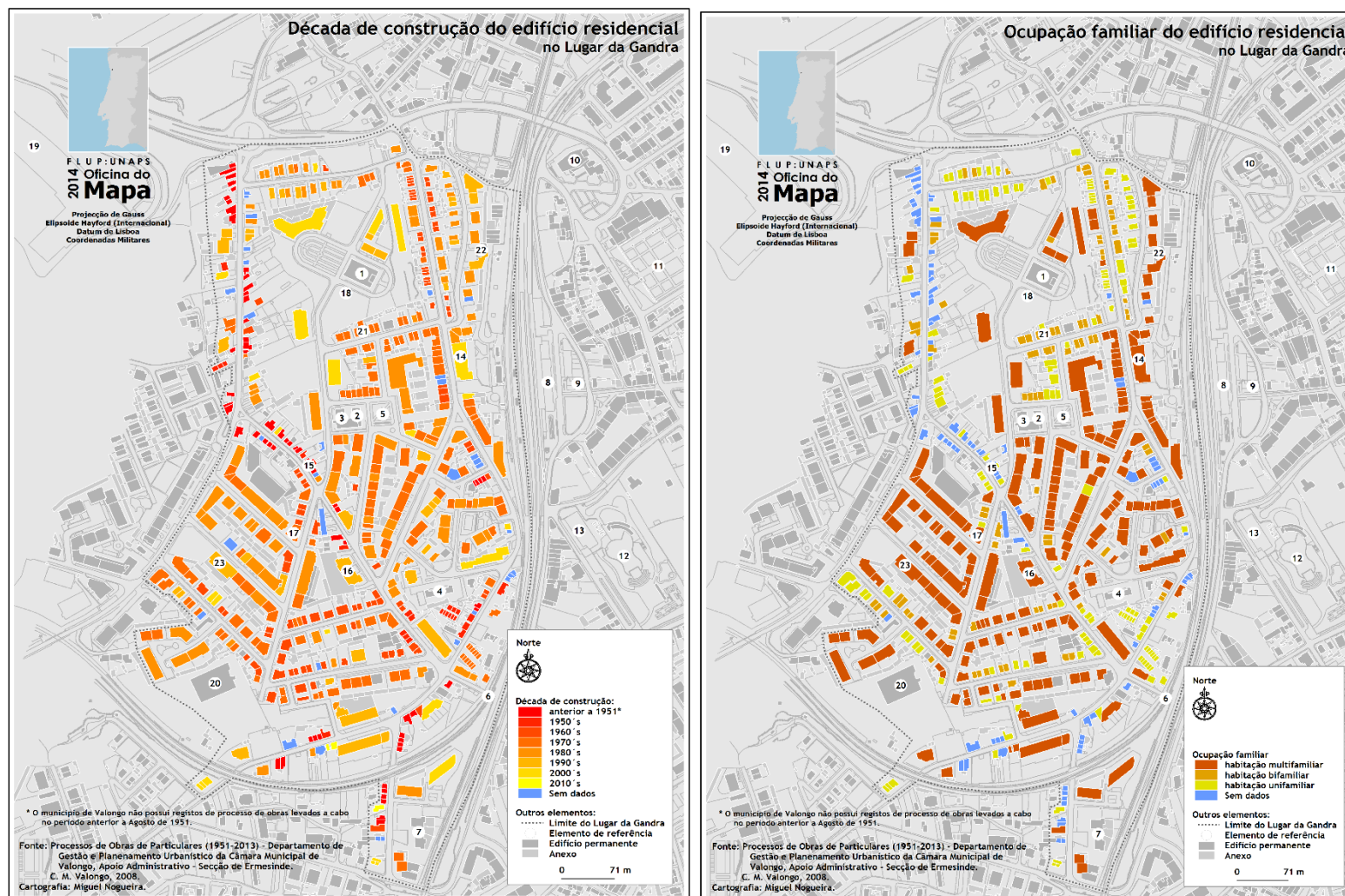
Assim, procurando retratar um exemplo significativo do que foi, na freguesia em estudo, a alteração paisagística decorrente do peso da edificação por iniciativa privada e a forte especialização residencial do território, tomando por referência o cenário local de expansão urbana anteriormente traçado, valerá a pena invocar os grandes traços de transformação ocorridos no nosso observatório privilegiado de análise.

O primeiro aspeto a salientar diz respeito ao facto do lugar da Gandra ter a particularidade de ser uma das áreas da freguesia que conhece um importante investimento habitacional durante a segunda metade do século XX.

Olhando para o mapa da distribuição dos edifícios segundo a época de conclusão (Figura 3.2.), fica muito evidente o peso esmagador que os edifícios concluídos entre os anos 60 e os anos 80 do século passado reúnem no conjunto do parque habitacional local. E, mais, relacionando os dados referentes às épocas de maiores pedidos de licenças de construção com as de conclusão dos edifícios neste espaço, verifica-se igualmente que, desde finais da década de 60 do século passado, e com maior acentuação entre as duas décadas seguintes, o aumento da densificação habitacional se torna muito significativo, período esse, aliás, coincidente com o acelerar do crescimento migratório verificado em Ermesinde e, a nível mais geral, na coroa suburbana do Grande Porto (cf., em anexo, Quadro A-3.6).

De facto, tudo indica que, num cenário de forte disponibilidade fundiária e de uma estruturação do mercado local de alojamento ainda relativamente incipiente, é sobretudo, a partir dos anos 1950, que o solo passa a ter um significado económico mais expressivo, gerando-se uma grande pressão sobre os terrenos rurais adjacentes ao aglomerado principal da freguesia e sobre os seus valores. E é também por esta altura que o lugar começa a ser alvo, a nível urbanístico, da intervenção de uma fileira diversa de promotores, cujas ações crescentes ajudarão a transformar inegavelmente o território.

**Figuras 3.2 e 3.3 – Época de conclusão dos edifícios e tipo de edifício - Lugar da Gandra (Ermesinde) -1951-2011**



Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Consulta e tratamento da informação realizados pela autora. Cartografia: Miguel Nogueira.

Contudo, para se avaliar com maior acuidade a intensidade de tais processos de transmutação no lugar (que apresenta até então um perfil essencialmente rural) e dos procedimentos construtivos executados, teremos que nos confrontar com aquilo que era a situação pré-existente.

Na verdade, apontada pelas monografias locais como uma área profundamente marcada por uma matriz agro-rural, o lugar da Gandra é amplamente caracterizado pelo peso que a atividade agrícola em explorações familiares colhia no passado. Por isso, não é de surpreender que uma análise mais atenta dos dados acerca do peso relativo dos pedidos de licenciamento e dos edifícios concluídos até finais dos anos 50 traduza, com alguma clarividência, a escassez de elementos construídos que ainda caracterizava a área aquando da fase de arranque da dinamização residencial.

Os registos mostram mesmo a presença de algumas quintas no lugar e a influência dos seus proprietários, reconhecidos pelo peso económico das suas explorações e pela manutenção da configuração tradicional da estrutura fundiária da região, daí que a abertura à urbanização tenha conduzido à perda de alguns dos marcos mais importantes do carácter ruralizante do território.

#### **O processo de abertura à especulação fundiária e imobiliária no lugar da Gandra (Ermesinde)**

**Imagem A.10** – Postal alusivo a Ermesinde (princípio do século XX)



Fonte: Arquivo Municipal do Porto – Coleção de Postais; Editor: Tabacaria Rodrigues, Local de Edição: [s.i.], data: 1910.

Sendo ainda, nos princípios do século XX, pautada por evidentes traços da economia camponesa, apesar da crescente tendência de concentração da atividade comercial e industrial na principal aglomeração da freguesia (junto à linha de caminho-de-ferro) e de uma maior abertura à sua interpenetração, há que realçar que, durante um período de tempo alargado, as modalidades de organização social desta coletividade, assimiladas e transmitidas pela população aí residente e/ou empregada, estiveram muito sujeitas à relevância e ao condicionamento dos recursos ambientais naturais disponíveis (como a paisagem, a energia, a água e os solos).

(cont.)

Associado ao facto de ser atravessada por diversos cursos de água, entre os quais se destaca a ribeira da Gandra, pequeno afluente do rio Leça, (atualmente entubada e funcionando como coletor de esgotos que continua a lançar a sua carga no rio) esta coletividade não deixou, portanto, de colher, de forma perdurável no tempo, os inúmeros benefícios deste recurso natural, apostando na terra enquanto capital de subsistência e de exploração, sendo particularmente importante a utilização direta do solo para efeitos de cultivo do milho e do linho, tal como para a vinha e para a produção agrícola (Soares, 2008; Dias, 2001; Beça, 1921).

Contudo, à medida que a pressão urbanística se foi fazendo sentir, e a gestão do “urbano” se foi privatizando no lugar da Gandra, permitindo a reconversão do solo agrícola e florestal em solo urbanizável, o papel de influência da atividade agrícola acaba por perder impacto, começando-se a dar o consumo relativamente rápido de terrenos (florestais) livres, indispensáveis para o equilíbrio ecológico do território.

“(…) Não era só a Gandra. Ermesinde em geral era milho, eu lembro-me, quando ia para a tropa, não é, passava no comboio e só via milho... Portanto, está a ver, isto eram terrenos com muito, muito... com água...(…) Maioria era tudo terrenos agrícolas. No fundo, eram terrenos rústicos que serviam para a agricultura e depois foram transformados em terrenos urbanos, urbanizados para construção.”

Grupo doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“O centro era ali tudo à volta da estação e era esta rua [Rua da Gandra] com estes bairrinhos. Portocarreiro com tudo muito velho. Muito velho. E depois aqui não havia casas nenhuma, era uma bouça grande ali atrás. Ali eram campos alagados. (...) Se a gente pusesse um pé molhava-se logo. (...) Quando eu vim para cá, estava a mudar. Aquilo foi uma mudança!... (...) Nem havia estas casas. Isto aqui era uma bouça.”

Grupo doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“Quando eu vim para aqui, isto era também uma aldeia. Agora é cidade. (...) Eu vi as casas a serem feitas. Olhe, por aqui adiante, de um cabo a outro, eram tudo campos. Morava na ponta, onde está lá aquela casinha, uma senhora (...) que era quem tomava conta destes campos todos. Por isso, a pouco a pouco, ficou sem campo nenhum.”

Grupo doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

Num cenário de promoção habitacional (pública) muitíssimo limitada como a que se verificava, não deixa de ser significativo observar que os próprios proprietários e/ou agricultores implementados no lugar (alguns até notáveis locais) iriam ser determinantes no processo de loteamento de antigos terrenos cultivados, abrindo-se uma nova via à especulação fundiária e imobiliária e até mesmo à dotação de certos equipamentos no território.

“Tudo isto, pela Rua da Índia Portuguesa, pertencia a uma bouça de uma família (...) de uma antiga casa de lavoura, que ainda existe aqui. Era de um proprietário rico que não tinha filhos e que, mais tarde, quando morreu, os sobrinhos herdaram e (...) urbanizaram. (...) Na parte da Rua de Angola, a Rua de Moçambique, Praceta de Moçambique, Rua de Cabo Verde era a Quinta das Rosas... Foi propriedade de um lavrador de alcunha de *Matraca*... Um dia houve necessidade (...) e ele teve de vender a quinta... (...) Também ofereceram ao meu pai se ele queria comprar um lote de terreno, era a 350 escudos o metro na Rua de Cabo Verde. Não havia dinheiro nem para a tigela da sopa, como se costuma dizer... (...) Mas foi uma transformação, foi, a partir dos anos 60... com mais ou menos força, porque havia para aí muitos terrenos que eram zona verde, mesmo aqui no centro. O caso dos terrenos onde estava o antigo *Pingo Doce*... (...) A Rua de Lourenço Marques aquilo ali era um campo que era pertença de um outro ... proprietário, conhecido por *Xavier*. Não conseguiram fazer nada, mas venderam ao *Santos Rasteiro*. Como era procurador da Câmara Corporativa de um dia para o outro a zona verde desapareceu.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 7 anos

(cont.)

Apesar de não ser um produto de uma ação planeada mas antes o resultado da divisão de vários terrenos, característica aliás mais recorrente na Região Norte, (Salgueiro, 1992: p.205), o que é facto é que, por via da configuração do loteamento, o processo construtivo local passou a adotar um carácter mais difuso. No entanto, também há que admitir que a rede de relações sociais locais vigente deu um importante auxílio. No nosso entender, não será apenas o lado mais ou menos anárquico de crescimento urbano que aqui deve ser equacionado, e que será, mais tarde, alvo de críticas de muitos residentes, mas sim a importância que, numa primeira fase, o próprio “campo dos poderes locais” (Lambert, 2012) assumiu nos arranjos territoriais do lugar. Pois, seja pelas competências de negociação na compra e venda de terrenos, pelo poder de influência na sua cedência ou seja pelas disposições de carácter técnico, estes agentes asseguraram, de facto, vantagens competitivas e permeáveis a uma maior eficácia e rentabilidade, contribuindo direta ou indiretamente nos esquemas de decisão fundiária, através de uma rede de relações relativamente alargada e mobilizadora de capitais de ordem económica e socio-simbólica com o poder administrativo e político, envolvendo extensivamente a esfera da reprodução social no âmbito comunitário (Bourdieu, 2001: pp.238-239; p.245)

“Eu nasci aqui ao lado, isto há 64 anos... Aqui onde eu estou com a farmácia era uma casa da eira... fazia parte (...) da casa dos meus pais. [Servia para] guardar milho, cereais (...) e onde eram os cortes do gado, de campos... (...) Pronto, depois isto levou uma evolução muito grande. As minhas irmãs não deram continuidade. Os meus pais começaram a sentir-se cansados... e claro que ninguém dava continuidade e surgiu a oportunidade. Começou o tal desenvolvimento urbanístico. (...) O meu pai era uma pessoa muito conhecida, talvez pela antiguidade da freguesia, por ser uma família, pronto, conceituada...exerceu o cargo de regedor. Também era muito ligado à Igreja. (...) Colaborou bastante com a Câmara nessa altura, porque deu o terreno todo para a Escola Primária. Que chamávamos nós o Campo da Vessada. (...) Tinha uma horta e um engenho de tirar a água. (...) Com a contrapartida de fazerem pelo menos os arruamentos. (...) Entretanto, claro, começaram a lotear. O meu pai começou a vender e as pessoas (...) começaram a construir. (...) Foi, nessa altura, que os meus pais construíram os prédios e foi um garante. (...) Na altura, a lavoura não dava para construir. Embora também um preço irrisório... (...) Isto há 50 anos.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“Aqui era uma zona essencialmente agrícola e ali onde é a feira agora era uma parte muito, muito húmida, que a ciganada ia lá buscar aqueles vimes para fazer as cestas. Aquilo era (...) do *Rasteiro*. Foi ele que deu o terreno onde está a Casa do Povo e o Centro de Saúde. Embora fosse uma pessoa, vá lá, de poucos princípios, (...) pugnou muito por Ermesinde, mercê, na altura, das amizades que tinha na Assembleia da República. (...) E aqui, deste lado, era uma zona formidável para vinho, batatas... (...). Chamavam-lhe a quinta do *Matraca*. (...) É claro, quando se abriu esta rua, e se começou a vender os terrenos desse lado e deste lado, isto começou a tomar estas proporções. (...) O lavrador espreitou o furo (...) e foi a grande evolução disto tudo. (...) Eu fui um dos “testas de ferro” na urbanização disto. O senhor M. M. A. comprou isto, éramos próximos, e depois urbanizou-se esta parte. Eu tinha os terrenos, tinha o projeto, tinha licenças da Câmara. (...) Tinha o projeto dos cálculos de betão armado, chamei mais do que um trolha, chamei mais do que um pedreiro, e assim foi...”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

### 3.4.2. Tipo de edificado local produzido

Quando nos deparamos com um novo quadro de urbanização, que, como vimos, vai beneficiar em grande parte da implementação gradual do processo de loteamento urbano<sup>115</sup>, verificamos que o lugar conhece também profundas alterações nos modelos de tipologia habitacional construídos.

<sup>115</sup> Processo que assegura, a partir da década de 50 do século passado, o licenciamento a áreas rurais em volta dos aglomerados urbanos e que, na década seguinte, reconhece aos particulares o direito de lotearem



De acordo com os dados que foram possíveis recolher<sup>116</sup>, uma parte significativa das habitações produzidas naquele lugar, até ao momento de obrigatoriedade de registo de processos de obras - Agosto de 1951 - detinha uma feição marcadamente rural tanto no que respeita aos materiais de construção, como à planta criada.

Contudo, além destas habitações, outras, em menor proporção, e com um tipo de planta e de fachada distintas, foram sendo desenvolvidas. Tratavam-se, geralmente, de casas térreas em banda destinadas à população operária local levadas a cabo pelas entidades de transporte público (no caso, a ferrovia) ou decorrentes de iniciativas de paternalismo industrial.

Ao longo dessa década e da seguinte, também se registaram habitações resultantes da ação de algumas cooperativas de construção e habitação, que dependiam largamente dos sócios que se quotizavam mensalmente até atingirem o valor limite da respetiva classe de construção, fase de aquisição do direito de construção da sua habitação (cf. Imagens A.11 a A.14).

**Imagem A.11** – Edificado local promovido pela ferrovia (anterior a Agosto de 1951)



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua da Gandra (Ermesinde).

**Imagem A.12** – Edificado de matriz rural (anos 30 e 40 do século XX)



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua PortoCarreiro (Ermesinde)

os seus terrenos, de acordo com os seus planos, passando a ser definida a possibilidade de fracionamento por venda ou locação de terrenos, situados em zonas rurais ou urbanas, desde que haja a garantia que estes são destinados à construção e dependam de licença camarária (Matos, 2001: p.119).

<sup>116</sup> Junto dos funcionários do Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, através da realização de (2) entrevistas exploratórias (cf., em anexo, Guião A-3.4.).

**Imagem A.13** – Edificado decorrente das iniciativas locais de paternalismo industrial (anos 50 e 60 do século XX)



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Bairro operário (presença de “ilhas” nas traseiras); Rua PortoCarreiro (Ermesinde).

**Imagem A.14** – Edificado local resultante das ações de cooperativas da habitação e de construção (anos 60 do século XX)



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua de Angola e Rua da Gandra (Ermesinde)

Observando a informação disponível por tipo de edifício, conclui-se que a expansão do edificado local se foi desenrolando segundo dois grandes cenários (rever Figura 3.3).

O primeiro, mais característico até aos anos 1960, embora não seja de excluir a sua presença em períodos recentes, corresponde ao da disseminação do “habitat” individual – veja-se, a propósito, o peso relativo que os edifícios de cariz unifamiliar ou bifamiliar assumem no padrão de ocupação do solo – sendo que, grosso modo, estamos em crer que este cenário se deveu, basicamente, às características associadas ao modelo de povoamento e de propriedade do território, muito pulverizado, que permitiu a construção de moradias por iniciativa familiar e em regime de autopromoção (legal ou clandestina), recorrendo-se, com grande frequência, a empresas de construção de dimensão reduzida e a trabalho de origem familiar e/ou local (Matos, 2001: p.172).

O segundo cenário, praticamente modal nas décadas subsequentes, emerge com a difusão dos edifícios multifamiliares, valorizando-se largamente o modelo da construção em altura, sendo que, com o aumento da dimensão dos edifícios (neste caso, uma tendência claramente evidente nos anos 1980 e 1990) se verificam mudanças no tipo de promoção habitacional (rever Figura 3.3). Em virtude de uma participação crescente das empresas na promoção da habitação, cuja aposta nos modelos construtivos se afasta dos

regimes de construção e de promoção anteriores, uma fração do edificado construído vai sendo progressivamente "consumido" pelos edifícios novos, aumentando a oferta de edifícios coletivos (cf., em anexo, Quadros A-3.7 e A-3.8). Note-se que o pressuposto (economicista) era o de construir o mais possível na menor área possível com o objetivo de otimizar os loteamentos disponíveis.

Por sua vez, percebe-se que, com a construção em altura, a procura de uma economia de escala distinta e de maior potenciação, decorrente tanto do aumento das exigências das necessidades habitacionais, como da larga oferta de terrenos, vai beneficiar igualmente com a vulgarização da propriedade horizontal, instituição que permite o desenvolvimento de um mercado de novos fogos para rendimento através do aluguer ou para habitação própria, alargando-se exponencialmente os potenciais compradores através de regimes de crédito (Matos, 2001: p.142).

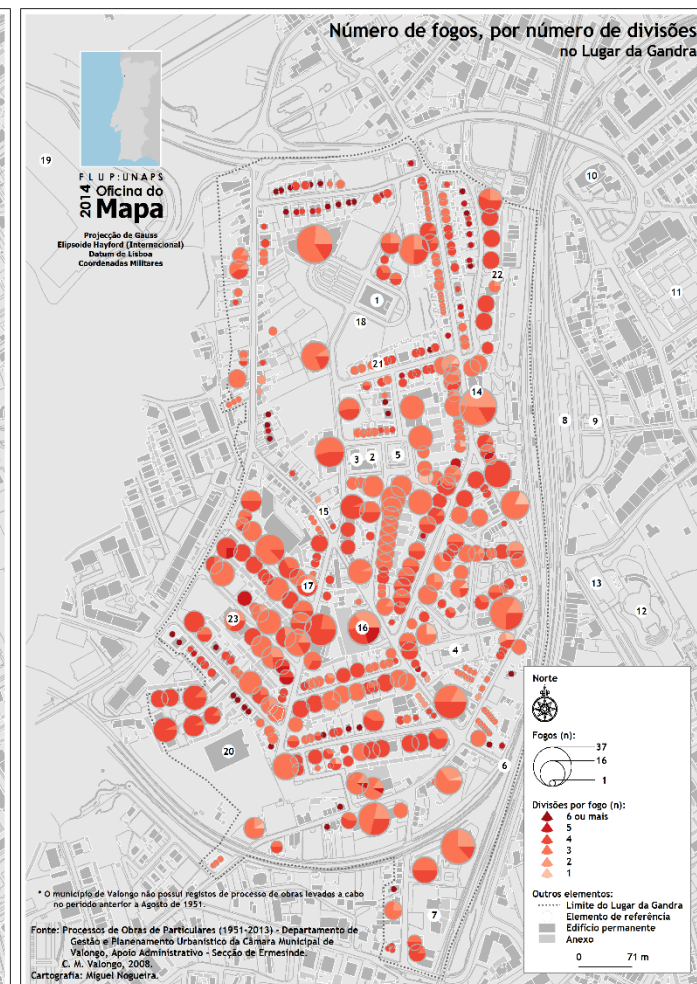
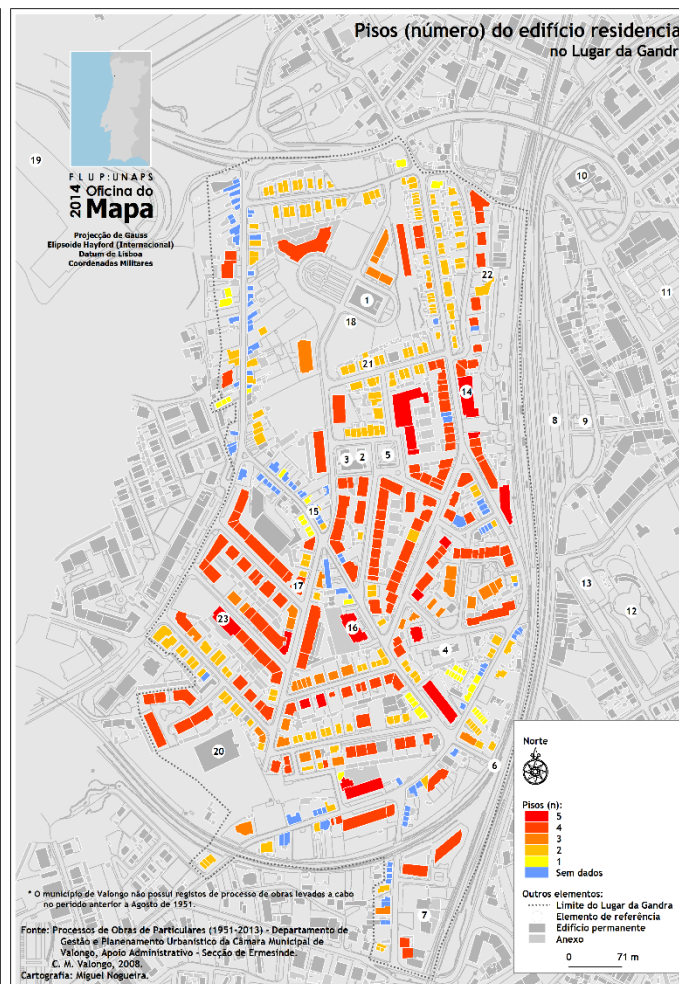
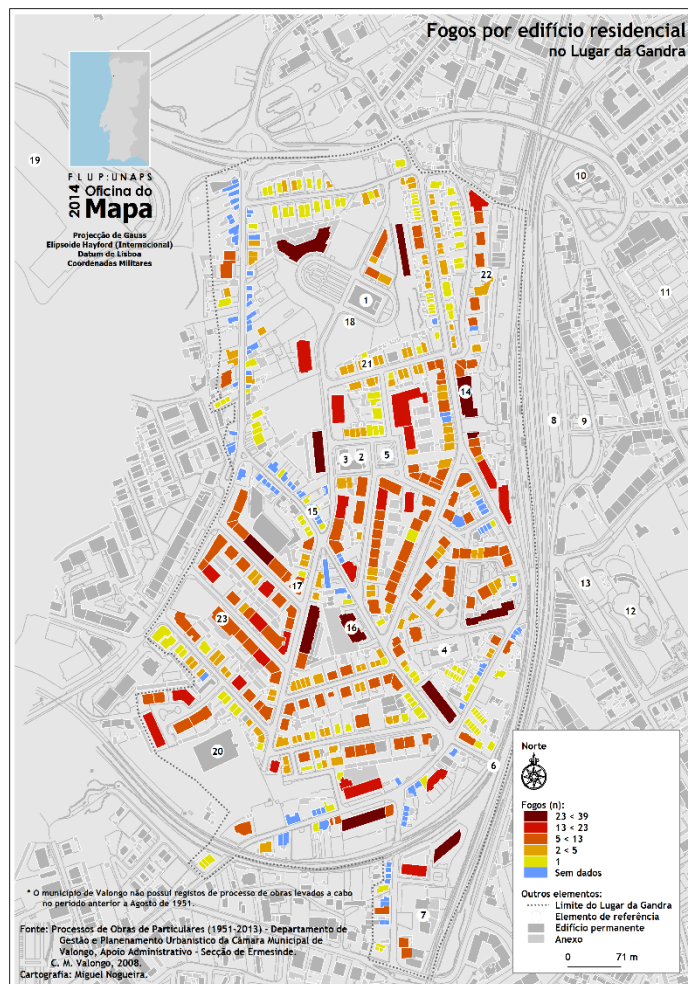
Analisando a intensidade deste movimento, e a das mudanças verificadas no parque habitacional local, observamos que os modelos de desenvolvimento, entretanto, criados se foram apoiando, essencialmente, em mais alojamentos mas também em mais pavimentos por edifício.

Repare-se que, globalmente, no conjunto de edifícios de cariz multifamiliar do lugar existe um maior número de fogos (entre 5 e 39), mais pisos (de 3 ou mais) e pisos com maior superfície, contrariamente ao restante grupo de edifícios (cf. Figuras 3.4 e 3.5), sendo que uma visão ainda mais detalhada nos leva a concluir que, no segmento de edifícios unifamiliares e bifamiliares, predominam os 2 pisos, ao passo que nos edifícios multifamiliares dominam os 4 (cf., em anexo, Quadro A-3.9.). Quanto ao número médio de divisões existentes por alojamento, vemos que este concentra-se entre 3 a 4 divisões, tornando visível o significado do aumento da dimensão média dos alojamentos na periferia com o progressivo afastamento face ao centro metropolitano (cf. Figura 3.6).

Ainda assim, neste último caso, a intensidade do contraste não deixa de ser relevante quando nos cingimos à análise do total de fogos existentes – são os edifícios unifamiliares que registam proporções importantes de fogos com 5 e mais divisões, enquanto os edifícios multifamiliares, apesar de terem maior número de alojamentos por edifício, traduzem proporções mais significativas de fogos com apenas 2 divisões (cf., em anexo, Quadros A-3.10 e A-3.11). Observa-se, pois, que os fogos com apenas uma divisão têm pouca expressão no conjunto global (representando apenas 1% dos alojamentos nesta classe), tal como os fogos com maior número de divisões têm uma ocorrência reduzida (3,8%).



Figuras 3.4, 3.5 e 3.6 – Número de fogos e de pisos por edifício residencial e Número de divisões por fogo - Lugar da Gandra (Ermesinde) -1951-2011



Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Consulta e tratamento da informação realizados pela autora. Cartografia: Miguel Nogueira.

O que é certo é que estes traços de transformação, quer nos reportemos à tipologia dos edifícios, quer às características dos alojamentos (inclusive a própria diferenciação funcional “fachada/traseiras”) são fundamentais, porque tanto colocam a tónica na questão da diferenciação espacial e social do mercado de alojamento local e sua relação com a estrutura fundiária, como na definição dos organogramas funcionais do espaço doméstico.

Mais, eles podem ser um indicador do tipo de resposta ou de ação dos promotores no processo de distinção e de reorganização seletiva da oferta de habitação e nos critérios utilizados para a modelação dos vários tipos habitacionais (Pereira, 2016: pp.52-62; Conceição, 1999: p.9). Por isso, a avaliar pela informação referente à evolução dos agentes de promoção habitacional e dos modelos habitacionais desenvolvidos, desde a segunda metade do século passado até aos dias de hoje no Grande Porto, convém perceber quais os contornos de investimento habitacional assumidos no nosso observatório em concreto.<sup>117</sup>

**Imagens A.15 e A.16 – Edifício bifamiliar e multifamiliar (década de 60, século XX)**



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011);  
Rua Eng.º Armando de Magalhães (Ermesinde).

**Imagens A.17, A.18 e A.19 – Edifícios multifamiliares e bifamiliar (década de 70, século XX)**



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011);  
Rua de Cabo Verde (esq.), Rua de Luanda (centro) e Rua de Bissau (dir.), Ermesinde.

<sup>117</sup> Vejam-se, a propósito, as reflexões sobre a generalização da casa moderna na sociedade portuguesa, a partir dos anos 50 do século XX, cf. Pereira (2016: pp.64-72).

**Imagens A.20, A.21 e A.22 – Edifícios multifamiliares e bifamiliar (década de 80, século XX)**



Fotografias: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011);  
Rua de Diu (esq.), Rua Engenheiro Armando Magalhães (centro), Rua de Cabinda (esq.), Ermesinde.

**Imagens A.23 e A.24 – Edifícios unifamiliares e multifamiliares (década de 90, século XX)**



Fotografias: Maria Inês Coelho (Fevereiro 2015) - (SFRH/BD/80297/2011);  
Em cima: Rua Mário Pais de Sousa (esq.) e Rua da Gandra (dir.);  
Em baixo: Rua Afonso Albuquerque (esq.) e Rua Mário Pais de Sousa (dir.), Ermesinde.

**Imagens A.25 e A.26 – Edifícios bifamiliares e multifamiliares (anos 2000)**



Fotografias: Maria Inês Coelho (Julho 2015) - (SFRH/BD/80297/2011);  
Em cima: Rua de Moçambique (esq.) e Rua de Serafim Ferreira dos Santos (dir.), Ermesinde;  
Em baixo: Travessa Porto Carreiro (esq.) e Rua PortoCarreiro (dir.) Ermesinde.

### 3.4.3. Perfil dos promotores de habitação local

À medida que, no lugar da Gandra e da sua envolvente, se foi acentuando uma notória tendência de especialização do uso do solo para finalidades predominantemente residenciais, com marcas territoriais claras de alteração na relação entre antigos núcleos de cariz urbano e espaços rurais, fomos nos apercebendo que a estrutura do negócio da habitação e da sua promoção também se foi modificando e que aspetos estruturais de mudança, como os que, mais tarde, iriam figurar no setor imobiliário privado português, começam aqui a moldar-se a partir dos anos 50 e 60 do século XX. De acordo com Sandra Marques Pereira, nestas décadas dão-se os passos determinantes no processo de “modernização da casa” oferecida pelo setor privado, por via da sua progressiva profissionalização e do arranque da multiplicação de regulamentares e legislativos. E, em paralelo, acrescem importantes mudanças na redefinição morfológica dos edifícios e dos fogos (2016: p.87).<sup>118</sup>

Fica claro, com base nos dados disponíveis, que uma promoção, feita quase exclusivamente por iniciativa particular e realizada, em grande medida, por pequenas e médias empresas de âmbito local, mas igualmente por alguns independentes, participou ativamente no processo de ordenamento e produção deste território, tendo, como se percebe, implicações na ordem urbana e na estrutura da propriedade local.<sup>119</sup>

As transformações mais evidentes residiram, como vimos, na passagem de um mercado de habitação do tipo artesanal para uma produção mais “industrial” do alojamento em série (numa estratégia de claro reforço da “mercantilização” do setor imobiliário), mas também na aposta pela coletivização e pela concentração da área habitável.

De resto, as consequências de tais alterações acabaram por afetar intensamente uma parte do processo de construção de disposições e representações sociais acerca do lugar e dos modos de socialização anteriores, mais favoráveis à apreciação do valor fundiário, condicionando o perfil das sociabilidades de proximidade.

---

<sup>118</sup> Sobre estas transformações tivemos em consideração os contributos de Portas *et al* (2007), Matos (2001), Conceição (1999; 2002), Rodrigues (1992), Salgueiro (1992; 2001) e Vázquez (1992).

<sup>119</sup> Não só se verificou um fraco peso das cooperativas de habitação – destacando-se apenas a intervenção local da Cooperativa Construtora de Ermesinde (fundada em 1953), da Cooperativa “O Problema da Habitação” (1926) e do “Lar Ferroviário” (criada em 1954) – como foi praticamente nula a intervenção estatal em matéria de investimento habitacional.

### **A perda dos marcos ruralizantes do território num contexto de densificação habitacional (e os seus primeiros efeitos nas relações sociais locais)**

De facto, é possível testemunhar que, num cenário regional de aumento dos fluxos de mobilidade e do alargamento das deslocações, mas também de crescimento de outras atividades e de prolongamento da escolaridade obrigatória no plano nacional, o abandono do campo e do trabalho da terra provocou, em certos entrevistados, uma fortíssima noção de transformação espacial, que o processo de densificação habitacional veio acelerar (Champagne, 2000: pp.56-61).

Quando lemos os discursos e as representações de alguns dos residentes ou de habitantes naturais da freguesia acerca do rápido processo de crescimento urbano/habitacional, sucedido no lugar da Gandra, parece-nos óbvio que a crescente urbanização conduziu a uma certa perceção de desapeço em relação ao quadro de vida até então formado. Torna-se visível que a atual consciência da rutura com as formas de ocupação e vivência anteriores não só foi indutora de críticas, especialmente pelo peso que as lógicas de entreaajuda e o reforço de ligação ao local reuniam no passado; como, do outro lado, verifica-se que a forte herança rural permanece alvo de um trabalho ativo de memoração (não obstante a presença local de divisões sociais e de género).

À luz das rápidas transformações sociais a que o território foi sujeito, e dos efeitos que a dinâmica construtiva trouxe para o quadro de limitação e de dependência ao local como o que anteriormente se vivia, a composição discursiva atual continua, portanto, a apoiar-se numa espécie de “cristalização” do(s) tempo(s) e do espaço(s) vividos. Para os habitantes com origens no lugar, fosse em tempo de trabalho ou de não trabalho, a vivência passada, moldada pela paisagem rural e pelo contacto e/ou fruição constantes com a natureza, foi concretizando-se efetivamente, em determinados momentos, pela realização de tarefas, mais ou menos ocasionais, nas explorações, como em alturas vitais do calendário produtivo. Por outro lado, destacando-se a importância das festas locais de outrora (sinónimo de integração social), acaba-se por revalorizar o peso do cariz comunitário, sublinhando-se, ainda que à custa uma certa “nostalgia”, a distância entre a referência do lugar de hoje e o do passado.

No entanto, fica a ideia de que, para alguns dos habitantes, mais relevante terá sido, porventura, o impacto das modificações no espaço social local (Idem). Perturbando um certo centramento característico do funcionamento da coletividade, a afluência das pessoas “em massa” ao lugar, de facto, não terá sido bem vista, de imediato, na rede de interconhecimento do espaço de vizinhança.

“Eram campos, campos e campos. Esta zona, por exemplo, nesta rua, na Rua Elias Garcia, para este lado (...) era casas de lavradores com um caminho de carros de bois. Mesmo para se ir à estação, para se apanhar o comboio, era tudo estreitinho. Tanto que os lavradores cortavam as silvas porque aquilo era tão estreito (...) era para as pessoas que iam para o Porto não estragarem as roupas. (...) Depois foi tudo muito rápido. Era um buraco. Eram campos de lavradores. (...) Depois passado, quê? Doze, treze anos passaram lentamente a construir já um prediozito melhor com dois ou três andares, mais nada. E depois é que começaram a vir em série *os blocos*. (...) Está tudo *modificado*. (...) As pessoas chegam ali com os carros, metem na garagem, vão para casa e de manhã saem para o trabalho. *Mal se conhecem* uns aos outros.”

Grupo doméstico 17, residente na atual habitação há 2 anos

“A vizinhança? ... Nós tínhamos ali, e ainda temos, um agricultor e nós entretínhamo-nos lá. (...) Íamos lá para as desfolhadas, para as vindimas. Era, às vezes, cortar erva para o gado. Pronto, ia-se buscar o milho quando era para apanhar o milho. Isto tudo em carro de bois. Não havia câ tratores. (...) Fazer aquelas sachadelas, como às vezes a gente lhe chamava, do feijão, disto ou daquilo. Lá metia um arado pequenino e então era com o cavalo. (...) Eu gostava de andar lá a chamar à frente dos bois, do cavalo e tal. (...) Eu gostava daquilo, não é. Gostei sempre de animais. Passei a minha mocidade por aí. (...)”

(cont.)



“(…) Fazia-se aqui nesta rua o São João, conhecido como o São João da Gandra. Era o melhor. Aqui as festas sanjoaninas era como lá em baixo no Porto. Esta rua ficava toda iluminada por ali abaixo até lá em cima. Músicas na alturas aí a tocar... (..) Isto aqui até era um sítio bastante *saudável*, antes de se fazer este *casario* todo por aí fora. Isto até era um sítio bastante *agradável*. É claro que depois a construção também veio começar a saturar um bocadinho... (..) São pessoas que saem e entram e que vão à vida delas. (..) Eu, pelo menos, noto mais isso aqui, pessoas que vivem, pronto, nesses apartamentos. E, nesses apartamentos, poucas são as pessoas que estão aí: «Ó vizinha e tal?! Não sei quê, não sei que mais...» ”

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

No nosso entendimento, foram precisamente as mudanças sentidas nas configurações relacionais (e nas variações das formas de sociabilidade e de controlo social usuais) que mais afetaram a visão de “relativa homogeneidade social” e o sentido de “estabilidade geográfica do grupo” e de “identidade grupal” associado à vivência no território e à cena local (Champagne, 2000: p.239).

E eis que se afigura, assim, uma das primeiras tensões no panorama de sociabilidades do lugar que colocará em confronto, durante bastante tempo, os residentes da freguesia de Ermesinde (em especial da Gandra ou dos lugares limítrofes) e aqueles que chegaram nas primeiras fases de ocupação residencial do território (“os de fora”, “os que não são da terra”).

No espaço das convivências locais, esta latente relação de tensão que, como já se viu, evidencia nitidamente o desequilíbrio das relações de poder, é fruto da acumulação de uma “socio-dinâmica” relacional (Elias, 2000: p.23) assente no desacordo de práticas, usos e costumes, não sendo ignoradas, portanto, as diferenças entre os grupos que vão ocupando o lugar. Pelo contrário, elas são mesmo invocadas quando se pretende obter, da sua parte, um retrato de ligação ao território.

E é sob o plano dessas diferenças (ou, se preferirmos, nas palavras de Robert Park do binómio “vizinhança nascente”/ vizinhança em processo de dissolução”) (1967, p.32) que determinados discursos dão a entender um certo sentido de “luta” pela incorporação do lugar, facto que, realmente, nos ajuda a melhor compreender que, no decurso das sociabilidades formadas, não se fizeram esquecer operadores como a “pertença ou não à terra” ou a “defesa das origens e suas virtualidades”.

Por entenderem não fazer parte do grupo ou serem “(des)apegados” ao território, uns e outros, tendo subjacente a ideia de distintividade, incluem-se sob determinadas fronteiras, levando a que as relações criadas se convertam, ao longo do tempo, numa espécie de “hierarquização categorial subtil”, sobre a qual se continuam a organizar certas ideias, atitudes e comportamentos tenuemente discriminatórios (entendidos, por sua vez, como legítimos). Enquanto objetivações discursivas de processos mais vastos de exclusão “funcional”, alguns dos desabafos relatados têm em vista, sob o ponto de vista prático, a preservação e defesa dos respetivos limites e, por isso, é preciso ver que as estratégias relacionais de “segregação” e/ou “regulação simbólica” desenvolvidas, espelhando distintos posicionamentos e recursos no espaço social local, encontram-se (também elas) associadas a representações situacionais, porque alusivas aos referenciais do passado.

Assim, na procura pela sobrevivência, num contexto habitacional denso como, presentemente, o conhecemos, elas constituem verdadeiras balizas de tolerância, obrigando alguns dos moradores a adotar um certo conformismo e acomodação face a um ambiente “tão modificado”, “saturado”, “diverso” e ausente de “bairrismo” (Simmel, 2001).

“*Senhor T.*: Aqui [as pessoas] dispersam-se mais e não há aquele *bairrismo*, até porque a Gandra, repare, na Gandra, que é que acontece? Pouca gente é natural daqui. (...) Mas acho que a falta de bairrismo existiu sempre. (...) ”

(cont.)

“Senhor A.: Isto aqui é, é boa gente, não é? Não é, não é pessoas... Não há é grande bairrismo aqui na zona. (...) E eu já estou aqui, estou aqui há 40 anos, não é? Eu ainda me dou com muitos amigos. Se houvesse bairrismo, isto, em termos de associação [ADRG], se as pessoas fossem todas de Ermesinde, aqui na zona, não é (...) havia bairrismo. E a nós bastávamo-nos que as pessoas desta rua fossem sócias. Esta associação tem 100 sócios ou quê, ou cento e poucos. Já teve 500. Já teve 500! Noutro tempo, não é? Quando não havia tanto *emigrante*. Eu chamo *emigrante*, porque é gente de fora, não é. Havia pessoas naturais daqui que vinham para a associação à noite. (...) Aliás aqui, nesta rua, sei lá, eu... O único que, de facto, é daqui natural, acho que sou eu. Ah! Eu e um, mas não é desta rua, é da outra.”

Sócios (da fase de origem) da Associação Desportiva e Recreativa da Gandra (fundada em 1973)

“Vim para aqui com nove anos, está a ver? Conheci esta gente toda. (...) Não é fácil. Não é fácil. Ainda por cima, depois é gente... Eu sou de Viana, aquele é de Lamego, o outro é de Resende, o outro é da Guarda... Gente com educações ainda... e culturas tão diferentes e mentalidades tão diferentes que... Para um pescador uma coisa é uma coisa e para um duriense uma coisa é outra coisa. Está a perceber? ... Não encaixa! Quer dizer, temos aí... Temos outras mentalidades. Não é fácil.”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

“Às vezes tenho saudades de olhar assim para estes campos, para aqui, para (...) o que foram aqui as bouças da minha meninice. (...) Era uma vizinhança sadia. (...) Usava-se naquele tempo, até quando havia funeral, andar de porta em porta a avisar quem morria para arranjar gente para ir ao funeral. Eram dois louvados, que vinham (...): «Olha, morreu fulano assim, assim, o funeral é às tantas horas. Podeis mandar alguém?» ... Para arranjar gente, senão o morto tinha que ir a pé. (...) Éramos nascidos e criados aqui. Cada um metia-se na sua vida, não havia problemas. Hoje não é assim. É um xirixi nestes prédios multihabitacionais... mais do que havia naquele tempo. Hoje há, hoje há muito xirixi... Não tenha dúvidas! Ainda hoje, eu dou-me bem com todo o mundo mas não sou pessoa de me meter na vida de ninguém. (...) Fecho-me mais na minha concha.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“Ui muito! Isto [a Gandra] mudou muito. Vieram para aqui... Porque aqui era só gente da terra. Pessoas da terra. Pronto, aqui estavam, naquelas casinhas mais pequeninas. Moravam os filhos com os pais e era aquela coisa assim. E depois, começaram a construir e vieram pessoas lá de cima do Douro para aqui morar. Começaram a vir do Minho, do Douro e vieram para aqui trabalhar. E do Porto. Isto é um dormitório do Porto, praticamente.”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

Apesar de tudo, num quadro local de preponderância da presença deste perfil de promotores, importa salientar a diversidade de agentes envolvidos. Vejamos que o “campo” de produção da habitação local, composto por relações objetivas (de concorrência e/ou complementaridade) que se operaram entre os vários elementos, não deixou de ser dotado de uma dada estrutura e, que de facto, foram coexistindo promotores de maior envergadura com outros de menor peso, cujos procedimentos de construção se iam distinguindo.

Por sua vez, marcada por algum dinamismo, podemos afirmar que esta estrutura foi fruto de várias lutas desencadeadas por estes agentes em torno da conservação e/ou transformação das suas posições na esfera do mercado da habitação (Bourdieu, 1984: p.10), sendo impossível deixar de olhar para o espaço de atuação destes vários agentes como um “espaço de poder” e de “configuração relacional” (Mazeres, 1978: p.235; Elias, 2005: pp.140-143), face à existência de diferentes estratégias de intervenção associadas a

cada tipo de entidade investidora e à sua posição no campo da produção da habitação. Para além das diferenças de interesses entre estes grupos e o tipo e volume de capital detido ou o seu modo de funcionamento e produção, também existiam, entre outras, dissemelhanças claras na sua situação jurídico-técnica, na intensidade tecnológica e nas estratégias de comercialização utilizadas.

Mas para conhecer o significado destas distinções é necessário que se observe melhor algumas das principais características destes agentes pois a sua distribuição no “campo” da produção da habitação foi dependendo do conjunto de disposições possuídas, fundamentais na orientação das suas estratégias.

Por um lado, temos o caso dos particulares que foram construindo em regime de autoconstrução, podendo ou não recorrer a terceiros, e aqueles que, após compra de terreno, recorreram a um empreiteiro para a execução da obra. Trata-se, neste caso, de um tipo de promoção com variações – a autopromoção total ou parcial e faseada – e cuja tipologia associada remete ou para a moradia unifamiliar e/ou bifamiliar. No nosso entender, estes agentes configuram um perfil de promoção distinto porque impera sobretudo, na procura de alojamento, a maximização dos interesses de cariz pessoal e/ou familiar. A estrutura de provisão das famílias é essencialmente caracterizada pela dimensão limitada do processo construtivo, encontrando-se assente em pequenos projetos, e destina-se principalmente à ocupação própria. Dá-se, ainda, com frequência o recurso às redes do seu quadro sociabilitário – trabalho familiar e mão-de-obra especializada – para a execução da obra (Matos, 2001: pp.68 e 489).

Por outro, não podemos perder de vista aqueles que, sendo proprietários de outros terrenos do lugar, e podendo ou não estar sob regime de sociedade, adjudicaram a obra e/ou construção a conjunto de pequenos empreiteiros locais.

Referimo-nos, portanto, a um tipo de promotor que, tendo capacidade real de investimento e capital económico, mas ausência de capital prático (“saber-fazer”), mobiliza mão-de-obra qualificada e confia o trabalho a pessoal permanente e especializado. Neste último caso, sabe-se que, apesar de não existir um envolvimento tão frequente nas várias fases do processo produtivo, existe o interesse em colocar, no mercado, solo e habitações em quantidade e proporções capazes de maximizar os seus lucros, por isso, promovem a construção quer para venda, quer para arrendamento. E também não é de todo invulgar verificar que estes mesmos agentes acabavam por usufruir de alguns dos alojamentos construídos.



Relativamente aos vários empreiteiros locais que, quase sempre em regime de sociedade, foram assumindo responsabilidade na execução de pequenas obras (recorrendo, porventura, a terceiros), destacam-se especialmente algumas marcas de distinção. Mesmo sendo, no lugar em causa, responsáveis pelas estratégias de promoção do edificado, com vista à sua venda e/ou arrendamento, estes agentes exibem, por comparação aos anteriores, uma maior intervenção na constituição e gestão de bolsas de terrenos e um controlo total do processo produtivo, principalmente em termos de gestão e distribuição dos vários recursos. Além disso, muitas vezes, revelam a competência e a experiência em tarefas como a aquisição do terreno, a elaboração dos projetos e a obtenção de financiamento e/ou de licenciamentos para a construção de edifícios multifamiliares isolados. Ainda assim, não deixa de ser revelante o predomínio do cariz informal no trabalho desenvolvido.

O mesmo pode, aliás, ser dito em relação à importância das pequenas empresas de construção de âmbito local que se foram implementando ao longo do tempo pois, subsistindo durante algumas décadas, elas pareciam dispor de um certo grau de resistência e adaptabilidade às várias flutuações do setor da construção quer por via da subcontratação, quer pela especialização do trabalho. Dedicando-se mais a pequenos projetos (com menor regularidade e maior dispersão) ou trabalhando em regime de subemprego, estas empresas revelavam sobretudo, pela sua menor dimensão ou capacidade tecnológica inferior e pela informalidade na estrutura organizacional, grande maleabilidade em termos de oferta de postos de trabalho e uma estrutura permeável à entrada e saída de pequenas unidades de produção (Matos, 2001: p.500).<sup>120</sup>

Por fim, verificamos que, devido à sua dimensão, estrutura organizativa e capacidade financeira, as empresas de construção de maior relevância local foram sendo aquelas que demonstraram estar mais aptas, no decorrer da dinâmica construtiva local, a produzir os projetos de maior envergadura. É preciso ver também que a sua produção foi estando mais voltada para um mercado mais massificado, salientando-se mesmo que, numa fase posterior, elas foram acumulando grandes vantagens que advieram, por exemplo, da capacidade de comercialização antecipada dos alojamentos (através da venda em planta), da adaptação do processo construtivo ao ritmo de comercialização e da maior

---

<sup>120</sup> Frequentemente viram-se obrigadas a adjudicar as suas obras a terceiros pela imprecisão da natureza jurídica e pela ausência de alvará ou posse de alvará de menor dimensão (processo burocrático com forte incidência fiscal).

negociação no recurso ao crédito bancário para financiamento da construção e venda (Matos, 2001: p.493).

A verdade é que, de uma forma transversal, este conjunto de agentes viu-se amplamente envolvido na aceleração do processo produtivo e nas raízes da promoção do parque habitacional local, em especial durante os anos 60 e 80 do século XX, incrementando a construção e canalizando um segmento dos seus investimentos numa área, à partida, mais bem servida em termos infraestruturais e de acessibilidades (perante a boa cobertura de transportes públicos e da rede viária), como é o caso do aglomerado principal da freguesia, constituindo-se um espaço privilegiado de fixação residencial e de outras importantes atividades.

Se a partir dos finais dos anos 80, a retoma do processo de mercantilização do setor privado acabou por se complexificar e conduzir a alterações da habitação mais radicais no que diz respeito à composição dos edifícios (acabamentos, materiais...) e à própria estrutura do processo produtivo do setor da construção (Pereira, 2016: pp.90-91), interessa, no entanto, não perder de vista nem desvalorizar o valor das especificidades locais na leitura do envolvimento dos promotores de habitação no lugar. Ou seja, não nos parece de todo despiciente ignorar a origem local dos vários agentes em causa – em especial dos empreiteiros e das pequenas e médias empresas – quando pretendemos melhor aferir as efetivas condições de possibilidade de atuação e os efeitos sociais e simbólicos gerados na transformação do território. Até porque, segundo a informação coligida (cf. Quadro 3.1.), verifica-se uma evidente tendência de enraizamento dos agentes ao meio social local – mais de metade dos requerentes dos processos de obras levados a cabo no lugar tinham residência ou sede da sua empresa/sociedade na freguesia de Ermesinde (52,5%).

Se, a este dado, adicionarmos aqueles que declaravam ter alguma ligação a outras freguesias do município, como as de Alfena e de Valongo (9,3%), rapidamente compreende-se o peso concelhio na distribuição das entidades promotoras (61,8%). Mas merecedora de atenção será também a circunstância de, no lugar da Gandra, ser relativamente significativa a proporção de agentes, de algum modo, pertencentes ao concelho da Maia (18,8%), admitindo-se, nesta matéria, o papel decisivo de fatores como a contiguidade territorial ou até mesmo as limitações administrativas.<sup>121</sup> Tudo sugere que,

---

<sup>121</sup> É necessário relembrar que, do ponto de vista administrativo, o lugar da Gandra pertence atualmente a duas freguesias contíguas, embora de dois distintos concelhos – a freguesia de Ermesinde (concelho de Valongo) e a de Águas Santas (concelho da Maia). Historicamente, sabe-se que as terras de S. Lourenço de

por outro lado, o processo de produção e oferta local de habitação foi sendo muito marcado pela interdependência territorial – repare-se que os requerentes com algum vínculo aos municípios do Porto, de Gondomar e de Matosinhos, no seu conjunto, ainda detinham algum peso na área em análise (14,6%).

**Quadro 3.1.** – Localidade dos requerentes associados aos processos de obras - Lugar da Gandra (Ermesinde) - (1951-2011) – (%)

Lugar da Gandra		
Localidade	Nº	%
Ermesinde (Valongo)	209	52,5
Maia	75	18,8
Porto	36	9,0
Alfena (Valongo)	33	8,3
Gondomar	15	3,8
Matosinhos	7	1,8
Santo Tirso	5	1,3
Valongo	4	1,0
Vila Nova de Gaia	3	0,8
Melgaço	3	0,8
Marco de Canaveses	2	0,5
Braga	2	0,5
Paredes	1	0,3
Guimarães	1	0,3
Lisboa	1	0,3
Sem inf.	1	0,3
<b>Total – Processos de Obras</b>	<b>398</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2011), Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo - Secção de Ermesinde. Tratamento da informação realizado pela autora.

Nota: A presente informação refere-se à localidade registada em cada processo de obra consultado. Esta tanto pode corresponder ao local de residência dos particulares (em regime de sociedade ou não), como à sede da empresa e/ou sociedade (quanto tal se verifica).

Sendo certo que a estruturação da fileira destes construtores/promotores levou a que, de uma forma durável, se assistisse à difusão do “habitat em massa”, parece-nos ser essencial considerar os efeitos locais na produção da habitação e na determinação do funcionamento do mercado de alojamento. Na verdade, se gradualmente o território vai se tornando um lugar de fixação de vários investimentos, não podemos deixar de observar o papel de ligação destes intervenientes ao local para melhor se compreender a forma como o processo de urbanização se foi estruturando ao longo do tempo.

Desde logo, do lado institucional, há que atentar às maiores margens de manobra destes agentes pela interação continuada com as autoridades municipais e as instituições estatais – as detentoras de instrumentos legítimos de ordenamento e produção do território. No quadro geral de execução das obras, a proximidade no relacionamento com a autarquia (e com seus técnicos) ajudou à obtenção de maiores ganhos relativamente a processos de aprovação dos loteamentos e a projetos de construção, dando-se primazia a

---

Asmes (designação anterior da freguesia) estiveram ligadas a este último município e repartiam-se, no passado, pelos mosteiros de Santo Tirso e de Águas Santas.

aspectos de carácter técnico em detrimento do urbanístico ou a considerações gerais de planeamento urbano. A própria ausência de investimento no diagnóstico, adotando-se uma construção para um consumidor invisível, e a fraca aposta na inovação evidenciam alguma tendência de conservadorismo (Nunes, 2001; Pereira, 2016: p.94). Do lado informal, por seu turno, a proximidade com a população, por força das práticas de trabalho rotinizadas no território, pôde assumir grande importância, quando não verdadeira centralidade, na definição dos sistemas de relações sociais locais, ajudando a cativar potenciais arrendatários e/ou compradores.

Dito isto, e em jeito de contextualização, percebe-se que o forte crescimento da malha habitacional a que assistimos deve ser lido tanto à luz de lógicas institucionais e políticas, como de condições históricas verificadas a nível nacional pois estas permitiram, localmente, uma dada configuração territorial que está muito longe da imagem de “periferia espontânea”, tantas vezes amplamente divulgada nos discursos mediático, político e até científico.

Julgamos, sim, ser fundamental, a partir do caso concreto deste contexto residencial, não omitir aquele que foi o papel pouco ativo de atuação institucional do Estado na resolução do défice habitacional, dando destaque ao peso da matriz de edificação privada no processo de urbanização. Reconhecendo-se o grande peso na transformação do espaço rural periférico e na promoção da habitação (quase integralmente) por parte da iniciativa privada, verificou-se que o papel do Estado (central e local) traduziu-se essencialmente, no decurso do tempo, nas funções de regulação ou de orientação de particulares e de técnicos responsáveis pelo licenciamento do edificado urbano e, mesmo assim, o desempenho de tais tarefas nem sempre se revelou particularmente fácil, deixando antever o alcance limitado da sua atuação.

No plano de regulação, a indefinição e/ou escassez confirmadas nos domínios legislativo, técnico e financeiro dificultaram qualquer tipo de ação estatal continuamente concertada no território e a própria literatura acerca desta matéria é unânime em aceitar que, à exceção dos finais da década de 30 e inícios da década de 40 do século XX, período de emergência dos Planos Gerais de Urbanização, a integração dos estudos de planeamento e de urbanização como parte da política urbanística foi sempre insuficiente ou ausente.<sup>122</sup> Tratou-se, seguramente, de um dos momentos em que, no domínio da

---

<sup>122</sup> Sobre a produção do espaço urbano em matéria de planeamento e a importância relativa da iniciativa pública e privada no contexto português, cf. Portas (1997; 2008) e Salgueiro (1992: pp.242-251). Para um

construção, a regulamentação pública do setor privado atingiu um grande alcance, interferindo em quase todas as componentes da produção dos imóveis (desde índices de ocupação, densidade, matriz morfológica, identificação de públicos-alvo, etc.) (Pereira, 2016: p.51).

Por sua vez, no plano da produção, o fraco investimento em habitação social, em resultado da ausência de programas habitacionais de iniciativa do Estado com um mínimo de expressão, e capaz de responder às necessidades prementes em matéria de alojamento, num cenário de aumento do défice habitacional, como aquele que se assistia ao longo da primeira metade do século passado, levou a que a procura de alojamento começasse a ter resposta, para além da promoção imobiliária privada, em loteamentos de terrenos ilegais e na construção clandestina (Matos, 2001: p.346), dificultando ainda mais a difícil ação de regularização estatal nas décadas subsequentes.

Mas há que contar também com as próprias mudanças que, no setor da construção, se começaram a fazer sentir, em especial a partir dos anos 60 do século XX, favorecendo-se a standardização e a industrialização do processo construtivo, pois foram decisivas para o dinamismo da produção da habitação no espaço nacional, conduzindo a índices de maior especialização e profissionalização.

Além disso, o envolvimento crescente das instituições de financiamento no setor (banca e seguros), através da entrada de capital financeiro, quer diretamente pela participação dos bancos nas empresas, quer indiretamente pela concessão de crédito, levou a uma profunda reestruturação do desenvolvimento da indústria de construção e no mercado de alojamento.

De um lado, e num contexto de redução global da competitividade entre as empresas, as grandes construtoras da região reforçaram o seu poder na renovação e densificação do tecido urbano, ao passo que as empresas de menor dimensão foram sendo remetidas para lotes isolados tanto do interior, como da sua periferia. Aliás, numa segunda fase de maturação do setor, as grandes empresas viram mesmo as suas atividades diversificarem-se, apostando na crescente internacionalização de capitais e de obras, tendo, em paralelo, o setor imobiliário alcançado uma forte expansão (Matos, 2001: p.162). Do outro lado, o mercado de arrendamento, que até meados dos anos 1970 predominava no nosso país, começou, progressivamente, a ser substituído pela construção para venda ou para ocupação pelo próprio, facto resultante da conjugação do aumento

---

retrato alargado sobre o quadro legislativo regulador da ocupação, uso e transformação do solo em Portugal, cf. Matos, (2001: pp117- 139).

generalizado da inflação e do congelamento prolongado das rendas, dando-se a afirmação crescente da figura do ocupante proprietário (Melo, 1993; Conceição, 2002).

Desta feita, e apesar de verificarmos progressos relevantes no domínio infraestrutural, o processo de sucessivas adições de construção neste contexto territorial obriga-nos, necessariamente, a refletir sobre a organização do espaço urbano.

Num lugar onde a articulação público-privado se fez de modo desigual, e onde nem sempre se acautelaram dimensões como o equilíbrio ambiental, a qualidade funcional habitacional ou o respeito pela envolvente (Portas, 1997: pp.258-260), parece-nos inevitável atender às repercussões que as políticas de planeamento (ou a ausência delas) provocaram na configuração real (mas também construída) da paisagem em meio urbano. Por isso, e redirecionando o nosso olhar para a avaliação geral feita acerca do espaço, e em particular acerca do processo de expansão do edificado local, não é fácil deixar de evidenciar aquele que foi visto como o legado de um modelo “desordenado” de intervenção no território, e que preocupou (e ainda preocupa) os seus moradores, como, inclusive, a própria imprensa local (em especial durante o período de maior dinamismo).

**«O lugar da Gandra – como era e como é.» Considerações sobre a expansão do espaço construído I**

**Anos 50 e 60 (século XX) - a génese do Jornal “A Voz de Ermesinde”:**

Na procura de avaliar o contributo da imprensa local na construção mediática deste tema, e do papel de um dos jornais de referência da freguesia ainda em atividade, parece-nos importante começar, antes de mais, por referir que o Jornal “A Voz de Ermesinde”, atual propriedade do Centro Social de Ermesinde, sendo herdeiro do suplemento do “Jornal de Felgueiras” (durante o ano de 1956) e, mais tarde, do Jornal “Sopa dos Pobres” (designação que adota até 1960), teve, na verdade, na sua génese um cariz muito voltado para a divulgação da sua obra assistencial.

Marcadamente subordinado aos poderes político e religioso da altura, e constituindo um instrumento efetivo de propaganda da esfera religiosa local (e da influência do catolicismo social), o jornal vive ainda, durante o Estado Novo, uma primeira fase em que, procurando dar destaque às iniciativas religiosas e aos “costumes da terra”, assim como às atividades realizadas pelos grupos locais (de teatro, de desporto...), tentava, simultaneamente, cobrir alguns dos acontecimentos locais. Para além de centrar as suas ações na produção de informação mensal sobre as ações realizadas da instituição e na difusão da sua missão e de determinados princípios (como os da ajuda, de solidariedade, etc.), parte da sua conduta noticiosa era, aliás, dedicada, a pequenas notas de “reparo” (os intitulados “reparos justos”) que pretendiam chamar a atenção e dar “voz” a alguns dos problemas da freguesia. Mas o que é certo é que, face a um modelo dominante de configuração societal que era necessário impor, o jornal tende a assumir o uso de uma matriz discursiva retoricamente conservadora (Bourdieu e Boltanski, 1976, p.42; 45-46), de que a eficácia simbólica dependia do respeito pela ordem económica, social e moral vigente, e da defesa de um nacionalismo (e regionalismo) capazes de salvaguardar valores como a conciliação e a prudência, mesmo quando o território dava já sinais de mudança.

(cont.)

Será até interessante verificar que, não se deixando de apreciar algumas das suas principais infraestruturas e vendo inclusive com “bons olhos” (ainda que de forma comedida) o desenvolvimento industrial e comercial significativamente registado, grande parte da sua publicação assinala (num momento primário) a tomada de uma visão mais “controlada” dos problemas, de modo a assegurar os valores culturais e morais em vigor e, por isso, é de notar a conservação (no jornal e de quem o produz) de um retrato (fabricado) altamente apreciador do lado bucólico da freguesia e, inclusive, de apelo à valorização do papel da lavoura (e dos seus valores) na atividade económica.

*“Ao percorrer-se Ermesinde verifica-se sem esforço que quase a total superfície está ocupada pela agricultura (...)” e “(...) que o comércio e a indústria estão florescentes e em francos períodos de expansão, assistindo-se ao multiplicar por vezes exagerado dos seus estabelecimentos e atividades (...) Fascinados pelo maior salário, [os operários] abandonam os campos e vão trabalhar entre as máquinas, que acabam por os automatizar também, retirando-lhes dentro em pouco (...) esse amor à lavoura e à terra. (...) Surge a crise (...) em que períodos mais ou menos longos, as fábricas fecham ou reduzem os dias de trabalho (...) e só então dão fê do erro cometido.”*

Jornal “A Voz de Ermesinde”, propriedade do Centro Social de Ermesinde, Ano II, nº18, Junho, 1959: págs.1 e 4.

#### **Meados dos anos 70 (século XX) – o início do combate à “desvirtualização” do território:**

A verdade, porém, é que, reiteradamente discutido e alimentado no foro mediático, todo o processo de transformação a que, a freguesia (e o lugar da Gandra) vai ser submetida (com o abandono drástico da agricultura) ganha, por outros motivos, a partir dos meados dos anos da década de 70 do século passado, ampla cobertura noticiosa. E é, por esta altura, fase de mudança de regime político, que nos apercebemos da clara mudança de foco (e de inflexão) das preocupações do jornal.

Num quadro que parecia ser o de emergência e de combate (simbólico-mediático) face à progressão dos problemas de crescimento urbano na freguesia, os seus “profissionais” assumem, de facto, a (feroz) responsabilidade da sua denúncia, atingindo um “corpus” de informação mais variado e variável. Apesar de se manter o registo de destaque às iniciativas do tecido associativo local, o que se verifica é que, dado o estatuto alcançado, a sua capacidade de tiragem e a projeção não menos relevante à escala local, há uma preocupação crescente na divulgação das dificuldades, e começam a aumentar as reivindicações presentes no jornal (as tais “mazelas” ou “maleitas” detetadas).<sup>(1)</sup>

Aliás, se nos cingirmos, à leitura mais atenta dos títulos, artigos e espaços de opinião, os critérios utilizados defendiam uma visão do planeamento mais ordenada, coerente e “acautelada”, alertando-se, constantemente, para premissas fundamentais como a regulamentação da construção e a disciplina da sua expansão e, igualmente, para a reflexão cuidada acerca da localização de determinadas atividades, da eliminação de espaços verdes e do património monumental local. Demonstrando o carácter de resistência relativamente organizada em torno das principais lógicas de mudança implementadas no território e os desejos de alteração e/ou solução de, pelo menos, parte delas, em plena época de aumento do volume construtivo, o grande enfoque do jornal vai-se traduzir, de modo muito substancial, na difícil aceitação da expansão “desenfreada” do investimento habitacional como parte mais ou menos regular do meio urbano local.

(cont.)

<sup>(1)</sup> Um pouco à semelhança do que se fazia na fase antecedente, o espaço dedicado às “maleitas” pretendia ser um indicador da avaliação e da divulgação das dificuldades que afetavam a localidade (no que toca aos arruamentos, à iluminação pública, às acessibilidades e outros assuntos da vida quotidiana...), manifestando-se a evidente preocupação com “espacialização dos problemas”. Tentava-se, assim, no processo geral de reivindicação, assegurar a eficácia da recorrente utilização de certos operadores cujo campo semântico e léxico das imagens visavam dar realce às anomalias do território sob o prisma de uma dada conceção de ordem urbana (Nunes, 2001: pp.201-218).

Note-se, por exemplo, como os próximos excertos enunciam (e sintetizam) genericamente uma imagem negativamente “reconstruída” (e fomentada) da freguesia, durante a fase do “boom habitacional”, e uma avaliação crítica das condições de existência dos seus residentes, exprimindo a desigual repartição socio-espacial de equipamentos coletivos na região (Pinçon-Charlot *et al*, 1986: p.163 e 183).

*“ (...) Tem pois Ermesinde que cuidar a sério e muito rapidamente do seu **problema de urbanização, saneamento e distribuição de água**, se não quiser, muito brevemente ter neles problemas de uma acuidade arrepiante e de muito difícil e caríssima solução. Ora, é indubitável que, problemas de **tanta monta** não podem ser resolvidos por uma simples Junta de Freguesia, nem a Junta Freguesia tem rendimentos que lhe permitam, sequer abordá-los (...); Em Ermesinde, o património era rico mas, nos últimos anos, a pouco e pouco, as gerações atuais foram-se «especializando» na sua destruição: os campos foram conquistados pelas **casas e casarões de betão armado**, o rio e praticamente todas as **linhas de água** foram **poluídas** ou sumiram da vista (...), os «palacetes» foram **desenquadrados do seu «habitat» natural** e escondem-se no meio de prédios já construídos ou em vias de construção; as fontes foram terrivelmente maltratadas (...); a Igreja deitou-se abaixo (...) as tradições (os reiseiros, por exemplo) morreram...; Não haveria mal maior neste crescimento urbano, se ele decorresse de forma organizada e houvesse um plano diretor a regulamentar a construção habitacional, a construção civil, de permeio à criação de jardins e de espaços abertos entre o **aperto dos prédios e das ruas, dos carros e das pessoas**.<sup>(ii)</sup> Ermesinde, parcela importante, pelo seu número de habitantes, do Grande Porto, é assim uma Terra Grande, cheia de betão armado, mas com infraestruturas acanhadas, e o que é pior, com **falta de espaços verdes**, com falta de espaços **para o consumo** e para a **cultura**, com falta de espaços para o **desporto** e para o **entretenimento**”* autoria: M.A.D. (membro da redação).

Jornal “A Voz de Ermesinde”, propriedade do Centro Social de Ermesinde, Ano XXII (nº 149), 1981 e Ano XXIII (nº 388), 1991; p.11 e págs. 11 e 15, respetivamente;

Contudo, examinando a distribuição social do tipo de informação veiculado, devemos ter presente que se tratou de um processo que nada teve de inócuo e de neutro até porque, como sabemos, os *media* (mesmo os de menor dimensão ou aqueles que se reduzem a um plano de cobertura noticiosa relativamente circunscrita) não produzem, nem difundem unicamente enunciados ou mensagens.

A cobertura dos “factos” e/ou “acontecimentos”, ainda que diretamente condicionada pelo estado das técnicas existentes e pelos meios disponíveis, coexiste com uma outra dimensão que se torna indispensável no processo de montagem e consequente apreensão da realidade (por parte dos leitores) já que, a dada altura, o debate criado em torno dos “problemas” do território (e o seu interesse público) tinha em linha de conta mensagens orientadas por determinados interesses que, com alguma facilidade, ajudavam a condicionar a opinião pública.

Nesta ordem de ideias, a eficácia e o poder da formação da “opinião pública” não pode ser desligada do modo como o “campo jornalístico local” esteve estruturado.

Em pleno contexto de rescaldo da Revolução de 1974, este era, portanto, afeto a um conjunto de relações de força que, no espectro ideológico e espaço político local, tanto opunha, como unia posições relativamente à atuação do poder administrativo, interferindo e servindo de mediação dessas relações, através da maior ou menor visibilidade atribuída a uma ou a outra versão dos acontecimentos.

Por sua vez, ao revelar o espaço de conflito que sempre existiu na esfera da administração local (e que se tornou mais evidente em período de democracia), ilustrando-se parcialmente a estrutura em jogo, funcionava como um instrumento de *luta*, tentando modificar a relação das forças políticas locais (Bourdieu, 1997; Champagne, 1993; Roubieu, 1994).

(cont.)

<sup>(ii)</sup> Só em inícios dos anos 90 (1993) é que se dá a aprovação do Plano Diretor Municipal no Município de Valongo, instituindo-se uma linha de ordenamento do território com mudanças no sistema de circulação rodoviária e estabelecimento dos coeficientes de ocupação do solo.



Os ganhos (do jornal) seriam tanto maiores quanto mais os próprios intervenientes tinham a consciência clara das condições de produção das notícias a que tinham de se submeter e se adaptar (para, assim, serem vistos e lidos), e quanto maior fosse a pressão exercida sobre os responsáveis municipais. E, para enumerar as virtualidades de Ermesinde, uma boa parte da enunciação das propriedades do território fundamentava-se nos resultados dos debates das reuniões municipais e de assembleia de freguesia, na excecionalidade dos documentos antigos da região e no elevado contraste nas estatísticas da freguesia em relação ao município.

“(…) O jornal, a partir de certa altura, começou a ser mais interventivo, se quisermos, na área política. E em determinada altura da sua vida... com algumas questões, alguns conflitos no que diz respeito à própria independência. Penso que alguns aspetos, se calhar menos positivos do jornal, terão sido corrigidos, entretanto. (...) [Com] o envolvimento de algumas pessoas (...) que estavam um pouco mais ligadas a esta ou aquela área política e depois isso (...) refletir-se-ia demasiadamente no jornal. (...) A partir do 25 de Abril (...) há uma diferença nítida que é o acompanhamento da vida autárquica (...) Acho que o jornal hoje tem claramente uma perspetiva mais plural... muito mais do que já teve em algumas épocas. (...)”

Entrevista a membro da redação do Jornal “A Voz de Ermesinde” (Junho de 2013)

Mas, para melhor entendermos como foi a caracterização da relação entre a construção e o lugar da Gandra, valerá a pena centrarmo-nos com maior detalhe no perfil de cobertura mediática realizada acerca do processo de expansão urbana. A partir de uma leitura mais cuidadosa dos registos informativos, é possível ver que a seleção do vocabulário utilizado e o seu uso foi variando no decurso do tempo, tendo a intensidade da cobertura jornalística entrado em ressonância com o próprio problema mediaticamente constituído. Na realidade, o que se percebe é que as pequenas notícias que surgem numa fase inicial, e que até dão relevo ao “desenvolvimento” e/ou “progresso” do local, e ao conjunto de atividades que, em princípios dos anos 80, sustentavam e justificavam a sua existência, começam a dar lugar a espaços de opinião assentes na resistência à pressão do crescimento do parque habitacional (da iniciativa privada) e à delação dos seus efeitos negativos, quantificando-se e qualificando-se os problemas “nefastos” em acumulação.

“(…) *Há mais de meio século, na Gandra, onde vivem e labutam mais de seis mil pessoas (um quinto de toda a vila) só se avistavam pinhais densos e campos lavrados. Antes da urbanização da Gandra, um carreiro estreito de terra batida era a única via para ir, a pé, da Rua Elias Garcia à estrada Portocarreiro, hoje Rua Portocarreiro. (...) A Gandra, de há 20 anos para cá, transformou-se radicalmente, apresentando na atualidade o aspeto de uma pequena cidade com prédios modernos e airosos. Não falta um café, que dá nota de modernismo, de desejo de avançar em direção ao futuro. (...) Apresenta algumas indústrias dignas de realce – fábrica têxtil L.I., Lda. com 40 anos de existência e 120 trabalhadores e a fábrica de luvas e de ténpera de vidros (V.S., Lda.) – e casas comerciais de importância que valorizam esta parcela de Ermesinde. (...) Houve como que uma explosão demográfica, isto devido, sem dúvida, à sua proximidade da cidade do Porto e à existência de bons meios de transporte. (...) A Gandra, como parte de um todo, não pode ficar indiferente ao movimento autonomista que há muito se vem a desenvolver (...)*”

Jornal “A Voz de Ermesinde”, propriedade do Centro Social de Ermesinde, Ano XXII (nº167) 1982, pp.1-2;

Alguns títulos de destaque:

“A Gandra – e o nosso jornal não se tem cansado de o pôr em evidência – apresenta tantas **mazelas!**”; “A **vergonha** do centro de Ermesinde”; “O lugar da Gandra – como era e como é.”; “A Gandra e a sua iluminação.”; “Mais uma rua [da Gandra] em obras ... sem fim!”; “**Superabundâncias negativas** em Ermesinde!”; “Tanta **incúria!** Lugar da Gandra repleto de canteiros que são, simultaneamente, depósitos de lixo.”; “Gandra: Só com a fotografia se acredita!”; “Gandra: Saneamento, quem te viu?”; “Água – a crise que abalou a Câmara Municipal de Valongo.”

Jornal “A Voz de Ermesinde”, propriedade do Centro Social de Ermesinde. Anos: XXII (nº158, Dez.), XXVII (nº 321, Mar.), XXXIII (nºs 395, 399, 402 e 411); (Abr., Jun., Ago. e Dez), XXXIV (nº 450, Ago.), 1981, 1987, 1991 e 1993.

(cont.)

O debate acerca da “desorganização urbanística” e da “falta de planeamento” sobe, assim, de tom e condenam-se as ações ligadas à sobreposição “dos interesses particulares ao bem público”, à “política de permutas e contrapartidas dos terrenos municipais” e ao “alheamento do poder político” local.<sup>(iii)</sup>

Por outro lado, tendo efeitos profundos nas modalidades práticas e simbólicas de representação, o próprio vocabulário, como podemos ver, muda drasticamente subordinando-se o próprio lugar a um dos principais exemplos de crítica dos artigos e das crónicas do jornal.

Mas a questão central, na nossa perspetiva, não é tanto o que se analisa mas como se expõe esse retrato. Apelando-se às ideias de insegurança, de conflito e de desequilíbrio, regista-se, numa nova leitura, categorias dominantes como “amálgama”, “desordem”, “precariedade” e “sujidade” que contribuem, efetivamente, para uma imagem geral de desfavorecimento e de denegação.

Repare-se que a oposição vivida localmente irá dar origem, na década de 90, a um movimento de tentativa de autonomização administrativa por parte da freguesia que, entretantes, acaba por não surtir efeito. No entanto, durante essa altura, o jornal refletirá este processo de *luta*, colocando nas capas de muitos dos jornais *slogans* de apelo à mobilização, através da assinatura de uma petição a entregar à Assembleia da República, na qual se propõe um novo modelo territorial administrativo (pela anexação de outras freguesias vizinhas) com vista a promover Ermesinde a sede de concelho.

A título de exemplo:

*“Poderá a AMP salvar ainda o “corpo e alma da cidade!”?”;*

*“Amas a tua terra? Desejas vê-la livre? – Contribui, pois, para que esse desejo se concretize”;*

*“A anarquia (trânsito e urbanismo) só se acaba com a emancipação da cidade.”;*

*“Ermesinde – (triste sina!) de estância campestre a cidade do lixo!”;*

*“Ermesinde – a cidade sente-se incompleta enquanto não for concelho”.*

Jornal “A Voz de Ermesinde”, propriedade do Centro Social de Ermesinde. Ano: XXXIII, 1991.

Apostando num trabalho de “dramatização” e “inflação” sistemática da realidade, o jornal insiste, ainda durante um período de tempo alargado, na utilização de tais dispositivos que, basicamente, visavam o combate à desvalorização dos atributos do território e à perda das suas “especificidades”, mas, progressivamente, e à medida que se dá início a uma certa normalização do processo de expansão, estes mesmos operadores vão esmorecendo, deixando de servir como argumentos principais (ou quase exclusivos) no exercício de controlo e vigilância sobre o estado de desenvolvimento da freguesia.

De facto, por força de algumas mudanças editoriais, com outros objetivos e preocupações, e que se vão estabilizando até a viragem do milénio, envereda-se, posteriormente, por outras áreas noticiosas com a maior “consciência de que (...) [o território] se insere mais na realidade municipal porque, ao fim ao cabo, é o município que acaba por ditar as políticas que depois vão influenciar a vida da cidade.” (membro da redação do Jornal “A Voz de Ermesinde” - Junho de 2013)

Imagem A.27 – Imagem do Jornal “A Voz de Ermesinde”



Fonte: Jornal “A Voz de Ermesinde”; Ano: LIII/LIV, (nº 910, Nov.), 2013.

<sup>(iii)</sup> Sendo conhecidos os vários conflitos resultantes das divisões e delimitações administrativas no município de Valongo, a que não são distantes fatores históricos e sociopolíticos, e que opuseram a freguesia de Ermesinde e a sede de município, não nos parece ser insignificante subvalorizar a relevância de tais fenômenos nas leituras que, muitas vezes, se fazem acerca do território, especialmente quando está, frequentemente, em jogo a mediação dos órgãos de comunicação social na avaliação da opinião política dos cidadãos. De resto, a noção de dinamismo aqui introduzida pelo sentido de demarcação e de combate político-administrativo que, entretanto, se gerou implica, do ponto de vista da análise, considerar a afirmação do espaço enquanto produto de lutas objetivas que importa atentar (Mazeres, 1978: p.235; Castells, 1981).

## «Pôs-se muito cimento e pouca verdura.» Considerações sobre a expansão do espaço construído II

Mas não só de críticas do jornal viveu o processo de transformação do lugar da Gandra. Quando interrogamos alguns dos seus habitantes acerca da sua trajetória de inserção residencial, podemos atestar que as entrevistas, para além de refletirem a avaliação do espaço doméstico (como veremos no quarto capítulo) foram igualmente percecionadas como uma ocasião de apreciação (quase sempre negativa) da sua envolvente.

Inscritos, atualmente, num complexo “emaranhado” de edificação (de grande e pequena dimensão), e numa zona que beneficia de alguns equipamentos e de infraestruturas importantes de transporte, a dada altura, os residentes fazem retrospectivamente uma avaliação dessa evolução que é de algum espanto face à ausência de suporte urbanístico e infraestrutural do passado, e de profundo desagrado em relação às implicações em matéria ecológica.

**Imagens A.28 e A.29** – Vista parcial do lugar da Gandra (Ermesinde) em finais dos anos 1980



Fonte: (esq.) Imagem da antiga estação de Ermesinde e do edificado envolvente. Capa do Boletim Municipal do Município de Valongo, nº 12, Ano 4, (Abril e Junho), 1988; (dir.) Imagens da Rua de Luanda e Praça 1º de Maio – Boletim Municipal do Município de Valongo, nº11, Ano 4, (Janeiro-Março) 1988.

Na prática, a preocupação com fatores como o ambiente urbano, a concentração da população e a expansão do espaço construído ainda hoje se mantém, sendo a ausência e/ou escassez de espaços verdes, sem dúvida, um dos aspetos mais negativamente apontados em relação ao território.

*“Marido: Quando viemos para aqui, a esmagadora maioria desta área era pinhais.*

*Esposa: Era muito bonito quando casamos.*

*Marido: Eucaliptos, pinheiros, quer aqui, na Rua de Goa, quer na Rua de Diu, quer aqui na Rua da Índia [Portuguesa] ...*

*Esposa: Havia poucos prédios.*

*Marido: O espaço estava todo tomado (...) pelos terrenos particulares, não é? Que vieram mais tarde e então ser urbanizados. (...) Querida, na altura, isto era realmente um paraíso...*

*Esposa: Isto era muito saudável.*

*Marido: ...de, de pinhais.*

*Esposa: Isto era um cheirinho.*

*Marido: Podíamos estar aí (...) à vontade nos pinhais que não havia perigo nenhum... (...) Digamos que o melhor espaço verde que agora aqui temos próximo é o Parque Urbano. E mesmo esse... é pouco. Pôs-se muito cimento e pouca verdura.”*

Grupo doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

A defesa da proteção dos (poucos) espaços abertos existentes (e da sua arborização) e a valorização e/ou criação de parques urbanos em certos recantos com algum apetrechamento (de forma a induzir atratividade e segurança), não são apenas resultado de uma “consciência ambiental/ecológica” mais clarificada, entretanto, adquirida pelos moradores.

(cont.)

Elas traduzem também, no nosso entender, uma das condições para ajudar a avaliar o peso do perfil interação social e das atividades quotidianas da população residente e para entender o reforço dado ao quadro de relações entre o contexto residencial e o restante espaço urbano no passado. Na ótica de alguns entrevistados, a dinâmica construtiva implementada no decurso do tempo, no lugar, veio limitar uma parte da “qualificação” da envolvente residencial que outrora predominava e que consistia, segundo eles, precisamente nos maiores níveis de interação e de proximidade criados.

“Como lhe digo, gostava mais (...) deste lado [do da Gandra] do que (...) do lado de lá... Na altura, pelos ares, que eram uns ares maravilhosos, aqui dava a impressão de uma aldeia. Havia aqui a quinta, ali os eucaliptos, era tudo, era uma aldeia assim aqui. Agora, está tudo modificado.”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

“Os espaços verdes, toda a gente sempre reclamou isso. Sempre reclamou isso. Mesmo as pessoas mais velhas daqui. Não deviam ter deixado construir isto desta maneira. Foi excesso de fogos. (...) A feira não devia ter saído de onde saiu. Havia de ter ficado na Travagem. Estava bem ali junto ao rio. E [devia-se] aproveitar aquele espaço para fazer um parque, um jardim, uma coisa em condições. E, se calhar, dava um bocado de vida aqui ao lugar da Gandra.”

Grupo doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“ (...) Há determinados parques que parece que ninguém passa por lá, não é. Não há conservação, não há manutenção... (...) Ainda tenho fotografias... na casa onde estava e não havia nada, mas a Gandra estava em fase de crescimento, como sempre... Lembro-me das brincadeiras, era... andar a saltar de prédio em prédio... Entrava-se nos prédios em obras. E saltar para a areia, quer dizer, andar a brincar dentro do... Por isso aquela zona ali toda... ou era um prédio ou era outro. Quer dizer, chegava da escola, não é, e vinha logo com os amigos, uns já tinham vindo, muitos andavam a estudar connosco e juntávamo-nos todos ali na rua. Principalmente, claro, aos fins-de-semana.”

Grupo doméstico 27, residente na atual habitação há 30 anos

A referência predominante dos moradores é, então, a de uma imagem passada globalmente mais positiva (e significante) da área de residência, tomando, atualmente, a discussão sobre o lugar, a cidade e a sua organização sócio-espacial um carácter de algum inconformismo pois aspetos como a sobreocupação do território, a desordem do tecido urbano ou a degradação do parque habitacional e das vias são, praticamente, lidos como características irredutíveis do espaço.

*Rapaz:* Na altura, a minha infância era formidável... Cada vez mais o conceito de vizinhança está-se a perder... (...) Saímos mais para rua. Divertimo-nos muito mais. Havia contacto com os vizinhos.

*Rapariga:* Nós, nós aqui também. Mas ele... Eles mais, porquê? Porque a Praceta [de Moçambique] ao não ter carros a circular constantemente, eles brincavam todos...mesmo ali na rua. (...)

*Entrevistadora:* E a Gandra já estaria numa fase assim já de construção?

*Rapaz:* Não, não, não, não. Muito, muito primária mesmo. (...) Olhe, estes prédios não existiam. Nem estes aqui.

*Rapariga:* Só estes primeiros. (...) Lá está, já tinha... não, não havia alcatrão...

*Rapaz:* Nada. Tudo paralelo. [risos]

[...]

*Rapaz:* Só para ter noção, no São João a minha praceta toda [Praceta de Moçambique], estamos a falar de cerca de 60 a 70 famílias, reuníamos-nos todos na praceta e que fazíamos um São João, olhe...nem queira saber... Já não há aquele contacto. Foi-se perdendo, foi-se perdendo. Porque aqui foi um reboiço também de “entra e sai” de gente, não é? Aqui em Ermesinde foi constante, não é? Se não passa pela memória...

*Rapariga:* Qualquer espaço...

*Rapaz:* Qualquer espaço...”

(cont.)

*Rapariga:* ...é para construir, não é?

*Rapaz:* E nem fica terreno para a Câmara. Ainda temos aqueles espaços ali...que não estão construídos, mas (...) atualmente, também não há. A crise do imóvel também está num estado que, atualmente, também não se vai fazer mais nada.”

*Rapariga:* Não há espaços verdes.

*Rapaz:* Não há nada, não há... Há falta de espaços verdes. Havia mais antigamente, apesar de estarem desordenados...não é. Porque (...) nunca foi ordeiro aqui em Ermesinde. Aqui em Ermesinde foi sempre construindo tudo muito à... Depois a noção que tenho, a noção que todos os ermesindenses têm, é que foi tudo construído um pouco à pressa e à custa de dinheiros e favores e isso tudo. Nem há PDM, nem há uma ordenação de prédios. Vamos a ver, isto parece às vezes, parece o arco-íris, não é? Não...

*Rapariga:* Está, está, em certos sítios.

*Rapaz:* Pronto, é a falta de árvores, completamente. Os passeios estão completamente... Olha, estão como estão, não é? Nunca se faz nada. Está ali aquela vergonha [risos], aquele buraco por causa da ribeira da Gandra que lá passa...

*Entrevistadora:* Sim, sim, foi entubada.

*Rapaz:* É preciso chamar outra vez o nosso Marquês de Pombal para ele fazer um novo Terreiro do Paço, não é! [risos] ”

Grupo doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos. <sup>(iv)</sup>

“O grande problema aqui na Gandra é que cresceu desmesuradamente, cresceu como não devia crescer, tenho a impressão que nem projeto houve para isto... (...) Não houve responsabilidade nenhuma, não tiveram preocupação. Não é que não se construísse, mas que se construísse com qualidade. Que não houvesse buracos... E não é prédios tipo comboio, ruas estreitas, temos esta rua que agora já só tem um sentido, antes tinha dois e circulavam e as outras ruas assim. Às vezes, até tenho dito a muita gente de Ermesinde que só se resolvia de uma maneira, era mandar retirar toda a gente da Gandra, implodir isto e voltar a construir com qualidade. Com qualidade porque não há hipótese. (...) Não houve cuidado... As câmaras deixaram-se embalar um pouco pelos construtores, foram fazendo a vontade aos construtores, concedendo alvarás a torto e a direito sem dizer assim: «Não. Se quiser construir, constrói mas deixa aí intervalos, deixa espaço jardinado, deixa...»

Presidente da Casa do Povo de Ermesinde em 2014.

Entre o período que mediou o arranque da expansão imobiliária e a fase de saturação de edificado local, como vimos, existe a noção, entre os moradores (e não só), de que, num panorama de procura habitacional como aquele que se assistiu, o papel do poder municipal foi, realmente, ténue face a uma estratégia primordial de obtenção de lucro e de (consequente) viabilização dos investimentos realizados pelos promotores (globalmente beneficiados pela fraca *regulamentação geral* existente nessa altura) (Bourdieu e Christin, 1990, p.65).

Nesse sentido, e não se acautelando as consequências da forte pressão urbanística a que o lugar foi sendo submetido, verifica-se que todo o processo de acesso a solos edificáveis a baixo custo (como os característicos do lugar) teve, em especial para as primeiras gerações que vieram ocupar a área em causa, o seu “preço”.

Apesar dos progressos registados no que toca à construção de infraestruturas básicas, a maioria dos moradores recorda-se das vulnerabilidades primitivas do lugar – revivem os tempos da “alarmante” inadequação dos esgotos e da visível poluição do rio, numa fase inicial de ocupação; e, num momento subsequente, a falta crónica de acesso a água e eletricidade – aspetos todos eles equacionados como fundamentais na administração do espaço e da sua funcionalidade, assim como vitais para a gestão do dia-a-dia.

(cont.)

<sup>(iv)</sup> Com base na ilustração das obras executadas pelo município em dois arruamentos muito próximos da estação de caminho-de-ferro (a Rua de Luanda e a Praça 1º de Maio), leia-se a posição assumida no boletim acerca da do processo de expansão do edificado, e da necessidade de resolver os desequilíbrios gerados em matéria de arranjos urbanísticos: “*Em Ermesinde, na zona da Gandra, um novo aspeto urbano está a nascer. Por enquanto, é preciso compreensão e paciência.*”, Nº11, Ano 4, (Janeiro-Março) 1988, p.14.

Mas, neste caso, para os ocupantes, a habitação era uma necessidade básica à qual se tinha de dar resposta, ponderando-se, entre outros fatores, a componente técnica do edificado local e as vantagens comparativas da localização, que resultavam da substituição do custo do solo por custos de acessibilidade.

“Aí não havia [casas disponíveis]. Não havia porque foi uma altura de grande procura também. E depois soubemos, (...) houve ali uma vaga de uma e a gente aproveitou-a logo. Fomos logo para aí. Aí é então é que estivemos... Desde 79 a 84. (...) Saneamento, eu nunca tive problemas, nem num lado nem no outro... Agora falta de água havia, muita até, muita mesmo. Chegava-se a estar dias sem água, nós é que tínhamos o poço, sim.”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos.

“Está ver, isto nunca foi acompanhado, isto aqui, a Gandra, é um sítio, e foi um sítio muito problemático, por exemplo, a nível de instalação elétrica... quer dizer, a nível dos postos de transformação, está a ver? Isto, por exemplo, durante o Inverno estávamos constantemente sem luz. Três dias, quatro dias. Depois uma semana, um dia. Vinha uma chuvadazita, um ventito... Era logo, tudo abaixo, tudo abaixo. Tanto que depois disso foi melhorado, entretanto, começaram a fazer... Porque, é assim, primeiro fizeram as casas e depois é que fizeram as infraestruturas, as instalações elétricas, isto e aquilo. Está a ver? Primeiro, construiu-se e meteu-se luz. E toca a ligar tudo ao mesmo posto de transformação. E depois era, começou aqui, ali aquela minha rua estava sem luz, aquela tinha luz e depois não sei aonde já não tinha luz. Andou-se nessa pouca vergonha uns anos. De Verão, estava tudo bem, vinha o Inverno, era velas, candeeiros a petróleo e *Petromax* e não sei que mais. Era constante (...) [Depois] obrigaram as pessoas a meter o saneamento e foi uma grande coisa. Porque havia esgotos aí a correr...a céu aberto. Era, era. Muito, muito complicado. Muito complicado. Era um perfume por essa rua abaixo que Deus me livre. E durante o dia e tudo. (...) Não havia nada. As pessoas tinham que pedir a alguém, ou à Câmara ou aos lavradores, para tirar e despejar as fossas e tal e optar por meter um drenozito para a rua. E quando chegava a coisa, botava-se para as valetas e ia por aí abaixo. (...)”

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos.

“Nós passávamos dias sem água, ainda outro dia, veio aqui um senhor (...) e a minha filha disse-lhe logo: «Sabe quantas vezes é que eu fui ali para a estação?» Havia [lá] um depósito da água, ela ia buscar água para casa. Andávamos todos a carregar [água] com a cabeça... Era, era, não havia água, passávamos dias e dias sem água, sem luz. Isso era horrível, era horrível. Estava sempre a dar na televisão.”

Grupo doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos.

“Aí o saneamento! Isto... E falta de água. Eu cheguei um Natal a comer a ceia de natal com *Petromax* em cima da televisão. [risos] Veja a menina! Com falta de luz, falta de água. Sempre. O meu sogro... Quem tinha poço dava água a quem não tinha. Precisamente aqui era o meu sogro. E muitos lá da rua [de São Lourenço].

Grupo doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos.

“Desde que vim para cá. Ui, nem se compara! Portanto, saneamento, quando nós viemos para cá o saneamento, as águas de saneamento corriam pela rua abaixo. Era uma coisa... Sei lá, eu nunca tinha visto nada daquilo! Aquele saneamento assim, com as águas sujas, assim todas a escorrerem pelas beiras. E também, por exemplo, passeios, também não havia quase passeios nenhuns, não é? Depois é que começaram a aparecer. Uma pessoa tinha a ruita e tal, mas lá ia com... pronto.

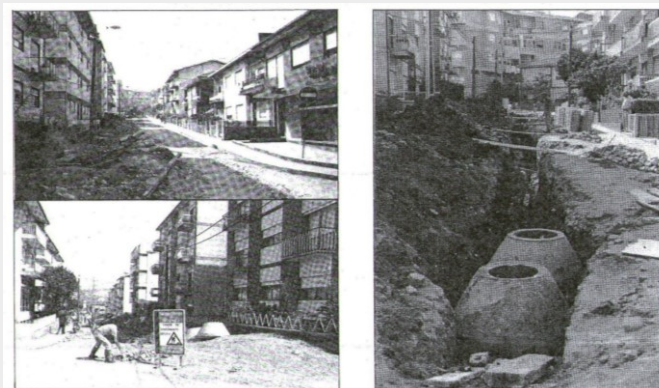
Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

Por outro lado, a dinâmica introduzida pelo mercado da habitação local acabou por reorientar as ações do poder público, assistindo-se a uma progressiva e generalizada intervenção no território. O que se vê é que a própria densificação excessiva do lugar levou a repensar a lógica de ingerência, mas também os encargos gerados nas operações urbanísticas. Sucederam-se, assim, as encomendas públicas para a dotação de infraestruturas básicas, cuja expressão em termos de emprego terá sido importante, “arrastando” consigo atividades com um certo significado económico.

(cont.)

Ainda assim, independentemente do modelo de intervenção adotado, foram anos de profunda transformação em que se foi tentando renovar (e, noutros, casos conceber) a envolvente do contexto residencial de forma a estimular, no domínio urbano-ambiental, os espaços habitacionais contruídos, adornar as zonas dos equipamentos coletivos edificadas e assegurar as redes de acessibilidades criadas e em curso.

**Imagem A.30** – Imagens da Rua de Cabo Verde (em obras) no final dos anos 80



Fonte: Boletim Municipal do Município de Valongo, nº1, Ano 3, (Maio-Julho), 1987;  
Legenda original: “*Aspetos das obras executadas na Rua de Cabo Verde, Ermesinde (Uma obra de Stª Engrácia)*” (p.18).

“Andaram aí a alcatroar as ruas aqui na Gandra, no tempo de um outro presidente. E o homem teve que mandar alcatroar algumas ruas duas ou três vezes, porque os empreiteiros recebiam parte do dinheiro e cavavam, não é? E o homem ficava com a obra nas mãos. Tinha que arranjar outro empreiteiro para vir acabar... E andámos assim nisto, não é, demorou muito tempo. E então aqui, nesta rua [de Diu], chegou a um ponto que nós não tínhamos por onde andar. As obras eram tão, tão lentas, tão lentas (...).”

Grupo doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos.

“Depois, mais tarde, acabou por se desviar a ribeira da Gandra... Foi aí a maior burrice que fez a Câmara de Valongo, foi não ter continuado pela Rua da Gandra acima, porque chega-se ali, em frente a este edifício grande ali, aquilo está sempre ali entupido, o piso está... por infiltrações de ... água, está sempre abatido. (...) Porque muita gente desconhece (...) há uma veia de água muito grande na Praceta de Moçambique (...) e na Rua da Gandra em frente à Rua de Cabo Verde. Depois mais tarde, claro, as águas andam por ali, andam dispersas... Havia lá um sítio que os lavradores tinham direitos a ir desentulhar uma milha, ver como estavam a água, porque as águas vinham para baixo (...) para o caudal de águas que trazia as águas cá para baixo para regar os campos.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos.

“Eu lembro-me de ter ouvido aí assim um vereador (...) da habitação que, a determinada altura, não teve problemas em dizer: «Fulano vai construir.» E a reação: «Mas vai construir ali?» E ele: «Se se permitiu que outro construísse ali porque é que não se vai permitiu construir acolá?» E este conceito é muito complicado porque depois permite abertura para tudo. Qualquer um que tenha terreno pode construir, não é. Quando a perspetiva não tem que ser essa. Mas isso alimentou-se muito. (...) Esta zona aqui da ribeira da Gandra é extremamente complicada. (...) Depois com a construção, as obras que fizeram na linha de caminho-de-ferro vieram criar outro problema que é bloquearam as águas fluviais. (...) Quando chove acontece aquilo o que acontece...porque, na passagem que fizeram, as tubagens são de tal forma estreitas que chovendo do lado de lá...não passa tudo devidamente para o lado de cá. De modo que a água tem que ficar em algum lado, não tem saída. Fica ali concentrada. E estas planificações, pelo menos nesta zona, estão todas muito mal feitas. Aqui nesta zona, este caso da ribeira é conhecidíssimo. (...) As águas têm que sair para algum lado. (...) Isto é o velho problema de se construir primeiro e fazer depois. [risos]”

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos.

(cont.)



Nem sempre com os efeitos mais desejáveis, como se depreende pelos relatos reunidos, podemos afirmar, genericamente, que o esforço do poder municipal na infraestruturação básica do território foi sendo, ao longo do tempo, atingido.<sup>(v)</sup>

Porém, isso não significa que haja unanimidade na avaliação que se produz em torno das iniciativas realizadas pois, para lá da dimensão de uso funcional do alojamento, existe uma imensa variedade de práticas culturais, simbólicas e afetivas a ele ligadas, cruciais para a satisfação residencial, que os moradores desenvolvem quotidianamente (Authier *et al*, 2010; Preteceille, 1995: p.10).

Ora, não sendo a relação entre cena local e doméstica, geralmente, pacífica, como iremos ver mais à frente<sup>(vi)</sup>, o balanço (por vezes) complexo que se faz na, atualidade, acerca da escolha residencial incide justamente, entre outras questões, em alguns atributos que não devemos minorizar e que podem representar reajustes na relação diária dos agentes sociais com a sua cidade, bem como na apropriação que se faz do espaço-tempo público local, mas também na topografia dos seus trajetos segundo duas matrizes como a domesticidade e a interatividade (Juan *et al*, 1997: p.51). São eles os efeitos visuais negativos das áreas degradadas e/ou abandonadas do lugar, a persistente presença dos depósitos de lixo e entulho e a carência de ações de higiene e limpeza públicas, que contribuem para um certo mal-estar, assim como a má implantação de alguns edifícios (vistos como de fraco valor e qualidade estética e em desarticulação com o restante espaço construído), colaborando para uma visão mais ou menos anárquica do espaço.

Assim, conclusão a retirar é de que uma via de reconceptualização importante acerca destas questões deverá ter em linha de as complexidades inerentes à problemática da divisão social do espaço físico e considerar, ainda mais, as dinâmicas específicas dos espaços sociais para os horizontes de reflexão das políticas de planeamento e de solo. (Pereira, s.d.).

<sup>(v)</sup> Na década de 1960, assiste-se, no lugar da Gandra, a importantes ações de intervenção, havendo claramente a preocupação, no domínio das acessibilidades, na implementação de determinados equipamentos primários em áreas-chave como as próximas da estação de caminho-de-ferro, sendo, portanto, aberta e pavimentada a Rua 25, de forma a facilitar o acesso à futura Casa do Povo de Ermesinde (e à sua praça), tal como a Rua Engenheiro Armando Magalhães.

Entre finais dessa década e inícios de 1970, dá-se início à elaboração de um plano para a construção de um edifício escolar nesta zona procedendo-se, mais tarde, à compra de uma parcela adjacente destinada ao seu apetrechamento e, em finais desta década, inicia-se, igualmente, a construção de um viaduto junto e sobre o caminho-de-ferro. Por outro lado, também, em inícios de 1970, dá-se a conclusão do Posto Médico.

Nos anos 80, para além dos arranjos urbanísticos que, entretanto, se foram realizando em muitos dos arruamentos do lugar (como pavimentação, abastecimento de água, a ampliação e renovação da iluminação pública, a instalação de saneamento, etc...), e que se vão alargar ao longo dos anos 90, dá-se a construção de um jardim na Praça 1º de Maio, que, na viragem para o século XXI, sofre modificações. Acrescem, ainda, em 1989, a demolição total da Antiga Fábrica de Vidro na Rua Engenheiro Armando Magalhães e, entre 1983 e 1985, a construção do Mercado Municipal de Ermesinde, facto que obriga, no começo da década de 90, a proceder a arranjos na zona circundante.

Quanto às duas décadas posteriores, estas marcarão uma fase de maior normalização no ritmo e intensidade de intervenções por parte do município, destacando-se apenas as obras de remodelação e arranjos na Escola EB1/JI da Gandra; a renovação do Túnel da Choca (passagem antiga de acesso a outro lado da estação) e a conservação e reparação de arruamentos. No entanto, maior será a interferência da CP por via da reorganização urbanística decorrente da construção da nova estação de caminho-de-ferro com a inclusão das passagens subterrâneas em 2001 (Fonte: Processos de Obras Municipais, Arquivo Municipal de Valongo).

<sup>(vi)</sup> Sobre os aspetos de avaliação residencial e os fatores de ponderação para a escolha do lugar e sua caracterização e, ainda, sobre a relação entre a proximidade espacial e social, cf., respetivamente, Capítulos IV e V.

### 3.5. Sobre a (re)composição social e económica do lugar

Para efeitos de caracterização complementar dos grandes traços de transformação do lugar da Gandra, procura-se, neste ponto, apresentar uma breve visão acerca das suas principais tendências de configuração social. Optando-se por retratar genericamente o conjunto de alterações que marcavam a entrada do lugar na primeira década do século XXI, concedemos, num primeiro momento, especial atenção a alguns dos domínios de



cariz demográfico, cultural e socioeconómico de estruturação do território<sup>123</sup> enquanto, num segundo momento, através da combinação de vários elementos informativos recolhidos, revelamos algumas das particularidades dos processos sociais locais que se foram desenvolvendo tanto em matéria de atividade económica, como de acessibilidade.

### **3.5.1. Notas acerca da sua recente composição social (1ª década de 2000)**

Assim, vemos que o lugar da Gandra, composto, em 2011, por um total de, sensivelmente, 22000 residentes, assumia, à semelhança do que pudemos aferir em relação à freguesia, uma configuração demográfica local já marcada pela intensidade do processo geral de envelhecimento da sua população.<sup>124</sup>

Sabendo-se que, a partir das últimas três décadas do século passado, o concelho de Valongo assiste a uma redução nítida da população jovem e a um reforço consistente da população idosa, e que, em Ermesinde, o ritmo de aceleração destes fenómenos se vinha manifestando de forma mais vincada, um olhar detalhado sobre os últimos Censos leva-nos, de facto, a sublinhar que, quanto à proporção relativa de jovens, o lugar da Gandra registava já a tendência para algum envelhecimento “na base” da sua população.

Mas a verdade é que, no nosso entender, para a dinâmica das transformações sociais do próprio território, esta quebra, mais nitidamente do que ao nível concelhio, e também um pouco mais atenuadamente do que na freguesia, não teria o mesmo significado se a orientação de envelhecimento do lugar não fosse tão visivelmente pautada pelo “envelhecimento de topo”. Por isso há que reconhecer, no quadro da sua estrutura etária populacional, o peso específico do escalão de idades superiores a 64 anos, relativamente elevado por comparação à média concelhia, e com impactos claros no comportamento dos índices de envelhecimento e de dependência de idosos (cf. Quadro 3.2).

No que toca à estrutura e composição das famílias, a análise da primeira década do século XXI permite-nos constatar que o lugar da Gandra realmente não deixou de convergir com os sinais de mudança sentidos (precocemente) na freguesia pois a contração da dimensão média familiar era uma evidência. Apresentando, portanto, uma dimensão média de 2,6 elementos, não é de estranhar que o conjunto de famílias clássicas

---

<sup>123</sup> O retrato tem por base a análise das variáveis disponibilizadas pelo INE, para o lugar em estudo, à mais fina escala de desagregação geográfica dada pela subsecção estatística (que em, meio urbano, corresponde ao quarteirão). Não tendo sido possível obter informação desagregada à mesma escala de observação para épocas anteriores, a descrição desenvolvida baseia-se exclusivamente nos dados dos últimos Censos.

<sup>124</sup> A propósito deste tema, cf. ponto 2.1.1.3 do Capítulo II.

mais reduzidas – compostas por um ou dois elementos – atinja maior prevalência, demonstrando, claro, a quebra do peso das famílias alargadas ou multinucleares no panorama local.

**Quadro 3.2** – Estrutura etária e Composição Familiar da população residente no Lugar da Gandra (Ermesinde) - (2011)

População residente segundo o grupo etário e o sexo								
População Residente				%	Jovens (0-19 anos)	Adultos (20-64 anos)	Velhos (65 e + anos)	
Total		21929		100	20,3	64,0	15,7	
H		10252		46,8	21,7	64,3	13,9	
M		11677		53,2	19,0	63,8	17,2	
Índice de Envelhecimento		104,4			Índice de dependência de idosos		22,7	
Estrutura e composição das famílias (clássicas)								
Dimensão média das famílias	Nº de elementos			Famílias clássicas com pessoas		Famílias clássicas sem desempregados	Com desempregados	
	1 ou 2 pss	3 ou 4 pss	+ de 4 pss	Com menos de 15 anos	Com 65 ou + anos		Com 1 elemento	C/+ do que 1 elemento
2,61	50,8	44,0	5,2	29,0	28,0	80,0	17,0	3,0

Fonte: INE – Portugal, XV Recenseamento Geral da População, 2011; Subsecção estatística; Cálculos próprios.

Nota: Índice de envelhecimento (população com 65 e mais anos / população entre os 0 e os 14 anos\*100); Índice de dependência de idosos (população com 65 e mais anos / população entre os 15 e os 64 anos\*100).

No entanto, uma leitura mais minuciosa sobre a composição etária e socioeconómica das famílias clássicas do território permite ver, em certa medida, traços de fragilização de alguns dos grupos sociais da sua população.

Convém, mesmo, destacar que o perfil de distribuição etária das famílias clássicas – um total de 8397 – indicava a relativa incidência de famílias com pessoas com 65 e mais anos, manifestamente correlacionável com o processo de envelhecimento local em curso. Por outro lado, e sendo facto que a última década se caracterizou por um agravamento assinalável do volume regional de desemprego, outro traço a reter, na nossa leitura, diz respeito ao grupo, não menos relevante, de famílias clássicas cujos elementos, em idade ativa, (um ou mais) se encontravam em situação de desemprego (20%), o que poderá indiciar, desde logo, alguma vulnerabilidade da economia local (cf. novamente Quadro 3.2).

Assim sendo, parece-nos inegável, tendo agora por base os índices locais de atividade económica, que o lugar, nesta altura, não conseguia fugir a um quadro geral de visível recomposição do mercado de trabalho português, confirmando, de outro modo, a posição menos favorecida que, nesta matéria, Ermesinde colhia no conjunto do município (cf. Quadro 3.3).

Ainda que a taxa de atividade local continuasse a acompanhar com razoável proximidade o valor concelhio e que a taxa de emprego (na população com 15 e mais anos de idade) assumisse, por sua vez, um valor praticamente idêntico ao do registado em

Ermesinde, olhando mais concretamente para a taxa de desemprego – bem acima do valor de referência da região e do município – percebe-se a situação de dificuldade económica vivida no tecido social local, a partir deste período, (rever ponto 2.3.1.1 do Capítulo II).

**Quadro 3.3.** – Indicadores de atividade económica e Padrões de mobilidade e de escolarização no Lugar da Gandra (Ermesinde) - (2011)

Taxa de atividade				Taxa de desemprego			Taxa de emprego (15 e + anos)		
50,6				17,7			49,0		
População empregada segundo o setor de atividade				População empregada			População estudantil		
Sector primário	Sector secundário	Sector terciário	Total	Taxa de Localização	Taxa de Mobilidade pendular	Total	Taxa de Localização	Taxa de Mobilidade pendular	Total
0,2	22,1	77,7	100	31,6	68,4	100	72,1	27,9	100
População residente segundo a condição perante a atividade económica									
Desempregados		Á procura do 1º emprego		Á procura de novo emprego		Empregados	Pensionistas ou reformados	Sem atividade económica	Total
8,5		1,5		7,0		39,7	19,0	32,7	100
População residente segundo o nível de instrução									
Não sabem saber ler nem escrever	Elementar (até aos 4 anos de escolaridade)	Intermédio (entre 5 e 12 anos de escolaridade)		(até seis anos de escolaridade)	(até nove anos de escolaridade)	(até doze anos de escolaridade)	Superior (mais de 12 anos de escolaridade)		Total
2,1	27,8	54,6		16,1	20,5	18,0	15,6		100

Fonte: INE – Portugal, XV Recenseamento Geral da População, 2011; Subsecção estatística; Cálculos próprios.

Nota: Os valores relativos à instrução da população incluem o conjunto de indivíduos enquadráveis em cada uma das categorias, independentemente de terem concluído ou não o ciclo de estudos em questão (incluem, por isso, também os indivíduos que frequentam o sistema de ensino). Cálculo sobre o total da população residente.

A verdade é que, se a análise da informação referente à condição dos residentes do lugar perante a atividade económica assevera, como vimos, a importância relativa do conjunto de desempregados no tecido socioeconómico, sendo ainda mais evidente quando se consideram separadamente os indivíduos à procura de novo emprego, por outro lado, também revela, que os trabalhadores empregados representavam quase 40% dos residentes em idade ativa, valor apenas ligeiramente superior ao do grupo formado pelos residentes sem atividade económica (que, grosso modo, inclui os estudantes, as crianças em idade não escolar, domésticas e outros inativos). Já o peso apreciável do conjunto de indivíduos reformados e/ou aposentados (19%) deve igualmente merecer o nosso destaque, uma vez que traduz novamente o relativo envelhecimento da população (cf. novamente Quadro 3.3).

Quando se avalia o peso dos setores de atividade na estrutura produtiva local, dificilmente podemos deixar de tecer algumas breves considerações pois, de forma notória, a atividade agrícola atingia, no último Recenseamento, uma reduzidíssima expressão no seu tecido económico, algo que não admira, sabendo-se que a freguesia vem sendo marcada há muito pelo seu drástico declínio. No entanto, salta à vista que, apesar de manter uma orientação mais ou menos favorável na retenção de emprego no setor

secundário, o lugar da Gandra era bem mais densamente marcado (até do que no panorama regional) pelo peso do setor terciário na estruturação da sua mão-de-obra.

Atendendo aos índices de terciarização que Ermesinde foi acumulando ao longo dos últimos anos, e ao facto do grau de interdependência desta freguesia se ter apoiado na concentração de serviços da administração e na diversificação de bens e serviços no centro urbano do Porto (e sua envolvente), bem como noutros concelhos do Grande Porto, não nos surpreende que uma larga maioria dos ativos empregados residentes no lugar exercesse a sua atividade fora do concelho (68,4%). Mas, por sua vez, as deslocações pendulares dos estudantes eram menos expressivas (27,9%), demonstrando que um segmento muito significativo das deslocações casa-escola era limitado ao próprio município de residência.

Por fim, em matéria de instrução, e no que diz respeito aos dados dos níveis frequentados (com ou sem obtenção de grau) é possível reconhecer um claro desequilíbrio na sua distribuição pela população local. Tal como se pode atestar pela leitura do Quadro 3.3, apesar de ser perceptível a relevância da generalização da frequência até aos nove anos de escolaridade e do acesso cada vez mais alargado aos níveis de ensino secundário e pós-secundário, apenas cerca de 30% da população tinha acedido ao nível de instrução elementar, denotando que a debilidade dos níveis de escolarização, em 2011, era ainda importante no lugar da Gandra. Por outro lado, há que ter em linha de conta o facto da proporção de residentes que frequentavam ou tinham concluído o ensino superior (correspondente a mais de doze anos de escolaridade) se situar bem aquém (15,6%) dos valores obtidos para os restantes níveis de instrução, sugerindo o fraco avanço da população para patamares de instrução e certificação escolar mais exigentes.

### **3.5.2. Atividade económica local (e suas transformações ao longo do tempo)**

Num quadro territorial marcado pelo processo intensivo de construção, como o que analisámos previamente, parece-nos que não podemos desconsiderar as dinâmicas de transformação do tecido produtivo e urbano que lhe estão associadas e que, de resto, os últimos Censos ajudam a confirmar.

Mesmo que tenhamos aludido anteriormente a alguns dos aspetos mais relevantes do seu processo de recomposição social e económica – destacando-se as tendências para o envelhecimento populacional, o aumento do desemprego e a lenta progressão da escolaridade em níveis mais elevados – é fundamental que, na análise efetuada acerca da relação entre o decurso de edificação/expansão e a breve descrição da organização social

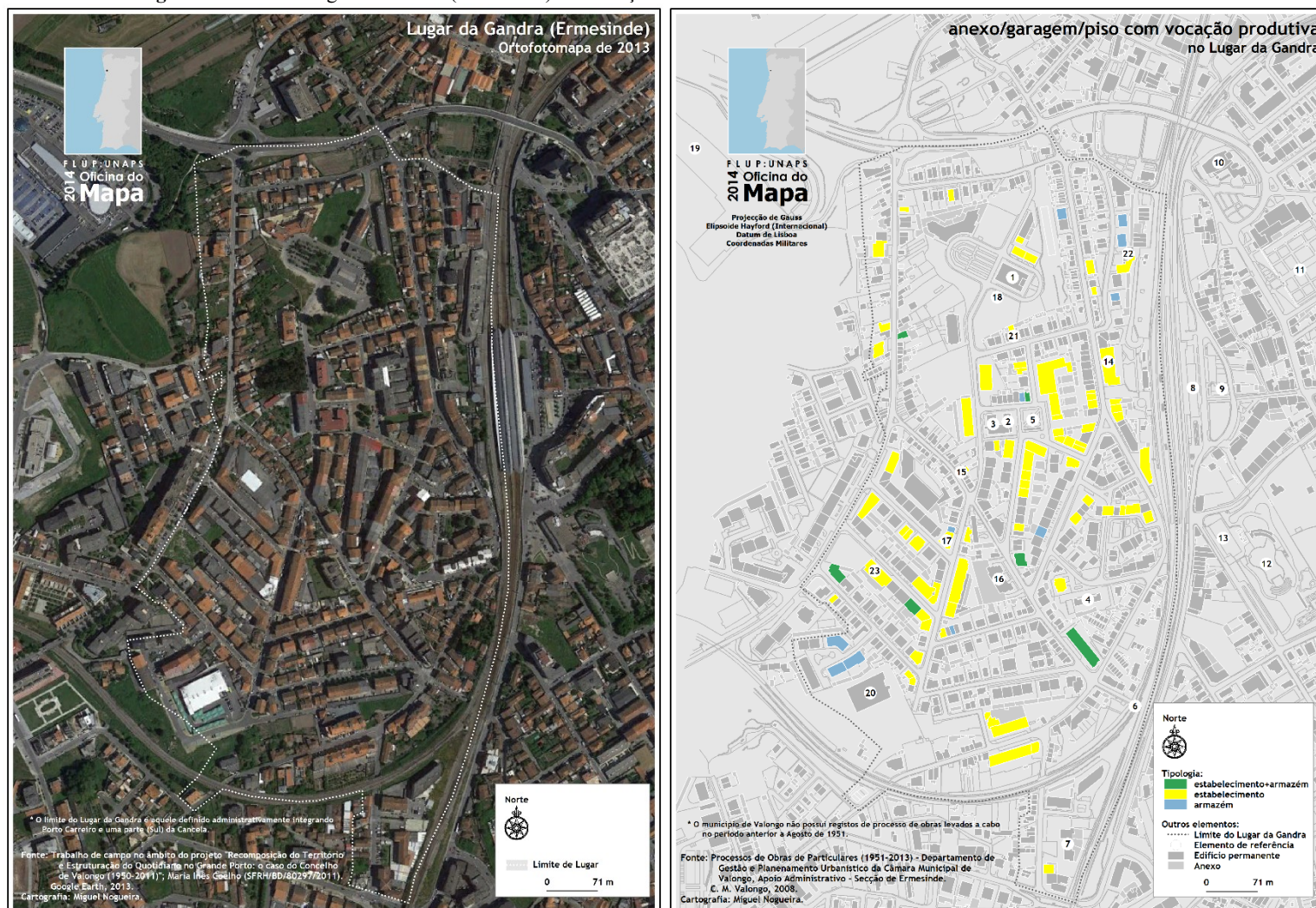
do mercado de alojamento local, se considerem (com maior detalhe) aspetos relacionados com a natureza socioeconómica e as condições de acessibilidade do lugar, até para melhor entender, ao longo do tempo, os potenciais efeitos na estruturação das condições de experiência residencial dos seus residentes.

Na realidade, tendo por base o quadro geral das mudanças económicas vividas na região e na freguesia de Ermesinde, e sendo as últimas três décadas assinaladas por intensos processos de reestruturação que passaram, em grande medida, por alterações no perfil de especialização setorial, cada vez mais vocacionado para o setor terciário em detrimento do secundário, tudo aponta para que o lugar da Gandra também acabasse por refletir parcialmente tais modificações. É necessário, pois, ter presente que o território vinha, desde há algum tempo, manifestando sinais de uma crescente concentração de serviços da administração, na sua envolvente mais próxima, e de uma maior diversificação de bens e serviços, constituindo, ainda que moderadamente, uma área de fixação (dispersa) de algumas unidades industriais de pequena e média dimensão. Sabendo-se, por outro lado, que num aglomerado com alguma antiguidade, como o próximo da estação de caminho-de-ferro, em que as redes de comunicação se multiplicaram e complexificaram, e onde historicamente os equipamentos urbanos primários se foram implementando, os benefícios das oportunidades de contacto e estímulo da atividade económica no lugar só podiam aumentar de intensidade.

Nesse sentido, não é por acaso que, à medida que os edifícios se vão construindo e o interconhecimento se amplia no lugar da Gandra, se assiste à instalação de um conjunto de atividades com forte orientação nas práticas de consumo e de produção da sua população. Falamos, portanto, de atividades essencialmente ligadas ao pequeno comércio e (em parte) à pequena indústria, com impactos evidentes no regime local de trocas, porque capazes de, em certa medida, satisfazer a procura local no acesso a bens de consumo e ajudar na fixação de emprego, engendrando a maior circulação e indução de pessoas, de ideias e bens.

Ora, sendo este um espaço de sólida e densa especialização residencial, como agora o conhecemos, ainda assim, o lugar não deixou de desempenhar, entretanto, outros papéis igualmente atraentes, acolhendo certos equipamentos coletivos e produzindo determinados bens e serviços, indispensáveis quer em termos de provisão e experiência residencial aos seus habitantes, quer na atração (ligeira) de outro perfil de população.

**Figuras 3.7 e 3.8 – Lugar da Gandra (Ermesinde) e Presença de estabelecimentos e/ou armazéns no edificado local -1951-2013**



Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde. Consulta e tratamento da informação realizados pela autora. Cartografia: Miguel Nogueira.

O que significa que o território deve ser também interpretado tendo em linha de conta as várias redes de interdependência criadas no decurso do tempo<sup>125</sup>; mais concretamente, parece-nos pertinente olhar para as virtualidades derivadas da combinação de múltiplas funções assumidas, e que não se resumem apenas às fronteiras estritamente residenciais, quando, na análise em torno de um contexto como este, se reconhece que a acumulação de tarefas de produção e de consumo, além de favorecida por um quadro de impulso económico local (a que não é alheia a ligação ao mercado portuense), resultou identicamente da intervenção mais ou menos direta dos promotores locais de habitação.

Se efetivamente olharmos em concreto para o coeficiente de ocupação destinado à vocação produtiva no lugar, verifica-se que uma fração considerável da tipologia do parque edificado, assente num modelo geral de desenvolvimento alicerçado na maior oferta de *habitat* local, teve como outras finalidades o uso comercial e industrial (cf. Figuras 3.7 e 3.8).

De um lado, vemos que, na procura de acompanhar de perto a pressão demográfica exercida sobre a aglomeração, e numa ótica de reorganização do espaço económico (e social), os vários promotores viram, no investimento feito em usos não exclusivamente habitacionais, as possibilidades de obtenção de mais-valias aumentarem. Ao assumirem basicamente funções de apoio, estes espaços, na sua maioria estabelecimentos mas também armazéns, apresentavam-se, portanto, como recursos acrescidos de um valor apreciável (correspondente à expectativa gerada pelos usos futuros) e de grande importância para o tipo de rentabilidade de negócio que estaria em causa.

Do outro lado, o interesse dos próprios particulares, para além da função de provisão da habitação, estaria longe de ser residual, sendo, em vários casos, uma parte das residências (unifamiliares e/ou bifamiliares) era aproveitada para atividade complementar.

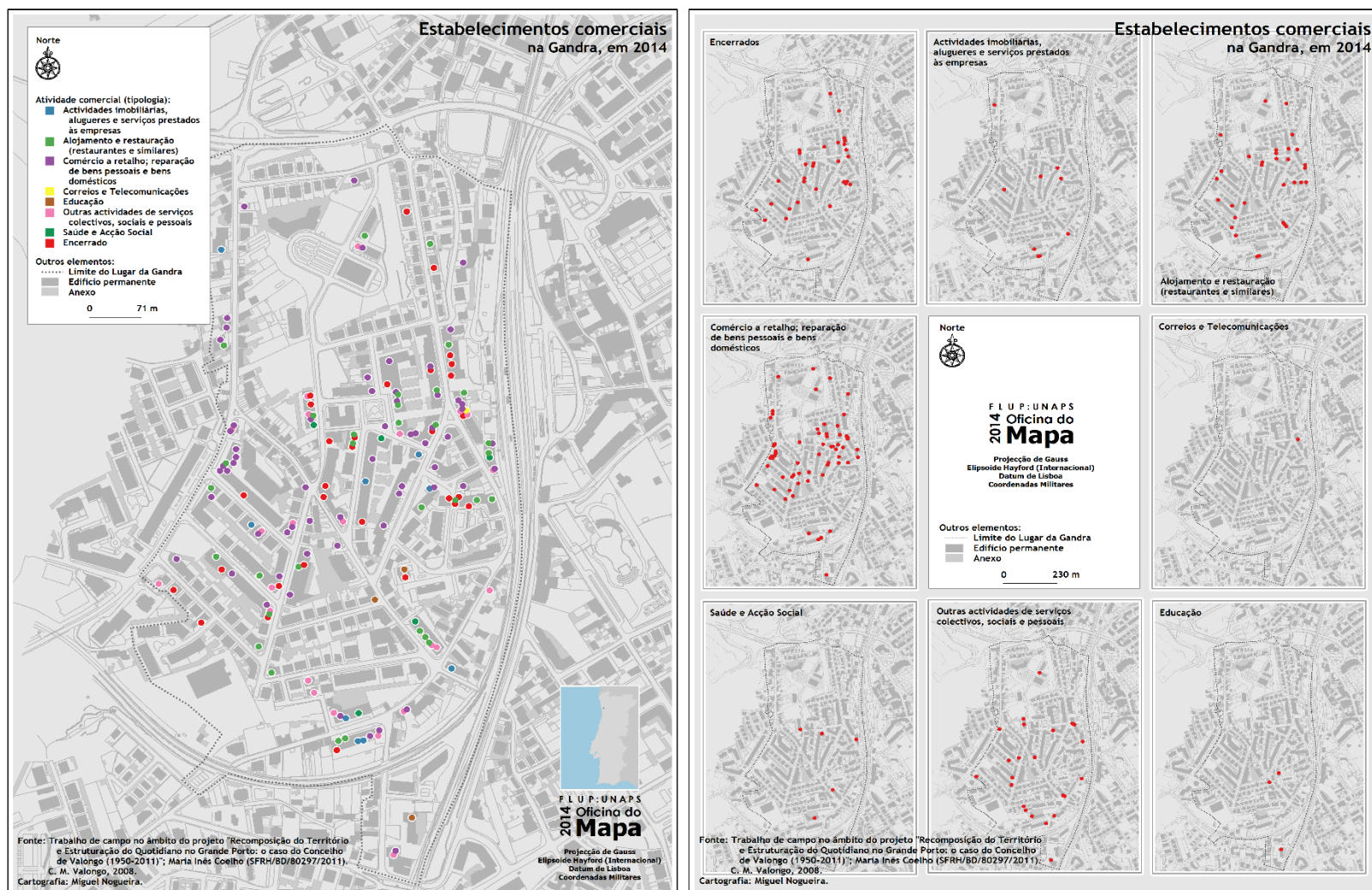
Evidentemente que, com o decorrer do tempo, e tendo o próprio sistema de transporte e as redes viárias implementados contribuído, como veremos mais adiante, para alterar a acessibilidade desta área, tornando-a mais atrativa em termos de investimentos, o conjunto local de atividades que se foi disseminando pelo lugar foi-se alterando também em quantidade, diversidade e poder de polarização.

---

<sup>125</sup> Para um conhecimento mais aprofundado acerca do processo de recomposição do tecido institucional do lugar, cf. ponto 3.6 do presente capítulo.



Figuras 3.9 e 3.10 – Estabelecimentos comerciais - Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014



Fonte: Trabalho de campo – Registo de observação (SFRH/BD/80297/2011), 2014. Registos observados uniformizados segundo a CAE; Cartografia: Miguel Nogueira.



Apesar do território ser pautado por algumas transformações, pois, como examinaremos, o perfil de atividades constituído em torno de pequenas empresas industriais recobre, na atualidade, cada vez menos espaço e mão-de-obra, pode dizer-se que a estrutura local da atividade económica e do emprego permanece marcada pela dominante terciária.

Grosso modo, podemos identificar que, entre os vários grupos de atividades presentes, o maior peso concentra-se nos grupos ligados ao terciário comercializável (comércio a retalho e reparação de bens pessoais e bens domésticos), ao alojamento e restauração (e afins) e às outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais, ainda que as atividades de serviços prestados às empresas ou relacionados com domínios sociais como a educação e a saúde tenham alguma representatividade (cf. Figuras 3.9 e 3.10).

Se para lá das funções de abastecimento (de cariz alimentar e não alimentar) da população (e, em especial, os seus residentes), estes grupos de atividades acabaram por encontrar, por razões de proximidade e de dimensão da procura final, fixação territorial e exercer alguma influência face à oferta variada de produtos e de serviços prestados, também é preciso ver que elementos importantes como o trabalho, a vida familiar e/ou doméstica e o consumo foram se estreitando de forma articulada, participando ativamente na ritualização da vida quotidiana da população.<sup>126</sup>

Porém, deve-se acrescentar que a própria especialização funcional das atividades se hierarquizou de modo distinto, ao longo do tempo, tendo a sua expressão espacial se traduzido com evidência na configuração dos sistemas de relações sociais locais.

Os discursos dos residentes são, assim, unânimes em reconhecer, sobretudo numa primeira fase de povoamento, o peso do dinamismo que se foi criando, com a instalação de algumas unidades produtivas e de vários estabelecimentos comerciais já que, além de despertarem o fluxo de comunicações e de trocas, ajudaram, durante um período de tempo alargado, a avivar claramente o ambiente sociabilitário local. E, mais, os próprios mecanismos relacionais e representativos envolvidos na construção da sua visibilidade social foram dando conta do trabalho de ancoragem identitária e de projeção simbólica desenvolvido (Costa, 1999).

---

<sup>126</sup> Rever novamente notícia acerca do dinamismo económico do lugar - Ano XXII (nº167), 1982, pp.1-2, Jornal “A voz de Ermesinde”, cf. caixa de texto do presente capítulo - «O lugar da Gandra: como era e como é.» Considerações sobre a expansão do espaço construído I.

O lugar, longe de ser apenas espaço de trabalho para certos segmentos da população, passou a constituir um cenário de familiaridade onde se estruturaram percursos de vida e se adensaram práticas e vivências do quotidiano dos seus residentes.

De resto, a propósito da definição do passado, é interessante ver que, na memória dos entrevistados, em especial a dos mais velhos, a vida coletiva local foi-se processando em redor destes pequenos núcleos, com funções essenciais de abastecimento, mas cuja gradual dispersão pelo território teve particular relevância no plano das redes de relação.

Tornando-se, pontos habituais de múltiplos (re)encontros e interação, uma porção da procura de bens e serviços era, deste modo, concretizada através de afinidades de consumos e de capital simbólico, garantindo-se, em simultâneo, a expansão e autonomização destes espaços como locais de convivência, de sociabilidade e de referência (em suma, de interconhecimento local). E o próprio poder de atração (dos negócios) encontrava-se mais centralizado até porque, numa fase primária, o grau de urbanização era ainda reduzido e a dinâmica construtiva estava em vias de aceleração.

“O centro era aqui. ... Ali, o senhor Q. tinha uma lojinha, a tasquinha do senhor Q., era. Tinha tudo. Eu nem sei onde é que metia tanta coisa. Vendia cobertores, lençóis, linhas, tínhamos tudo, arroz, café, açúcar. Era: «Olhe, dói-me os dentes!», «Vai ao senhor Q. buscar pastilhas para os dentes.» Era assim. (...) Houve muito comércio associado a estes prédios novos. E vieram os cafés. Começou a abrir cafés, cafés, cafés... Não faltam cafés por aí. (...) E aqui, olhe, foram as confeções, a fábrica de ombreiras... Tudo aqui nestes armazéns, que era uma bouça, tudo isto era ocupado.”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“Antigamente só havia mercearias. Ao cimo da minha rua, por exemplo, havia uma de um lado e outra de outro. Os clientes iam todos ali, percebes? Punham-se ali, como nas aldeias, não é. Pronto, depois as próprias mercearias foram-se restaurando, não é. Os filhos restauraram e já criaram ao lado... E era uma adega também e nessa adega substituíram por um café. Foi quando na Rua Elias Garcia começou a haver os primeiros cafés.”

Grupo Doméstico 17, residente na atual habitação há 2 anos

“Toda a gente conhecia a mercearia do senhor V., até diziam que a mercearia do meu pai era como uma farmácia, não faltava nada. O meu pai tinha tudo! O meu pai fazia questão de ter tudo! Tudo na mercearia. Tudo! Havia pessoas que chegavam aqui e diziam: «Ó senhor V., não sei se você tem, mas tem isto?», «Tenho, sim senhora!» O meu pai tinha tudo! Era uma mercearia à moda antiga!”

Grupo Doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

Todavia, quando se pretende, na definição do presente, captar as variantes de orientações e/ou práticas de consumo local, e perceber as incidências sociais provocadas pela base económica local, não podemos ficar indiferentes às recomposições sentidas e manifestadas num conjunto significativo de depoimentos.

De facto, num contexto de profundas transformações socioeconómicas como as verificadas no território, com tradução na progressiva desvitalização do comércio tradicional e no crescente declínio da atividade industrial, denota-se que a estrutura produtiva local tem vindo a colher, de forma algo ambivalente, e mais recentemente, facetas contraditórias e ritmos de evolução muito heterogéneos (em coexistência).

Por um lado, soma áreas de concentração de desinvestimento, com resultados na criação de riqueza e de emprego – os pequenos negócios que, outrora, continham centralidade passam a perdê-la no cenário residencial; e as grandes e pequenas unidades fabris, importantes fontes de recrutamento de mão-de-obra, vão desaparecendo da paisagem. O que mostra que a garantia de algum “entusiasmo” económico se viu diminuída e, em paralelo, os ganhos ligados à atividade laboral ficaram claramente comprometidos.

“Na altura, [havia] mais estabelecimentos. Hoje até vemos estabelecimentos que... Houve aqui um retrocesso (...). Fecharam. Pelo desemprego, pela emigração, mas mais pelo desemprego. Vemos aqui um café, que agora até fechou de vez, retiraram até os equipamentos. E não só, porque antigamente havia aqui assim muitas confeções que... Havia a fábrica de tecidos que, na minha meninice, era uma fábrica de desperdícios de algodão, uma firma que cresceu muito e era uma firma de gente rica. Aquela gente estava no auge e veio tudo para baixo. Esteve fechada muito tempo. Mais tarde foi comprada pela família L.... Montaram ali uma fábrica de tecidos e, segundo se dizia na altura, compraram aquilo por 300 contos. Dinheiro de sardinhas! Mais tarde, aquilo também fechou, acabou por ser vendido e ser demolido para fazer aquele prédio todo que está ali. Mas havia muitas confeções, as chamadas indústrias de... o, o vão de escada. O vão de escada não digo... Mas caves, garagens... Havia uma aqui assim neste, aqui dentro, entre os muros destas casas, entrava ali por cima, havia ali uma grande fábrica de botões... e chumaços para a indústria, para a confeção do vestuário. Aqui, na Rua de Diu, outra confeção pequena naquelas garagens, no fundo dos prédios e não só. Havia junto da Rua de Bissau uma indústria de calças que depois parece que foi para Rio Tinto. Ora, havendo indústria há comércio. Havia muita, muita pequena indústria que movimentava muita gente. Agora, não há. Esta zona está muito, muito em declínio. Cafés fechados. Havia aqui assim uns tantos que abriram precisamente porque havia gente, agora estão fechados. O Café *Estrela*, o *Monte Rei*...”

Grupo Doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“Depois começou a haver aqui praticamente de tudo. Era a padaria, era o talho, era a frutaria, era isto, era o Centro de Saúde ali. Portanto, começou a haver uma série de estabelecimentos que se formaram, portanto, a pessoa saía de casa, tinha logo ali as coisas todas, não precisava de... Achávamos que era um lugar que estava relativamente bem servido e que tínhamos aqui tudo... Tínhamos a farmácia. (...) Também não ficávamos longe do Porto. (...) Temos aqui tudo mais ou menos e agora temos uma oferta muito maior. (...) Embora agora... infelizmente, está a decair, porque está muita coisa a fechar. São os tempos, não é? [risos] São os tempos. (...) Também havia indústria, a tal confeção, uma fábrica aqui em baixo que deu origem a um prédio grande que agora está ali. Havia uma aqui em cima que era das vassouras ou coisa assim do género, a Escovaria de Ermesinde. A Fábrica de Vidro que agora é um prédio, quase ali ao pé da escola, mas já não tinha muita atividade. (...) Era mais já um género armazém. Mas assim a fábrica, aquela do edifício grande, empregava muita gente e tal, era mesmo uma fábrica. (...) Agora, havia também a confeção de garagem. Aqui, nas garagens aqui detrás, faziam muito isso. Luvas ... era este género de... uma fábrica grande que dava depois, distribuía por várias...pequenas confeções. Traziam os moldes, não é, e os tecidos e depois faziam à peça. Ainda aqui nas garagens ainda chegou a haver disso.”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

“Eu vi-a [a zona da Gandra] crescer através da linha, como passava... E vi situações, por exemplo, a fábrica dos artigos de segurança a desaparecer. Eu lembro-me de ter um portão que a malta nova se juntava lá a fazer serenatas em novo, porque o portão fazia assim um nicho, dava para a gente se sentar ali, uns amigos de viola, e a gente ali a fumar, na altura, uns cigarritos e a ouvir as músicas que eles tocavam. E aquilo vai abaixo, toca a construir. Outros sítios de referência, a própria fábrica de tecidos que desaparece para dar mais um bloco quase da altura do meu... O bloco onde eu estou já é alto, que está no ponto mais alto da Gandra, agora imagine os outros.”

Grupo Doméstico 24, residente na atual habitação há 16 anos

“Do momento em que eu vim para cá [princípios dos anos 80] até para aí há 10 anos atrás, melhorou substancialmente. Nós tínhamos aqui tudo. (...) Tínhamos cafés, tínhamos, o supermercado do senhor C., tínhamos restaurante, tínhamos pão quente e mais outro café... Até tínhamos uma casa de *lingerie* aqui por baixo que era espetacular. E, em termos de comércio, teve assim uma subida considerável, muito boa. Tínhamos aqui tudo. Tínhamos talho, peixaria, café, pão quente, restaurante, supermercado, só ia para fora quem quisesse. Depois houve uma descida brutal. O comércio começou a fechar. Quem estava a trabalhar no comércio eram os pais, depois os filhos não ficaram, depois os pais ficaram doentes, foram passando ou foram fechando.”

Grupo Doméstico 28, residente na atual habitação há 27 anos

Por outro lado, a imagem muda quando examinamos o peso que, na envolvente mais próxima, os centros comerciais ou das “grandes superfícies” trouxe na adesão geral da população e na dinamização territorial.

À medida que contribuíram para o desenvolvimento das áreas de influência onde estão inseridos, estes empreendimentos provocaram mudanças na organização da área, principalmente no que diz respeito às questões de redimensionamento e valorização espacial (com o aumento do uso e ocupação do solo). Por sua vez, ao substituírem, com uma força cada vez mais ampla, as funções tradicionais da cidade, foram recolocando esta área em concreto num outro plano quer ao nível da diversidade funcional, quer na mobilidade (Rodrigues, 2010; Juan *et al*, 1997).

#### **A afirmação crescente dos centros comerciais na periferia do centro do Porto: o caso do Maia Shopping.**

**Imagens A.31 e A.32** – Imagens do *Maia Shopping* (Lugar de Ardegães, Maia) e do *Pingo Doce* (Lugar da Gandra, Ermesinde).



Fonte: (esq.) Fotografia de Manuel Pereira, princípio do século XXI (Dias, 2001);  
Fotografia: (dir.) Maria Inês Coelho (Fevereiro 2015) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua Ilha de Moçambique (Ermesinde)

Desencadeando mudanças profundas (e muito significativas) no tipo de perfil de consumo da população (e na sua relação com o espaço urbano), o aparecimento dos hipermercados e dos centros comerciais, geralmente associados a grupos económicos com negócio na distribuição alimentar e noutros segmentos (como o vestuário e o calçado; as telecomunicações; a restauração e outros serviços), tem vindo, como sabemos, a acentuar-se nas últimas décadas no Grande Porto. Apesar de constituir (ainda) uma realidade recente no contexto português, num contexto de aumento generalizado do poder de compra e de abertura aos mercados europeus e mundiais, a afirmação destes espaços na região trouxe duas grandes alterações que devem ser equacionadas.

O primeiro aspeto diz respeito à tendencial perda de uso/relação com o apelidado “comércio tradicional”, geralmente com um carácter independente, de pequena dimensão e localizado à face da rua. Durante esta fase, a sua “contração” (e esvaziamento do centro) tem-se tornado uma forte evidência, não obstante a recente dinâmica verificada, fruto do aumento da importância do setor turismo na cidade do Porto.

O segundo aspeto, como se depreende, é o relativo impacto causado organização do espaço urbano da região assente numa discriminação de base territorial, do qual resultou uma litoralização e periferização do grande comércio, muitas vezes responsável pela modificação da natureza da relação dos pontos de venda com o ambiente exterior circundante (Fernandes, 2003; pp9-10; Cruz, 2008: p.55).

(cont.)

Ora, é precisamente neste quadro de mudança que, nos finais da década de 90 do século XX, em 1997, é inaugurado na área contígua ao lugar da Gandra (Ardegães, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia) o *Maia Shopping* que, desde a sua abertura, não deixou de ser uma fonte de emprego com algum peso, mobilizando e absorvendo, ao longo do tempo, mão-de-obra local (quer funcionários do centro, quer das lojas) em áreas-chave como o comércio a retalho e a restauração e outros serviços. <sup>(vii)</sup>

Com uma área de mais de 82 mil m<sup>2</sup>, 2300 lugares de estacionamento, 121 lojas e (inicialmente) 11 salas de cinema e um hipermercado (*Continente*) com 8 mil m<sup>2</sup>, este empreendimento (do Grupo *Sonae*) veio, de facto, induzir uma grande alteração no território. Até então predominantemente preenchido por terrenos de cultivo, à época, foi a segunda grande superfície comercial a ser construída (neste caso no espaço da envolvente da freguesia), pois a primeira, nitidamente de menor dimensão, tinha sido o *OK Bazar*, no ano de 1994, na parte sul da cidade, muito próximo da autoestrada que liga Ermesinde a Valongo (Dias, 2001). Por outro lado, ao incrementar a oferta de comércio e de serviços, acabou por ser fator de valorização dos terrenos e dos imóveis nas áreas circunvizinhas, tendo sido acompanhado por grandes investimentos em infraestruturas locais como a construção do nó desnivelado da EN105, a via de Ardegães e o respetivo acesso ao viaduto que liga estas áreas ao centro de Ermesinde, além das sinalizações e readaptação de vias de circulação.

Mas o lugar da Gandra também foi marcado pela presença de outras atividades. Servindo de regulador da atividade comercial de cariz mais ambulante, nos anos 80, dá-se, na zona norte do lugar, a inauguração do Mercado da cidade <sup>(viii)</sup> sendo, posteriormente, transferidas (para as suas imediações) as duas feiras semanais de implementação mais histórica na freguesia, originárias do lugar da Travagem. Estas ainda hoje decorrem (às segundas e sextas-feiras), tendo contribuído, durante um período de tempo relativamente ampliado, para o escoamento da produção dos feirantes e originando um afluxo importante de pessoas provenientes não só da área em causa, como de áreas vizinhas.

Por seu turno, muito embora, no passado, já se encontrasse situado num dos edifícios junto à sua praça central (a Praça 1º de Maio), na primeira década dos anos 2000, e procurando dar resposta a imperativos próprios das economias de mercado e atendendo-se à complexificação das necessidades dos consumos, assiste-se ao nascimento, na zona sul do lugar, de um novo espaço ligado ao negócio da distribuição alimentar (o *Pingo Doce*), resultante dos novos investimentos feitos pelo Grupo *Jerónimo Martins*.

<sup>(vii)</sup> De acordo com a Associação Portuguesa dos Centros Comerciais (APCC) este centro comercial detinha, em 2006, 50 funcionários e um total de 1207 trabalhadores a laborar nas lojas (Cruz: 2008: p.62).

<sup>(viii)</sup> Hoje em visível estado de “quase abandono” e degradação.

Não se trataram somente de modificações no que se refere às atividades económicas, à quantidade e ao perfil de mão-de-obra empregada ou dos investidores (como, por exemplo, os agentes imobiliários e comerciais), que em conjunto proporcionaram um carácter diferencial à configuração socioeconómica deste território. Estes empreendimentos conseguiram, de facto, atrair públicos recrutados num leque social bem mais alargado, concentrando, no mesmo local, funções de provisão, práticas de consumo, rituais de sociabilidade com acentuada carga lúdica, assim como outras formas de fruição cultural partilhada (Pinto, 1997: pp.302-303).

Assim, a comparação entre a configuração socioeconómica de então e a que marca, hoje, discursiva e representacionalmente a cena local, permite-nos detetar

contornos de grande contraste já que o poder de interferência na dinâmica e organização do espaço é notório, percebendo-se as incidências de tais processos de recomposição nos quadros de interação de âmbito mais localizado.

Apesar de, como vimos, um conjunto de atividades continuar hoje a exercer influência local, as relações sociais de consumo e de produção, segundo os relatos recolhidos, não se configuram nos mesmos moldes do passado, nem sob o mesmo pano de fundo de compulsão económica de décadas anteriores. Tendem, particularmente, a não se confinar a círculos de proximidade mais imediata e, por sua vez, a perder cada vez mais densidade. Retrospectivamente, isto conduz a apreciações de carácter negativo e alguma nostalgia, em especial para quem vive do negócio local.

*“Marido:* Em 88, 89, isto aqui... era um movimento local! Nesta altura, já não é. Já não é nada comparado com aquilo que era no século passado.

*Esposa:* Temos aqui o *Pingo Doce* ao cimo da rua que agora é a mercearia das pessoas.

*Marido:* O *Maia Shopping* foi logo uma machadada, uma machadada no comércio tradicional. Ui meu Deus! (...) Mas não fui só eu que senti a diferença. Não, não é só a minha área. As pequenas fábricas que existiam aqui e que desapareceram também. Aquelas fábricas caseiras que tinham meia dúzia de senhoras a trabalhar, oito senhoras e tal, isso desapareceu tudo, porque aquilo aglutinou o pessoal... Quem é que tem hoje possibilidades de vender meia dúzia de coisas?! (...) Foi uma machadada no comércio e na indústria. (...) A fábrica *L.* que ficava por detrás onde está aquele prédio branco - nós moramos em frente - empregava muita gente. No século passado, aquilo tinha mesmo muita senhora e muito homem lá a trabalhar.

*Esposa:* Foi uma pena ter ido abaixo.

*Marido:* As pequenas indústrias tinham aqui impacto. Várias empresas, do género garagem ou um pequeno armazém. Aqui ao lado do café *Q.*, tinha aí uma casinha que não era nada, mas talvez doze, treze mulheres que iam lá trabalhar. Essas pequeninas davam trabalho. Isso desapareceu. E faziam movimento também às nossas lojas, não é? Esse pessoal que trabalhava cá ajudava sempre um pouco. (...) Ao longo desses anos, contactei muita gente, não é? Nos últimos anos, como saíram esses mais velhos, esses contactos foram.... Agora com estes mais novos é muito mais difícil estabelecer relações. Muito. É diferente. A menina hoje vê chegar as pessoas de carro, trazem tudo o que é preciso dos supermercados ou comida feita, ou isto ou aquilo, e nas lojas pouco ou nada.

*Esposa:* Eu acho que até alguns se esquecem.

*Marido:* Antigamente era diferente. As meninas e as senhoras vinham de comboio, ou vinham de transporte, e vinham por uma mercearia, vinham por uma loja, compravam isto, compravam aquilo, era fácil. Havia aquela amizade, digamos, do dia-a-dia. Nós tínhamos a preocupação e eu tinha de estar mais de dez minutitos [na loja] para compensar aquela senhora que vinha de comboio. Era: «Ainda vem aquela a fulana tal e tal...» Hoje já não. Não vale a pena. (...) Aqui, no início, quando viemos para aqui, trabalhávamos muito bem. (...) Nós vivemos aqui neste quarteirão de casas e a começar nesta rua, na parte de cima da rua, estão duas ou três lojas abertas. Virando para aqui para a Rua da Índia, acho que não temos mais estabelecimentos em cima. Há um cafezito em cima, um restaurantezito em cima e que isto quase tudo está vazio. A Rua da Índia era uma atração...em determinada altura do tempo... (...) Ao tempo era obrigatório fazer aquilo [incluir espaço para armazém e/ou estabelecimento], portanto, tem toda uma construção feita para lojas, mas estão todas...semiabandonadas. Naquele prédio branco estava tudo a trabalhar e já estão umas poucas fechadas.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

Por seu turno, deixando de induzir funções circunscritas de animação, cruciais para a competitividade do tecido urbano local, torna-se possível antever uma certa desvitalização do espaço público. Perante um panorama local mais carecido em eventos e solicitações, que outrora contribuíam para o estímulo à integração social e económica, bem como para a qualificação residencial crescente associada à prestação dos serviços, o lugar é-nos inocuamente descrito pela reduzida afluência de pessoas, pela menor

disponibilidade de procura de bens (e de interconhecimento) e pela fraca consistência das rotinas de lazer. Logo, não é de admirar que a envolvente residencial deixe de ser objeto essencial de usufruto no quadro de recursos disponíveis ou então de suporte central de referência simbólica e de prática, por exemplo para segmentos mais jovens da população.

*“Rapaz:* Tirando as [grandes] superfícies, acho que o resto do comércio não cresceu muito. Sumiu completamente. Está tudo fechado. Eu recorda-me isto com muito movimento [risos]. O famosíssimo café *Galo D'Ouro*, não é? Toda a gente vinha para aí. Mas por aqui, por esta rua...

*Rapariga:* Cafés, lojas...

*Rapaz:* ...lojas que haviam...E aquele vídeo clube...

*Rapariga:* Eu recordo-me de no Natal haver luzes na rua...

*Rapaz:* Luzes de Natal! [*Destaca com entusiasmo*]

*Rapariga:* E o comércio...

*Rapaz:* E o comércio no Natal! As minhas comprinhas, davam-me mil escudos, e era onde eu ia fazer as comprinhas de Natal, era... As lojas todas abriam, havia música, luzes de Natal. Perdeu-se tudo...

*Rapariga:* E mais, e o *Maia Shopping* também proporcionou isso.

*Rapaz:* Sim, proporcionou um pouco isso.

*Rapariga:* As pessoas deixaram de comprar aqui. (...)

*Rapaz:* É, nós de nada tivemos tudo. (...) De repente, foi o tal *boom*... Mesmo no centro, na Gandra, isto era... As lojas, as lojinhas estavam todas abertas.

*Rapariga:* Havia tudo...

*Rapaz:* Tudo, tudo.

*Rapariga:* Cabelheiros.

*Rapaz:* Vídeo clube... Lá está, as pessoas estão com medo de investir..."

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

Ao mesmo tempo, e em resultado de um crescente empobrecimento sociabilitário, o espaço local vai-se tornando cada vez menos atrativo para uma outra parte dos residentes, levando ao alargamento do raio das deslocações realizadas e a mudanças nas práticas de consumo.

*“Pai:* Comércio havia muito mais do que hoje. Hoje não há nada. Hoje aqui não há, zero. Aqui só se vê agora áreas comerciais vazias. Ainda vai tendo alguma coisa na Rua da Índia [Portuguesa] mas, mas muita pouca. (...) Aqui era tudo cheio. Aqui em frente...Agora... Estes estavam todos alugados, estes aqui estavam todos alugados. Estavam tudo a trabalhar. Ali também. Agora... (...) E hoje em dia as pessoas também modificaram os seus hábitos, não é? Porque antes as pessoas eram mais de mercearia, hoje são de supermercado, não é? (...)

*Filha:* O *Maia Shopping* também ajudava bastante para nós começarmos a ir ao cinema com os amigos, comer gelados, ver as montras, ver as lojas. Porque eu lembro-me que, antes, nós comprávamos a roupa... a roupa da minha infância toda, até mais ou menos, até ao meu oitavo ano, que foi quando abriu o *Maia Shopping*, que ainda me lembro bem disso, eu andava, vestia roupa que tinha assim no comércio local. Só depois (...) abre o *Maia Shopping* e abre-se um mundo de roupas novas e de marcas que eu, até à altura, não tinha noção ... (...)"

Grupo Doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

É claro que o significado social atribuído a estas alterações deve ser olhado com mais precisão. Os confrontos de valor entre passado e presente são objetivamente condicionados pela situação individual e coletiva ocupada num dado momento e as consequências de uma outra distribuição ou reorganização da relação com os equipamentos são distintas nas diversas categorias sociais. Os diferentes grupos sociais,

que vivem no mesmo espaço, constroem a sua existência segundo lógicas dissemelhantes (no que respeita à frequência e importância das deslocações, das suas aquisições ou das redes de relação) e, portanto, a dependência do olhar sobre a envolvente residencial (e as condições de oferta disponíveis para utilização e/ou apropriação mais ou menos lata) está intimamente ligada à posição social específica ocupada. Para além do mais, as variações no volume e distribuição dos vários capitais ajudam na ampliação das diferenças referentes ao uso real de tais espaços e à eficácia desse uso (Pinçon-Charlot *et al*, 1986: p.5-8; p. 97; p.166).

Não obstante tal heterogeneidade, o espaço das representações mostra que a relação com estas estruturas e a reavaliação das práticas de consumo obedecem também às recentes configurações do meio residencial local.<sup>127</sup> Num contexto de agravamento da crise económica, que se traduziu rapidamente num aumento considerável do desemprego, assim como na forte emigração e outros fenómenos de extroversão, os discursos dos residentes acerca do meio local acabam por refletir traços de transformação com algum interesse.

Estes apontam fundamentalmente para aspetos de mudança na economia doméstica das famílias residentes (como, por exemplo, alterações na gestão dos consumos e controlo das despesas) e alguns sinais de angústia em relação a um quadro local economicamente mais fragilizado.

“Isto está na mesma. (...) Os serviços que haviam são os que há agora. Tirando o *Pingo Doce*. A feira também já existia ali. A única modificação que houve, desde que eu vim para aqui, é que cada vez há menos comércio. Está tudo a fechar, está tudo a fechar. Lá onde estou tinha uma loja no cimo da rua, a fazer esquina, foi à falência. Tinha aqui o café *Monte Rei* em frente, fechou. Aqui o laboratório de análises clínicas ficou fechado. O café à beira da associação [ADRG] também ficou fechado. Cada vez há menos possibilidades e os negócios não dão para tudo. E as coisas andam a fechar. Tinha a peixaria que também fechou. (...) As pessoas procuram o mais barato possível e então vamos às grandes superfícies. E as lojinhas de conveniência é que padecem, não é. É normal. (...) A Gandra está parada e nunca mais sai disto. Quando eu vim para aqui, os negócios estavam melhores. Havia muitas casas que ainda estavam abertas. Havia um bocado de movimento, via-se mais gente. Depois foram descaindo, descaindo, descaindo. Fecha uma, fecha outra e cada vez mais se descaem mais. (...) As pessoas queixam-se do dia-a-dia, da falta de dinheiro. Não é de mais nada. (...) Isto é das possibilidades financeiras que cada vez são menos.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“Já estou muito habituadinho e gosto muito. Porque a gente sai porta fora e tem logo o talho, tem logo a farmácia, tem logo... Desde que a gente tenha dinheiro, não lhe falta aqui nada.”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“Aqui tem uma coisa, tem tudo aqui. (...) Porque, de resto, aqui vende-se tudo. Pode-se vender pouco, não é? Mas vende-se tudo. Porque também cafés é um «ver se te avias». É um «ver se te avias». Depois ninguém sobrevive.”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

“Está muito bem servido. É excecional, a nível de comércio, quer dizer, a nível de tudo, não é? Ali ... estamos numa zona que tem tudo pertinho, sai-se de casa... Excecional! Pronto, agora também acho que, a nível do comércio, eu acho que o comércio que existe muito dele vai sobrevivendo. Vai sobrevivendo. Não tem... vitalidade. Mas acho que isto é, nesta altura, acho que é geral. Mas isto tem a ver que... não só o estado com o estado, quer dizer, o país se encontrar

---

<sup>127</sup> Este e outros processos de transformação do território serão alvo de uma análise mais pormenorizada no Capítulo V.



em crise, não é? Mas tem a ver também com o próprio sítio, a Gandra, que, como disse há bocado, quando cresceu, tinha umas pessoas e agora tem outras.”

Grupo Doméstico 27, residente na atual habitação 30 anos

“Está a definhar tudo, aqui! Eu estou, eu estou com ideias de fechar isto que eu tenho aqui, estou com ideias de fechar isto. Tem aqui lojas e tudo, só que... Onde é que estão as pessoas? O dinheiro? As pessoas e dinheiro. E estes putos, os poucos que vivem aqui, alguns deles estão à espera de ir para Inglaterra, para o Luxemburgo... E os que já foram!”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

Ora, se a isto somarmos o crescente processo de envelhecimento populacional e do edificado no lugar, constata-se, de modo evidente, que a imagem social do quarteirão e os largos investimentos feitos no quotidiano (de natureza simbólica, material e relacional) se modificaram para o conjunto de entrevistados com uma inserção residencial, em geral, temporalmente ampla. E, como tal, podem encontrar-se, entre os residentes, estados de divisão ou tensões nos modos de coabitação local, como veremos mais à frente.

### **3.5.3. Rede de transportes/acessibilidades implementada (e seus efeitos)**

Analisando com alguma profundidade as condições de acessibilidade do lugar da Gandra, vale a pena agora tentar circunscrevê-las e avaliar os seus efeitos à luz do que sabemos acerca do perfil de crescimento e de povoamento da freguesia de Ermesinde e da atratividade exercida, por este núcleo da coroa (sub)urbana do concelho do Porto, para a localização residencial.

Sendo conhecida a importância que, no território, os alinhamentos dos recursos hídricos e da rede viária (fundamental e não fundamental) tiveram em termos de adição de espaço construído, numa primeira fase, também se sabe o papel decisivo no reforço do movimento geral de descentralização residencial que a rede de transportes foi desempenhando à escala da região. Nesta perspetiva, e aceitando que o aglomerado principal da freguesia beneficiou e se desenvolveu à custa do estabelecimento de uma marcante rede primária de acessibilidades, sendo a via-férrea o exemplo mais relevante, parece-nos incontestável a posição globalmente favorável que o lugar da Gandra assumiu nesta matéria.

Observando mais atentamente, podemos verificar que a envolvente mais imediata à estação de caminho-de-ferro, enquanto “núcleo de condensação” provido de centralidade (Portas *et al*, 2007; Matos, 2001; Vázquez, 1992), foi fruto de fortes investimentos e, ao ser marcada desde cedo por uma boa cobertura da rede de acessibilidades, esta aglomeração, estrategicamente localizada junto às vias de circulação e de transporte coletivo (rodoviário e ferroviário), foi, como sabemos, constituindo, ao

longo do tempo, um espaço privilegiado de fixação residencial e de outras importantes atividades. Em matéria de efeitos no edificado, vemos que muitos dos atuais arruamentos do lugar seguem a extensão das duas linhas de caminho-de-ferro, o que, do ponto de vista de mobilidade, foi fundamental na transformação do lugar (rever Figura 3.7).<sup>128</sup>

Mas também se pode confirmar que a rede viária local constituiu, ela própria, um elemento de estruturação do espaço e de limitação urbana (morfológica e administrativamente). Nota-se, de facto, que, em contiguidade com o concelho da Maia, duas das principais artérias do lugar – a Rua D. Afonso Henriques e a Rua Elias Garcia – foram concentrando os aglomerados populacionais mais antigos, tendo a Rua da Gandra, eixo que atravessa área em estudo, e outrora caminho rural, servido como um dos primeiros suportes da iniciativa habitacional, favorecendo o seu povoamento.

Com uma extensão relativamente considerável, a colmatagem da área foi-se fazendo à custa de terrenos agrícolas onde se implantaram, primeiro, quintas de lavradores e casas de lavoura e se ergueram, depois, as urbanizações, assistindo-se, portanto, a um processo de reconversão destas manchas residenciais mais antigas, muito por força da pressão urbanística sentida e crescente a partir dos anos 50 do século XX (rever ponto 3.4.1 do presente capítulo). Nas décadas seguintes, com a tendência para uma maior densificação da ocupação do solo, e a consequente redução do espaço livre, foram-se desenvolvendo novos ciclos construtivos (rever Figura 3.2).

Além disso, os dois eixos rodoviários principais, juntamente com a Rua Rodrigues de Freitas, formaram um sustentáculo central à rede de transportes públicos, beneficiando nitidamente o desenvolvimento do lugar. Na realidade, sabemos que os aglomerados populacionais dos concelhos periféricos da região do Grande Porto com alguma relevância, como é o caso da freguesia de Ermesinde, beneficiaram precocemente da dotação da atual rede dos Serviços de Transporte Coletivo do Porto (STCP), corporizando uma importante tendência de periferização residencial.

Apesar do comboio, numa primeira fase, ter favorecido em muito as deslocações da população local, julga-se que, posteriormente, e perante a ausência do alargamento da

---

<sup>128</sup> Mais uma vez reportamo-nos à relevância dos efeitos causados, em matéria de mobilidade de pessoas e mercadorias, pelas Linhas do Douro e do Minho – afetas às áreas de Braga, Santo Tirso, Valença, Guimarães, Cête, Caíde/ Marco de Canaveses e Penafiel – na rede de relações interterritoriais da região. Ver, a propósito, a importância do caminho-de-ferro no processo de arranque de desenvolvimento e na formação das modalidades de estruturação do povoamento da freguesia (cf. ponto 3.2.2. do presente capítulo).

rede de caminho-de-ferro, a rede de transportes coletivos rodoviários terá dado um contributo necessário ao incremento populacional no território.

Adotando uma marcada configuração radial em torno das vias fundamentais, a rede acabou, entretanto, por acompanhar o alastramento da mancha construída, garantindo a elevada acessibilidade da sua população ao centro urbano do Porto. Até o próprio impacto da eletrificação da rede de transportes públicos revelou ser, num primeiro momento, muito significativo, porque possibilitou a redução das tarifas e o alargamento dos percursos casa-trabalho.

Primeiramente, o elétrico surge como a opção de transporte urbano disponível e, mais tarde, são os troleicarros e os autocarros que passam a predominar (Vázquez, 1992: p.153 e 156). A partir dos anos 70, os autocarros vieram, então, permitir a ocupação dos espaços livres intersticiais da mancha construída que a rede fixa dos elétricos não tinha conseguido preencher, prolongando, no caso do município de Valongo, as suas linhas a partir das estradas nacionais que percorrem Ermesinde e Valongo (Matos. 2001: p.355).

#### **Notas acerca da evolução da rede de transportes públicos na cidade do Porto e seus arredores (o caso de Ermesinde)**

Na realidade, num cenário de procura de um meio de transporte que fosse inovador, económico e exequível para as acidentadas ruas do Porto, a tração elétrica surge na cidade do Porto, em finais do século XIX, sob a administração da Companhia Carril de Ferro do Porto que, em 1893, se havia fundido, com a Companhia Carril Americano (apesar de ter prevalecido o nome da primeira). Ao induzir uma reorganização profunda do espaço urbano, este meio de transporte acabou por uma solução durável pois, para além das vantagens acima enumeradas, introduziu grandes melhorias de circulação nas ruas de declive mais acentuado e utilizava energia limpa, contribuindo, assim, para uma maior salubridade do espaço público. A verdade é que este transporte foi alargando o seu perímetro, anexando antigos subúrbios e criando outros.

Inaugurada em 1895, a primeira linha de carros elétricos ia do Carmo à Arrábida, ampliando-se depois para a Foz (do Douro) e Matosinhos. A partir de então, as linhas expandiram-se por toda a cidade do Porto e para os concelhos vizinhos, sendo o transporte urbano mais importante desde os finais da primeira década do século XX até aos inícios dos anos 60 do mesmo século (Pacheco, 1992: 14-22).

Mas, é em meados dos anos 40 do século passado, que se inicia uma nova era nos transportes públicos: depois de 73 anos de laboração, a Companhia Carris de Ferro do Porto (CCFP) dá lugar aos STCP, instituição presidida pela Câmara Municipal do Porto que, por sua vez, intervém diretamente na vida dos transportes públicos da cidade ao adquirir os primeiros autocarros.

Em termos de carreiras, a evolução faz-se sentir ainda durante finais dos anos quarenta (1948), assistindo-se progressivamente ao aumento da sua frota, sendo que, a partir de finais dos anos sessenta, e em franca expansão, o autocarro vai assumir-se como protagonista do transporte público da cidade, procurando satisfazer também as necessidades da população do Grande Porto (Idem: p.23-26).

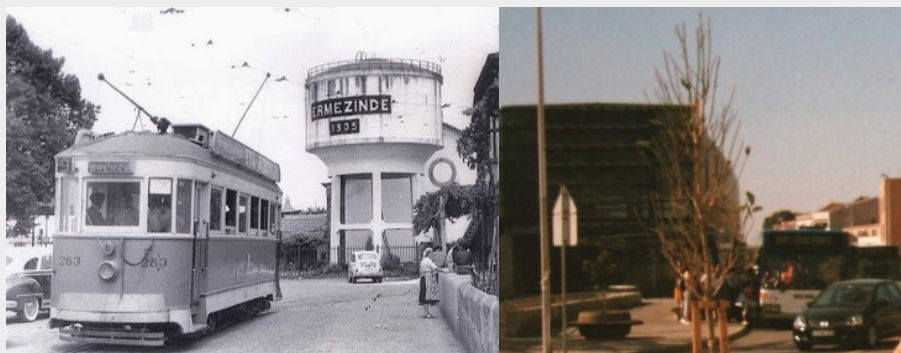
(cont.)

Quanto ao território em estudo, o ano de 1916 marca a chegada da linha de elétrico nº9 até ao largo da estação de caminho-de-ferro de Ermesinde, avançando, mais tarde, em 1928, até a Rua Rodrigues de Freitas e à Igreja Matriz da freguesia, zonas de forte centralidade desta vila, enquanto a carreira de troleibuses nº29 – Bolhão-Travagem – surge apenas no ano de 1968. No entanto, em 1974, dá-se o fim de circulação dos tróleis entre Porto e Ermesinde, assistindo-se, posteriormente, à consolidação e ao alargamento da rede de autocarros na freguesia (Dias, 2001).

Aliás, convém reforçar a ideia de que, nas duas décadas seguintes, as áreas de Ermesinde e Gondomar obtiveram o maior número de ligações da rede, o que evidencia, por um lado, o carácter mais social oferecido pelos transportes coletivos no contexto do tráfego global e, por outro, diferenças no ritmo de evolução da população e das estruturas de transporte (Pacheco, 1992: p.25).

Abrangendo, na atualidade, uma área territorial relativamente ampla, a rede pública de autocarros que cobre a área em análise é composta por um perfil alargado de linhas, dando-se conta da expansão deste serviço. São elas: o 701 – Bolhão-Codiceira (Alfena) (Porto, Gondomar, Valongo); o 702 - Bolhão-Travagem [Ermesinde] (Porto, Gondomar, Maia e Valongo); o 703 - Cordoaria-Sonhos [Ermesinde] (Porto, Maia, Gondomar, Valongo); o 704 - Boavista-Codiceira [Alfena] (Porto, Maia, Matosinhos, Gondomar, Valongo); o 705 - Hospital S. João-Valongo [Continente] (Valongo, Maia, Matosinhos); o 706 - Hospital S. João-Ermesinde [Via Monte Penedo] (Valongo, Maia, Matosinhos) e o 707 - Hospital S. João-Ermesinde [Via Arregadas] (Valongo, Maia, Matosinhos).<sup>(ix)</sup>

**Imagens A.33 e A.34** – Imagens do antigo elétrico nº9 (junto ao largo da estação de caminho-de-ferro) e da atual paragem principal autocarros

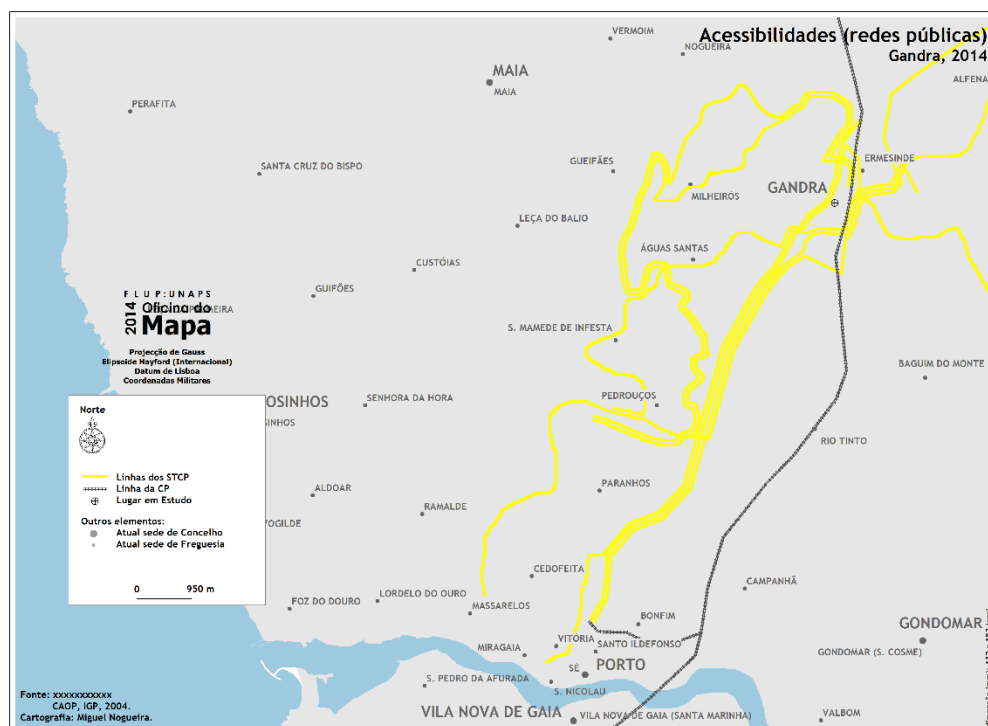


Fonte: Disponível em [www.postaisdeermesinde.blogspot](http://www.postaisdeermesinde.blogspot). (Miguel Barros); (autoria e data desconhecidas);  
Fotografia: Maria Inês Coelho (2005);

<sup>(ix)</sup> Para uma consulta mais detalhada acerca da história dos transportes coletivos de passageiros da cidade do Porto, cf. informação disponível [www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes](http://www.stcp.pt/pt/institucional/stcp/historia-dos-transportes). Acerca do seu papel de destaque enquanto elemento estruturante e estruturado da e pela mancha construída, cf. Pacheco (1992).

A verdade é que o lugar da Gandra vai situar-se entre as áreas mais bem servidas da freguesia tirando partido das oportunidades, das condições de circulação e de maior mobilidade geográfica proporcionada pela rede pública de transporte rodoviário. É de notar que a rede, para além do concelho do Porto, cobre também concelhos contíguos como os de Gondomar, da Maia e de Matosinhos, assegurando, no âmbito urbano e local/municipal, um papel chave na mobilidade da população – aliás, o seu perfil de distribuição mostra bem a importância relativa do autocarro enquanto meio de transporte e a área de influência do município do Porto na rede de itinerários disponíveis (cf. Figura 3.11).

**Figura 3.11 – Rede pública de transporte rodoviário (STCP) - Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014**



Fonte: Linhas de transportes do Serviço de Transporte Coletivo do Porto (STCP), disponível em [www.stcp.pt/pt/](http://www.stcp.pt/pt/); Cartografia: Miguel Nogueira.

Mas, para além da rede dos STCP, não se deixou de verificar igualmente a presença de uma rede de operadores privados com algum peso e cuja atuação tem sido mais nodosa no interior dos concelhos envolventes do Porto. Através das ligações que hoje proporcionam, estes operadores têm, de forma geral, avalizado a respetiva funcionalidade e inter-relação territorial na região, abrangendo inclusivamente as sedes das freguesias destes municípios e disponibilizando rotas ao longo do litoral, completando as ligações internas concelhias não servidas pela rede pública. Por outro lado, têm permitido uma articulação com espaços territorialmente mais distanciados como os exteriores à região do Grande Porto (Pacheco, 1992).<sup>129</sup>

Assim, sendo certo que os transportes (ferroviário e rodoviário) representam, ainda hoje, pontos importantes de mobilidade com um cariz centrípeto de fluxos em torno da cidade do Porto, e têm garantido, em larga medida, um modelo de migração pendular

<sup>129</sup> Não tendo sido executável uma representação cartográfica da rede de operadores privados no lugar, optou-se por, ainda assim, referenciar as principais linhas. São elas a *Linha de Gondomar ETG* (70 - Bolhão-Ermesinde); a da *Maia Transportes* (11, 12 e 13 – Maia) e a da *Resende* (107 - Valongo- Leça; 121 - Sobrado Baixo – Matosinhos). Este lugar é também ponto de passagem de autocarros da frota da *Auto Viação Pacense* que, constituída em 1932, e adquirida, em 1996, pela empresa *Auto Viação Landim* continuam ainda hoje a operar com carreiras regulares de passageiros em diversos concelhos do Norte do País (como Lousada, Paredes, Penafiel, Paços de Ferreira, Maia, Valongo, Porto, Santo Tirso, Famalicão, Trofa, Vila do Conde, Póvoa de Varzim). Além do mais, presta serviços regulares especializados para outras entidades privadas, instituições, unidades fabris, etc.

de incidência incontestada ao longo do tempo, podemos afirmar também que ambos constituem elementos de capitalização de acessibilidades em torno de outros territórios. Como vimos, graças ao desenvolvimento progressivo das ramificações das duas principais linhas férreas (que, além do mais, reforçaram um movimento de atração migratória externa à região) e ainda ao alargamento das linhas da rede pública e privada de transporte rodoviário, a implementação e utilização destes dois meios de transporte permitem compreender, no espaço territorial que aqui preferencialmente nos ocupa, os principais efeitos que tiveram.

Em primeiro lugar, e à semelhança do que ocorreu noutros espaços da coroa suburbana do Grande Porto, favoravelmente dotados com estas infraestruturas, vemos que foi significativa a sua influência na disposição das condições residenciais dos seus habitantes. Se a escolha da residência, enquanto resultado de arbitragens complexas, envolve uma série de elementos, e que, de forma lata, intervêm nas transformações económicas, simbólicas e sociais dos espaços, entre essas dimensões, não será de ignorar as consequências que as próprias linhas de transporte acarretaram e acarretam no modelo “centralidade-descentralidade” do lugar (Authier *et al*, 2010: p.7 e pp.20-21). Colaborando para alterar a acessibilidade desta área, tornando-a atrativa a novos investimentos na habitação, e valorizando anteriores espaços habitacionais, a rede implantada contribuiu, de facto, para a introdução de modificações marcantes no mercado habitacional local.

De um lado, os promotores da habitação granjearam ganhos pelo facto de existir uma clientela cativada pelo edificado (e respetivas condições de acesso) mas igualmente pelas circunstâncias de mobilidade proporcionadas. Apesar da rede de transportes se estruturar, primeiro, em função dessa potencial clientela, também é verdade que fomenta, depois, a sua procura.

Do outro lado, as migrações verificadas no espaço (sub)urbano foram acompanhadas, a par da dinâmica massiva de construção, por uma transformação profunda do parque habitacional local, sendo conhecidos os impactos ao nível arquitetónico e do valor do apetrechamento (rever ponto 3.4.2.).

“Agora há muito mais [comboios] e mais modernos (...). Agora, antigamente, havia mais espaçados. Havia muitos e o transporte, já nessa altura, era o que fixava aqui muita gente, eram os transportes e as rendas. As casas que eram mais baratas, não é? Mas agora está muito melhor. Agora está muito melhor.”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

*“Irmã: Veio muita gente morar para cá. Porque em Ermesinde tem o autocarro muito perto. O comboio muito perto. E há muita casa, muita casa! Para cima da linha e para baixo. (...) [A Gandra] está bem servida. Passam muitos autocarros na Gandra, na Rua Elias Garcia. Vão até à Codiceira, para lá de Alfena. É. Temos o comboio também.”*

Grupo Doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

*“No prazo de um ano, vimos muitos andares, era o que estava mais barato, muito mais barato e o que estava mais, pronto, mais acessível e mais perto de tudo, não é? (...) Portanto, tínhamos comboio a três, quatro minutos de casa, tínhamos farmácias, tínhamos, vá lá, mercearias, padarias, supermercados, tínhamos a feira... Portanto, tínhamos tudo o, o que é mais urgente...e tínhamos tudo à mão. Pronto, foi o que nos motivou realmente. E o comboio. E o, portanto, o transporte de comboio que era o mais barato.”*

Grupo Doméstico 31, residente na atual habitação há 26 anos

*“Toda a gente gosta de ver a sua terra a desenvolver, não é? (...) Já era com outro orgulho que [diziam]: «Ai, estou em Ermesinde.», «É pá, para lá é bom, as casas, não são muito caras e tem muitos transportes...» Porque tem. Arrendar ou mesmo comprar casa no Porto era sempre mais caro do que aqui, não é? E as pessoas pensavam e bem. Aquilo que iam pagar a menos, não é, dava perfeitamente quase para a deslocação. Dava perfeitamente. Porque, na altura, os transportes eram baratos, não é?*

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

*“Mulher: Olhe, (...) foi mais pelos transportes, não é. Para ele. Foi, foi realmente isso. (...) E pela ocasião. Na altura, pronto, foi mais barato, vá lá, 300 contos em relação aqueles prédios na Maia e tal...*

*Marido: Ah! Sim. Na Maia também eram muito caras.*

*Mulher: (...) Na Maia pesava outra coisa, embora fossem boas as casas na Maia, já era um bocadinho longe. Eu ia a pé e não sei quantos. E disse logo que não: «Aqui é mais perto.» Começamos a ver as deslocações, os transportes e aqui o acesso era mais direto. Tínhamos logo ali o comboio. Era só tirar os bilhetes.*

*Marido: Cinco minutos a pé. A maior parte das vezes, eu nunca levava guarda-chuva de manhã. Eu não precisava dele, nem me lembrava. Não precisava dele. (...) Era direitinho.”*

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos

Necessário será também recordar, em linha de complementaridade, a importância que esta rede de transportes teve tanto no impulso, como na consolidação dos movimentos migratórios registados.

Tendo sido assinalável a intensidade dos fluxos na freguesia (convém lembrá-la até pela envergadura dos ajustamentos sociais que teve de implicar) não é de espantar que, com uma significativa entrada de efetivos populacionais no lugar, a base de recrutamento e de ocupação obedecesse à sua influência, pois, ainda que o regresso de cidadãos das ex-colónias e de emigrantes, como iremos ver, tivesse grande impacto no meio local, é preciso registar que muitos dos que vieram residir para o lugar da Gandra provinham de regiões da área da sua implantação, havendo a transferência de população oriunda tanto da cidade do Porto e do interior Norte do país, como dos concelhos envolventes mais ruralizados do Grande Porto.

Aliás, com frequência, observam-se os apelos dos entrevistados salientando que esta vaga migratória participou visivelmente nas mudanças da estrutura social e económica local.

*“ (...) O grande problema da Gandra é que [a maioria] das pessoas não [é] daqui. Porque isto começou como um bairro ferroviário. Praticamente, estas casinhas pequeninas aqui eram de ferroviários que moravam aqui. Então são pessoas de Cinfães, da Régua, de Baião. É tudo lá de cima.”*

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“Ui! Veio muita gente de fora! (...) Aliás, Ermesinde foi considerado o primeiro dormitório da cidade do Porto. (...) Nós temos aqui pessoas aqui do Marco de Canavezes, da Régua, do Pinhão, da Ermida... De Mirandela, de Bragança. Temos aqui. (...) [risos] Não é só Lisboa que tem transmontanos.”

Grupo Doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

“Ui muito! Isto [a Gandra] mudou muito. Vieram para aqui... Porque aqui era só gente da terra. Pessoas da terra. Pronto, aqui estavam, naquelas casinhas mais pequeninas. Moravam os filhos com os pais e era aquela coisa assim. E depois, começaram a construir e vieram pessoas lá de cima do Douro para aqui morar. Começaram a vir do Minho, do Douro e vieram para aqui trabalhar. E do Porto. Isto é um dormitório do Porto, praticamente.

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“(…) O pessoal começou a construir, especialmente para o pessoal que veio das ex-colónias. (...) Tudo isto está tudo ocupado. Há aqui uma grande faixa de gente, não sei se já falou com eles, mas que vieram das ex-colónias. Há aqui zonas é que só gente que veio das ex-colónias. Tudo, tudo, tudo. Toda a gente conseguiu comprar casa. Não se deixou ficar aos autóctones de Portugal. Está a perceber?”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

“*Pai*: A Gandra era uma zona até com um certo... havia estes edifícios que já eram um bocadito mais antigos, mas era uma zona muito,... muito recente e muito, vamos lá ver de gente muito boa. Muito boa mesmo. Lá está, as pessoas que vieram do interior... hã? Que vieram para cá trabalhar tinham, pronto, uma certa humildade e pessoas muito boas, muito boas. (...) E era uma zona muito calma. (...) Só que a nossa relação com a vizinhança era muito curta. Porque éramos diferentes. Porquê? Porque os nossos hábitos eram diferentes dos dos outros, não é? (...)”

*Filha*: O hábito do português era um bocadinho diferente do venezuelano.” <sup>130</sup>

Grupo Doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

Por outro lado, não será por acaso que alguns dos grupos profissionais ligados ao ramo dos transportes, armazenagem e comunicações atingem, nos discursos das famílias inquiridas, alguma expressividade local (passada e presente). A perceção de que muitos daqueles que continuam a habitar (ou já habitaram) o lugar dispõem de um mesmo quadro de afiliação profissional permanece forte na sua leitura temporal retrospectiva.

Continua-se, portanto, a sublinhar a relevância do transporte (sobretudo o ferroviário) nas trajetórias socioprofissionais (atuais ou das origens sociais) dos vários elementos dos grupos domésticos. E a reconstituição de alguns percursos residenciais aponta, como iremos observar, para a presença de estratégias familiares de deslocação e/ou fixação em função do exercício profissional neste ramo. Tal denota, no nosso entender, que uma fração do perfil de ocupação e de mobilidade no meio local não deixou de ser, segundo a rede em causa, assegurado e alimentado pelas diversas linhas de circulação, dando-se maior abertura às possibilidades de escolha residencial da população.

“*Mãe*: A estação de caminho-de-ferro não era onde é. Era mais para baixo e uma coisa pequenina. Ai, está muito diferente! (...) Eu vi construir este correr destas casas. (...) Eu já disse à menina, Ermesinde é um dormitório dos ferroviários...e de outras empresas. Isto aqui, por Ermesinde, aqui próximo de mim, das pessoas que eu conheço...é tudo do Douro, tudo assim à volta por aqui, quase tudo é do Douro ou de Mondim de Basto ou não sei de onde. (...) Mas sei dizer que a maior parte dos ferroviários que trabalham em Campanhã e que trabalharam, os que se aposentaram, os que já faleceram, e os que ainda agora trabalham de novo, mora tudo por aqui por Ermesinde.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há 2 anos

---

<sup>130</sup> Mas, como observaremos mais à frente, o próprio processo de recomposição do lugar, no quadro local das suas sociabilidades, foi sendo pautado por uma “espécie” de tensão latente, com impacto nas relações tidas (cf. ponto 5.5 do Capítulo V).



“Quem vem para aqui para Ermesinde deve ter sido pela linha do comboio e pela autoestrada, agora. (...) Isto aqui foi uma zona passageira em que o senhor de Lamego, que era trabalhador dos STCP, revisor, veio cá para baixo e dava jeito. E porque tinha as linhas do trólei e ficava perto. Ermesinde e Gandra, principalmente a Gandra, vinham de, de... Para ir ao Porto, para qualquer sítio, é capaz de ser das melhores zonas que há. (...) Estava e está muito bem localizada. (...)”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

Em segundo lugar, é possível revelar que o uso dos transportes, ao implicar uma dada configuração de deslocações quotidianas, exprimindo a intrincada arbitragem entre os vários domínios de existência (trajetos e projetos profissionais, familiares, educativos e residenciais), além de ajudar a desenhar o espaço de vida dos residentes no território, acabou por dilatá-lo e intensificá-lo ao longo do tempo.

De forma transversal, para a maioria dos entrevistados o valor de satisfação resultante da aproximação ao centro da cidade e de outros espaços (e inclusive os de origem e/ou naturalidade) pesou claramente nos critérios de seleção residencial, mas também elementos essenciais como a esfera familiar e a atividade profissional (e o respetivo local de exercício) não podem ser esquecidos. Deter as melhores condições de acessibilidade e garantir o “bem-estar” familiar e a proximidade ao local de trabalho e/ou estudo foi, à partida, muito importante para o conjunto de grupos domésticos auscultados.

Por isso, interessa não perder de vista que uma rede de cobertura assim configurada contribuiu para que, sobretudo em meio (sub)urbano, se fossem consolidando disposições e práticas que estiveram e estão na base da criação de uma relação utilitária, reiterada e progressivamente ajustada por parte dos moradores do lugar com os meios de transporte disponíveis. Repare-se que, direta ou indiretamente, estes elementos encontram-se presentes na biografia da família ou na atual trajetória do ciclo de vida dos grupos domésticos inquiridos, afigurando-se, presentemente, como um dos fatores mais positivos associados à vivência do lugar.

De facto, todo o processo de construção de disposições, de representações e de valores favoráveis ao investimento no uso destes recursos é amplamente referenciado nos seus depoimentos.

“Aqui não faltam transportes. (...) Está super, super bem colocada a zona da Gandra. Temos comboio, temos transportes, temos todo o tipo de transportes. Camionetas, *pacenses*. Eu acho que esta zona de Ermesinde deve ser o sítio que mais... Antigamente, era. Agora há transportes em muito sítio, mas antigamente era o sítio que mais transportes tinha. (...) Era os troleiros. Eram as camionetas que vinham da Guimarães, de Mondim... As *Pacenses*. Passam todas aqui. Todo o tipo de transporte passa por aqui para ir para o Porto. Mas aqui sempre houve, nunca houve problemas de transportes. Por isso é que isto cresceu e era considerado um dormitório da cidade do Porto. (...) Eu antigamente cheguei a trabalhar no Porto (...) e os comboios vinham a abarrotar. Chegava aqui a Ermesinde e BUM, esvaziava. Aquilo saía tudo e ficava logo vazio.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“Pronto, eu acho que [há] quase tudo aqui. Estou num meio maravilhoso. Tenho comboios para todos os lados, a toda a hora. Temos, aqui em Ermesinde, temos os do Minho e os do Douro, temos comboios a hora para todo o lado. (...) É uma vantagem. Para tudo em Ermesinde. (...) Para mim, o melhor aspeto é nós termos um bom transporte.”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“Eu gosto muito de cá. (...) Pronto, estou pertinho de tudo. Do transporte que é uma maravilha. A gente quer ir de comboio vai, quer ir a Braga, quer ir a Lisboa, quer ir para todo o lado, quer ir para o Porto, quer ir para o Hospital... Quer se dizer... [Está] muito bem localizado. Muito bem localizado. Qualquer freguesia, a gente vê as coisas muito distanciadas umas das outras. Aqui é tudo muito aconchegadinho.”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“Sim, eu sempre gostei aqui desta zona. Pronto, porque juntei, arranjei aqui muitas amizades, porque, pronto, também os acessos aqui eram fáceis, não é? Uma vez que a gente podia ir para o Porto de autocarro. Podia ir. Se queria ir de comboio também. Depois pertinho, não é? (...) A nível de transportes, para as pessoas se deslocarem, portanto, acho que estão... não há, não, não pode haver melhor... Tem aqui os caminhos-de-ferro, tem os autocarros, tem as praças de táxis ali. Tem colégios particulares, tem outros, tem as escolas também, tem infantários, portanto, acho que aqui esta zona da Gandra está bem.”

Grupo Doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

Para tentar compreender a “vantagem da localização” deste contexto residencial, vários fatores são invocados: nuns casos, a proximidade e contiguidade físicas dos pontos de acesso aos transportes tendeu a facilitar-lhes as necessidades de movimentação desde a fase inicial de inserção residencial até hoje; noutros, o encurtamento das distâncias, a redução da economia de tempo e a fluidez dos percursos, nas deslocações relacionadas com a provisão doméstica, o trabalho, a escola e o lazer, foram determinantes no aumento do seu “capital de mobilidade”.

A mobilidade passa a ser, então, uma condição de adaptação e participação na vida urbana, ainda que ligada a outras como a económico-financeira e a cultural, sendo, por isso a explicação da correlação entre “modos e tempos” de transporte indissociavelmente ligada à posição social dos sujeitos (Juan *et al*, 1997: p.28; Rémy e Voyé, 1974: p.88).

“Ai, gosto muito! Da localização, gosto muito. É um sítio sossegado. E perto de tudo. Perto de tudo! Perto dos transportes, uma pessoa está aqui mas tão depressa está aqui como daqui a quarenta minutos já está no Porto, depois passados quarenta minutos, já está aqui outra vez.”

Grupo Doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

“Isto é uma área boa, é uma área que facilmente nos deslocamos, ou para baixo para ir apanhar o comboio ou... Está aqui numa área de relação, de ligação com tudo... É boa. É. É boa e eh... Talvez seja um dos pontos melhores... vantajosos que se tem. E isso é evidente. (...) Apesar de tudo, uma das coisas é o espaço onde estamos. E a ligação que tem com tudo, não é. É o caso das ligações viárias e de facilmente podermos chegar a qualquer lado e ter aqui uma boa base de comunicação para todo o lado. Basicamente.”

Grupo Doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

“*Rapaz*: Nós temos que... E ela vai concordar comigo perfeitamente, porque é assim, aqui estamos, como eu costumo dizer, aqui como peixe na água. Aqui apanho o comboio, tenho acessibilidades a tudo e mais alguma coisa, tenho o Hospital de São João a cinco minutos daqui, tenho uma paragem de autocarros aqui em cima nesta rua. Tenho um segundo posto médico, atualmente, está muito melhor que há cinco, seis anos atrás, não é? Uma pessoa chega lá e é bem atendida. Tem condições, não é? Temos um pouco de tudo. Temos uma superfície, o *Pingo Doce*...”

*Rapariga*: *Pingo Doce*, *Continente*...

*Rapaz*: ...e *Continente*. Temos um pouco de...

*Rapariga*: (...) Mas acaba por ser central, ou seja, está perto de tudo, está perto da estação, está perto de pontos de hipermercados, supermercados, não é?”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

“Isto aqui está carregado de transportes! Uma pessoa vem para Ermesinde e sai de Ermesinde a qualquer hora da noite e a qualquer hora do dia. Há sempre transportes. Não é? Não são todas as zonas assim. Uma pessoa quer ir para Viana tem comboio para Viana, quer ir para Porto tem comboio para o Porto, quer ir para Lisboa tem comboio para Lisboa. Tem autocarros e camionetas para todos os lados e a nível de transportes... E por isso é que isto cresceu. E só por isto

é que isto cresceu assim! Tinha transportes para a escola para o Porto, para Campanhã, para Rio Tinto, para São Bento, para Gaia, para todos os sítios. Autocarro para cima e para baixo. É para a Boavista, é para o Hospital, portanto, aqui estamos fora do Porto e no centro do Porto.”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

Por outro lado, ao mesmo tempo que depreendemos que, na matriz de divisão do tempo, espaço e mobilidade têm sido utilizados como marcadores de destrição de vivência do lugar, paradoxalmente, os residentes referem ser fortemente condicionados e penalizados do ponto de vista espacial.

“Há uma divisão muito grande. As pessoas dizem logo... «Olhe, não se importa, guarde-me este saco que eu vou a Ermesinde.», «Então senhora, ó, Ermesinde o quê? Aqui o que é?», «Aqui é Gandra.» (...) Eu acho que é a linha de caminho-de-ferro que nos divide. (...) E, talvez, aí está, a complementaridade dos serviços. (...) Está tudo da parte de cima.”

Grupo Doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“(…) A linha de comboios separa a fronteira. (...) Esse meu amigo, o A., eu digo-lhe muitas vezes: «Eu vou à aldeia dos macacos.» E ele já sabe qual é a dos macacos. E se eu lhe disser assim: «Eu vou a Ermesinde.», diz ele: «Tu estás em Ermesinde!», e eu: «Não, eu estou aqui na Gandra, independente. Ermesinde é daquele lado.» (...) É mais movimentado, tem todo o apoio para o lado de lá e nada para o lado de cá. É esquecido pura e simplesmente.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

“Esta zona aqui da Gandra não tem vida. (...) Na Gandra não há nada. (...) A linha do comboio está a dividir. E para aqui não se passa nada.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

Só o facto da disposição das linhas de caminho-de-ferro, em conjugação com os eixos rodoviários, imprimir, na visão dos entrevistados, uma clara contração dos horizontes e um certo “fechamento” físico (e social!) do lugar, faz com que, representacionalmente, imperem discursos que apontam para a repartição sócio-espacial entre a parte mais central e a mais periférica da freguesia, definindo-se processos de diferenciação/distanciação material e simbólica entre os seus residentes ao longo do tempo.<sup>131</sup> Resta saber se tais não resultarão também do processo de recomposição a que o lugar tem sido sujeito ultimamente, algo que certamente iremos elucidar mais adiante.

Por seu turno, se a rede de acessibilidades ocupa um lugar considerável no espaço, pela importância que assume no seu consumo e pela divisão funcional que providencia, já a análise das deslocações quotidianas permite observar o tipo de acesso às distintas modalidades locais de especialização, o modo como elas se hierarquizam espacialmente e também de que forma se articulam as diversas esferas da vida dos indivíduos (Idem).

Quando lemos alguns dos registos de descrição usados pelos residentes para caracterizar o processo de “entrada” e “saída” do lugar, deduzimos que a rede de transportes em questão tem cumprido um papel visivelmente determinante na

---

<sup>131</sup> O acesso pedestre faz-se, mais imediatamente, através do “Túnel da Choca”, que liga a Rua Rodrigues de Freitas à Rua da Gandra, e pelos dois túneis da estação de caminho-de-ferro. Neste caso, o acesso interno é feito pela travessia das galerias subterrâneas e o externo pelo Largo da Estação.

estruturação dos padrões de mobilidade, assim como no processo de padronização dos seus movimentos e das rotinas associadas às deslocações regulares (Paddinson, 2000: p.105-106). O tempo gasto nas viagens, conjugado com o baixo custo, bem como a rede de ligações e a frequência de circulação constituíram, verdadeiramente, elementos cruciais de decisão na escolha da sua utilização.

“ [Ermesinde] era (...) uma zona muito agrícola. E foi-se transformando com o tempo. Porquê? Porque Ermesinde, a partir do momento em que passou a ter o comboio, levou uma transformação. (...) Eu quando fui trabalhar, com 11 anos, pagava 184 escudos por três meses de comboio. Que é o chamado bilhete de aprendiz. (...) ”

Grupo Doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“ (...) As pessoas podiam tirar passe nas camionetas, por exemplo. Nas nossas e na[s] da *Pacense*. As pessoas podiam tirar passes nos transportes coletivos, não é? Porque as que morassem para este lado tinham aqui o 29 [atual 702] e o 9 [atual 701] a passar (...) para baixo e para cima. E tínhamos camionetas que passavam muitas vezes ao dia para, para baixo e para cima... Tinha muitos, muitos transportes. Quem morava do lado da estação, tinha o 9 [atual 701] troço que ia para Alfena e que também dava para a estação, não é? Tinha os comboios quase a toda hora. Tinha o “papa-almoços” [designação dos residentes para o comboio que partia do Porto às 12h30m e saía de Ermesinde às 13h30] Tinha o “papa-jantares” que era às sete e vinte. Era o último que apanhavam as pessoas que saíam às sete horas e vinham às sete e vinte para estes lados. (...) Pessoas que trabalhavam no Porto.”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

“ (...) Agora há mais circulação de automóvel. Nota-se menos a diferença. Vão de carro para o trabalho. E agora há muitos autocarros e muitas linhas, uns vão de automóvel, outros vão de autocarro, É diferente. (...) Eu já conhecia isto [a Gandra] porque (...) andei aqui na *Escola de São Lourenço* [antiga escola do ciclo preparatório] (...) Havia pessoas, como eu, que vinham pela linha de caminho-de-ferro desde a Travagem (...) para a escola. Eu não conheci isto assim. Conhecia isto como campos.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

Contudo, quer pela centralidade quase “monofuncional” nas modalidades práticas de habitação, de aprendizagem e de uso na relação com o exterior, quer pela gestão compassada e hierarquizada dos tempos de trajetos, o seu significado, sem nunca deixar de deter importância, era muito mais evidente no passado.

Resta acrescentar que, mais tarde, a paisagem do lugar iria transformar-se de forma relevante com a generalização do transporte individual, através do recurso ao automóvel, garantindo uma maior mobilidade da sua população residente mas, identicamente, um visível congestionamento dos seus arruamentos, sendo a zona, na atualidade, densamente ocupada pelo parque automóvel.

### **3.6. Transformações no tecido institucional local**

#### **3.6.1. Elementos locais de referência**

Aceite a ideia de que, ao longo do tempo, em virtude da progressiva extensão das linhas da rede pública e privada de transporte rodoviário e do desenvolvimento de atividades ligadas fundamentalmente ao pequeno comércio e (em parte) à pequena indústria, o lugar da Gandra viu profundamente alteradas as suas condições de organização socio-territorial, a verdade é que sabemos também que, aliado a estes

processos, e a uma correlativa e intensa densificação habitacional, foi existindo um leque integrado (e até diversificado) de elementos da vida social local que apresentaram traços de estruturação bastante específicos (cf. Figura 3.12).

Observando mais atentamente a distribuição dos vários equipamentos coletivos implementados no local, nota-se, em bom rigor, que, para lá da presença de espaços comerciais de referência – como o *Mercado Municipal*, a *Feira de Ermesinde*, o *Pingo Doce* (e, contiguamente, o *Maia Shopping*)<sup>132</sup> –, responsáveis pelo processo local de “socialização do consumo” da população da freguesia (Pinçon-Charlot *et al*, 1986: p.131), mas também dos pequenos núcleos industriais – como a *Antiga Fábrica de Vidro*, os *Armazéns do Sal e L.*, *Indústria de Confeções e Têxteis* –, hoje desaparecidos da paisagem local<sup>133</sup>, a Gandra conheceu algumas intervenções de domínio público que vale a pena aludir.

Além disso, um segmento importante destas infraestruturas – de cariz social, educacional, desportivo/recreativo, etc. ... – passou a estar, de forma sólida e progressiva, estrategicamente orientado para a transformação do quadro de vida local (cf. Figura 3.12 e, com maior detalhe, a Figura 3.13).

E nesse sentido, estando cientes da influência mais alargada dos critérios administrativos e do traçado morfológico na configuração deste lugar (e na sua delimitação), ou ainda das condicionantes socio-históricas e políticas que marcaram a evolução de alguns destes equipamentos,<sup>134</sup> cabe-nos caracterizar (de modo breve) alguns dos aspetos da vida social local, partindo-se da leitura acerca da génese e da sua evolução. No nosso entender, esta será uma condição basilar para melhor se perceber os moldes do processo de transformação social da coletividade, considerando-se que estas instituições (apesar de sujeitas a forte recomposições com o avançar dos anos) não deixaram de servir de verdadeiros “marcadores” locais das recomposições mais gerais vividas no território.

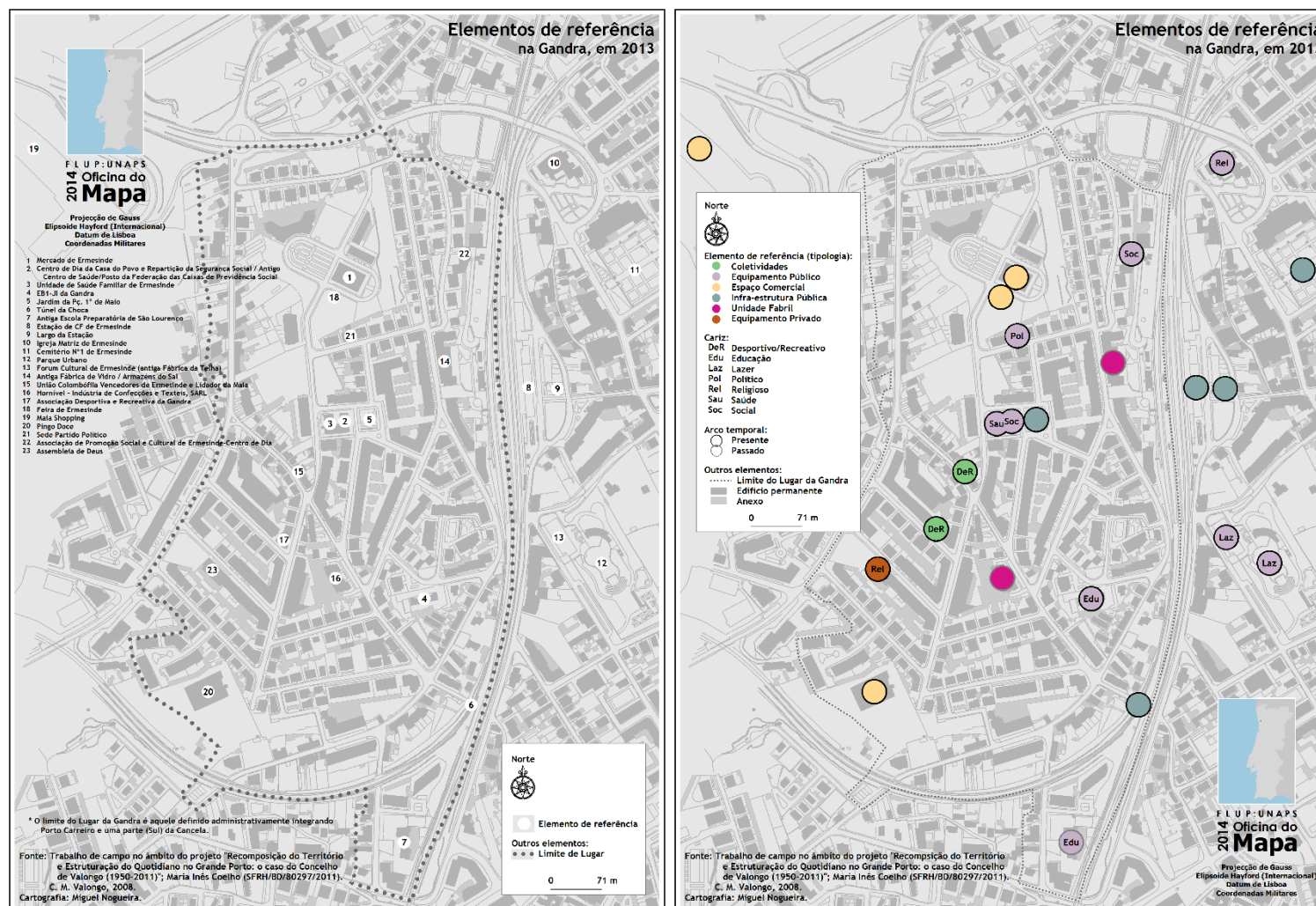
---

<sup>132</sup> Sinalizados com a cor amarela na Figura 3.13.

<sup>133</sup> E que, como é sabido, constituíram, por um período de tempo alargado, importantes geradores de emprego local (cf. ponto 3.5.2). Estes encontram-se representados, na mesma figura, com a cor lilás.

<sup>134</sup> Não tendo sido exequível abarcar todos os principais equipamentos e/ou elementos de referência locais por nós sinalizados, dadas as dificuldades de inserção ou de disponibilidade dos seus responsáveis, tentou-se, quanto possível, abarcar aqueles que foram tendo significado (e representatividade) no lugar.

Figuras 3.12 e 3.13 – Elementos de referência do Lugar da Gandra (Ermesinde) e sua envolvente e distribuição segundo o perfil de equipamento/serviço – 2013



Fonte: Trabalho de campo – Registo de observação (SFRH/BD/80297/2011); Cartografia: Miguel Nogueira.

### 3.6.2. A resposta local do Estado num território em transformação

Assim sendo, tentando-se evitar encarar de modo isolado e analiticamente direcionado aspetos exclusivamente internos da sua evolução, há que ver que os vários elementos de referência contemplados foram alvo de uma análise de confronto sistemático com aquilo que consideramos ser um conjunto de transformações sociais locais mais vasto a que o lugar da Gandra tem sido submetido (e que incluiu, necessariamente, mudanças no domínio educativo, socioeconómico, político e social).

Refinando o nosso olhar para áreas importantes como a ação social, a saúde e a educação, procurou-se, portanto, num primeiro plano, dar a conhecer o papel de intervenção do Estado no território, por forma a compreender a crescente importância dos seus mecanismos de reprodução, sendo estes, por sua vez, consequentes da ação alargada de dispositivos estatais como a escola e a proteção social. E, num segundo, apreender as modalidades de relação da população com mesmos, atendendo ao valor que as redes de interconhecimento, baseadas nos contextos familiares, de vizinhança e laborais, foram desempenhando, por exemplo, à escala do “quarteirão”.

Apesar de ser difícil deixar de evidenciar aquele que foi o legado visível de uma expansão “desordenada” (e preponderantemente privada) do edificado local (cf. ponto 3.4.3 do presente capítulo), e que culminou na forte restrição de terrenos públicos para fins não urbanísticos, pudemos, ao longo da pesquisa, verificar que, à medida que foram aumentando as necessidades de resposta em áreas cruciais como a saúde, a educação e a ação social no território, a reivindicação por parte das autoridades locais na instalação de equipamentos e serviços estratégicos de apoio à freguesia e à sua população foi também ampliando. Note-se que, durante os anos de 1950 – fase em que se dá o arranque de urbanização do lugar – até sensivelmente 1974, período a partir do qual se verifica mais acentuadamente o investimento (e reformulação) no plano dos equipamentos sociais e outras formas de socialização urbana, vários foram os estímulos do poder municipal nesta matéria.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> Pelo menos até à Revolução de Abril, muitas destas exigências ou pressões que foram publicadas na imprensa local (ainda que de forma seletiva e controlada) emergiram da tentativa de solucionar alguns dos problemas do território que mais careciam de resposta imediata.

Na verdade, além dos aspetos ligados à crescente urbanização da freguesia, foram particularmente recorrentes os alertas feitos em áreas-chave como a educação e a saúde, registando-se alguns artigos que invocavam, justamente, o alargamento da oferta de estabelecimentos escolares (em especial do ensino pós-elementar) e o adequado apetrechamento dos serviços médico-sociais disponibilizados localmente. Repare-se, por exemplo, em alguns títulos em destaque do Jornal “A Voz de Ermesinde” que salientavam essas preocupações: “*Escolas Primárias: Palmilheira e Bela, Colégio de Ermesinde (e outras instituições de ensino particular). A importância do ensino primário.*”, Ano I (nº 10), 1958, p. 4; “*Junta de Freguesia de*

No entanto, e embora se reconheça a sua importância no território, é necessário chamar a atenção para o facto de que a maioria das iniciativas de carácter estatal, manteve-se, pelo menos na sua génese, quase sempre dependente da iniciativa privada. Os casos mais exemplificativos são precisamente a transferência da Casa do Povo de Ermesinde e dos serviços de Previdência Social para o lugar da Gandra e a conclusão do primeiro Posto Médico da freguesia num dos seus eixos centrais (ainda durante os anos de 1960) e, ainda, a construção de edifício escolar primário próximo das linhas de caminho-de-ferro, nos finais da década de 70.

### **3.6.2.1. Casa do Povo de Ermesinde (1941) - O crescente apoio face às necessidades da freguesia**

Fundada em 1941, e fazendo cumprir as várias finalidades a que estava comprometida no seguimento da reformulação constitucional de 1933, onde são publicados vários diplomas que consagram as instituições do Estado Novo<sup>136</sup>, a Casa do Povo de Ermesinde, na realidade, abrangeu desde a sua origem, para além da respetiva freguesia, um conjunto alargado de espaços (contíguos) de matriz profundamente ruralizante – reconhecidos pelo peso económico das suas explorações e pela manutenção da configuração tradicional da estrutura fundiária da região<sup>137</sup> –, espelhando bem, no nosso entender, a área de influência e aquela que seria a importância local de Ermesinde na zona envolvente.

No entanto, e tendo como objetivos principais: contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais, representar profissionalmente e defender os interesses dos trabalhadores agrícolas e, ainda, realizar a previdência social de todos os residentes na sua área de atuação (decreto 23.053) – algo que denota, desde cedo, o tipo de organização implementada pelo regime (estruturada na família e nas corporações) e aqueles que constituíam os seus valores principais, assentes no tradicionalismo moral e no paternalismo de Estado, – certo é que esta instituição só é transferida para o lugar da

---

*Ermesinde: O combate ao analfabetismo.*”, Ano III (nº25), 1960, p.5; “*O problema da Juventude e sua instrução. A criação da Escola Técnica e a secção de Ensino Liceal.*”, Ano XIII (nº 145), 1970, p. 1; “*O novo edifício dos Serviços Médico-Sociais. A sua construção deve-se ao dinamismo demográfico da vila.*” Ano XII (nº 132-133), 1968, pp. 6-7.

<sup>136</sup> Entre as quais se destacam as Casas do Povo (decreto 23.053), organizações sob a alçada do Subsecretariado das Corporações e da Previdência Social e do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência e elementos constitutivos da organização corporativa do trabalho rural durante a vigência da ditadura (Rosas, 1994 e 1999).

<sup>137</sup> Eram elas as freguesias de Alfena, no concelho de Valongo, de São Pedro Fins – Folgosa – e de Águas Santas, ambas no concelho da Maia.



Gandra em finais dos anos 60, fase em que o território começa a conhecer de forma mais intensa a densificação urbanística.<sup>138</sup>

De facto, sendo proprietários dos terrenos onde se vão implementar alguns destes equipamentos, ou assumindo responsabilidades na sua dotação, alguns “notáveis” locais acabarão mesmo por exercer um papel determinante no impulso ao desenvolvimento do lugar, ajudando à sua transmutação (rever ponto 3.4.1.). Além do mais, para se perceber o tipo de mobilização realizada e o reconhecimento público que geralmente se encontram associados a estas iniciativas, é fundamental compreendermos, em simultâneo, a relevância destas infraestruturas na organização socio-espacial do território e os impactos que a afetação de bens e serviços (de cariz público e privado) acabou por induzir no funcionamento do mercado residencial local (e do qual estes agentes vão obter, necessariamente, efeitos lucrativos quer do ponto de vista material, quer do ponto simbólico) (Lambert, 2012).

**Imagem A.35.** - Casa do Povo de Ermesinde (Centro de Dia) /Antigas instalações da Segurança Social



Fotografia: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Praça 1º de Maio (Ermesinde)

Mas, durante a década seguinte, ao prestar apoio aos seus habitantes e ao assegurar os serviços gerais de previdência social, rapidamente, esta instituição acolhe localmente grande reconhecimento, ficando evidente para os residentes que, com a sua instalação (e

---

<sup>138</sup> A sua transferência da zona mais central da freguesia resulta, portanto, da iniciativa de Manuel Joaquim Fernandes dos Santos – notável local e conhecido na vila por “Santos Rasteiro” – uma vez que, na sequência do conflito entre os concelhos de Valongo e da Maia em torno da construção e localização do Posto dos Serviços Médico-Sociais, decide apoiar, através da doação dos terrenos de que era proprietário neste lugar, a implementação dos novos edifícios da Casa do Povo e do Posto Médico em Ermesinde. Por outro lado, é também graças às suas ligações ao regime que assume a presidência desta instituição, prolongando, durante a transição para a democracia, e ainda por um período alargado de tempo, estas funções. Note-se que, no exercício da sua atividade, Manuel Santos chega a desempenhar cargos com importância local, tendo sido Presidente do Grémio da Lavoura de Valongo, Diretor da Corporação da Lavoura e Federação dos Comerciantes, Presidente da Casa do Povo da Retorta (em Vila do Conde), Diretor da Cooperativa Agrícola de Produtores de Vila do Conde, Diretor das Águas e Eletricidade de Valongo, Conselheiro Municipal de Valongo e Procurador à Câmara Corporativa (Fonte: Jornal “A Voz de Ermesinde, Ano XXX, n.342, Dez.,1988; p.40).

a formação da praça adjacente)<sup>139</sup>, o lugar da Gandra conhece, de um lado, um forte desenvolvimento, potenciando-se a fixação populacional; e do outro, que a consolidação da urbanização seria já algo de inevitável, na medida em que se dá a aceleração, por esta altura, dos processos de loteamento e de parcelamento dos solos em curso, começando, em paralelo, os arruamentos viários e pedonais a tornar-se uma realidade cada vez mais real no território.<sup>140</sup>

“Senhor C.: Foi-se construindo... da Rua da Gandra que vai por ali abaixo até à Casa do Povo, não é. Que foi a primeira rua que se fez. Depois daí também nasceram os acessos à Casa do Povo. Aquilo ali também foi desenvolvendo, que aquilo ali também não existia.

Senhor. A.R.: A partir daqui, da praça, do Posto Médico, começou a desenvolver-se tudo...”

Sócios da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (fundada em 1965)

No entanto, deve-se destacar que, com o fim do regime do Estado Novo e a implementação da democracia parlamentar, estando as Casas do Povo envoltas num profundo processo de reestruturação, que culmina, aliás, na alteração do seu estatuto jurídico, a instituição em causa acaba por sofrer os impactos dessa mudança.<sup>141</sup>

E, é justamente neste novo enquadramento, que privilegia a promoção de atividades de animação sociocultural (por iniciativa própria ou em coordenação com outras entidades) e o fomento da participação da população em ações de satisfação da comunidade e de melhoria da sua qualidade de vida, que esta organização se vai recompor, vocacionando, desde o início, o seu apoio à terceira idade através do seu Centro de Dia (criado em 1988).<sup>142</sup>

“Isto era uma freguesia muito rural. As casas do povo, fundamentalmente, destinavam-se a apoiar os trabalhadores rurais, não é, foi evoluindo. Hoje Ermesinde não tem nada de rural. (...) [As Casas do Povo] andaram sempre ligadas à Previdência Social e quando passou a ser Segurança Social, muitas delas foram extintas. (...) As que não tivessem mais função nenhuma do que aquelas... eram extintas a favor do Estado... os bens passavam para o Estado... A esta

---

<sup>139</sup> Hoje, curiosamente, designada de Praça 1º de Maio e que, à época, acarretou profundas alterações nos cursos de água existentes.

<sup>140</sup> Da autoria dos arquitetos Domingos Fernandes e Manuel D’Ávila, estas obras foram, na verdade, aclamadíssimas na imprensa local, ocupando grande destaque em várias das suas publicações e surgem na sequência do que eram, na altura, (publicamente) entendidas como as necessidades do território, decorrentes do processo de incremento da vila (Fonte: Jornal “A Voz de Ermesinde”, Ano XII, nºs 128-133, Julho-Dezembro, 1968). Inevitavelmente associado ao crescendo da edificação, vários são, aliás, os artigos antecedentes que dão conta do incremento que se vivia e das soluções urbanísticas a adotar no lugar da Gandra, de forma a garantir algum desenvolvimento harmonioso da “nova, moderna e desafogada” urbanização (Fonte: Jornal “A Voz de Ermesinde”, Anos III, IV, VII e VIII, nºs 34, 35, 43, 79, 87 e 90, respetivamente Julho-Dezembro de 1960, Julho de 1961, Agosto de 1964 e Março e Junho de 1965).

<sup>141</sup> Apesar de se admitir que o clima sociopolítico foi favorável ao aproveitamento das potencialidades da rede de ligações, entretanto, criadas com o meio local por parte destas instituições, a partir dos inícios dos anos 80 (lei nº4/82 de 11 de Janeiro), as Casas do Povo adotam um novo estatuto jurídico – o de pessoas coletivas de utilidade pública de base associativa – tendo como novos propósitos o desenvolvimento de atividades de caráter social e cultural em regime de cooperação com o Estado e com as autarquias.

<sup>142</sup> Em 2014, o Centro de Dia contava com 93 beneficiários – na sua maioria do sexo masculino, com o grau de escolaridade básico e residentes, essencialmente, nos lugares da Costa, da Palmilheira, da Travagem, da Bela e da Gandra.

não lhe aconteceu isso porque esta funcionou sempre nesses moldes, com previdência. Tudo o que está ali do outro lado, que a casa é nossa, não é, funcionava aqui... (...) É sempre positivo. Ainda hoje há, cada vez mais, mas hoje (...) estão a fazer-se esforços para que as casas do povo sejam recuperadas. (...) E as pessoas têm que ter algum acolhimento. (...) Normalmente quem nos procura são pessoas de menor recursos. Quem tem muitos recursos está sempre aconchegado nalgum lado, não é. (...) O preço é fixo, se pudessem pagar muito, mas nos termos da lei não podem, está tabelada, as pessoas não podem pagar mais de um xis. E vêm mesmo num estado...”

Presidente da Casa do Povo de Ermesinde em 2014

Além desta valência, destinada à ocupação dos tempos livres dos utentes, refira-se que, em 2004, surge, num contexto de procura recorrente dos serviços básicos de apoio por parte da população, o serviço de Apoio Domiciliário.<sup>143</sup> Por outro lado, procurando, explicitamente, fomentar junto da população o papel mais lúdico e cultural da instituição, dois anos antes é criado o Rancho Folclórico, grupo composto por diferentes gerações (e que suscitará, mais tarde, algumas rivalidades com outras instituições locais).<sup>144</sup>

Sendo facto que os atuais funcionários não deixam de admitir, nos seus depoimentos, que a Casa do Povo de Ermesinde foi fortemente marcada, no passado, por um carácter assistencialista – dando a entender, quando se debruçam sobre o panorama local, que as respostas eram, na verdade, muito limitadas – o que se verifica é que, hoje, apesar de reconhecidas as dificuldades pelas quais a organização atravessa, o presente institucional é, basicamente, caracterizado por uma maior diversidade das atividades promovidas e pelas notórias modificações no tipo de serviços prestados. Por isso, e também por força da maior formação técnica do pessoal que se encontra ao serviço, estas mudanças têm sido encaradas como condições cruciais para melhor responder às preocupações e necessidades da população-alvo.

Afirma, aliás, uma das responsáveis pelas valências da instituição que, para lá de surtir efeitos no quotidiano de trabalho, a redefinição dos objetivos e o alargamento das suas prioridades foram fundamentais na aceção, mas também no tipo de alterações a introduzir nos cuidados disponibilizados, apostando-se mais nitidamente nas vertentes psicológica e social de apoio.

“Acho que houve uma evolução neste sentido: inicialmente, a Casa do Povo era muito caritativa, não é. (...) Havia... um certo assistencialismo. E, a partir de determinada altura, e isso também teve a ver com a contratação de técnicos, começou-se a pensar mais na autonomia da pessoa, no criar outras condições que não só o prestar os serviços básicos não é, como o convívio, a interação, a estimulação. E acho que daí notou-se uma evolução muito grande. (...) Não havia propriamente uma análise. Eram só mesmo os serviços definidos, digamos, e agora isso não acontece. (...) Para além do serviço definido - (...) o transporte, a alimentação, a necessidade de higiene pessoal - há um leque de

---

<sup>143</sup> Revelando o papel de intervenção desta instituição no território – dado que esse apoio já se fazia por via informal num passado recente – este serviço constituiu, no início do século XXI, um passo importante dado pela Casa do Povo no sentido de garantir assistência aos utentes (em 2014, um total de 35 e com uma média de idade mais avançada 75 e mais anos) que demonstravam nítidas fragilidades, na grande maioria, ligadas à incapacidade ou deficiência (física ou mental).

<sup>144</sup> É o caso da Associação Desportiva e Recreativa da Gandra, coletividade local que, em meados dos anos 80, tinha já fundado o Grupo Infantil de Cantares da Gandra.

outras atividades, que acho que contribui mais para o bem-estar deles do que só os cuidados básicos. (...) A intervenção é feita de maneira diferente e olha-se mais à questão psicológica, mais social e mais familiar.” (...)

Técnica responsável pelo Apoio Domiciliário – Fevereiro de 2014

A este propósito, será de mencionar que a instituição tem vindo a estreitar os laços com outras instituições locais, desenvolvendo atividades que ajudam à promoção do sentido de pertença e de convívio junto dos seus utentes e alargando, ao mesmo tempo, a visibilidade da instituição.<sup>145</sup> Mas, como já o dissemos, é preciso ver que a Casa do Povo enfrenta, presentemente, algumas dificuldades. Dispondo de um número limitado de funcionários e de uma área de cobertura insuficiente face às solicitações sucessivas, num cenário de reconhecido envelhecimento da sua população (e com carências muito específicas), o que marca, de forma indiscutível, o discurso institucional é, precisamente, o retrato feito acerca das famílias dos utentes que recorrem localmente a este apoio, e que parece ser, na nossa perspetiva, um dos principais desafios que se colocam na atualidade, e a longo prazo, ao contexto em análise.

O que acontece é que, em virtude das alterações nas dinâmicas familiares ocorridas nas últimas décadas, também o perfil de ajuda dispensado às pessoas mais velhas – refere quem lá trabalha – se tem vindo a alterar. Além disso, acrescem evidentes limitações de ordem orçamental e infraestrutural que, naturalmente, condicionam o alcance de resposta efetiva.<sup>146</sup>

Assim, muito para além da prestação dos serviços previstos, a gestão realizada diariamente tem sido feita à custa de níveis cada vez maiores de responsabilidade e de desempenho, sendo possível afirmar que o “emagrecimento” dos laços familiares tem contribuído mais fortemente para a incidência de fenómenos como a solidão e o isolamento social em certas camadas (mais velhas) da população – traduzidos, muitas vezes, em “formas solitárias de habitação” (Esteves, 1995) –, daí ser essencial a criação de estruturas capazes de aumentar a importância do lazer e a ocupação do tempo em determinada fase da vida. Do outro lado, há que admitir que o aumento da esperança média de vida tem contribuído para a ampliação do número de casos de média e elevada

---

<sup>145</sup> Nomeadamente, através da participação em iniciativas culturais da administração local e da criação de parcerias com os estabelecimentos de ensino do município, os equipamentos de saúde e outras instituições de cariz social. Neste último caso, o contacto regular e a troca de experiências com o Centro Social de Ermesinde e com a Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde tem permitido atuar e satisfazer as necessidades mais prementes com as quais a organização se coloca diariamente.

<sup>146</sup> Embora haja, de facto, uma colaboração estreita com a administração local – nomeadamente, com a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia de Ermesinde – confirma-se que, dada a rede alargada de IPSS’s inseridas no município, e a limitação financeira da administração local, a escassez na distribuição de recursos disponíveis é, particularmente, visível no dia-a-dia. Por sua vez, as próprias instalações começam a ser exíguas para o desenvolvimento de certas atividades.

dependência entre os idosos, dificultando (ainda mais) o grau de disponibilidade e de ajuda na prestação de cuidados básicos por parte das redes de parentesco (Quaresma, 2004).

“A população está a ficar muito envelhecida. Nota-se muito. As instituições que prestam apoio têm recursos muito reduzidos. Mesmo em termos de espaço. O que faz efetivamente com que as listas de espera sejam tão extensas. (...) E o que se nota é que antigamente havia muito o conceito da família e o de prestar cuidado e da hierarquia, pronto. Neste momento, não há tanto. A maioria dos nossos idosos mora sozinho. As famílias não estão cá, não é. Acabam por estar, pronto, realmente na vida deles e não conseguem realmente prestar um apoio. E, muitas vezes, recorrem, a estas instituições ou por iniciativa própria, para não estarem sozinhos, ou mesmo as próprias famílias para se sentirem um bocadinho mais descansadas, enquanto estão no seu dia-a-dia, saber que o idoso está, está salvaguardado. Pronto, o fim de linha que a Dra. R. diz [técnica da Associação de Promoção Social e Cultural, de Ermesinde] e nós, muitas vezes, conversamos sobre isso, é porque os idosos apresentam alguma resistência aos Centros de Dia. Têm um conceito de que vão ser institucionalizados ou que vão ser abandonados. (...) Depois, muitas vezes, isso é desconstruído com o início, com o começarem a frequentar o Centro.”

Técnica responsável pelo Apoio Domiciliário – Fevereiro de 2014

### **3.6.2.2. EB1-JI da Gandra (1978) - Mudanças no lugar, mudanças na escola.**

Inaugurada em 1978, de forma articulada com a abertura de várias frentes de urbanização, entretanto, introduzidas na freguesia de Ermesinde, e num momento de grande impacto construtivo e de adensamento residencial local, a Escola Primária da Gandra surge, na verdade, segundo o que pudemos apurar, como uma resposta ao aumento generalizado da procura educativa a que se vinha assistindo, desde algum tempo, no território.<sup>147</sup>

Apesar de a freguesia ser dotada, desde cedo, por algumas instituições de ensino privado (com grande influência local) e por uma rede pública de ensino primário relativamente alargada à época<sup>148</sup>, a verdade é que, dada a evidente sobrelotação verificada nos equipamentos locais existentes, o alcance da oferta educativa era já, em finais da década de 70, muito limitado.

Daí que a inauguração da escola primária – estando, aliás, envolvida numa série de recuos e avanços, uma vez que só onze anos após a fase de arranque das negociações

---

<sup>147</sup> Inevitavelmente induzido pelo progressivo incremento populacional a que a região passa a estar também sujeita, a partir deste período, e pela maior consciência familiar e parental da importância no investimento escolar (Almeida, 2006; Sebastião, 2007/8), note-se que, a partir de meados dos anos 70, é reconhecida uma maior consolidação da continuada mobilização de recursos financeiros, logísticos e institucionais para a educação a nível nacional, apostando-se mais claramente na generalização do ensino básico de 4 e 6 anos e no alargamento da escolaridade obrigatória (Pinto, 2012).

<sup>148</sup> Para o primeiro conjunto de estabelecimentos – todos eles sob alçada da Igreja Católica – destacam-se: o Colégio de Ermesinde, (fundado em 1912 no Lugar da Formiga); o Externato Santa Joana (inaugurado em 1934 na zona da Cancela); o Instituto do Bom Pastor (construído em 1956) e o Externato Maria Droste (em 1966) no Lugar da Palmilheira. E, para o segundo conjunto, destacam-se também a Escola do Carvalhal (1939), da Bela (1941), da Costa (1963) e de S.Paio (1967).

para a sua implementação é que se deu por concluída a sua construção – tivesse sido vista como algo de muito positivo.<sup>149</sup>

“ (...) Portanto, a escola que havia aqui mais próxima era a escola do Carvalhal. Isto era só campos, era só mesmo campos... E, portanto, para as pessoas daqui, para elas, foi uma coisa boa. A outra era longe e as escolas estavam superlotadas. (...) Havia muitas crianças que optavam, por exemplo, pelo *Colégio de Santa Joana* [colégio privado situado no lugar da Cancela]. Era uma das escolas que estava assim mais nesta área. Mas essa privada. Quando esta abriu, parte desses alunos vieram para cá. Tivemos conhecimento que parte desses alunos acabaram por vir porque já se sentiam mais próximos de casa, já estavam mais confiantes com uma escola nova. (...) Era sempre um atrativo. (...) Esta era uma escola nova, uma escola moderna. Na altura, era muito... mesmo a nível de mobiliário e tudo. (...) Era muito boa já.”

Auxiliar da EB1/JI da Gandra – Fevereiro de 2014

Ora, traduzindo-se essa intensa procura no aumento forçoso do número de auxiliares e de docentes contratados, bem como no número de alunos inscritos – maioritariamente residentes na área e alguns na envolvente da freguesia – sucede, porém, que devido à manifesta exiguidade das suas instalações, nem o alargamento do regime do horário letivo, nem o recurso a outros edifícios da área, como nos relata uma antiga professora, foram suficientes para colmatar aquele que era reconhecido, desde logo, como um problema de fundo desta instituição, tendo até potenciado, a dada altura, certos conflitos com alguns dos construtores e/ou empreiteiros locais.

Na realidade, este facto, ao qual já se acrescentavam problemas como a falta de estruturação e planeamento na sua implantação e a ausência de arranjos urbanísticos adjacentes – tendo obrigado, logo em inícios nos anos 80, a sucessivas ampliações e reabilitações do edifício e recinto escolares (e que se estenderam, inclusive, pelos princípios do século XXI) – constituiu um dos aspetos frequentemente assinalados, nos depoimentos recolhidos, a propósito do impacto que a escola primária trouxe ao lugar e aos seus residentes.

“ (...) Quando isto [a escola] abriu, era a única na Gandra. Não havia mais nada. (...) Na altura, quando eu vim [quatro anos depois da abertura] éramos 16 [professores] e mais o diretor. (...) E com turmas grandes. As turmas tinham sempre 23, 24 alunos. Eram 240 ou 250 crianças. Portanto, trabalhávamos em regime duplo e ainda estavam professores na Escola de São Lourenço [escola do ensino preparatório situada em PortoCarreiro]. Ainda havia lá turmas. Era tanta gente, que não tínhamos já aqui resposta. Tiveram que ir para lá, para umas salas. (...) Praticamente, desde os anos que eu estive aqui, trabalhámos sempre tudo em regime duplo. (...) E depois havia muitos alunos que os pais, por exemplo, não morando cá, trabalhavam cá. (...) Moravam nos arredores de Ermesinde, mas como trabalhavam, os filhos vinham para a escola porque lhes ficava mais perto. (...) Procurou-se sempre ter um ambiente de trabalho bom e que os alunos soubessem. (...) O espaço é que não era muito... espaço recreio e assim, não era muito. Para o número de alunos que tínhamos, precisávamos de ter um espaço maior. (...)”

---

<sup>149</sup> Após a doação de dois talhões de terreno de Francisco Xavier Moutinho de Ascensão (proprietário de uma parte considerável de terrenos no lugar) para se implementar, junto à linha de caminho-de-ferro, o futuro estabelecimento escolar, a discussão gerada em torno do plano da sua construção foi, de facto, produtora de uma intensa troca de correspondência entre a administração local e a Direção de Construções Escolares (1966-1975), no sentido de se garantir a sua aprovação, segundo os critérios regulamentares de implantação e execução da obra. Repare-se que, apesar da renovação insistente dos pedidos de construção do referido edifício – uma vez que, segundo as autoridades locais, “a maioria das 55 salas distribuídas pela freguesia não [tinha] condições” e era urgente “dar às crianças e aos professores melhores condições de ensino” – o tempo de espera pela resposta prolonga-se durante mais de uma década (Fonte: Processos de Obras Municipais, Arquivo Municipal de Valongo).

Depois começou também a construir-se muito. Tanto que nós, este prédio aqui e aquela vivenda, nunca achámos muito bem porque ficava muito em cima da escola. Não foi que os professores não tivessem alertado para isso tudo, mas pronto isso era com a Câmara e a Câmara não... Houve até alguns problemas. (...) Claro que havia sempre dois destacados para a vigilância do recreio. E, nessa altura, tínhamos que nos redobrar mais. Lá está, mas parece que a escola ficou ainda mais fechada com as construções. (...) Tudo o que se construiu e ampliou foi cá dentro.”

Antiga professora do 1º ciclo residente no lugar – Fevereiro de 2014

“(…) Havia coisas ainda que falhavam de princípio, não é. Ainda me lembro de andarmos todos aqui de galochas para se conseguir passar. [risos] Portanto, houve assim um bocadinho de desconforto nessa altura. Mas também foi superado... Não foi muito demorada [a construção], não. E depois com a abertura é que foi aquela mudança. Vai-se mudar e vai-se passar. E as coisas foram assim um bocado em cima do joelho. (...) O recreio era descoberto. Não havia cá... Os miúdos... Era tudo em terra batida.”

Auxiliar da EB1/JI da Gandra – Fevereiro de 2014

Ainda assim, dito isto, convém entender que, à época, a procura persistente por este estabelecimento em particular por parte da população não pode deixar de ser analisada à luz de um conjunto significativo de disposições, representações e valores altamente favoráveis ao investimento das famílias nesta instituição, já que esta ficou a ser conhecida, numa fase inicial da sua evolução, pela elevada qualidade de ensino e formação e pela composição “distintiva” da sua população estudantil.

“(…) Houve um crescimento, sim. A nível de escola e, mesmo, a nível de meninos, foi... Era, sei lá, aqui esta escola era considerada quase uma escola de elite. (...) Chegou a ter uma fase que era a escolhida por toda a gente. Toda a gente queria vir para a escola da Gandra. (...)”

Auxiliar da EB1/JI da Gandra – Fevereiro de 2014

“Na altura [em 1982], era uma escola muito boa. Era considerada a Universidade da Gandra. Porque os alunos quando iam para o preparatório, (...) iam bem preparados. E os professores diziam assim: «Olhe, estes vêm da Universidade da Gandra.» Portanto, já havia isso quando eu aqui cheguei e continuou a haver por uns anos. Era um ambiente bom. Muito bom. Quer a nível de professores, de camaradagem, como de alunos. (...) Aqui era uma escola de referência e de excelência, como diziam. Havia muitos alunos cujos pais queriam que viessem para aqui. E porquê? Não eram alunos... Bom, eram alunos bons. (...) Não davam grandes problemas porque as famílias também eram muito... Era um bom ambiente familiar. (...) Porque tínhamos, no princípio, filhos de professores, médicos, engenheiros, de... E isso ia compondo o resto. Também havia de outras profissões... Havia de tudo, sim senhora, mas esses, lá está, também davam um certo prestígio à escola. (...)”

Antiga professora do 1º ciclo residente no lugar – Fevereiro de 2014

Sendo certo que este é um outro traço muito vincado quer nos discursos dos residentes, quer dos seus profissionais (antigos e atuais) – juntamente com o da grande afluência estudantil - dificilmente podemos ignorar também o facto de que, hoje, estas evidências assumem particular impacto, face às flagrantes diferenças encontradas relativamente ao passado. Ao mesmo tempo, devemos ter presente que tais evidências revelam-se bastante úteis para apreender as fortes recomposições sociais sentidas no meio escolar e que traduzem, além do mais, as transformações gerais ocorridas no território.

Neste caso em concreto, há que sublinhar a importância que, de maneira geral, os entrevistados dão ora ao decréscimo significativo do número de alunos inscritos<sup>150</sup>, ora

---

<sup>150</sup> Algo intimamente ligado à tendência nacional de nítida redução da população jovem (e de decréscimo da população escolar tradicional) e que, em determinados contextos espaciais, sobretudo no interior do país,

ao aumento dos problemas escolares entre a população estudantil. De um lado, nota-se que os profissionais relacionam estes fenómenos às graduais mudanças familiares e às profundas alterações na organização do trabalho introduzidas na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas – e que se traduzem, inevitavelmente, na relação entre pais e filhos, entre escola e família ou na articulação (nem sempre fácil) entre escola, trabalho e lazer (Terrail, 1997; Épinay, 1983; Cartier *et al*, 2008); por outro, arrolam parte das mudanças ao crescente sentido de “desqualificação” vivido no contexto residencial.

**Imagens A.36, A.37 e A.38 – Imagens da Escola EB1/JI da Gandra**



Fotografia: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua de Cabinda e Rua Serafim F. Santos (Ermesinde)

Na realidade, vale a pena invocar, a propósito da análise da relação entre as famílias e escola, e da divisão social do espaço escolar e suas relações com o espaço residencial (Gombert e Van Zavaten, 2004: pp.52-53), que, para alguns profissionais e residentes, a gradual desvalorização do parque habitacional local, associada ao aumento dos movimentos de mobilidade residencial ou de transferência de moradores para outros contextos, tem contribuído para uma representação muito negativa do estado atual do lugar, refletindo-se, precisamente, na avaliação crítica que fazem do cenário escolar e da sua composição.

Na sua perspetiva, a partida de outras “gerações” de residentes, porventura, materialmente mais favorecidos e mais qualificados do ponto vista cultural (e, como tal, com maior capacidade de maximização dos investimentos escolares dos filhos) acarretou uma “desvalorização” estatutária da instituição, com evidentes custos para a mesma. Vemos, de facto, que eles não só olham com um certo desagrado e até apreensão para as visíveis diferenças face ao passado, como, por outro lado, demonstram (embora envergonhadamente) um certo receio do crescendo da “amálgama” ou da própria “mistura social” a que a escola tem estado sujeita mais recentemente – o que nos permite refletir,

---

tem conduzido, portanto, ao reequacionamento da rede escolar, impondo às escolas outros mecanismos de adaptação, a fim de captar novos públicos (Almeida, 2006: p.137).



de alguma forma, sobre as lógicas de distinção (escolar e social) presentes no lugar (Cartier *et al*, 2008; François e Poupeau, 2004).

“ Isto já foi mais seletivo. (...) Foi naquela fase que houve a construção, construíram muito aqui à volta. E a ideia que nós temos é que foi ocupada por casais novos com filhos pequenos e que estiveram aqui durante uns anos e que vieram (...) e ficaram por aqui. Depois, mais tarde, começou a piorar porque as pessoas começaram a mudar, havia muitas facilidades, as pessoas mudavam mais de casa, não é... Vendiam estas e compravam novas. E estas quando foram adquiridas já foram adquiridas por pessoas com menos possibilidades. (...) Não quer dizer que por serem pobres que... Mas quando vieram, já era assim um grupinho... Quer dizer, perdeu assim um bocadinho em relação à qualidade. E ambiente. Mesmo o ambiente aqui de fora e tudo acaba por ser... Foi uma segunda geração que veio ocupar as casas já bastante usadas, não é. (...) E depois, claro, está tudo mais parado. (...) Tem vindo a existir um abrandamento agora [do número de alunos inscritos]. Naquela altura, subiu e depois ainda acabou por ter aquela fase de já não chegar. Ano passado ainda tínhamos duas, três salas em [regime] duplo. Este ano é que já temos tudo em regime normal. (...) ”

Auxiliar da EB1/JI da Gandra desde a abertura – Fevereiro de 2014

“ (...) Depois começaram a vir alunos de (...) etnia africana. Já começaram a haver aqui uns pretitos e tal... Hoje já há mais. Mas, na altura, era só uns pretitos. Chamemos assim... sem ofensa. Também famílias já não estruturadas, pais que se divorciavam, depois constituíam nova família e isso tudo, o ambiente ficou um bocadinho diferente. Já não era o ambiente (...) dos primeiros anos. (...) Mesmo a nível de alunos, já começou a haver mais dificuldade. Lá está, no rendimento escolar. Porque se a família tem um bom comportamento, digamos assim, entre aspas, (...) se há uma estrutura sólida e tal, os miúdos também são melhores. Digam o que disserem mas é verdade. O ambiente familiar faz muito... Eu pelo menos acho... (...) Hoje é um *stress*, é uma correria, uma ... (...) Quando eu vim para aqui, havia um ambiente mais... lá está, os pais (...) mesmo economicamente, eram razoáveis, chamamos assim, de maneira geral, eram razoáveis. Não havia assim situações de pobreza grande nem nada. Ultimamente, já se sentiam algumas dificuldades. (...) Nos últimos anos, era mais uma mistura, a amálgama era maior. E mesmo nos pais... Já se notava... não quer dizer que houvesse, que fossem assim malcriados, mas os pais já tinham outra atitude com os professores. (...) Ora, isso já foi alterando o funcionamento da escola. (...)

Antiga professora do 1º ciclo residente no lugar – Fevereiro de 2014

“*Rapaz*: (...) Hoje em dia, a escola da Gandra não tem nada a ver com o que era. (...)

*Rapariga*: Passar lá até custa.

*Rapaz*: (...) A escola foi muito mal aproveitada, porque ela tinha espaços que até podiam ser bem aproveitados, ter um campo de futebol em condições, porque nós ainda jogávamos na terra batida...

*Rapariga*: Mas, mas tínhamos espaço. Depois... (...) Tanto que construíram de lado, construíram do outro... Havia espaço para brincar. (...) Era bom o convívio, encontrávamo-nos todos na rua e íamos... para a escola. O ambiente era ótimo.

*Rapaz*: Encontrávamo-nos todos ali. [risos] (...) Agora não sei como está... Mas penso que não... Até recentemente fomos ver na *internet*...

*Rapariga*: No *ranking*. Não, não está. (...) ”

*Rapaz*: Não está lá muito bem...

*Rapariga*: Não está grande coisa...”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

No entanto, também é de notar que outros depoimentos nos ajudam a deduzir, parcialmente, o (auto e hétero) posicionamento da escola (e dos seus elementos) face às mudanças ocorridas. Interpretada, para quem vive mais de perto estas alterações, como uma realidade cada vez mais desqualificante, em especial num quadro local de forte concorrência privada – e reconhecido como alternativa de qualidade educativa e de grande eficácia no controlo e rentabilização do tempo não escolar (Gombert e Van Zavaten, 2004: p.70) – certos agentes aludem às dificuldades que o estabelecimento atravessa (grande parte delas decorrentes de problemas de regulação institucional) (François e Poupeau, 2004: p.61). Evocam, sobretudo, os obstáculos relacionados com a

manutenção de um ambiente escolar disciplinado, de estímulo à participação nas atividades extraescolares e do gosto pela aprendizagem, sendo portanto, baixas as expectativas na performance dos alunos e no envolvimento dos pais.

“Agora é um aglutinar de meninos e já há mais problemas porque a comunidade também se alterou muito... Não digo problemas grandes assim, mas já tem havido mais assim mais atritos porque as próprias famílias já não são aquilo que eram. Houve mais massificação. (...) O ambiente tem-se modificado um bocado. (...) Nota-se em alguns miúdos, por exemplo, que em casa não deve haver um ambiente tão bom. O rendimento não acompanha. (...) No aspeto das associações [de pais], houve anos em que houve associações muito úteis, muito empenhadas. E que se trabalhou muito. Agora, estamos praí há quatro anos sem associação [de pais]. Eu acho que as pessoas tinham mais disponibilidade. Agora também estão um bocado sobrecarregados... Nesse aspeto, os alunos ficam prejudicados. Ficam muito tempo dentro da escola. Desmotivados. Abrimos às 7h30 da manhã e fechamos às 7h da noite. Os pais fazem 8 horas e os filhos fazem 12. (...) A escola está dentro da média. Porque, agora, lá em cima não. Não, não temos capacidade. Há quem ainda procure esta escola como uma boa referência mas não é fácil... A escola tem que ir conforme o ministério, não é. [silêncio]”

Professora do 1º ciclo – Fevereiro de 2014

### **3.6.2.3. Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde/Centro de Dia (1986) – O reconhecimento da tendência local de envelhecimento populacional.**

Criada em finais dos anos 80 do século XX (1987), a Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde pretendeu, na sua génese, promover um conjunto alargado de atividades de animação sociocultural, junto da população, numa lógica de aproximação à comunidade local.<sup>151</sup>

Apesar se ter ponderado, inicialmente, a criação de atividades destinadas às camadas mais novas (e, em particular, às infantojuvenis), esse objetivou, na verdade, nunca se chegou a concretizar, na medida em que, à época, e após uma fase de diagnóstico, depressa os seus dirigentes se aperceberam da necessidade de desenvolver um trabalho de apoio mais efetivo à terceira idade no intuito de satisfazer as carências mais prementes da freguesia), e, por isso, adotaram como valência principal o Centro de Dia, que, ainda hoje, se mantém ativo.<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> Na origem da sua fundação estiveram cinco elementos locais – quase todos ligados ao poder político local – preocupados em dar, à freguesia, uma resposta mais concreta na área social, mobilizando, para isso, esforços prévios no sentido de se encontrar um espaço adequado no território para a realização de tais atividades (espaço esse que, mais tarde, viria a ser cedido pelo município).

<sup>152</sup> No seguimento da redefinição dos objetivos da Casa do Povo de Ermesinde e do reconhecimento do seu papel de intervenção, a criação desta associação era vista, neste período, como uma solução complementar importante no território, pois, recorde-se, além da Casa do Povo, a freguesia dispunha apenas do Centro Social de Ermesinde – a primeira instituição pública a dar resposta nesta área. Por outro lado, destinado a assegurar a ocupação dos tempos livres e a promover a participação dos seus utentes em atividades do concelho ou de âmbito regional, o Centro de Dia foi ganhando cada vez maior adesão. Em 2014, esta valência contava com 230 sócios e 40 utentes (na sua maioria, do sexo feminino). Os utentes pertenciam, assim, a segmentos sociais mais fragilizados tanto do ponto de vista económico, como do escolar, além disso – oriundos dos lugares dos Montes da Costa, dos Sonhos, de Sampaio, da zona central e da Gandra – apresentavam uma idade já avançada (70 e mais anos).

No entanto, ao longo da última década – refere a direção técnica – o perfil de utentes tem vindo a se revelar muito contrastante relativamente ao passado, facto que acabou por ter efeitos na orgânica da instituição e nas atividades desenvolvidas, diferenciando-se daquelas que, por exemplo, figuravam nos propósitos iniciais da instituição.<sup>153</sup>

**Imagem A.39** – Centro de Dia da Associação Promoção Social e Cultural de Ermesinde



Fotografia: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua Mário Pais de Sousa (Ermesinde)

O que se depreende é que, enquanto no passado as preocupações encontravam-se mais voltadas para o recreio, a animação sociocultural e a ocupação dos tempos livres dos beneficiários, atualmente, as exigências locais têm forçado a organização a uma constante adaptabilidade no apoio às necessidades básicas do dia-a-dia dos seus utentes e no combate ao seu isolamento, pois o número de casos de dependência, de acentuado envelhecimento e de fragilidade socioeconómica têm vindo a aumentar no território (sem grandes contrapartidas em termos de retaguarda familiar).

“ (...) A população a que damos resposta hoje é diferente daquela que dávamos há uns dez anos atrás. Tínhamos aqui pessoas muito mais autónomas, que vinham cá praticamente para a refeição do almoço e que saíam. Agora temos uma população muito mais dependente (...) quando chegam até nós já veem com necessidades de outro tipo (...) e nós tentamos, ao máximo, substituir as famílias, que a maior parte delas não existe. (...) Se reparar, nós temos aqui uma população bastante envelhecida e muito dependente. (...) Costumo dizer que os mais jovens vão para a Casa do Povo, em tom de brincadeira. Isto porquê? Porque (...) um grande número de utentes lá é muito, muito ativo. (...) Tivemos que nos adaptar e tentar responder às necessidades. Cada vez mais, as pessoas que nos procuram, procuram também serviços de transporte. (...) Nós estamos a transportar 75% da população. Há dez anos atrás, se calhar, nem 20% estaríamos a transportar; houve uma transformação muito grande.”

Direção técnica do Centro de Dia – Fevereiro de 2014

Mesmo tendo um contacto estreito com a administração local – importante no auxílio financeiro, logístico e até organizativo da instituição – não deixa de existir uma avaliação crítica do legado político herdado e até institucional.

Reconhece-se, pois, que apesar de existir, no passado, um panorama mais favorável ao investimento, por força dos atrasos verificados no processo evolutivo de

<sup>153</sup> Atualmente, os critérios de adesão são os definidos ao abrigo da regulamentação da Segurança Social, dando-se prioridade a situações de isolamento, marginalização, doença ou de desapoio.

amadurecimento institucional das redes de apoio público no domínio da ação social no nosso país, não se deram localmente aqueles que seriam os passos necessários à sua maior sustentabilidade. Além disso, admite-se que a interferência do poder político na gestão e direção institucionais, não dando garantias de imparcialidade, mostrou-se quase sempre desapropriada, perante a ausência de formação na área de intervenção, limitando, assim, o tipo de resposta dada ao longo do tempo. E nesse sentido, vários são desafios evocados pelos seus responsáveis. Muito deles estão relacionados com as dificuldades de financiamento – dada a restrição orçamental a que a associação está sujeita e o valor reduzido das quotas dos associados. E outros situam-se na indispensável formalização das relações estabelecidas com outras instituições sociais locais, por forma a obter maiores ganhos no trabalho diário.

“A minha perspetiva, e é uma perspetiva [pausa] técnica, é que muitas dessas pessoas que se envolveram nesses projetos fizeram-no um bocadinho por carolice, porque achavam que, e com certeza que havia muito que fazer, e continua a haver, (...) era preciso apoiar uma causa. Penso que o que os moveu [à direção da APSCE] foi isso. Quando eu digo por carolice, é neste sentido, porque não tinham tempo para se dedicar inteiramente...à própria instituição... (...) Foi tudo pensado a muito a curto prazo. Penso eu, tenho quase a certeza, que se, nessa fase, se pensasse que o nosso país ia estar como está, em termos de pirâmide [etária] (...), penso se calhar que as coisas estariam diferentes, porque, nessa fase, havia realmente apoios (...) havia dinheiro para investir nesta área. (...) Isto acaba por ser um espelho de quem geria o país na altura, não é? (...) Uma das vertentes que, eu acho, que caracteriza este tipo de direções é que (...) há sempre a política ali ao lado. (...) Na minha perspetiva, isso é mau. (...) Acredito que, pronto, fomos acompanhando as necessidades do tempo e que o tipo de resposta que temos hoje já é diferente (...), melhorou muito em termos de qualidade e de resposta efetiva. (...) Mas admito que isto não está fácil. (...) Há muitos projetos desta direção ao nível de outras respostas. Mas... Vamos com calma, porque realmente o tempo também não... a época não está fácil, até porque a nível de apoio da Segurança Social e protocolos, neste momento, não existem verbas. Pronto, vamos um dia de cada vez e dar sustentabilidade (...) na resposta, não é, e conseguir (...) dar a melhor resposta possível.”

Direção técnica do Centro de Dia – Fevereiro de 2014

### **3.6.3. Mudanças no quadro social local: o lugar das coletividades na atualidade.**

Ao mesmo tempo, e como já temos vindo a afirmar, neste quadro de crescimento, também se assistiu à presença (mais ou menos ativa) de determinadas coletividades com algum significado local e, por isso, muito centradas na área de implementação. À semelhança dos restantes elementos de referência, embora a uma escala de incidência bem mais reduzida, coletividades como a *União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia* e a *Associação Desportiva e Recreativa da Gandra*, ajudaram, por exemplo, a servir de suporte em termos de provisão e de experiência residencial e cultural tanto aos seus habitantes, como a população exterior no decurso do tempo.

Hoje, forçadas a aceitar que o espaço mudou profundamente, e que também os tempos do associativismo são outros, o que se impõe sublinhar é que, havendo sempre uma estreita intersecção entre tecido físico e social, o contexto residencial e as sua

coletividades, enquanto construções arquitetadas socialmente e alicerçadas numa série de cenários comportamentais locais, evidenciam, de forma muito viva e territorializada, parte das recomposições gerais a que a sociedade portuguesa tem vindo a estar subordinada (afetando, claramente, o quadro das suas iniciativas).

Ainda assim, uma boa parte da vida coletiva (e das relações sociais de interconhecimento, entretanto, estabelecidas no lugar) processou-se em redor deste tecido institucional denunciando, assim, por um lado, as múltiplas facetas do quadro sociocultural local e, por outro, a fortalecer relacionalmente os laços de ligação de alguns dos seus residentes ao meio.

### **3.6.3.1. União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (1965) - Os tempos áureos da coletividade.**

Decorrente da fusão entre duas coletividades que se situavam geograficamente próximas – Gandra (Ermesinde) e Águas Santas (Maia) – e historicamente nucleadas ao longo de eixo rodoviário EN105<sup>154</sup>, a União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia é criada em 1965, ano em que abre a sua sede no lugar da Gandra, com o objetivo estratégico de ganhar, à época, uma maior representatividade no quadro regional da prática de columbofilia, dado o peso e a antiguidade que a mesma assumia no local e na sua envolvente.

Para além do contributo significativo do número de amadores envolvidos (oriundos, na sua maioria, da freguesia de Ermesinde), na base explicativa da sua implantação esteve também um outro conjunto de condições favoráveis – destaca-se, desde logo, a disponibilidade de parcelas consideráveis de solo agrícola e florestal, indispensáveis para o desenvolvimento da prática; a centralidade das vias de comunicação e condições de acessibilidade do lugar e, claro, está, os baixíssimos custos associados à ocupação do espaço/sede (vista como satisfatória para as necessidades iniciais).

Acontece, porém, que, num clima que parecia benéfico para o desenvolvimento das atividades dos seus sócios (e não só) – e que, além do mais, permitiu, que a coletividade fosse, ao longo dos anos, angariando alguns prémios distritais e conquistando posições importantes em vários dos torneios regionais realizados<sup>155</sup> – desde

---

<sup>154</sup> Que, no lugar, recorde-se, corresponde à Rua D. Afonso Henriques e à Rua Elias Garcia.

<sup>155</sup> Nomeadamente, em provas de competição e de exposição (nas classes standard e sport - uma destinada à avaliação da elegância dos pombos e a outra à avaliação da pontuação conquistada durante a campanha).

cedo, se percebeu que a densificação urbanística local iria representar um evidente obstáculo à sua expansão.

Refira-se, no entanto, que, não se limitando apenas à competição, na história da coletividade e no quadro das suas iniciativas, houve também lugar para a realização de vários convívios entre os seus sócios, convívios esses encarados como elementos cruciais de condensação das interações locais (Costa, 1999: p.20) e suportes necessários à (nem sempre fácil) sustentabilidade organizativa. Estabelecidos com base em razões práticas muito precisas, estes encontros, na realidade, serviam para fomentar o espírito de grupo (agregando-se, porventura, alguns antagonismos internos existentes) e, acima de tudo, para assinalar, de modo mais exteriorizado, a unidade e pertença associativas, preservando-se, portanto, a sua identidade organizativa (Bozon, 1984: p.142 e p.249).

“Senhor C.: (...) Antigamente, pronto, havia sempre uma distribuição de prémios que fazia no final da *campanha*. Pronto, fazia-se um almoço-convívio... e confraternizações... Onde era qualquer coisa... E, normalmente, até se fazia ali na *Churrasqueira da Travagem*. Todos os anos fazia-se ali uma confraternização, um almoço que aquilo quase que... Portanto, digamos...

Senhor A.R.: Era uma família.

Senhor C.: Aquilo era aquela recompensa, não é, à família., pelo tempo gasto, não é. Tanto que aquilo fazia-se questão... (...) O pai do A. era um dinamizador aqui da coletividade, (...) tinha um vocabulário, tinha uma maneira de levar as pessoas e uma linguagem... Unia as pessoas. (...) As esposas estavam sempre a perguntar quando é que terminava a *campanha*. Estavam mortas por saber quando era o almoço.”

Sócios da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (fundada em 1965) – Fevereiro de 2014

Por seu turno, a própria colaboração dos familiares (que, inclusive, participavam em alguns desses convívios) foi também, de forma mais ou menos duradoura, marcante no processo de resistência ao declínio (futuro) da atividade e demonstrativa da importância dos contextos sociais de pertença (e da sua ligação ao lugar) (Idem: p.86).

Não raras vezes, é possível observar que em certas modalidades, como é o caso, presidiram, ao longo dos anos, lógicas estratégicas de acumulação e transmissão intergeracional e familiar. Essas estratégias de mobilização relacional (de índole quotidiana ou mais ou menos pontual ao longo da vida) garantiram, assim, às gerações seguintes a transmissão sucessória da *prática* e do *culto e vício pelo desporto* e, em simultâneo, continuavam a revelar a necessidade de alguma continuidade na ligação da coletividade ao território.

Em segundo lugar, acompanhando de perto a modalidade, deve-se destacar que a interação fluida e intensa destes elementos, e em particular das mulheres, não deixou de representar um apoio fundamental à sua ritualização continuada, embora, diga-se, esta interação foi um tanto quanto possível, dado que, no que toca aos estilos associativos, os limites das fronteiras entre as esferas masculina e feminina estiveram sempre presentes.

Ainda assim, pelo que pudemos perceber, as funções desempenhadas pela mulher foram contribuindo, de forma apreciável, para o investimento na modalidade.

“ Senhor C.: (...) Não haja dúvida. Isto aqui foi um vício que o meu pai me pegou e veio por arrasto. Vim com ele, não é. Como gostava dos pombos, e da bicharada, eu vim por arrasto e fui ficando.

Senhor A.R.: No tempo do pai dele e daquele senhor que está lá em cima... [*aponta para retrato que está afixado*]

Senhor C.: Aquele senhor que está lá em cima foi um dos fundadores da coletividade...

Senhor A.R.: Era o meu falecido pai. Havia muita participação. Eu herdei do meu falecido pai. Eu estava em Moçambique, na tropa, quando o meu pai faleceu. Faleceu muito cedo. (...) Era diretor da Associação Columbófila do Distrito do Porto.

Entrevistadora: Ah, pois.

Senhor C.: (...) Esse senhor acabou por vir morar para aqui, a duas casas aqui acima. Também trouxe o pombal pra ali. E como ele, outros mais. Agora não temos nada disso. Existia essa ligação com os pais.... Existia.

Entrevistadora: Tudo maioritariamente homens?

Senhor A.R.: Sim, sim, sim, sim.

Senhor C.: Não houve sócias (...) aqui. Houve casos de sócios que... Aliás, os pombos estavam tão habituados com as senhoras, que os maridos esperavam ao domingo por eles e eram elas que os tinham que meter. (...) As senhoras até vinham aqui. Não entravam cá dentro. Que os maridos não deixavam. [risos] Ficavam ali à porta. Mas vinham ajudá-los a trazer os pombos. E algumas, de vez em quando, ainda vêm...”

Sócios da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (fundada em 1965) – Fevereiro de 2014

Não obstante os resultados alcançados, o que é facto é que, no decurso das décadas seguintes à sua criação, a coletividade foi-se debatendo com várias dificuldades. Encarada, ainda hoje, com algum desgosto, a forte pressão habitacional local acabou por assumir, aliás, segundo a atual direção, grandes responsabilidades iniciais na alteração (“desvirtuada”) daqueles que constituíam, na sua ótica, os “verdadeiros” modos de socialização do lugar, mais favoráveis à apreciação do valor da terra e, similarmente, mais conducentes com a prática desportiva.

Paralelamente, e se outrora, até havia uma importante concentração de amadores e um volume de sócios capaz de garantir a sua sustentação; hoje, segundo nos relata o presidente da União Columbófila, a acentuada diminuição dos associados e o envelhecimento considerável dos seus praticantes representam sérios entraves à renovação desta organização e à continuidade da prática local da modalidade (exigente ao nível de recursos como tempo e dedicação).

“Senhor C.: Houve tempos em que as pessoas reconheciam o valor da União Columbófila... Agora não, agora não. (...) O local era um local muito forte de amadores e (...) nós viemos para aqui quase de graça. (...) A columbofilia, aqui em Ermesinde, praticamente, era um desporto que movimentava muita gente... para além dos familiares. (...) Havia aqui um fluxo grande, uma concentração grande de amadores. (...) Mas, isto [a coletividade] começou a ter menor visibilidade, olhe, quando começou assim a desenvolver-se este meio, não é, quando se começou a construir... (...) Isto até era um sítio bastante agradável. (...) Aliás, aqui, a construção foi assim muito atabalhoada. (...)”

Presidente da U.C. Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (desde 2006) e residente no lugar – Fevereiro de 2014

Mas, são sobretudo os problemas relacionados com a sede – cada vez mais insuficiente para o desenvolvimento das práticas – e com a sua localização – notoriamente

desadequada face à densificação residencial que, entretanto, se foi acumulando – aqueles que mais afetam o presente da instituição. Por tudo isto, se percebem os sentimentos de apreensão e o descontentamento nos depoimentos recolhidos.

**Imagens A.40 e A.41 – Sede da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia**



Fotografia: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011);Rua da Gandra (Ermesinde)

Além do mais, a falta de sensibilização do poder político para a prática, e para estas suas contingências, tem conduzido, no decurso do tempo, a um clima complexo de tensões com a administração local, algumas componentes importantes do jogo de forças sociais que, a propósito da relação do tecido institucional com o poder político, temos vindo a caracterizar.

“ Senhor C.: (...) É um desporto que, de amator, acaba por não ter nada. (...) A assistência que se tem que dar aos pombos, o acompanhamento que se tem que fazer, é como lhe digo, tem que se soltar a [determinadas] horas. É conveniente dar um treino matinal, dar um treino à tarde. (...) Isto também tem a sua despesa. No cuidado dos pombos, na alimentação... Com os produtos, vacinas, tratamentos... (...) O pombo é um atleta. (...) E, de facto, a coletividade puxava. Isto não é nada do que era. (...) Olhe, a coletividade, neste momento, está a passar por grandes dificuldades porque temos poucos sócios. (...) ”

Senhor A.R.: Nos tempos áureos, tivemos pelo menos uns cinquenta sócios.

Senhor C.: Neste momento, estamos com dezasseis, dezassete sócios, mais ou menos. Isto, quer dizer, não é possível, não é... E é tudo reformado, praticamente. (...) Os grandes amadores, os grandes columbófilos que nós temos aqui, o que é que eles fazem? Não fazem nada. E são aqueles que têm mais possibilidades. (...) Têm lá os “*managers*”, como a gente diz, que são os treinadores. (...) Não temos, digamos, ninguém a começar de novo, não é. E depois (...) o nosso grande problema aqui, e o afastamento da grande maioria dos sócios, é a dificuldade em trazer os pombos à sede. (...) Pronto, o que é que os amadores procuram? Vão procurar um sítio onde se possa chegar lá. (...) É o estacionamento. Nós passámos aqui à sexta-feira, estamos aqui a carregar à noite uns cestos que vêm numa camioneta e depois essa camioneta leva-os [aos pombos] à concentração. Não há espaço. (...).

Senhor A.R.: De momento, a coletividade passa por uma fase difícil.

Senhor C: Mas nós até, nós até... esta Câmara de Valongo nunca se mostrou disponível para nada. Pelo menos, com a nossa coletividade, nunca tivemos... Eu até me custa dizer isto. (...) ”

Sócios da União Columbófila Vencedores de Ermesinde e Lidador da Maia (fundada em 1965) – Fevereiro de 2014

### **3.6.3.2. Associação Desportiva e Recreativa da Gandra (1973) - O progressivo “desapego” ao lugar e ao associativismo local.**

Fundada em 1973, a Associação Desportiva Recreativa da Gandra teve, na verdade, os seus antecedentes, em finais dos anos 60 e princípios dos anos 70, numa organização não oficializada – a Associação Académica da Gandra (ACG). Até à sua formalização, e limitando-se apenas à constituição de uma equipa de futebol amador com forte participação nos torneios de âmbito estritamente local, relatam os seus associados



(nomeadamente, aqueles que estiveram na sua origem) que, não possuindo uma estrutura organizativa sólida, até então imperava claramente uma lógica de participação de carácter informal e altamente improvisado. Ainda assim, estando já, nessa altura, muito vocacionada para a ocupação dos tempos livres dos residentes do lugar e da sua envolvente, e exercendo forte atratividade sobre as camadas etárias mais jovens (que, hoje, correspondem às primeiras gerações que vieram residir para o lugar, na fase de dinamismo residencial), esta agremiação teve, precisamente, no desporto (e, mais concretamente, no futebol) o principal elemento agregador de convívio e do quadro local de sociabilidades.<sup>156</sup>

“ *Senhor T.*: (...) Aquilo, de princípio, era um grupo de amigos, ao fim ao cabo. Estávamos na rua principal., Rua Elias Garcia, havia lá uma sede. (...) Era ali que se faziam reuniões, etc., etc... E, claro, os jogos eram aqueles jogos entre amigos. Não estavam federados, era tudo amador. Já tinha associados, também não eram muitos, pagavam vinte e cinco tostões... [risos] (...) Mas, quer dizer, aquilo praticamente era... não existia uma organização, digamos, como depois passou a existir aqui. (...) Ali era tudo jovem, todos jovens, todos eles jogavam bola. (...) Residentes aqui de cima [no sentido da Rua de Diu, de Goa, Moçambique e Índia Portuguesa]. Toda esta zona da Gandra. (...) Tudo isto aqui não existia. Era tudo bouças. (...) E no *Galo d'Ouro*, agora até está abandonado, era ali que a gente se juntava, que tomava o nosso cafezinho, conversava e tal. Convivia., não é.”

Sócio (da fase de origem) da ADRG (fundada em 1973) – Fevereiro de 2014

Ora, constituindo um ponto de estruturação e afirmação de grupo local, assente em redes de amizade, e, ao mesmo tempo, sensível – no que respeita à distribuição relacional de poderes a nível local – a estratégias (internas ou externas) de influência de complementaridade e/ou rivalidade (Costa, 1999: p.20), consta que na origem do seu nascimento esteve um desentendimento entre dois elementos da desaparecida ACG, facto que terá originado, justamente, a que a associação passasse a ser gerida por uma comissão diretiva e assembleia geral compostas pelos seus associados (tentando-se mudar os seus estatutos três anos depois).

E, se por um lado, a associação até estava inicialmente muito inclinada para áreas da cultura e do recreio – áreas consideradas em falta no território – procurando, desde cedo, desenvolver atividades de animação sociocultural aos seus sócios e familiares (nomeadamente, através da realização de festas e peças de teatro, da exibição de ciclos de cinema e, ainda, da concretização de colóquios e atividades infantis), a verdade é que

---

<sup>156</sup> Os (poucos) cafés locais (definidos, na lógica de produção das práticas de sociabilidade, como espaços-tempos intermediários) (Elias e Dunning, 1992) serviam, como nos relata um dos sócios mais antigos, de “sede” para o reagrupamento dos seus elementos, de meio de afirmação comunicacional e também de recurso cultural de expressão (dominantemente masculina) (Bozon, 1984: p.82), simbolizando importantes lugares de pertença (e disposição próxima face) ao território.

o desporto acabou por se assumir, durante os anos 70 e 80, como uma das principais atividades de base desta coletividade, colocando-lhe cada vez maiores exigências.<sup>157</sup>

“*Senhor T.*: (...) As pessoas residiam aqui, éramos todos daqui e dos arredores. Por outro lado, havia aqui este espaço que, na altura, era um edifício novo, e que estava para alugar. (...) Três contos e quinhentos de renda. E foi a estreir este espaço, rés-do-chão e cave, não é. (...) Inicialmente, a *Associação Recreativa da Gandra*, quer se dizer embora houvesse o desporto aí à mistura, digamos não é, nós (...) estávamos realmente a pensar no convívio, lá está, o recreio, digamos. (...) Chegámos à conclusão que convívio, sim, era preciso, e fizemos muitas festas, muitos bailes... Faziam-se aqui muitos bailes. Assim mais... Nós tivemos, inclusive, festas com o Orfeão do Porto... E chegámos a ter aí boas festas. (...) Claro que depois começou-se a pensar noutras coisas e, nessa altura, foi o futebol, quando teve que ser a sério. Passamos a federados. Daí passar a associação recreativa e desportiva. (...) Nunca fomos campeões mas...andávamos no segundo, terceiro, quarto. Estávamos sempre no segundo, terceiro, quarto. Estávamos sempre ali. Tínhamos uma equipa bastante jeitosa.”

Sócio (da fase de origem) da ADRG (fundada em 1973) – Fevereiro de 2014

No entanto, além de atividades como o futebol de onze, futebol de salão e depois *futsal*, convém esclarecer que, pouco mais de uma década depois, a coletividade cria também o Grupo Infantil de Danças e Cantares da Gandra (1985). Com um enfoque muito direcionado para a preservação do folclore e da música tradicional da região Norte, em especial do Douro Litoral e das Terras da Maia, esta iniciativa gerou, de imediato, grande entusiasmo na comunidade, levando a que se apostasse na sua continuidade e divulgação.<sup>158</sup>

Mas, ela resultou, segundo o que nos foi relatado, de uma preocupação dos seus associados em ocupar os tempos livres das crianças e dos jovens (quase todos eles produto das famílias recém constituídas que, entretanto, foram ocupando o território). Em paralelo, esta permitiu que se produzisse (com maior ou menor continuidade) uma outra linha de ação mais voltada para a aprendizagem e divulgação musicais.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> De facto, após uma fase de angariação de verbas, essencial ao apetrechamento da sua equipa, o passo seguinte consistiu na colocação do clube de futebol em competições de nível mais elevado e de âmbito territorial mais alargado, sendo que, em 1977, fruto dessa necessidade de competir a nível federativo, dá-se a obrigatoriedade de alteração dos estatutos, passando a associação a deter a atual designação. Aposto, assim, inicialmente no futebol de onze, marcando presença no campeonato do INATEL (antiga FNAT) e, obtendo a equiparação a um centro popular de trabalhadores, por forma a concorrer no dito campeonato, o clube da ADG acaba por representar a Casa do Povo de Ermesinde. É nesse período (descrito pelos sócios, e reconhecido pela comunidade, como um dos períodos dourados do clube), até sensivelmente meados dos anos 80, que obtém várias conquistas. Mas, deve-se destacar que o clube volta-se, ainda, para a outras modalidades (emblemáticas da sua história) como o futebol de salão, o voleibol e o andebol, angariando posições importantes e lugares cimeiros nos campeonatos onde participava. Recorde-se que o clube Gandra foi um dos poucos e pioneiros em Portugal a praticar *futsal* – modalidade emergente quando se dá a extinção do futebol de salão –, chegando a organizar prestigiados torneios e a lutar por subidas de divisões em escalões nacionais, sendo que, em 2005, dá-se o desaparecimento da modalidade. No presente, a associação procura, a nível desportivo, através das “Escolinhas de futebol”, continuar a apostar nas camadas infantojuvenis, fazendo o seu recrutamento junto das escolas locais.

<sup>158</sup> Este foi, nas palavras dos seus associados, a atividade que mais visibilidade proporcionou à coletividade, expandindo-se a nível internacional, muito por força da qualidade musical apresentada, mas também devido à preocupação de reconstituição histórica tanto musical como de indumentária dos seus elementos.

<sup>159</sup> Atualmente, a coletividade continua a incluir o Rancho Infantil (formado por elementos até aos 13 e 14 anos de idade) e abarca a Tocata (Rancho formado por adultos e jovens). Em 2012, numa aposta de

Reconhecido o seu papel preponderante na criação de dinamismo próprios, que se repercutiram direta ou indiretamente no tecido social e económico do território, ao estabelecer laços com a população local, e contribuindo para um trabalho de reconhecimento mútuo da própria cultura *popular* e da importância da sua preservação e divulgação, aceita-se que a coletividade trouxe um contributo apreciável para a disseminação da memória local, perpetuando um sentido certo de identidade com o meio, já que o processo reprodutivo de memorização foi ajudando a formar um efeito de filiação contínua dos seus membros (Halbwachs, 1925; 1992: pp.47-48).

Aliás, sempre presente em iniciativas realizadas pela freguesia, verifica-se que a associação tem vindo a resgatar, mais recentemente, atividades comemorativas relativas a tradições, a dias festivos e efemérides locais, algo que já vinha do passado mas que acabou por cair em desuso no decurso do tempo.

**Imagens A.42 e A.43** – Sede da Associação Desportiva e Recreativa da Gandra e *logo* da respetiva associação



Fotografia: Maria Inês Coelho (Agosto 2014) - (SFRH/BD/80297/2011); Rua de Diu (Ermesinde); Fonte: *Logo* disponível em <http://adrgandra.blogspot.pt/>

Continuando a depender, praticamente, da tenacidade dos sócios mais velhos e também daqueles que, na atualidade, se encontram desempregados – e que, em conjunto, formam os segmentos da população que, diariamente, mais tempo despendem na sua sede – a direção da coletividade admite que, pese embora a importância de espaços como este, que representam um impacto relevante na estruturação dos tempos (e dos seus usos) e na sua ancoragem local – permitindo, em alguns casos, “contornar” os efeitos nocivos trazidos pelo fim do trabalho – a fraca presença das camadas mais jovens, no perfil global de associados, constitui hoje a sua grande preocupação.<sup>160</sup>

“ (...) Esta associação, eu sou sócio há quinze anos, abri a das oito à meia-noite, de segunda a domingo. Nunca abriu durante o dia. Pediram-me, e eu, como tinha disponibilidade, comecei a abrir às 14 horas de segunda a sábado. (...) Abri e isto tá sempre cheio... E isto é o quê? É o entretenimento das pessoas que estão desempregadas que em vez de andarem por aí... e, principalmente, das pessoas reformadas ...em vez de andarem aí na estação, sentadas nos bancos e sem nada que fazer, vêm até aqui.(...) Convivem uns com os outros, jogam à sueca, jogam ao dominó, veem futebol e estão aí entretidos e não apanham frio, principalmente para isso. (...) [A Gandra] é um lugar muito

---

diversificação, é criado o Grupo Musical “Encante e Musicalidade” (grupo de música tradicional portuguesa e divulgadora do Fado de Coimbra) e, dois anos depois, é formado o Grupo de Cavaquinhos.

<sup>160</sup> Integrando, em 2014, um total de cerca de 100 sócios, número bem inferior ao do registado noutras épocas (400 a 500), o perfil de frequentadores é essencialmente masculino e com idades já mais avançadas.

antigo. E 70% da população que mora aqui é já um bocado idosa. (...) Nós temos pessoas de idade em todos os grupos e qualquer coisa que a gente precise, a gente pede sempre o apoio. (...) Isto parece que não mas ajuda as pessoas a sentirem-se úteis. As pessoas devem-se sentir úteis. A ideia é mesmo essa. As pessoas estarem aqui, colaborarem, qualquer festa que se faça, a gente pede a colaboração a todos sócios, dos que podem e toda a gente ajuda. (...) Agora, jovens é mais difícil. Tirando à quinta-feira, que é o dia dos ensaios do Rancho Infantil e em que aparecem as crianças. (...) Durante o dia é muito difícil aparecerem aqui jovens. (...) Eu coloquei *wireless*, (...) cheguei a pôr o *placard* para ver se os jovens... (...) para ver se vêm para aqui e estão entretidos com a *internet* porque eles gostam mais da *internet* do que outras coisas. Televisão e cartas não é com eles. (...) Talvez eles tenham um bocado de vergonha de estar no meio de... de não se sentirem tão bem junto das pessoas mais velhas. Eu acho que é mais isso. (...) Antigamente, (...) até aos anos 80, havia muita malta nova mesmo. Paravam aqui, porque não havia o que há atualmente. Agora o que não falta é discotecas, é cinema, é *shoppings* para passear. E a maior parte também fica em casa na *internet*. Nem se movimentam para este tipo de associações. Agora é diferente. Malta nova, com vinte e poucos anos, que jogava aqui *futsal* aqui no clube e (...) estavam aqui todos os dias, praticamente. (...) Sabe como é, as coletividades serviam para tudo. Pelo que me dizem, há vinte anos e mais, isto estava sempre cheio, cheio, cheio. (...) Agora não... Porquê? Porque as pessoas estão mais espalhadas. Há mais entretenimento, há mais coisas e as pessoas vão se espalhando e fugindo das coletividades.”

Presidente da ADRG em 2014 e residente do lugar

Fruto de uma “espécie” de desenraizamento local (ou da ausência de bairrismo, como lhe designam alguns associados), este declínio é, na verdade, examinado como algo profundamente empobrecedor do quadro sociabilitário do lugar. Suscitados, em parte, pelas dinâmicas de sociabilidade escolar e/ou profissional ou, de forma mais notória, pela crescente procura por novas práticas de lazer e de convivialidade (onde a *esfera digital* assume grande protagonismo), várias são as opiniões de que este fenómeno, no próprio espaço local, tem conduzido a processos de distância intergeracional que importa colmatar (e aos quais crescem, ainda, os efeitos de ciclo de vida, dado que a saída das segundas e terceiras gerações de residentes tornou-se, ao longo do tempo, ineludível).

Por outro lado, enquanto espaço de referência limitado a certas fronteiras de sociabilidade (fortalecedoras do círculo de interconhecimento e depositárias ativas de uma história comum), a coletividade, ao mesmo tempo, não deixou de cristalizar antagonismos entre as várias frações presentes no espaço social, sendo reflexo atual da presença de divisões de cariz eminentemente social, com impactos nos modos como se defendem certas práticas em contexto residencial (demarcando-as de outras mais recentes, e encaradas como relativamente “desprestigiantes”) (Bidart, 1988: pp.632-633).

“ (...) Hoje, ao que eu vejo aqui, hum, as pessoas não se respeitam. Em certos estratos insultam-se. Usam uma linguagem pública até, que eu não concebo. Insultam-se uns aos outros, em via pública, no café, em qualquer lado, não é? (...) Tenho casos... tenho um caso que, também com 70 anos, que agora comprou um andarzito ali, que morava ao pé de mim, que também vai sair. Porque as pessoas foram sempre aqui criadas num bom ambiente, num ambiente de respeito, solidário... E, e hoje isso não acontece, as pessoas não se adaptam a isto.”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

“ (...) Por exemplo, hoje somos capazes de ir até à Associação [ADRG], estão lá aqueles amigos de infância e juventude ... Crescemos juntos. E juntámo-nos. Agora... mas vem tudo de outros sítios... (...) Já saíram dali. (...) É o percurso normal, não é? (...) Nós vamos constituindo família e vamos procurar uma casa nova, não uma casa antiga. E ali [na Gandra] não há casas novas. (...) Também cheguei a participar em miúdo no futebol, mas mais no rancho, tanto que acho que a associação, neste momento... faz um trabalho mais para as pessoas de mais idade. (...) Pronto, a Gandra também está um bocadinho envelhecida, não é, já não tem tantos jovens para irem lá. Claro que isto... Os jovens, como eu na altura, quando nos dedicávamos e íamos para a associação, se calhar era porque

tínhamos lá uma mesa de pingue-pongue, jogava-se pingue-pongue e outros desportos. (...) Mas acho que [a associação] devia virar um bocado também para isso. (...) Tem que estar virada para o desporto, para a cultura, só que tem de ter outras coisas. Outro tipo de entretenimento para chamar lá... os mais novos. (...) Também eram tempos diferentes. Penso que também as pessoas eram diferentes. A vida corria bem a toda a gente. Normalmente, as pessoas viviam razoavelmente bem. A Gandra, neste momento, o que é que acontece? As pessoas novas que vieram para a Gandra, acabou por ser uma coisa nova, não é? Prédios novos. Neste momento, quem é que vai para a Gandra? Só são pessoas que procuram rendas mais baixas, os prédios mais antigos... Neste momento, já é mais pessoas mais velhas... (...) Por todos esses fatores, acho que agora não há aquele, tanto aquele... Quer dizer, não se vê tantos miúdos que andem na rua... Quer dizer, também os tempos são diferentes, como é óbvio. (...) Vejo muita gente que não via há uns anos atrás. A nível de ambiente.... E isso dá outra imagem ao lugar, como é lógico!”

Grupo Doméstico 27, residente na atual habitação 30 anos

### 3.7. Notas conclusivas

Conhecidas as grandes transformações a que o lugar da Gandra esteve sujeito, destacando-se fatores físicos e socioeconómicos de relevância – como a topografia, o sistema de transportes e a rede viária, as acessibilidades, a base económica local e a intervenção do poder público no controlo do espaço urbano – é inevitável constatar que, no quadro de afirmação do processo de (sub)urbanização do Grande Porto, a descrição e análise da morfologia social e urbana do lugar em causa, permitiu-nos, desde logo, conhecer mais detalhadamente uma parte da história recente do processo de urbanização da freguesia de Ermesinde.

Além do mais, procurando refletir com maior acuidade sobre determinados contornos da problemática adotada, podemos afirmar que, sob este cenário de mudança, os relatos, que pudemos recolher junto de conjunto de famílias residentes no lugar em estudo e dos responsáveis de algumas das instituições locais, foram, de facto, pertinentes para compreendermos melhor alguns aspetos decisivos da recomposição do espaço (sub)urbano e os impactos sociais de tal processo.

Para lá de fornecerem elementos-chave para a compreensão geral das arbitragens residenciais e relacionais encetadas ao longo do tempo – tais como a presença e/ou ausência de equipamentos e serviços/infraestruturas no território, as virtualidades da mobilidade geográfica ou, ainda, as variações registadas no espaço das sociabilidades locais (e das quais o tecido institucional não deixa de ser um reflexo muito evidente) –, à medida que o próprio território (e a sua envolvente) se ia transformando, eles deram-nos, igualmente, pistas de reflexão para se começar a explorar com maior detalhe o panorama de inserção residencial realizada na periferia.

## **Capítulo IV - O acesso ao alojamento e a inserção residencial num contexto habitacional da freguesia de Ermesinde: o lugar da Gandra (1969-2014).**

### **4. Introdução**

O presente capítulo analisa o percurso da inserção espacial de algumas famílias residentes no lugar da Gandra ao longo dos últimos cinquenta anos. Tendo-se assistido localmente a um conjunto importante de alterações na atividade económica, na rede de acessibilidades, além de grandes modificações no mercado habitacional, e considerando, no nosso entender, que, enquanto marcas essenciais de transformação do espaço (sub)urbano, com efeitos notórios na sua paisagem urbana e social, a apreensão de tais elementos merece ser devidamente sublinhada, pois eles foram, de facto, fundamentais no favorecimento da exteriorização residencial na envolvente concelhia da região<sup>161</sup>, o que aqui se defende é, precisamente, uma abordagem sociológica que aposte também no estudo do alojamento enquanto espaço essencial à estruturação da vida quotidiana.

Isto porque não podemos ignorar o seu papel no suporte da análise dos processos socio-espaciais em curso, nem o que este representa, de igual modo, enquanto elemento decisivo na estruturação da relação dos indivíduos com diferentes universos, como o mercado de trabalho, a escola, a vizinhança, o território, etc. (Bonvalet, 2010; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997).

Nesse sentido, consideramos que não devemos apenas olhar com atenção para o quadro de constrangimentos institucionais de acesso ao alojamento, precisamos, igualmente, de dar conta das várias formas de recomposição das desigualdades sociais que lhe estão relacionadas, através de um exame longitudinal baseado no percurso dos sujeitos segundo o seu ciclo de vida (individual e coletivo) (Lambert, 2012; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997).

#### **4.1. Elementos sobre a fase de inquirição e o processo de “aproximação” aos grupos domésticos**

Dada a nossa preocupação com o desenvolvimento de uma análise interpretativa sobre os modos de ocupação do território e das dimensões mais importantes do quotidiano local – de que são exemplo os usos e vivências do tempo(s) e do espaço(s) – ou ainda sobre a relevância de elementos como família, o alojamento, a escola e o trabalho na sua

---

<sup>161</sup> E estão intimamente interligadas a processos sociais relevantes como a reestruturação do setor da construção, o papel do Estado no ordenamento do território e o peso da matriz de edificação privada na produção de habitação.

ritualização<sup>162</sup>, foi necessário, à luz dos novos horizontes de trabalho alcançados quer pela produção cartográfica, quer pela realização paralela de um conjunto de entrevistas exploratórias (12), afinar, alguns dos eixos adotados na nossa grelha analítica (cf. ponto 1.1 do Capítulo I).

Não deixando de tomar como vetores analíticos a *teoria da prática* (Bourdieu, 2002) e a tríade *campo*, *capital* e *habitus*, a verdade é que, ainda durante esta fase, tivemos de reformular alguns exercícios de balanço e sistematização, entretanto, desenvolvidos, e (re)definir também alguns dos nossos principais motes (teoricamente informados), facto que se veio a traduzir em ganhos substanciais sob o ponto de vista analítico.<sup>163</sup> Nestas condições, procedeu-se a uma nova revisão do nosso guião de entrevista, tentando-se cumprir, agora de forma mais congruente, uma série de finalidades a que nos tínhamos proposto, e que se materializaram em nove eixos finais.<sup>164</sup>

Assim, de uma incursão intensiva no terreno iniciada em Maio e concluída em Novembro de 2014, foram realizadas 30 entrevistas em profundidade a 31 grupos domésticos, registando-se um total de cerca de 51 horas de duração (sendo a média de tempo de cerca de, sensivelmente, duas horas), tendo sido adotada, sob o ponto de vista metodológico, a técnica de “bola de neve” – a partir dos primeiros contactos, foi pedido a certos informantes privilegiados que identificassem outros residentes disponíveis para inquirição, repetindo-se este processo de forma sucessiva. Apesar de se reconhecerem as

---

<sup>162</sup> Inclusivamente o papel do associativismo, da religião e da política no plano simbólico-cultural.

<sup>163</sup> Beneficiando de uma forte disponibilidade institucional de elementos do Departamento de Gestão Urbanística do Município de Valongo, da ajuda de informantes privilegiados e da receptividade dos responsáveis das várias instituições sediadas no lugar da Gandra, concluímos que este era o momento para clarificar melhor parte das transformações sociais ocorridas no observatório, de modo a problematizar com mais acuidade aspetos ligados às dinâmicas de expansão urbana e às dimensões culturais e simbólicas envolvidas neste processo. Por outro lado, a adoção de um processo de recolha de dados controlado por uma dada grelha teórica, de forma a obter o máximo de ganhos de sensibilidade nesta matéria, fez com que, no que toca à revisão e ao questionamento do quadro conceptual utilizado, a produção teórica fosse sistematicamente elaborada por relação aos dados que iam sendo recolhidos no decurso da pesquisa (cf. Glaser e Strauss, 2010: p.89 e pp.136-139).

<sup>164</sup> Ajustados à informação adicional que tinha sido possível recolher nas fases de pesquisa precedentes, optámos por incluir, nos grandes eixos, todos os aspetos que diziam respeito ao conhecimento das propriedades sociais dos agentes e às mudanças do ciclo de vida familiar, assim como às transformações socio-territoriais do observatório em estudo. Foram eles: 1) a sociografia geral do grupo doméstico e da família de origem 2) a trajetória familiar e principais recomposições na trajetória familiar; 3) as disposições religiosas e políticas; 4) a trajetória residencial e relação entre espaço doméstico/habitação e meio envolvente; 5) a trajetória escolar e os principais processos sociais de escolarização; 6) a relação entre meio escolar e quotidiano familiar; 7) a trajetória profissional e as principais recomposições vividas no mercado de trabalho; 8) as atividades de lazer e 9) as representações e disposições em relação ao território. Vale a pena, no entanto, referenciar que, perante a densidade de elementos contemplados e a dimensão extensa do guião, se tornou perceptível, desde logo, que seria necessário introduzir certos ajustes, sobretudo ligados à inversão da ordem de algumas temáticas e ao controlo dos aspetos mais sensíveis de resposta. Na realidade, as primeiras entrevistas realizadas serviram de teste para a melhoria de aspetos menos claros ou mais sensíveis do nosso instrumento de inquirição. O guião pode ser consultado em anexo (cf. A-4.1).

limitações associadas a esta técnica, havia a noção de que, temporalmente, esta seria a estratégia mais adequada e também a mais exequível para desenvolver o trabalho, pois, de outro modo, o acesso aos entrevistados seria muito difícil, sobretudo num contexto habitacionalmente denso como o que se encontrou.<sup>165</sup>

Por outro lado, e de modo a reduzir outros dos problemas inerentes a esta abordagem, optou-se por diversificar o perfil de entrevistados, condicionando-se um pouco o processo de escolha. A dada altura, foi solicitado que os entrevistados nomeassem outros elementos da sua rede de contactos, privilegiando-se determinadas características, quase sempre referentes à sua faixa etária e ao tempo de residência no lugar.<sup>166</sup> A ideia consistia, de facto, em abarcar um maior leque possível de trajetórias socio-residenciais, precisando, entre os grupos sociais abrangidos, elementos de proximidade e/ou oposição na vivência social local, tendo-se em linha de conta variáveis-chave como a família, a classe social e o grupo socioprofissional, com relevância na entendimento da reconfiguração dos espaços urbanos e na reestruturação dos modos de habitar (Pereira, 2016: p.137).

Por sua vez, havia o cuidado de compreender, em última instância, as suas trajetórias, atendendo-se aos moldes de transformação do contexto residencial em análise e aos das suas fronteiras sociais, tentando, portanto, uma abordagem de inquirição sempre em permanente contacto com a informação previamente recolhida sobre o lugar e com as posições relacionais diferenciadamente adotadas pelos residentes (Tissot, 2011; Elias, 2000; Cukrowicz, 1993; Chamboredon e Lemaire, 1970).

#### **4.2. Um olhar exploratório sobre os grupos domésticos inquiridos**

Sem se deixar de apreciar as mudanças sociais e territoriais envolvidas no processo de recomposição do lugar ao longo do tempo, ou os processos diferenciados de formação das classes sociais ligados a tais alterações, foi possível estabilizar um olhar

---

<sup>165</sup> Esta evidência foi muito clara na avaliação primária das condições específicas de exercício das técnicas de investigação que tínhamos ao nosso dispor e decorreu logo depois do período de observação direta. Concluiu-se que, por mais “empática” que pudesse ser a nossa postura num primeiro contacto com os residentes do lugar, dificilmente desencadearíamos, de forma isolada, uma lógica de interação suficientemente sólida e que pudesse resultar na possibilidade futura de inquirição, daí o recurso a estes agentes “não profissionalizados” que “...pela posição ocupada na estrutura social, beneficiavam de uma autêntica “renda informacional ou observacional...” (Pinto, 1985: p. 134). Aliás, quando se atestava a sua condição de residentes no lugar, não se deixou de incluí-los novamente na listagem geral de entrevistados.

<sup>166</sup> Estando cientes do momento conjuntural vivido por cada grupo, aquando do momento de auscultação, sempre que viável, tentámos integrar o maior número de elementos por grupo doméstico nas entrevistas, de modo a dar alguma densidade ao seu conteúdo e aceder a perspetivas complementares aos temas abordados. Todavia, quando tal não foi possível, cingimo-nos apenas aos seus representantes.



mais detalhado relativamente às principais propriedades sociais dos grupos domésticos inquiridos, tendo por base os aspetos sociográficos mais elementares e outros elementos da sua trajetória social (como o trabalho e a origem social).<sup>167</sup>

Considerou-se, aliás, que a descrição deste conjunto de traços acerca das famílias se afigurava como uma tarefa primordial, de modo a apreender com maior acuidade a pluralidade de formas de vivenciar, habitar e representar o espaço, mas também para percebermos que os contextos residenciais situados na periferia não são homogêneos – pelo contrário, eles constituem lugares de ancoragem e/ou de passagem de indivíduos e grupos com propriedades e trajetórias socialmente distintas (Cartier *et al*, 2008; Lambert, 2012: p.474; Tissot, 2011).

#### **4.2.1. Sociografia geral**

Assim, dos 31 grupos domésticos inquiridos, englobando um total de 77 elementos, e com uma repartição equilibrada por ambos os sexos, nota-se, à primeira vista, que o seu perfil de distribuição se tem configurado, no domínio demográfico, em torno dos conhecidos processos gerais de modernização familiar. De facto, vemos que a composição do número de pessoas por família se concentra essencialmente nos 2 a 4 elementos (cf. Quadro 4.1) e que, globalmente, a conjugalidade e a parentalidade têm vindo a ocupar um lugar central na estruturação do quadro familiar em estudo, pois, na sua grande maioria, tratam-se de famílias restritas (com alguma longevidade) e formadas fundamentalmente por casais e casais com filhos.

Nessa medida, compreende-se, então, que o casamento atinga forte presença na estruturação das relações conjugais, constituindo o casamento pela Igreja (54,5%) a principal via de entrada na conjugalidade e a expressão mais significativa da importância do cariz religioso no arranque dos percursos de vida familiar. Enquanto, pelo oposto, os casos que se afastam da matriz da família instituição (no seu sentido mais tradicional) detêm uma expressão muito reduzida.

Convém, no entanto, nesta breve análise, não desatender à presença de outras posições no modelo familiar dominante pois, ainda que surjam com um peso limitado, é possível encontrar, em certos grupos domésticos, algumas situações de recomposição do

---

<sup>167</sup> Embora não se pretenda uma representatividade estatística com base num corpo de entrevistas limitado a 31 grupos domésticos, dado que a nossa finalidade consistiu em investigar, em profundidade, dimensões relevantes do quotidiano local dos residentes, parece-nos que a sistematização e o tratamento desta informação constitui uma boa opção heurística para identificar alguns dos processos de estruturação social mais importantes associados.

seu ciclo de vida. Estas, geralmente, decorrem de fatores como a separação e/ou divórcio, a viuvez, o aumento da fragilidade das condições socioeconómicas ou apoio familiar. Veja-se, por exemplo, a relativa importância sociográfica dos trajetos de conjugalidade interrompidos pela viuvez (14,3%) ou marcados pela rutura (6,5%).

**Quadro 4.1** – Sociografia Geral dos elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Sexo</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Masculino	38	49,4	Solteiro/a	17	22,1
Feminino	39	50,6	Casado/a pelo Civil	0	0,0
<b>Total</b>	77	100	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	42	54,5
			União de facto	2	2,6
			Separado/a	1	1,3
<b>Grupos etários</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	Divorciado/a	4	5,2
Menos de 1 ano	1	1,3	Viúvo/a	11	14,3
De 1 aos 5 anos	2	2,6	<b>Total</b>	77	100
Dos 6 aos 17 anos	1	1,3			
Dos 18 aos 24 anos	3	3,9	<b>Dimensão do grupo doméstico</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Dos 25 aos 39 anos	11	14,3	1 pessoa	4	12,9
Dos 40 aos 54 anos	10	13,0	2 pessoas	12	38,7
Dos 55 aos 64 anos	23	29,9	3-4 pessoas	15	48,4
Dos 65 aos 79 anos	20	26,0	5 e + pessoas	0	0,0
80 e mais anos	6	7,8			
<b>Total</b>	77	100	<b>Total</b>	31	100

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77.

Por outro lado, sabendo-se que, genericamente, a inserção residencial local deste conjunto de grupos domésticos é temporalmente ampla, certamente interessará reconhecer que, apesar de tudo, na generalidade dos casos, a inscrição espacial do alojamento foi resultado de percursos anteriores de mobilidade territorial.

Verifica-se, portanto, que a maioria dos residentes abrangidos não é oriunda do município de Valongo, mas de outros concelhos do Grande Porto (e de municípios envolventes), bem como do interior Norte do país, indiciando, desta forma, o papel de destaque deste lugar no suporte residencial dos conhecidos fluxos migratórios ocorridos na região (cf. Quadro 4.1).

Mas, se atendermos às características do perfil etário da população em estudo, e dos possíveis efeitos na relação com atividade económica, não podemos deixar de mencionar que o trabalho continua a ser uma referência estruturante no modo como, no seu conjunto, os elementos dos grupos domésticos organizam a sua vida (37,7%). Há, na realidade, que sublinhar que o universo do trabalho assalariado é preponderante, sendo significativo o peso do segmento da população em idade ativa (balizado entre os 18 e os

64 anos de idade). Porém, importa também destacar que o contingente de pessoas com idade superior a 65 anos é bem expressivo (33,8%), facto que reforça a importância da situação de reforma na atividade económica (32,5%) e pode ajudar a traduzir parcialmente o visível processo de envelhecimento local verificado anteriormente (cf. ponto 3.5.1. do Capítulo III).

**Quadro 4.1** – Sociografia Geral dos elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde) – (cont.)

<i>Naturalidade</i>		<i>n</i>	<i>%</i>	<i>Naturalidade</i>		<i>n</i>	<i>%</i>
<b><i>Do concelho de Valongo</i></b>		<b>23</b>	<b>29,9</b>	<b><i>Douro</i></b>		<b>7</b>	<b>9,1</b>
<i>Freguesia de Ermesinde</i>		20	26,0	Lamego		2	2,6
<i>Outras freguesias</i>		3	3,9	Sabrosa		1	1,3
				Santa Marta de Penaguião		2	2,6
<b><i>Fora do concelho (Território Nacional)</i></b>		<b>46</b>	<b>59,7</b>	Peso da Régua		2	2,6
<b><i>Região Norte</i></b>		<b>45</b>	<b>58,4</b>				
<i>Minho-Lima</i>	Viana do Castelo	4	5,2	<i>Alto Trás-os-Montes</i>	Mirandela	1	1,3
<i>Cávado</i>	Braga	1	1,3				
<i>Ave</i>	V. N. Famalicão	1	1,3	<b><i>Região Centro</i></b>		<b>1</b>	<b>1,3</b>
				Figueira da Foz		1	1,3
<b><i>Grande Porto</i></b>		<b>22</b>	<b>28,6</b>				
Gondomar		2	2,6	<b><i>Estrangeiro</i></b>		<b>6</b>	<b>7,8</b>
Maia		5	6,5	Angola		2	2,6
Porto		14	18,2	Moçambique		2	2,6
Vila Nova de Gaia		1	1,3	Venezuela		2	2,6
<b><i>Tâmega</i></b>		<b>9</b>	<b>11,7</b>	<b><i>Sem inf.</i></b>		<b>2</b>	<b>2,6</b>
Celorico de Basto		2	2,6				
Resende		1	1,3				
Cinfães		1	1,3				
Ribeira de Pena		1	1,3				
Marco de Canaveses		2	2,6				
Felgueiras		1	1,3				
Paredes		1	1,3				
(cont.)				<b>Total</b>		<b>77</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; Nº de elementos do total de grupos domésticos: 77.

Quanto à análise da relação de perda com o universo do trabalho, podemos ver que o fenómeno do desemprego ainda dita uma parte dos percursos biográficos dos residentes entrevistados (um total de 13%), sendo, maioritariamente, masculino o grupo que não possui trabalho e/ou emprego (cf. cf. Quadro 4.1).

Como veremos mais adiante, tratam-se de casos em que as dificuldades de regresso ao mundo do trabalho são nítidas e derivam das profundas transformações a que o mercado de trabalho tem estado sujeito nas últimas décadas, entre elas as de cariz técnico-organizacional e jurídico-contratual (como a deslocalização de empresas e precarização das relações contratuais), multiplicando-se, com efeito, os condicionamentos estruturais que delas decorrem, e de que são exemplo os

despedimentos, a destruição maciça de ofícios, a dissolução de estatutos profissionais, assim como a desregulação do modelo salarial (Queiroz, 2005).

**Quadro 4.1** – Sociografia Geral dos elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde) – (cont.)

<i>Condição perante o trabalho</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
Trabalha	29	37,7	15	39,5	14	39,5
Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)	4	5,2	0	0,0	4	10,3
Ocupa-se das tarefas do lar (nunca trabalhou fora)	3	3,9	0	0,0	3	7,7
Estuda	2	2,6	1	2,6	1	2,6
Estuda e trabalha	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Reformado/a Aposentado/a	25	32,5	13	34,2	11	28,2
Desempregado/a (primeiro emprego)	1	1,3	1	2,6	0	0,0
Desempregado/a (novo emprego)	9	11,7	7	18,4	2	5,1
Incapacitado/a permanente	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Frequenta formação profissional (já trabalhou)	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Frequenta formação profissional (nunca trabalhou)	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Inativo (outros casos)	1	1,3	0	0,0	1	2,6
Criança em idade não escolar	3	3,9	1	2,6	2	5,1
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>50,0</b>	<b>39</b>	<b>50,0</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77.

Por seu turno, e não obstante o seu cariz diferencialmente estruturado no tempo e no espaço de acordo com os moldes de participação e investimento, podemos avançar com a informação de que uma outra porção, não menos importante, da população inquirida (e exclusivamente feminina) se encontra altamente confinada ao desempenho das atividades domésticas, o que só vem demonstrar a relevância do trabalho doméstico enquanto elemento socialmente regulado por trocas e prestações (de bens, serviços e trabalhos), nem sempre redutíveis às relações de produção.

#### 4.2.2. Níveis de escolaridade

Olhando agora para os dados que dizem respeito às qualificações escolares, conseguimos asseverar que outras duas grandes mudanças se impuseram na relação das várias gerações dos grupos domésticos locais com a escola.

Num cenário de transformações marcantes ocorridas em matéria de escolarização no passado recente da sociedade portuguesa, e em que se assistiu, como se sabe, à generalização do acesso ao ensino primário e a algum do desenvolvimento do processo mais geral de alfabetização da população, tendo em conta a forte incidência do fenómeno do analfabetismo no nosso território (cf. Quadro 4.2), é importante atestar que o peso do efetivo de agentes (dos grupos domésticos) inquiridos que possui o primeiro ciclo do

ensino básico é muito significativo (23,4%) e que o ensino primário completo constitui o nível de escolaridade mais representado nos grupos etários mais envelhecidos (cf. Quadro 4.3), assumindo, junto com os índices de destituição escolar e cultural, especial significado no conjunto dos seus progenitores (Quadro 4.2).

**Quadro 4.2** – Níveis de escolaridade dos elementos dos grupos domésticos e dos respetivos pais (Lugar da Gandra - Ermesinde)

Escolaridade (Grupo Doméstico)	n	%	H	%	M	%	Escolaridade dos Pais	Escolaridade (Pai)		Escolaridade (Mãe)	
								n	%	n	%
Não sabe ler, nem escrever	1	1,3	0	0,0	1	2,6	Não sabe ler, nem escrever	5	6,5	7	9,1
SLE (s/freq.) <sup>a</sup>	0	0,0	0	0,0	0	0,0	SLE (s/freq.) 1)	0	0,0	3	3,9
NLNE (idade n escolar) <sup>b</sup>	3	3,9	1	2,6	2	5,1	1º CEB incompleto	7	9,1	17	22,1
1º CEB incompleto	2	2,6	0	0,0	2	5,1	1º CEB completo	29	37,7	20	26,0
1º CEB completo	18	23,4	6	15,8	12	30,8	2º CEB incompleto	0	0,0	0	0,0
2º CEB incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2º CEB completo	2	2,6	1	1,3
2º CEB completo	4	5,2	2	5,3	2	5,1	3º CEB incompleto	1	1,3	0	0,0
3º CEB incompleto	2	2,6	2	5,3	0	0,0	3º CEB completo	4	5,2	6	7,8
3º CEB Completo	11	14,3	5	13,2	6	15,4	Ensino Secundário incompleto	0	0,0	1	1,3
Ensino Secundário incompleto	2	2,6	2	5,3	0	0,0	Ensino Secundário completo	8	10,4	2	2,6
Ensino Secundário completo	16	20,8	12	31,6	4	10,3	Ensino Médio incompleto	0	0,0	0	0,0
Ensino Médio incompleto	1	1,3	1	2,6	0	0,0	Ensino Médio completo	3	3,9	3	3,9
Ensino Médio completo	3	3,9	1	2,6	2	5,1	Ensino Superior incompleto	1	1,3	0	0,0
Ensino Superior incompleto	1	1,3	1	2,6	0	0,0	Ensino Superior completo	1	1,3	3	3,9
Ensino Superior completo	11	14,3	4	10,5	7	17,9	Pós-graduação (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0
Pós-graduação (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	Mestrado (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0
Mestrado (inclui freq.)	2	2,6	1	2,6	1	2,6	Doutoramento (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0
Doutoramento (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	Sem informação	16	20,8	14	18,2
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0					
Total	77	100	38	100	39	100	Total	77	100	77	100

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; Nº de elementos do total de grupos domésticos: 77. Notas: a) Sabe ler e escrever (sem ter frequentado o sistema formal de ensino); b) Não sabe ler, nem escrever (criança em idade não escolar).

Deve-se, aliás, reforçar a ideia de que a figura paterna, ainda assim, apresenta uma maior vantagem (inclusive nos outros níveis de qualificação), algo que não é estranho uma vez conhecidas as dificuldades de escolarização a que as mulheres historicamente foram sujeitas no contexto nacional. Repare-se, por exemplo, como o acesso à instrução mínima era condicionado e o analfabetismo altamente penalizador.

Por sua vez, a partir da informação recolhida, importa reter o reforço da escolarização em níveis de instrução intermédia e superior junto das camadas menos

envelhecidas, facto facilmente deduzível perante a centralidade do papel que a instituição escolar vem atingindo na estruturação da nossa sociedade.

**Quadro 4.3** – Níveis de escolaridade dos elementos dos grupos domésticos segundo os grupos etários (Lugar da Gandra - Ermesinde)

Escolaridade (GD)	n	%	Grupos etários											
			<25 -39 anos			Dos 40 aos 54 anos			Dos 55 aos 69 anos			70 e mais anos		
			n	% <sup>(c)</sup>	% <sup>(d)</sup>	n	% <sup>(c)</sup>	% <sup>(d)</sup>	n	% <sup>(c)</sup>	% <sup>(d)</sup>	n	% <sup>(c)</sup>	% <sup>(d)</sup>
Não sabe ler, nem escrever	1	1,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	6,3	1,3
SLE (s/freq) <sup>a)</sup>	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
NLNE (idade n escolar) <sup>b)</sup>	3	3,9	3	16,7	3,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
1º CEB incompleto	2	2,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	2	12,5	2,6
1º CEB completo	18	22,4	0	0,0	0,0	1	10,0	1,3	9	27,3	11,7	8	50,0	10,5
2º CEB incompleto	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
2º CEB completo	4	5,3	0	0,0	0,0	1	10,0	1,3	2	6,1	2,6	1	6,3	1,3
3º CEB incompleto	2	2,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	3,0	1,3	1	6,3	1,3
3º CEB completo	11	14,5	2	11,1	2,6	1	10,0	1,3	8	24,2	10,4	0	0,0	0,0
Ens. Secund. incompleto	2	2,6	1	5,6	1,3	0	0,0	0,0	1	3,0	1,3	0	0,0	0,0
Ens. Secund. completo	16	21,1	6	33,3	7,8	3	30,0	3,9	4	12,1	5,2	3	18,8	3,9
Ensino Médio incompleto	1	1,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	3,0	1,3	0	0,0	0,0
Ensino Médio completo	3	3,9	0	0,0	0,0	1	10,0	1,3	2	6,1	2,6	0	0,0	0,0
Ens. Sup. incompleto	1	1,3	0	0,0	0,0	1	10,0	1,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Ens. Sup. completo	11	14,5	4	22,2	5,2	2	20,0	2,6	5	15,2	6,5	0	0,0	0,0
Pós-grad. (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Mestrado (inclui freq.)	2	2,6	2	11,1	2,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Doutoramento (inclui freq.)	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
S/informação	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>23,4</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>13,0</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>42,9</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>21,1</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77.

Notas: (c) Cálculo efetuado sobre o total do grupo etário; (d) Cálculo efetuado sobre o número total de elementos dos grupos domésticos. a) Sabe ler e escrever (sem ter frequentado o sistema formal de ensino); b) Não sabe ler, nem escrever (criança em idade não escolar).

Considerando-se que, nas últimas décadas, o alargamento da frequência escolar, para além de associar modalidades de socialização importantes, tem vindo a alimentar também, de forma genérica, um maior interesse e procura educativa por parte das famílias, não admira que, transversalmente, os grupos menos envelhecidos sejam aqueles que apresentam uma maior sensibilidade para o fortalecimento dos seus recursos escolares e aspirações culturais (Stoer, 1986; Almeida, 2006).

Vejamos que nos agentes até aos 39 anos de idade o peso dos doze anos de escolaridade e do ensino superior é relevante, enquanto nos agentes entre os 55 e os 69 anos os patamares de escolaridade inferiores atingem maior significado (cf. Quadro 4.3).

### 4.2.3. Lugares de classe e trajetória profissional

Tomando já em linha de consideração a estrutura das ocupações profissionais dos elementos dos grupos domésticos inquiridos, por referência à última situação profissional desempenhada, percebe-se que esta encontra alguma tradução com o que é conhecido sobre os processos de transformação socioeconómica da região registados ao longo do tempo.

**Quadro 4.4** – Informação da estrutura produtiva (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Setores de Atividade</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
Primário	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Secundário	12	17,6	7	20,0	5	15,2
Terciário	56	82,4	28	80,0	28	84,8
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>
<i>Sector Secundário</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
<i>Ramos de Atividade</i>	<i>12</i>	<i>17,6</i>	<i>7</i>	<i>20,0</i>	<i>5</i>	<i>15,6</i>
<i>Indústria Transformadora</i>	<i>8</i>	<i>11,8</i>	<i>4</i>	<i>11,4</i>	<i>4</i>	<i>12,5</i>
Ind. Têxtil	1	1,5	0	0,0	1	3,1
Ind. Pasta de papel, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1	1,5	0	0,0	1	3,1
Fab. De prod. Químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1	1,5	1	2,9	0	0,0
Fab. Artigos de borracha e de matérias plásticas	1	1,5	1	2,9	0	0,0
Fab. De máquinas e equipamentos, n.e.	1	1,5	1	2,9	0	0,0
Fab. De equipamento elétrico e de ótica	1	1,5	0	0,0	1	3,1
Ind. Transformadoras, n.e.	2	2,9	1	2,9	1	3,1
<i>Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água</i>	<i>1</i>	<i>1,5</i>	<i>1</i>	<i>2,9</i>	<i>0</i>	<i>0,0</i>
<i>Construção</i>	<i>3</i>	<i>4,4</i>	<i>2</i>	<i>5,7</i>	<i>1</i>	<i>3,1</i>
<i>Sector Terciário</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
<i>Ramos de Atividade</i>	<i>56</i>	<i>82,4</i>	<i>28</i>	<i>80,0</i>	<i>28</i>	<i>84,8</i>
Comércio p/grosso/retalho. rep.veic.auto.motoc.bens uso pess. e domést.	23	35,3	13	37,1	10	33,3
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	2	2,9	1	2,9	1	3,0
Transportes, Armazenagem e Comunicações	6	8,8	6	17,1	0	0,0
Atividades financeiras	2	3,0	1	2,9	1	3,0
Atividades imobiliárias, serviços de aluguer e serviços comerciais prestados às empresas	3	4,4	3	8,6	0	0,0
Administ. Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	3	4,4	1	2,9	2	6,1
Educação	7	10,3	2	5,7	5	15,2
Saúde e Ação Social	6	8,8	1	2,9	5	15,2
Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	3	4,4	0	0,0	3	9,1
Famílias com empregados domésticos	1	1,5	0	0,0	1	3,0
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77. N° de elementos segundo o grupo profissional (última situação profissional): 68.

Notas: Dados apurados com base na última situação profissional. Para efeitos de análise, excluíram-se os seguintes elementos: estudantes, desempregados à procura do primeiro emprego, crianças em idade não escolar e domésticas que nunca trabalharam (total de 9 elementos). Optou-se por incluir os desempregados à procura de novo emprego. Na definição dos ramos de atividade foi utilizada a Classificação de Atividades Económicas (CAE). Nota válida para os dois quadros seguintes.

A avaliar pelos dados recolhidos, podemos mesmo afirmar que uma parte significativa do perfil de inserção socioprofissional dos entrevistados foi sendo

marcadamente caracterizado pelo processo de terciarização da atividade económica regional, ainda que não seja de descurar a importância relativa do desempenho de alguns agentes em certas atividades do setor secundário, sobretudo as relacionadas com a “indústria transformadora” e com o ramo da “construção” (cf. ponto 2.3.1.4. do Capítulo II).

Tal como se pode verificar no Quadro 4.4, o setor terciário tem-se mantido como o principal destino da mão-de-obra da população em estudo, não obstante os registos demonstrarem uma certa variância nos ramos de atividade e na sua distribuição segundo o sexo. Além do mais, tratando-se de uma área que se caracteriza, na sua grande maioria, por níveis de qualificação reduzidos, o ramo do “comércio por grosso e a retalho e reparação veículos automóveis, motociclos e de bens uso pessoal e doméstico” é aquele que assume maior relevo. Por outro lado, o exercício da atividade económica nos serviços recolhe também alguma densidade em áreas como a “educação”, os “transportes, armazenagem e comunicações” e a “saúde e ação social”, no entanto, há que destacar a presença das diferenças de género – nas áreas da saúde, da ação social e da educação o predomínio é muito mais acentuado entre as mulheres; já no caso dos homens, o peso da área dos “transportes e das comunicações” é mais importante.

A verdade é que as importantes mudanças sucedidas no sistema económico e de emprego da região encontram também expressão no perfil dos grupos profissionais dos agentes.

Podemos, sem grande dificuldade, confirmar que, entre os grupos domésticos considerados, o segmento do “pessoal do comércio e dos serviços” conhece o registo de maior destaque (26,5%), seguindo-se o dos “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (16,2%) e do “pessoal administrativo” (14,7%), registos esses que apontam para o crescimento da importância relativa das atividades terciárias no produto e no emprego, muito por força da modernização do aparelho produtivo e da significativa expansão dos serviços públicos associados às funções sociais do estado (cf. Quadro 4.5). Mas, ainda assim, não deixa de ser evidente que, quando se considera conjuntamente os “operários, artífices e trabalhadores similares” e os “operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem” dos grupos domésticos, o seu significado seja apreciável (17,6%).

Por sua vez, na ausência de um mercado de trabalho local capaz de sustentar a maioria dos seus ativos, reconhece-se que o padrão de mobilidade geográfica da força de trabalho tem sido muito acentuado.



**Quadro 4.5** – Inserção profissional dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Grupos profissionais</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
Profissões das Forças Armadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Dirigentes, diretores (peq. e médias empresas) e gestores executivos	8	11,8	5	14,3	3	9,1
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	11	16,2	5	14,3	6	18,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	9	13,2	7	20,0	2	6,1
Pessoal Administrativo e Similares	10	14,7	5	14,3	5	15,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	18	26,5	6	17,1	12	36,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Operários, Artífices e trabalhadores similares	5	7,4	2	5,7	3	9,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	7	10,3	5	14,3	2	6,1
Trabalhadores não qualificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77. N° de elementos segundo o grupo profissional (última situação profissional): 68. Nota: Dados apurados com base na última situação profissional.

Tal como atesta o Quadro 4.5, a participação dos vários elementos dos grupos domésticos nos dois principais sectores de atividade económica tem estado muito associada à incidência de um modelo de migração pendular, sendo este grandemente circunscrito à área do Grande Porto.

**Quadro 4.5** – Inserção profissional dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo (Lugar da Gandra - Ermesinde) – (cont.)

<i>Local de Trabalho</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
<b>No concelho de Valongo</b>	<b>25</b>	<b>36,8</b>	<b>10</b>	<b>28,6</b>	<b>15</b>	<b>45,5</b>
Alfêna (VLG)	1	1,5	1	2,9	0	0,0
Ermesinde (VLG)	23	33,8	9	25,7	14	42,4
Valongo (VLG)	1	1,5	0	0,0	1	3,0
<b>Fora do concelho</b>	<b>38</b>	<b>55,9</b>	<b>23</b>	<b>65,7</b>	<b>15</b>	<b>45,5</b>
<b>Grande Porto</b>	<b>37</b>	<b>54,4</b>	<b>23</b>	<b>65,7</b>	<b>14</b>	<b>42,4</b>
Maia	7	10,3	2	5,7	5	15,2
Matosinhos	2	2,9	1	2,9	1	3,0
Porto	27	39,7	19	54,3	8	24,2
V. N. Gaia	1	1,5	1	2,9	0	0,0
<b>Tâmega</b>	<b>1</b>	<b>1,5</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>1</b>	<b>3,0</b>
Paredes	1	1,5	0	0,0	1	3,0
<b>Estrangeiro</b>	<b>3</b>	<b>4,4</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>3</b>	<b>9,1</b>
Sem informação	2	2,9	2	5,7	0	0,0
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77. N° de elementos segundo o grupo profissional (última situação profissional): 68.

Observa-se, portanto, que o grau de interdependência dos agentes (que exercem ou já exerceram uma profissão) com os concelhos da região é muito forte (55,9%), em especial com o concelho portuense, embora tal não retire a importância do movimento interno ao próprio município de residência, pois o grau de adesão à freguesia (e ao local)

ainda é expressivo (36,8%). No caso das mulheres, este parece até ser mais proeminente, já que uma fatia importante deste grupo foi encontrando na freguesia o seu principal local de trabalho, sendo o modelo de ajustamento entre o local de residência e o local de trabalho, igualmente, assinalado pela contiguidade espacial (com especial destaque da forte atração exercida pelo concelho da Maia).

Contudo, para se obter uma leitura mais completa do espaço social local, algumas breves notas devem, ainda, ser dadas acerca da situação na profissão e da estrutura de classes da população em análise.

**Quadro 4.6** – Informação sobre a situação na profissão – elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Situação na profissão</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
Patrão não agrícola (4 ou + assalar.)	1	1,5	0	0,0	1	3,0
Patrão não agrícola (- de 4 assalar.)	1	1,5	1	2,9	0	0,0
Patrão agrícola (+ de metade de TFNR)	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Patrão agrícola (- de metade de TFNR)	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Isolado/Trab. por conta própria	9	13,2	4	11,4	5	15,2
Trab. familiar não remunerado	2	2,9	0	0,0	2	6,1
Trab. familiar remunerado	4	5,9	3	8,6	1	3,0
Assalariado/ Trab. por conta de outrem	51	75,0	27	77,1	24	72,7
Outra situação	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; Nº de elementos do total de grupos domésticos: 77.  
Nº de elementos segundo o grupo profissional (última situação profissional): 68.

Num primeiro plano, não se pode negligenciar que o grosso dos agentes recenseados se tem visto envolvido no trabalho assalariado e familiar, assumindo, nestes casos, um papel de execução ou uma posição autónoma (ainda que subordinada).

Secundariamente, não será irrelevante observar que a segunda modalidade de inserção no trabalho se refere ao trabalho isolado, algo compatível com o que conhecemos acerca do peso local da pequena propriedade no comércio e nos serviços (cf. Quadro 4.6).

Do ponto de vista da composição classista dos grupos domésticos, os dados revelam que a *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio* é a fração de classe que assume o maior peso (25,8%). Agregando protagonismos diferenciados – na medida em que integra os quadros técnicos e administrativos do setor terciário (em clara maioria) e os encarregados com função de chefia quer no terciário, quer na indústria transformadora – este grupo é, na verdade, bastante diversificado na sua composição, o que nos permite, desde logo, deduzir algum dinamismo na leitura do percurso laboral dos agentes e na produção do seu posicionamento (cf. Quadro 4.7).

**Quadro 4.7** - Frações de classe dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo e Lugares de classe dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Frações de classe (elementos do GD)</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
P - Proprietários	1	1,3	1	2,6	0	0,0
D- Dirigentes (de pequenas empresas e organizações)	2	2,6	1	2,6	1	2,6
I – Intelectuais	10	13,0	4	10,5	6	15,4
TI - Técnicos intermédios	17	22,1	11	28,9	6	15,4
TIs – Trabalhadores isolados	2	2,6	0	0,0	2	5,1
PP - Pequenos proprietários	10	13,0	4	10,5	6	15,4
PPA - Pequenos Patrões	1	1,3	1	2,6	0	0,0
EE- Empregados de execução	22	28,6	9	23,7	13	33,3
OI - Operários industriais (e afins)	10	13,0	5	13,2	5	12,3
OP - Operários Pluriactivos	2	2,6	2	5,3	0	0,0
<b>Total</b>	77	100	38	100	39	100
<i>Lugares de classe GD</i>	<i>n</i>		<i>%</i>			
BP - Burguesia Proprietária	1		3,2			
BDP - Burguesia Dirigente e Profissional	1		3,2			
PIBC - Pequena Burguesia Intelectual e Científica	5		16,1			
PBTEI - Pequena Burguesia Técnica e de Enq. Intermédio	8		25,8			
PBIP - Pequena Burguesia Independente e Proprietária	5		16,1			
PBPA - Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada	2		6,5			
PBE - Pequena Burguesia de Execução	4		12,9			
PBEP - Pequena Burguesia de Execução Pluriactiva	1		3,2			
OI - Operariado Industrial	2		6,5			
OP - Operariado Pluriactivo	2		6,5			
<b>Total</b>	31		100			

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77.

Notas: Para efeitos de análise, incluíram-se os seguintes elementos: estudantes, desempregados à procura do primeiro emprego, crianças em idade não escolar e domésticas que nunca trabalharam (total de 9 elementos) tendo-se assumido, nestes casos, a fração de classe do cônjuge ou dos pais. Optou-se por excluir, na definição dos lugares de classe dos grupos domésticos, todos os casos de elementos do grupo doméstico economicamente ativos e com lugar de classe distinto dos pais (total de 6 casos). Tratamento acordo com as propostas de Almeida, Costa e Machado (1988; 1994) e Pereira, Pinto e Queirós (2010).

No entanto, deve assinalar-se que este efetivo é acompanhado também pelo registo mais ou menos denso e equilibrado (em termos distributivos) dos grupos domésticos constituídos pela *pequena burguesia intelectual e científica* e da *pequena burguesia independente e proprietária* (16,1%).

Em relação à primeira posição, destaca-se o maior protagonismo dos quadros intelectuais e científicos, em especial em segmentos públicos do terciário (apesar de se confirmar alguma participação de agentes no setor privado, mais ligada às atividades de produção e distribuição de bens). No que toca à segunda posição, assiste-se à importância do trabalho autónomo, mais sensível, por isso, à inclusão de trabalhadores independentes dos serviços e do comércio ou da pequena indústria e manufatura, tal como os trabalhadores isolados.

Embora sem querer menosprezar a relevância que estas três posições atingem no espaço social, parece-nos que, apesar disso, o registo próximo e, igualmente, significativo

da *pequena burguesia de execução* (16,1%) e do *operariado* (12,9%) deve ser lido com uma atenção suplementar, pois, tanto um como outro são marcados pela heterogeneidade em termos profissionais (congregando graus de qualificação distintos no exercício laboral), mostrando-se, em paralelo, mais sensíveis às modalidades pluriactivas.

A pequena burguesia de execução concentra, maioritariamente, empregados administrativos do comércio e dos serviços e vendedores, mas também alguns empregados menos qualificados nestas áreas; já no caso do operariado, existe um equilíbrio relativo no registo de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem pelos vários setores de atividade.

Ora, atendendo ao conteúdo da informação antecedente, não é particularmente surpreendente que a população em estudo seja definida, em termos de estrutura de frações de classe, por um posicionamento muito denso dos *empregados de execução* (28,6%), assim como pelos *técnicos intermédios* (22,1%) (cf. Quadro 4.7). Verifica-se, portanto, que estes dois grupos representam quase metade do espaço social em análise, apesar de frações como os *intelectuais*, os *operários industriais* e *pluriactivos* e os *pequenos proprietários* apresentarem (em menor escala) densidades próximas, indiciando a importância da heterogeneidade no estudo da recomposição geral económica local.

Ainda que na relação com o trabalho seja possível distinguir, como vimos, diferenças óbvias em termos de qualificação, de desempenho de tarefas e/ou posicionamento das funções, bem como variações importantes de capital cultural e de aprendizagem em contexto laboral, deixando traduzir claras distinções de inserção no campo económico, interessa uma vez mais destacar o grau afinado de articulação destes posicionamentos sociais com um quadro social localmente caracterizado por relevantes transformações na região.

Até porque o que sabemos sobre o seu recente perfil económico e as mudanças sentidas em setores como a atividade industrial (em declínio), o comércio (sendo o tradicional aquele que revela maiores fragilidades) e os serviços (com clara intervenção do setor público e alguma do privado) permanece compatível com a ideia de que as orientações de cada um destes grupos sociais são mais ou menos dirigidas de acordo com a sua posição no ciclo de vida, na trajetória socioprofissional e inserção territorial (Pereira, 2005; Authier *et al*, 2010, Cartier *et al*, 2008).

#### 4.2.4 Origem de classe

Relativamente às origens sociais dos elementos dos grupos domésticos inquiridos, uma visão global da sua configuração leva-nos identificar, à partida, uma presença relativamente considerável de patamares de qualificação económica e cultural mais enfraquecidos.<sup>168</sup>

**Quadro 4.8** - Origem de classe dos elementos dos grupos domésticos segundo o sexo (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Origem de classe</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>H</i>	<i>%</i>	<i>M</i>	<i>%</i>
BEP - Burguesia Empresarial e Proprietária	3	3,9	2	5,3	1	2,6
BA - Burguesia Agrária	1	1,3	0	0,0	1	2,6
BD - Burguesia Dirigente	1	1,3	0	0,0	1	2,6
BDP - Burguesia Dirigente e Profissional	1	1,3	1	2,6	0	0,0
PIBC - Pequena Burguesia Intelectual e Científica	4	5,2	3	7,9	1	2,6
PBTEI - Pequena Burguesia Técnica e de Enq. Intermédio	9	11,7	5	13,2	4	10,3
C – Campesinato	3	3,9	1	2,6	2	5,1
CP - Campesinato Parcial	1	1,3	0	0,0	1	2,6
PBIP - Pequena Burguesia Independente e Proprietária	11	14,3	7	18,4	4	10,3
PBPA - Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada	4	5,2	3	7,9	1	2,6
PBE - Pequena Burguesia de Execução	10	13,0	4	10,5	6	15,4
OI - Operariado Industrial	6	7,8	1	2,6	5	12,8
OA - Operariado Agrícola	1	1,3	0	0,0	1	2,6
OP - Operariado Pluriactivo	5	6,6	3	7,9	2	5,1
Sem informação	17	22,4	8	21,1	9	23,1
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77. Tratamento acordo com as propostas de Almeida, Costa e Machado (1988; 1994) e Pereira, Pinto e Queirós (2010).

Nota-se que no conjunto de agentes dos grupos domésticos (sobretudo os do universo masculino) a origem situada na *pequena burguesia independente e proprietária* é importante, (18,4%), continuando a ser também particularmente denso o grupo de agentes (em especial as mulheres) com origem na *pequena burguesia de execução* (15,4%) e no *operariado* (no seu conjunto) (20,5%).

Por seu turno, mesmo sendo reduzidos na avaliação geral, há que ver que os agentes com origens na *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio* e na *pequena burguesia intelectual e científica* conhecem, ainda, alguma expressão (cf. Quadro 4.8).

Mas, quando se pretende obter um retrato mais detalhado sobre a mobilidade social intergeracional da população em estudo, chegamos à conclusão de que existe uma certa amplitude nos movimentos (cf. Quadro 4.9).

<sup>168</sup> Ainda que mais de metade dos elementos considerados estejam, sob o ponto de vista de recrutamento, envolvidos nestes posicionamentos sociais, os dados devem ser lidos com cautela face à importância do número de casos sem informação.

**Quadro 4.9** - Mobilidade social intergeracional dos elementos dos grupos domésticos (Lugar da Gandra - Ermesinde)

Origem de classe	Lugares de classe dos elementos dos grupos domésticos																					
	P		D		I		TI		TIs		PP		PPA		EE		OI		OP		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
BEP	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	3	3,9
BA	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3
BD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	1	1,3
BDP	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3
PIBC	0	0,0	0	0,0	2	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	1	1,3	0	0,0	4	5,2
PBTEI	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	3,9	1	1,3	1	1,3	0	0,0	4	5,2	0	0,0	0	0,0	9	11,7
C	0	0,0	0	0,0	1	1,3	1	1,3	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	3,9
CP	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3
PBIP	0	0,0	0	0,0	3	3,9	3	3,9	1	1,3	2	2,6	0	0,0	0	0,0	2	2,6	0	0,0	11	14,3
PBPA	0	0,0	0	0,0	1	1,3	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	1	1,3	0	0,0	4	5,2
PBE	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	11,7	0	0,0	0	0,0	10	13,0
OI	0	0,0	0	0,0	1	1,3	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	3	3,9	0	0,0	5	6,5
OA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3
OP	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	2,6	0	0,0	2	2,6	5	6,5
Sem inf.	0	0,0	0	0,0	1	1,3	6	7,8	0	0,0	4	5,2	1	1,3	2	2,6	3	3,9	0	0,0	17	22,1
Total	1	1,3	2	2,6	11	14,3	16	20,8	2	2,6	10	13,0	1	1,3	22	28,6	10	13,0	2	2,6	77	100

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77.

Notas: Cálculo efetuado sobre o número total de elementos dos grupos domésticos. Tratamento acordo com as propostas de Almeida, Costa e Machado (1988;1994) e Pereira, Pinto e Queirós (2010).

Origem de classe: BEP -Burguesia Empresarial e Proprietária; BA - Burguesia Agrária; BD - Burguesia Dirigente; BDP - Burguesia Dirigente e Profissional; PIBC - Pequena Burguesia Intelectual e Científica; PBTEI - Pequena Burguesia Técnica e de Enq. Intermédio; C – Camponato; CP - Camponato Parcial; PBIP - Pequena Burguesia Independente e Proprietária; PBPA - Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada; PBE - Pequena Burguesia de Execução; OI - Operariado Industrial; OA - Operariado Agrícola; OP - Operariado Pluriactivo.

Lugares de classe: P – Proprietários; D- Dirigentes (de pequenas empresas e organizações); I – Intelectuais; TI - Técnicos intermédios; TIs – Trabalhadores isolados; PP - Pequenos proprietários; PPA - Pequenos Patrões; EE- Empregados de execução; OI - Operários industriais (e afins); OP - Operários Pluriactivos.

Ainda que o exercício agora proposto seja meramente exploratório, constata-se, a este propósito, que, nos grupos domésticos inquiridos, são os agentes “intelectuais” e “técnicos intermédios” aqueles que encontram, na sua origem, um leque mais alargado de posicionamentos sociais pois, apesar da origem social na “pequena-burguesia independente e proprietária” ser expressiva, também demonstram ser sensíveis ao “camponato” ou ao “operariado”, quer a outras frações da pequena-burguesia (como a “proprietária e assalariada” e a de “execução”). E, no mesmo sentido, também os “pequenos proprietários” concentram alguma heterogeneidade na sua origem social.

Porém, mesmo registando-se uma certa permeabilidade na passagem entre determinados lugares de classe, os dados existentes permitem atestar que esta diversidade de origens sociais é, noutro conjunto de agentes, bem menos notória. Se no caso dos “proprietários/dirigentes”, o significado da origem social nas várias frações da burguesia (“empresarial e proprietária”, “agrária” e “dirigente e profissional”) é mais visível, em relação aos “empregados de execução” e aos “operários industriais” verifica-se uma maior preponderância da reprodução do respetivo lugar de classe de origem. Ainda assim, convém sublinhar que um segmento das origens sociais dos “empregados de execução”

se situa na “pequena burguesia técnica e de enquadramento” e no “operariado” e, em simultâneo, os “operários” conseguem angariar, ainda que muito debilmente, algum registo na “pequena burguesia independente e proprietária”.

#### **4.3. Situação habitacional atual e trajetória da inserção residencial dos grupos domésticos inquiridos**

Conhecidas as principais propriedades sociais dos grupos domésticos em análise, e partindo do princípio que, enquanto reflexo de estratégias de reprodução social (material e simbólica), a habitação é indissociável da sua trajetória e do seu projeto coletivo (Bourdieu, 2001a: pp.36-37), impõe-se, imediatamente, a necessidade de olharmos com mais pormenor para a sua posição residencial no momento de inquirição e para o seu trajeto de inserção no lugar. Estando, aliás, muito focados no exame das escolhas que levaram os residentes deste lugar a adotar um dado perfil e regime de propriedade do alojamento, e a selecionar esta envolvente territorial em particular como espaço de residência, o nosso plano de interrogação terá que, forçosamente, ter em atenção duas grandes questões. Primeiro, deverá tomar em linha de conta que a escolha residencial está diretamente relacionada com as diferenças das características do bem imobiliário em si (e os atributos do cenário habitacional local). Em segundo, terá que considerar que, no decurso do tempo, as várias opções tomadas pelos agentes sociais se encontram, identicamente, arroladas aos constrangimentos ou ao universo dos possíveis em termos de ação e de decisão (Authier *et al*, 2010: pp.8-9).

##### **4.3.1. Um panorama geral sobre a atual situação habitacional local e as características das habitações**

A verdade é que, mesmo considerando o volume e a estrutura de capitais (económico, cultural e social) possuído pelos agentes sociais, cuja combinação, no leque de oportunidades de acesso, serve, como sabemos, de base para a constituição dos seus sistemas de preferências, de princípios e de aspirações em matéria habitacional (Bourdieu e Saint-Martin, 1990: pp.55-57), será de ponderar, analogamente, a influência de outros aspetos-chave, que se justapõem às variáveis de carácter relacional, pragmático ou de ordem emocional e cultural (Pereira, 2016: pp.160-161). Referimo-nos, pois, aos valores e formas de apropriação do alojamento e a sua relação com os *efeitos do lugar* ou, se quisermos, ao peso que este coloca (ou não) nas modalidades de integração de matriz local e nas funções mais básicas de produção, consumo e habitação (Juan *et al*, 1997).

#### 4.3.1.1. Tempo de residência na atual habitação

Ainda assim, e sem perder de vista o cenário de oferta de alojamentos no mercado habitacional local disponível, bem como os constrangimentos orçamentais detidos por cada grupo e as suas oportunidades de acesso e de financiamento à habitação (Idem: p.100), um dos primeiros aspetos a levar em linha de conta, para o que agora nos importa, diz respeito, precisamente, ao tempo de ocupação no contexto habitacional.

Pelo que pudemos apurar, mesmo com variações em função do tempo de residência e da diversidade de percursos, em termos de localização geográfica, a inserção residencial local do conjunto de grupos domésticos inquiridos tem sido, de uma forma genérica, temporalmente ampla.<sup>169</sup> Mais de metade dos grupos reside na atual habitação há 24 ou mais anos e não há registo de um tempo de residência inferior a um ano (cf. Quadro 4.10).

Porém, a acompanhar as transformações urbanas da área em estudo (e até a de uma fase preliminar caracterizada por níveis de mobilidade mais intensos), é preciso salientar também que houve, praticamente, uma certa continuidade espacial no decurso das deslocações destas famílias.

Por um lado, antes de morar na atual habitação, verificou-se que um segmento importante dos grupos domésticos (18 num total de 31) residiu durante algum tempo neste lugar da freguesia (ou em lugares contíguos), bem como na sua envolvente mais próxima - nestes casos em concreto, confirmou-se que os períodos antecedentes de alguma mobilidade residencial circunscreveram-se, fundamentalmente, à região Norte (e ao Grande Porto), evidenciando, assim, o sentido cultural e regional da localização (Pereira, 2016: p.159).

---

<sup>169</sup> Recorde-se que, para além do forte peso da origem local e dos concelhos do Grande Porto, em muitos dos casos observados, a inscrição espacial inicial resultou de percursos anteriores de mobilidade espacial dilatada e de trajetos diversos iniciados pelas gerações familiares precedentes (rever ponto 4.2.1. do presente capítulo). Várias famílias de origem destes grupos partiram, portanto, de regiões da envolvente territorial próxima do Grande Porto, em especial do Tâmega e do Entre Douro e Vouga, onde o processo (densificado) de industrialização rural difusa, como é sabido, foi sendo territorialmente organizado à custa do desempenho da atividade agrícola regular em pequenas explorações e da especialização em certas fileiras da indústria transformadora. No entanto, se olharmos para a informação disponível, verificamos também que as áreas (ruralizadas) do Interior Norte do país serviram de fonte de transferência populacional, confirmando a tendência de litoralização a que o território nacional foi dominado nos últimos quarenta anos. Por outro lado, observando algumas das trajetórias destes grupos, e mesmo se sabendo que os primeiros anos da década de 70 foram ainda marcados pela saída de fluxos consideráveis de população, será de equacionar igualmente a importância que os movimentos de redistribuição geográfica ocorridos no nosso país tiveram no local em estudo, com entrada significativa de efetivos oriundos das ex-colónias. Refira-se que, por essa altura, esses efetivos tenderão a se fixar nas duas áreas metropolitanas – Lisboa e Porto – ajudando a densificar ainda mais o processo de (sub)urbanização em curso (Pinto, 2008; Pereira, 2012) (cf., em anexo, Quadro A-4.2.).



**Quadro 4.10** – Situação residencial atual dos grupos domésticos (tempo de residência e regime de propriedade das habitações - (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Situação residencial</i>					
Tempo de residência <sup>(a)</sup>	nº	%	Regime de propriedade	nº	%
Menos de 1 ano	0	0,0	Propriedade c/encargos	5	16,1
1 a 5 anos	5	16,1	Propriedade (ascendentes) c/encargos	1	3,2
6 a 11 anos	2	6,5	Propriedade s/ encargos	18	58,1
12 a 17 anos	4	12,9			
18 a 23 anos	3	9,7	Arrendada	6	19,4
24 a 29 anos	7	22,6	Arrendada pelos ascendentes	1	3,2
30 e mais anos	10	32,3			
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; N° de elementos do total de grupos domésticos: 77. Notas: (a) Estes dados têm por base o ano de inquirição (2014);

Por outro lado, por força das raízes locais com a freguesia e do peso da biografia familiar, alguns destes grupos foram desenvolvendo identicamente uma relação de proximidade mais consistente com este território, intensificando a sua concentração socio-espacial e um sentido mais amplo de ancoragem social. Convém, todavia, ter presente que, constituindo, frequentemente, o tempo de residência um poderoso fator de estratificação e de divisão social entre os moradores de um dado contexto (Elias, 2000: p.167), na análise da oferta local dos alojamentos e da evolução do povoamento do território, o perfil da habitação – e o seu significado enquanto lugar de fixação e de uma série de investimentos – não deve esquecer, pois, que a sua averiguação pode ajudar-nos a localizar margens de variação na posição social e alterações no estatuto residencial dos moradores.<sup>170</sup>

Daí ser importante ver com algum pormenor, e em paralelo, a informação relativa à situação residencial atual por grupo doméstico inquirido (e o seu perfil) (cf. Quadro 4.11.).

<sup>170</sup> Determinante na formação da “experiência residencial”, este indicador parece-nos deveras pertinente, tal como o já pudemos confirmar no capítulo anterior, para avaliarmos como as diferenças nas posições residenciais e nas modalidades de integração podem gerar, no plano (simbólico), distinções nas relações com o território, na rede de relacionamentos sociais e na definição do lugar de cada um em situação de coabitação (Pinçon, 1981).

Quadro 4.11 – Situação residencial (atual) por grupo doméstico – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014

<i>GD</i>	<i>Nº elem.</i>	<i>ID</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado civil</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Condição perante o trabalho</i>	<i>Fontes de rendimento</i>	<i>Nível de escolaridade</i>	<i>Grupo Profissional (última situação)</i>	<i>Tempo de residência <sup>a)</sup></i>	<i>Regime de propriedade</i>	<i>Ano de conclusão do edif. e Tipologia</i>	<i>Nº de divisões fogo/hab. <sup>b)</sup> e Área total (fogo)</i>
1	3	H (RF)	47	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Alfena (VLG)	Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 1 ano]	Trabalho	2º CEB completo	Operadores de instal. e máq. e trabalhadores de montagem	15 anos	Propriedade com encargos	1983; Edifício multifamiliar	3 divisões; 56m²
		M	45		Porto	Trabalha	Pensão de invalidez; Trabalho	1º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
		Filho	21	Solteiro/a	Ermesinde (VLG)	Desempregado/a (primeiro emprego) – [entre os 6 e os 12 meses]	Rendimento global do GD	Ensino Secundário completo	-				
2	2	H (RF)	65	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Lamego	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares	17 anos	Propriedade sem encargos	1995; Edifício multifamiliar	4 divisões; 70,60m²
		M	69			Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
3	3	M (RF)	64	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Porto	Trabalha	Trabalho	3º CEB completo	Pessoal Administrativo e Similares	28 anos	Propriedade sem encargos	1981; Edifício multifamiliar	4 divisões; 94,60 m²
		H	60		Moçambique	Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 2 anos]	Rendimento global do GD	3º CEB completo	Pessoal Administrativo e Similares				
		Filho	38	Solteiro/a	Angola	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
4	2	H (RF)	57	Divorciado/a	Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Operadores de instal. e máq. e trabalhadores de montagem	30 anos	Propriedade sem encargos	Anterior a Agosto de 1951; Edifício unifamiliar	4 divisões; sem inf.
		Mãe	80	Viúvo/a	Maia	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	1º CEB completo	Operadores de instal. e máq. e trabalhadores de montagem				
5	3	M (RF)	65	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Celorico de Basto	Reformado/a Aposentado/a	Reforma; Trabalho	1º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	26 anos	Propriedade sem encargos	1992; Edifício unifamiliar	5 divisões; 122m²
		H	63				Reforma		Dirigentes de peq. empresas				
		Filha	41	Solteiro/a	Angola	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
6	1	M	73	Viúvo/a	Campo (VLG)	Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)	Reforma	1º CEB completo	Operários, Artífices e trabalhadores similares	45 anos	Arrendamento	Anterior a Agosto de 1951; Edifício unifamiliar	3 divisões; sem inf.
7	1	M	76	Viúvo/a	Sabrosa	Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)	Reforma	1º CEB incompleto	Operários, Artífices e trabalhadores similares	2 anos	Propriedade com encargos	1979; Edifício multifamiliar	3 divisões; 70m²
8	2	M (RF)	74	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Santa Marta de Penaguião	Reformado/a Aposentado/a	Trabalho; Reforma	1º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	7 anos	Propriedade sem encargos	1990; Edifício multifamiliar	4 divisões; 97m²
		H	79				Reforma	1º CEB completo	Operadores de instal. e máq. e trabalhadores de montagem				
9	2	M (RF)	71	Viúvo/a	Resende	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Secundário completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	35 anos	Propriedade sem encargos	1979; Edifício unifamiliar	6 divisões; 85m²
		Mãe	88	Viúvo/a	Cinfães	Inativo/a (outros casos)	Outros subsídios/apoios estatais; Rendimento global GD	Não sabe ler, nem escrever	Pessoal dos Serviços e Vendedores	[13 anos]			
10	2	H (RF)	73	Viúvo/a	Ermesinde (VLG)	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	3º CEB incompleto	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	37 anos	Arrendamento	1975; Edifício multifamiliar	3 divisões; 66,25m²
		M	64	Solteiro/a	Sem inf.	Ocupa-se das tarefas do lar (nunca trabalhou fora)	Rendimento global do GD	1º CEB completo	-				
11	2	H (RF)	70	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Ermesinde (VLG)	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	2º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	25 anos	Propriedade sem encargos	1989; Edifício unifamiliar	4 divisões; 140m²
		M	70		Ermesinde (VLG)	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	1º CEB completo	Operadores de instal. e máq. e trabalhadores de montagem				
12	2	H	67	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Maia	Trabalha	Trabalho	1º CEB completo	Gerentes de pequenas empresas	35 anos	Propriedade sem encargos	1977; Edifício multifamiliar	3 divisões; 75,60m²
		M	65		Porto	Trabalha	Trabalho	1º CEB completo	Gerentes de pequenas empresas				
13	1	M	88	Viúvo/a	Viana do Castelo	Ocupa-se das tarefas do lar (nunca trabalhou fora)	Outros subsídios/ apoios estatais	1º CEB incompleto	-	20 anos	Propriedade sem encargos	1983; Edifício multifamiliar	3 divisões; 66m²
14	3	M (RF)	70	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Peso da Régua	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Médio completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas	40 anos	Arrendamento	1974; Edifício multifamiliar	4 divisões; 240m²
		H	73		Ribeira de Pena	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Secundário completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio				
		Filho	35	Solteiro/a	Peso da Régua	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
15	3	M (RF)	64	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho; Rendas (bens e imóveis)	Ensino Superior completo	Diretores e gerentes de pequenas empresas	6 anos	Propriedade sem encargos	2006; Edifício unifamiliar	8 divisões; 499m²
		H	63		Gondomar	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
		Filho	21	Solteiro/a	Sem inf.	Estuda	Rendimento global do GD	Ensino Secundário completo	-				
16	3	H (RF)	87	Viúvo/a	Ermesinde (VLG)	Reformado/a Aposentado/a	Reforma; Rendas (bens e imóveis)	3º CEB incompleto	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	39 anos	Propriedade sem encargos	1975; Edifício unifamiliar	7 divisões; 386m²
		Filho	52	Divorciado/a	Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares	[8]			
		Neta	16	Solteiro/a	Ermesinde (VLG)	Estuda	Rendimento global do GD	3º CEB completo	-	[8]			
17	3	Mãe (RF)	59	Separado/a	Maia	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Médio completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas	2 anos	Propriedade sem encargos	Anterior a Agosto de 1951; Edifício unifamiliar	3 divisões; sem inf.
		Filha	32	Divorciado/a	Porto	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
		Neta	5	Solteiro/a	Ermesinde (VLG)	Criança em idade não escolar	Rendimento global do GD	-	-				
18	3	M (RF)	62	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Maia	Trabalha	Trabalho	1º CEB completo	Gerentes de pequenas empresas	16 anos	Propriedade com encargos	1998; Edifício unifamiliar	4 divisões; 145,1m²
		H	63		Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	1º CEB completo	Gerentes de pequenas empresas				
		Pai	91	Viúvo/a	Maia	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	1º CEB completo	Operadores de instal. e máq. e trabab. de montagem	[Menos de 1 ano]			

**Quadro 4.11** – Situação residencial (atual) por grupo doméstico – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 – (cont.)

GD	Nº elem.	ID	Idade	Estado civil	Naturalidade	Condição perante o trabalho	Fontes de rendimento	Nível de escolaridade	Grupo Profissional (última situação)	Tempo de residência <sup>a)</sup>	Regime de propriedade	Ano de conclusão do edif. e Tipologia	Nº de divisões fogo/hab. <sup>b)</sup> e Área total (fogo)
19	2	M	60	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Mirandela	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas	20 anos	Propriedade com encargos	1996; Edifício multifamiliar	4 divisões; 77,7 m²
		H	62		Marco de Canaveses	Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 1 ano]	Subsídio de desemprego	3º CEB completo	Operários, Artífices e trabalhadores similares				
20	2	H (RF)	70	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	V. N. Famalicão	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Médio incompleto	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	1 ano e 4 meses	Arrendamento	1986; Edifício multifamiliar	3divisões; 97,80 m²
		M	67		Porto	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	2º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
21	3	H	31	União de facto	Porto	Desempregado/a (novo emprego) – [menos de 1 mês]	Subsídio de desemprego	3º CEB completo	Operadores de instal. e máq. e trabalhadores de montagem	2 anos	Propriedade (ascendentes) com encargos	1977; Edifício multifamiliar	3 divisões; 75,50 m²
		M	28			Desempregado/a (novo emprego) – [entre os 6 e os 12 meses]	Subsídio de desemprego e de maternidade	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares				
		Filho	< 1 ano	Solteiro/a	Ermesinde (VLG)	Criança em idade não escolar	Rendimento global do GD	-	-				
22	2	H (RF)	59	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Gondomar	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	3º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	35 anos	Arrendamento	Anterior a Agosto de 1951; Edifício unifamiliar	3 divisões; Sem inf.
		M	57		Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	2º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
23	4	H (RF)	59	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	28 anos	Propriedade sem encargos	1983; Edifício multifamiliar	4 divisões; 116 m²
		M	60		V. N. Gaia	Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)	Rendimento global do GD	1º CEB completo	Operários, Artífices e trabalhadores similares				
		Filha (RF)	30	Solteiro/a	Venezuela	Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 1 ano]	Rendimento global do GD	Mestrado (inclui freq.)	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
		Filho	26	Solteiro/a	Venezuela	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
24	4	H (RF)	58	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Ermesinde (VLG)	Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 1 ano]	Rendimento global do GD; Trabalho	3º CEB completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	16 anos	Propriedade sem encargos	1993; Edifício multifamiliar	4 divisões; 136,50 m²
		M	56			Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
		Filho	30	Solteiro/a		Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 1 ano]	Rendimento global do GD	Mestrado (inclui freq.)	Especialistas das Prof. Intelectuais e Científicas				
		Sogro	87	Viúvo/a	Alfêna (VLG)	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	1º CEB completo	Operários, Artífices e trabalhadores similares	[6 anos]			
25	3	H (RF)	45	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Porto	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares	24 anos	Arrendamento	1985; Edifício multifamiliar	4 divisões; 87 m²
		M	42			Trabalha	Trabalho	3º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
		Filho	21	Solteiro/a	Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
26	3	H (RF)	67	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Figueira da Foz	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares	38 anos	Propriedade sem encargos	1976; Edifício multifamiliar	3 divisões; 70m²
		M	62		Paredes	Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)	Rendimento global do GD	3º CEB completo					
		Filha	31	Solteiro/a	Porto	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	[31 anos]			
27	4	H (RF)	39	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Ermesinde (VLG)	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário incompleto	Pessoal dos Serviços e Vendedores	36 anos	Propriedade com encargos	1983; Edifício multifamiliar	4 divisões; 123m²
		M	40		Braga	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares	[5 anos]			
		Filha	5	Solteiro/a	Ermesinde (VLG)	Criança em idade não escolar	-	-	-				
		Mãe	63	Viúvo/a	Porto	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	1º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	36 anos			
28	1	M	61	Solteiro/a	Marco de Canaveses	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	3º CEB completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	27 anos	Propriedade sem encargos	1986; Edifício multifamiliar	3 divisões; 85,3m²
29	2	M (RF)	51	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Angola	Trabalha	Trabalho	3º CEB completo	Pessoal dos Serviços e Vendedores	26 anos	Propriedade sem encargos	1986; Edifício multifamiliar	2 divisões; 71,80m²
		H	52		Porto	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário incompleto	Pessoal dos Serviços e Vendedores				
30	4	Filho (RF)	49	Divorciado/a	Viana do Castelo	Trabalha	Trabalho	Ensino Superior incompleto	Gerentes de pequenas empresas	3 anos	Arrendamento (ascendentes)	1974; Edifício multifamiliar	4 divisões; 130m²
		Pai	76	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Viana do Castelo	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Médio completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	[38 anos]			
		Mãe	74			Ocupa-se das tarefas do lar (nunca trabalhou fora)	Rendimento global do GD	1º CEB completo	-				
		Neto	26	Solteiro/a	Porto	Trabalha	Trabalho	Ensino Secundário completo	Gerentes de pequenas empresas	3 anos			
31	2	H (RF)	59	Casado/a pelo Civil e pela Igreja	Felgueiras	Desempregado/a (novo emprego) – [mais de 1 ano]	Rendimento global do GD	3º CEB completo	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	27 anos	Propriedade sem encargos	1986; Edifício multifamiliar	3 divisões; 96 m²
		M	60		Porto	Reformado/a Aposentado/a	Reforma	Ensino Secundário completo	Pessoal Administrativo e Similares				

Fontes: Entrevistas de Terreno (2014); Processos de Obras de Particulares (1951-2011), Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo - Secção de Ermesinde (2013). Legenda: <sup>a)</sup> O tempo de residência tem por base o ano de inquirição (2014); <sup>b)</sup> Foram contabilizadas todas as divisões existentes à exceção das seguintes: cozinha, quarto de banho, arrumos, dispensa e garagem. (RF) - Na análise da atual situação residencial das famílias, teve-se apenas em linha de conta os dados disponibilizados pelos representantes do grupo doméstico (i.e., os elementos que se disponibilizaram para a entrevista). Notas: Tratamento da informação baseado nas propostas de análise e caracterização da situação/experiência residencial de Pereira (2012), Cartier *et al* (2008), Lambert (2012) e Authier *et al* (2010).

#### 4.3.1.2. Características predominantes do edificado

No entanto, no nosso entender, quando consideramos o alojamento em si, devemos também atender diretamente à relação estreita que existe entre a área de construção e o espaço territorial, bem como às características gerais e predominantes do seu edificado.

Observando o Quadro 4.12, que nos dá conta da situação residencial dos grupos domésticos e dos traços gerais dos imóveis onde estes atualmente residem, vale a pena começar por dar atenção a duas grandes regularidades, e que, de resto, são compatíveis com o que conhecemos acerca do tipo de expansão e das alterações verificadas nas modalidades de estruturação de povoamento do lugar (cf. ponto 3.4.2 do Capítulo III).

**Quadro 4.12** – Situação residencial atual dos grupos domésticos, características do edificado e elementos sobre as habitações - (Lugar da Gandra - Ermesinde)

<i>Características do edificado</i>						<i>Elementos sobre a habitação</i>					
Época de conclusão do edifício <sup>(b)</sup>	nº	%	Tipologia	nº	%	Área <sup>(c)</sup>	nº	%	Nº de divisões fogo/hab <sup>(d)</sup>	nº	%
Anterior a Agosto 1951	4	12,9	Unifamiliar	10	32,3	<50m <sup>2</sup>	0	0,0	1 div.	0	0,0
1951-1959	0	0,0				50m <sup>2</sup> a 75,99m <sup>2</sup>	8	25,8	2 div.	1	3,2
1960-1969	0	0,0				76m <sup>2</sup> a 95,99m <sup>2</sup>	6	19,4	3 div.	10	32,3
1970-1979	9	29,0	Bifamiliar	0	0,0	96m <sup>2</sup> a 115,99 m <sup>2</sup>	3	9,7	4 div.	12	38,7
1980-1989	11	35,5				116m <sup>2</sup> a 125m <sup>2</sup>	3	9,7	5 div.	1	3,2
1990-1999	6	19,4	Multifamiliar	21	67,7	126m <sup>2</sup> a 145m <sup>2</sup>	3	9,7	6 e + div.	3	9,7
2000-2011	1	3,2				>146m <sup>2</sup>	3	9,7			
						Sem inf.	5	16,1	Sem inf.	4	12,9
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

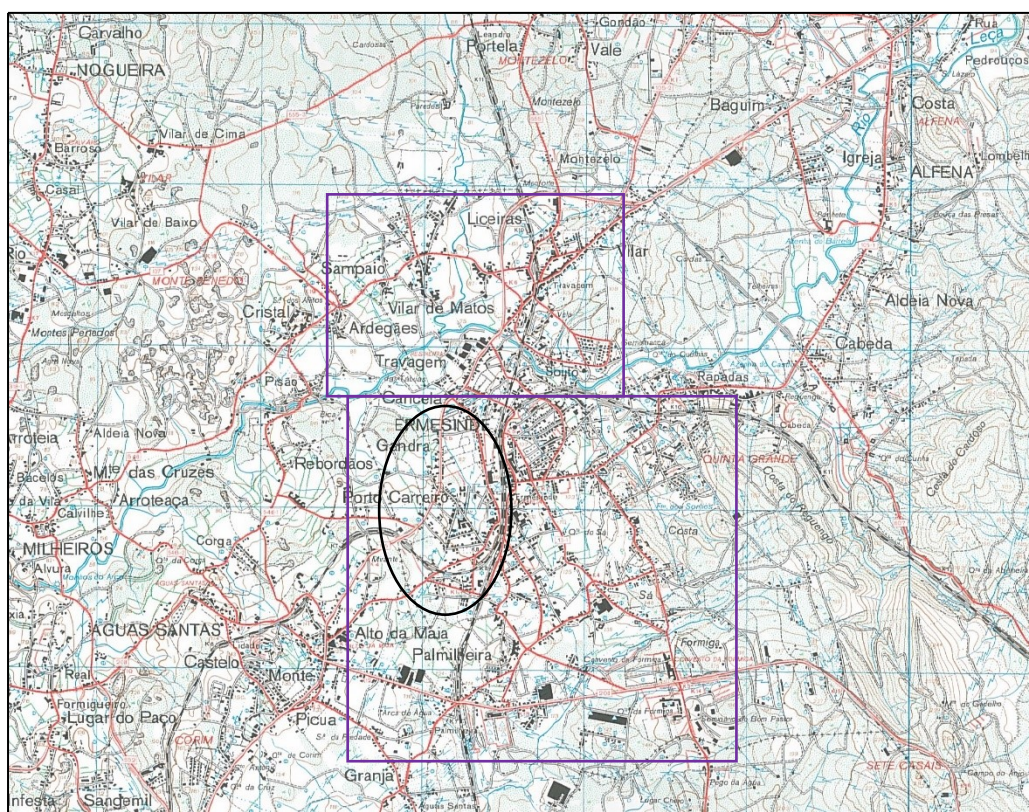
Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31; Nº de elementos do total de grupos domésticos: 77. Notas: Estes dados têm por base o ano de inquirição (2014); (b) A presente informação tem em conta os edifícios que tinham registo de processos de obras no Município de Valongo durante o período de recolha; (c) Exclui garagem; (d) Foram contabilizadas todas as divisões existentes à exceção das seguintes: cozinha, quarto de banho, arrumos, dispensa e garagem.

Em primeiro lugar, uma grande fatia das famílias inquiridas reside num edificado com relativa antiguidade no território – as épocas de construção e/ou conclusão dos edifícios, em questão, correspondem, maioritariamente, aos anos de 1970 e 1980 (64,5%), sendo menos significativos os casos em que a idade dos edifícios ultrapassa a década de 90 (22,4%).

Olhando para o panorama do edificado construído na freguesia de Ermesinde nos princípios dos anos de 1970 (cf. Figura 4.1), podemos atestar que, apresentando já algum índice de construção, o lugar da Gandra detinha, ainda nessa altura, muitos terrenos

“urbanizáveis” desocupados, constituindo, portanto, uma zona de “urbanização recente” na freguesia (e em franca expansão).<sup>171</sup>

**Figura 4.1** – A freguesia de Ermesinde e a sua envolvente (1972)



Fonte: Carta Militar Portuguesa. Escala 1:25000, Folha 110, ed. 1975.

Legenda: ○ Lugar da Gandra (Ermesinde) (limites aproximados)  
 □ Freguesia de Ermesinde (limites aproximados)

É preciso, contudo, realçar que, à medida que noutros espaços da freguesia se denota o aumento da construção<sup>172</sup>, esta condição muda substancialmente nas décadas mais imediatas, fazendo com que, por isso, esta área, mesmo dispondo, na atualidade, de algumas manchas pontuais de edificado recente, seja mais reconhecida por exibir um parque habitacional tendencialmente mais “envelhecido”.

<sup>171</sup> Uma parte substancial do seu espaço construído surge, de facto, *a posteriori* daquele que, entretanto, tinha sido implantado na zona mais antiga e central da freguesia, e onde historicamente um segmento importante dos equipamentos urbanos primários se foi implementando (cf., em anexo, Figura A-4.).

<sup>172</sup> E onde, aliás, a densificação irá se acentuar, de forma mais vincada, a partir dos princípios dos anos 90 (Rever a Figura 3.1. do Capítulo III).

Em segundo lugar, é visível que, num cenário de crescente densificação como aquele que se assistiu, se associe, estrutural e tipologicamente, um maior número de pavimentos e de alojamentos por edifício no conjunto de imóveis em estudo. O que está em causa é justamente a confirmação de uma tendência para a preponderância local de um perfil de edificado/imobiliário distinto do realizado anteriormente (e predominante até aos anos 60), partindo-se, basicamente, de critérios como a rentabilidade, agregação espacial e a funcionalidade. Daí não admira que, no total de casos analisados, predomine claramente o edifício multifamiliar (67,7%) e um número de divisões por fogo que varia entre as 3 e as 4 divisões (cf. Quadro 4.12).

Mas se, por sua vez, passarmos à leitura de outros dados, é nos também possível observar duas particularidades. Em geral, a área habitável média dos fogos em análise concentra-se, maioritariamente, na escala dos 50m<sup>2</sup> a 95,9m<sup>2</sup> (e é mais perceptível nos edifícios construídos entre 1970 e 1989) e, em paralelo, sendo a superfície habitável por fogo ligeiramente menor nos imóveis concluídos na década de 70 (50m<sup>2</sup> a 75,9m<sup>2</sup>), esta tende a aumentar ligeiramente, e de forma distribuída, à medida que avançamos para as décadas seguintes (cf. Quadro 4.13).<sup>173</sup>

**Quadro 4.13-** Área habitável do fogo/habitação segundo a época de construção do edifício – Lugar da Gandra (Ermesinde) – 2014 – (nº/%)

Área habitável do fogo/hab.	Época de conclusão do edifício																	Total	
	Anterior a Agosto de 1951			1951-1969			1970-1979			1980-1989			1990-1999			2000-2011			
	n	% a)	% b)	n	% a)	% b)	n	% a)	% b)	n	% a)	% b)	n	% a)	% b)	n	% a)		% b)
<50m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
50m²-75,9 m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	5	55,6	16,1	3	27,3	9,7	1	16,7	3,2	0	0,0	0,0	25,8
76m²-95,9m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	11,1	3,2	3	27,3	9,7	1	16,7	3,2	0	0,0	0,0	19,4
96m²-115,9m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	2	18,2	6,5	1	16,7	3,2	0	0,0	0,0	9,7
116m²-125,9m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	2	18,2	6,5	1	16,7	3,2	0	0,0	0,0	9,7
126m²-145,9m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	9,1	3,2	2	33,3	6,5	0	0,0	0,0	9,7
>146m²	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	2	22,2	6,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	1	100,0	3,2	9,7
Sem inf.	4	100	12,9	0	0,0	0,0	1	11,1	3,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	16,1
Total	4	100	12,9	0	100	0,0	9	100	29,0	11	100	35,5	6	100	19,4	0	100	3,2	100

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos/contemplados: 31; Processos de Obras de Particulares (1951-2011), Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo - Secção de Ermesinde (2013). Notas: <sup>a)</sup> Cálculo efetuado sobre o total da época de conclusão do edifício; <sup>b)</sup> Cálculo efetuado sobre o total de fogos.

<sup>173</sup> Igualmente interessante será verificar que os edifícios unifamiliares (dos quais detemos informação disponível em arquivo) são os que concentram as maiores áreas habitáveis, independentemente da época de conclusão considerada (cf., em anexo, Quadros. A-4.3 e A-4.4).

Não tendo pretensões de generalizar nesta matéria, uma vez que estamos reduzidos à observação de um grupo restrito de residentes, julgamos que, ainda assim, as informações reunidas acerca do edificado e dos alojamentos nos parecem razoavelmente pertinentes sob o ponto de vista analítico. Isto porque, mesmo se assistindo a uma imposição quase “vulgarizada” e relativamente “homogeneizante” de um dado modelo arquitetónico no lugar (não obstante a diversidade estética existente)<sup>174</sup>, a verdade é que, dado o contexto de intensa pressão habitacional a que esta área foi submetida, a construção do próprio edificado e as suas características intrínsecas e de implantação, não deixaram de deter (e ainda detêm), para os seus moradores, uma ambiência valorativa complexa e diversa, que interessará explorar. Por outro lado, uma parte destes indicadores pode ajudar-nos a ponderar, ao longo deste e do próximo capítulo, o valor que o alojamento e o meio local tiveram (e ainda têm) na contextualização da vida de muitas famílias, avaliando-se mais detalhadamente de que forma, no período de acesso à atual residência, elementos como, por exemplo, a tipologia e a superfície habitável por fogo (ou inclusive a sua conotação social) foram ou não relevantes para a presença de alterações no quadro geral das suas aspirações, necessidades e preferências, ou até mesmo justificativas para a última mudança residencial (Magri, 1993: pp.154-155).

#### **4.3.1.3. Regime de propriedade das habitações**

Apesar disso, a nossa investigação não pode deixar de atentar ao contexto preponderante do regime de propriedade das habitações adotado pelos grupos domésticos, uma vez que este traduz não só as possibilidades objetivas de investimento de cada família na residência, como pode refletir o círculo de aspirações e desejos em que a trajetória da mobilidade residencial, por exemplo, se foi estruturando.

Olhando de novo para a informação disponível, nota-se que, atualmente, a propriedade assume, de facto, uma posição de destaque na relação que as famílias têm com a habitação<sup>175</sup>, uma evidência que não nos surpreende de todo face à tendência

---

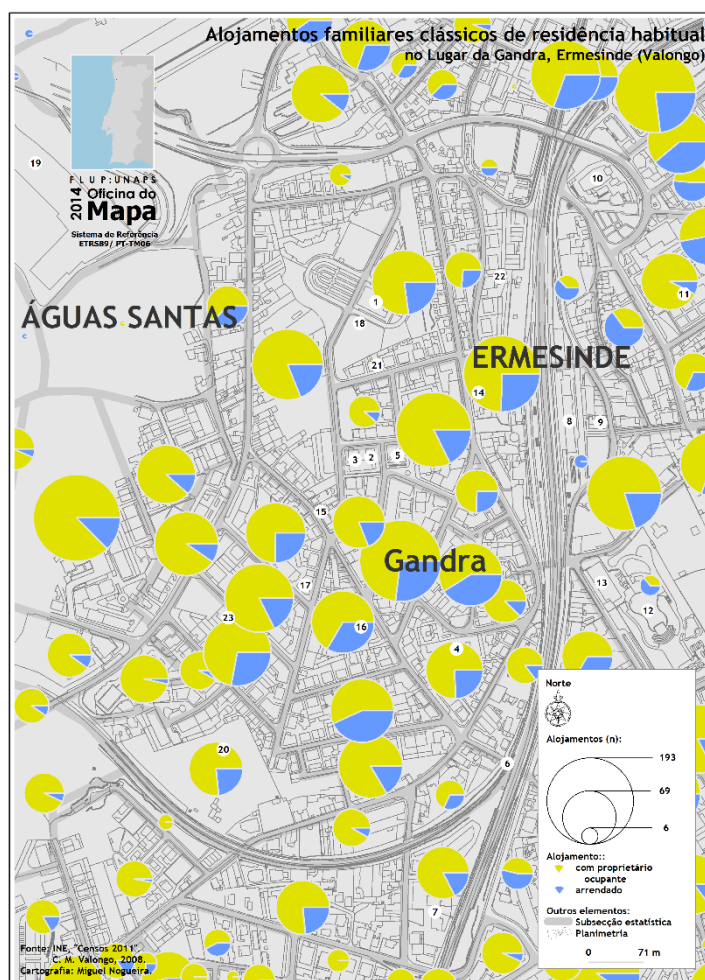
<sup>174</sup> Assumindo os edifícios isolados ou em banda até aos 3 e/ou 4 andares o modelo localmente mais consagrado, e em notório contraste com um modelo anterior, mais assente na habitação térrea e de menor dimensão.

<sup>175</sup> Já que a grande maioria dos grupos domésticos é, na verdade, proprietária da sua residência (77%) (cf. Quadro 4.10).



generalizada de difusão do seu acesso que, a partir dos anos 70 e 80 do século passado, se começou a acentuar no nosso país (rever Quadro 4.10).<sup>176</sup>

**Figura 4.2** – Distribuição dos alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, pelo proprietário ocupante e dos alojamentos arrendados, no lugar da Gandra (Ermesinde) e sua envolvente - (2011)



Fonte: INE – Portugal, XV Recenseamento Geral da População, 2011. Subsecção estatística;  
Cartografia: Miguel Nogueira.

O que se verifica é que, com a modificação do peso da distribuição dos regimes de propriedade sentida a nível nacional, o território vê-se, hoje, largamente marcado pelo

<sup>176</sup> Como salientámos no ponto 2.1.3.3 do Capítulo II, o declínio progressivo do regime de arrendamento, em detrimento da propriedade da habitação, foi um movimento visível a nível nacional e na região do Grande Porto, acompanhando, de resto, como é sabido, a evolução dos mercados habitacionais europeus. Por isso, estando o sentido do acesso à propriedade indexado às propriedades materiais e sociais do espaço local, devemos reforçar a ideia de que ele também se encontra relacionado com contexto histórico das políticas de habitação adotadas ao nível nacional e às reorientações das tendências gerais de urbanização implementadas.



índice elevado das taxas de propriedade – tal como podemos examinar pela Figura 4.2 – tendo o favorecimento do acesso à propriedade contribuído, ao longo das décadas seguintes, para um reforço “natural” dos laços da população local com a mesma.

Por seu turno, aceite a ideia de que a crescente descentralização da residência na região do Grande Porto foi auxiliada, numa fase inicial, pelas práticas de controlo das rendas, permitindo, portanto, a oferta para o arrendamento nos concelhos periféricos, e de que a disseminação do seu congelamento, numa fase posterior, veio assegurar um maior investimento da oferta de edificado para venda (Matos, 2001: p.55), tal não invalida que o regime de arrendamento deixe de continuar a revelar, na atualidade, algum peso no mercado habitacional local.

Veja-se, por exemplo, que a densidade do valor do arrendamento parece demonstrar maior variação de acordo com a distância em relação ao centro da cidade, encontrando-se com frequência tanto em zonas de maior concentração de edifícios multifamiliares, como em áreas mais antigas do território, onde a presença de edifícios unifamiliares e/ou bifamiliares é mais notória (cf. Figura 4.2).

Mas, ainda que até agora a perspetiva com que se foram olhando as transformações no lugar da Gandra encontrasse suporte nas alterações do seu edificado (e da espacialidade produzida) parece-nos ser decisivo, neste ponto, considerarmos também que o mercado local de habitação acabou por jogar um papel central nos mecanismos de distribuição dos residentes, condicionando o seu acesso ao alojamento com base nos recursos económicos, simbólicos e culturais disponíveis (Lambert, 2012; Bourdieu, 2001b; Bourdieu e Saint-Martin, 1990). Apesar de haver uma prevalência dos grupos cujo regime de propriedade de habitação não apresenta qualquer encargo associado (58,1%)<sup>177</sup>, não deixa de ser significativo que outros grupos, recorrendo ao crédito bancário, veem ainda na aquisição de habitação própria um encargo importante no conjunto das despesas do orçamento familiar e uma fonte de endividamento contraído a médio prazo (rever Quadro 4.10).<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> O que se compreenderá, inclusive, pela inserção residencial local relativamente prolongada no tempo.

<sup>178</sup> Contrariando a ideia de “aparente democratização” no acesso ao alojamento/propriedade que, muitas vezes, se associa ao movimento de expansão e facilitação do crédito à habitação (Lambert, 2012: p.204; Authier *et al*, 2010; p: 387-389; Cartier *et al*, 2008: p.309; Bourdieu, 2001: p.31-32 e 35).

Aliás, quando lemos comparativamente os valores de cada grupo doméstico, deparamo-nos com a presença de ligeiras diferenças (intra e inter) na distribuição das modalidades de acesso e financiamento do alojamento (cf. Quadro 4.14) que importa indicar.

**Quadro 4.14** – Regime de propriedade da atual habitação dos grupos domésticos segundo os lugares de classe -  
Lugar da Gandra (Ermesinde)

Lugares de classe GD	n	Regime de propriedade									
		Propriedade com encargos	%	Propriedade (ascendentes) com encargos	%	Propriedade s/ encargos	%	Arrendada	%	Arrendada pelos ascendentes	%
BP	1	0	0,0	0	0,0	1	3,2	0	0,0	0	0,0
BDP	1	0	0,0	0	0,0	1	3,2	0	0,0	0	0,0
PIBC	5	1	3,2	0	0,0	3	9,7	1	3,2	0	0,0
PBTEI	8	0	0,0	0	0,0	6	19,4	2	6,5	0	0,0
PBIP	5	2	6,5	0	0,0	2	6,5	0	0,0	1	3,2
PBPA	2	0	0,0	0	0,0	2	6,5	0	0,0	0	0,0
PBE	4	1	3,2	0	0,0	1	3,2	2	6,5	0	0,0
PBEP	1	0	0,0	0	0,0	1	3,2	0	0,0	0	0,0
OI	2	0	0,0	0	0,0	1	3,2	1	3,2	0	0,0
OP	2	1	3,2	1	3,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>16,1</b>	<b>1</b>	<b>3,2</b>	<b>18</b>	<b>58,1</b>	<b>6</b>	<b>19,4</b>	<b>1</b>	<b>3,2</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31. Nota: Tratamento acordo com as propostas de Almeida, Costa e Machado (1988; 1994) e Pereira, Pinto e Queirós (2010).

Lugares de classe: BP -Burguesia Proprietária; BDP - Burguesia Dirigente e Profissional; PIBC - Pequena Burguesia Intelectual e Científica; PBTEI - Pequena Burguesia Técnica e de Enq. Intermédio; PBIP - Pequena Burguesia Independente e Proprietária; PBPA - Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada; PBE – Pequena Burguesia de Execução; C – Camponato; CP - Camponato Parcial;

Vemos, portanto, que os grupos domésticos constituídos pela *pequena burguesia independente e proprietária*, pelas frações do *operariado* (em particular o *pluriactivo*) e pela *pequena burguesia intelectual e científica* e *pequena burguesia de execução* são aqueles que revelam, hoje, alguma sensibilidade para a propriedade com encargos associados; enquanto, por contraste, os grupos domésticos compostos pela *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio* demonstram menor dependência relativamente às obrigações com a habitação.<sup>179</sup>

Quanto ao peso do regime de arrendamento, a leitura da informação leva-nos a constatar que, para além dos grupos domésticos compostos pela *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio*, este regime colhe também algum significado junto da *pequena burguesia de execução*.

<sup>179</sup> Muito embora as franjas da pequena burguesia (como a *intelectual e científica*, a *independente e proprietária* ou a *proprietária e assalariada* reúnam registos com algum valor.

#### 4.3.2. Trajetórias de inserção no lugar e modalidades de relação com o território

O certo é que, considerando que a caracterização dos processos de tomada de decisão e/ou de escolha de uma dada localização ou de um tipo de perfil de alojamento, por parte dos grupos domésticos, permite avaliar com maior fineza os seus atributos de classe e de *status* (Gama, 1993: p.96), e que, para lá dos distintos posicionamentos da estrutura social local, as ligeiras diferenças encontradas nos regimes e/ou modalidades de acesso e/ou financiamento da habitação podem auxiliar-nos na compreensão das contingências dos percursos individuais e coletivos destes grupos, não se pode ignorar que, nesta perspetiva, as modalidades de escolha resultem, analogamente, do processo de arbitragem dos diferentes momentos do seu ciclo de vida familiar.<sup>180</sup>

Apesar de estarmos cientes de que, em conjunto, as atuais determinações socioeconómicas e algumas das dissemelhanças encontradas nas suas condições objetivas acabam por pesar, presentemente, sobre as distintas estratégias de apropriação e/ou avaliação das posições residenciais levadas a cabo ao longo do tempo<sup>181</sup>, uma breve análise e reconstituição das suas trajetórias geográficas leva-nos a admitir também a presença de variações nas modalidades de relação com o território e de inserção no lugar.<sup>182</sup>

Nesse sentido, e sendo o significado sociológico do espaço doméstico (e da sua envolvente) mais apreensível enquanto realidade relacional (Pereira, 2016: p.16), importará exercer um olhar comparado entre os universos materiais e simbólicos de inserção dos seus elementos/grupos, de modo a conhecer os principais modos de apropriação e de vivência espaciais acionados no decurso do tempo. Por isso, tomaremos

---

<sup>180</sup> Em matéria de identificação dos traços e diversidade da vida familiar e sobre o estudo dos fatores que influenciam as várias formas familiares, tomando por referência o caso português, cf. Wall *et al* (2005) e Lobo (2009). No que respeita à abordagem sobre as transformações familiares, à importância e aos tipos de laços familiares em contexto urbano e acerca das configurações entre família e lugar do alojamento, cf. Singly (1991) e Segalen (1981), Pitrou (1977) e Ascher (1995), respetivamente.

<sup>181</sup> E que serão alvo de reflexão no capítulo seguinte.

<sup>182</sup> Socorrendo-nos da própria noção de “trajetória”, o nosso plano de interrogação toma, necessariamente, em consideração as distintas determinantes económicas e sociais imbricadas na construção das escolhas dos grupos e no processo de transmissão das suas disposições, mas também a conversão dos seus recursos entre as suas várias esferas de existência (desde a familiar, a profissional e a residencial) (Lambert, 2012: p.251).

em conta as diferenças, que, desde logo, nos pareceram expressivas entre a *burguesia*, a *pequena burguesia* e o *operariado* locais na forma de produzir e pertencer ao lugar.

Mais do que reagrupar, de forma unificada, os diferentes tipos de fluxos protagonizados por estas famílias, que, em certa medida, ajudam a sustentar o processo de (sub)urbanização da região, o nosso raciocínio consistirá em colocar em relação os distintos perfis de mobilidade espacial, de modo a destacar a diversidade de movimentos implícitos na transformação do lugar e desocultar a existência de possíveis implicações (de alcance limitado) entre mobilidade residencial e mobilidade social (Brun e Bonvalet, 2002: pp.64-65).

#### **4.3.2.1. Os laços estreitos da *burguesia proprietária e dirigente* com a propriedade e a ancoragem identitária ao território.**

Assim, e tomando por base o perfil de territorialização dos dois grupos pertencentes às frações da burguesia (*dirigente e profissional e proprietária*), é forçoso corroborar que, contrariamente aos restantes, este obedeceu a orientações muito privilegiadas com o lugar em estudo. Tal como já tivemos oportunidade de apurar previamente, os seus elementos (ou os familiares mais diretos) conseguiram, na verdade, através de uma rede de relações relativamente alargada e mobilizadora de capitais de ordem económica e socio-simbólica com o poder administrativo e político local, influenciar direta ou indiretamente os esquemas de decisão fundiária do território, no passado, assegurando vantagens muito competitivas neste domínio (rever ponto 3.4.1.2 do Capítulo III).

Retirando rentabilidade na relação com a habitação e, por outro lado, beneficiando de condições objetivas de inclusão relativamente favoráveis – face à relevância dos laços de naturalidade com a freguesia e ao peso da relação familiar com a área – torna-se muito revelador verificar que, para estes dois grupos, as relações sociais locais travadas foram, de facto, justificando, uma inserção prolongadamente significativa no tempo.

Todavia, a análise das trajetória anteriores permite-nos ver também que, sendo (já desde o passado) densas e muito influentes as relações de interconhecimento criadas pelos seus antecedentes, a esfera do trabalho e o tipo de serviços prestados – sustentos do

*capital relacional*, entretanto, acumulado – possibilitaram um estreitar dos vínculos à freguesia e ao lugar, condicionando material e simbolicamente as suas disposições em relação a um contexto residencial que se vinha afirmando. Note-se, aliás, que o significado desta relação privilegiada foi tanto maior, quanto mais estáveis as suas trajetórias profissionais se perfileram no tempo e quanto maior foi o reforço dos respetivos posicionamentos no exercício (local) das suas funções.

Ora, continuando este posicionamento a ser, na atualidade, grandemente pautado pela *concentração da propriedade e/ou direção profissional*, podemos atestar que os (reduzidos) percursos de mobilidade habitacional anteriormente registados só foram encetados depois de considerados alguns fatores importantes – designadamente, a relação da casa com a área envolvente, o envolvimento na sua conceção e a sua centralidade. Contudo, se virmos com mais pormenor, terão sido, desde logo, os próprios investimentos familiares, em *capital económico e patrimonial*, os grandes elementos de garantia para a sua fixação, facilitando, desde cedo, a lógica de proximidade ao meio e alguma da tendência para a reprodução socio-territorial.

“... Aqui onde eu estou com a farmácia era uma casa da eira... fazia parte (...) da casa dos meus pais. [Servia para] guardar milho, cereais (...) e onde eram os cortes do gado, de campos... (...) Tínhamos muita propriedade, e se formos a vasculhar tudo, deve haver muita família, acolá e acolá, mas tudo aqui em Ermesinde. (...) Quando cresci, tirei o curso, casei-me e tal, o meu pai construiu-me aqui esta casa. (...) Temos uma relação ótima. (...) Nunca houve problema nenhum entre irmãos. Inclusivamente, em muitas famílias, há muitas chatices quando há muitos bens, quando há terrenos... Nunca houve problema nenhum. Os meus pais também foram umas pessoas muito atentas e, em vida, fizeram assim: «Tu vais ficar com isto, tu vais ficar com aquilo até... aquando só da nossa partida, não é?» (...) Mas morei aqui 30 anos mais ou menos. (...) Repare que eu agora tenho tudo ao serviço da farmácia e, na altura, morava por cima, não é? (...) Depois optei por [pela rua] Portocarreiro. Surgiu a oportunidade. Aquilo eram dois lotes de terreno, de uma das famílias daqui de Ermesinde e aproveitámos. E eu gosto muito do meu espaço.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“ (...) Eu nasci ali junto aos bombeiros. (...) Estava cá em Ermesinde, era de cá, nunca saí daqui. Mas, quando me casei, eu não vim logo para aqui. Quando casamos, a primeira casa para onde fomos foi para uma do *Bairro Vila Primavera*... a primeira casa, quem entra do lado direito, foi onde eu vivi. (...) Claro, muito próximo de onde nasci. (...) Entretanto, eu já andava aqui a fazer e comecei a fazer prédios lá em baixo na Rua da Gandra. E depois também na Rua de Cabo Verde. Comprava terrenos e mandava fazer. Muita gente até convenceu-se que eu era empreiteiro. Nunca fui. Não é porque isso seja uma desonra... Por amor de Deus! Mas eu nunca fui empreiteiro, nem nunca fui mestre, nem nada dessas coisas... Eu investia na construção. (...) Foi quando doutor M.M.A. me falou para eu colaborar também aqui na urbanização disto. Porque quando eu fiz lá em baixo a primeira casa, à entrada da Rua de Cabo Verde, as ruas não estavam abertas. Posteriormente, começaram-se a fazer aquelas ruas. (...) E a Rua de Moçambique nasceu para ser uma rua para moradias por excelência. Era o termo que apresentava o senhor engenheiro B., (...) a mulher era funcionária também em Valongo [na Câmara] e as coisas é um bocado como o outro, podia não ter feito, mas fez. E eu então reservei logo este lote para mim. (...) Moradias aqui [na rua de Moçambique] há poucas, há é prédios de rendimento, como vê. (...) Reservei este terreno e quando vim para cá, como digo, a casa estava inacabada, (...) sujeitei-me a obras, sujeitei-me a tudo mas fiz como eu queria. (...) Aqui do sítio? Gosto muito. (...) Fui proprietário dos terrenos, fui proprietário dos prédios... e presentemente, sou só proprietário dos estabelecimentos. Porque as rendas eram tão baixas, que eu acabei por vender tudo... aos próprios inquilinos. Desse tempo! (...) Trabalhei sempre com o meu dinheiro. (...) Mas

Ermesinde está muitíssimo melhor, ai, isso não há dúvida nenhuma. (...) Acho que isto tudo evoluiu (...) e eu contribui de certa maneira para isso...”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

Ajustada a uma estrutura socioeconómica do espaço social local, que, por sua vez, se vinha subordinando a um movimento de urbanização em vias de consolidação, a trajetória residencial antecedente foi, como vimos grandemente circunscrita em termos espaciais e arrolada aos valores fundiários herdados e aos valores imobiliários acumulados. Mas nem, por isso, deixou de ser interpretada como algo aparentemente “natural”, “espontâneo” e quase inseparável da matriz de relações locais e familiares estabelecidas. Em parte, o que aqui transparece é que, constituindo eles próprios (ou seus familiares) uma referência para a comunidade, com responsabilidade nas mudanças estruturais introduzidas, o peso do “lugar” foi prevalecendo nas modalidades de vinculação ao território.

Apesar de motivados, na sua maioria, por fatores de cariz familiar ou de pendor residencial – pesando, nos processos de tomada de decisão, elementos como o casamento e a procura de melhores condições habitacionais – os indicadores relativos aos locais de residência anteriores testemunham, na verdade, a sensibilidade destas frações a uma extrema concentração socio-territorial em contextos mais privilegiados da freguesia, como os da área central, e a uma relativa solidariedade em relação aos seus laços familiares (sobretudo aos mais próximos).

“Não tive problemas nenhuns [com a instalação da farmácia], mas o primeiro ano foi muito duro. Depois, graças a Deus, foi fácil e por vários motivos...Primeiro, eu já era uma pessoa conhecida da terra. Segundo, o meu pai era muito, muito, muito conhecido. «Ai, que bom! Ai a filha do *Xavier* vai abrir uma farmácia!» Era assim: “Ó, quando é que abre?” Portanto, foi bom. (...) Acho que ele era um homem de referência realmente, aqui, em Ermesinde. Era. (...) E tive muita aceitação da parte das outras farmácias. (...) E eu sabia que o gosto do meu pai também era que eu ficasse por aqui. Nunca pensei trabalhar noutro lado qualquer. Gosto muito do que faço... (...) Graças a Deus, mantenho uma carteira de clientes muito grande. Fantástica. Sempre!”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“O meu pai ainda era vivo quando me mudei para o bairro. (...) E ia buscá-lo sempre para almoçar, para jantar comigo lá... aquilo era, tinha casas, moradias de rés-do-chão e andar e tinha rés-do-chão e andar do lado esquerdo...Do lado esquerdo, morava a minha cunhada (...), o marido (...) e o filho, que era engenheiro (...). E eu vivia do outro lado. (...) E a relação era ótima, era como que se fosse um irmão, um grande amigo. (...) Ele era ferroviário, esteve nas oficinas de Campanhã algum tempo e, depois disso, (...) montou aqui uma pequena oficina na Rua 5 de Outubro, em Ermesinde. (...) Porque o *métier* dele era realmente pichelaria, funilaria, etc., etc. Montou aqui, uma coisa pequena, que depois teve um certo incremento (...) a ponto de chegarmos a ter muitos empregados. A firma era *A. G. O. e Filhos, Lda*. Tínhamos uma grande casa, que era talvez uma das maiores casas aqui. Tínhamos 60 empregados. (...) Era fazer instalações sanitárias... de aquecimento e tínhamos a seção de vendas, que vendíamos bombas, vendíamos, estes aquecimentos (...) tínhamos até representação da *EFACEC*. (...) Depois enveredei pelo negócio da construção e foi aí onde eu ganhei o dinheiro para continuar... porque eu nunca pensei que isto que desse tanto lucro...”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

O que vem demonstrar que, mesmo se defendendo alguma autonomia no domínio das sociabilidades, e considerando a relevância dos aspetos patrimoniais e as aspirações habitacionais em causa, a relação forte com a família (de origem), e a procura pela proximidade junto dos seus elementos mais imediatos, obteve especial consideração antes do momento de partida da habitação de origem, obrigando a um investimento contínuo e prolongado no tempo.

#### **4.3.2.2. A relevância do Grande Porto para a *pequena burguesia*: percursos (diversificados) feitos à custa da mobilidade, da escola, do trabalho e da família.**

Configurada por alguma variabilidade, e cobrindo casos suficientemente diversificados entre si, a análise da dinâmica de mobilidade residencial dos grupos compostos pela *pequena burguesia intelectual e científica* e pela *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio* leva-nos a admitir que, sob o ponto de vista geográfico, os seus fluxos migratórios foram assinalados por uma certa heterogeneidade, definindo-se, desde cedo, um perfil distinção face aos outros grupos em estudo.

Sustentados numa certa dispersão territorial, e vincadamente intensos ao longo do tempo, os movimentos destes agentes foram, na verdade, amplos. Na maioria dos casos analisados, verificaram-se fortes deslocações em zonas do interior do país ou na região do Grande Porto (e/ou áreas envolventes) e, noutros, registaram-se inclusive episódios prolongados de emigração.<sup>183</sup>

Ora, não sendo arriscado afirmar-se, genericamente, que estes dois grupos, quando comparados com outras famílias, foram aqueles que colheram, na sua trajetória habitacional, um registo mais denso de fenómenos de extroversão, a análise merece, contudo, uma leitura mais cuidadosa e suplementar.<sup>184</sup> Isto porque, de acordo com o que pudemos constatar, para além de uma orientação voltada para o trabalho e para a melhoria geral das perspetivas de vida, uma parte significativa destes percursos foi construída à

---

<sup>183</sup> Designadamente, para as ex-colónias portuguesas e para países da América do Sul como a Venezuela. Apenas em 3 casos (num total de 13), registou-se uma grande fixação à freguesia uma vez que, devido aos laços de naturalidade, os agentes dessas famílias acabaram por permanecer, continuamente, no lugar da Gandra (ou em lugares próximos).

<sup>184</sup> Em especial, se considerarmos que este traço foi também observável, por exemplo, em algumas das trajetórias dos grupos compostos pela *PBIP* e da *PBE*.

custa da dotação e angariação de um *capital relativamente sólido de mobilidade* dos seus agentes, dependendo igualmente (e de forma ainda mais sistemática do que noutros grupos) da procura pelo *aumento das qualificações escolares e profissionais* ainda numa fase inicial (tanto em território nacional, como nos centros mais privilegiados dos países de acolhimento).<sup>185</sup>

Fixando-nos apenas no exame do conjunto de famílias marcadamente sensíveis a trajetos de maior amplitude, é possível verificar, no entanto, que este movimento de procura não foi semelhante para todos.

Na realidade, face às restrições objetivas da oferta educativa existente nos lugares de origem, e a um contexto generalizado de destituição escolar na sociedade portuguesa, para alguns destes agentes, o claro investimento na procura de títulos escolares correspondeu a fortes processos de transição geográfica (alguns até primários), afirmando-se mais notoriamente à medida que também a própria expansão de oferta educativa se ia consolidando e as oportunidades de participação iam aumentando.

*“Mulher:* Vim (...) para Gaia (...) para casa da minha madrinha. (...) [Os pais] puseram todos os filhos a estudar. (...) Só que, portanto, uns aproveitaram mais que outros. (...) Como eu ainda era novita, não é, sempre estava mais apoiadita (...). Porque sabe que antigamente, pelo menos lá em Mirandela, só havia o colégio. Não havia escolas nenhuma, não havia nada. Havia o colégio, que só era até ao 5º ano antigo. (...) Eu morava junto à Câmara de Gaia e ia a pé para Soares dos Reis. Para uma miúda com dez anitos... não, onze (...) portanto, com onze anitos, sair de um meio tão pequenino depois entrar ali assim... Mas a pessoa tinha que ultrapassar, não é? Era o que os meus pais me diziam: «Se queres estudar, se queres, portanto, ser alguém, tem que ser.» E eles, portanto, incentivavam-me: «Tem que ser, tens que te sacrificar.» Custou-me no princípio, mas adaptei-me, depois adaptei-me bem. E era boa aluna.

*Entrevistadora:* E no seu caso, que recordações é que guarda do Marco de Canavezes? Também fez lá a instrução primária?

*Marido:* Fiz. Também não havia mais nada. (...) Eram muitos os irmãos. Muitos iam para o seminário. Eu também estive três anos ... Onde havia muitos irmãos, os pais geralmente mandavam sempre um filho para o seminário, que era para se formar em padre, não é? Mas eu não tinha pachorra para aquilo. Era muito rígido. Daí, comecei a trabalhar. Comecei a trabalhar relativamente cedo até. (...) Fui para Penafiel. Trabalhava de dia e estudava de noite. Também não era muito fácil a vida [pausa].

*Entrevistadora:* Veio para Soares dos Reis e depois?

*Mulher:* Fiz lá, portanto, o 1º e 2º ano, 5º e 6º de agora. E fui para Chaves. Os meus pais disseram: «Bem, então uma vez que o teu irmão vai para Chaves, ides os dois.» (...) Era mais velho do que eu dois anos, foi mais fácil. (...) Fiz a escola industrial, na altura, que depois dava para ir para o Magistério. (...) Eram quatro anos. (...) Os meus pais queriam que eu fosse enfermeira. Mas eu queria ser professora. Fui fazer o exame da admissão ao Magistério. Entrei. E vim aqui outra vez para o Porto.”

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos

---

<sup>185</sup> De resto, esta é uma evidência que entra em linha de consonância com alguns dos resultados obtidos a partir do exame das vivências das desigualdades nas mobilidades noutros contextos territoriais do nosso país (como, por exemplo, a AML). Neste estudo, chama-se, aliás, a atenção para a importância de se explorarem os recursos, as competências de mobilidade e das experiências passadas (ou património de mobilidade) de forma a assegurar uma dimensão “multicolor” do espaço (Santos, 2015: pp.241-267).



“Estudei na Régua, num colégio privado. Havia o liceu em Vila Real ou em Lamego mas isso ficava-me muito longe e, portanto, eu estudei no colégio, era o único. (...) Ali o colégio era mais (...) o estudo vá, era mais acompanhado. (...) O colégio tinha alunos ali ótimos. Hoje em dia está massificado isto tudo, mas, naquela altura, era mais escolhido, não é? E, portanto, o colégio também queria ter bons resultados e tinha. Era um colégio famoso, os alunos de lá tinham fama, porque tinham de ir depois fazer exame a Vila Real. (...) Nós éramos ali espremidinhos, espremidinhos. (...) Depois fui para Vila Real, Magistério isso só em Vila Real. Era uma cidade pequena, calma também, mas onde todos nós... começámos a conhecer o nosso curso. Era muito grande, foi o primeiro curso que teve 120 alunos. Foram dois anos. (...) Arranjei logo trabalho. (...) Acho que não há nenhum pai que não faça sacrifício para os filhos estudarem. Mesmo hoje. (...) Deus me livre, isso quem tiver filhos a estudar é uma renda grande. (...) Quiseram-nos sempre dar uma vida melhor ou um futuro melhor, não é? Portanto, sacrificava-se.”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

Para outros agentes, o alargamento das deslocações, além de induzido pela escolarização, surgiu muito pela necessidade de ampliação de saberes técnicos, sendo a consequente inserção (precoce) no mercado de trabalho encarada como vital para assegurar a viabilidade económica e reprodução do grupo doméstico. Tudo indica, de facto, que a teia de deslocações pendulares ou de carácter mais definitivo, de uma parte destes elementos, não deixou de se ajustar à localização dos estabelecimentos, onde seria possível a aquisição das competências técnicas e qualificações para o trabalho.

“ (...) Viemos diretos para Campanhã e fiz a 2ª e a 3ª classe... Depois viemos para o Porto, para a Rua do Bonjardim e no largo do Bonjardim havia lá uma escola. Completei lá o resto da escolaridade, na [Escola] *Gomes Teixeira*. Depois passei para a [Escola] *Oliveira Martins*. E acabou por ali... Não tinha cabeça para mais estudos, não é. A trabalhar e a estudar, a trabalhar... Não tinha capacidade. (...) Eu [desenvolvi-me] foi mais com o trabalho. A continuação com o trabalho. (...) Comecei logo com dezoito anos, fui trabalhar... Com o meu pai e tal, não é? O meu pai era gerente da farmácia, havia um empregado mas, de resto, a família estava sempre ali.”

Grupo doméstico 31, residente na atual habitação há 26 anos

“Eu fiz a Escola Comercial... Fiz a preparação a seção preparatória ao Instituto. Entretanto, surge o 25 de Abril e posso-lhe dizer ainda que a maior parte do tempo que estudei foi de noite. Nessa altura, vieram os cursos complementares, que eram aqueles dois anos primeiros do instituto, depois fui para a Faculdade de Economia no 1º ano e desisti. Fui trabalhar aos catorze, fiz o ciclo, fui logo trabalhar, porque erámos seis irmãos... O pai funcionário dos correios, funcionário público, na altura, ganhava muito pouco e nós ajudámo-nos uns aos outros. Depois o que acontecia é que, aos catorze anos, íamos estudar de noite (...) em *Oliveira Martins* [Escola Oliveira Martins], e aquilo depois ia-se aos bocadinhos. Vivendo no Porto tinha mais facilidade. (...) Quando vim da tropa, então comecei a pensar na vida. Tive a vontade e a necessidade de aumentar um bocado o meu nível a académico e, portanto, depois continuei os estudos já de noite quando acabei o, digamos, o [ensino] complementar, na altura. Quando acabou o complementar eu já tinha trinta e tal anos. E depois também desisti, porque estava um bocado cansado. (...) Era difícil conciliar. Saía de casa às oito da manhã, aqui de Ermesinde, para ir para o Porto, não é? Ia estudar de noite, chegava aqui a passar da meia-noite.”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

“*Pai*: Aqui, estive na escola de Alfena. (...) Fui para um colégio de padres, que era o habitual lá, porque lá, pronto, na Venezuela... Vamos lá ver, a escola pública e os hospitais públicos são uma miséria, portanto... Estamos num país estranho, num país de costumes diferentes... e nós queríamos preservar a... Por isso o motivo de eu ter ido para a Venezuela, para a escola portuguesa para completar o ciclo básico. (...) Acabei por ir para a escola espanhola. (...) Vamos lá ver, estudava com nativos de lá, com italianos, com espanhóis, com portugueses, com madeirenses...”

*Entrevistadora*: Havia muitos filhos de emigrantes a estudar?

*Pai*: Muitos mesmo, muito, muito. Sim, porque, repare, era assim, na escola privada lá, vão os filhos dos emigrantes e os venezuelanos de poder. Isto é, com uma certa capacidade financeira para ter acesso a esse tipo de escola. Era uma congregação muito grande. (...) [...] Pronto, depois, mais tarde, ele [o pai] lá me convenceu e eu fui trabalhar com ele. Deu-me sociedade e eu lá fui trabalhar com ele. Digo muito honestamente. Tinha aptidão para outras coisas. (...) Depois

foi por necessidade. (...) No entanto, casei. Assumi compromissos e já não se podia pular assim com o à vontade...como se fosse solteiro. É evidente.”

Grupo doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

Mas, a avaliar pelos depoimentos recolhidos, depreende-se, igualmente, que, os investimentos escolares encetados (mais ou menos estendidos), decorrentes de iniciativa própria ou do incentivo e apoio da família de origem, foram sendo sempre perspetivados, por estes elementos, no quadro das suas trajetórias profissionais, como oportunidades de emancipação e de mobilidade social. Por isso, o reforço da importância do trabalho e das competências técnicas adquiridas foi-se aliando congruentemente a uma capacidade acumulada para ser móvel, sendo, em parte, decisivo para a aproximação progressiva ao centro urbano do Porto ou à sua envolvente. Além do mais, isso ficou bem patente para aqueles grupos cuja trajetória foi muito marcada pela emigração e pelo regresso forçado devido ao clima de instabilidade política nos países de acolhimento.

“Uma pessoa não tinha pais ricos, mas tinha uns ricos pais. (...) Na altura, para porem um filho a estudar no liceu, não é, era... Tinha muito que se lhe diga! (...) Na altura, fizeram a admissão ao liceu 4, numa turma de 40, só para lhe dar uma ideia. (...) A maioria, naquele tempo, ia logo para atividades...profissionais diversas... Estamos a falar em 1960, 1961, não é. De facto, era um estatuto, uma pessoa, naquela altura, andar no liceu, porque a maioria não ia estudar e o estatuto de estudante era uma coisa que já...era, de um certo modo, elitista. (...), Havia o Colégio de Lamego, da *Imaculada Conceição*, que era de meninas internas e Colégio dos rapazes. (...) Geravam-se alguns complexos e muitas vezes não havia... Via-se passar pelo outro lado o colega que andou na escola primária, não é... Havia, de facto, essa forma de estar, que era, sem dúvida alguma, reprovável na sociedade. (...) Mas foram aí os alicerces. Foram 7 anos naquele colégio. (...) Depois da tropa comecei a concorrer a empregos, não é. Metia para muito lado... Naquele tempo, quem tinha o 5º ano do liceu, tinha muitas facilidades, não é. (...) Depois esperei, mas entretanto veio a CP.”

Grupo Doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“O meu pai, e a minha mãe também, mas o meu pai acho que ainda mais. Não sei se era por ele sentir que no emprego dele, por não ter habilitações, não evoluía e não podia dar um passo em frente. Ele sempre nos quis incutir isso. E dizia muitas vezes, ficava muitas vezes zangado connosco porque, às vezes, nós trazíamos assim alguma nota que a ele não lhe agradava. O meu pai achava que eu devia de ir para o Liceu. E fui. Andei lá no 1º ano e depois eles criaram o Liceu Feminino e depois vim para o Liceu *D. Guiomar Lencastre* [em Angola]. E lá fiz até ao fim, até concluir e não querer mais. (...) Começaram a vir grandes problemas. Grandes problemas. Trouxe a roupa que tinha no corpo e um rádio. Um rádio pequenino. (...) Quando regressamos, fui a Lisboa e inscrevi-me no *Quadro Geral de Adidos*. Só tínhamos direito a 60% do vencimento. Era isso que eu, depois, ganhava (...) já não era nada mau, não é? (...) Eu queria era trabalhar... (...) Foi aí que eu fui à Câmara, a Valongo. Eu passava todos os dias ali no bairro administrativo [de Ermesinde]. (...) Comecei por tudo, passei por aquilo que fazem as pessoas que entram ao serviço pela primeira vez. (...) Comecei a bater officios à máquina, a fazer a expedição da correspondência, comecei a fazer tudo, tudo, tudo! E fiquei por Ermesinde.”

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

“Elas [mulher e filha] chegaram aqui antes, eu cheguei aqui no dia 7 de Outubro de 1975 e elas chegaram em Agosto. Viemos para casa de uma tia da minha mulher. (...) ...Também porque aqui na zona... A Figueira [da Foz] em 1970, 1975, 1976 era uma cidade pequenina, com pouco comércio, só... A indústria também não, não muita... Pronto, eu acho que se eu fosse para lá se calhar tinha mais dificuldade em arranjar emprego. Aqui a zona Norte, (...) o Porto é uma cidade grande...tem uns arredores também perto, acessíveis...e também cidades.”

Grupo doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

Por outro lado, encontrando, na sua origem social, um leque mais alargado de posicionamentos, não é em vão que se nota, desde logo, para a generalidade destes grupos, uma relativa valorização familiar da formação escolar e profissional, inclusive naqueles grupos menos sensíveis às deslocações geográficas.

“A minha mãe apoiou-nos muito. Sempre, sempre. (...) Gostava de ter feito mais, não é. Lá está, como a minha mãe era viúva e eu era a mais nova, a minha irmã já estava a começar a ganhar, eu não ia exigir o secundário depois, não é. Então foi por isso que eu fui para o primário. Fui para a o Magistério, no Porto. (...) Nos primeiros dias tinha um bocado de receio (...). Não estávamos habituados. Mas eu via as miúdas a subirem a rampa da Escola Normal. E dizia assim: «Se os outros conseguem, porque é que eu não hei-de conseguir? Já lutei tanto na minha vida por tanta coisa.» Interiorizei aquilo e pronto. E tinha um bom relacionamento com a turma.”

Grupo doméstico 17, residente na atual habitação há 2 anos

“Sempre tive facilidade de escrita porque eu também tive a felicidade de, nos poucos anos que eu vivi com os meus pais, ter absorvido muito daquilo que eles me ensinaram. Depois, tinha outra particularidade, o meu pai era contabilista, na altura da minha iniciação escolar, numa editora livreira e tinha acesso a muitos livros. (...) Eu teria seguido o professorado se, porventura, os meus pais fossem vivos. (...) Na altura, o facto de não entrar no liceu foi precisamente porque o meu pai me aconselhou mais por esta via da parte comercial. (...) Havia o acesso direto para o Magistério após a conclusão do curso comercial e no liceu tinha que fazer os 7 anos. Portanto, havia essa perspetiva.”

Grupo doméstico 24, residente na atual habitação há 26 anos

“A minha mãe dava muita, muita, muita, muita importância à escola. (...) Aliás, a minha mãe... O eu ter, enfim, desistido. Sim, desistido entre aspas, da escola para ela aquilo foi... (...) Tinha arranjado um trabalho de eletricista e pronto...depois comecei, fui trabalhar para fora. (...) Até aí andei na *Escola Preparatória de São Lourenço* [em Ermesinde] e vou para a (...) *Escola Industrial*, onde está hoje o *Cenfim*, até ao nono. Depois de noite ainda fiz o décimo, (...) já na escola nova. À noite na *Escola Secundária da Costa*. (...) E depois lá fiz o décimo-segundo através lá das *Novas Oportunidades*.”

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

Muito embora se reconheça que a acumulação dos capitais escolares e técnicos ajudaram, em grande medida, à formação de um quadro de aspirações habitacionais mais elevadas e à prossecução de sucessivos investimentos residenciais por parte estas famílias, muitas vezes plenamente atingidos após alguma estabilidade económico-financeira, será importante atentar a outros aspetos mais diretamente relacionados com o ciclo de vida familiar, para melhor compreendermos outras motivações que estiveram na base das deslocações e inserção no lugar.

Para lá da dimensão e da qualidade da habitação constituírem atributos muito fortes na explicação das mudanças (em especial das mais recentes), os fatores de ordem familiar, mais diretamente relacionados com momentos de mudança e rutura – como o casamento, o desejo de autonomia conjugal, a chegada dos filhos, o divórcio e/ou separação e a necessidade de apoio e/ou de proximidade à família de origem e alargada – assumiram, ao longo do tempo, grande influência.

Valerá a pena acrescentar, a este propósito, que, a cultura familiar e/ou doméstica, embora marcada pela herança da conceção tradicional da repartição das tarefas, foi permanecendo mais congruente com uma distribuição relativamente menos desigual entre os casais. Desempenhando, desde cedo, atividades profissionais no ramo dos serviços, em áreas como a “educação”, os “transportes e comunicações”, a “saúde” e “administração pública e privada”, na esmagadora maioria dos casos, confirmou-se que, apesar de caber à mulher uma maior responsabilização pela organização do trabalho não pago, os casais (sobretudo os dos grupos pertencentes à *PBIC*) viram-se obrigados a adotar recursos alternativos de gestão das tarefas, de forma a atenuar o esforço coletivo no seu desempenho.<sup>186</sup>

De resto, estes recursos foram encarados como vitais, visto assegurarem a libertação de uma parte dos constrangimentos quotidianos e, por outro, uma inserção no lugar mais “harmoniosa”, capaz de responder às várias solicitações externas.

Constituindo o trabalho um fator relevante na redistribuição geográfica destes grupos, e sendo relativamente densas as solicitações com o exterior, importa referir que, no que concerne a este fator, juntamente com o da oferta de equipamentos, serviços e infraestruturas, verifica-se que a acessibilidade/proximidade ao centro da cidade do Porto e ao local de trabalho foram aspetos muito apreciados e denunciadores da propensão para a maior mobilidade. Na aferição da sua importância, tudo aponta para que parte da adaptação destes agentes ao lugar tenha sido pautada pela relação contínua com o trabalho e pelos ritmos intensos de deslocação, sendo que, para muitos deles, a inserção bem-sucedida no mundo laboral dependia também de alguns critérios, como: a relativa facilidade em aceder ao local de trabalho; o imperativo de cumprir de forma temporalmente eficiente as exigências e os horários do mesmo ou, ainda, o aproveitamento útil e rentável das redes de comunicação disponíveis.

“(…) Era uma das coisas que eu queria. Eu queria, queria ter chegado até ali. Eh, mas, pronto, quando cheguei ao 8º ano, que eu estava na [Escola] *Rodrigues de Freitas*, em 86, tinha passado o 8º ano, faleceu o meu pai. Tive que parar outra vez para dar assistência à minha mãe. Quando a minha mãe veio para aqui, há 25 anos, voltei outra vez à carga. Teve que ser. Eu tinha que chegar até ali. Já tinha 13 anos de trabalho. (...) Na altura, nem tive tempo para ver [o local]. Vi que era perto da estação, que eu podia ir a pé e vir, tinha também o autocarro aqui em cima. (...) Quando ingressei

---

<sup>186</sup> Referimo-nos, pois, à ajuda, mais ou menos recorrente, da “mulher-a-dias” no governo e manutenção da casa e, ainda, ao apoio na guarda dos filhos, cujas modalidades variaram entre o cariz informal e o mais profissionalizante.

novamente, fui para o *Externato Académico de Cedofeita* que era mais perto do hospital [de Santo António]. Trabalhava no meu horário normal, trabalhava nos transplantes, ia estudar e tinha a minha mãe aqui em casa. Claro que me custou. (...) Mas num ano eu fiz os três anos seguidos (...) Também [a mãe] colaborava comigo, porque senão também não tinha conseguido fazer isso. (...) Eu vinha fazer noite, eu ia, eu saía às oito horas da manhã. Apanhava o comboio às oito e vinte, era tudo cronometrado...chegava aqui, ia dormir três horas ou nem isso. Levantar-me ao meio dia e qualquer coisa, almoçava e ia para o comboio para ir para a escola. Era assim. Durante um ano foi assim o meu ritmo de vida, mas com boas recordações. (...) Economicamente, para mim, foi muito bom, não é? (...) Cruzava-me muitas vezes no comboio com os vizinhos aqui de baixo, que trabalhavam no Porto. Toda a gente trabalhava fora. Era uma vantagem.”

Grupo doméstico 28, residente na atual habitação há 27 anos

“Alugámos aqui esta casa, porque tinha que ser perto da estrada principal, porque eu viajava nos autocarros da casa. Eles passavam por aqui e eu viajava neles e nos da *Pacense*. (...) Se tivesse a chover, eles vinham, encostavam, a porta da frente junto da porta da casa, a vinte centímetros, não é? E abriam a porta e eu dava um passo para dentro de casa [risos]. Não me molhava, nem nada. Lá no escritório era também assim. Encostavam no...e eu saía bem, entrava no escritório, abria o escritório.”

Grupo doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

“Sempre gostei um bocado daqui, pronto, principalmente, porque estar perto do... Porque eu passava o dia na cidade do Porto...Era todo o dia, era todo o dia. (...) Saía do trabalho, sete e meia, apanhava o comboio, quinze minutos para Ermesinde...e de manhã, sete horas da manhã tornava a regressar à cidade.”

Grupo doméstico 31, residente na atual habitação há 26 anos

Como nos relatam os entrevistados, o local de residência serviu, assim, de suporte de preparação para o trabalho e de indução para a mobilidade, mas, ao mesmo tempo, nem sempre o lugar revelou ser compensatório no uso do tempo de “não-trabalho”, o que permitia que não houvesse, eventualmente em alguns casos, uma grande adesão e repartição das vantagens associadas à rede de interconhecimento local.

“ (...) Porque eram vantagens não só remuneratórias, também havia o tal passe do caminho-de-ferro da CP não é? (...) Que permitia mobilidade, não é, pronto... Era, digamos, um requisito do recrutamento que, na altura, era um aliciente. (...) Muitas vezes, era... (...) Claro, eu ia quase todos os dias Porto-Lamego, Campanhã-Lamego. Depois vim... (...) Foi isso que me levou, digamos, à escolha dum lugar que servisse mais o meu local de trabalho, então foi aí que eu escolhi o caminho-de-ferro, foi aí que eu escolhi Ermesinde. Gostava do caminho-de-ferro e escolhi Ermesinde. A minha mulher depois concorreu para aqui. (...) Foi uma vantagem, E para mim, porquê? Porque vinha almoçar a casa, na maioria das vezes, e tinha o passe do caminho-de-ferro, era trânsito livre... (...) Ainda hoje, eu passo muito tempo, vou muitas vezes ao Porto, vou a Campanhã, tomo café lá. A gente encontra sempre este ou aquele, não é, vou (...) todas as semanas. Passava vida lá... tanto em Campanhã, como em São Bento, mesmo sem trabalhar. Quem não se lembra de Cedofeita [Rua de Cedofeita] ou a Rua do Loureiro, que aquilo era só... era só casas comerciais...Que aquilo era uma coisa!”

Grupo Doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“*Mulher*: Olhe, (...) foi mais pelos transportes, não é. Para ele. Foi, foi realmente isso. (...) E pela ocasião. Na altura, pronto, foi mais barato, vá lá, 300 contos em relação aqueles prédios na Maia e tal...”

*Marido*: Ah! Sim. Na Maia também eram muito caras.

*Mulher*: (...) Na Maia pesava outra coisa, embora fossem boas as casas na Maia já era um bocadinho longe. Eu ia a pé e não sei quantos. E disse logo que não: «Aqui é mais perto.» Começamos a ver as deslocações, os transportes e aqui o acesso era mais direto. Tínhamos logo ali o comboio. Era só tirar os bilhetes.

*Marido*: Cinco minutos a pé. A maior parte das vezes, eu nunca levava guarda-chuva de manhã. Eu não precisava dele, nem me lembrava. Não precisava dele. (...) Era direitinho. [...]

*Mulher*: Mas foi sempre só trabalho, trabalho-casa, trabalho-casa, nem dava para aí. Quando viemos para aqui, demos muito pouco...Sempre que houvesse Carnaval, Páscoa, Natal íamos para os meus pais...Metíamo-nos no comboio e lá íamos nós para Mirandela... Portanto, nunca...Aqui mesmo era só mesmo durante a semana. A gente ia sempre para fora, para o Porto.

*Marido: Aos fins-de-semana e isso a gente punha-se sempre fora.”*

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos

Observando, globalmente, a inserção residencial dos grupos domésticos constituídos pela *pequena burguesia independente e proprietária (PBIP)* e pela *pequena burguesia proprietária e assalariada (PBPA)*, podemos avalizar, à primeira vista, que esta tem sido prolongada no tempo, subsistindo, no presente, uma relativa ancoragem territorial dos seus elementos ao lugar em estudo.<sup>187</sup>

A verdade é que, marcados por um passado de relativa diversidade de movimentos migratórios, a avaliação da estrutura dos padrões dos percursos de mobilidade residencial anterior permite-nos, verificar, que, no conjunto destas famílias, existiram certas diferenciações em termos de extensão espaço-temporal. De facto, tornou-se visível que as transferências geograficamente mais curtas, geralmente indiciadas por fatores de contiguidade, corresponderam genericamente a períodos de maior permanência no tempo; ao passo que, por oposição, as mudanças com uma duração temporal mais reduzida foram aquelas territorialmente mais marcadas pela intensidade dos seus movimentos.

Mas, independentemente da amplitude das experiências espaço-temporais vividas, há que ver que as modalidades antecedentes de inscrição no território foram sendo realizadas, atendendo-se a uma série de motivações. Elas concretizaram-se, praticamente, por força de mudanças no ciclo familiar (entre elas destacam-se, por exemplo, o casamento, o nascimento dos filhos, o divórcio ou a necessidade de apoio familiar) e também em função (quase exclusiva) da proximidade do local de trabalho de um dos seus elementos (normalmente o pai e/ou marido).

“Enquanto era solteira, estava no estabelecimento dos meus pais [em Santa Marta de Penaguião]. (...) Casei, tinha 20 anos, e fiquei lá a viver. Depois o meu marido deu para aqui [Ermesinde] e eu tive que vir, por muito que me custasse. E já cá estou há 44 anos.”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“Nós viemos por causa do negócio [do pai]. Inicialmente, o meu pai quando veio para aqui, para Ermesinde seria para ficarmos até nós crescermos, tirarmos um curso ou uma profissão e, mais tarde, depois de reformados, deixar-nos ficar, casados, não é, cada um em sua casa, e depois irem para a aldeia.”

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

---

<sup>187</sup> Na verdade, vemos que, à exceção de dois casos, Ermesinde ainda permanece como a área onde até agora residem há mais tempo, sendo o registo de variação de 16 a 49 anos para a *PBIP* e de 36 a 47 anos para a *PBPA*.

“Mãe: Saí da minha terra, mas fiquei no Douro. Fiquei numa estaçõzinha de caminho-de-ferro... que é perto, a 8 quilómetros de distância de lá da nossa terra. (...) E depois de lá fui para Aveiro. Tudo por causa do meu marido. Fomos porque ele foi transferido. Gostei da cidade. (...) Ele subiu de categoria no caminho-de-ferro para revisor de bilhetes... Teve de vir para Campanhã para fazer o estágio e depois pertencia ao posto de Campanhã e viemos morar para aqui, para Ermesinde. Aqui Ermesinde é o dormitório dos ferroviários. (...) De maneira que aqui era o ponto melhor dos ferroviários, porque ele depois como passou para revisor de bilhetes, passava aqui para a Barca d’Alva ou para a Régua ou para Valença do Minho... Dediquei-me sempre à costura. (...) Tive mesmo que trabalhar de costura, porque senão não sobrevivíamos com o que ele ganhava ao início. E, nessa altura, era capaz de equilibrar tanto como o dele ou um pouco mais.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há 2 anos

“Era a minha terra e a terra em que eu gostava de estar. E, entretanto, por imperativos profissionais do meu pai... Não foram bem imperativos, o meu pai entendeu que o Porto tinha mais para nos oferecer a nós, como filhos, escolas e assim, que Viana do Castelo. Entendeu que devia de para cá vir. Portanto, e os filhos... Os pais vêm e os filhos vêm atrás, não é? (...) E ele optou por aqui por questões práticas, a camioneta passava aqui e ele apanhava-a aqui... (...) O meu pai fez um esforço grande (...) com três filhos.

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

Na realidade, quer estejamos a falar dos casos onde houve, desde o início, um forte investimento no trabalho independente ou de trajetórias profissionais mais diversificadas (mas cujos esforços acabaram por culminar no seu exercício) e até dos casos de evidente combinação, ao longo do tempo, entre propriedade e assalariamento, há que reconhecer que, de uma maneira geral, o *percurso profissional* destes elementos mostrou ter grande peso no decurso da trajetória residencial circunscrevendo-se, quase exclusivamente, nesta área.<sup>188</sup>

No entanto, também não podemos deixar de observar que a mulher foi ocupando, ainda que com registos de participação distintos, um lugar particular no processo de mediação entre as relações familiares e as disposições residenciais adquiridas (Vignal, 2010: p.185).

Quando temos por referência os grupos pertencentes à *PBIP*, é especialmente perceptível que a cultura familiar e/ou doméstica, assente numa divisão clara dos papéis de género, se tem apoiado no protagonismo da mulher na esfera doméstica, sendo este muito marcado por uma visão tradicional da distribuição das suas tarefas. Repare-se que, não obstante a relativa autonomia, em muitas destas situações, parte do trabalho familiar feminino consiste na execução de tarefas complementares ligadas à atividade desenvolvida do cônjuge, assumindo-se nitidamente uma posição subordinada.

---

<sup>188</sup> De notar que, em algumas das trajetórias, as pendularidades casa-trabalho dos grupos da *PBIP* (sobretudo para os homens), acabaram por, em momentos concretos do seu ciclo de vida familiar, se distribuir também pela cidade do Porto. E só em casos muitos pontuais houve o registo de fluxos migratórios de maior alcance.

É, pois, frequente ver que as “migrações de carreira”<sup>189</sup> e (acrescente-se) as “fixações” em torno do local de trabalho e/ou do exercício da atividade se impuseram muito pelo interesse profissional do homem, cujos níveis de responsabilidade (com o exterior) se revelaram, no decurso do tempo, maiores. Daí que a gestão entre as esferas profissional e residencial tenha obrigado (e continue a obrigar) a mulher a conduzir, com regularidade, um equilíbrio mais exigente sob ponto de vista dos constrangimentos espaço-temporais e a dispor de níveis mais elevados de aceitação e/ou cedência na relação trabalho-família.<sup>190</sup>

“O meu marido é que tinha lá [em Angola] um tio, tinha lá um tio a trabalhar já na hotelaria e por isso arranjou logo, já ia com trabalho. (...) Eu tinha ficado por lá. (...) Eu digo: «Aquilo era maravilha!» Depois de ter reventado a guerra, tornou-se.... Por mim, não tinha vindo para Portugal, o meu marido é que quis vir. (...) Olhe, porque já veio com pessoas que o tinham contratado e que ele conhecia e, quando veio, já tinha emprego em Lisboa. (...) Depois olhe viemos para cá... Não conhecia nada aqui da zona, o meu marido também não (...). Procurava onde fosse mais barato e tivesse bons transportes, bons acessos, para o meu marido vir todos os dias para o Porto. (...) Passava sempre o tempo em casa com as filhas quando eram pequenas. Depois então ao fim-de-semana ia trabalhar para o restaurante. ... Depois comecei a ir sempre mas nem tempo tinha.... Não tinha tempo para lazer... Era só para o trabalho. Era o trabalho e casa e mais nada. Ajudei sempre o marido. Embora só ia fazer os almoços, só se faltasse alguém é que eu ia para ajudar, porque sempre fiquei assim mais por casa, mas perdia sempre muito tempo. Perdia sempre 6 horas. Ir e vir e estar lá a trabalhar, era 6 horas por dia. Chegava a casa, tinha muito que fazer sempre...Lavava a roupa de lá, as toalhas, era tudo... era... Tinha que fazer tudo.”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“Exatamente. Dou uma ajuda ao marido. Desde que viemos para aqui. (...) Depois de casada, abrimos isto [estabelecimento de bebidas]. O meu marido... esta área foi a opção dele e foi calhando bem... Mas é ele que gere. (...) Ainda estive em casa um tempo sem trabalhar... tive outra filha, sem ser este, e estive algum tempo em casa, depois é que abrimos isto e eu vim para aqui.(...) É assim, há sempre as primeiras dificuldades, não é, mas depois uma pessoa vai-se habituando. (...) Eu faço vida praticamente em casa e aqui [estabelecimento] porque estou todo o dia aqui [na zona residencial]. (...) Tenho que fazer a vida de casa, como toda a gente, não é. E já tenho bem que fazer!”

Grupo Doméstico 18, residente na atual habitação há 16 anos

“*Esposa*: Depois de casar nunca mais... Eu trabalhava no Porto, ganhava pouco quando vim para aqui morar, não é? Há 44 anos não justificava o dinheiro que eu ia ganhar. Ia gastá-lo no autocarro... (....) De maneira que, portanto, nunca mais. (...) Quando casei, depois o meu marido disse: «Olha, despede-te, porque não vais mais trabalhar e tal.» Disse ao patrão, para aí um mês antes, que me ia embora, que ia casar e era prái, pronto, que eu estava inclinada. (...)”

*Marido*: Em termos de tarefas, tive sempre a mulher, que faz o favor de me ajudar na venda de algum atendimento de algum cliente porque na receção de mercadorias, na compra de mercadorias, sempre dependeu de mim.

*Esposa*: Ele gostou sempre do comércio. Eu já não gosto. Dou uma ajuda, mas eu já não gosto.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

Ora, é justamente neste último aspeto que se verificam algumas dissemelhanças relativamente aos grupos da *PBPA*.

---

<sup>189</sup> Períodos de adaptação do projeto familiar à integração profissional e económica do cônjuge (Idem: p.196).

<sup>190</sup> Como pudemos constatar, uma tal cedência foi mais notória de acordo com critérios como o aumento da idade e o peso da participação na relação com a atividade económica.



Apesar do modelo de mediação casa-trabalho continuar a ser assinalado por divisões de género, revelando a disponibilidade permanente da mulher para o desempenho para as atividades domésticas, verifica-se que a condição de independência do trabalho feminino nestes grupos, em que se assumem funções de controlo e de autoridade no exercício laboral, tem conduzido, na passagem do tempo, a margens maiores de autonomia nos percursos migratórios de cariz pendular e a uma combinação, tendencialmente, mais diversificada das atividades a realizar fora e dentro da residência.

“Vim para aqui [Ermesinde] depois passados uns meses. Olhe, comecei a rolar... Nunca tive patrões, fui sempre patroa porque vendi sempre por conta própria... Eu ia aos armazéns diretamente e às fábricas e tudo. E trazia e vendia. Mas, como digo, a particulares. (...) Sempre tive uma liberdade que não se paga com nenhum dinheiro deste mundo. (...) Olhe, quer se dizer, corri o mundo à roda. (...) O meu marido nem ia porque não gostava e estava a trabalhar porque tinha que cumprir o horário. E eu estava sempre livre. (...) Mas eu tive que ser mãe, avó, esposa e comprar, vender, fazer tudo, tudo, tudo, tudo, tudo. Porque só era eu que estava ligada àquilo. O meu marido ia de manhã e vinha à noite. Nem sabia se eu ganhava, se perdia... Mas, como eu digo, afastado completamente de tudo. Muito desgastante. Toda a vida tomei conta deles [filhos], fazia a lida e tinha de fazer tudo. Era preciso ir às professoras, era preciso isto e tão, tão, tão, era preciso ir com eles ao médico... (...) Agora, não. É o essencial e é uma volta porque tenho mulher-a-dias. De resto, não estou a aflita a pôr as coisas... Fogo!”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“Foi bom [conseguir ter o negócio perto]. Ainda venho almoçar a casa, faço o almoço, arrumo a casa. Não tenho [que apanhar] autocarro, estou aqui, estou ali. (...) Já estou aqui há 26 anos. (...) Havia poucos cabeleireiros antigamente. Agora há, agora há muitos. Na altura, poucos cabeleireiros e havia muito dinheiro. (...) Entretanto, fui-me livrando daquelas pessoas que não me interessavam e fui ficando com aquelas clientes mais minhas amigas, que me respeitavam. (...) Já o horário do meu marido foi sempre muito grande. E agora, como taxista, também. E, como vê, eu estou aqui em casa e ele foi trabalhar.”

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

Num cenário de crescente periferização residencial, como o que se assistiu na região, a apreciação das trajetórias habitacionais dos grupos domésticos da *pequena burguesia de execução (e a modalidade pluriactiva)* leva-nos a considerar que a sua relação com o território foi sendo, no decurso do tempo, mais estruturada segundo os moldes convencionais de polarização centro/periferia.

A verdade é que, fixando-se neste lugar ou em aglomerados com alguma relevância (e circunvizinhos a Ermesinde), para estas famílias, o processo de identificação territorial foi sendo vincadamente organizado em torno destes espaços.

Somente, num caso, se registaram migrações de maior amplitude, embora de cariz essencialmente temporário, assumindo o fenómeno de emigração (em fase posterior) um carácter residual. Além disso, deve-se chamar a atenção para o facto de que tais movimentos se sucederam em momentos específicos do ciclo de vida familiar, constituindo as ameaças ao “bem-estar familiar”, numa primeira fase, e a procura de

melhores condições de acesso à escolarização e ao trabalho, numa segunda, os grandes fatores pelo quais os elementos deste grupo doméstico acederam, quase sem reservas, à cidade e aos seus arrabaldes.

“Os meus pais eram de Mirandela. Saí aos 19 anos para Moçambique. (...) A minha irmã disse-me assim: (...) «Tu vais para Moçambique.» Falou com o meu cunhado, irmão de uma outra minha irmã que estava em lá: «Fá-la estudar porque ela se vem para aqui, ela vai andar nos campos... (...) e eu não quero isso para ela.» (...) Acabei lá o antigo liceu, só que depois arranjei emprego. (...) Ainda passei lá a independência, casei lá (...) e tive meu primeiro filho. (...) Mas depois surgiram aqueles boatos de que se queria implementar, não sei se estou enganada, o regime de Esparta, os miúdos irem cedo para a tropa e isso... E aquilo... Tirámos o passaporte para o meu filho vir (...) para a minha sogra. E eu disse: «Com três meses? Não. Temos o nosso primeiro filho. Vamos nós. Vamos.» E então pedi férias e fiquei cá. Tinha esse medo de que mais tarde fosse mobilizado. (...) Ainda ponderei ou vir para a minha sogra [residente em Ermesinde] ou vir para o pé da minha irmã lá em cima [em Mirandela]. Mas pesou o meu filho. (...) Em Ermesinde já havia o [ensino] preparatório e lá não. E viemos cá para baixo porque havia mais facilidade de arranjar emprego. O meu marido nem um ano ficou... [sem emprego]. Ele até começou a trabalhar primeiro que eu. No Porto.”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

Apesar disso, podemos afirmar que, entre as todas frações consideradas, os agentes destas famílias (homens e mulheres) estão entre aqueles grupos cuja vinculação (material e simbólica) ao centro urbano do Porto se foi tornando ainda mais nítida. De um lado, a atração exercida pelo mercado de trabalho portuense foi-se traduzindo (no seu quotidiano) na crescente interpenetração entre as esferas do trabalho, da residência e do consumo. E, como consequência mais imediata, o concelho portuense, e alguns dos seus arredores mais contíguos, passaram a representar espaços de sociabilidade intensa, consolidando-se, durante algum tempo, padrões de relações sociais com um cariz mais estrutural nos processos de adesão à cidade.

“Ainda me lembro... (...) Ainda tenho fotografias... na casa onde estava e não havia nada, mas a Gandra estava em fase de crescimento, como sempre... Lembro-me das brincadeiras, era... andar a saltar de prédio em prédio... Entrava-se nos prédios em obras. E saltar para a areia, quer dizer, andar a brincar dentro do... Por isso, aquela zona ali toda... ou era um prédio ou era outro. (...) Tinha ali os meus amigos. (...) Fiz o 5º e o 6º no *Colégio Santa Joana* [em Ermesinde] e de depois fui para o [Externato] *Ribadouro*, para o Porto. (...) Éramos miúdos, íamos ao cinema... o cinema era passado no Porto, não é? Ou íamos para a praia, ou íamos para a piscina. (...) Fazíamos a vida no Porto e a Gandra servia como um dormitório, não é? (...) Com o trabalho, depois, era uma vida diferente, não é? Porque eu chegava a casa às quatro da manhã e saía às duas da tarde, não é? Eu dormia e ia para o Porto. Vinha às quatro da manhã, dormia e ia para o Porto. Eu fiz a minha vida toda, durante uns anos assim, não é? (...) A Gandra seria mais ao Domingo. E mesmo assim, se não via ninguém e se tivesse que sair vinha para o Porto.”

Grupo doméstico 27, residente na atual habitação há 30 anos

“Eu nasci ou fui criado nesta rua... Aqui... Ali adiante começa a Rua D. Afonso Henriques e eu vivi e nasci na Rua D. Afonso Henriques já a chegar ao pé das Alto das Oliveiras, Areosa, mais concretamente a pertencer à zona da Triana. (...) Todas as dificuldades que nós tínhamos eram muito colmatadas com aquele apoio solidário que havia com a vizinhança. (...) Antigamente toda a gente daqui, desta zona corria por aqui abaixo... Antigamente, pronto, o Porto tinha outra participação... Depois disso, havia muito mais gente que vinha de fora, embora hoje também se vê. Principalmente juventude. Outra época, naturalmente, mais iam por aí abaixo. (...) Hoje pode-se ir lá para baixo, para a Baixa, e procurar todos aqueles espaços que há para lá e cafés e tal. Antigamente, havia... A vida associativa era diferente, não é. E os únicos espaços que havia, e que a juventude se encontrava para bailar, para dançar, não é, eram as

coletividades. E havia nesta zona Triana-Pedrouços, havia umas 4 ou 5 organizações que dinamizavam, organizavam e que estavam sempre... Depois no Porto, havia mais uma série delas e tal.”

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

Além do mais, dotada de uma rede de ensino mais estável (no passado), e concentrando, concomitantemente, uma parte significativa do universo de trabalho destes agentes (em especial no setor terciário e, em parte, no secundário), a cidade portuense, do outro lado, representou, para alguns destes grupos, tanto um local de aquisição de competências e de credenciais escolares, como o de horizonte efetivo de trabalho, compensando algumas das debilidades do aparelho produtivo e educativo local, e fazendo dilatar, no decurso das suas deslocações, o vínculo de relação com o espaço envolvente.

Repare-se como a consolidação destes movimentos pendulares acabou mesmo por fortalecer determinadas formas espontâneas de interconhecimento, estendendo-se à esfera familiar e às próprias redes sociabilitárias, e de como, com este perfil de integração no território, se foram articulando importantes modalidades de socialização e vinculação identitária.

“Isto, na altura, aqui todo o mundo ia parar ao Porto. (...) Naquele tempo, o pessoal ou andava por aqui assim a aprender uma arte... ou pedreiro, ou trolha... Trolha que era uma arte rude, uma arte... Quem fosse um trolha, era menor... O meu pai ficou pelo Porto numa (...) firma e por ali ficou sempre a trabalhar até se reformar. (...) E eu fui parar às ferragens, para a Rua do Almada, onde estive 47 anos. As condições eram duras ao início, eu vinha à quarta-feira da Rua do Almada, a descer a Rua das Flores, Rua de S. João até à Ribeira para deixar mercadorias nos barcos rebelos. (...) Que seguiam sempre para Castelo de Paiva, Sobrado, Cinfães, por aí fora. E levava as mercadorias para aquela zona ribeirinha, dos barcos. Levava desde rolos de chapa, caixas de pregos, caixotes com ferragens, painéis com pernas... Carreguei muitas painéis de três pernas às costas... Se me dessem hoje uma nota de 5 euros por cada painél que eu carreguei... (...) Hoje chego ao Porto, à Rua do Almada, até fico doente. (...) Ninguém sabe de nada, (...) já ninguém conhece ninguém.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“A minha mãe veio para cá [para o Porto] estudar em nova. Era de Mondim de Basto. (...) A minha mãe era de uma família para o pobre, não é. Eram muitos irmãos. É claro, eles passavam fome, não é? E então tiveram que procurar trabalho. E a minha mãe foi esse caso. O Porto oferecia, à partida, mais oportunidades. (...) Mas, praticamente a minha vivência de infância, foi aqui [na Gandra]. Estudei aqui... Depois estudei no Porto, porque antigamente não havia escolas como há agora, não é? (...) Fiz a instrução primária no *Colégio de Santa Joana* [em Ermesinde] e depois vou para o Porto, para a *Escola Pero Vaz de Caminha*. (...) Estive lá, fiz lá o 6º ano, e depois fui para a *Escola D. Manuel II*, que é na [Rua] Rodrigues de Freitas que era também relativamente perto, era em Cedofeita. E, então, depois nessa fase, eu só vinha ao fim-de-semana a casa. Tinha lá os meus padrinhos. (...) De todos [da família] eu é que vivi mais o Porto. (...) Fiz muito tempo a minha vida no Porto. Trabalhei lá. (...) Convivi muito. Estava envolvido numa associação [de desporto] que era da Lapa, estive lá envolvido, que eu morava lá perto quando era mais novo... Na Praça da República. Mas ali, naquela zona, íamos mais para o Palácio de Cristal... (...) Eu ia para o Porto porque eu também tinha muitas pessoas conhecidas, como andei a estudar lá... conhecia muita gente. Agora, não estou tão ligado. Mas ainda gosto do Porto. Ainda vejo algumas pessoas.”

Grupo doméstico 25, residente na atual habitação há 24 anos

Nestas circunstâncias, e não deixando de ser marcados pelo intenso período de densificação local da construção, e por mudanças decisivas no mercado e política da

habitação no contexto nacional (com visíveis impactos na gestão objetiva de suporte e acesso ao alojamento), o que é certo que, globalmente, os elementos destes grupos reconhecem mais na dimensão familiar o papel-chave de fixação ao lugar.

Mesmo considerando, ao longo das suas trajetórias, fatores significativos de deslocação como o casamento, a constituição de família própria ou a procura de melhores condições habitacionais – indiciando até alguma autonomia, e constituindo uma oportunidade de demarcação dos percursos das gerações precedentes (Bonvalet e Bringé, 2010) – confirma-se que, regra geral, a família (de origem, de afiliação ou alargada) participou ativamente no processo de criação de âncoras espaço-afetivas, desempenhando um papel importante na socialização residencial destes elementos.

“Mesmo quando vim para aqui, já depois de ter casado, esta zona toda... não existia nada disto que está aqui. (...) Havia uma série de casas mais baixas que estão aqui, para o interior, mas, de resto, não existia mais nada. Está tudo contruído há uns 20, 30 anos. (...) Nunca ponderámos ir para outro sítio pela facilidade de termos casa aqui. E depois também o sentimento próprio, da minha mulher, que queria estar mais perto da mãe também. (...) A casa era já antiga. Quando comecei a namorar com a minha mulher, a primeira coisa que me chamou a atenção era na casa dela, eles tinham duas entradas, e nas duas portas tinha lá uma chapola «Sopa dos Pobres». E eu achava aquilo esquisito. E pensei: «Se calhar, ainda são piores que eu!» [risos] E não era. (...) Quem colaborava (...) na «Sopa dos Pobres» [anterior designação do Centro Social de Ermesinde] tinha essa chapola. Quem ajudava ou contribuía, ou de uma maneira ou de outra...”

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

“Eu nasci aqui neste meio... a minha mulher é desta zona. (...) Tudo [os irmãos] nasceu cá. Fizemos todos a 4ª classe aqui. (...) Guardo boas recordações deste lugar onde ainda hoje vivo. (...) Mais tarde, quando os meus pais saíram daqui, deste sítio, que a casa foi demolida, onde eu nasci, para se fazer o arruamento, tivemos necessidade de comprar um andar. (...) Quando surgiu a oportunidade, aproveitei e vim. Mesmo construir aqui a casa foi um bom negócio. (...) A [casa] de cá comprei com este terreno até aqui, que era o quintal da casa. Vendia-se. O dono vendia as duas, o caseiro de lá comprou a outra, esta daqui não comprou (...) e eu resolvi comprar. Tinha alguns trocados, o meu pai emprestou-me os outros, comprei. (...) Vinha todos os dias almoçar a casa dos meus pais. Os meus pais faziam questão que eu viesse almoçar a casa deles, ao meio-dia.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

Inclusivamente, podemos ver que ela assegurou, em muitos casos, a sua efetiva inserção, fazendo corresponder a este espaço um ponto de concentração de múltiplos usos (localizados ou estendidos) e, ao mesmo tempo, um sítio de acumulação de recursos de familiaridade, também eles valorizados. Não admira, por isso, que a habitação represente, hoje, um suporte de ancoragem e memória familiar e a relação com a área seja duradoura.<sup>191</sup>

“A gente veio logo para Ermesinde, que era onde estava a minha sogra. (...) Ela era de Mirandela mas arranjaram casa aqui em Ermesinde. Esses [os sogros] é que moraram sempre na Gandra, desde que regressaram [de Moçambique]. Já cá estavam há algum tempo. (...) Estive dois anos com eles. (...) Andámos à procura de casa. (...) E depois soubemos

---

<sup>191</sup> Situando-se o tempo de residência, sensivelmente, entre os 24 e os 36 anos.

(...) houve ali uma vaga de uma e a gente aproveitou-a logo. Fomos logo para aí. Aí é então é que estivemos... Desde 79 a 84. (...) Depois saímos de lá, porquê? Porque o senhorio ia-se divorciar. E precisava da casa. Foi quando a minha irmã comprou... Foi ela que comprou o apartamento onde estou. Pôs em meu nome e em nome dela. Agora, pronto, tenho uma afetividade com aquela casa porque foi a minha irmã. Ela vendeu lá em cima para comprar o apartamento. E veio para cá de vez.”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

“Os meus avós paternos viviam na rua [da Gandra]... O meu avô era ferroviário e veio viver logo para Ermesinde e penso que, quando casaram, os meus pais optaram por uma rua próxima... Os meus avós viviam nesta rua e eles vieram viver para esta. (...) E eu nasci aqui... pronto. (...) Aqui? É diferente. Nós estamos habituados... a este meio. Aquela zona, em si, não é? (...) Por exemplo, hoje somos capazes de ir até à associação [ADRG], estão lá aqueles amigos de infância e juventude ... Crescemos juntos. E juntámo-nos. Agora... mas vem tudo de outros sítios. (...) Nós brincávamos ali na rua. Claro, e andávamos por ali, passávamos na associação [ADRG]. Havia uma geração de...teria doze anos, treze anos, catorze anos e havia outros que já tinham dezoito... Paravam lá... (...) Eles paravam lá e já nos levavam a algum lado de carro. Nós não tínhamos, não é. E havia este... portanto...esta passagem.”

Grupo doméstico 27, residente na atual habitação há 30 anos

#### **4.3.2.3. A forte limitação das fronteiras socio-territoriais e o consequente ajuste habitacional do *operariado local*.**

Um olhar transversal sobre a inserção dos grupos domésticos do *operariado* no território leva-nos a considerar que, tendo sido prolongadamente estruturada no tempo, o sentido de enraizamento com o meio local parece ser, para estes elementos, muito importante, contribuindo nitidamente para uma expressiva tendência de fixação territorial.

Se, entretanto, nos focarmos na ótica dos trajetos espaciais realizados no passado, vemos que, globalmente, os elementos destas famílias são os que, em matéria de mobilidade residencial, e por comparação, exibem o maior número de itinerários curtos na freguesia e, paralelamente, aqueles que revelam um forte peso (simbólico e prático) da cena local e/ou doméstica no percurso atual de inserção residencial.<sup>192</sup>

Admitindo que, por um lado, na sua grande maioria, os acontecimentos de ordem familiar – como o casamento, a união de facto e o nascimento dos filhos – e, em especial, os de cariz económico e profissional – de que são exemplo, o aumento e/ou diminuição dos encargos habitacionais, a fragilização e/ou reforço material, as mudanças de local de trabalho e o agravamento e/ou /melhoria da condição socioprofissional – explicam os grandes motivos para a mudança de residência, julgamos que, ainda assim, relativamente a esta dimensão, é conveniente evidenciar dois aspetos.

---

<sup>192</sup> Não obstante termos apurado, em fases iniciais da biografia profissional de um ou outro elemento, algum peso do mercado de trabalho portuense.

O primeiro, já anunciado, diz respeito à propensão para a manutenção de uma morfologia espacial de *deslocações de raio relativamente limitado* e elevadamente circunscrito (situando-se, atualmente, o período de residência no lugar, em média, nos 28 anos). Na realidade, verificámos que o perfil de ajustamento entre o local de residência e o de trabalho foi, quase sempre, muito orientado por critérios de *contiguidade espacial* (e só em casos muito excecionais, as mudanças ultrapassaram determinadas fronteiras socio-territoriais). Veja-se que não só estes grupos mostraram ser sensíveis a fixações habitacionais muito precisas em torno do local de trabalho (das filiações de origem e dos cônjuges), como, de facto, uma boa parte dos limites foram sendo regulados pelas vantagens e/ou desvantagens económicas da relação de distância.

“Casei no Tua com 19 anos, depois o meu marido, como também era ferroviário, correu muitas estações (...) Mas nunca saímos da Linha do Douro, alguns iam para o sul, para longe, mas nós nunca saímos da Linha do Douro. Depois viemos para o Porto e para Ermesinde. A mim o que me convinha é ser pertinho da estação pois não era preciso estar a pagar transportes. Se fosse para longe, podia arranjar uma casa mais barata, não é, mas tinha de pagar transportes para vir para o trabalho e assim não se gastava dinheiro. (...)”

Grupo doméstico 13, residente na atual habitação há 20 anos

“Sou natural de Campo, Valongo. Mas fui para Rio Tinto. O meu pai foi para a Carris [STCP] ... Mas [o pai] não gostava de estar em Rio Tinto, não gostava do meio. Depois um colega arranhou-lhe ali uma casa à beira da capelinha de São Silvestre. (...) Era muito sossegadinho, não havia aqueles prédios. Era tudo assim muito... Ia-se à missa. Era aquele sossego... (...) A minha mãe tinha o trabalho pegado à capelinha. (...) E depois como cresci ali, vim com 14 anos, arranjei um namorado na Rua de São Lourenço... [risos] ... que era logo ali. E por aqui fiquei. Entretanto, arranjei trabalho. Fui sempre costureira.”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“Eu vim para aqui porque foi o apartamento que apareceu na altura. (...) Tinha que arranjar emprego, na altura, entre Ermesinde e Alfena. Nesta zona aqui, derivado à situação de trabalho. Tanto eu trabalhava, como a minha esposa, na altura, e tínhamos que conciliar um emprego com o outro. Porque senão depois ficava dispendioso por causa dos transportes. (...) Ermesinde ou Alfena. Ou uma coisa ou outra. Mais longe não. Tinha que ser por aqui.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

De resto, é preciso acrescentar que, no próprio relacionamento com a habitação, a proximidade dos laços familiares ou a importância das relações de vizinhança detiveram, ao longo do tempo, extrema importância na prestação de assistência (material e afetiva). Não raras vezes, verificou-se o apoio económico, consubstanciado no suporte dos encargos com a habitação, como também se impuseram outras formas de auxílio (que não exclusivamente reduzidas a fatores financeiros) (Bonvalet, 1993), sendo de destacar, principalmente, a ajuda na realização de tarefas da esfera doméstica: como o governo e manutenção e/ou vigilância da casa; o auxílio nas rotinas familiares; o cuidado de crianças, entre outros.

“Casei em 1960 e fiquei a morar com o meu sogro. Fui viver num quarto, na minha sogra... Tem a parte de baixo e a parte de cima. É rés-do-chão e primeiro andar. E a minha sogra morava no primeiro andar. Mas vivemos ali num quatinho, a minha sogra vivia noutro. E ainda tinha um quarto de vago. Tinha a oficina do meu sogro. (...) Estive cinco anos. (...) Depois fomos para a Palmilheira. Aí o meu sogro ajudou. O meu marido ainda estava a começar na *PT*. (...) O meu marido trabalhava aqui em cima nos serviços de rádios elétricos da *PT*. Ele era dos correios, pronto. O meu sogro chegou a ajudar a empregar muitos nos Correios. Ao meu marido deram-lhe a escolher: ou *PT* ou Correios. E ele foi para a *PT*.”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“Quando nasceu o meu filho tentei metê-lo no infantário mas ele não se adaptou. E foi a minha sogra que tomou conta dele até ele ir para a escola. Para isso, com isso, sempre contei com a parte da minha sogra. (...) Levava a minha esposa e o meu filho de manhã. Ia para o trabalho. E depois à noite passava pelos meus sogros. Às vezes, jantava por lá, outras vezes vínhamos para casa.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

*Rapaz*: Os nossos pais são um pouco o nosso impulso, não é. Mesmo ao princípio, não é, deram-nos um impulso que nos ajudou muito.

*Rapariga*: E se a minha avó não optasse por comprar [o apartamento], pronto, não é, provavelmente, ter-me-ia ajudado monetariamente,... Até porque ele ... o ordenado tanto vinha como não vinha. O meu medo foi ficar a dever dinheiro a alguém, sabe... (...)

*Rapaz*: A família é próxima, eles moram aqui. Ainda hoje manhã o meu pai veio. Se calhar, mais à tarde, já está a avó dela...

*Rapariga*: O meu tio... (...)

*Rapaz*: Acolheram-nos bem. São as mesmas pessoas que andavam aqui, de quando morava aqui... Tanto há essa familiaridade que aqui neste prédio, ainda há pouco tempo vieram aqui e entregaram-nos um pão... um pão da avó, não é.

*Rapariga*: Sim, é a nossa vizinha que está-nos sempre a dar miminhos. E ajudar-nos. [risos]

*Rapaz*: Eu penso que se fosse morar para o centro de Ermesinde, se calhar, não havia essa proximidade. Ainda acho que aqui, ainda, deve haver um pouco dessa mistura da vizinhança, do... «Ó, vizinho, posso ir buscar o açúcar?!» Eu recordo-me perfeitamente, ainda há pouco tempo tivemos esta lembrança de eu ir à minha vizinha buscar açúcar, que faltava açúcar, e depois entregar uma chávena ou um pacote de açúcar. Era assim.”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

O segundo aspeto refere-se à forte tendência para a fixação feminina no lugar e no tempo, na medida em que, à semelhança do que se sucede noutras frações, a cultura familiar e/ou doméstica encontra-se muito ajustada a uma distribuição desigual dos papéis de género e muito marcada pela conceção tradicional da repartição das tarefas. Embora se denotem certas diferenças nas famílias compostas por elementos mais novos, torna-se perceptível que, no quadro residencial destas frações, assim como nos modos de organização das relações e de distribuição de recursos entre os seus membros, a simetria de papéis não é proporcional.

Motivadas, ao longo da sua trajetória migratória familiar, por razões de ordem económica e/ou interacional, é de observar que o investimento feito na família, na casa, no cuidado dos filhos ou na vizinhança (mais próxima) acabou por tomar grande parte dos projetos de vida de algumas destas mulheres, ajudando à conservação de um perfil de

elevada especialização no trabalho doméstico, do qual as próprias redes locais de interconhecimento (entretanto criadas) exerceram relativa influência.

“Cheguei aqui [ao lugar], organizei a casa. Comecei logo a trabalhar. Fui sempre costureira de alfaiate. (...) Ia trabalhar para o senhor E., era o alfaiate, o meu patrão, de quem gostei muito e ele também de mim. Ainda foram uns anos! (...) Depois, mais tarde, trabalhei aqui na dona A., na Rua de Ermesinde, a fazer modelos (...) Mas tinha que ter a comida feita ao meio-dia. Pronto, e trabalhava de costura também em casa... Entretinha-me a trabalhar, a fazer qualquer coisinha. E depois ele [o marido] começou a ser aumentado e, pronto, eu comecei a trabalhar menos também. Se me apetecesse fazia, se não me apetecesse não fazia. Fui fazendo mais a vida de casa... A gente fazia as coisas em casa para nós e depois vinha uma vizinha: «Ó vizinha, não pode pôr remendos aqui numas calças?» (...) Dou-me bem com todos. Ainda hoje. Já moro aqui há muitos anos. E mesmo as pessoas que chegam dou-me bem com elas. A D. E., sou muito amiga dela. Somos muito amigas. E aqui os meus vizinhos e tudo, não há problema.”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“Nunca trabalhei. Ele [o marido] não me deixava trabalhar, era muito ciumento. (...) Podia ter sido guarda do caminho-de-ferro, ele não deixou. Quis antes que estivesse em casa a olhar pelos filhos. Estive sempre (...) à beira do marido. (...) Quando viemos para o Porto, gostei muito. (...) Os vizinhos também eram boas pessoas... As pessoas do Porto são mais populares do que aqui. É. (...) São mais prestáveis, mais dadas. (...) Dou-me bem com todos, agora. Toda a gente me estima bem. Sou a pessoa mais velha do prédio.”

Grupo doméstico 13, residente na atual habitação há 20 anos

Mas, é necessário afirmar que a prossecução de uma ligação forte ao território também se mostrou favorável por via do trabalho.

Ajustando os orçamentos familiares às necessidades do agregado, noutros casos em análise, a mulher foi exercendo a sua atividade profissional (sob o regime de assalariamento declarado ou não) em áreas próximas do espaço de residência, demonstrando que o confinamento ao espaço doméstico, à habitação (e ao seu meio envolvente) se foi reforçando à custa de alguns constrangimentos, ajudando a intensificar tais traços de distinção (Cartier *et al*, 2008: p.83-84).

“ (...) [A minha mulher] trabalhou quase sempre nas confeções. Trabalhou até vir para casa, por reforma de invalidez. Foi operada, por doença profissional. Uma reforma de 34 euros. (...) Esteve sempre por aqui ela. E teve sempre mais disponibilidade para acompanhar o meu filho, sobretudo quando era pequeno. (...) Quando o meti aqui [na Escola Primária da Gandra] era ela que o levava lá. Nunca entrei por aquela escola, nem sei sequer como é por dentro. Não tinha disponibilidade. (...) A minha mulher esteve sempre por aqui. À hora do almoço tinha tempo de ir a casa da mãe e depois ia voltar a trabalhar porque era pertinho. (...) Trabalha agora como interna, toma conta de uma menina desde que nasceu. Ela tem oito anos. É tipo uma ama, a tempo inteiro. Sai de casa às seis da manhã, chega à casa sete, oito horas da noite. Conforme... A mãe da menina é médica. Mora aqui perto. Nos dias em que faz SASU [Serviço de Urgência no Centro de Saúde de Ermesinde] chega às dez da noite e a menina não vai ficar sozinha, não é. E ela fica com ela. Às vezes dorme lá ou traz e dorme aqui na nossa casa...”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos



#### 4.4. Alojamento, família e trabalho: notas (interpretativas) de síntese

Tendo pretendido, nesta secção, dar conta da evolução das trajetórias de inserção (e até de relação) das famílias com o lugar, torna-se indispensável começar por sintetizar algumas das constatações mais relevantes da nossa análise.

Antes de mais, é de realçar que a orientação destes percursos, tendo sido pautada por períodos (curtos ou latos) de migração, acolheu, junto dos grupos em estudo, uma certa diversidade. Decorrendo em função de uma série de acontecimentos decisivos, e com alguma margem de variação, pudemos observar que, ao longo do tempo considerado, os ciclos de vida familiar não se assumiram propriamente como processos lineares, muito pelo contrário. De facto, os próprios efeitos das dinâmicas e estruturas familiares, sujeitos a recomposições consideráveis, detiveram um peso significativo no decurso das várias deslocações, condicionando uma parte importante das tomadas de decisão destes agentes relativamente à inserção no território (Ferreira, 2005; Ogg, 2010: pp.85-86).

Não obstante verificarmos diferenças no modo como as fronteiras socio-territoriais foram sendo delineadas e no significado que a mobilidade representou (e ainda representa) para cada um dos três grandes lugares de classe em análise (e suas frações) – demonstrando assim que, conjuntamente, há que olhar para além dos critérios tradicionais – estamos em crer que as dinâmicas familiares (e suas transformações) foram muito expressivas na criação de novas necessidades face à habitação e ao *habitat* escolhidos, explicando alguns dos motivos para as mudanças de residência (Bonvalet, 1991; Segalen, 1981).

Por outro lado, também há que ver que as relações com este lugar em concreto (e com a sua envolvente) estiveram muito circunscritas aos horizontes de inserção laboral dos vários agentes. A transversalidade de experiências profissionais encontrada – quer sob a forma de trabalho independente ou dirigente, quer sob a forma de trabalho assalariado, familiar remunerado ou não – permitiu-nos perceber que as “condições de instalação”, embora muitas vezes próximas cronologicamente (e aparentemente dominadas por traços comuns de reorientação geográfica associados ao processo de (sub)urbanização), não foram objetivamente similares.

Representando o Grande Porto e o centro da cidade, para várias das famílias inquiridas, eixos territoriais fulcrais de atratividade dos percursos de mobilidade laboral/escolar e habitacional ou até mesmo de diversificação das atividades sociabilitárias e de lazer, interessa salientar que a importância que lhes tem sido dada, na passagem do tempo, vem sucedendo de forma dissemelhante. Na realidade, pelo que percebemos, os efeitos do trabalho, no desenvolvimento de estratégias de compatibilização e de aproximação com o espaço residência, não tomaram, à primeira vista, os mesmos sentidos em cada grupo, nem os mesmos resultados. E isso foi observável, de modo preliminar, na leitura da vivência das culturas domésticas propriamente ditas (onde as assimetrias da divisão sexual do trabalho são visíveis) e na relação de trocas culturais com a zona residencial (onde os limites de atuação se apresentam, para cada fração, claramente diferenciados) (Verret, 1995: pp.208-214).

Depreende-se, assim, da nossa leitura, que trabalho e alojamento constituíram elementos fundamentais na construção do quadro da configuração das posições familiares/residenciais destes grupos domésticos, mas que a estas (distintas) disposições se conjugaram diversos arranjos de acordo com o apelo e/ou inserção profissional em causa (Avril *et al*, 2010: 131-139). No entanto, além do trabalho, subsistem múltiplas cenas pelos quais os indivíduos participaram (e participam) no espaço social (local).

Havendo quase sempre uma relação de determinação forte entre vida laboral e vida familiar para a instalação territorial, diferentes processos de identificação modal, com incidência na topografia dos trajetos e nos modelos de fixação, podem ser lidos a partir das várias trajetórias (Bozon, 1984), bem como certas oscilações nas matrizes de orientação domesticidade e/ou interatividade (Juan *et al*, 1997).

No caso da *burguesia dirigente e proprietária* viu-se que a relação (privilegiada) com a propriedade local foi tanto maior, quanto mais estável a sua trajetória profissional se perfilou no tempo e quanto maior foi o reforço dos respetivos posicionamentos no exercício (local) das suas funções. Em relação à *pequena burguesia*, mesmo configurada pela diversidade interna, notou-se, de facto, que a consolidação de uma teia de deslocações pendulares ou de carácter mais definitivo (atingindo registos de maior moderação ou intensidade) foi-se articulando a importantes modalidades de socialização

e vinculação identitária à área residencial e à sua envolvente. E por fim, verificou-se que o *operariado* mostrou-se sensível a fixações habitacionais territorialmente muito precisas, sendo uma boa parte dos limites regulados pelas vantagens e/ou desvantagens económicas e/ou afetivas da relação de distância.

Por isso, ainda que estejamos perante uma escala tão reduzida como a do “quarteirão”, parece-nos operatória a defesa de uma abordagem que possa precisar, mais finamente, as ligações de variação existentes entre trabalho, relações familiares e aspirações residenciais. Mas, para já, para o que nos agora importa, vejamos, de seguida, quais foram as efetivas condições objetivas de acesso ao alojamento por parte destas famílias e o modo estas se alteraram ou não no decurso das várias décadas de residência no lugar.

## **Capítulo V- As (re)configurações das posições residenciais dos grupos domésticos, num quadro geral de transformação na relação com a habitação, e a importância das relações locais no lugar da Gandra (1969-2014).**

### **5. Introdução**

Partindo da sistematização de alguns dos principais contornos das trajetórias de inserção dos grupos domésticos no lugar da Gandra, este capítulo analisará as condições objetivas de acesso à habitação de cada um deles, incidindo, mais atentamente, o seu olhar sobre a ligação entre várias etapas dos quadros do ciclo de vida familiar e as principais transformações no relacionamento com a residência atual. Pretendemos, desta forma, expor quais foram os principais recursos mobilizados por estes agentes no acesso ao domicílio, à luz das transformações ocorridas no mercado habitacional português, e que impactos representacionais existem, ainda hoje, relativamente aos regimes de ocupação adotados (Bourdieu e Saint-Martin, 1990; Authier *et al*, 2010). Além disso, sabendo nós, da leitura destes processos, que o acesso à habitação não foi igual para todos e que foi também diferenciada a avaliação residencial realizada, procuramos também dar conta do tipo de valorização que é dada à residência atual relativamente aos percursos anteriores (Ascher, 1995; Magri, 1997; Cartier *et al*, 2008).

Por outro lado, consideramos ser pertinente analisar a importância do papel de ajuda que a família (de origem e alargada) assumiu, de uma maneira geral, na definição e reorientação das trajetórias residenciais dos vários grupos domésticos, problematizando-se, com mais acuidade, as suas várias formas de assistência (Masclat, 2002; Cartier *et al*, 2008; Pitrou, 1977). Para lá do significado que as redes de sociabilidade locais desempenharam (e ainda desempenham) na compreensão das condições de enraizamento no lugar, não podemos esquecer, por outro lado, que as condições de mercado existentes dependeram, igualmente, das funções que (de modo conjunto) esta rede geral de relações foi representando, no decurso do tempo, na mediação com o campo local da produção da habitação (Bourdieu, 1990 e 2001a; Bidart, 1988; Lambert, 2012; Authier, 1999-2).

Por fim, o capítulo termina com uma breve caracterização das diferentes “modalidades de estilização da vida” destas famílias (Pereira, 2005: p.58), de forma a alcançar mais afinadamente os processos de (re)produção quotidiana das suas práticas sociais e a sua relação com o alojamento (e o meio envolvente), tendo por referência os usos do tempo e do espaço (Elias e Dunning, 1992) e o exame dos trajetos quotidianos

(Juan *et al*, 1997). No nosso entender, esta permite precisar, entre a pluralidade de formas de vivenciar, habitar e representar o espaço (sub)urbano, aquelas que são as diferenças (de estilos de vida) dos agentes/grupos em coabitação residencial (de acordo com as suas características sociais e culturais) (Weber, 1979) e os grandes operadores (controlados) de construção e preservação identitária (e de distinção) formulados (cf. Elias, 2000; Pinto, 1991; Sabatier, 2002).

## **5.1. Transformações no mercado habitacional português e as suas consequências ao nível regional e local**

### **5.1.1. O declínio progressivo do regime de arrendamento privado da habitação e a difusão do acesso à propriedade**

Se nos focalizarmos, primeiramente, nos regimes de ocupação adotados pelas famílias, vemos que, regra geral, e em quase todos os casos analisados, o regime de arrendamento foi aquele que atingiu maior preponderância ao longo da sua trajetória residencial.<sup>193</sup> Seja por ocupar um estatuto provisório no espectro das aspirações residenciais, ou seja por figurar como a única hipótese plausível à luz da estrutura e do volume dos capitais e meios disponíveis no passado, o recurso a este regime teve uma forte adesão, por parte destes elementos, em especial nas fases iniciais do seu ciclo de vida. Por isso, não será por acaso que os registos de maior incidência tenham tido, precisamente, tradução nos períodos de constituição e afirmação de família própria.<sup>194</sup>

Na realidade, tal como pudemos averiguar no capítulo anterior, estes períodos corresponderam, na generalidade dos casos, a etapas de mudança com algum relevo, geralmente ligadas a certos acontecimentos como o casamento e a mobilidade profissional de um dos cônjuges (o que, muitas vezes, levou à fixação numa área próxima do seu local de trabalho), mas também a situações pontuais de coabitação temporária com os pais e/ou sogros (obedecendo-se a uma lógica mais estreita de entreajuda familiar) (Leliève e Robette, 2010). E, de resto, como veremos mais à frente, todas estas transformações familiares foram tendo, em larga medida, impactos nos *estilos de vida* adotados (Weber, 1971; Bourdieu, 1979); (Rodrigues 2010: p.244 e p.260), manifestando-se, ao longo do tempo, nas formas de viver o alojamento e o *habitat* (Wall *et al*, 2005; Ferreira, 2005: p.84; Rodrigues,1992). Por outro lado, pelo que apurámos, é

---

<sup>193</sup> Inclusivamente durante o tempo de vivência destes elementos com a família de origem.

<sup>194</sup> Compostos, inicialmente, por 2 a 5 elementos, era visível nestes agregados domésticos o peso significativo da conjugalidade e da parentalidade (cf., em anexo, Quadro A-5.1).

preciso ver que, em grande parte dos casos observados, só depois de asseguradas as condições de estabilidade profissional e/ou financeira e familiar, é que se verificou o reforço das opções e/ou orientações residenciais tendencialmente mais voltadas para a ocupação própria, conduzindo, hoje, a um cenário de relativa generalização da propriedade habitacional entre os grupos considerados.<sup>195</sup>

Mas, para entendermos estas transições teremos também que examinar quais eram, no passado, as condições de mercado residencial disponíveis. Se tomarmos por referência o quadro de domínio quase absoluto do arrendamento privado nas duas áreas metropolitanas do país até meados dos anos 1970, fenómeno que, combinado com o aumento crescente da inflação, provocou modificações significativas neste mercado, percebemos melhor o modo como evoluía, nessa altura, a oferta habitacional local e qual seria o cenário de acesso para muitas destas famílias (cf. ponto 4.3.1.3.).

Na verdade, contribuindo para a diminuição da oferta habitacional e para o incremento gradual de novas rendas, o domínio deste regime na cidade do Porto permitiu, que, durante uma primeira fase, a descentralização da habitação arrendada ganhasse maior dinamismo nos concelhos periféricos da região do Grande Porto – espaços onde, aliás, a partir da década de 70, o acréscimo da procura habitacional começa a ser, como sabemos, particularmente evidente (Matos, 2001: p.174). Por isso, e conhecidos os investimentos feitos ao nível das infraestruturas viárias e na rede pública de transportes, é certo que espaços como Ermesinde e, mais concretamente, o lugar da Gandra tenham beneficiado em parte desta tendência de investimento no mercado da construção.

Recorde-se que a generalidade dos elementos dos grupos domésticos inquiridos veio residir para esta área durante os anos de 1970 e 1980 (cf. novamente, em anexo, Quadro A-5.1), justamente, numa fase em que o regime de arrendamento ainda tinha relevância no mercado de oferta habitacional. Por outro lado, sendo o acesso ao empréstimo bancário, até a esta altura, relativamente difícil, tornar-se proprietário antes dos anos 80 do século XX era ainda um risco que muitos não queriam, nem podiam correr (Lambert, 2012; Nunes, 2001; Conceição, 2002; Melo, 1993; Matos, 2001).

---

<sup>195</sup> Enquanto “produto ligado a um dado espaço” e “lugar de um espaço social” (Bourdieu, 2001: p.63), não podemos, portanto, descuidar na nossa análise nem a forma e o significado social associados ao *habitat*, e os efeitos que resultaram da sua difusão “massificada” e/ou do peso e/ou valor atribuído à propriedade, nem o sentido cultural imputado à localização selecionada por estes agentes (Pereira, 2016; Cartier *et al*, 2008; Lambert, 2012).

**«Casas, sempre teve. Sempre se arranjou casa aqui na Gandra.» A descentralização da habitação arrendada na periferia do Grande Porto e as transformações locais mais recentes**

Atendendo às transformações ocorridas no território, e examinando alguns dos relatos recolhidos, tudo nos leva a acreditar que, durante este período, o quadro local de “urbanização recente” permanecia razoavelmente permeável ao investimento em habitação para arrendamento.

Afirmam os residentes que, num cenário local de forte estímulo à venda, o regime de arrendamento era ainda frequente e generalizado e a ele se associavam vantagens comparativas, que resultavam, desde logo, da prática de valores de renda mais reduzidos (quando comparados com os praticados no centro portuense) e da relação favorável de renda-qualidade que os empreendimentos apresentavam relativamente à promoção feita localmente.

Além do mais, há que atender também ao facto de que, sendo o mercado privado o maior responsável pela oferta habitacional no território em estudo e na sua envolvente, e a representatividade do edificado para a ocupação própria ainda menos significativa do que na atualidade, o próprio panorama de fraca flutuação das rendas, verificado durante muito tempo na região, acabou por servir de garantia a uma certa folga orçamental para algumas destas famílias que vieram residir para o lugar.

No entanto, acompanhada, ao longo do tempo, por transformações no plano legislativo, e nem sempre suficientes para inverter a tendência de declínio deste mercado, a política geral de arrendamento foi sendo, progressivamente, alvo de um menor investimento na região, tendo o prolongamento do congelamento das rendas originado alguns efeitos nas relações (locais) entre proprietários e locatários.

De um lado, e na ausência de cobertura das despesas das obras de manutenção e/ou reparação por parte dos senhorios, certos arrendatários (normalmente com maior poder de aquisição) viram-se obrigados a investir no alojamento. Do outro lado, entre os senhorios, generalizou-se a prática de cobrança de quantias “fora do contrato” para fazer face aos vários condicionalismos legais impostos.

“Na minha geração só se podia optar por arrendamento...a não ser que fosse rico e tivesse dinheiro. (...) Porque não havia subsídios, não havia juros bonificados, não havia empréstimos para nada. No meu tempo, comprar um carro, tinha que ter dinheiro para ele. Ou pedir emprestado para o comprar. Ou comprava, porque ninguém lhe fiava o carro, não é? Eu queria uma casa, tinha que ter dinheirinho para comprar casa. (...) A renda era barata, mas tinha que pagar o passe de comboio. E quando vêm os filhos, não é? Eu por acaso não tive esse problema, porque, a minha sogra veio viver comigo e tal... (...) Felizmente, tivemos sempre alguém a ajudar-nos... a família. E, graças a Deus, era bom sinal. (...) O meu senhorio, que não tinha descendentes, nunca quis vender a casa, nem nunca quis fazer nada na casa. (...) Gastei ali um dinheirão naquela casa! (...) Tinha vidros duplos, tinha marquises, tinha... Era tudo novo, chão novo, paredes novas, canalização nova. (...) Nós pagávamos uma renda ridícula, que ele nem aumentava, nem queria saber daquilo, mas nós tratámos aquilo como que se fosse nosso. (...)”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

“Entrevistadora: Continua a ser arrendada [a habitação]?”

Entrevistado: É arrendada. Porque graças... Também a senhoria só aumenta aquilo de... Este ano nem aumentou. Quando toda a gente passou para 280, 300 euros e tal, a minha senhoria nem aumentou. (...) Na próxima vez vai aumentar com certeza, não é? (...) Quando viemos para cá [em 1977] a renda era dois contos e quinhentos, era o salário da minha mulher. Eu ganhava bem na altura, não é, podia pagar. (...) Tanto podia pagar que passado um ano, ou ano e meio, aumentou 20%. Mais quinhentos escudos. Passou para três contos. (...) Passava-me o recibo de dois contos e quinhentos. Sempre assim, não é? Depois não tive mais aumentos, mas naquela altura ainda foi...”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

(cont.)

Nessa perspectiva, e não obstante continuar a revelar algum peso no mercado habitacional local – uma vez que, de acordo com os residentes, a oferta subsiste, apesar de tudo, moderadamente ativa na atualidade – pode-se dizer que, face à dinâmica do passado, a retração do mercado de arrendamento é, neste contexto residencial, um processo inegável.

“Casas, sempre teve. Sempre se arranjou casa aqui na Gandra. Em dez minutos arranja-se uma casa para arrendar. (...) Há muita casa aí para arrendar, a pagar, a pagar. Olhe, 450 euros, 90 contos, pagava eu por aquele que está ali, um T3. Era, 450 euros, ali. Naquela ali, que era um T1+1, eu pagava 350 euros. (...) Quando viemos para cá [em 1974 com os pais] havia escritos, havia, havia... Eram uns papeizinhos brancos que punham às janelas, dantes, quadrados. E ficava no terceiro andar. As pessoas vinham ver se havia escritos. (...) As casas eram construídas ... e depois algumas eram para arrendar e outras eram para vender. As que eram para arrendar, o dono da casa metia um papelzinho quadrado, era... metade de uma folha A4... e sempre com as persianas abertas no vidro. No centro do vidro, por trás. E as pessoas assim já sabiam que aquilo significava que estava para alugar. Era um papel branco vazio. Que estava para alugar. O meu pai passou por aí, o prédio era relativamente novo e optou por este. (...) Não foi um grande esforço financeiro. Não, naquela altura, as rendas eram acessíveis. (...) Agora está mal outra vez.”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

Acontece que às disparidades que, no decurso do tempo, se foram acumulando neste tipo de oferta – e que, não raras vezes, se associaram a problemas sociais e urbanos bem conhecidos, como a degradação e o abandono do parque habitacional mais antigo, a proliferação de situações de clandestinidade e de sobrelotação (por via do aumento do arredamento, por exemplo, em partes da habitação) – também a crescente flexibilização deste regime foi gerando forte descontentamento em alguns dos arrendatários e senhorios, assumindo o mercado de arrendamento uma alternativa cada vez menos proveitosa num quadro local reconhecido pelos seus moradores como economicamente mais fragilizado.

Na realidade, com a atualização dos valores das rendas a ganhar, nos últimos tempos, maior consistência, e com o aumento dos encargos fiscais a fazer-se sentir de forma mais veemente, as implicações diretas tornam-se visíveis para ambas as partes – tanto para quem investiu, como para quem foi beneficiando de condições de regime de ocupação economicamente mais favoráveis. Para os proprietários – para quem os efeitos do congelamento prolongado das rendas de habitação foi conduzindo, ao longo do tempo, ao acréscimo de encargos e a um progressivo desinvestimento – o próprio negócio não se revelou compensatório, visto que, atualmente, os ocupantes têm demonstrado um grau de solvência reduzido.

“ (...) Moradias aqui [na rua] há poucas, há é prédios de rendimento, como vê. (...) Fui proprietário dos terrenos, fui proprietário dos prédios... e presentemente, sou só proprietário dos estabelecimentos. Porque as rendas eram tão baixas, que eu acabei por vender tudo... aos próprios inquilinos. Desse tempo! (...) Agora já foram revendidos, sei lá... Já nem conheço ninguém. A quem eu vendi, já não existem. (...) Ainda agora tenho uma senhora que há dois meses que anda assim. Portanto, isto... [risos] ninguém tem dinheiro... Já o mês passado para pagar foi um caso sério. Este mês já pedi para pagar só para a semana. Vamos lá ver. (...) Repare, todas as agências que normalmente me venderam prédios, desde a extinta *Confidente*, desde a extinta *Nortenha*, desde a extinta *Predial Firmino*, até as atuais... A *Era* e a *Remax*, essa gente toda, toda a gente me telefona: «Ó senhor O. apareça por cá. Está aqui umas pechinchas e coisa...» Eu digo assim: «Oiça, quer dizer, eu não quero nem de graça...» Porque eu tenho que pagar contribuições, como eu estou a pagar agora. Para pagar contribuições não me interessa. (...) Eu fico danado com estas coisas. Há para aí há trinta anos ou nem tanto, eu tinha prédio aqui, um prédio acolá, ficava devoluto, ia-se às Finanças, participava. «Senhor fulano, é o prédio na rua tal, número tal, o andar tal, tal, tal...», «Sim, senhora.» As Finanças viam se era verdade ou se era mentira e nós não pagávamos contribuição. Eles agora não querem saber. Eu pago na mesma as contribuições. (...) Por prestações, pago há volta de 150 contos. Só prestações. Só poupava em três prestações. De maneira que está a ver, isto é assim.”

Grupo Doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

(cont.)



Para os arrendatários (pertencentes às gerações mais velhas) que foram exibindo uma inserção residencial local temporalmente ampla, e viam no baixo custo uma vantagem para a sua fixação e mais consentânea com as suas aspirações, as transformações foram igualmente significativas.

A (grande) desproporção existente entre os preços que eram praticados no passado e os referenciais atuais é, aliás, alvo de profunda insatisfação e de duras críticas por determinados moradores (tento estado até, em alguns casos, na origem de conflitos irreversíveis).

*“Entrevistada:* Não havia assim muitas casas para arrendar. Surgiu esta, que estava a acabar de ser construída [em 1974]. O marido depois veio dar uma volta por aqui [atual Rua de Luanda] e viu o anúncio. (...) Punham nas janelas para arrendar. (...) Quando viemos para aqui, nós pagávamos mil e quinhentos escudos de renda. Portanto, era quase um ordenado. (...) Depois aqui as coisas foram... e ficou... Houve uma altura em que as rendas, como não subiam e tal, chegou-se a uma certa altura em que já era barato. (...) Mas, com o 25 de Abril, os ordenados depois começaram a aumentar e tal, houve aquela progressão grande, que houve nessa altura, e já dava para... Já se geria. Como éramos dois a trabalhar, lá se conseguia equilibrar. [...] A renda agora é bocadinho já mais puxada e tal, não é.

*Entrevistadora:* Porque houve o aumento, não foi?

*Entrevistada:* Ah! Sim, sim, sim. Agora houve um aumento!

*Entrevistadora:* A diferença é muito grande, agora?

*Entrevistada:* Grande, grande, grande. O triplo! [risos] Foi para o triplo... aumentou (...) É o normal agora, são os trezentos e tal euros... (...) Até aqui, estávamos com uma renda barata, mas, pronto...”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

*“Entrevistadora:* Mas era muito baixa a renda, era?

*Entrevistado:* 50 ou 50 e tal euros por mês... E o meu vizinho, que não fazia nada na casa, pagava 30. A dada altura, eu entendi, ele [o senhorio] pôs-se a chorar, e eu entendi que ele que tinha razão, que a renda que era muito barata. Na altura, estavam congeladas, não se podiam aumentar. E eu disse: «Pronto, deixe lá de chorar, ponha aí...» Depois começam a vir os aumentos, 1%, 2% e não sei quê, e a conclusão é que eu, pá, fiquei pagar... Ultimamente pagava não sei se era 50 e tal ou... “ (...) Vá 60 € em números redondos. Agora aparece esta Cristas, que resolve alterar a lei das rendas, aldrabou toda a gente, aldrabou os inquilinos e aldrabou os senhorios. Eu digo-lhe porquê. Então, eles vão à lei, (...), o governo também precisa de dinheiro, aumenta o valor patrimonial, para levar mais IMI e eles aumentam em função do valor patrimonial. Quer dizer, eles chegam ali ao pé de mim e pedem de renda para cada um, pedem-nos 250 € de renda. É, pá, aquela casa está assim como está, portanto, à nossa custa. Pintada por fora e não sei quê. Está lá, é o nosso dinheiro que aí está... (...) De um momento para o outro não tem consideração... Foi um aumento brutal! Uma carta assim muito seca. Eu recebo aquilo, fui a uma advogada entendida nessas coisas. Diz ela: «Pelas minhas contas, pelo seu IRS, você tem que pagar (...) Você, ao rendimento que tem, é obrigado a pagar e o senhorio até pode pedir mais.» Vim-me embora. Disse-lhe [ao senhorio]: «(...) Quando acabar estes dois meses, eu deixo-lhe a casa, porque vocês estão tolos...» Eu disse logo: «Vocês são loucos. Olhe, 250 €. (...) E ponha-lhe mais 50, são 300 €. Eu, por 300 €, na Gandra, arranjo uma casa que vale duas dessa em segundos. Vocês andam tolos, vocês andam loucos.» E assim foi.”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

O certo é que, sob um cenário que se altera substancialmente a partir das últimas três décadas do século passado – uma vez que a facilitação do tipo de acesso ao empréstimo bancário alcança desde aí maior impacto – assiste-se, como consequência, a uma política de habitação cada vez mais orientada para a aquisição de casa própria, assumindo o setor financeiro uma posição-chave nesta matéria.

De facto, a avaliar pela crescente participação da banca comercial em atividades de investimento, permitindo-lhe transformar os créditos bancários hipotecários em títulos e garantir a sua venda nos mercados de capitais, a liberalização dos mercados financeiros

teve, neste domínio, um papel decisivo no processo de fomento do crédito à habitação (Cordeiro Santos *et al*, 2013: p.30).

Veja-se que, dispondo de mecanismos de libertação de capital para a concessão de novo crédito, mas também de dispersão do risco, a própria banca foi adensando, ao longo deste processo, a titularização destes créditos, algo que lhe permitiu desarticular a atividade de concessão de crédito, e do risco a ele associado, e transferi-lo para os compradores dos títulos (em troca do pagamento futuro de juros elevados), incentivando, assim, crescentemente o endividamento das famílias (Idem). Passou, então, a haver um claro predomínio do mercado de compra (através de crédito bancário e dívida a longo prazo) e a partilha entre promotores, instituições bancárias e adquirentes estreitou-se expressivamente (Nunes, 2001: pp.101-106) (cf. ponto 3.4.3. do Capítulo III).

Além disso, num quadro de alteração das condições de financiamento (e de acesso), e de prevalência da propriedade enquanto regime de ocupação do alojamento e de institucionalização da figura do ocupante proprietário, interessa não descurar o modo como, para lá da banca, vários intervenientes foram interagindo e participando ativamente nesse processo – designadamente, o Estado e as políticas públicas de financiamento e as próprias instituições de seguros e de registo e mediação imobiliária (Nunes, 2001: p.83-84; Magri e Topalov, 1987).

Até porque, num panorama local em que, como é sabido, a política urbana foi quase exclusivamente administrada por agentes da área e atores privados, e não foi igualmente imune às transformações socioeconómicas e institucionais em curso, o entendimento de parte da interseção existente entre os vários participantes põe a descoberto muito do que localmente se sucedeu (e ainda hoje se sucede) na reconfiguração da estrutura económica, urbanística e social do território.

**«Não é o que incentivavam, na altura?» O movimento de generalização progressiva do acesso à propriedade através do crédito.**

Acontece que não podemos desconsiderar que, devido ao impacto das políticas de acesso ao crédito habitacional promovidas pelo Estado português desde meados dos anos 1980, e num contexto posterior de grande dinamismo do crédito habitacional (privado), a maioria das famílias em estudo acaba por beneficiar de condições de (relativo) incentivo ao consumo e à aquisição da habitação. Tudo indica que o aumento do poder de compra das famílias e a valorização do alojamento como destino de aplicação das suas poupanças e rendimentos tenham estado, de facto, entre as causas principais de adesão, mas também é verdade que, em clima de concorrência, e praticando a crescente descida das taxas de juro, as instituições de crédito possibilitaram que o acesso fosse cada vez mais alargado.

“Eu depois vendi a outra, eles deram-me, pagaram ao banco, com o dinheiro que tinha dei entrada nesta e fiquei a pagar ao banco. (...) Não é o que incentivavam, na altura? (...) Eu antes queria ter casa própria, porque achava que se estava a dar o dinheiro ao fim do mês, que ficava minha ao fim de uns anos. E foi por isso que eu sempre... antes queria estar a pagar ao banco do que estar ao senhorio ou à senhoria.”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“Porque o andar moraria era um bom andar, com umas áreas jeitosas mas era só o pátiozito e a casa em si. Enquanto lá, não. (...) Tinha mais espaço. Mas... (...) Foram 30 e tal mil contos na altura, ao todo. (...) Não tive problemas com o empréstimo. Os quinze mil [contos] foram logo para dar. E depois, pronto, pedi mais algum. Não para a própria casa em si, mas para mobilar. Aproveitei a mobília, sim senhor, mas depois, mais tarde, pedi como para obras para a casa, mas foi para comprar mobília para encher, que aquilo era muito grande e eu não tinha como... (...) Era uma moradia enorme! Comprei uma mobília de quarto para mim e uma mobília de sala mas, em contrapartida, a outra mobília da sala, que eu tinha, era já em linhas direitas e aproveitei para a parte do escritório. Para guardar livros, para pôr lá o computador, etc.”

Grupo doméstico 17, residente na atual habitação há 2 anos

“Entrevistadora: Na altura, tiveram que recorrer a crédito?”

Entrevistada: Foi. (...) Viemos para aqui, comprámos este terreno... Comprámos e depois a casa, com crédito. (...) Porque não havia possibilidade... Vendemos o apartamento e retirámos daí algum dinheiro. (...) Eu, por mim, ficava, ficava ali no apartamento e pronto. (...) Mas ele [o marido] ... O meu marido gostava muito de ter uma casa assim, com um bocadinho de terreno... Com um pátiozinho para as miúdas, dizia ele... embora as miúdas não ligassem nenhuma.”

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

Feitas estas observações, é preciso, todavia, salientar que este processo tem vindo a ser marcado, no decorrer do tempo, por fortes contradições e desequilíbrios, embora com especial evidência desde a viragem para o século XXI, fase de reconhecido abrandamento na regulação do sistema financeiro, e que culminou numa série de efeitos negativos, em todo o mundo, e, em particular, no período de 2007-2008, devido à chamada crise do *subprime* (Cordeiro Santos *et al*, 2013: p.8).

Perante o facto do segmento de crédito de risco estar sobretudo relacionado com empréstimos para a compra de habitação, a gravidade e extensão desses efeitos serviram de alerta para a tendência visível de insolvência de muitas famílias, e, por isso, alguns entrevistados não deixam mesmo de sublinhar as dificuldades crescentes com que hoje muitas delas se confrontam no suporte dos encargos com o alojamento, destacando inclusivamente a cada vez menor e enfraquecida capacidade de amortização das suas dívidas. No entanto, ao mesmo tempo, parece-nos evidente a presença de um discurso dominante em que, face à acentuação do estigma associado ao incumprimento, é necessária a marcação da diferenciação social para com aqueles (os devedores), que, segundo eles, não fizeram um uso eficiente da dívida.

(cont.)

Ora, estando tais dificuldades indissociavelmente associadas por um lado, ao aumento do desemprego e do trabalho precário e à maior instabilidade dos postos de trabalho e, em parte, por outro, a alterações nos padrões de consumo (nem sempre devidamente limitados), pode deduzir-se, contudo, dos seus relatos um certo sentido de dupla “condenação”, traduzido na tentativa de “culpabilizar”, para além dos indivíduos que simplesmente não souberam “adaptar-se” ou “resistir” às exigências da nova realidade de liberalização do crédito hipotecário, as próprias instituições bancárias que, com o intuito de captar um leque cada vez mais alargado de novos clientes, têm sido altamente responsáveis pelo fomento “sistemático” e “desenfreado” de dispositivos de crédito. A avaliar pelos depoimentos recolhidos, os residentes acabam inclusive por assinalar como, nas últimas décadas, tem sido forte o incremento na comunicação das instituições financeiras dos seus vários produtos bancários e da prestação de uma série de serviços.

“Vieram muitos problemas. Endividamento a mais. Também houve muitas famílias que...Os créditos eram muito fáceis de fazer, antigamente. E então aproveitavam e faziam créditos para tudo e mais alguma coisa. (...) Quando foi do [meu] crédito, o banco também perguntou se eu queria fazer mais, que o IRS dava. Podia ter pedido, e em vez dos 12 ou 13 500 [contos], podia pedir 20 ou 25 000 e assim, para comprar carro e tudo. Para quê? E depois os juros? E depois a prestação ia para quanto?”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“Eu se queria uma casa, tinha que ter dinheirinho para comprar casa. Ou então tinha um quintalzinho e ia fazendo à medida que fosse tendo dinheiro e não sei quê. Não é como agora que eles têm casa, têm carro... Esta sociedade está assim. Eles agora casam, têm casa, o banco dá dinheiro para casa, dá-lhe para a mobília, dá-lhe dinheiro para carro, dá-lhe para tudo...e depois deu no que deu.”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

Por outro lado, lendo outros testemunhos, há também indicações de que muitos destes desequilíbrios se fizeram sentir em vários setores da atividade económica, como é o caso do setor da construção. Depois de uma fase de apogeu, e até de incentivos públicos e privados ao setor, facto que conduziu à própria reestruturação do sector imobiliário, com uma participação forte dos bancos, através da criação do crédito à aquisição, promoção e construção de habitação, existe o reconhecimento de que, no plano económico português, a recente conjuntura tem sido particularmente penosa para o setor da construção, afetando de forma muito negativa o volume de emprego gerado e o volume de negócios criado pelas empresas, e que as consequências se viram ampliadas em virtude do grande peso que este assumiu historicamente sobre a economia nacional (Matos, 2001: p.495).

Logo, não é de espantar que alguns dos entrevistados, alguns até com posições privilegiadas nestes campos, enunciem o notório contraste entre um passado, marcadamente caracterizado por um clima favorável de penetração do capital financeiro da Banca e das seguradoras no sector imobiliário e no financiamento ao sector da construção, e que até permitiu cobrir algumas das necessidades habitacionais locais diagnosticadas, e um presente representado pela degradação do dinamismo industrial local, da recessão socioeconómica generalizada e da supressão considerável de postos de trabalho, fenómenos também eles associados à própria desvitalização do setor.

“Filha: Na altura, a construção estava em grande e as pessoas queriam construir, queriam fazer prédios, porque havia muitas ilhas, havia pessoas a viver sem condições nenhuma... Tipo aquela ilha dali, por trás da escola [Escola Primária da Gandra], não sei se tem condições, se não tem, mas havia pessoas a viver em muitas más condições e as pessoas que tinham algum dinheiro, foi o caso deste construtor e de outro começaram a construir, começaram a ganhar algum dinheiro, porque ninguém se mete a construir algo sem ser para ganhar, não é? (...) E as pessoas começaram-se a aventurar. Umas porque tinham possibilidades, outras... porque houve muitas pessoas, como a minha mãe, que eram inquilinos e tiveram oportunidade de comprar e compravam mais barato de que comprar novo... (...)”

(cont.)

“(…) Houve aquela grande fase em que o banco emprestou muito dinheiro e as pessoas compraram sem medidas, sem regras, não é? Que agora estamos a pagar isso tudo, não é? É como tudo.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há dois anos

“A certa altura, o poder de compra era de tal ordem grande que as pessoas mesmo sem dinheiro faziam prédios e pronto. Mais tarde, começaram a aparecer muitos construtores que trabalhavam com o dinheiro do banco. (...) E acontece o quê? Agora houve esta triagem, desde que houve isto [o crash financeiro], pois, claro, ninguém compra, ninguém vende e a maior parte deles foram todos por água abaixo. (...) Olhe, um deles até está, que eu fiquei admirado, está numa situação bastante periclitante. É, claro, troca-se de carro como quem troca de camisa. Compra-se isto, faz-se aquilo e tal, porque naquele tempo era assim. Destapa aqui, cobre aqui, destapa aqui, cobre aqui. Tudo com o dinheiro dos bancos. (...) Os bancos foram culpados de muita coisa! Eu fiz diversas escrituras em que o próprio empregado bancário dizia: «Mas o senhor não quer levar mais dinheiro? Veja lá, se quer levar mais. Não quer montar uma cozinha moderna? O senhor não quer comprar um carro?» Era assim que eles falavam. Agora dizem que há muito crédito malparado. Eles é que foram os culpados!”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

“Trabalhava com o meu primo na área da construção, automaticamente... O que é que me pôs nesta situação? Foi o compreender que ele não tinha necessidade de estar a investir na minha pessoa se não havia venda. Temos os terrenos, não vendemos, aquilo que tínhamos, tivemos que alugar. Dá para pagar os juros bancários e suportar as despesas daquilo?! Então, pronto. Pronto, nesse caso vou para [o desemprego] ... Percebe? E tudo o resto, o que está, está pela minha mão.”

Grupo doméstico 24, residente na atual habitação há 16 anos

“(…) A zona do centro era muito antiga e o único prédio grande aqui, que depois começaram a fazer ali, foi um em frente à igreja, que foi do *C. G.*, que até foi por intermédio do nosso banco [à época *Banco Totta & Açores*], foi o nosso banco que o financiou. (...) Portanto, isto assim: «Vocês ficam com aquilo mas esta parte aqui eu faço para o banco.» ... Pronto, o banco financiava-o e ele dava aquela parte ao banco, fazia o banco ali na parte de baixo. Nessa altura, quando o A. D., era administrador disse que não: «Então ainda agora vocês mudaram, foram ali para os bombeiros, agora já fomos gastar dinheiro ... ir outra vez para ali? Não senhor, não vai nada...» Foi quando o banco vendeu e foi logo para a *Caixa Geral de Depósitos*. (...)

Eu chegava a ir trabalhar aos sábados e aos domingos para o banco. O nosso banco, aqui o banco *Totta*, aqui o de Ermesinde, houve uma altura em que eles fizeram obras aqui para aumentar o espaço (...) porque a nível de clientes, os clientes foram aumentado e era preciso mais espaço e mais caixas. (...) E, de clientes, olhe... (...) havia um senhor que é o senhor M., esse era também empreiteiro da construção civil, fez muita construção nesse tempo, esse também, às vezes, o balcão estava cheio, ele via que ia demorar, ele fazia só assim [*entrevistado exemplifica com um gesto*] e lá vinha com um envelope, com o dinheiro... e punha assim no meu bolso do casaco. (...) Pronto, e no outro dia, quando depositava na conta, a gente fazia lá o que tinha a fazer, quando fosse lá ao banco, ou passado dois dias ou três, depois entregava-lhe o talão de depósitos. (...)

Havia muita confiança. (...) Houve muitos que vieram logo ao princípio, aqueles grandes industriais, e mesmo da construção civil, vieram logo para aqui. Eu lembro-me, porque, olhe, onde eu moro, este prédio aqui, foram dois indivíduos que vieram da Venezuela, construtores, que disseram assim: «Ó pá, aquela malta veio lá de Angola agora...», em [19]75 já estão a trabalhar lá na construção civil, «...vamos aproveitar. Nós temos algum dinheiro ganho, vamos para lá e vamos desenvolver também o nosso ramo da construção civil...» Foram eles que me disseram (...) Mesmo os de lá fora, os que estavam em França... tive clientes, ali no banco, da construção civil que estavam lá a trabalhar. (...) Foi nessa altura que isto começou a desenvolver a (...) partir dos anos 80, pronto, para a frente.”

Grupo doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

Ora, é justamente neste panorama geral de alteração das condições de financiamento (e de acesso) que precisamos de observar quais foram os principais meios de utilizados pelos grupos domésticos (em análise) no suporte do custo da habitação atual, num horizonte mais ou menos lato de tempo, e que influência eles tiveram (ou não) nos itinerários de mobilidade residencial anterior, pois, caso contrário, a ausência desta

informação limitaria, no nosso ponto de vista, qualquer análise dos seus percursos de “mobilidade social” (Bourdieu e Saint-Martin, 1990: p.54 e p.60; Bourdieu, 2001a: p.38; Magri, 1993: pp.154-156; Cartier *et al*, 2008: p.16). Nesse sentido, para a presente discussão, interessará, em primeiro lugar, termos uma visão mais abrangente do seu perfil de investimento (e das decisões de crédito e de consumo), bem como das estratégias adotadas em matéria de provisão.<sup>196</sup>

### 5.1.2. O custo da habitação e a diversidade de meios utilizados

Segundo o que pudemos aferir, para quase todos estes grupos (embora não de imediato para alguns), o recurso ao crédito bancário (ou de outro tipo) assumiu-se (e ainda se assume em certas situações) como uma das principais fontes de acesso à propriedade habitacional, revelando-se, inclusive para aquelas famílias que apresentavam maior estabilidade de rendimentos, um instrumento complementar de auxílio à compra do alojamento (e também de apetrechamento) (cf. Quadro 5.1). Sendo assim, isto que significa que devemos encarar o papel muito relevante do setor financeiro não só como intermediário das decisões de consumo, mas similarmente como fornecedor suplementar de serviços às famílias que, por sua vez, têm vindo a reforçar a aquisição de outros bens de consumo.

**Quadro 5.1** – Principal meio utilizado no suporte do custo da habitação e outros meios de apoio complementar  
(Lugar da Gandra - Ermesinde) - 2014

Principal meio de suporte	nº	%	Outros apoios	nº	%
Recurso a crédito bancário	11	35,5	Recurso a crédito bancário	3	9,7
Recurso a crédito (outro)	1	3,2	Venda de outra habitação	1	3,2
Venda de outra habitação	2	6,5	Apoio financeiro de familiares	4	12,9
Apoio financeiro de familiares	1	3,2	Rendimento global do grupo doméstico	2	6,5
Apoio financeiro de familiares (através de recurso a crédito bancário)	1	3,2	Sem outros apoios	21	67,7
Rendimento global do grupo doméstico	15	48,4			
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31.

É de realçar, no entanto, que, entre os meios mais utilizados no suporte dos encargos com a habitação ou na sua aquisição, o rendimento global disponível dos grupos domésticos teve (e tem ainda) uma grande importância. Na prática, em alguns casos, sobretudo para as famílias que vivem sob o regime de arrendamento, o custo da habitação

<sup>196</sup> Tendo sempre presente que a análise destes meios e da gestão dos orçamentos familiares, não deixam de estar associados à configuração do quotidiano destes agregados, e, como tal, são sensíveis às oscilações verificadas nos seus diferentes ciclos de vida (Segalen, 1981: pp.273-277).

associa-se hoje ao pagamento de rendas mensais; mas, em muitos outros, em que predomina o regime de propriedade, este custo foi assegurado basicamente pelas poupanças familiares (numa lógica de autonomia ou, porventura, de aplicação proveitosa dos recursos).

Além disso, não podemos deixar de referenciar a relevância do apoio financeiro suplementar prestado pela família de origem no encargo com a habitação – uma modalidade relativamente utilizada, face às vantagens da relação de confiança existente, capaz de garantir uma maior negociação dos seus custos e um acesso mais imediato e menos “resistente” à liquidação dos encargos. Fonte de “um corpus social” geracionalmente transmitido, o recurso a esta modalidade será, aliás, fundamental para percebermos, mais adiante, o impacto que esta pode gerar na manutenção das distâncias entre os grupos no espaço social local e de como a socialização do consumo está adstrita a razões de cariz eminentemente social (Bonvalet, 1993; Segalen, 1981; Bourdieu e Martin, 1990; Authier *et al*, 2010).

A verdade é que, pese embora este cenário, e atendendo à informação anteriormente disponibilizada, importa examinar com maior profundidade as diferenças existentes entre os grupos domésticos, e, mais concretamente, as reais condições que estes demonstram (e demonstraram) ter no plano de distribuição das modalidades de acesso e de financiamento da habitação.

## **5.2. Condições objetivas (distintas) de acesso ao alojamento e breves aspetos da avaliação residencial**

De modo a captar, junto destes elementos, as diferenciações sociais e culturais (estilos de vida) a que, em geral, o processo de recomposição socio-territorial local esteve ligado, esta etapa constitui, na nossa perspetiva, uma condição analítica de partida basilar para que se possa perceber também, e com maior clareza, o tipo de relação que foi sendo estabelecida ao longo do tempo entre as famílias e a habitação.

Se é possível reconhecer a presença de margens (ligeiras) de variação nos posicionamentos residenciais atuais, não deixam se ser igualmente notórias as oscilações verificadas nas disposições (materiais e simbólicas) em torno da casa – seja através do exame dos sentidos atribuídos pelos agentes, e da carga prática, funcional e simbólica que a residência assume atualmente; seja pela apreciação do peso das condições locais na formação das suas disposições e práticas em contexto urbano, no decurso do tempo; ou, ainda, pela avaliação dos atributos estruturais dos grupos em causa (Pereira, 2016: p.23-

25; Ascher, 1995; Magri, 1997; Cartier *et al*, 2008; Lambert, 2012; Authier *et al*, 2010 e Pinçon-Charlot *et al*, 1986).

Neste sentido, um olhar transversal pelos percursos residenciais das diversas famílias permite-nos, antes de mais, ver que, na generalidade dos casos, o relacionamento com a propriedade habitacional tem sido muito heterogéneo (cf., em anexo, Quadro A-4.3 – Capítulo IV) e que diferentes meios foram sendo utilizados, na passagem do tempo, no suporte dos encargos com a habitação. Existem, portanto, alguns grupos que, nas suas trajetórias, permaneceram mais sensíveis ao regime de arrendamento – como são os casos das famílias da *PBE* e da *PBTEI*; outros em que este regime perdurou algum tempo até à mudança para a ocupação própria (como são as da *PBIP* e a *PBEP*) e, também, os grupos cuja propriedade com encargos associados é relativamente mais significativa (*OI* e *PBE*) do que noutros, e em que já não existe (ou não existiu) qualquer obrigação (*PBPA*, *OP*, *PBTEI* e *BDP* e *BP*, respetivamente). Vejamos, então, com mais pormenor.

#### **5.2.1. O acompanhamento “próximo” e qualificado do projeto residencial da burguesia dirigente e proprietária local**

Assim, e do nosso ponto de vista, podemos avançar, em primeiro lugar, com a ideia que são precisamente os grupos domésticos constituídos pela *burguesia dirigente e proprietária* e a *burguesia proprietária* aqueles que, em matéria de acesso ao alojamento, representam as grandes exceções, na medida em que, como vimos, os investimentos em propriedade, em valores fundiários e imobiliários foram imprescindíveis para assegurar um *trajeto de patrimonialização* residencial relativamente *apreciável* e, globalmente, *mais favorecido* do que nas restantes frações (Rever ponto 4.3.2.1. do Capítulo IV).

Enquanto instrumentos (individuais e familiares) de promoção social e de acumulação de rendimento económico, estes investimentos (herdados e acumulados ou até adquiridos e preservados) trouxeram, na verdade, nítidas consequências para o seu “desfecho” residencial, já que, como sabemos, numa época de grande dinamização habitacional como a que verificámos no lugar da Gandra, e em virtude tanto da sua posição na estrutura do mercado de alojamento local que se veio a formar, como da distribuição do “campo dos poderes locais” (Lambert, 2012), estes grupos tentaram sempre assegurar um *posicionamento residencial mais favorecido*, procurando responder, genericamente, a *aspirações habitacionalmente mais privilegiadas*.

Tendo-se apurado, aliás, noutros grupos domésticos um idêntico investimento no perfil de regime de autopromoção (como são os casos das famílias compostas pela *PBTEI*,



pela *PBIP* e pela *PBEP*), interessa também, neste domínio, fazer a destriça relativamente a estas formas de provisão da habitação. Até porque, sendo visíveis níveis de participações relativamente análogos destes proprietários nos seus projetos residenciais e na sua gestão, nestes casos em concreto nota-se que, para além de muito acompanhados, os projetos englobaram uma capacidade de investimento (económico e temporal) muito superior à dos restantes.

Repare-se que a gestão minuciosa do processo construtivo acarretou, por exemplo, a solicitação de recursos humanos especializados, altamente capacitados de saber técnico – mão-de-obra local e grupos profissionais com qualificação técnico-profissional – geralmente inseridos na rede de contactos mais próxima.

O que quer dizer que, aliado ao elevado capital económico, os densos capitais relacionais, entretanto, conservados foram decisivos nas modalidades de vinculação ao território e à própria residência.

“Reservei este terreno e quando vim para cá, como digo, a casa estava inacabada, (...) sujeitei-me a obras, sujeitei-me a tudo mas fiz como eu queria. (...) O senhor arquiteto M., que era um arquiteto meu amigo, muito meu amigo, também parece que até já morreu... Esse senhor, foi o que projetou a casa, fez-me diversos bonecos e eu optei por este boneco. Gostei deste, pronto. (...) Eu comigo... eu ia logo direto à fonte, com quem estava habituado a trabalhar. E começou a constar que eu... Sabe, fazia-me rodear de bons mestres. (...) Ia buscar o trolha, ia buscar o carpinteiro, ia buscar um serralheiro. E depois alguns empreiteiros até nem pagavam a esses desgraçados que trabalhavam para eles. Um até trabalhou muito para mim, cá em casa. (...)”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

“Entrevistadora: E porque é que optou por Portocarreiro?”

Entrevistada: Olhe, pela proximidade da farmácia, essencialmente. E surgiu a oportunidade. (...) Ou tínhamos que optar por um andar, que pudesse ser maior ou mais pequeno, ou qualquer coisa, ou então mais, retirado. Surgiu ali aquela oportunidade, aquilo eram dois lotes de terreno, (...) de uma das famílias daqui de Ermesinde. (...) Um filho de uma das donas dos lotes foi aluno do meu marido. (...) Aquilo eram dois terrenos baldios, cheios de silvas, cheios de árvores de fruto muito velhas... cheias de, de bicharada... E mandou-se construir. (...) O arquiteto foi o Arq.º F., que deve conhecer, professor lá da escola [Escola Secundária de Ermesinde], (...) amigo do D. [marido] também... E foi ele que fez o projeto da casa e foi ele que acompanhou a obra também. (...) Ainda demorou uns quatro ou cinco anos a construir. Também não tínhamos pressa. Queríamos que a casa ficasse em condições.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

Dominantemente preocupados com o interior do alojamento e com o seu apetrechamento, os relatos dos indivíduos pertencentes a estas frações apontam, na realidade, como vimos, para uma forte maleabilidade de escolha quanto à tipologia habitacional adotada e quanto às características finais dos seus projetos, predominando sempre a busca pela qualidade construtiva e pela satisfação residencial. Por outro lado, também há que ver que tais características estiveram de acordo com a situação familiar vivida no momento da aquisição e com a fase do seu ciclo de vida, atendendo-se não só à dimensão do seu agregado familiar, como conjuntamente à possibilidade de receção e/ou hospedagem da família alargada ou de amigos.

Com um número de divisões muito superior às dos restantes casos, e com a presença de áreas habitáveis apreciáveis – 386m<sup>2</sup> e 499m<sup>2</sup>, respetivamente –, as características técnicas e qualitativas destas moradias unifamiliares foram, de facto, executadas à medida dos gostos e/ou preferências destes residentes, indo muito para lá da satisfação das necessidades básicas. E, procurando-se, além do mais, respeitar pormenores estéticos e arquitetónicos específicos (como revestimento interior e exterior do imóvel) e condições externas (como o arranjo permanente do espaço exterior e a procura pelas melhores condições de implantação geográfica)<sup>197</sup>, talvez seja de salientar a importância que, para estes grupos, assume a inclusão de áreas de “contemplanção” e de lazer (como o jardim interior, salão de jogos, sala de convívio, etc.), estando estas exclusivamente destinadas à função de interação.

“A Rua de Moçambique nasceu para ser uma rua para moradias por excelência. (...) Fiz como eu queria. (...) Esta minha moradia é muito grande. É aqui a sala de jantar, sala de estar, tem recuperador de calor, fogão de sala, tem aquecimento, tem ar condicionado. (...) Aqui, esta mesa leva trinta pessoas com os dois aumentos que eu tenho ali. No Natal, Passagem de Ano, na Páscoa, em festas, cabia aqui tudo. (...) A casa tem sete quartos utilizáveis. Tem o salão aqui por baixo... Quando os meus filhos eram pequenos, jogavam o *ping-pong*, tinham os patins, tinham isso tudo. Tem perto de cem metros quadrados. Tem a garagem que tem, com capacidade para três carros. (...) Tenho ali no meu escritório (...) Este rés-do-chão está ao nível da estrada nacional e rés-do-chão de lá de baixo é um outro com a garagem, o quarto de hóspedes e mais um outro quarto, quando a minha mulher se encontrava com as irmãs, e o salão de jogos, está ao nível da rua camarária. (...) Desde o portão da entrada, contornando a casa, dando a volta e chegar aqui, dá exatamente 400 passos. É um bom circuito de manutenção... Eu ando sempre aqui dentro do que é meu...e venho ao jardim, pronto. (...) Quero estar é sossegado. (...) Eu criei isto com muito amor, com muito sacrifício e ao nosso gosto e estilo. Infelizmente, a minha mulher já não é viva. (...) Mas tenho que a manter. E dá despesa. Pago ao jardineiro, pago à empregada, pago ao filho, pago essas coisas todas...”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

“Adoro lá estar [em casa] ... Estou sempre morta por ir para lá. É o espaço, é o sossego. (...) É uma zona muito sossegada. Basta ser uma estrada sem saída, não é? É seguro...É uma zona muito sossegada e uma pessoa para movimentos já tenho aqui durante o dia todo... (...) Eu entro, tenho um jardim de um lado, tenho a minha casa, os quartos, a cozinha e aqui tenho um jardim, parece um jardim interior, não é? Um jardim que só tem relva e pouco mais... Aquele sossego... (...) O terreno ainda tem um tanque original, não está modificado...Parece uma piscina...Um tanque todo em pedra. Ainda lá está, deixamo-lo...nem mexemos. E fizemos o resto da casa ... Não tem muitas divisões, mas tem muito espaço. (...) Gosto muito da minha casa.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

Por outro lado, como vimos, dois dos parâmetros mais privilegiados são, precisamente, o reforço da segurança e da privacidade – o que mostra que a localização da casa, ainda que seja perspetivada como uma variável significativa, invocando-se aliás, a preocupação com a imagem geral do bairro, não deixa de ser pensada como fator propiciador de recolhimento doméstico, de valorização do sossego e de procura de algum resguardo. Aliás, é de destacar que, em qualquer dos casos analisados, o equilíbrio familiar é também conducente com a procura por espaços de transição que prolonguem, em certa medida, a concretização destes últimos parâmetros. Note-se que, entre grupos, é

---

<sup>197</sup> Fazendo-se o melhor uso da terra e assegurando-se a sustentabilidade a partir da utilização de energias alternativas.

frequente vemos a utilização intensa da segunda residência ou o recurso à ausência prolongada da habitação principal – mesmo sem ser durante os períodos de férias (momentos esses em que, claramente, a procura é ainda mais sistemática) – algo só possível graças à sua grande disponibilidade financeira.

“Tenho um apartamento no Mindelo já há uns anos, já desde quase de casada, passados para aí três anos de casar...comprámos lá bem perto da praia. Vou lá com regularidade. Faço aquele intervalozito aos fins-de-semana e, sobretudo, no verão. (...) Ao domingo, estamos: «Olha, vamos a Mindelo. Olha, vamos tomar um café a Mindelo.» Pronto. Estando fora, também não me prendo muito à casa. Eu gosto muito do ar livre. De arejar.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“Eu sou cliente do *Hotel de Fátima* e do *Verbo divino* e dos *Três Pastorinhos*, mas frequento mais o *Hotel de Fátima*. Sou lá muito conhecido. Eu pago, para dormir e tomar pequeno-almoço, eu pago vinte contos. Vou lá muitas vezes. Gosto sempre de passar uns dias fora. Agora não vou tanto mas saía muito. Olhe, eu era *habitué* no Algarve e, claro, ia sempre ao Hotel Pestana. (...) Eu e a minha mulher metíamo-nos no carro, e íamos almoçar... Não era o almoço, não era a comida em si, tanto íamos almoçar a Vigo, como íamos almoçar a Vila Real, como íamos almoçar a Fátima, era a saída.”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

Mas será certamente interessante verificar também que, tendo estas famílias uma grande disponibilidade financeira, a propriedade habitacional é encarada, em termos valorativos, como algo a preservar e o próprio investimento em propriedade é visto como fruto de uma gestão individualizada e (a médio e a longo prazo) responsável.

A propriedade sem qualquer tipo encargos associados à aquisição é, assim, muito valorizada, porém, segundo os entrevistados, ela é também executável graças à sua capacidade para tomar as decisões financeiras mais apropriadas e gerir os recursos financeiros disponíveis, quer através da monitorização do estado das próprias finanças e das economias, quer pelo planeamento futuro.

Veja-se o *desinteresse*, e até uma certa *aversão*, com que o recurso ao empréstimo bancário é olhado, sendo que, além da recusa ser possível face à posição socialmente privilegiada ocupada, este distanciamento resulta, identicamente, do processo de socialização para o consumo que ambos tiveram no passado.

“A casa foi feita paulatinamente...Fomos nós. É por isso que fomos assim aos bocaditos. Pedir dinheiro ao banco só dá prejuízo. Pode crer. Pronto, há pessoas por necessidade...terá que ser, mas claro que as coisas ficam pelo valor do triplo, não é? Felizmente temos, aí está, eu acho que os meus pais, eu tenho muitas saudades dos meus pais, porque eles inculcaram-nos tantas coisas boas... E o meu marido também. (...) O meu sogro era uma pessoa também muito ordenada, muito rigorosa. Portanto, tanto de um lado como doutro, não havia gastos...Não havia assim esse tipo de, nem a mania de gastar, dois quando se pode gastar um. Pronto, foi sempre assim ou então ter dez e só se gasta cinco. Os cinco ficam de lado.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“Eu trabalhei sempre com o meu dinheiro, como lhe disse. E com a casa a mesma coisa. Bancos, nem pensar!... Sabe, eu quero paz. Eu quero chamar às coisas minhas. Isto é meu, não devo nada. Foi sempre assim, até à morte não ter hipotecas. Quero deixar aos filhos isto tudo limpo. (...) Porque eu sou muito metódico, ainda hoje, eu tenho uma escrita de tasco, «deve e haver». O que recebo e o que gasto. E vejo a diferença.

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

Embora assumisse particular importância em períodos de tempo mais recuados, o controlo das despesas e o incentivo à economização perdura, como pudemos assistir, ao longo do ciclo de vida, influenciando nitidamente as atitudes e os valores face ao desperdício, e reproduzindo hábitos e comportamentos de sustentabilidade e de controlo. Daí a invocação da necessidade de aplicação “honrosa” dos recursos, transmitindo-se uma imagem negativa do gasto e do crédito.

### **5.2.2. Modalidades de acesso à propriedade entre a *pequena burguesia local*.**

Apesar de todas as frações da pequena-burguesia recolherem, na atualidade, registos densos de propriedade – traço, aliás, já enunciado aquando da caracterização geral da atual situação habitacional dos grupos envolvidos no estudo (cf. ponto 4.3.1.3 do capítulo IV) – há algumas observações a fazer relativamente a certas frações quando, a propósito da análise dos significados da relação com habitação, pretendemos averiguar as diferenças que estiveram na base para a permanência ou mudança de regime de ocupação.

Deste modo, e estando entre um dos grupos de famílias *cuja heterogeneidade de posições face ao regime de propriedade* é ainda importante – apesar de predominar o de ocupação própria sem encargos associados –, convém, antes de mais, dar conta dos principais traços de semelhança entre grupos domésticos da *pequena burguesia intelectual e científica*, em matéria de avaliação habitacional, para que se perceba, ainda assim, a forte presença de matrizes análogas de aspiração em torno da habitação.

#### **5.2.2.1. À procura de um percurso residencial mais qualificado: os investimentos feitos pela *pequena burguesia intelectual e científica*.**

Sem querer infirmar a evidência de trajetos de mobilidade residenciais diversos, a análise minuciosa destes cinco grupos domésticos da *pequena burguesia intelectual e científica* demonstra que, protegidos quase sempre por uma certa constância profissional (e ainda por uma relação salarial minimamente estabilizada), praticamente em todos os casos analisados, existiu continuamente uma preocupação muito forte em atingir um *percurso habitacional o mais qualificado possível*. Por isso, não é vão que, à semelhança de outros grupos mais bem posicionados no espaço social, subsista, nos vários depoimentos recolhidos, uma autorresponsabilização, por parte destes agentes, nos investimentos feitos no domínio habitacional e uma visão de relativa segurança face aos mesmos.

Estamos, pois, perante famílias que, globalmente, transmitem uma visão muito positiva da sua relação com a habitação e, em simultâneo, destacam a sua capacidade de gestão e aplicação proveitosas dos seus recursos. Aliás, deve-se realçar que estas famílias (à exceção de um caso)<sup>198</sup> foram sempre mais sensíveis à mobilidade residencial, sendo relativamente fáceis as mudanças de residência no decurso do tempo.

Com ou sem apoio do empréstimo bancário, elas exibiram, de facto, uma acentuada capacidade de negociação com as várias entidades de promoção da habitação, devido não apenas ao *conforto financeiro* que foram acumulando (e que, em alguns casos, permitiu ganhos significativos e rentáveis face às mudanças), mas também aos *conhecimentos técnicos* que, na esfera do mercado imobiliário, foram granjeando (Lambert, 2012; Bourdieu, 2001a). Além do mais, houve, inevitavelmente, vantagens associadas no contacto com as redes familiares e nas disposições (favoráveis) ocupadas no mercado de alojamento local. Para lá da mais óbvia, que se prende com concretização da ambição residencial, há que ver identicamente as oportunidades resultantes da redução do custo do imóvel e do maior controlo e planeamento tipológico, antecipando-se os proveitos em gostos e gastos.

“Esta casa já é a terceira. Também vendi a outra. (...) Até era para alugá-la mas, na altura, resolvi fazer assim, já estava nesta, e vendi-o... Depois... não tinha... Era com a minha apetência própria, não é, com estava independente de instituições bancárias, fazia o que queria, não é, não tinha que estar... E a poder ganhar dinheiro. Não é como agora, as casas agora desvalorizaram. Na altura, eu comprava a nascer sempre [ainda em processo de edificação]. Ficava-me mais barato e quando a vendia, ganhava sempre dinheiro. (...) Enfim, fiz pela vida, não é. (...) Naquele tempo estavam a construir e eu comprava, depois ia pagando, pelo contrato promessa e venda... Na altura que havia, de facto, construção e confiança para isso, não é... Hoje não. (...) Naquele altura, havia construções por tudo quanto era sítio... A gente ia a um lado qualquer, falava e via o que é que interessava. Já sabia o que era mais rentável.”

Grupo Doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“*Marido*: A gente comprou-a em papel.

*Mulher*:...a casa em si, quer dizer...

*Marido*: Andámos, andamos sempre em papel. Ainda nem os alicerces estavam. Foi em planta. (...) Andava por lá um mediador de uma imobiliária. (...) Disse logo: «Como é isto aqui? Isto é mesmo, é lá na rua da Gandra?» Foi: «É sim. Veja e depois diga alguma coisa.» Foi, pedi-lhe só uma cópia da planta, do 3º andar... (...) Andámos a negociar...”

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos

“Fui pela construção. Quando o projeto do meu primo me é posto à frente e eu vejo que, pelo menos, o meu carro não fica na rua porque até tem uma bacia de estacionamento para estacionar se vier a casa e depois tenho à noite uma garagem para meter o carro, fiquei a pensar. (...) Também sabia a qualidade da construção. Está salvaguardada por natureza. Nesse aspeto, a qualidade da construção sempre foi apanágio das construções A.L. em termos de angariação do prestígio que tem hoje. (...) Depois o ver o projeto... Tive a facilidade de o reservar logo (...)”

Grupo doméstico 24, residente na atual habitação há 26 anos

Convém, contudo, observar que estas vantagens não enfraqueceram, ao longo do ciclo de vida, as suas posições ou atitudes de algum conservadorismo face à gestão financeira. Para muitos deles, a atribuição do sucesso obtido nas arbitragens residenciais

---

<sup>198</sup> Que corresponde, por outra, ao único exemplo desta fração que ainda vive em regime de arrendamento.

também se deveu à capacidade de rentabilização em cada conjuntura de mudança (e antecipação do negócio) e de valorização de certo “freio” dos gastos, transmitindo-se uma visão notoriamente negativa para com os casos onde é evidente, aos seus olhos, a falta de parcimónia e de gestão adequada do dinheiro.

“(…) Com quarenta anos, ainda é uma casa jeitosa. Nunca recorremos a empréstimos, nem nada. Nunca gostei, nem eu nem o marido. Aí nesse aspeto, os dois, nunca gostamos de pedir para comprar. Juntamos e compramos. (...) Foi com o nosso trabalho, as nossas economias, a nossa poupança, não é. Só se compra quando houver dinheiro. Não há cá... Não. [risos]”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

“Este [apartamento] por exemplo, já foi... embora fosse mais barato porque comprei também... estava em alicerces ainda. Havia a primeira fase em alicerces, e depois uma pessoa vai... portanto, na altura, é preciso, ter dinheiro. (...) Não estive à espera de dinheiro... Foi com as minhas economias. Conduzi sempre as coisas. Não houve cá facilidades.”

Grupo Doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“*Mulher*: 25 mil e 500 contos na altura. Foi uma casa muito, muito cara. (...) Mas, como já tínhamos a outra paga, quer dizer, também já foi uma grande... Já foi uma grande ajuda, transferirmos...”

*Marido*: Pois. Vendemo-la [a antiga casa]. Ainda assim...

*Mulher*: Depois também sabe, foi-se gerindo, porque também é o dinheiro. Para as deslocações dele... Os transportes, e também a gasolina, e depois o empréstimo, sabe que depois, a pessoa tem que começar a fazer opções. E pensar bem, se quer, não é, se quer levar as coisinhas direitinhas... Eu bem vejo como é por aí...”

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos

Dominantemente marcados por *elevadas modalidades de capital económico* e por *significativas qualificações escolares*<sup>199</sup>, estes grupos, na verdade, orientaram-se (geográfica e socialmente) em torno das oportunidades de emancipação e de mobilidade social advindas da evolução das suas trajetórias profissionais, e aspiraram claramente a situações residenciais mais compatíveis com o tipo de trajeto alcançado (e mais distantes do perfil do passado). Embora também seja de realçar que, com o passar do tempo, se assistiu à tendência para uma maior valorização (e reabilitação) das habitações herdadas e para uma aposta crescente na conservação das segundas residências.

“Temos um andar, mas não é aqui. É em Vila Praia de Âncora... Para as nossas férias, ou se se quiser ir aos fins-de-semana. (...) Gosto de mar. Então, pronto, resolveu-se comprar lá assim um andar para quando quiséssemos lá ir aos fins-de-semana e tal. Gosto muito de lá. É pequenino, é um T2. Mas ainda é razoável para um T2. Mas está muito bem situado. Comprei-o há 14 anos. (...) O dinheiro não estava a render muito e tal e resolvemos investir. E então a investir, quisemos uma coisa na praia.”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

“Uma pessoa não queria ir para o Centro do Porto. Quem estava lá ia para os subúrbios, Ermesinde, Gaia... Portanto, era, como digo, o aspeto geográfico, não é, dava para compatibilizar melhor a vida profissional, no meu caso e da minha mulher. (...) Agora também é fazer alternância com Lamego, também tenho lá casa. Da parte da minha mulher, foi herança da parte dela ...Mas, mas se não fosse, se não tivesse isso, tinha comprado lá um [apartamento]. Por acaso aquela é independente.”

Grupo Doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“*Mulher*: Vamos lá também muitas vezes [a Mirandela].

*Entrevistadora*: Mas porque é que decidiu também ter a casa em Mirandela?

---

<sup>199</sup> Que, em muitos dos casos encontrados, derivaram dos movimentos de requalificação de determinadas profissões como aquelas ligadas ao ensino do 1º ciclo, por exemplo.

*Mulher:* Porque tenho lá os terrenos, não é? Tenho lá a casa dos meus pais, mesmo na aldeia. (...) E comprei um apartamento, ainda tinha o meu pai vivo.

*Marido:* O pai estava lá. Às vezes decidíamos: «Vamos lá.» Ia-se de manhã e vinha-se à noite...

*Mulher:* Pois era. Almoçávamos, saíamos daqui de manhã, almoçávamos...

*Marido:* Eu disse logo: «Vamos comprar aqui um andar?» Se queríamos lá ficar, ficávamos. Íamos a um fim-de-semana e ficamos ali. (...) Agora vamos cinco dias e nem sabemos o que vimos cá fazer.”

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos

Assim, interessa ver que, genericamente, as escolhas residenciais destas famílias tenderam a incidir sobre alguns aspetos em concreto, constituindo estes verdadeiros indicadores da procura residencial qualificada. Desde as questões relacionadas com a alta qualidade construtiva e as épocas recentes de conclusão do edificado, ou com a sua própria aparência estética, outros dos traços mais marcantes na avaliação das escolhas prende-se, justamente, com a procura de coeficientes elevados de conforto e de áreas de superfície mais atrativas dos alojamentos, sempre numa lógica de articulação equilibrada com o exterior. Repare-se que, na atualidade, a maioria das habitações destes grupos é basicamente composta por 4 divisões, apresenta uma variação de área habitável que varia entre os 70,60m<sup>2</sup> e 240m<sup>2</sup> e é datada (à exceção de dois casos) de princípios e meados dos anos 90 do século XX.

“A construção até nem é má. É uma construção, estamos aqui há 40 anos e o prédio sempre [risos] ...Quer dizer, nunca houve assim problemas de maior. Mas, de qualquer das maneiras, na época, era uma casa boa. E é ampla, tem divisões grandes... (...) Ainda andámos aqui, o ano passado e tal, a ver mas não... É tudo muito, eu já, saindo aqui deste núcleo próximo, não quero. Já estou habituada a este meio. Aos transportes e assim... (...) E depois não é aquele bulício, aquele movimento, aquela coisa. Esta rua, como muita gente dizia, que era, é uma rua airosa. Pronto, é por ser retilínea, é um bocado mais retilínea e tal, e, talvez, já obedecendo a um certo ordenamento, não sei.”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

“Foram sobretudo as dimensões...Só tinha um filho, não é. E agora sou eu e a minha mulher, não é? Tem a casa dele... também comprada... (...) Mas não quer dizer que uma pessoa não esteja sempre satisfeita, a gente nunca está satisfeita com nada. (...) Porque os condomínios são sempre um problema. (...) Mas eu, aqui, fiz questão... aqui neste, lá está, é um T3, depois comprei com garagem individual, ainda tenho um lugar de arrumos na cave, da construção, é privado mesmo. Portanto, já para ter... o mais privado possível. (...) Pronto, é um prédio mais recente, tem gás natural, tem outras... outro conforto, não é. A mudar de outra mais abaixo, também queria outra coisa melhor, mais... O anterior era um T2.”

Grupo Doméstico 2, residente na atual habitação há 17 anos

“Moradia, por ter mais espaço. Mas hoje estou arrependida, estou. Meti-me numa casa grande para ter mais espaço para os meninos. Os meninos meteram-se lá nos escuteiros com 14, 15, 16, sabes como é? As festinhas a, bê, cê e já pouco brincavam. Era cama, aulas, aulas, cama. O que era, era uma casa grande para jogar um bocado à bola com eles. E depois era uma casa com um espaço enorme. (...) Foram 30 e tal mil contos na altura, ao todo. (...) Não tive problemas com o empréstimo. Os quinze mil [contos] foram logo para dar. E depois, pronto, pedi mais algum. Não para a própria casa em si, mas para mobilar. Aproveitei a mobília, sim senhor, mas depois, mais tarde, pedi como para obras para a casa, mas foi para comprar mobília para encher, que aquilo era muito grande e eu não tinha como... (...) Agora, regresssei às origens. Custou-me deixar a minha família. E da forma como foi. (...) E esta [casa] esteve fechada ano e meio (...) agora não saio. Só se a casa cair.”

Grupo doméstico 17, residente na atual habitação há 2 anos

“*Mulher:* (...) Eu queria mudar para uma casa independente. (...) Mas isto também para uma casa independente, também não dava. Aqui era mais barato. Mas ele...”

*Marido:* Para arranjar era mais difícil aqui à beira, só aqui nos arrabaldes.

*Mulher:* Mas ele não queria ir para os arrabaldes. Pronto, venceu ele. [...]

*Marido:* Na Gandra, havia lotes, mas era para quatro caixotes e nem para isso. Por isso... (...) Mas este apartamento... Quer dizer, a nível de espaço, pois, claro, que é muito maior [do que a anterior], não é? A nível de construção também é melhor...e portanto, a nível de acabamentos também.”

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos...

“E é como lhe digo, não quer dizer que eu faça... tenho... Porque eu acho que o meu prédio tem várias coisas que o sustentam. Não muito pelo café, porque uma pessoa café em casa, (...) agora há...mas tenho o pão quente, tenho dentista... Tem dois cabeleireiros... A florista. Estou bem servido.”

Grupo doméstico 24, residente na atual habitação há 26 anos

Daí podermos afirmar que, se os itinerários profissionais contribuíram, em muito, para angariação de um *capital relativamente sólido de mobilidade* dos seus agentes, por outro lado, também os itinerários familiares influíram no processo de socialização para o consumo, perante as constantes solicitações que se iam afirmando, ajudando a consolidar outros capitais igualmente importantes – como o social e o cultural (Bourdieu, 2002).

#### **5.2.2.2. Os contornos de acesso à propriedade entre a *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio*: da “edificação” do projeto residencial, à amortização da dívida bancária, até à manutenção “resistente” do arrendamento.**

Observando, secundariamente, os grupos constituídos pela *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio*, deve referenciar-se que a grande maioria deles vive, atualmente, num *regime de propriedade sem encargos associados*.<sup>200</sup>

Porém, face à diversidade de trajetórias encontrada, parece-nos prudente ter em conta as linhas de força segundo as quais os percursos residenciais se diferenciam, isto porque, se é verdade que existem casos em que a opção pela via da poupança, em detrimento do endividamento, foi preponderante; ou até situações em que, na ausência da necessidade de transmissão de património, e beneficiando de um período alargado de tempo de condições mais favoráveis, o arrendamento tem sido mantido; outros há, também, em que o recurso ao crédito bancário tornou-se inevitável no acesso ao alojamento. O que vem demonstrar que, na análise dos motivos pelos quais existe uma tal diferenciação, a situação socialmente distinta dos indivíduos terá que ser avaliada segundo os limites materiais disponíveis e o peso das preferências socialmente constituídas (Grafmeyer, 2010: p.39).

Ao analisarmos as trajetórias do conjunto de famílias proprietárias do seu alojamento, os relatos coligidos permitem-nos, de facto, verificar que, na procura de habitação, definiram-se distintos horizontes de eleição para cada um destes grupos

---

<sup>200</sup> Lembramos que, nos oito grupos considerados, somente dois vivem sob o regime de arrendamento, tendo este regime se conservado modal desde a fase de constituição de família própria até hoje.



Olhando para aqueles que optaram pelo regime de autopromoção (direta ou indireta<sup>201</sup>) é possível concluir, rapidamente, que este resultou da presença de condições vantajosas do mercado habitacional, fundamentalmente associadas à disponibilidade local de loteamentos, mas identicamente da presença de importantes recursos, traduzidos na conservação de património (familiar) fundiário.

Não deixa de ser revelador, contudo, notar que, entre estas famílias, existiram modalidades desiguais de capacitação no acesso à propriedade já que, no nosso entender, as dissemelhanças encontradas no património acumulado, bem como as diferenças de compatibilização e gestão financeira empregues na edificação do projeto constituíram, na realidade, os aspetos mais impressionantes a destacar. Aí, de facto, encontramos uma relação distinta com os cálculos (de tempo e de custo) entre os seus agentes, bem como diferenciais de manobra no perfil de capitais mobilizados, apesar dos índices gerais de satisfação residencial serem altamente positivos.

Tendo presente que, nestes casos, a disponibilidade de um quadro sólido de relações de interconhecimento ou, então, de notório predomínio de lógicas de racionalidade familiar face ao bem fundiário foram muito relevantes, não admira também que os capitais utilizados – técnico e relacional – assumam considerável vigor no conjunto dos possíveis em matéria de provisão de alojamento. Tal como pudemos constatar, estes capitais – frequentemente familiarizados (ou socializados) à custa do ofício profissional ou ainda pela posição privilegiada na rede de sociabilidades – foram indispensáveis no processo de inserção residencial destas famílias (Lambert, 2012: pp.431-434; Bourdieu, 2001a: pp.46-50).

Mas, ainda assim, existem diferenças no plano de atuação que devem ser esclarecidas de acordo com as condições sociais de existência próprias de cada uma delas, pois é certo que os níveis de troca e uso destes capitais nem sempre se aproximaram. Para um grupo doméstico, a construção da casa implicou a mobilização de saberes e de competências técnicas, assim como o uso da força física; para o outro, a mobilização de mão-de-obra foi externa e até relativamente especializada. Em termos de resultados habitacionais, estamos, portanto, perante moradias unifamiliares, concluídas entre finais da década de 70 e meados dos anos 80, com um número de divisões fixado entre as 3 e as 6 divisões.

*“Entrevistado:* Neste momento, estou com a minha mãe. Achei que a minha mãe precisava de mim ali. Pronto (...) Na altura, andámos [o entrevistado e a ex-mulher] à procura de casa e até havia um andar em frente ao *Colégio de Santa*

---

<sup>201</sup> Através de recurso a empreiteiro para execução da obra.

*Joana.* Naquela altura, custava 2 100 contos, Um T2. E 2 300 contos, um T3. (...) Até o construtor andou atrás de mim. Eu, na altura, já tinha 600 contos para dar de entrada, mas ...a minha mãe forçou para que a gente fizesse ali a casa. E que tínhamos muito terreno... E temos. (...) Depois acabou por se fazer, quer dizer, uma coisa para remediar para depois ser definitivo porque eu era para fazer rés-do-chão e primeiro andar. E acabou por ficar só rés-do-chão. Pronto, entretanto, ficou por ali. Nunca mais se levantou mais nada. E ficou ali uma casita. Pronto, tem dois quartos, uma sala, um quarto de banho, uma cozinha, tem um *hall*... Tem as condições todas para... Pronto, é uma habitação normal. Só que aquilo era para ter... aquilo, na altura, ficou assim. Na altura, já tinha botado uma placa de piso para fazer os quartos todos em cima...e fazer um escritorzinho para mim em baixo. E com uma casa da banho privativa, outra de serviço. (...) Na altura, a minha mulher não queria: «Não, fica uma casa muito grande. E depois para limpar e não sei que mais, dá-me cabo dos nervos. Isto serve perfeitamente.» E eu comecei a olhar para aquilo: «Se calhar és capaz de ter razão.» E ela: «Sabes como é, depois temos que fazer umas escadas. Temos que ir lá para cima, temos as escadas. E depois se a gente precisar...» (...)

*Entrevistadora:* Mas ainda foi um investimento grande, apesar de tudo?

*Entrevistado:* Foi fazer de raiz! (...) Foi sempre o que eu desejei foi sempre trabalhar na construção civil e ainda trabalhei uns anos. (...) Era com os bocadinhos, aquilo foi tudo das migalhas que consegui arranjar e que fui lá mantendo. (...) Não foi fácil, tive algumas dificuldades a fazer a casa ali porque, pronto, o meu terreno faz confrontações com outros terrenos. E, portanto, as pessoas não viram com bons olhos a construção da minha casa. Mas eu, na altura, tive que a fazer e a minha mãe é que arranjou lá, andou nessas conversações com essa gente. Aliás, o terreno continua a ser dela. (...)

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

*“Entrevistada:* O meu cunhado, ele é engenheiro civil...ele é que fez o projeto naquela altura, e depois nós demos um construtor, um empreiteiro para construir-se. (...)

*Entrevistadora:* Na altura, tiveram que recorrer a crédito?

*Entrevistada:* Foi. (...) Viemos para aqui, comprámos este terreno...Comprámos e depois a casa, com crédito. (...) Porque não havia possibilidade... Vendemos o apartamento e retirámos daí algum dinheiro. (...) Eu, por mim, ficava, ficava ali no apartamento e pronto. (...) Mas ele [o marido] ... O meu marido gostava muito de ter uma casa assim, com um bocadinho de terreno... Com um pátiozinho para as miúdas, dizia ele... embora as miúdas não ligassem nenhuma. (...) Se fosse hoje já fazia de outra maneira. Há coisas que eu modificava. Mas pronto, gosto dela.

*Entrevistadora:* E os terrenos, na altura, eram acessíveis? Como é que foi essa...

*Entrevistada:* Pois, eram. Este senhor, o que nos vendeu o terreno...era uma... considero uma pessoa muito séria. Porque foi assim, falei-lhe ali na Câmara, no bairro [administrativo], eu já trabalhava ali no bairro...administrativo e ele foi lá, ia pedir... porque isto era terreno agrícola... uma licença de não sei quê para fazer um loteamento aqui. E depois eu vi e disse: «Ai, eu, por acaso, gostava de comprar lá um terreninho, assim para fazer uma casinha. Eu até passo lá muitas vezes...» Passava. Esta rua, isto era uma ruelazinha, toda em terra batida e pedras ...e cheia de lama quando chovia. (...) E ele disse: «Ah, sim, sim. Mas eu agora ainda não posso vender porque ainda estou a tratar deste assunto, isto vai demorar muito tempo.» E demorou. Demorou para aí dois anos. Ele fez um preço, nessa altura, disse mais ou menos o preço do terreno e nós, pronto, está bem. Passados dois anos, e como o terreno que foi dado como urbano, podia-se construir, sempre imaginei que ele ia subir ao preço.

*Entrevistadora:* Não subiu?

*Entrevistada:* Não. Estávamos a contar com isso. E achávamos, até, que era muito natural. (...) O preço que ele... Nós, já nem sei quanto é que demos, mas foi pouco, na altura. Eu não sei se foi 135, se foi 145 contos.”

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

Apesar disso, as afinidades no investimento realizado, por ambos, são muito reveladoras. Repare-se que, genericamente, associado a este perfil de promoção houve um controlo direto na criação número de divisões e da sua disposição no imóvel e uma gestão acompanhada do processo construtivo segundo as necessidades e/ou preferências familiares; e, por outro lado, existiu até um sentido estético (mais apurado) envolvido na sua preparação. O certo é que, mesmo havendo estas afinidades entre eles, há que ver que a consolidação das posições residenciais foi também realizada por via da aplicação de diferentes meios, sendo o recurso ao crédito um mecanismo de destriça notório.

*“Ainda demorou um pouco [a liquidar a dívida] mas não tivemos problemas, felizmente. (...) Deu perfeitamente. Paguei a casa toda. (...) Nós pagamos a casa toda.”*

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

“Não, isto fez-se como se ia podendo... Andei ainda mais de um ano e tal a fazer a minha casa. (...) Bancos? Não. Nem pensar!”

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

Rejeitada por uns e facilmente aceite por outros, a utilização deste mecanismo acabou por se refletir não só numa tomada de posição distinta em relação à gestão dos recursos (e em que a folga orçamental não era, à partida, semelhante), como traduziu posturas distanciadas relativamente aos serviços bancários. Repare-se como ainda hoje são, tendencialmente, mais conservadoras as posições daqueles que, vendo na realização do próprio trabalho um meio de economização e de culto da labuta, desconfiam do sistema financeiro e das suas propostas; e, em paralelo, como são mais autónomas as disposições dos que, garantidos por uma certa solidez de rendimento ao longo do tempo, encararam com facilidade a colmatação do crédito contraído.

Analisando, por sua vez, os trajetos dos outros grupos domésticos proprietários<sup>202</sup>, é possível averiguar, a partir dos indicadores relativos ao acesso ao financiamento e aos encargos com a habitação, uma distinção clara na definição das posições estatutárias em torno da propriedade.

Na realidade, quando questionados sobre o modo como, em função de um passado relativamente prolongado de vivência estável sob o regime de arrendamento, existiram condições posteriores para a aquisição da habitação, uma análise detalhada das suas respostas leva-nos a considerar que, para além da alguma disponibilidade monetária, outros recursos exerceram forte influência na decisão final de compra.

De um modo geral, neste domínio, a rede de relações (familiares, profissionais, etc...) assumiu um papel importante, assegurando a implantação destes grupos no lugar, e favoreceu, inclusive, a margem de manobra para a escolha residencial. Porém, teremos que frisar que, tendo sido transversal o recurso ao empréstimo bancário para a aquisição do alojamento, os esforços materiais e financeiros destes grupos não foram idênticos.

Da leitura da informação recolhida, pareceu-nos evidente que as diferenças encontradas, entre estes casos, prenderam-se em especial com as condições de empréstimo praticadas e com a real capacidade de retorno na liquidação da dívida contraída a médio prazo, mesmo num período de extensão mais generalizada do crédito imobiliário como o verificado na altura da sua aquisição, já que a aferição e/ou triagem

---

<sup>202</sup> Embora remetidos para a vivência num edifício coletivo, em regime de co-propriedade horizontal.

bancárias traduziam-se, à época, tal como hoje, na capacidade de solvência relativamente sólida apresentada pelos clientes.

Ainda assim, e estando as próprias aspirações habitacionais e condições de acesso dependentes, em larga medida, dos recursos sociais disponíveis – uns mais em função da posição profissional ocupada e outros do peso da influência da rede de relações familiares/profissionais na lógica do mercado habitacional local – podemos afirmar que a estabilidade profissional e as lógicas de rede foram essenciais para o alcance de uma certa mobilidade residencial.

*“Pai: Eu comprei aqui apartamento, porque este edifício foi construído pelo meu pai, juntamente com outros sócios. Foi esse o motivo de eu comprar cá porque eu não tinha dinheiro. (...) O meu pai dizia: «Não queres comprar um... Vamos...» Este foi o primeiro edifício que a sociedade construiu. Então o meu pai era: «Não queres comprar um apartamento lá [em Portugal]?» Eu disse: «Com que dinheiro?» E ele assim: «Compra e depois vê-se.» Como quem diz: «Se não pudeses pagar, depois eu assumo e depois ou vende-se ou qualquer coisa do género.» (...) Quer dizer, eu comprei uma coisa que não vi. (...) Via o projeto, via... O plano do apartamento... Inclusive, mandei fazer uma série de modificações. (...) Estive mais dois anos e tal lá [na Venezuela] e depois desses dois anos e tal vendi a ação do clube. E só com o dinheiro da ação do clube, que era tudo em dólares, aqui mobilei a casa toda. Portanto, já a casa já ficou pronta. Ou seja, o básico. Vamos lá ver. Depois.... [...]*

*Filha: A minha mãe e o meu pai fizeram obras em casa, ficou tudo à maneira deles. E como eles queriam e com as melhores condições.”*

Grupo doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

*“Eu tive logo acesso ao crédito, éramos bancários. Tinham os meus documentos todos e o valor que eu ganhava que era tanto e deram logo o ok. (...) Não era muito fácil arranjar uma casa para alugar porque as pessoas... estes prédios novos que os construtores estavam a fazer, a maior parte deles era tudo para venda. Mas foi fácil da parte do banco, claro. Tudo tranquilo. (...) Eles eram dois irmãos [empregados] a trabalhar e mais dois ou três empregados, não tinham mais ninguém. Levantaram isto tudo. (...) Falei com eles (...): «Olhe, existe algum?», Porque eles estavam a começar a pensar fazer já outro para aqui, tinham acabado o de lá. E eles: «Já, já estão todos cheios, só temos aqui um para venda.» Eu estava interessado em comprar um e foi logo: “Olhe, se puder comprar, a gente trata disso, dos papéis e coisa...” E, então, comecei logo a falar com eles. Atenderam-me logo. Entretanto: «Olhe, então, marque...» Um deles tinha que vir na segunda-feira ao banco, no *Totta*, eu trabalhava aqui no *Totta e Açores*, que ficava ali ao pé dos Bombeiros. E assim foi.”*

Grupo doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

Por outro lado, sendo, igualmente, distintas as condições de pressão para a amortização das prestações – ainda que, durante muito tempo, a mobilização material e financeira se traduzisse no esforço mensal de pagamento (hoje inexistente) – retira-se a conclusão de que a fase antecedente de obtenção efetiva da residência foi pautada pela mobilização de saberes e recursos, deduzindo-se, desde logo, uma distribuição mais ou menos hierarquizada das competências e meios utilizados.

Apesar de exibirem, por comparação a outras famílias, maiores vantagens e garantias no acesso ao alojamento, foi possível observar, entre os grupos desta fração, níveis diferenciados de domínio e poder de negociação do seu projeto residencial, facto que, em muito, se deveu ao poder dos círculos de sociabilidade profissional e/ou familiar onde, como já o dissemos, alguns dos seus elementos estavam inseridos, mas também às distintas trajetórias de qualificação e estabilidade laboral ocupadas até então. Tudo indica, realmente, que a teia de deslocações pendulares ou de carácter mais definitivo de uma

parte destes elementos e as circunstâncias no acesso à residência se ajustaram estreitamente à localização (e às condições) do trabalho e que a ascensão à propriedade resulta das (maiores ou menores) deslocações no espaço profissional (Cartier *et al*, 2008: p.128; Avril *et al*, 2010). Contudo, torna-se notório um certo contraste no acesso ao crédito (e nas condições de plano de pagamento) entre as famílias menos dotadas financeiramente, e com condições de exercício de atividade (à época) menos sólidas, e aquelas, cujo estatuto profissional e progressão na carreira (com efetiva tradução nos rendimentos auferidos) e maior competência técnica, davam maiores garantias de autonomização financeira.

“Portanto, eu tinha uns familiares que pertenciam à construção civil, um... pertencia a uma imobiliária, e mediante isso, quando, depois de casado...ele falou-me: «Ó E., agora estás casado, eu estou cá e tal...Não queres, ir ver um apartamento, um andar que eu tenho muito bom em Ermesinde?» Pronto, e foi. Nós já tínhamos andado aqui em Ermesinde a ver vários prédios. Era acessível e, pronto, procurámos sempre junto, o mais junto possível aos transportes, principalmente de comboio, que é o, o melhor. Não há melhor. (...) Comprámos. Portanto, não com... foi a prestações, foi o banco... Demos uma entrada no banco, pedimos o empréstimo e, pronto, e continuámos. Os bancos davam muita facilidade. Davam muito.”

Grupo doméstico 31, residente na atual habitação há 26 anos

“Em [19]75 passei a ganhar 3 mil escudos. E depois foi subindo gradualmente. (...) Até que, quando eu fiz um empréstimo ao banco, fiquei a pagar 8 mil e qualquer coisa escudos. (...) Recorri ao crédito depois para, para concluir o pagamento da casa... Até lá tive que ainda investir um pouco, guardar algum. A esmifrar, como se diz. E depois pedi para mobiliar a casa. (...) De resto, eu comprei esta casa em [19]82 e nunca pedi um cêntimo a ninguém para vir para aqui. (...) Pronto, era uma das coisas que eu queria, não é? [ter uma casa] Se trabalhava tanto, não é? Tinha que... não podia ficar eternamente no lar, até porque, na altura, já se falava na construção do novo hospital. Tinha que vir embora. (...) Eu gostei da casa mas também tive que gostar do preço, não é? Porque havia aí preços muito caros. Que eu cheguei a ir ver mais casas que queriam muito dinheiro... Punha logo de parte. Portanto, eu só podia ir até mais ou menos, até um determinado valor, que seria 3 mil ou pouco mais.

Grupo doméstico 28, residente na atual habitação há 27 anos

A verdade é que a avaliação residencial tem sido, no entanto, positiva entre todos eles, já que, não obstante as ténues diferenças verificadas na idade do edificado, as considerações destes grupos sobre a habitação são, de uma maneira geral, relativamente consensuais.

Sendo um dos andares de 1976 e os restantes concluídos até meados dos anos 80, acrescente-se que as diferenças encontradas na época de construção refletem-se, inclusive, em ligeiras distâncias em termos de área habitável. Vimos que, maioritariamente compostas por três divisões, é precisamente a residência mais antiga aquela que apresenta a área menor (70m<sup>2</sup>), ao passo que as outras situam-se entre os 85m<sup>2</sup> e os 96m<sup>2</sup>. A única exceção é, justamente, a residência com maior número de divisões (4), visto apresentar uma área habitável na ordem dos 116m<sup>2</sup>.

Apesar disso, entre os aspetos habitacionais de carácter mais privado – de que são exemplo, a dimensão tipológica e as alterações da sua disposição, a qualidade construtiva, etc. – e os de cariz semipúblico – como a orientação estética da fachada e entrada do

edificado – ou, ainda, as condições (sociais e geográficas) de inserção como: as relações de vizinhança e a composição social inicial; a presença de algumas estruturas verdes; a acessibilidade aos equipamentos; a dotação infraestrutural da via pública, etc., não restam dúvidas que, para além da qualidade habitacional, houve, desde cedo, uma preocupação com as condições de articulação entre residência e a malha urbana existente e as circunstâncias de vivência coletiva.

“A construção é boa. Acho que está muito bem construída, basta ter os anos que tem e o aspeto dela, não é? (...) Depois tem uma entrada simpática, tem umas escadarias simpáticas, não é? Não é como aquelas entradas fechadinhas que a gente quase tem que, não é? Aqui anda-se à vontade. Eu só pintei a casa uma vez. Nunca mudaram o telhado, nunca fizeram nada e está tudo impecável. (...) Gostei logo da casa. (...) Aliás, a minha casa tem umas divisões enormes. Os quartos são enormes. Que agora não há casas assim. Ou seja, as que há são caríssimas. (...) Este prédio em frente não existia. Tinha aqui assim um monte, tinha aqui um eucalipto enorme e eu identificava a minha casa pela, por causa do eucalipto... Gostava muito... (...) E depois muito perto dos transportes que foi sempre aqui o forte.”

Grupo doméstico 28, residente na atual habitação há 27 anos

“Alguém me disse lá em cima: «Ó pá, olha, vai lá para baixo, ali para a Gandra, que aquela zona da Gandra é onde estão agora a fazer construções... Aquela zona tem para ali uns prédios jeitosos.» E realmente... Vim por aqui e até reparámos aqui, a ver a construção e assim, disse: «Ó P., estes andares aqui são idênticos aos lá, ao que nós estamos habituados lá em Angola.» Porque, portanto, eram prédios novos, com apartamentos, já iguais aos que nós já estávamos habituados quando vivíamos lá. (...) Portanto, está a ver, que isto aqui, na Gandra, a não ser aquelas vivendazitas que há por aí espalhadas, e estas antigas... o resto, o que se vê é tudo prédios. (...) Era tudo gente boa, na altura. (...) Até lhe digo mais. Olhe, nós... havia um café, que é o *Bento Jesus*. E nos fins de ano e nos carnavais, a gente aqui desta rua pedia autorização à polícia, fechávamos a rua ao trânsito, e faziam-se Bailes de Carnaval e de Passagem de Ano. Veja lá como eram as pessoas que eram...”

Grupo doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

“Mas gostamos muito da casa. Porque o prédio é muito bom. Tudo. As dimensões, o andar é T2 + 1, tem umas áreas muitíssimo grandes... (...) Na altura, a nossa rua, central, era a que tinha mais luz, era a mais bonita... foi a que ficou mais bem iluminada, melhor piso... Tínhamos que ter [uma casa] o mais próximo possível do Porto. (...) Com sacrifício mas tinha que ser o mais próximo possível.”

Grupo doméstico 31, residente na atual habitação há 26 anos

“*Pai*: A Gandra era uma zona até com um certo... havia estes edifícios que já eram um bocadito mais antigos, mas era uma zona... muito recente e muito, vamos lá ver de gente muito boa. Muito boa mesmo. Lá está, as pessoas que vieram do interior... hã? Que vieram para cá trabalhar tinham, pronto, uma certa humildade e pessoas muito boas, muito boas. (...) E era uma zona muito calma. (...)”

*Filha*: (...) Mas mesmo assim nós não temos problemas com os vizinhos do prédio. Ainda se vão mantendo alguns vizinhos do antigamente.”

Grupo Doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

Conhecidos alguns dos contornos locais (e nem sempre fáceis) das alterações da política geral de arrendamento face ao passado – como são a quebra de confiança no contrato entre inquilinos e senhorios e a gestão parcimoniosa face ao aumento mais recente do valor das rendas – convém esclarecer que, para dois dos grupos domésticos desta fração, estas modificações não foram suficientemente determinantes para modificar o regime de ocupação adotado, mantendo-se, aliás, ainda hoje, alguma reserva relativamente à propriedade, para não falar de um certo estigma em relação ao “crédito fácil”, que, responsável pela antecipação do rendimento e do consumo de diversos bens, permitiu o aumento da vulnerabilidade de várias famílias.

“Quero dormir sossegado. Compreende? Não, nunca gostei de prestações. Tenho dinheiro, compro. Não tenho dinheiro, não compro. (...) Eu nunca tive grande dinheiro no banco... E antigamente, ainda menos. Não tinha, porque [risos] eu guardava-o em casa, não é? Mas, pronto, foi chegando sempre. Foi chegando sempre.”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

“Eu se queria uma casa, tinha que ter dinheirinho para comprar casa. Ou então tinha um quintalzinho e ia fazendo à medida que fosse tendo dinheiro e não sei quê. Não é como agora que eles têm casa, têm carro... Esta sociedade está assim. Eles agora casam, têm casa, o banco dá dinheiro para casa, dá-lhe para a mobília, dá-lhe dinheiro para carro, dá-lhe para tudo...e depois deu no que deu.”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

De facto, nos casos dos grupos arrendatários, é saliente que a diferença de interesses e de necessidades relativamente à escolha residencial, e até ao próprio alojamento, não estando tão diretamente relacionada com as suas disposições materiais e condições de financiamento da habitação, permanece mais arrolada ao peso das relações de interconhecimento criadas no quarteirão de residência. O que significa que, à semelhança de outras famílias desta fração, a dimensão social do quarteirão torna-se aqui uma esfera incontornável de análise (Cartier *et al*, 2008; Lambert, 2012; Auhtier, 1999-2; Grafmeyer, 1993).

Muito embora se denote o incremento dos constrangimentos materiais, são várias, aliás, as indicações que apontam para a resistência destes elementos em sair do lugar, uma vez que, ao longo do tempo, a ligação ao bairro e aos seus modelos de sociabilidade foram sendo vinculados pela sua participação associativa e pelo quadro de atividades. Além do mais, os efeitos sociais de identificação foram crescendo ainda mais, quando, associado às práticas associativas, se foi consolidando localmente um certo “reconhecimento estatutário” destes elementos (pesem embora as recentes recomposições nos laços de vizinhança) (Bozon, 1984: p.142; Juan *et al*, 1997; Bidart, 1988; Schwartz, 1990).

“Eu fui sócio disto [da ADRG], fui sempre sócio. Vivi aqui a política local ativamente... Estive sempre envolvido. Eu não há órgão nenhum que não tivesse... fui elemento da Junta, fui elemento da Assembleia Municipal, fui elemento da Câmara Municipal. (...) Aqui, em Ermesinde, conheço a toda gente. E pronto, não me via a sair daqui. E, olhe, o que eu vejo aqui pessoas no clube, que já moraram aqui e agora que foram morar para outros lados. E o que é que acontece? Agora, vêm de carro até aqui à porta, deixam, andam aí à procura de lugar para estacionar o carro e para conviver aqui um bocadito. Jogar à sueca, ver a bola...E eu é só fechar a porta, atravessar a rua...”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

“Isto aqui é, é boa gente, não é? Não é, não é pessoas... Não há é grande bairrismo aqui na zona. (...) E eu já estou aqui, estou aqui há 40 anos, não é? Eu ainda me dou com muitos amigos. Se houvesse bairrismo, isto, em termos de associação [ADRG], se as pessoas fossem todas de Ermesinde, aqui na zona, não é (...) havia bairrismo. (...) Há noite isto estava completamente cheio. Vendia-se aqui 50, 60 cafês à noite, não é? Cafês e maços de cigarro... Fazíamos festas... E eu, à noite, depois sempre vinha para aqui, não é? (...) Agora venho só de dia. À noite, só quando dá futebol. (...) Além que tenho pessoas aqui na rua, que toda a gente me conhece, não é? Salvamo-nos uns aos outros, conversamos quando é preciso, quando nos encontramos na rua cumprimentamo-nos e conversamos, não é? Conversamos de coisas sérias, de coisas menos sérias e coisa... Não há que dizer.”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

A verdade, porém, é que, neste quadro de ancoragem, e uma vez admitida a presença de melhores ofertas locais quer em termos de edificado recente e de preço, como

de qualidade e variedade habitacionais na freguesia, as margens de satisfação residencial destes elementos tendem a fixar-se mais em torno da “acomodação” e do “pragmatismo” face aos longos anos de residência acumulados.

Exibindo uma tipologia habitacional idêntica (de 3 divisões), é preciso ver, contudo, que, entre estes dois casos, existe uma clara diferenciação habitacional em função da década de conclusão do edificado e das ações de conservação, já que, de facto, a área habitável da residência tende a ser menor, quanto mais recuamos no tempo – num dos casos, em que o edifício foi finalizado em 1975, veja-se que a área é de 66,25m<sup>2</sup>; enquanto, no outro, reportando-se a um edifício de 1986, a área é de 97,80 m<sup>2</sup>. Identicamente, deve-se realçar que os investimentos na preservação do alojamento e nos requisitos funcionais de conforto variam consoante a própria qualidade construtiva.

*“Entrevistado:* Podia ter ido para um [apartamento] melhor. Ali à beira do café *Subaru*. Mesmo por cima, no primeiro andar. Com uma construção muito melhor do que esta, não é? O tipo, em princípio, disse que aquilo custava 1850 escudos por mês... Ma eu não pensava em comprar.

*Entrevistadora:* Nunca quis comprar?

*Entrevistado:* Nunca quis comprar. Tive sempre medo das prestações. Eu não... Eu, eu sou pessoa que... Não, não... (...) Mas a minha mulher gostou, porque isto estava muito bonito, sabe? Como hei-de dizer? Em termos de distribuição, tem um *hall*, não é? Uma porta da despensa, uma porta da cozinha, uma porta de sala de jantar, porta do quarto, porta do quarto, do quarto de banho, quer dizer, pode ficar lá uma pessoa de fora...que costuma ficar, uma pessoa amiga ou uma pessoa de família.....que se de noite quiser ir ao quarto de banho ou até de manhã para se lavar...não há interferência nenhuma. (...) Agora, claro, já está velha. (...) As portas estão empenadas. Eu tive que dar uma lixada naquela...Agora, até pus papel a imitar a madeira. (...) Mas, agora também fica assim. Setenta e oito anos, também agora... É mais mês, menos mês, mais ano, menos ano. (...) Já moro, estou aqui há muitos anos...claro que gosto daqui, não é. Eu sei que isto podia estar melhor. Isto podia estar melhor, que isto podia. Por exemplo, para mim, era excelente se aqui em vez dos prédios, não é, existisse um parquezinho onde se pudesse andar ali, onde eu podia andar... Mas, olhe...”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

“Reconheço que há algumas dificuldades. Reconheço que não há terrenos. Não há nada. A população, como eu lhe digo, a população, hoje, a nova, a que vem para aí... Nova, quer dizer, naquela estrada... A zona nova, a zona nobre como aquela zona ali da Vila Beatriz, e essas zonas nobres, atrás dos bombeiros e não sei quê, as pessoas não fazem vida aqui em Ermesinde...e, portanto, não usam as infraestruturas daqui. Os prédios estão a ficar cada vez mais velhos. Tenho pena, mas era previsível. (...) Agora, a minha casa é boa. A construção é muito boa. É um T3. A minha sala de jantar e estar...a sala comum é muito maior do que aquela onde eu estava. Os quartos são muito espaçosos e como os roupeiros são embutidos ainda parece maior. Com uma cozinha enormíssima. Uma cozinha que eu nem sei, agora é moderno, na altura não sei se... Uma cozinha enormíssima, uma marquise, um escritório... Tenho o meu quarto enormíssimo... O senhorio pôs tudo ali, gastou ali dinheiro logo de um ano de renda, só para o quarto de banho. (...) Estou bem com a mudança. Eu sou um indivíduo adaptável, mas sobretudo nesta idade custa um bocado. Olhe, que só a mudar de um lado para o outro... Eu para a idade que tenho também já não...”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

Ainda assim, a leitura conjunta de ambos os casos leva-nos a concluir que a posição destes grupos no ciclo de vida familiar (restrito e alargado) acaba também por interferir diretamente na tomada de posição relativamente ao alojamento e aos investimentos efetuados.

O que verificámos é que a idade (e o progressivo envelhecimento), bem como os laços de amizade e de convívio, entretanto, gerados, parecem ser variáveis com peso nas



motivações para a fixação, fazendo com que seja difícil a readaptação a um outro meio (Lord, 2010: p.258 e p.263). Há, no entanto, que não desconsiderar o facto de que a opção pelo regime de arrendamento se torna igualmente mais viável na ausência da necessidade de definir (a médio e longo prazo) estratégias familiares de transmissão e/ou acumulação de património (Bonvalet, 1993: p.28; Bourdieu e Saint-Martin, 1990: p.54), pois, estando o bem-estar familiar e a segurança habitacional dos descendentes assegurados, o valor da propriedade assume, então, menor significado.

*Entrevistadora:* Com tanto investimento que fez na casa anterior nunca optou por comprar uma casa? Quis sempre ficar pelo regime de arrendamento?

*Entrevistado:* Não, porque, entretanto, depois dessas coisas... Entretanto, nós já não queremos a casa para nada, porque as filhas casaram compraram casa, não é. Não querem isto para nada. E eu ia comprar para quê?! (...) Moram as duas na Maia. [...]

*Entrevistadora:* O que é que as motivou a saírem de Ermesinde? A não ficarem por cá?

*Entrevistado:* Em primeiro... porque tem mais qualidade. Ali na Maia tinha mais qualidade a habitação. E, depois, começaram a olhar mais para a infraestruturas e tal. Aqui em Ermesinde, era um bocado complicado, não é?"

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

"O meu filho e a minha nora não estão comigo. Estão no Marco de Canavezes...Ele dá aulas e ela também. Portanto, vêm aqui às vezes. Têm a vidinha deles, a casinha deles, por isso..."

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

### **5.2.2.3. A compra (prudente) da habitação: aspiração residencial ou escolha “forçada”? Os casos da *pequena burguesia independente e proprietária* e a *pequena burguesia e proprietária e assalariada***

Considerando a atual situação das famílias pertencentes às frações da *pequena burguesia independente e proprietária* e *pequena burguesia proprietária e assalariada*, uma análise geral permite-nos concluir que, entre elas, existem alguns paralelismos que vale a pena dar conta.

Desde logo, em primeiro lugar, parece-nos notório que o *trabalho* (resultado de distintas combinações entre propriedade e assalariamento) assume-se como *fator imprescindível para a projeção das aspirações residenciais*. Em segundo lugar, o *investimento na habitação*, apesar de real, foi sempre muito *prudente*, sendo as diferenças encontradas em matéria de ciclo de vida familiar e de relação com a propriedade ainda mais importantes.

No caso dos grupos constituídos pela *pequena burguesia independente e proprietária*, um exame mais detalhado sobre os seus percursos residenciais, leva-nos a

reconhecer que, tal como nos grupos da *pequena burguesia de execução pluriactiva*, o regime de arrendamento perdurou muito expressivamente no tempo.<sup>203</sup>

Tendo este acesso ocorrido numa fase mais avançada do seu ciclo de vida familiar, podemos afirmar que, na generalidade dos casos, ele correspondeu a períodos de relativa estabilização da sua situação económico-financeira e quase sempre se deveu a pequenos “avanços” profissionais de um dos seus elementos. E este é, aliás, um traço importante a reter porque nos permite perceber, por um lado, o modo como alguns destes elementos foram, no decurso das suas trajetórias profissionais, capitalizando os diferentes recursos (em particular, o económico), de forma a concretizar as aspirações residenciais, e, por outro lado, entender que estes recursos decorreram, em grande medida, do investimento feito no trabalho independente e/ou autónomo.

Marcados por uma forte valorização do *aspeto patrimonial*, mas ao mesmo tempo por uma postura de *prudência*, e constituindo a propriedade habitacional, para muitos, um objetivo *amplamente projetado* no quadro das aspirações coletivas, o passo para a compra/aquisição de habitação própria só se dá, portanto, depois de confirmadas as garantias de uma certa segurança profissional, perspectivada como fundamental para assegurar a conservação e/ou ampliação de rendimentos regulares e minimamente satisfatórios.

“Quando eu vim para aqui, a casa era melhor, tinha uma entrada larga, tinha um *hall* de entrada, tinha dois quartos muito bons e mais um pequenino no interior, uma boa sala, uma varanda para trás, que depois fiz marquise, tinha varanda para a frente... a casa era espaçosa, muito jeitosa e a cozinha, para o que se via, eu gostei, foi das que mais gostei. (...) Acho que foi 900 contos que eu paguei, naquela altura. Aquela casa ali da esquina, aqui ao cimo quando se desce, custava 3 000 contos. Era o que eu sonhava, tinha muito terreno, na altura [a Gandra] não tinha outras casas. Eu disse logo assim: «Se eu soubesse que a vida me ia sorrir!» Porque depois apareceu a tal sociedade ao meu marido. Aí então ficava com ela mas, na altura, não podia, não me metia onde não podia. (...)”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“*Marido*: Sobretudo, aquilo que se dizia naquele tempo, que era ter umas telhas. O objetivo de ter umas telhas e ter um andar, uma casa ou qualquer coisa. Esse objetivo estava traçado na minha cabeça. Não era fácil, mas tive que andar para a frente. (...) Conhecemos, na altura, o senhor que era o proprietário, que era um emigrante e que comprou os apartamentos todos.

*Esposa*: E ainda estivemos alugados para aí 24 anos mais ou menos.

*Marido*: O andar esteve arrendado até, olhe, até quando se pôde dar um jeito. (...) 24, 25 anos de aluguer. Nós, o ideal, o ideal era ter a habitação própria, não era?

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

---

<sup>203</sup> Há mesmo que referenciar que estes grupos encontram-se entre aqueles em que a duração foi mais relevante, sendo que, até hoje, apenas um caso se manteve nesta modalidade. Não sendo proprietário da habitação, e recusando este perfil de ocupação ao longo da sua mobilidade residencial, este caso constitui uma verdadeira exceção face ao conjunto das famílias analisadas. Daquilo que nos pudemos perceber terão sido, em grande parte, as profundas e a fragilização socioeconómica vividas recentemente os fatores-chave para o regresso à residência de origem. Ainda assim, voltaremos a este caso, mais à frente na nossa análise, aquando do exame da relação entre a família e o alojamento (e suas configurações) (cf. ponto 5.2.1. do presente capítulo).

Como podemos observar, quase sempre na expectativa de um aumento do nível de rendimento global, a partir da progressão profissional (geralmente) de um dos elementos do agregado, o exercício profissional constante, e a consequente obtenção de ganhos deram garantias (ainda que lentamente) para a aquisição imobiliária, mas foi realmente o recurso ao crédito um dos meios principais de compra.

Um exame mais fino revela-nos que todo o investimento feito ao longo do percurso residencial permanece descrito como consequência de sacrifícios coletivos, e de grandes esforços (de controlo minucioso) da economia doméstica, explicando, portanto, em certos casos, algumas das dificuldades vividas ou, em outros, os adiamentos no comprometimento ao processo de ascensão à propriedade.

Por outro lado, tendo por referência dimensões estruturais como a segurança, a continuidade, a independência e o conforto, é de enfatizar que um tal comprometimento foi sempre interpretado por estas famílias com muita *prudência e realismo*, sendo, aliás, sistemáticas as várias enunciações feitas acerca dos custos (financeiros e temporais) ligados ao momento de ascensão à propriedade ou então de recurso a práticas quotidianas de poupança e de supressão de gastos. Daí que a profundidade de antecipação do futuro tenha sido, em quase todos os grupos, configurada em torno de disposições mais conservadoras, traduzidas uma confiança persistente mas “acautelada”.

“Quando casei vim morar logo lá em baixo, ao pé da Policia, para a Cancela, depois passei para aqui e aqui fiquei... Na altura, era alugada. Eram boas [as condições da habitação], eram. A casa era boa. (...) Os quartos grandes, uma grande sala, uma sala tipo salão, boa cozinha, era uma casa grande. Decidi mudar porque aquela casa não era minha, depois a vida melhorou um bocadinho e construí. Tivemos essa oportunidade. (...) Foi, quando tinha que ser. E, pronto, daí ter que mudar.”

Grupo Doméstico 18, residente na atual habitação há 16 anos

“(…) Eu sempre tive muito medo do futuro. (...) Pensei muito no futuro, dei cabo da cabeça a pensar no futuro. (...) Eu nunca me metia em coisas que não podia, nunca dei um passo maior do que podia... Ponderei sempre. (...) Quando me mudei para Ermesinde, eu não gastei em decorações. As mobílias já as tinha (...) comprado lá em Lisboa, tinha comprado a mobília da sala em segunda mão, era conforme podia. (...) E depois fomos juntando (...) Depois, olhe, começou a correr-me bem a vida... a vida sorriu. E então elas, as filhas, queriam que comprasse uma casa, uma moradia...”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“*Mãe*: Mantínhamos o arrendamento se pudéssemos, porque não tínhamos como comprar. Que é mesmo assim. Estávamos numa casa muito pequenina, fomos para uma maior, que foi logo muito mais dinheiro... A nossa sorte foi dar-se logo o 25 de Abril, senão era mesmo complicado mantermos a casa para onde fomos e comprar. (...) A seguir ao 25 de Abril, a nível de ferroviários e outros assim, a vida melhorou bastante. (...) E eu tive mesmo que trabalhar de costura, e ter o meu negócio, porque senão não sobrevivíamos com o que ele ganhava. Graças a Deus, fomos conseguindo.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há 2 anos

“*Marido*: Na altura, o aluguer era um bocadinho carote.

*Esposa*: Era.

*Marido*: 900 contos de renda naquele tempo. Para quem ganhava 2 contos e 200 era um bocado puxado.

*Esposa*: Nem sobrava para férias.

*Marido*: Sobrava muito pouco. Foi ali apertinho durante muito tempo. (...) Depois quando comprámos, era 70 contos por mês, naquele tempo. Podia ter sido mais económica, mas... atendendo àquilo que se via nos outros lugares e já

conhecíamos e sabíamos a construção, valeu a pena. Naquele tempo, havia a hipótese de fazer e fizemos o sacrifício para termos a nossa casa. (...) Fui crescendo no negócio e já podia suportar melhor. (...) Foi-se juntando e foi-se renovando o andar. De resto, fui juntando ao longo do tempo. (...) Recorremos, a um empresa do ramo imobiliário que fez umas boas condições e eu aceitei-as logo, porque tinha consultado a Caixa Geral de Depósitos e conhecia muito bem... Eram melhores lá os juros que os da banca. Não me cativaram muito e, assim, com aquela [empresa] fizemos uma vida boa, muito presa, muito presa, mas valeu a pena. (...) Nós pagamos em 5 anos, há volta disso.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

Confirmado, assim, algum do perfil de procura de melhoria dos quadros de oportunidade económica que se associa, geralmente, a esta fração, deve-se acrescentar, porém, que a generalização do acesso à propriedade dissimula ligeiras diferenças, no interior das famílias em estudo, já que, tal como pudemos averiguar da leitura dos seus percursos, nem todas as famílias da *PBIP* mostraram o mesmo grau de sensibilidade e de adesão a este regime.

Na realidade, aquelas famílias que, hoje, demonstram uma maior sensibilidade à propriedade são efetivamente as que já tinham no passado uma familiarização e/ou socialização prévia, facto que vem traduzir, na nossa perspetiva, o significado da propriedade familiar no trajeto de esforço e mobilização habitacionais (Bourdieu, 2001; Bonvalet, 1993)

Sob a influência das disposições residenciais dos seus ascendentes (geralmente menos dispostos ao arrendamento e mais suscetíveis ao regime de ocupação própria), note-se que, entre estes grupos, parece existir, de facto, uma grande valorização do património habitacional e do sentido de segurança associado à posse. Por sua vez, no quadro das aspirações e das condições materiais disponíveis, é visível que a orientação residencial fica muito voltada para a aquisição da casa independente e/ou “moradia”, sendo, justamente, entre estes casos, que se observa a presença de um maior número de divisões por fogo (4 a 5), maiores áreas (entre os 120m<sup>2</sup> e os 150m<sup>2</sup>) e um edificado mais recente (anos de 1990).

“Quando mudei, fiquei perto do emprego, não é, era mais fácil. (...) Já cá estou há quase 15 anos. (...) Uma coisa é termos o que é nosso, outra coisa é termos o que é dos outros, não é? E, para mim, era mais fácil, aqui à beirinha, perto, para o emprego, ter os miúdos para controlar melhor e tudo, era muito mais jeitoso. (...) [A casa anterior] era mais longe, também para o emprego, para tudo. Aqui fica mais perto, claro, e fica no caminho, sobretudo. (...) Os meus pais sempre tiveram casa. Compraram foi há muitos, muitos anos uma casa individual, como na rua tudo é, não é, com terra, ou seja, com terreno e não sei que mais.”

Grupo Doméstico 18, residente na atual habitação há 16 anos

“Eu sempre fui aventureira, embora fosse da aldeia, fui sempre muito aventureira. Sempre com medo mas ia. Eu dizia: «Havia de ter uma casa só minha.» Como os meus pais. E consegui. (...) Pronto e valorizava muito o trabalho e aquela...de eu querer sempre alcançar os meus objetivos, eu meti-os na cabeça e tinha que os alcançar. Agora, agora eu já deixei-me disso, mas eu metia uma coisa na cabeça e tinha que alcançar aquele objetivo, tentava lá chegar...”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

No entanto, se passarmos para o exame dos percursos das restantes famílias desta fração, outros aspetos merecem ser sublinhados.

O que se conclui é que, não assumindo especial incidência na trajetória, nem mesmo nos “itinerários-vitais” das famílias de origem (Juan *et al*, 1997; Brun e Bonvalet, 2002), a propriedade habitacional constituiu, na verdade, para os outros grupos, a dada altura do seu ciclo de vida, uma alternativa quase “forçada” a adotar. Referimo-nos, portanto, às situações em que, se observando a pressão do senhorio na venda do alojamento, como forma de rentabilizar o seu capital e libertar-se de futuros encargos relativos a obras de recuperação, as famílias viram-se confrontadas com a imposição de compra. Além disso, a aceleração na aquisição imobiliária tornou-se premente, dado investimento de cariz relacional e emocional, entretanto, acumulado pelas famílias.

“*Mãe*: Mais tarde, lá saltamos para o cimo da rua, para uma casinha maior e melhor, também arrendada. Já morava lá há uns anos, os herdeiros daquele edifício quiseram vender, puseram na propriedade horizontal. Propuseram-nos: ou comprávamos ou saíamos. Tivemos mesmo que comprar, com sacrifício, com dinheiro nosso e outro emprestado, mas lá compramos.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há 2 anos

“*Marido*: Depois, o senhorio é que resolveu vendê-la.

*Esposa*: Mas, mas estivemos aqui ainda uns anos a pagar aluguer.

*Marido*: Já há muitos anos que ele tinha-me falado na hipótese de vender os andares. Logicamente que nós éramos candidatos. Com todas as dificuldades que isso ia acarretar, não é? Porque não havia dinheiro para comprar um andar.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

Não obstante o que acabámos de expor, é bom não esquecer, similarmente, que a urgência na aquisição não deixa de ser, em parte, imputável ao que se sucedera no passado. Partindo, aliás, de circunstâncias (de origem) habitacionalmente fragilizadas, os próprios depoimentos destas famílias dão a entender a presença de sentimentos e/ou disposições de forte desconforto em relação às anteriores habitações e, em particular, à ausência (prolongada) de infraestruturas básicas.

Mas seja como for, se durante algum tempo estas circunstâncias se traduziram na precarização das condições da existência familiar, com consequências na estruturação quotidiana, também é certo que contribuíram para o alargamento dos seus anseios, condicionando uma parte do círculo das suas aspirações habitacionais, ainda que sujeitas a um processo de “normalização do espírito de sacrifício” (Cartier *et al*, 2008: p.136).

O que vemos é que, a curto e médio prazo, o projeto residencial de alguns dos grupos da *PBIP*, fixado em torno de um futuro positivamente mais qualificado, foi sendo estruturado sob a forma de desejos muito concretos, pois, na realidade, habitar um espaço com a presença de, por exemplo, instalações sanitárias, de banho ou duche ou com sistema de aquecimento, pareceu ser, efetivamente, um objetivo prioritário em matéria de acesso e, ao mesmo tempo, objeto de profunda satisfação, quando plenamente atingido.

Por seu turno, e passando o alojamento a integrar um dos destinos principais de aplicação das suas economias, aquando da sua entrada e inserção no lugar, outros foram os fatores geradores de contentamento. Veja-se que, para além da introdução de um certo sentido de privacidade, a oportunidade de usufruir de um número maior de assoalhadas e de uma habitação com uma configuração tipológica distinta é uma característica bem vincada nos seus discursos e, na nossa perspetiva, não deixa de ser reflexo do estado de melhoria habitacional alcançado por estas famílias.

Nestes casos, e comparativamente, o edificado é mais antigo (concluído nos anos de 1970) e os fogos são de menor dimensão (geralmente com três divisões e um valor de área habitável a rondar os 70 a 75 m<sup>2</sup>).

*“Marido:* Cheguei aqui ao andar e disse: «Ai, meu Deus do céu, que maravilha!» Para quem vinha de uma casinha tão humilde quanto a minha... Foi logo: «Isto é um palácio.» Foi o meu termo. Portanto, e não o deixei ficar mais. Fiquei com o andar. [risos] Aluguei o andar. Depois, quando saiu o andar à candidata, à esposa, ela ficou: «Ei, meu Deus do céu!» ...

*Esposa:* Eu quando vi a casa disse assim: «Ai, meu Deus, que casa tão grande!», três quartos, «Que casa tão grande. Como é que eu vou encher isto tudo?», mas como viemos morar com a minha sogra, um quarto era só para ela.

*Marido:* Gostei de tudo... Eu, eu, eu... só o facto de ter um quarto de banho... No meu caso, nunca tive no passado nada desse género, um quarto de banho. Meu Deus do céu! [risos] «Isto é um quarto de banho?! Um quarto?! Um quarto para mim, que maravilha.»

*Esposa:* Eu desde que casei foi quando tomei banho de banheira, que nunca tive banheira. (...) Cheguei a morar com os meus pais numa casa onde era uma sala só com uma cortina a dividir o quarto da minha mãe e o nosso e nós [ela e os irmãos] dormíamos todos numa cama. Uns para cima, outros para baixo, mas todos na mesma cama.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

*“Mãe:* E depois de Aveiro, já viemos aqui logo para Ermesinde, também para uma casa arrendada, mas já tinha água e luz. Mas não tinha água quente, nem cilindro, nem banheira, mas já estava um bocadinho melhor. (...) A casa era uma casa muito pequenina e foi alugada por uma família. Também eram ferroviários mas já estavam mais avançados na vida. O meu compadre já tinha uma categoria regular. (...) Já tinham feito de raiz mesmo uma casa e fizeram um rés-do-chão amplo, primeiro andar (...) depois no segundo moravam eles. (...) Nesse amplo, dividiram em duas metades e fizeram duas casas pequeninas. (...) Na altura, dividiram mesmo para nós irmos morar para uma metade. (...) Como depois a minha filha já começou a ter 11 anitos, 10 anos, não tínhamos quartinho para ela. (...) Começámos a ver que aquilo que já não era assim... muito jeitoso e alugámos então outra maior. Foi o primeiro banho que tomei de banheira, foi nessa casa... e a minha filha também, coitadinha... não andávamos a cheirar a surro, mas era numa bacia em chapa. Aquecia a água no fogão e deitava na bacia. Era ali que tomávamos banho e era ali que dava banho à minha filha.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há 2 anos

Ora, sabendo nós que um mesmo espírito de ambição não se manifestou de igual modo naqueles grupos relativamente menos desfavorecidos em matéria habitacional, não podemos deixar de concluir que, para as restantes famílias da *PBIP*, os motivos da escolha de certos perfis de alojamento obedeceram, igualmente, a determinados critérios.

Assim, e contrariamente aos grupos anteriores, cuja orientação foi, como vimos, muito direcionada para a dotação básica, para estes grupos, outras funções se impuseram nas escolhas. Para lá dos aspetos técnicos como o conforto e a qualidade construtiva, foram equacionadas preocupações mais voltadas para a ampliação da área útil e da superfície de logradouro e até para a inclusão de outros espaços suplementares como o

quintal e/ou jardim e os anexos, complexificando-se, ainda mais, os usos do alojamento. Traduzindo, em geral, um melhoramento residencial muito apreciável, a instalação na habitação serviu, pois, de reforço dos laços familiares e de maior proximidade ao local de trabalho, permitindo uma concentração de esforços visto requerer investimento de tempo e de trabalho e capacidade de manter, ao longo do tempo, as condições desejadas de habitação.

“Fui eu a primeira a sair [do prédio onde anteriormente residia], depois começaram a sair mais. Queria vir para uma casa independente e nós, quando pudemos nos lançar, fomos pra frente. (...) E agora as filhas, eu é que tenho de cozinhar para elas, elas vêm cansadas, a mais nova então vem sempre cansadíssima, cozinhar para ela, para o marido, porquê? Quis que elas ficassem à minha beira. Eu meto-me no jardim, sou eu que faço tudo, está a ver? (...) Já levantei o terreno, já plantei cebolas, já plantei isso tudo, eu é que faço tudo...”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“ (...) Eu faço vida praticamente em casa e aqui [estabelecimento] porque estou todo o dia aqui [na zona residencial]. (...) Tenho que fazer a vida de casa, como toda a gente, não é. E já tenho bem que fazer! É casa, quintal, o estabelecimento...”

Grupo Doméstico 18, residente na atual habitação há 16 anos

Não obstante o exposto, uma nota idêntica deve ser dada, em matéria de condições para o acesso à residência, quando nos confrontamos com o perfil de mobilidade habitacional dos grupos compostos pela *pequena burguesia proprietária e assalariada*. Apesar de se ter observado que, quando comparados com os grupos da *PBIP*, o acesso à propriedade habitacional aconteceu em etapas menos tardias do seu ciclo de vida, e que o arrendamento não assumiu especial significado<sup>204</sup> – sugerindo, eventualmente, distinções não menos relevantes entre as frações no que toca à relação com a propriedade – a verdade é que a aquisição feita por estas famílias também só foi efetuada depois de verificadas algumas condições indispensáveis. Num caso, para se poder, numa primeira fase, suportar os encargos com a habitação e até para se partir para novas aquisições; e, noutro, para se ir amortizando, ao abrigo das economias acumuladas, as dívidas contraídas a médio prazo.

“Para onde nós fomos? Quando viemos para aqui, fomos para uma casinha lá na Travagem, (...) para lá. (...) Também só lá estive, não chegou parece que a 8 anos, 7 anos e pouquinho. (...) Depois comprei ali na Gandra. Ah, sim.... [a casa] não tinha nada a ver. Era uma casa boa. Com água, com tudo. E aí eu já tinha máquina de lavar de roupa e já tudo. A casa era muito jeitosa. Muito jeitosa. (...) Queria antes uma casa minha. Casa própria. A gente na aldeia, não sei se é, tem mais o espírito de comprar do que estar a pagar uma coisa que nunca é nossa. (...) Eu queria muito vir para este lado [para a Gandra] que era para ficar perto dos meus tios. E ele [o tio] disse: «Olha há umas casinhas assim, assim...» E eu lá comprei aquela, 550 contos, na altura. Foi a crédito.”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“Na altura, era tão ingénua, tão juvenzinha, que eu o que queria era uma casinha para casar e viver com o meu marido. Mais nada! (...) Nunca quis uma casa grande porque o meu medo era um empréstimo muito grande, o qual eu não pudesse pagar. Logo, na altura, o meu medo era: «Ai, meu Deus, a casa não pode ser grande, não pode ser muito cara! Eu tenho que ganhar para pagar a casa, que eu não quero ficar a dever. Eu não quero ficar nunca a passar um mês de não poder pagar ao banco! Ai, meu Deus! Ai, meu Deus!» E comprei um T1.”

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

---

<sup>204</sup> Num dos casos, podemos ver que este assumiu um estatuto muitíssimo provisório.

Ainda assim, e apesar de se ter verificado que, o recurso à ajuda externa foi obrigatório, é preciso ver que, dispondo de grande significado, os rendimentos acumulados, no decurso do tempo, pelo agregado – quer pelo trabalho independente, quer pelo trabalho assalariado – foram, de facto, decisivos para ambos poderem suportar condições residenciais minimamente satisfatórias (e até, num dos casos, perspetivar outras melhores).

“Gostava muito da casa [anterior]. Depois, as garagens foi o que me atraiu. Porque como eu vinha da aldeia trazia batatas, trazia azeite, trazia vinho, trazia tudo. Precisava de uma garagem! Havia uma a vender em frente a mim e fiquei com uma deste lado e outra daquele. E tenho lá duas. Que comprei e paguei. (...) As minhas clientes e vinham ali à garagem. Marcavam o dia e marcam, quando precisam de alguma coisa: «Ó menina *E.* tem isto assim, assim? Precisava disto.», «Olhe, eu não tenho mas eu arranjo-lhe.», «Então a tal dia eu passo aí.», «Passe.» Pronto. (...) Depois vim para esta. Esta comprei-a com o dinheiro na mão. A outra é que foi a crédito. Esta é que foi com o dinheiro na mão. Tinha o dinheiro e comprei-a. É muito melhor. Esta tem duas casas de banho. A outra só tinha uma. Esta tem três quartos virados para a rua. Grandes com janela. A outra só tinha dois. E um pequenino interior. Não tem nada a ver. (...) Uma varanda a todo comprimento.”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“O que pedi ao banco, paguei logo! Porque o meu objetivo de vida era trabalhar e poupar, trabalhar e poupar, trabalhar e poupar e pagar logo o apartamento. Que eu não... eu só em pensar que a casa não era minha, para mim era uma dor de cabeça! E paguei logo. (...) Não tinha outra hipótese porque eu não tinha dinheiro. O que tinha, o que ganhava não era, não era suficiente (...).

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

Em paralelo, sendo óbvios os efeitos das mudanças de ciclo de vida, ou das opções em matéria de organização familiar, nas decisões tipológicas (Singly, 1991; Bonvalet e Bringé, 2010; Authier *et al*, 2010), não deixa de ser significativo olhar para as dimensões da casa mais valorizadas por estes grupos e, simultaneamente, ver as semelhanças encontradas, por exemplo, com as de alguns grupos da *PBIP*.

Note-se, por exemplo, que atributos como conforto, segurança e independência sobressaem claramente dos seus depoimentos e são, hoje ainda, mais valorizados, atendendo à situação vivida no presente.

Mas, ainda assim, muito longe de uma lógica de investimento – disposição geralmente mais compatível com grupos económica e culturalmente mais dominantes – a compra do alojamento decorre mais de alguma folga monetária, entretanto, acumulada, sendo a poupança encarada pelas famílias da *PBPA* como um *refúgio de estabilidade* (dado o patamar atingido no ciclo de vida familiar) e um *plano de contingência* a adotar face, porventura, a momentos conjunturais mais difíceis no futuro. Mesmo com diferenças óbvias – pois um dos alojamentos é composto por duas divisões e uma área 71,80m<sup>2</sup> (sendo o edifício datado de 1986) e o outro é constituído por 4 divisões e uma área de 97m<sup>2</sup> (correspondendo a conclusão do edifício aos anos 90) – a situação



residencial dos dois grupos é interpretada como altamente positiva. O que encontramos são posições conotadas de *realismo e resguardo* mas de profunda satisfação.

“Eu nunca reclamei (...) Estava sempre à espera que um dia a vida fosse melhorar e melhorou, pronto. (...) O meu pai ajudou-me bastante. (...) E os meus pais também estavam habituados a poupar muito o dinheiro deles. (...) Quando [o estabelecimento] dava muito dinheiro, quando havia muito trabalho, tive [empregados]. Depois o trabalho foi diminuindo... Agora já não tenho. (...) Talvez praí há 8 anos. (...) O trabalhador só tem direitos, não tem obrigações e eu pensei: «Não, já não estou... já me esforcei tanto, já poupei tanto, já trabalhei tanto e eu agora estou a ficar cansada!» (...) Para mim, o que tenho já me há-de chegar, desde que não venha uma doença muito grave... Portanto, não estou rica, ainda continuo pobre na mesma, mas para mim chega. (...) Tenho a minha casa. É grande, é um T1 com uma área de T2. ... Já podia ter saído, ir para um T2, ir para um T3, mas eu penso assim: «Estou tão feliz aqui. A casinha serve perfeitamente», que eu fiz uma opção na minha vida, eu e o meu marido não temos filhos, e eu dizia assim: «Então, mas eu agora vou dar mais quinze ou vinte mil euros por causa de um quarto?» ”

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

“Mudei. Comecei a ter problemas a subir, que a minha casa era a última. (...) O sítio não tem nada a ver. É sossegado, é muito mais sossegado. Lá havia mais movimento, mais gente, mais cafés, pronto, mais movimento, muito mais. E aqui é muito mais calmo, muito mais sossegado. É melhor. Este é o primeiro [andar] e no outro representava o quarto. E depois a casa tem uma outra varanda à frente. Naquele quarto no fundo tem outra. Ao passo que na outra não. Não tinha. Era uma varanda pequenina atrás e muito pequenina. E à frente era um quarto minúsculo. Quer se dizer, não tinha nada a ver. Tinha um quarto de banho só. E aqui é toda maior, toda maior. É melhor para mim, para o marido e para os filhos. “

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

#### **5.2.2.4. O difícil (e tardio) compromisso com a propriedade habitacional e o significado desigual do regime de arrendamento para a *pequena burguesia de execução***

Embora se reconheça a sua diversidade interna, por comparação aos grupos das frações anteriores, podemos asseverar que a relação com a propriedade habitacional não se tem aplicado, no decurso do tempo, nos mesmos moldes nos grupos domésticos compostos pela *pequena burguesia de execução*.

Nota-se, portanto, que, para grande parte das famílias da *PBE*, o *acesso à propriedade não tem sido tão fácil*, processando-se até de uma forma um pouco mais tardia no seu ciclo de vida, sendo visíveis, em simultâneo, trajetórias residenciais, cuja complexidade e diferenciação de estatutos de ocupação se tem repercutido em distintos níveis de valorização e satisfação residenciais. Na verdade, é de referir que nem todos os agentes apresentavam as mesmas disposições em termos de apropriação residencial, mesmo quando se foi tornando evidente, nas entrevistas realizadas, a confirmação geral das dificuldades acrescidas desta fração no equilíbrio da compatibilização entre compromisso habitacional e flexibilidade financeira.

De facto, uma das conclusões a que chegámos, a propósito da análise das características diferenciadoras entre estes grupos em concreto – mas também da difícil relação verificada entre eles e as instituições bancárias – foi a de que o distanciamento, em matéria de solvência, era considerável.

O que se verificou foi que, naqueles grupos onde era maior a restrição de capitais sociais e económicos, e em que a conjuntura familiar não era propriamente a mais propícia para a tomada de decisão da compra, a aquisição do alojamento não se veio a concretizar, tendo sido o processo de triagem bancária, no plano de concessão de crédito à habitação, muito condicionado por critérios seletivos, perante as debilidades encontradas no vínculo laboral detido ou a avaliação negativa do rendimento *per capita* do agregado e do valor do próprio fogo. Face aos constrangimentos existentes, estas famílias (menos capitalizadas) tiveram que permanecer “forçosamente” sujeitas ao regime de arrendamento (como poderemos observar mais à frente) vendo, portanto, altamente limitadas as suas aspirações em torno da posse da habitação. Mais, observou-se que, para lá de um certo conformismo daqueles que ambicionavam outra posição residencial, também existiu, na recusa ao financiamento, uma *violência simbólica e institucional* por parte da entidade bancária, que, descrente na capacidade de solvência destas famílias, e face à ausência de garantias eficazes de cumprimento, limitou nitidamente a sua “carteira” de possíveis aquisitivos.

“Nunca cheguei a comprar por causa da minha esposa, não tinha emprego certo e não foi possível pedir empréstimo para comprar. Que eu era para comprar. Nós tivemos sempre dificuldade. (...) Ficaram para conceder uma vez, éramos para pôr como fiadora a minha mãe, porque tinha a casa dela e tudo, mas, entretanto, o meu pai faleceu e também não se chegou a concretizar.”

Grupo Doméstico 25, residente na atual habitação há 24 anos

No entanto, outras das conclusões a retirar é a de que, mesmo considerando as posições residenciais mais vantajosas das restantes famílias – nomeadamente, as que não registaram encargos associados com a habitação ou aquelas que efetivamente conseguiram ultrapassar os critérios apertados de concessão de crédito – isso não significou uma espécie de eliminação total das distâncias entre os casos em estudo. Tudo aponta para que, de facto, o quadro de melhoria habitacional atingido por estes grupos continue a ser feito à custa de constrangimentos reais e que as experiências residenciais permaneçam sensivelmente marcadas por algumas vicissitudes.

De acordo com o que nos foi reportado, o presente continua fortemente assinalado por limitações orçamentais evidentes e os esforços materiais e financeiros têm sido crescentes. Além disso, não será de mais recordar que a projeção dos projetos residenciais se prolongou durante bastante tempo, muito em função dos limites materiais e financeiros.

Percebe-se que, para um dos grupos, a compra da habitação, enquanto sinónimo de “ascensão” (à luz dos trajetos residenciais precedentes), continua a representar grandes encargos, sendo estes particularmente difíceis de suportar e gerir em contextos de

agudização da crise económica, como a verificada recentemente. Veja-se que, em virtude destas últimas alterações, e não vendo no arrendamento uma opção viável, esta família não deixou apenas de recalcular (de modo até persistente e minucioso) o seu quotidiano, controlando e racionalizando o orçamento doméstico disponível; ela teve mesmo que se readaptar (familiarmente falando) em função das mudanças de ciclo de vida, de forma a minorizarem os riscos de eventuais incumprimentos. Logo, a ordem de prioridades teve que se modificar e (graças ao apoio familiar) foram acionadas estratégias de contorno das dificuldades.

“Quando casei, a minha esposa tinha casa na Maia. Entretanto, ficou grávida e as coisas... isto vai acerca de cinco anos... Crise, crise, crise... Os rendimentos cada vez a baixar mais... Resolvemos, uma vez que a minha esposa estava grávida, vivermos todos em Ermesinde, uma vez que eu pago as duas prestações., Tenho que pagar as duas, a de Ermesinde e a da Maia, ambas estão com empréstimos... E decidimos alugar a da Maia. Dividimos uma despesa e ela veio para aqui, uma vez que a minha mãe iria ficar com a menina até ela entrar para a pré-primária. (...) A minha esposa tinha comprado a casa dela, na Maia e eu tinha comprado esta aqui, em Ermesinde. Na altura, havia o recurso ao crédito jovem, não é? E, na altura, os meus pais acharam que... e eu, a certa altura, a casa ficava para mim. A responsabilidade é a dobrar. Eu não posso desfazer-me de dois financiamentos assim... Valia a pena! Na altura, tinha possibilidades. Quer dizer, eu alugar uma casa ou comprar, preferia uma casa, recorria a crédito e prefiro comprar uma casa, não é? É muito bonito e as pessoas são... Quer dizer, é tudo: «Ai, vão acabar com os financiamentos, para quem deixar de comprar casa...» Agora para uma pessoa alugar uma casa pedem-me o IRS, recibos de vencimento, não sei quê, não sei que mais... Imagine que vai-se pagando mas que, aos 50 anos, entra numa situação em que tem que mudar de casa, acha que alguém lhe aluga uma casa? (...)”

Grupo doméstico 27, residente na atual habitação há 30 anos

Analisando, por sua vez, um outro grupo, uma nota suplementar deve ser referida, a fim de evitar interpretações desajustadas, na medida em que, se é verdade que, sendo este um caso em que se observa a propriedade da habitação, mas cujo esforço de aquisição foi rapidamente saldado no passado – indiciando, à partida, uma maior autonomia e capacidade de investimento material –, também é necessário realçar que a fragilidade socioeconómica desta família é, ainda hoje, manifestamente perceptível no seu depoimento.

Na realidade, uma análise mais pormenorizada leva-nos a atestar que, para este grupo, o acesso efetivo ao alojamento dependeu exclusiva e largamente da rede de relações familiares, uma vez confirmada a inexistência de condições económicas para o fazer. E, por isso, na nossa perspetiva, esta rede nuclear foi, verdadeiramente, vital (até mais do que noutros contextos semelhantes) para o reforço da atual posição residencial, ajudando a ladear as dificuldades existentes. Aliás, os dados relativos à própria seleção e ao apetrechamento do imóvel mostram isso mesmo, já que, para lá de garantidas as condições de alojamento, verificou-se, similarmente, um importante auxílio familiar na superação das necessidades domésticas e das exigências financeiras do agregado.

“(…) Depois saímos de lá [da casa anterior], porquê? Porque o senhorio ia-se divorciar. E precisava da casa. Foi quando a minha irmã comprou... Foi ela que comprou o apartamento onde estou. Pôs em meu nome e em nome dela. Agora,

pronto, tenho uma afetividade com aquela casa porque foi a minha irmã. Ela vendeu lá em cima para comprar o apartamento. E veio para cá de vez. (...) Estava em condições, não se fez obras absolutamente nenhuma, só compramos, os móveis vieram da outra casa e depois aqui sim, foi a minha irmã que comprou, lá foi a vez dela. Eu não comprava, não tinha possibilidade e não mudava, se pudesse. Ela queria comprar porquê, porque disse que queria sentir-se numa casa dela também, pôs a casa em meu nome e no dela e quis comprar móveis e mais coisas. Foram eles [irmã e cunhado] que escolheram a casa. E sempre nos ajudaram. Quando pagávamos renda, da outra casa, ela ajudava-nos. (...) As pessoas optam por alugar, porque não têm possibilidade. Eu acho que deviam dar essa possibilidade, outra maneira, não sei. (...) A gente viu uma casa, pronto, mas não estou arrependida, ainda a minha irmã não pensava sequer... e não consegui o empréstimo. Não emprestavam, não davam... Por exemplo, comprar... Já comprei coisas às prestações, que é mesmo assim. Aqueles cartões que tem da *Worten* e assim, não consegui, por causa do meu marido estar desempregado e quando o meu marido estava empregado, também o ordenado era baixo... Tinha de ser assim tudo. E agora vai-se juntando, quando se pode. Não tem sido fácil, com ele [o marido] desempregado...”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

Depreende-se, porquanto, da leitura dos seus discursos que, tendo a família desempenhado um papel determinante nos percursos de mobilidade e ascensão habitacional, ao longo do tempo, a ocupação de diferentes estágios do ciclo de vida familiar, em ambos os casos, não deixou de conduzir a diferentes perfis de avaliação e satisfação residenciais. Assim, e ainda que a existência de contrastes em matéria tipológica seja pouco significativa – na medida em que, concluídos os edifícios nos princípios da década de 80 do século passado, pode-se dizer que as áreas habitáveis dos alojamentos (constituídos por 4 divisões) são relativamente próximas (de 94,60 m<sup>2</sup> para o primeiro caso, e de 123m<sup>2</sup>, para o segundo) – é de notar que as aspirações a consumo doméstico melhorado e a um apetrechamento superior são mais elevadas nas famílias que ainda se entram numa fase de arranque do seu ciclo.

“Eles andaram sempre atrás de um rés-do chão. Foi bom, eu agora reconheço que foi. Acho que já previam... E mesmo para as ambulâncias, depois quando ficaram doentes e tudo, [as ambulâncias] vinham por trás e fazia muito jeito, E, olhe para nós também, para nós que não vamos para novos... Eu gosto da casa. Agora também daqui não saio.”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

“*Entrevistado:* (...) Agora estamos com... Mudámos há uma semana. (...) Mas, a casa da Maia tem coisas boas e tem coisas más.

*Entrevistadora:* Pois, era isso que lhe ia perguntar...que diferenças é que existem?

*Entrevistado:* Em Ermesinde tenho um T3, tenho espaço que nunca mais acaba e na Maia tenho um T1+1. É mais pequenino. Mas tem outras coisas, tem aquecimento central...que em Ermesinde não tem, é uma casa fria no Inverno. Prontos, tem outras coisas, tem outras comodidades que esta não tem, não é? Já é outro apartamento, já tem insonorização,...está bem localizado... Claro, aqui [em Ermesinde] tem deficiências, como é lógico, não é? Não tem insonorização, aquecimento e são coisas que fazem falta, evidentemente. Mas custa-me ter que sair daqui, custa-me.”

Grupo doméstico 27, residente na atual habitação há 30 anos

Por sua vez, uma caracterização mais fina dos percursos residenciais dos dois grupos locatários mostra-nos quão reveladoras são também as diferenças entre ambos face à modalidade de ocupação adotada.

Na verdade, se lermos as perspetivas de um e de outro, é seguro afirmar que os posicionamentos residenciais passados têm influído diretamente nos significados atribuídos ao momento presente (positivos e negativos). Isto porque, enquanto, de um lado, para as famílias que tiveram que permanecer “forçosamente” sob o regime de

arrendamento, a *resignação* face ao presente e a *incerteza* perante o futuro parecem ser evidências claras; do outro lado, para aquelas famílias em que, para lá das condições propícias à permanência neste regime, a recusa da propriedade encontra-se, igualmente, imbricada na génese social das suas preferências e valores, torna-se visível que a *segurança* e a *estabilidade* são elementos dominantes.

No primeiro caso, vemos que – exibindo inúmeras dificuldades de sustentação (tanto na fase de constituição, como de consolidação de família própria) e percursos de alguma inconstância laboral de alguns dos seus elementos – a recusa ao crédito é examinada, na realidade, com alguma *frustração*, dado que os seus ascendentes foram capazes de assegurar uma situação, aos seus olhos, habitacionalmente confortável ou segura, e, inclusivamente, serviram de suporte e apoio até se ter atingido uma fase de maior estabilização económico-profissional.

“Quando casei não fui morar sozinho, logo. (...) Fomos morar para casa da minha sogra. Só depois é que eu ... fui para uma casa arrendada. A minha esposa estava desempregada e, pronto, não arranámos logo casa. (...) Mas sempre por aqui, perto da minha mãe também e da minha sogra, por isso... [risos] (...) Ajudaram muito os pais e os sogros, que eu também não tinha emprego certo, na altura. (...) Tentei sempre comprar casa. Os meus pais compraram depois de alguns anos. Mas, a nós, os bancos não... Tem sido difícil. E acho que agora... Até cheguei a pensar em pedir empréstimo em nome do meu filho. Só que o meu filho também nunca teve muita sorte com o tipo de emprego. Nunca teve facilidade. E eu depois também pensei: «Bem, se ele um dia quiser casar depois também se vê com dificuldade. Depois ele é que faz isso.» Por isso é que eu continuei com o arrendamento.”

Grupo Doméstico 25, residente na atual habitação há 24 anos

Já no segundo caso, parece haver, sintomaticamente, uma espécie de *satisfação otimista* em relação à posição habitacional atual, evidência que resulta do reconhecimento do alcance de uma trajetória residencial ascendente (ou, pelo menos, mais bem-sucedida), por oposição a um passado material e habitacionalmente fragilizado. Vejamos que, destituído de instalações sanitárias e infraestruturais adequadas ou até de condições de salubridade, o alojamento de origem é, assim, lembrado de forma muito negativa, não obstante o enfoque dado às fortes relações de vizinhança existentes na altura (muitas vezes imprescindíveis na colmatação das várias dificuldades). Por isso não é de surpreender que a estratégia seja agora de resguardo e de salvaguarda das condições de manutenção da situação habitacionalmente alcançada.

“Entrevistado: Era arrendado aquilo tudo. Não merecia outra coisa. ...

Entrevistadora: Pois. Era uma casa modesta?

Entrevistado: Não era modesta, era modestíssima. (...) Na nossa casa, o quarto onde os meus irmãos velhos ficavam, e onde eu depois também fui ficar (...) era uma parede, a parede desse quarto era a parede da padaria, do forno da padaria do senhorio... Portanto, agora está a imaginar o que era aquilo no Verão e no Inverno. No Inverno, era uma maravilha.

Entrevistadora: No Verão não se podia lá estar.

Entrevistado: No Verão nós íamos dormir para cima das retretes, não é. Eram os sanitários que haviam cá em baixo, cá fora. E íamos dormir para ali, muitas vezes, não é. (...) Portanto, eram estas condições que se tinham. Era uma casa que ficava... Era uma casa com quarto, cozinha e outro quarto. A cozinha era em terra batida, não é. Com aquilo que se possa imaginar de salubridade. A bicharada ali... As dificuldades era muitas. (...) Mas todas as dificuldades que nós

tínhamos eram muito colmatadas com aquele apoio solidário que havia com a vizinhança. Não era difícil nós irmos comer a casa uns dos outros, de sermos vestidos... Eu, a minha comunhão fui fazê-la, fui vestido com ofertas de toda a gente. (...) Nós vivíamos num bairro, naturalmente que não tínhamos nada que roubar, mas a chave ficava na porta. [...]

*Entrevistadora:* E quando se muda para aqui, foi fácil gerir a vida profissional e familiar?

*Entrevistado:* O problema de dinheiro coloca-se sempre. (...) O período em que estivemos a viver lá em casa da mãe [da esposa] foi curto. E pronto, a minha opinião foi sempre na perspetiva de nos resguardarmos de saltos...maiores. Ter casa, não ter casa... Por acaso, ponderei bem...

*Entrevistadora:* Era isso que lhe ia perguntar: se ponderou...

*Entrevistado:* Comprar? Não. Nunca ponderei. Tive sempre a opinião que ninguém devia comprar casa. É passar uma renda de um lado para outro. É do senhorio, do senhor J., é do banco, do senhor *Salgado*, que agora levou o banco à falência. [risos] Portanto, os senhorios são outros e não se deixa de ter que pagar, mesmo que se diga que daqui algum tempo pode-se ficar com a casa. Mas isso depois quando a casa cair quero ver. Mas nunca ponderámos arranjar casa. (...) Nunca ponderámos ir para outro sítio pela facilidade de termos casa aqui. E depois também o sentimento próprio, da minha mulher, que queria estar mais perto da mãe também. (...) A casa era já antiga. (...) Mas estamos bem assim."

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

Curiosamente ou não, verifica-se, na análise da relação com a propriedade habitacional, que, nestes casos, é importante a influência dos trajetos de origem na demarcação dessas disposições e que as perspetivas acerca das rendas praticadas entram em consonância com as possibilidades económicas de cada um e com a própria estabilidade profissional (e seus proveitos).

*"Entrevistado:* Houve atualizações.

*Entrevistadora:* Sentiu uma diferença no vosso apartamento?

*Entrevistado:* Senti, senti. Senti por causa do custo de vida, não é? Não só do arrendamento mas de tudo em si. Quase que duplicou... Mas também não consegui encontrar com as mesmas condições."

Grupo Doméstico 25, residente na atual habitação há 24 anos

"Em nós, não se faz sentir muito o aumento das rendas. Pronto, nesse aspeto a coisa foi sempre equilibrada Como ela sobe gradualmente com a inflação vai... Neste caso, com este agravamento do IMI, não levou com o agravamento porque está lá nos parâmetros obrigatórios. Portanto, não sofreu agravamento nenhum."

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

Olhando para o perfil habitacional do grupo doméstico da *pequena burguesia de execução pluriactiva*, e sendo a estrutura de provisão muito caracterizada, no decurso da sua trajetória residencial, pelo prolongamento do arrendamento, confirma-se, realmente, que só muito mais tarde é que surge a efetiva oportunidade para o investimento na propriedade.

Fazendo uma espécie de balanço retrospectivo, vemos que este grupo procura pelas melhores condições habitacionais (traduzíveis na possibilidade do acesso a uma maior área útil e a níveis de conforto mais significativos), mas atinge apenas o estatuto de ocupante proprietário, através do recurso pelo regime de autopromoção direta, depois de asseguradas as condições monetárias para o fazer. Deve-se, no entanto, dizer que, mesmo limitado às exigências de controlo orçamental, o projeto habitacional desta família (há muito desejado) assume especial relevo na sua trajetória devido aos laços de naturalidade

estabelecidos com o território. Neste ponto, o alojamento, para além de ser uma necessidade básica indispensável, traduz uma carga simbólico-afetiva muito mais alargada, já que suscita também uma mobilização coletiva de vontades da própria família de origem.

“Comprei, tinha alguns trocados, o meu pai emprestou-me os outros, e comprei. (...) Como lhe disse de manhã, eu nasci aqui neste meio... mesmo no meio da rua. (...) Guardo boas recordações deste lugar onde ainda hoje vivo. (...) Mais tarde, quando os meus pais saíram daqui, deste sítio, que a casa foi demolida, onde eu nasci, para se fazer o arruamento, tivemos necessidade de comprar um andar. (...) Quando surgiu a oportunidade, aproveitei e vim. Mesmo construir aqui a casa foi um bom negócio.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

Beneficiando de condições importantes de assistência familiar, é preciso ainda acrescentar que, para estes agentes, a posse de casa própria esteve assente, essencialmente, num grande esforço de trabalho e de capacidade de poupança, pois, para a execução da obra, teve-se que recorrer não só ao trabalho familiar, como ainda à ajuda de mão-de-obra local. Tal como pudemos observar num outro caso, a efetiva posse da residência não se fez à custa de qualquer mecanismo institucional de crédito, já que foi a poupança, como estratégia de contenção, e até, em certa medida, de investimento, que potenciou a inclinação para autorresponsabilização no processo produtivo. De facto, reconhecendo-se os limites materiais (e fundiários) existentes, mas também avaliando a situação de “solvência” perante qualquer entidade externa, a opção por este perfil de promoção foi aquela que parecia mais exequível, seguindo-se, inclusivamente, o aconselhamento de amigos nesta matéria. Por isso, é vivível, no seu depoimento, o imperativo da racionalização e da limitação dos desejos materiais (Cartier *et al*, 2008: p.75).

“Contruii-se com o que ganhámos. Chegávamos ao fim do mês, sentávamo-nos na casa, e era o dinheiro tanto para isto, tanto para aquilo, tanto para aqueloutro, e o que sobrava ia-se pôr no banco. Os trocados. (...) Ainda falei com um amigo. Um amigo de infância, funcionário da *Caixa Geral de Depósitos* para me informar. (...) Ele disse-me logo: «Olha lá, olha aquilo que tu me perguntaste, vou-te dar um conselho, se puderes passar sem pedir... Era aliciante para a entrada, mas depois é cada pancada, poucos se seguram, pá...» Segui o conselho dele que, hoje, muito agradeço.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

Ainda assim, os efeitos orçamentais fizeram-se sentir ainda durante um período de tempo relativamente longo, uma vez que, mais sensível às flutuações de ciclo de vida familiar e profissional, a edificação progressiva da habitação teve sempre que se articular com a capacidade de acumulação de rendimento. Na verdade, uma boa parte da economia doméstica, estando profundamente sujeita à concretização deste projeto, viveu sob o controlo apertado dos gastos orçamentais e sobe uma gestão temporal eficaz, estando-se continuamente disponível para a construção ou para a sua orientação. Daí que seja, ainda hoje, invocada, no seu discurso, a importância da dedicação assídua na materialização do

resultado habitacional (muitas vezes, aos fins-de-semana e nos horários livres do emprego), bem como do cumprimento da disciplina orçamental exigida na vivência do dia-a-dia.

“Foi, realmente, um investimento para o tempo. Eu tinha dinheiro para pedreiro e para o terreno. (...) E depois, é como quem diz, é preciso pôr uma carga nas costas. Começa a carregar e a gente sacode, tem que começar a sacudir para se libertar da carga. (...) Gostaria de ter feito uma coisa melhor...Gostaria de ter mais terreno e ter uma casa com outras condições. Dizer que tenho aqui um salão muito grande, é uma verdade que tenho. Para mim e para a mulher, a casa que tenho que é grande...É uma verdade que é. Inclusive eu tenho três quartos, tenho... devia de ter dois quartos de banho, mas eliminei, porque eu fiz um quarto de banho maior... (...) Estive aqui a trabalhar, eu e mais um trolha, e nós durante o mês, eu e a mulher, trabalhávamos. Ele vinha para aqui aos sábados e ganhava 2, primeiro, 2 contos por sábado, mais tarde dei-lhe mais dinheiro, 2 contos e 500, cheguei-lhe a dar 3 contos, depois com a evolução do trabalho. E dinheiro de um era para material, dinheiro do outro era para comer... E assim se fez a casa aos sábados e ao... por isso é que a casa demorou três anos a fazer-se. Andava conforme o cimento. (...) Investi tudo na casa e, ainda hoje, não tenho carro. Mas também digo-lhe uma coisa: deito-me na cama e sei que o que está cá dentro é meu. Dentro e fora.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

Mas, apesar do esforço financeiro muito significativo, fica claro que existe satisfação e realização pessoal com o resultado alcançado. A moradia unifamiliar data, assim, de finais dos anos 1980 e é constituída por quatro divisões e uma área habitável de 140m<sup>2</sup>. Graças a um percurso de regramento orçamental, e “imaculado” de dívidas, pôde-se reduzir uma parte dos custos da habitação com as ajudas utilizadas, melhorando-se expressivamente as condições de habitabilidade (como é o caso dos acabamentos internos e externos) e controlando-se, por outro lado, o tipo de uso interno a dar à residência. Para lá do facto de a moradia conferir um maior sentido de privacidade e de independência, as modificações à dimensão ou o arranjo dos vários compartimentos puderam ser ajustados aos usos diários e até às “rotinas do tempo livre” (Elias e Dunning, 1992).

“Para construir a casa tive de abdicar de muitas coisas. E depois dois a trabalhar, chegava ao fim-de-semana, a mulher durante a semana trabalhava, ao fim-de-semana é para tratar da vida de casa. Ou, por sinal, nós não tínhamos tempo para passear. (...) Investindo na casa, poupando para construir a casa e não só, como lhe disse, isto foi construído sem empréstimo de ninguém. Tirando a família que me emprestou, o meu pai emprestou-me 450 contos, as minhas irmãs emprestaram-me uns trocados que tinham, e eu, passados dois anos de construir a casa, tinha pago a toda gente. (...) Mas, olhe, fiz a casa à medida do possível. Eu tenho uma oficina em casa, na cave. Sempre gostei de não estar quieto. Depois pelo meio em que trabalhava, eu sempre gostei, sou filho de carpinteiro, sou genro de serralheiro, tenho gosto por não estar quieto. Tenho gosto por muitas coisas. (...) Sempre gostei de trabalhar, de mexer em alguma coisa. (...) E hoje, olha aí para os meus muros, as grades de ferro dos muros fui eu que as fiz todas.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

### **5.2.3. As profundas adaptações (económicas e afetivas) em torno do espaço *casa* por parte do *operariado local***

Reportando-nos, agora, aos grupos pertencentes ao *operariado*, não se pode deixar de deduzir que, constituindo o acesso efetivo à propriedade habitacional algo de



generalizado em quase todos os casos analisados<sup>205</sup>, o peso da dominação económica continua a assumir especial incidência, fazendo sentir muito objetivamente nesta fração.

Manifestando-se, essencialmente, em períodos mais adiantados do seu ciclo de vida, e estando habitualmente relacionada a episódios de alguma estabilidade socioeconómica/profissional ou de menor turbulência dos laços estruturadores das interações familiares, o que é certo que, em virtude do *volume (mais fraco) de capitais retido* e do *(reduzido) grau de solvência* destes grupos, as indicações dadas demonstram quão difícil e prolongada tem sido a procura pelo acesso à propriedade habitacional, mesmo num quadro melhorado de concretização das aspirações de consumo pessoal e doméstico, como aquele que verificou no momento da aquisição.

É, pois, necessário destacar que, constituindo o acesso à habitação uma obrigação relevante no conjunto dos dispêndios do orçamento global da maioria dos casos – apesar de ter surgido numa fase do ciclo de vida familiar em que as condições locais do mercado de oferta até eram relativamente favoráveis e havia disponibilidade económica para o investimento ou, numa altura, em que apoio dos familiares foi determinante para a compra da habitação – a relação com a residência tem sido feita, geralmente, à custa de *profundos reajustes da economia doméstica*, com fortes contrapartidas no acesso ou usufruto de outros bens.

*Rapariga*: Se não fosse a minha avó a pagar não tínhamos ficado aqui... Porque eu disse logo: «Se não tenho condições para garantir que tenho ali o dinheiro naquele dia...» Não...

*Rapaz*: Nós somos muito assim. Temos dinheiro? Temos capacidades para fazer aquilo? Temos. Não temos capacidades, temos que nos limitar aquilo que a gente pode. Não vamos dar uma passada maior que a perna. Isso está fora de questão. Nem eu quero...”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

“Lá no Porto não tínhamos condições, não tínhamos quarto de banho... era na rua, tínhamos quarto de banho, mas era cá fora. Era tipo ilha. E depois juntámos um dinheirinho, ele [o marido] fazia muitas horinhas lá, juntei dinheiro e depois comprámos esta casa a pronto pagamento. (...) Foi lá [no Porto] que eu poupei o dinheirinho para comprar aqui. O meu marido fazia lá muitas horinhas e a gente não gastava o dinheiro das horas, guardávamos com a ideia de poder um dia comprar. Queríamos ter uma casinha própria, não é? (...) Foi muito cara, foi... Quem comprou logo ao princípio diz que compraram barato. Olhe, já foi tarde... (...) Mas, tem o conforto, tem tudo bom. (...) A casa é boa e o sítio é bom. Pena é que tenho de pagar condomínio, e depois... tenho um quartinho de banho, que é muito bom. (...) Mas pensamos mal em não ter comprado um rés-do-chão... O pior é as escadas, tenho trinta e duas escadas... (...) Por baixo já são lojas.”

Grupo doméstico 13, residente na atual habitação há 20 anos

“Na altura, foi um bom negócio. Porque, na altura, ainda valiam muito dinheiro as casas. Tanto que eu comprei e passados três meses se quisesse vender por 13 500 [contos], vendia. Dinheiro batido. (...) Porque, na altura, pronto havia... muita oferta. O apartamento acabou por ser [por] outro preço porque não era esse o preço, a pessoa que estava lá estava enforcada e depois atrofiou o negócio e quando foi para entregar a casa, quando foi da escritura, não entregou. (...) Depois a agência obrigou a baixar o preço. Eu tinha dado um crédito final e ele teve que baixar o preço porque a casa ia ficar por 11 500 [contos]. Acabei por pagar só 11 000 [contos].”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

---

<sup>205</sup> Pois só num é que se verificámos o predomínio do regime de arrendamento.

No entanto, aos esforços económicos exigidos, em torno do espaço *casa*, encontra-se relacionada, identicamente, uma mobilização afetiva e/ou moral importante, visto que, de acordo com o que pudemos apurar, a mudança de alojamento acabou por criar novas aspirações e desejos.

Aliás, se é possível ver, nos seus discursos, que a valorização dada à poupança (diária ou gerida a médio prazo) é, de forma geral, muito significativa, também transparece, nos relatos recolhidos, um sentido de envolvimento e participação muito forte na relação com a residência. Daí que, sendo o próprio espaço interior alvo de investimentos graduais de melhorias (infraestruturais e estéticas), se note, de facto, que o processo de apetrechamento e de recuperação do imóvel tem exigido uma dedicação prolongada por parte de alguns dos elementos destes grupos, figurando, assim, um recurso (frequente) para a afirmação pessoal e familiar

*“Rapaz:* Agora, juntamos para a casa e depois compra-se. Fomos sempre juntando. Temos dinheiro? Compra-se.

*Entrevistadora:* Diziam-me que têm investido na casa, certo?

*Rapaz:* Sim, sim, aos bocadinhos.

*Rapariga:* Estamos sempre em transformação, não é?

*Rapaz:* Sim. Sim. E mesmo assim aos bocadinhos. (...) É assim, as construções, antigamente, eram muito melhores que as construções atuais. (...) Para já, foi só pintar, não é... Estas coisas dos saneamentos também...

*Rapariga:* E mudar os...

*Rapaz:* Mudar as instalações elétricas. E, claro, que temos que posteriormente... pensaremos em mudar outras coisas, não é?

*Rapariga:* Ir melhorando, não é?

*Rapaz:* Tem todas as condições necessárias. A cozinha é nova. Está equipada completamente.

*Rapariga:* A cozinha é mesmo nova. Está, tem um ano. Teve mesmo que ser.

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

*“Entrevistado:* O crédito foi feito sobre o valor total na mesma e aproveitei com esse dinheiro que sobrou e mudei tudo. Ela não estava 100% mobilada. Houve essa diferença de preço...

*Entrevistadora:* E aproveitou esse diferencial.

e: Quando viemos para aqui, só a cozinha é que estava...pronto, é normal, o uso da cozinha e dos móveis da cozinha e tudo. E meti uma mobília de cozinha toda nova, forno, placa, exaustor, de resto estava conforme está. Tem as canalizações todas novas, mas isso em quase todas casas com mais de 25 anos têm que ser todas mudadas. (...) Em termos de condições, foi a melhor casa para onde eu vim morar. (...) A outra casa era pequenina e não tinha grande coisa. E quando vim para aqui, tive que comprar os eletrodomésticos todos novos, comprar uma mobília de quarto para o meu filho, que é o que ele ainda tem agora. Foi logo uma cama de corpo e meio. Em madeira, mesmo. Tive que mudar o quarto todo. Gastei se calhar... Pedi mil e quinhentos contos, na altura. Ainda era contos. Mil e quinhentos contos que eu gastei. (...) Quando comprei esta casa não era para mudar. (...) Não gosto de andar de um lado para o outro. Mudanças. É uma dor de cabeça. (...) E agora vai-se dando um jeito ao que se estraga. (...) Nós fizemos obras por fora, sabe?... Foi no ano passado, foi. Gastámos treze mil euros. Pusemos capoto nas paredes todas. Revestimos aquilo... Aquilo já estava...

*Entrevistadora:* O condomínio?

*Entrevistado:* O condomínio, o condomínio. A temperatura já era boa, agora ainda melhor. Aquilo pode estar zero graus cá fora, pode estar cinquenta cá fora mas eu dentro de casa ando sempre em tronco nu.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

*“Esta casa deve ter praí cento e cinquenta anos. (...) Eu tenho feito muitas obras. Ao início, estava pintadinha. Estava pintadinha, arranjadinha mas, pronto, claro, isto vai-se degradando. É o caso das paredes com o bolor. (...) O meu marido tinha comprado a mobília da sala, não havia dinheiro, antigamente. Ele estava a começar na PT e eu a começar a dar uns pontinhos por aí. E tínhamos a mobília de sala de jantar ali dentro. Aqui era uma mesinha pequenina no meio,*

com a carpete, e dois cadeirões que tirámos ali da sala de jantar. E era a mobília do quarto lá dentro... Foi-se dando uns arranjos. Também não queríamos estar... por causa da senhoria. (...) A cozinha é nova, nada disto. Era uma banca de mármore com uma cortininha na frente e o armário só. Cabia tudo. E agora não há onde pôr as coisas. [risos] ”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

Em conformidade com o seu sistema de disposições e gostos, mas também atendendo-se às necessidades práticas (infraestruturais) e materiais disponíveis, nota-se que, relativamente aos investimentos realizados na casa, o *comedimento* e a *moderação* constituem, de forma transversal, requisitos fundamentais na apreciação que fazem da sua gestão financeira quotidiana. Por isso, e apesar da comodidade e a segurança ontológica figurarem como aspetos vitais na avaliação e experiência residenciais, a que não são alheios a própria regulação dos limites segundo as vantagens e/ou desvantagens económicas da relação de distância com o local de trabalho, não será por acaso que, em momentos de algum conflito familiar ou de maior fragilidade socioeconómica – a que associam, muitas vezes, fenómenos de desemprego e/ou precarização das relações salariais – se acentuem ainda mais as contrapartidas (sociais e culturais) de que dispõem. Note-se, aliás, que, nestas circunstâncias, para determinadas famílias, as reavaliações dessa gestão tornaram-se ainda mais apertadas; enquanto, para outras, sob pena de incorrerem em incumprimento, se impôs a urgência de adotar recursos alternativos de amortização da dívida e de renegociação do plano de pagamentos.

“*Rapariga*: Não compro nada a crédito. (...) É muito fácil chegar a uma loja de móveis e pedir um crédito e mobilar a casa...

*Rapaz*: E as prestações. Facilitam logo...

*Rapariga*: Estar a pagar às prestações, mas isso não pronto, não é a nossa maneira de ser. (...) Se toda a gente pensasse assim, o país não estava como está agora. [risos] (...) As coisas têm que ser levadas todas muito direitinhas. Lá está, também não há contrato de efetividades... Estamos os dois desempregados. (...) Portanto, nós temos que nos adaptar.”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

“Quando fiquei desempregado, comecei a ver... A prestação para ir ao sítio... A primeira coisa que eu fiz foi vender logo o carro. Peguei no carro e vendi-o logo. Eu não gostava no carro e não. Não era pelo carro, que o carro estava pago. Mas manter o seguro, a manutenção e combustível. Já não tenho carro há cinco anos. (...) Foi complicado. Tanto que eu, ano passado, tive que pedir carência de um ano, em que eles [o banco] me cancelaram a prestação toda de um ano e só paguei juros. E depois é que normalizou outra vez. A minha esposa sempre trabalhou... Quando fiquei desempregado ainda tiver oportunidade de utilizar o fundo de desemprego. E com o fundo de desemprego, a gente foi juntando um bocadito. E foi-se conciliando as coisas.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

Tratando-se, na verdade, de um edificado com mais antiguidade – entre finais dos anos 1970 e princípios dos anos 1980 – e em que dominam as 3 divisões por alojamento, é de realçar que, no conjunto das situações residenciais consideradas, a área habitável das residências desta fração é, globalmente, a mais reduzida – situando-se entre os 56 m<sup>2</sup> e os 75,50 m<sup>2</sup>. Mas, ao mesmo tempo, seja por via das poupanças e controlo dos gastos, seja por recurso a empréstimo bancário, a própria oportunidade de deter um bem transmissível

dá-nos conta do trabalho de mobilização que é realizado por estes grupos em torno do processo de ascensão à propriedade. Logo, nesse sentido, percebem-se alguns dos seus efeitos na difusão de certos discursos de “moralização de consumo”, que derivam do sentimento de fragilidade estatutária (Cartier *et al*, 2008: p.159; Ribeiro *et al*, 2013).

Dado que os percursos residenciais anteriores foram muito limitados por razões de ordem económica e/ou interacional, não deve surpreender a relevância que é atribuída, neste processo de mobilização, à dimensão intergeracional (Bonvalet, 1993), pois atributos como a poupança e a conservação passam a integrar os esquemas e/ou estratégias familiares de reconversão e transmissão patrimonial, atribuindo-se um sentido crescente de promoção material e simbólica nos itinerários residenciais. Veja-se como, até mesmo naqueles casos em que o arrendamento permanece como o único regime de ocupação, a importância da herança patrimonial subsiste no horizonte dessas estratégias como meio de garantir, de certa forma, a concretização de um projeto residencial coletivo mais alargado.

“Uma pessoa se for a ver as casas agora, uma pessoa aluga uma casa paga de renda 300, 320, 350 euros ou mais. É isso que uma pessoa paga ao banco. Mais vale, pagar por pagar, mais vale... Se for arrendada, precisa de fazer uma obrázita qualquer tem que pedir ao senhorio. Se o senhorio for esquisito, não autoriza. É minha, quero fazer obras, basta ter disponibilidade e dinheiro. Não há problema nenhum. (...) E é como eu digo, quando tiver paga, senão for um bem para mim, é um valor para o meu filho. (...) Faltam-me nove anos [para amortizar definitivamente a dívida]. Como eu comprei a 25, vai fazer 16, faltam-me 9 anos. Acho que o pior já está.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“Entrevistadora: Nunca teve oportunidade de poder comprar a casa?

Entrevistada: O meu marido não quis. Porque tinha a casa da mãe, era filho único. O pior é que ele morreu primeiro, morreu com 60 anos. Ele nunca quis comprar esta casa porque estava a contar com a casa da mãe. É uma vivenda, casa de rés-do-chão e primeiro andar. (...) E eu fui convidada a comprar. Mas depois... (...) A senhoria disse-me se eu queria comprar.

Entrevistadora: E, na altura, era um bom preço?

Entrevistada: Era barata, era barata. Cinco mil, cinco mil contos. E eu não quis. Agora também, estou a pagar 80, 88€. (...) A minha filha é que foi a herdeira. Vive lá na vivenda, ali pegada às Finanças. Adiante um bocadinho, na Rua de São Lourenço. Foi muito bom para ela. Eu não quis sair daqui.”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

O problema é quando, em alguns casos, os itinerários residenciais nem sempre são bem-sucedidos e se entra num regime da insolvência – sinónimo de contração expressiva da liberdade e dos direitos fundamentais dos residentes – pairando, sob o futuro, a ameaça da venda e/ou expropriação forçada do património.

“Só tenho um filho agora, está em Bragança, (...) está muito longe... Já vai com a quarta mulher, já deu cabo da vida dele e deu cabo da minha. Fiz as partilhas quando morreu o meu marido (...) Quis repartir... (...) Foi dividida por três, para mim e para uma neta que tenho...é assim como a menina. Agora o apartamento está hipotecado. Olhe, fez dívidas, foram em cima da parte dele, agora nem que eu precisasse de vender já não posso, estou sujeita a ir para a rua, estou para aqui uma triste. (...) Fiz mal em repartir, não sabia, não sabia o que me aconteceu, escusava de ter feito as partilhas, já não me faziam isso, ele fez as dívidas e vieram em cima do quinhão dele, da parte dele... Agora a casa está hipotecada... E agora está sempre a vencer juros, com certeza. Já não me vai tocar nada a mim, nem a minha neta. Destruíu a minha vida e a da minha neta, estragou tudo.”

Grupo doméstico 13, residente na atual habitação há 20 anos

#### 5.2.4. Notas conclusivas

Num cenário geral de transformação na relação com a habitação, com notórios impactos locais, e em que se assistiu a uma política de habitação cada vez mais orientada para a aquisição de casa própria, vimos que, apesar de concretizado de modo diferenciado, o acesso à propriedade habitacional acabou por se generalizar, de forma visível, para a grande maioria das famílias inquiridas. No entanto, é importante destacar que a leitura (breve) de alguns dos principais traços de relação entre elas e a habitação nos permite balizar, de forma concludente, a diversidade de tomadas de posição adotadas pelos seus elementos relativamente aos regimes de propriedade e ao significado que a residência tem tido na estruturação das suas trajetórias (pessoais e coletivas).

A verdade que, ao encarmos várias das determinantes sociais elementares de cada grupo – analisáveis quer pelo quadro valorativo em torno da propriedade, quer pelo conjunto de normas e/ou estratégias de consumo e/ou sua transmissão – não podemos deixar de ignorar os modos de (di)visão que se foram delineando relativamente à posição residencial efetiva no momento da inquirição (Authier *et al*, 2010: p.45-46).

Entre os grupos mais bem posicionados no espaço social notou-se, globalmente, um percurso residencial mais qualificado ou, então, a presença de determinadas vantagens nos “contornos de acesso” ao regime de propriedade habitacional. Referimo-nos, em particular, aos grupos da *burguesia*, da *pequena burguesia intelectual e científica* e *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio*. Por oposição, entre aqueles menos favorecidos, nomeadamente os da *pequena burguesia de execução* e do *operariado*, o acesso foi ora mais tardio, ora mais difícil.

Porém, mesmo considerando as modificações gerais na relação com a habitação – entre as quais, como vimos, a evolução do mercado de arrendamento veio marcar inevitavelmente o cenário de redistribuição das estratégias de consumo e usos residenciais –, nota-se que os vários grupos observados denunciam, identicamente, diferenças internas (em especial, certos segmentos da *pequena burguesia de execução*, da *pequena burguesia independente e proprietária* e do *operariado*).

Ainda que estas possam ser encaradas como mínimas à luz de uma visão mais “clássica” da estruturação social, direcionada para as grandes características estruturais dos diferentes grupos, no nosso entender, elas foram suficientes significativas para marcar algumas das trajetórias sociais quer em termos de (pequena) mobilidade social, quer em termos de “qualificação” do percurso residencial (Cartier *et al*, 2008: p.40-46) – e para as

quais, seguramente, as disposições “herdadas” e as aspirações (coletivas) residenciais e, ainda, o apoio da família desempenharam forte influência. Depreende-se, portanto, que, do conjunto das frações analisadas, a avaliação residencial realizada pelos vários elementos destes grupos resultou não apenas dos recursos disponíveis de cada um, mas também dos próprios constrangimentos objetivos com que se foi desenhando o seu espaço dos possíveis, fundamentais na definição dos processos de aproximação ou de distanciamento social.

### **5.3. Condições socio-locais para o enraizamento dos grupos domésticos no lugar: o múltiplo significado da rede de relações.**

Em todo o caso, tal como tivemos oportunidade de observar, sob esse pano de fundo de alteração de mercado de habitação, e de configuração distintiva dos grupos domésticos no espaço social local, boa parte das circunstâncias contextuais que (no conjunto) estruturaram as tomadas de decisão dos seus vários elementos (em matéria residencial) permaneceu, no período em análise, relativamente transversal em todos eles, assumindo a esfera das relações familiares e a herança das experiências residenciais passadas um papel não negligenciável.

Na realidade, ao longo desta secção e do capítulo antecedente, tornou-se perceptível que o papel de ajuda da família (tanto de origem, como a mais alargada) contribuiu de forma notória para a definição e reorientação de grande parte das suas trajetórias habitacionais e que, por sua vez, também as redes de relações sociais locais e de sociabilidade (mais ou menos próxima) tiveram uma função muito relevante na respetiva inserção dos entrevistados no lugar de residência. Por isso, nestas condições, consideramos que este é um aspeto que merece ser examinado, pois, caso contrário, correremos o risco de proceder a um exame lacunar sobre as trajetórias destas famílias, considerando apenas as distintas dimensões de capitalização dos seus recursos sociais e ignorando, nesse sentido, a importância dos efeitos locais (e da respetiva articulação com tais recursos) que, muitas vezes, está presente no acesso geral ao alojamento.

#### **5.3.1. O perfil da oferta de habitação e a importância da rede de apoio familiar no seu acesso**

De facto, olhando retrospectivamente para o conjunto de relatos, fica visível que o próprio cenário de acesso residencial foi configurado a partir de (alguma) concentração de esforços de relacionais. E, por isso, talvez seja aconselhável aprofundar o nosso olhar

sobre as modalidades de relacionamento e de troca entre as famílias e os promotores, bem como sobre as condições de inclusão destes últimos, de forma a melhor aferirmos as circunstâncias concretas de atuação e os efeitos sociais e simbólicos que daí decorreram na transformação do território. Elas merecem, aliás, ser duplamente contextualizadas – de um lado, há que ter presente as condições socio-históricas que permitiram uma dada configuração do mercado de alojamento local e perceber como é que ela é composta;<sup>206</sup> e, do outro, o significado da multiplicidade de práticas e lógicas existentes, quer no “campo da produção imobiliária” local, quer na relação entre este e os grupos domésticos (Lambert, 2012: p.177 e p.208).

#### **5.3.1.1. Alguns elementos sobre a promoção habitacional do lugar**

No que respeita ao primeiro propósito, e perante a densidade da estrutura de promoção imobiliária local e da diversidade encontradas – uma vez que ela cobre, na sua composição, elementos que vão desde os particulares, aos empreiteiros locais, às empresas imobiliárias e às empresas privadas de construção<sup>207</sup> – o que é facto é que, cingindo-nos apenas à situação dos grupos domésticos inquiridos, torna-se possível testemunhar que, na sua grande maioria, foram os particulares (proprietários de terrenos em regime de autoconstrução e em regime de sociedade) aqueles que obtiveram maior representatividade no investimento realizado (61,2%), apesar ser apreciável também o peso das empresas privadas locais neste domínio (22,6%) (cf. Quadro 5.2).<sup>208</sup>

Porém, lendo de modo desagregado os dados disponíveis sobre os diferentes perfis em estudo, conclui-se, similarmente, que entre os particulares<sup>209</sup> e os pequenos empreiteiros locais existiu uma relação muito estreita (e até ambígua). É, pois, notória a lógica de interpenetração na prestação (e recurso) de serviços em ambos os intervenientes – algo que entra (totalmente) em consonância sobre o que sabemos acerca das mudanças

---

<sup>206</sup> Tomando, justamente, em linha de conta as fases de transformação do setor da construção, o papel do Estado no ordenamento do território e a matriz concreta de edificação privada na produção de habitação, algo que, ao longo do presente trabalho, se tem vindo a problematizar (cf., em particular, os Capítulos III e IV).

<sup>207</sup> Sendo essa variedade compatível com o conhecemos acerca das principais características de promoção habitacional do lugar. Para um exame mais detalhado de algumas das principais características de certos agentes na distribuição no “campo” da produção da habitação, cf. ponto 3.4.3. do Capítulo III.

<sup>208</sup> Uma vez mais, chamamos a atenção que, estando limitados a um corpo de entrevistas reduzido, não pretendemos fazer qualquer tipo de generalização. Além disso, estando cientes da diversidade local de fileiras de promoção existentes, consideramos que esta informação (que não esgota a realidade observada) constitui, apesar de tudo, um ponto de partida importante para identificarmos (com maior acuidade) alguns dos processos de estruturação socio-territorial mais significativos associados à transformação do lugar e percebermos, igualmente, os reais contornos do papel da iniciativa privada na modelação das trajetórias residenciais das famílias inquiridas.

<sup>209</sup> Tanto os proprietários dos terrenos, como os particulares que investiram em regime de sociedade.

que o setor da construção foi atravessando ao nível regional e das variações de perfis de promoção implementadas, ao longo do tempo, no lugar da Gandra.

**Quadro 5.2** – Descrição do perfil dos promotores de habitação – (Lugar da Gandra - Ermesinde) – 2014

Promotores	nº	%
<i>Particulares proprietários dos terrenos (vários):</i>	<b>9</b>	<b>29,0</b>
Particular (proprietário/a de terreno) <sup>(a)</sup> - (adjudica obra/construção a empreiteiro; recorre a empreiteiro para execução da obra)	7	22,6
Particular (proprietário/a de terreno) - sem mais informação	1	3,2
Particular (proprietário/a de terreno e responsável pela obra) - sem mais informação	1	3,2
<i>Particular (em regime de autoconstrução) (vários):</i>	<b>5</b>	<b>16,1</b>
Particular (em regime de autoconstrução)	4	12,9
Particular (em regime de autoconstrução) - com recurso a terceiros	1	3,2
<i>Particulares (em regime de sociedade) (vários):</i>	<b>5</b>	<b>16,1</b>
Particulares em regime de sociedade (adjudicam obra/construção a empreiteiro)	4	12,9
Particular (em regime de sociedade) - pequena sociedade de construção	1	3,2
<i>Empreiteiro(s) local(ais):</i>	<b>3</b>	<b>9,7</b>
Empreiteiro(s) local(ais) em regime de sociedade - (com recurso a terceiros para execução da obra)	3	9,7
<i>Empresas imobiliárias:</i>	<b>1</b>	<b>3,2</b>
Empresa imobiliária (em regime de sociedade) com entrega de obra a particular	1	3,2
<i>Empresas privadas de construção (várias):</i>	<b>7</b>	<b>22,6</b>
Empresas locais de pequena dimensão <sup>(b)</sup>	<b>4</b>	<b>12,9</b>
Empresas locais de construção de pequena dimensão	1	3,2
Empresas locais de construção de pequena dimensão (obra adjudicada a terceiros)	3	9,7
Empresas locais de construção de média dimensão <sup>(c)</sup>	<b>1</b>	<b>3,2</b>
Empresas locais de construção de grande dimensão <sup>(c)</sup>	<b>2</b>	<b>6,5</b>
<i>Sem informação</i>	<b>1</b>	<b>3,2</b>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fonte: Processos de Obras de Particulares (1951-2013) – Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo – Apoio Administrativo – Secção de Ermesinde; Entrevistas de Terreno (2014); Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31.

Notas: <sup>(a)</sup> Incluem-se neste perfil também os particulares que são proprietários do terreno após a compra a terceiro e aqueles que optaram pelo regime de cedência do seu terreno; <sup>(b)</sup> Correspondem às empresas que, localmente, se dedicam a pequenos projetos ou trabalham em regime de subempreitada; <sup>(c)</sup> Correspondem às empresas cuja envergadura dos projetos é substancialmente maior (e o número de trabalhadores também), assim como a sua capacidade de comercialização.

Se atentarmos na informação disponível acerca das características predominantes do edificado em causa (cf. ponto 4.3.1.2. – Capítulo IV), estamos em crer que um segmento importante deste espaço construído – executado, maioritariamente, entre os anos de 1970 e de 1980 – corresponde, precisamente, ao período em que o mercado habitacional, (tradicionalmente) ancorado no arrendamento do imóvel ou na compra (total e/ou fracionada) e já com algum apoio do crédito bancário<sup>210</sup>, se sustentava na realização de contratos realizados ora diretamente com os promotores (também eles frequentemente

<sup>210</sup> Situação essa que, mais tarde, se generalizou ainda mais com a venda por frações e com entrada de capital financeiro no apoio ao setor.



construtores), ora com os particulares que mobilizavam mão-de-obra local qualificada e confiavam o trabalho a pessoal permanente e especializado.

O que significa que, não estando perante um conjunto de agentes com uma grande envergadura, sobretudo se compararmos a sua capacidade de resposta (técnica e financeira) relativamente às grandes construtoras ou grandes grupos implementados na região (e, em particular, nas suas áreas mais centrais), ainda assim, daquilo que pudemos apurar, é verosímil afirmar que eles conservaram uma latitude determinante na conduta local de urbanização, mesmo durante uma fase importante reestruturação do setor da construção. Não é por acaso, aliás, que atendendo às tipologias executadas e às épocas de conclusão do edificado, o regime de trocas de serviços entre particulares e empreiteiros era muito mais notório nas décadas de 70 e 80 do século XX (cf., em anexo, Quadro A-5.3). Além de que, tendo sido o próprio movimento de expansão da habitação na região, ao longo do tempo, muito suscetível ao espoletar do regime de autoconstrução (legal e/ou clandestina) (Matos, 2001: p.173), não admira também que, no conjunto de casos analisados, este regime atinja alguma importância em épocas mais distanciadas do que as do período mais intenso de pressão residencial (cf. novamente, em anexo, Quadro A-5.3).

*“Entrevistado:* A Gandra tinha necessidade de crescer porque as pessoas queriam ficar muito próximas da estação de caminho-de-ferro. (...) É a causa que leva à construção em altura. Mais fácil para quem compra, mais económico para quem compra. E os loteamentos passam a andar mais na envolvente à Gandra. (...) Mas também era o custo do solo, o custo era muito mais pequeno, depois tornou-se mais caro, passou até a haver um bocadinho mais de construção em altura, porque é muito mais rentável, não é? E tem os serviços todos, no fundo, tudo se movimenta na envolvente à estação onde começam a aparecer as primeiras lojas, onde há as lojas de ferragem, há as lojas de vestuário... Está ali tudo. Como a Rua 5 de Outubro... em que começa a aparecer a farmácia, começa a aparecer ... os médicos, os colégios... Tudo nessa envolvimento. No fundo, a Gandra é um ponto de expansão, começa a ser o ponto de expansão da construção... (...)

*Entrevistadora:* Tem noção de como era o perfil de promotores [de construção] ... Mudou muito, entretanto?

*Entrevistado:* A imobiliária é algo recente, ali era o construtor... era aquele que fazia... tudo. Comprava, construía e vendia. Não havia mais ninguém, não havia intermediários.

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Câmara Municipal de Valongo – Fevereiro de 2014

No entanto, e na medida em que, como se sabe, o mercado habitacional local envolve mecanismos de encontro da procura e da oferta sensíveis aos vínculos existentes com o território, entre os vários aspetos de caracterização, interessa não perder de vista a origem local dos vários agentes em causa.

No imediato, o que depreendemos dos resultados obtidos é que, à semelhança do que tinha já ficado elucidado anteriormente, aquando da análise das especificidades locais de promoção no lugar (cf., novamente, ponto 3.4.3. Capítulo III), a distribuição da residência ou da sede da empresa/sociedade destes agentes foi-se concentrando, em grande medida, no espaço em estudo – o concelho de Valongo (e, especificamente, nas

freguesias de Ermesinde e de Alfena) – assim como noutros municípios do Grande Porto, como foi o caso do concelho da Maia (cf. Quadro 5.3). O que só vem reforçar a ideia de que, na região, se deu um certo afastamento das pequenas e médias empresas (juntamente com os particulares) face ao centro da cidade do Porto, ficando estas mais remetidas para lotes isolados (do interior e da periferia) do seu tecido urbano e para áreas "artificialmente" desvalorizadas e potencialmente “urbanizáveis” da periferia (Idem: p.161).

**Quadro 5.3** – Localidade dos promotores de habitação – (Lugar da Gandra - Ermesinde) – 2014

Localidade <sup>(a)</sup>	nº	%
<b>Valongo</b>	<b>13</b>	<b>41,9</b>
Ermesinde (VLG)	8	25,8
Alfena (VLG)	5	16,1
<b>Grande Porto</b>	<b>11</b>	<b>35,5</b>
Gondomar	2	6,5
Maia	7	22,6
Matosinhos	1	3,2
Porto	1	3,2
<b>Sem informação <sup>(b)</sup></b>	<b>7</b>	<b>22,6</b>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fontes: Entrevistas de Terreno (2014); Processos de Obras de Particulares (1951-2011), Departamento de Gestão e Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Valongo, Apoio Administrativo - Secção de Ermesinde (2013).

Notas: <sup>(a)</sup> A localidade pode referir-se à sede da empresa de construção ou à freguesia/concelho de residência do requerente da obra (particular, construtor; empreiteiro, empresa...).

<sup>(b)</sup> Os dados relativos à localidade que não têm qualquer informação devem ser lidos com cuidado pois, mesmo estando quase certos que a origem estará muito vinculada ao território, o facto de se reportarem quase exclusivamente a construções anteriores a Agosto de 1951 – momento a partir do qual o município de Valongo passa a registar todo o tipo de edificação realizada por particulares – não nos permite assegurar com rigor a origem do promotor.

Por outro lado, quando se verifica que, no total de casos observados, existe uma certa diferenciação territorial no perfil de promoção, esta última tendência observada ganha, ainda, maior consistência. Refira-se, por exemplo, que aqueles promotores que declaravam ter alguma ligação com os municípios de Matosinhos e do Porto, na realidade, corporizaram um tipo de configuração promocional menos consentâneo com as características tradicionais do quadro local em questão, preferentemente retratado tanto pela ação intensa dos particulares proprietários dos terrenos, como pela intervenção dos empreiteiros locais ou das empresas privadas locais de construção (cf., em anexo, Quadro A.5.4.).

Desta feita, e sabendo nós, então, que o processo de produção e oferta local da habitação foi muito marcado pela interdependência territorial, se quisermos continuar a ter um entendimento mais esclarecido sobre os arranjos socio-territoriais em curso devemos-nos focar um pouco sobre as circunstâncias de atuação destes promotores.

E para delimitar de forma expressiva aqueles que nos parecem ser alguns dos aspetos decisivos na nossa análise – e que nem sempre são suficientemente examinados quando se tenta discutir a complexidade subjacente às logicas (institucionais e informais) no processo de expansão urbana – talvez possamos enunciar, brevemente, alguns elementos sobre esta questão, de modo a aproximarmo-nos do estado de oferta imobiliária local e das ingerências a que esta tem estado sujeita.

Na verdade, um dos aspetos a evidenciar diz respeito, desde logo, às margens de manobra institucionais que estes agentes, em concreto, foram granjeando no decurso do tempo. É necessário, pois, estar atento às “micro-hierarquias” que estabeleceram no processo de gerência do crescimento urbano local e às suas influências na concretização de determinadas operações imobiliárias. Isto porque, num cenário de grande aceleração do setor da construção – e em que, como é sabido, sobre a freguesia de Ermesinde recaiu um incremento populacional verdadeiramente notável, ao qual foi preciso dar resposta – a relação de proximidade destes agentes com a autarquia (e com seus técnicos) foi, efetivamente, dominante num quadro de expansão imobiliária que se queria ver desenvolvido. Ao contrário da noção de “periferia espontânea” tão frequentemente divulgada a respeito da avaliação feita destes espaços, parece-nos ser decisivo reconhecer o papel dos efeitos locais em matéria de urbanismo e de “gestão dos assuntos urbanos” e as características das várias fileiras de produção (e a sua importância) de acordo com as épocas em que elas se foram organizando (Lambert, 2012: pp.85-90).

Aliás, alguns dos relatos recolhidos apontam, exatamente, para o entendimento generalizado, entre residentes e não só, de que o espaço residencial em estudo cresceu à custa das negociações informais entre os vários intervenientes e das assimetrias presentes nas relações de força entre as várias fileiras.

Apesar de se manifestarem numa escala micro, tornou-se visível que estas negociações, quase sempre traduzidas no “contorno” dos procedimentos regulamentares embrionários ou ainda por circunscrever – designadamente, na definição de dimensão máxima e mínima dos imóveis e no seu alinhamento; no recuo da construção em relação aos arruamentos; na emissão de licenças de utilização comercial do espaço e na realização de vistorias das condições de habitabilidade; etc. –, tiveram influência nas condições de habitar e de viver o lugar por parte dos seus moradores.

“Gostava muito da casa [anterior]. Depois, as garagens foram... como é que hei-de dizer? Vendidas de parte. Porque eram para ser feitas logo na altura, mas ficaram embargadas. E como ficaram embargadas... porque ali passa um ribeiro. A Ribeira da Gandra. As garagens foram feitas em cima porque quando há dinheiro passa-se por cima de tudo e por

todos. (...) Nunca deviam ter feito aquelas garagens por cima do ribeiro. Mas, pronto, fizeram-nas e venderam-nas. E estiveram três anos embargadas...”

Grupo Doméstico 8, residente na atual habitação há 7 anos

“Nós vamos ver, a Rua de Bento Jesus Caraça, prédios que tem um estabelecimento por baixo, que entrou como garagem...mas já estão ao nível da rua. Esses tais em frente ao centro de saúde, esses estabelecimentos estão como garagens e eles têm quatro andares. Seria rés-do-chão e três. Mas (...) o projeto entrou como garagem com uns compadrios na Câmara e fizeram aquilo. (...) Isto está assassinado. Isto porque obrigava a ter elevador e o projeto entrou como rés-do-chão e três na Câmara... A minha irmã vive num apartamento que é um segundo andar, mas que se formos a ver equivale a um terceiro...E ela tem já muitas dificuldades com as escadas.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“*Entrevistadora:* Mas o seu pai recorreu a empreiteiros? Fez o projeto?”

*Entrevistada:* Quando se construiu a casa, ora bem...naquele tempo... não sei se aquilo depois era superintendido por alguém ...Eram desenhadores os que faziam os projetos. Mas na altura, não era nada. Eram os indivíduos que faziam os desenhos das casas e, pronto, está a andar, não é?”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

*Marido:* Este prédio branco que está a acompanhar o nosso, digamos, este aqui deste lado...

*Esposa:* Neste, este, este [aponta].

*Marido:* ... diziam, na altura, que não podia ser feito este prédio tão alto quanto o que foi feito, mas a verdade é que alguém...

*Esposa:* Tiraram-nos o sol...as traseiras por causa deste prédio estar mais alto que o nosso. Perdemos a vista. Dantes ainda via o comboio a passar.

*Marido:* Alguém deu ordem para poder construir e este também, mal ou bem estão aí construídos. (...) Foi muito desorganizado. (...) Poderia ser mais organizadinho, mas não foi.

*Entrevistadora:* Pois. E a que é que acha que isso se deve?

*Marido:* A interesses provavelmente. (...) Porque não faz sentido. Por exemplo, eu oiço muitas vezes pessoas, que não são lugar, a descerem esta rua e dizerem assim: «Então, descemos uma rua, vamos dar a umas traseiras de umas garagens? Então, que sentido tem isto?» A rua [Índia Portuguesa] não existia no século passado até determinada altura, isto talvez anos 60, foi aberta esta rua (...), depois a Rua de Diu e a Rua de Goa ... No meu tempo, não tinha nomes de rua, tinha só os números... (...) Portanto, esta era uma rua e aquela outra, mas a virem ruas assim sem sentido... Não sei se foi o mal das ruas, se foi a desorganização. Mas que organizado não foi.”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

“*Entrevistada:* (...) Acho que mais a partir dos anos 90 é que começaram mesmo [a vir] aquelas grandes firmas...Até então, eram, digamos, os pequenos sócios. Pequenas firmas que, às vezes, se juntavam...Era aquelas pessoas que, às vezes, juntavam um ou outro amigo, faziam uma sociedade e mandavam construir o prédio. Que eles nem sequer... eles não tinham os alvarás, não é? E os particulares com as suas moradias, não é. (...) Mas trabalhou-se sempre muito. Todos os dias havia muitos processos que tinham que ir para Valongo para informação técnica e muitos processos com a informação técnica, para passar alvarás de construção, para passar alvarás de utilização, propriedades horizontais, quer dizer, isso... alguns anos foi, foi-se acentuando mais e as pessoas que trabalhavam cá eram as mesmas. (...) Às vezes os construtores estavam aflitos, precisavam da licença de obras para começar a obra e a gente até fazia, pronto, andávamos a correr para que ele tivesse a licença mais cedo, pronto, fazíamos todos os possíveis mas também se não fosse possível não era... (...) Antigamente, bastava ter um técnico a assinar um projeto e uma memória descritiva e um desenhinho de arquitetura, ou como eles chamavam, um risco...Que era assim que era chamado, um risco de arquitetura e pouco mais....Depois, nos anos 80, já começou a existir o projeto de águas, saneamento e ... águas pluviais, pronto, finais de 80, já começou a haver o projeto contra incêndio...O térmico... pronto, foram evoluindo até hoje... Hoje, um processo tem várias pastas, não é? (...)”

*Entrevistadora:* O processo foi sendo mais burocrático, então?

*Entrevistada:* Há mais, muito mais! Muito mais! Antigamente, não. Antigamente, por exemplo, a pessoa pedia para construir, construía e... depois não vinha pedir a licença de utilização, ninguém controlava isso. Por isso é que existem tantos processos sem licenças de utilização.”

Secção de Apoio Administrativo de Ermesinde – Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Valongo – Dezembro de 2013

Ao mesmo tempo, e retomando a avaliação das condições de acesso, a informação recolhida sobre o cenário residencial permite-nos ressaltar um outro aspeto relevante<sup>211</sup>, que se prende com o facto de a própria família (de origem e alargada) e as redes de sociabilidade jogarem um papel não negligenciável na mediação com o campo da produção da habitação – e, como veremos, com próprio o quadro social local, mais sensível, no passado, à influência das relações de interconhecimento no território.

### 5.3.1.2. As relações de “familiaridade” no “campo da produção imobiliária” local e a interferência das redes de sociabilidade.

Se olharmos, efetivamente, para os dados referentes aos principais meios utilizados no acesso habitação, a informação é clara – estas redes atingem um peso muito significativo quando comparado, por exemplo, a outros canais de acesso alternativos (alguns, até mais formais) no acesso à residência (cf. Quadro 5.4).<sup>212</sup>

**Quadro 5.4** – Meios de acesso à (última) habitação (Lugar da Gandra - Ermesinde) - 2014

<i>Principal meio de acesso à habitação/Intermediação</i>	<b>nº</b>	<b>%</b>
Através de mediação imobiliária (agências de imóveis/ <i>stand</i> de vendas)	3	9,7
Através da rede de amigos, de vizinhança, de trabalho e das redes sociabilidades	12	38,7
Através da rede de relações familiares	8	25,8
Através do contacto direto com o empreiteiro e/ou responsável pela obra	6	19,4
Através do contacto direto com o proprietário (alojamento ou terreno)	2	6,5
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas de Terreno (2014). Total de Grupos Domésticos inquiridos: 31;

Tal como pudemos constatar, muitos dos trajetos habitacionais e de aquisição e/ou acesso à residência destes agentes mostraram-se quase “inseparáveis” da matriz de relações de parentesco estabelecidas, sendo este tipo de entajuda possível, em grande medida, graças, por um lado, aos investimentos familiares feitos em capital económico e patrimonial, à angariação de bens fundiários por parte dos ascendentes ou à cedência de imóveis; e, por outro, à inserção privilegiada da família de origem no campo local de construção (cf. ponto 5.3.).

Veja-se que, em algumas situações, os promotores pertencem (ou pertenciam) próprias às redes familiares ou às redes de interconhecimento familiar, circunstância que

<sup>211</sup> Já destacado pelos entrevistados, quando interrogados sobre a trajetória de inserção no lugar e as condições objetivas de acesso ao alojamento.

<sup>212</sup> Para uma informação mais detalhada sobre a situação residencial atual dos grupos domésticos segundo os principais meios de acesso e de financiamento utilizados, cf., em anexo, Quadro A-5.2.

nos ajudou a compreender algumas das “escolhas” residenciais feitas pelos grupos domésticos. Nestes casos, os laços existentes foram-se consubstanciando, ao longo do seu ciclo de vida, em meios eficazes na transmissão intergeracional de vários recursos sociais.

Por outro lado, não podemos perder de vista, similarmente, os conhecimentos e as competências relacionais demonstrados pelos amigos ou até outros elementos das redes sociabilitárias no contexto local.

Como podemos deduzir pelos depoimentos, a própria circulação de informações acerca do edificado (como as condições construtivas, os aspetos arquitetónicos e custos associados) foi, juntamente com o peso simbólico dos referenciais antecedentes ligados à casa, ao terreno e ao espaço das sociabilidades de proximidade, essencial no processo hierarquização do acesso. Os esforços ocorrem no sentido de se evitarem perdas e, de algum modo, se salvaguardarem as oportunidades (socialmente construídas) de acesso, retirando determinado benefício. Além de que essa mesma solidariedade (ou relação de “confiança”) resulta da própria situação de proximidade (social) muitas vezes existente ou de uma afinidade valorativa no espaço das relações de interconhecimento.

Os laços de amizade e vicinalidade, ao exercerem o seu peso na “entrada” dos agentes no contexto residencial, não deixaram de refletir, portanto, a relevância das lógicas locais nos contextos de distribuição do mercado de alojamento (cf. Quadro 5.4 e, em anexo, Quadro A-5.5.). E, em paralelo, acabam por dizer muito do relevo que, enquanto estratégias de mobilização e amplificação de trocas, as modalidades (de maior menor extensão) de *capital social* assumem na relação prática dos diversos grupos com a habitação (Bourdieu, 1980: p.3 e p.6). Eis alguns exemplos.

*“Marido:* Eu vim para aqui em Dezembro de [19]69 já com a ideia de tomar conta desta casinha para o efeito de quando chegasse a nossa hora [do casamento] já termos o ninho.

*Entrevistadora:* E porque é que, na altura, escolheu este lugar?

*Marido:* Eh, deram-me conhecimento que havia aqui um andar na Rua da Índia [Portuguesa], que não era mau de todo e tal... Na altura, o aluguer era um bocadinho carote mas...(..)

*Entrevistadora:* (...) E, na altura, toma conhecimento [da casa] como? Foi alguém que lhe falou? Alguma...

*Marido:* Foi uma prima que fazia a área que eu faço hoje e conhecia a senhora que lá vivia e soube que ela ia sair e a casa tinha dois anitos, mais ou menos, de construção... (...) Praticamente nova.

*Esposa:* A casa estava nova.

*Marido:* E ela disse: «Ó F., tens aqui um andar que é uma maravilha, tal e tal.» E eu vim ver e fiquei encantado. Fiquei ... (...) de tudo que tinha. Foi através dela. (...) Conhecia relativamente bem a zona, que eu sou de Águas Santas. Pertinho. Cresci por aqui...”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

*“Filha:* A venda deste apartamento [onde a mãe se encontra atualmente], por acaso, foi por intermédio, por conhecimentos... Por acaso, o dono dele, filho único, na mesma como eu, o pai dele também era ferroviário, era colega do meu pai.

*Mãe:* Colega também. (...)

*Filha:* E nós viemos a saber. Foi-nos... deram-nos a conhecer este negócio e depois viemos a ver que tinha eles de ligação e que conhecíamos o proprietário.

*Mãe:* Já a outra casa foi igual.”

Grupo Doméstico 7, residente na atual habitação há 2 anos

*“Pai:* Eu comprei aqui apartamento, porque este edifício foi construído pelo meu pai, juntamente com outros sócios. Foi esse o motivo de eu comprar cá porque eu não tinha dinheiro. (...) O meu pai dizia: «Não queres comprar um... Vamos...» Este foi o primeiro edifício que a sociedade construiu. Então o meu pai era: «Não queres comprar um apartamento lá [em Portugal]?» Eu disse: «Com que dinheiro?» E ele assim: «Compra e depois vê-se.» Como quem diz: «Se não puderes pagar, depois eu assumo e depois ou vende-se ou qualquer coisa do género.» (...) Optámos por vir para cá. Passados uns dias de eu ter comprado cá, o meu sogro, também não era burro, disse assim: «Ainda há algum apartamento lá?» E eu disse: «Olhe, há um, só que é um T4, não é um T3, é um T4.» (...) E ele comprou este apartamento [onde se realizou a entrevista]. O meu é o de cima. Este é o de baixo. (...) [...] A minha irmã também comprou, por cima do meu. Quer dizer... (...) Cada um fez o seu investimento. Por isso, é que comprámos aqui nesta zona.”

Grupo doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

*“Entrevistado:* O proprietário do apartamento é de Chaves. Esta casa era a casa de... Ele comprou-a para férias. Era uma segunda residência para ele.

*Entrevistadora:* Ah. E, portanto, como soube do apartamento?

*Entrevistado:* Por conhecimentos, conhecia... a minha mãe também era conhecida aqui, conhecia o senhor... E a vizinhança ali acabou por funcionar...Influenciou. Fiquei lá perto da minha mãe também e da minha sogra, por isso...”

Grupo Doméstico 25, residente na atual habitação há 24 anos

*“Quando eles [irmã e cunhado] andavam à procura de casa, eu desviei-me sempre daquelas ruas. Mas eles andavam sozinhos. E depois coincidiu conhecerem a senhora que a vendeu, quando o meu cunhado ainda era da cortiça [negócio]. Esses senhores eram batateiros. E iam vender batatas lá para cima [Mirandela] e o meu cunhado chegou a comprar batatas para eles, sementes e tudo. Olhe foi ali uma amizade e ficaram com a casa. E ela fez também um preço especial, por a conhecer, por pronto também...”*

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

*“Entrevistado:* Agora, a minha casa é boa. A construção é muito boa. É um T3. A minha sala de jantar e estar...a sala comum é muito maior do que aquela onde eu estava. Os quartos são muito espaçosos e como os roupeiros são embutidos ainda parece maior. Com uma cozinha enormíssima. Uma cozinha que eu nem sei, agora é moderno, na altura não sei se... Uma cozinha enormíssima, uma marquise, um escritório... Tenho o meu quarto enormíssimo... O senhorio pôs tudo ali, gastou ali dinheiro logo de um ano de renda, só para o quarto de banho. (...) Foi coisa que me agradou e que era de um amigo meu, que, entretanto, pronto, quando eu lhe disse que era capaz de estar interessado, ele nunca mais pensou em mais nada. (...). Pronto, eu fui para ali, conversei com ele, e depois...

*Entrevistadora:* Foi então esse tal amigo com quem negociou...

*Entrevistado:* Sim.

*Entrevistadora:* ... a renda, quando veio morar para cá?

*Entrevistado:* O meu senhorio agora, não é? [risos] ”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

Por sua vez, quando nos deparamos com o tipo de mediação mais formalizada, isto é, menos dependente ou mesmo ausente de relações de parentesco, de amizade ou de conhecimento (essencialmente, por via de gestão imobiliária ou contacto direto com proprietário/empreiteiro) (Rever. Quadro 5.4), ainda assim, convém reforçar a ideia de que, quer por força das práticas de trabalho rotinizadas no território e do enraizamento dos requerentes/promotores de construção – que durante um período de alargado de tempo foram dinamizando o mercado de alojamento –, quer mesmo pelo papel seletivo do agente imobiliário ou do “intermediário”, cuja mobilização foi também ela sendo realizada em torno das disposições e das aspirações dos agentes em relação à habitação (Bourdieu, 2001a), não podemos deixar dar importância, na definição dos sistemas de relações sociais

locais, ao jogo de “sedução” que se estabelece entre ambas as partes (e que lhe confere um carácter de flexibilidade e incerteza).

Embora possamos reconhecer sempre o poder discricionário da mediação de acordo com o perfil do interessado – na medida em que, tendencialmente, se verifica que o acesso é mais favorecido, quanto maior for a dotação financeira e o conhecimento técnico do possível adquirente (Lambert, 2012: pp.354-357) – no quadro da estrutura de probabilidades, notamos que as estratégias de mobilização acabaram por estar confinadas a índices de negociação (circunstancialmente) delimitados, de forma a dar resposta aos vários interesses.

“(…) Não era muito fácil arranjar uma casa para alugar porque as pessoas... estes prédios novos que os construtores estavam a fazer, a maior parte deles era tudo para venda. Mas foi fácil da parte do banco, claro. Tudo tranquilo. (...) Eles eram dois irmãos [empregados] a trabalhar e mais dois ou três empregados, não tinham mais ninguém. Levantaram isto tudo. (...) Falei com eles (...): «Olhe, existe algum?», Porque eles estavam a começar a pensar fazer já outro para aqui, tinham acabado o de lá. E eles: «Já, já estão todos cheios, só temos aqui um para venda.» Eu estava interessado em comprar um e foi logo: “Olhe, se puder comprar, a gente trata disso, dos papéis e coisa...” E, então, comecei logo a falar com eles. Atenderam-me logo. Entretanto: «Olhe, então, marque...» Um deles tinha que vir na segunda-feira ao banco, no *Totta*, eu trabalhava aqui no *Totta e Açores*, que ficava ali ao pé dos Bombeiros. E assim foi.”

Grupo doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

“*Rapaz*: Ora bem, os meus pais (...) são retornados... Quando vieram para Portugal, estabeleceram-se em Pinheiro da Cruz, fica à beira de Santiago de Cacém... (...) Ainda ficaram lá algum tempo e em setenta e oito vêm para cá. A minha mãe era enfermeira e veio para o Hospital de São João. (...) Inicialmente, o meu pai era para ir... e graças a Deus que... Ele, inicialmente, era para ir para as Saibreiras [*lugar onde se encontra um bairro social, muito próximo do contexto residencial*] e graças a Deus não foi lá morar. Gostou muito lá da casa, sim, era baratinha, mas a minha mãe disse: «Ah, C., não, não gosto muito desse sítio.» Depois houve um agente imobiliário que o aconselhou a vir para a praca [de Moçambique], porque na praca [de Moçambique] antigamente só havia dois, três prédios e era um zona de árvores, de... Era uma zona bem vista... Um lugar para se fazer piqueniques, as pessoas ainda faziam lá piqueniques, veja lá [risos] ...”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

“*Marido*: A gente comprou-a em papel.

*Mulher*:...a casa em si, quer dizer...

*Marido*: Andámos, andamos sempre em papel. Ainda nem os alicerces estavam. Foi em planta. (...) Andava por lá um mediador de uma imobiliária. (...) Disse logo: «Como é isto aqui? Isto é mesmo, é lá na rua da Gandra?» Foi: «É sim. Veja e depois diga alguma coisa.» Foi, pedi-lhe só uma cópia da planta, do 3º andar... (...) Andámos a negociar... [...]

*Mulher*: Agora da primeira casa cá foi...foi através de um senhor, o senhor D., que também já faleceu, era ele que andava a ver compradores...Não o conhecíamos.

*Marido*: Conhecemo-lo cá.

*Mulher*: Mas... Pois, conhecemo-lo cá. É tanto, claro, quando nós fomos dar o sinal, nunca me esquece, quando nós fomos dar o sinal ao senhor, ao dono... ao construtor... (...)

*Marido*: Nós, de partida, falámos com ele [o senhor D.] e depois com o construtor. Ele [o construtor] é que tratava da papelada e depois é tivemos que ir atrás dele. [risos]

*Mulher*: Tivemos que ir ter logo inicialmente com o construtor, foi... E ele passou-nos, passou-nos... Como nós lhe tínhamos dado uma entrada, passou-nos, arrancou um bocado de papel da saca de cimento e escreveu lá...

*Marido*: Ai então não foi?! Está a ver?

*Entrevistadora*: [risos]

*Mulher*: [risos] Havia confiança.

*Entrevistadora*: Pois, claro.

*Mulher*: Nessa altura, havia confiança. Agora, agora não.”

Grupo Doméstico 19, residente na atual habitação há 20 anos



O certo é que, com um carácter não tão frequentemente visível na economia, a inclusão das variadas ajudas familiares, no nosso plano de análise, pode ajudar-nos também a esclarecer um pouco mais a realidade complexa subjacente ao esforço que é exigido no acesso à habitação e à manutenção ou melhoria de uma posição residencial atingida, e nem sempre dedutível apenas na capacidade financeira e patrimonial de cada grupo (ou nas margens de manobra económica presentes nas relações de parentesco) (Bonvalet, 1993; Bourdieu, 2001).

É importante que atentemos, identicamente, aos meios de solidariedade e entreajuda familiar encetados pelos grupos domésticos inquiridos que – assentes, como veremos, numa troca intensa de serviços e atividades – têm vindo a funcionar, até ao presente, com base nas relações de parentesco mais próximas.

#### **5.3.1.3. Família e Alojamento: os laços de troca e entreajuda familiar.**

Procurando retirar consequências de uma análise ancorada na observação das condições objetivas de acesso à habitação, e da sua função na estruturação dos estilos de vida, mas também do estudo da relação entre família e alojamento, uma das primeiras considerações a fazer é a de que, apesar de termos examinado, num total (restrito) de 31 grupos domésticos, uma certa heterogeneidade e distinção das situações residenciais – e confirmado, ainda na fase de inserção no lugar, a presença de traços evidentes de conjugalidade e de parentalidade na composição destas famílias (cf. ponto 5.1.1) – nota-se que, ao longo do tempo, o progressivo reforço da autonomia na estruturação do ciclo de vida destes elementos não se deixou de relacionar (conjuntamente) a comportamentos com um tipo de configuração familiar mais alargada.

Comprovando, de facto, que não é só nos grupos domésticos que se faz a mobilização dos recursos e se vive quotidianamente, já que as relações sociais primárias e as sociabilidades familiares, em regra, extravasam o grupo de co-residência (Vasconcelos, 2002: p.508), foi possível constatar que, para a maioria dos entrevistados, a relação com a família (de origem e/ou ampliada) e as suas várias formas de assistência foram muito importantes (e, em alguns casos, continuam a ser). Além disso, vimos igualmente que, no decurso da sua biografia, os trajetos residenciais foram (temporalmente) marcados pela efetiva presença destas relações, sempre numa lógica de entrecruzamento entre os lugares do quotidiano e os lugares sucessivos de residência

(Leliève e Robette, 2010) (cf. ponto 5.2. do presente capítulo e 4.3.2 do antecedente).<sup>213</sup> Contudo, é preciso ver que, tendo sido as diversas modalidades de relação com o território denunciadoras dos jogos familiares e sociabilitários efetivados pelos grupos domésticos (Bonvalet, 1993: p. 30), também se tornou nítida a complexidade das relações interfamiliares presentes na história de um mesmo grupo ou de diferentes grupos (e, em especial, no modo de relação mais direta com o alojamento). Aliás, acrescente-se que, em qualquer um dos casos examinados, essa complexidade esteve bem patente nos movimentos de continuidade ou de rutura observados<sup>214</sup>, possibilitando-nos um acesso privilegiado aos laços reais e simbólicos inseridos, ao longo do tempo, na vida das diversas famílias (Murel, 1991: p.258).<sup>215</sup>

Mas, no que respeita aos laços de solidariedade familiar, começaremos por aludir à importância das relações intergeracionais na definição das modalidades de apoio económico e de financiamento.<sup>216</sup> Para precisar um pouco mais que tipo de ajudas têm sido prestadas, como é que elas se traduziram materialmente e que sentidos têm assumido nas trajetórias, somos obrigados a fazer, em primeiro lugar, a destriça entre as várias famílias inquiridas, se quisermos tipificar, de alguma forma, as suas orientações. Na verdade, ainda que na avaliação das condições objetivas de acesso à última residência tivesse ficado clara a presença de um emaranhado de relações e de trocas nem sempre diretas ou sequenciadas – assinalando, deste modo, que a morfologia e extensão do apoio das relações familiares, no que toca à esfera residencial, agrupa alguma plasticidade – subsistem indicações de que as redes de solidariedade se apoiam em dois grandes blocos.

Confirmou-se, assim, que as redes de apoio, por um lado, são propensas a fixar-se no património habitacional e fundiário – seja por transmissão de património ou doações

---

<sup>213</sup> O que quer dizer que, mesmo não negando os efeitos que o processo de privatização crescente da vida familiar moderna tem vindo a ganhar localmente, da nossa parte, seria inadequado admitir alguns dos pressupostos das teses mais acerrimamente defensoras da tendência para o gradual afrouxamento da instituição família (Wall *et al*, 2005).

<sup>214</sup> Manifestos na maior ou menor sensibilidade das diferentes frações a uma extrema concentração socio-territorial ou a uma ampliação do raio das suas deslocações migratórias (cf. ponto 4.3.2. do capítulo IV).

<sup>215</sup> Ao mesmo tempo, é preciso tomar em atenção que a presença desta solidariedade familiar deverá ser equacionada segundo a lógica Estado-família. Se nos focalizarmos no caso português e no papel de intervenção (direta ou indireta) do próprio Estado – onde, em matéria de proteção social, o apoio à regulação (articulada) em áreas como a família e o mercado de trabalho é ainda lento (Guionnet e Neveu, 2004: p.114), subsistindo a ideia de que, por exemplo, no que diz respeito à partilha de rendimentos e à necessidade de prestação de cuidados, grande parte da responsabilidade pelo bem-estar social dos seus membros continua a caber às famílias (Esping-Andersen, 2000: p.83) – poderemos entender melhor o seu significado.

<sup>216</sup> Até para melhor entendermos os seus impactos nos estatutos de ocupação habitacional atingidos. Vale a pena recordar que, entre os 31 grupos analisados, as dissemelhanças encontradas no património habitacional acumulado, ainda hoje, permanecem expressivas e que as sensibilidades de adesão ao regime de ocupação própria têm sido, no decurso do tempo, identicamente oscilantes (cf. ponto 5.2).

de terrenos, seja pela oferta ou ajuda na compra de imóveis – facto que, como sabemos, alarga substancialmente (ainda que não por si só) as oportunidades dos agentes para competir no mercado imobiliário local e atingir um posicionamento residencial mais estável. Podemos dizer, aliás, que este bloco de apoios acolhe os casos em que, independentemente da colocação mais ou menos privilegiada dos agentes no espaço social, existiu, por via desta rede, um incentivo à propriedade e, também, se mudou estruturalmente a posição residencial ocupada. Recordem-se alguns exemplos.

“Quando cresci, tirei o curso e tal e o meu pai construiu-me aqui esta casa [onde está sediada a farmácia]. Construiu esta casa e aqueles prédios que estão a seguir à [casa da] minha irmã para cima, aqueles dois prédios altos... atualmente são dos meus irmãos. Foi o meu pai que os construiu. Tinha eu talvez... para aí 17 anos e o outro tinha para aí 20. Portanto, estão alugados.”

Grupo doméstico 15, residente na atual habitação há 6 anos

“(…) Naquela altura, custava 2 100 contos, Um T2. E 2 300 contos, um T3. (...) Até o construtor andou atrás de mim. Eu, na altura, já tinha 600 contos para dar de entrada, mas ...a minha mãe forçou para que a gente fizesse ali a casa. E que tínhamos muito terreno... E temos. (...) Aliás, o terreno continua a ser dela.”

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

“(…) [Eu] precisava da casa. Foi quando a minha irmã comprou... Foi ela que comprou o apartamento onde estou. Pôs em meu nome e em nome dela. Ela vendeu lá em cima [Mirandela] para comprar o apartamento. E veio para cá de vez. (...) Estava em condições, não se fez obras absolutamente nenhuma, só compramos, os móveis vieram da outra casa e depois aqui sim, foi a minha irmã que comprou, lá foi a vez dela. Eu não comprava, não tinha possibilidade e não mudava, se pudesse.(...) ”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

“*Rapariga*: Se não fosse a minha avó a pagar não tínhamos ficado aqui... Porque eu disse logo: «Se não tenho condições para garantir que tenho ali o dinheiro naquele dia...» não...”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

Mas, em paralelo, estas redes também se firmaram na procura de apoios financeiros de várias ordens, assistindo-se à captação, junto da família de origem, de soluções para reduzir as dificuldades de acesso à habitação e para “qualificar” a sua posição residencial ao longo do tempo – através, por exemplo, da contração de empréstimos; do recurso a outras fontes de rendimento; de ajudas na aquisição de móveis, eletrodomésticos e de outros equipamentos.

“*Entrevistada*: Quando saímos de Angola, (...) viemos para a casa dos meus sogros (...) Só que aquilo era muito apertadinho para tanta gente.

*Entrevistadora*: Era muita gente. Vocês eram quatro.

*Entrevistada*: Era. E depois crianças...

*Entrevistadora*: Mais os sogros, seis.

*Entrevistada*: [Foi por] pouquinho tempo. Entretanto, eu e o meu pai juntámos as notitas que tínhamos que eram 200 contos cada um. Ele tinha 200 contos e ele também tinha. E resolvemos comprar um apartamento aqui assim, aqui já nesta rua. (...) Quando depois eu e o meu marido decidimos vir para aqui... E quando o meu irmão precisou de construir também uma casinha, o meu pai resolveu ajudarmos. (...) Deu-nos a ajuda para comprar o terreno e disse: «Vocês agora constroem uma em cima e outra em baixo e fica uma para um e outra para outro.» Pronto, a parte de cima da casa [do irmão] é minha. Mas é dele.”

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

“Comprei, tinha alguns trocados, o meu pai emprestou-me os outros, e comprei. (...) Como lhe disse de manhã, eu nasci aqui neste meio... mesmo no meio da rua. (...)”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“O que pedi ao banco, paguei logo! Porque o meu objetivo de vida era trabalhar e poupar, trabalhar e poupar, trabalhar e poupar e pagar logo o apartamento. Que eu não... eu só em pensar que a casa não era minha, para mim era uma dor de cabeça! E paguei logo. (...) Não tinha outra hipótese porque eu não tinha dinheiro. O que tinha, o que ganhava não era, não era suficiente (...) E, claro, os meus ajudaram muito. Um ano após estar casada com o meu marido, dá-se a passagem do cabeleireiro onde eu estou agora e eu fico com a passagem, que são os meus pais que me emprestam o dinheiro. Mais uma vez... Eles emprestaram-me o dinheiro e, então, aí eu fico com o cabeleireiro e, mais uma vez, estou a trabalhar para pagar aos meus pais o dinheiro que eles me emprestaram [risos].”

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

“Entrevistado: É assim, eu não consegui encontrar [casa arrendada] com as mesmas condições, como lhe disse. (...) Ela já tem alguns anos, não é? Mas também já houve obras, não é?”

Entrevistadora: Claro. Teve necessidade de fazer...

Entrevistado: Obras interiores. (...) E mesmo a cozinha e *marquise*, equipar e tudo. Nesse caso, os meus pais ajudaram-me sempre, dentro das possibilidades deles, não é.”

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

Por outro lado, em segundo lugar, se foi visível que, regra geral, (quer no passado, quer mais recentemente), a família (de origem e/ou alargada) desempenhou, em momentos distintos das etapas do ciclo de vida, um papel considerável na distribuição socio-espacial dos vários agentes (e na consequente articulação entre trabalho, lazer e consumo) – tendo sido, aliás, muito importante o significado da prestação de serviços ou do valor de trocas entre pais, filhos e outros elementos mais próximos nas redes de parentesco (como os avós, os irmãos, os tios, etc. ...) –, quando tomamos em consideração a repartição das suas disposições e práticas em espaço urbano (nomeadamente, no que respeita à mobilidade quotidiana), é de revalorizar, ainda mais, as funções que a família foi assumindo no processo de criação de âncoras espaço-afetivas e na constituição de formas de sociabilidade urbana. Isto porque, quer a ajuda intergeracional, quer as diversas alocações que têm sido exigidas em momentos concretos da biografia dos grupos domésticos, tiveram real eficácia na adesão ao território, servindo de verdadeiro suporte à estruturação dos seus modos de vida (cf. ponto 4.3.2. do Capítulo IV). Mas, ainda assim, é de salientar que no exame das condições de fixação dos agentes no lugar em estudo (e na regulação com outras esferas do quotidiano), existiram formas diversas através das quais, por via da residência, se teceram relações de força distintas.

Um olhar comparativo entre os vários grupos permite-nos confirmar, sem dificuldade, que, por exemplo, a *chegada dos filhos* constituiu, praticamente em todos eles, um acontecimento mobilizador da participação de vários intermediários; mas, no seio da dinâmica familiar mais alargada, não se assistiu, em todos os casos analisados, os mesmos investimentos na responsabilidade educativa e nas modalidades de guarda e/ou

vigilância. Repare-se que nas famílias cujas dificuldades na natureza dos laços internos eram notórias, ou então naquelas que evidenciavam uma situação economicamente mais fragilizada, o sentido do recurso ao apoio no cuidado dos filhos foi bem distinto do que naquelas onde tais situações não se verificavam.<sup>217</sup>

A releitura das biografias familiares indica que parte das diferenças não só se deveram ao momento em concreto do tipo de relação familiar estabelecida (de maior ou menor estabilidade), como também residiu no auxílio prestado – mais ou menos diverso, segundo as atividades solicitadas – e, ainda, nos perfis de mobilidade exigidos – de âmbito mais alargado ou mais restrito, de acordo com os recursos sociais e habitacionais disponíveis (Pitrou, 1977: p. 49). Apesar de tudo, são evidentes as diferenças que as famílias prestam, por exemplo, no apoio escolar dos mais novos e suas obrigações (bem como em outras atividades inerentes); na disponibilidade para o transporte e/ou acompanhamento (ao médico, à escola e às atividades extraescolares...) e, ainda, para a guarda mais sistemática e/ou ocasional (em tempo de férias, durante o período letivo, nos tempos livres...).<sup>218</sup>

“Vivi com os meus pais até casar. Mas...quando casei não... também não fui morar sozinho, logo. (...) A minha esposa estava desempregada e, pronto, não arranjámos logo casa. Ainda estivemos lá cerca de dois anos. Era já aqui próximo, na Rua Lourenço Marques. (...) A minha esposa engravidou e ela [a sogra] ajudou-nos. E os meus também. (...) Ajudaram muito, que eu também não tinha emprego certo, na altura. Sempre trabalho temporário. Sem ter a certeza se ficava... (...) E mesmo com o meu filho, não é... foi até podermos arranjar casa.”

Grupo Doméstico 25, residente na atual habitação há 24

“Entrevistadora: E a filha estudou já aqui, na Escola da Gandra ou...”

Entrevistado: Estudou na escola do Carvalhal (...) porque a minha sogra trabalhava lá. Começou a ir com a avó com três anos, ia por aí fora. E eh depois com quatro anos já ia com a avó para lá. (...) Não se podia matricular porque não tinha idade, só fazia anos em Março, mas assistiu sempre às aulas. Foi assistindo. (...) Ajudou pelo facto de a avó trabalhar lá, ajudava muito a estar mais acompanhada, não é. (...) Acompanhou sempre. Ajudar na educação é um bocado mais complicado, porque devia ter a quarta classe mas, pronto, nesse plano... era uma mulher de trabalho também.”

Grupo doméstico 22, residente na atual habitação há 35 anos

“Pois, agora estou com a neta. Levar a neta à escola e trazer e tal... daqui a pouco, daqui por uma hora ela aí está. Que ela agora também está no ATL. (...) Pois, é levá-la de manhã, ir buscar o almoço, é dar-lhe [o almoço], depois ir buscá-la. (...) Depois é orientá-la nos estudos, depois ir com ela para o ballet, depois é... Ando sempre de um lado para o outro, sempre a correr, sempre a correr, sempre a correr. Depois ainda tem o teatro (...) e tendo de correr, às vezes, com ela para Gondomar, para a Academia. A mãe entra de manhã, sai à noite, não tem horários... Tem de ser a avó.”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

“Fui buscá-la [a neta] agora ao colégio. É filha da minha mais velha. Essa mora em Alfena. Desde que casou, portanto, a minha neta tem dez anos...portanto, praí doze anos, desde que casou, que saiu a filha, que ela sempre trabalhou no Porto, no *Banco Espírito Santo* (...) ela vem sempre a minha casa, vem almoçar a casa todos os dias... (...) Infâncias nunca gostei. Tanto que, mesmo agora, a minha neta (...) está ali no Colégio Santa Joana...E eu vou lá buscá-la todos os dias para vir almoçar a casa. No entanto, a minha filha queria que ela almoçasse lá no Colégio... Mas eu: «Não

<sup>217</sup> Pese embora, em praticamente todos os grupos domésticos observados, a presença de uma cultura familiar de proximidade apreciável, para alguns dos grupos da *PBE* e do *OI/OP* a mobilização de recursos relacionais foi muito visível na garantia do apoio mais essencial.

<sup>218</sup> Neste ponto, notamos que o desdobramento dos usos do tempo e do espaço é bem maior em certos grupos da *PBIC* e da *PBTEI*, por exemplo.

senhora, a menina vem almoçar a minha casa.» Foi habituada sempre desde pequenina, com 4 meses veio para aqui... Ando sempre por aí com ela. Para todo o lado. Os meus colegas até gozam. (...) Dizem eles: «Tu, quer dizer, tu sacrificas-te a ti, à tua mulher e não vão para lado nenhum de férias por causa do teu genro, da tua neta, dos cães...» E, é verdade...E é assim. Mas eu prefiro...”

Grupo doméstico 26, residente na atual habitação há 38 anos

Por seu turno, será conveniente acrescentar que, para além do cuidado das crianças (normalmente mais presente em períodos de afirmação familiar recente), sempre que necessário, a *ajuda doméstica* (geralmente feminina e protagonizada pela mãe ou similar) tem constituído, no decurso do tempo, um mecanismo de reforço importante.

Expressa, aliás, na maximização de várias tarefas materiais (de aprovisionamento, de feitura de recados, de realização de limpezas, de preparação de refeições, etc.) e, em simultâneo, de consagração da dimensão relacional inerente aos laços estabelecidos (face à oportunidade de realização de visitas mais regulares e de frequência residencial recíproca), esta ajuda foi sendo, na realidade, perspectivada como meio de resposta a necessidades muito precisas e/ou a aspirações variadas dos grupos domésticos, encontrando-se muito orientadas segundo as várias solicitações familiares e profissionais dos descendentes. E além do mais, surgiu sob uma configuração própria e com graus de necessidade e urgência variáveis. O que, no nosso entender, significa, desde logo, que, na análise das matrizes intergeracionais de configuração entre trabalho e/ou atividade profissional e sociabilidades domésticas, a avaliação das práticas desenvolvidas entre famílias (tanto no que toca à sua frequência, como à sua importância) ajuda-nos a perceber modalidades (socialmente) distintas de promoção da cultura familiar.

Quando somos confrontados com alguns exemplos deste perfil de ajuda, vemos que determinados traços de auxílio prestado vão sendo mais voltados para a manutenção de ordem normal do dia-a-dia – seguindo lógicas mais normativas e ritualizadas –, enquanto outros visam apoiar a fase de maior solidez estatutária conquistada pelos descendentes, de acordo com princípios mais relacionais e negociados (Idem: p.80; Chaubaud-Rychter *et al*,1985).

“ (...) E agora as filhas, eu é que tenho de cozinhar para elas, elas vêm cansadas, a mais nova então vem sempre cansadíssima, cozinhar para ela, para o marido, porquê? Quis que elas ficassem à minha beira. Eu meto-me no jardim, sou eu que faço tudo, está a ver? (...) Já levantei o terreno, já plantei cebolas, já plantei isso tudo, eu é que faço tudo... (...) Trabalham muito. Uma é enfermeira. A outra fisioterapeuta. É tudo na área da saúde. Andam sempre aflitas. Mas graças a Deus. Eu queria ser enfermeira e não fui, por falta de conhecimentos, podia ter vindo cá para o Porto, mas... por isso incentivei a minha mais velha a ser. (...) Ainda hoje sou exigente com elas, elas dizem-no, no trabalho, quando as colegas se queixam dos pais: «Eles não são filhos da minha mãe!» (...) Chegam super cansadas. (...) Eu é que quis que elas ficassem à minha beira, tanto que esta casa dei-lhe a elas, esta casa é delas e ao...Depois é que eu fiquei com a outra [a casa ao lado, onde reside a filha mais velha], isto é uma coisa de família.”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“ (...) A vida agora de casa é diferente. Eu continuo muito assim na conservação da minha casa...A minha mulher é massagista [*diz com tom irónico*]... de casa. Da tábua de engomar, em casa da filha...Vai uma, duas vezes por semana... Para S. Pedro de Bairro, para casa da filha. Sai em Caniços, na estação, a casa tem meia hora a pé pela, por ali

acima...Ajuda-a muto. Alguns recados. (...) Já depois de casada e mãe de dois filhos, ela voltou outra vez à universidade para tirar mais um curso que andou lá quatro anos...foi cheia de coragem. Louvou-lhe a coragem dela. Casada, dois filhos, a dar aulas, em pós-laboral voltar à faculdade e durante quatro anos tirar mais uma língua, também é certo que eu ajudei-a... E estamos cá pra isso.”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“Quando nasceu o meu filho tentei metê-lo no infantário mas ele não se adaptou. E foi a minha sogra que tomou conta dele até ele ir para a escola. Para isso, com isso, sempre contei com a parte da minha sogra. (...) Levava a minha esposa e o meu filho de manhã. Ia para o trabalho. E depois à noite passava pelos meus sogros. Às vezes, jantava por lá, outras vezes vínhamos para casa. (...) A minha mãe tinha muitos problemas de saúde. Nisso pude contar com ela. E no dia-a-dia. Tinha casa no Alto do Vilar. Era pertinho.”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

“A minha irmã ficou sempre mais por casa. E mesmo quando veio para cá de vez. Era ela que me fazia as coisas, pois. Ajudou sempre. E mesmo a criar os meus filhos. A minha irmã dizia-me que me doía a cabeça sempre que estava em casa... Agora, ultimamente, é que passeamos menos. Mas nunca gostei muito do serviço de casa. (...) Até uma determinada altura, íamos gerindo. Ao meio-dia era ela quem cozinhava, à noite já era eu. Era, ajudávamo-nos. Ao fim ao cabo, ela passava mais tempo lá.”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

Por sua vez, há que mencionar que, para lá de se apresentar, como já vimos, um ponto de ancoragem em momentos difíceis de ordem profissional, a família de origem acabou por representar, em *fases sentimentalmente mais penosas*, uma espécie de verdadeiro “porto de abrigo” para alguns dos entrevistados, pois a rutura associada a episódios como o divórcio ou a separação fez aumentar a procura de amparo (psicológico e afetivo) por parte destes agentes, como forma de se ultrapassar os obstáculos intrínsecos a tais fases. E, claro está, essa procura também se traduziu em mudanças residenciais, tornando o espaço doméstico (de origem ou “herdado”) um dos espaços privilegiados de fixação e/ou transição.<sup>219</sup>

No entanto, o que se verificou, em alguns dos casos, é que, por força de tais recomposições, ao nível das dinâmicas familiares de origem (entretanto, solidificadas no tempo), os impactos dessa deslocação – nos modos internos de organização privada e doméstica – foram consideráveis, sucedendo-se processos de readaptação nem sempre fáceis, quer em matéria de organização do tempo (como o cumprimento de horários, a reserva para momentos de descanso, de lazer...), quer do próprio espaço (com vários constrangimentos presentes no uso quotidiano das divisões da casa). Por outro lado, obrigados a romper com o passado familiar, certos entrevistados relataram-nos, identicamente, como toda a gestão emocional decorrente da mudança residencial tem sido árdua, enunciando, em concreto, as dificuldades na aceitação da privação do lar anterior, da erosão dos laços de parentesco e da ausência dos ritmos de vivência antecedente.

---

<sup>219</sup> Fenómeno que nos serve de indicador do dinamismo que, geralmente, se encontra associado ao conceito de recomposição familiar e que representa, precisamente, a heterogeneidade de situações que ao longo do trajeto coletivo se podem afirmar – desde as flutuações dos movimentos das trajetórias individuais ao estabelecimento de laços e interconexões entre os vários grupos (Lobo, 2009: pp.68-69).

“Entrevistado: Depois do divórcio e tudo e vim aqui para casa dos meus pais. Tive mesmo que vir. Fiquei na falência. Falido completamente. Fiquei sem nada! Não tinha trabalho... Eu não sabia que ia acontecer o que aconteceu. (...) Foi muito complicado. (...) Olhe, foi assim. Estou aqui mesmo por necessidade! E os meus pais...”

Entrevistadora: Não tem sido fácil a relação, agora que regressou?

Entrevistado: Acha? Eu estive 20 e... quase 25 anos fora. (...) Já estavam habituados à privacidade deles, ao cheiro deles e às coisas deles. Eu fumo, eu chego a casa às três ou quatro da manhã, venho com uma namorada, eu de gosto... (...) Eu não uso aquilo como usava há 25 anos, que era a minha casa.”

Grupo Doméstico 30, residente na atual habitação há 3 anos

“Olha, sinto-me feliz onde estou agora. (...) Agora regressei às origens. Custou-me deixar a minha família. E da forma como foi. (...) O meu filho cortou relações comigo, tem um filho com um ano. E ainda hoje não fala comigo. (...) A separação tem sido dura. E isto agora ainda mal começou... (...) [O marido] Começou com violência. E eu acabei com tudo. E tirei a minha filha do *degredo* e a minha neta. O que eu quero é paz para mim e para a minha filha, para a minha neta e saúde. Agora agarrei-me aqui, onde estive a minha mãe. É uma casa antiga mas estou melhor aqui. (...) E esta [casa] esteve fechada ano e meio (...) agora não saio. Só se a casa cair.”

Grupo doméstico 17, residente na atual habitação há 2 anos

“Fui casado durante 25 anos. Tenho uma filha. Pronto, ao fim desses anos a minha mulher achou que devia abandonar a casa e foi à vida dela. Olhe se calhar foi por isso que arranjei a separar-me da minha mulher, por causa do terreno. Foi por causa de ficar aqui nas proximidades e ela queria ir para outro lado. Achei que não devia ir, achei que a minha mãe precisava de mim ali. Pronto, é como tudo, são opções.”

Grupo doméstico 4, residente na atual habitação há 30 anos

Porém, não se pense que, da parte dos elementos dos grupos domésticos, não houve um *apoio continuado aos seus ascendentes*, bem pelo contrário. Devido à maior convivência no tempo entre membros de gerações diferentes, a ajuda dos filhos para com os pais tem revelado, na verdade, a importância local dos arranjos praticados, continuando a caber à família (e, em particular, à mulher) o papel essencial de mediação.

Traduzida em diferenciadas modalidades de assistência funcional (de cariz material, económico e afetivo) e de respeito por normas próprias de responsabilidade filial – sempre sujeitas à natureza dos laços familiares internos – esta prestação de cuidados foi se desenvolvendo, entre os diferentes grupos domésticos, de acordo com dois grandes perfis. De um lado, denota-se um perfil de pendor exclusivamente familiar, mais mobilizador das redes de parentesco existentes; e, do outro, um misto, que integra, conjuntamente, os cuidados concedidos pela família e por elementos externos.

À medida que nos confrontamos, no tecido social local, com diversas modalidades de apoio – dependentes das posições relativas das famílias no espaço social e do acionamento de vários dos recursos sociais disponíveis (Bourdieu, 2001b) – reparámos que tais dispositivos, além de construídos em função da posição no ciclo de vida familiar, também têm sido geridos de acordo com a posição e/ou situação profissional ocupada (Avril *et al*, 2010) dos elementos dos grupos domésticos, da qual a própria inserção local depende.

“Neste momento tenho o meu pai, mas normalmente não está comigo. Nós somos dois, só que, neste momento, o meu pai está comigo, está a passar cá um tempo. (...) O meu pai está lá há muito pouco tempo [no Centro de Dia], mas eu



estou contente. (...) Foi mais para não estar só, enquanto estiver aqui, para ele não estar sozinho. (...) Como tenho aqui o estabelecimento [de bebidas] foi mais para o acompanhar. (...) É uma ajuda porque eu estou aqui com o meu marido.”

Doméstico 18, residente na atual habitação há 16 anos

“(…) Ele [o sogro] está reformado há vinte e cinco anos. E há seis anos, desde a morte da minha sogra, que está a viver comigo. (...) Na altura, pronto, a minha filha andava a dar aulas fora e o meu filho, embora esteja aqui em casa, pronto, aceitou. A M. aceitou partilhar o quarto com o irmão quando vinha passar o fim-de-semana a casa... E depois, ao fim de uns dois anos... eh, ela casou em 2010, portanto, ela aguentou isto desde 2008, 2010 (...) e o meu sogro ficou com o quarto que era do meu filho. (...) Optou-se, assim, temos espaço. Eu tenho disponibilidade. Também com subsídio de desemprego e o meu filho no desemprego tem que ser. (...) Claro, eu tenho que dar acompanhamento necessário... Com 87 tenho que lhe deixar com o pequeno-almoço guiado, quando saio de casa tenho que deixar as coisas guiadas para o pequeno-almoço. Depois a minha esposa não... tem pouco tempo, tenho que ir buscar o almoço... É mesmo assim. Ainda bem que existem os *takeaways*. Vou buscar o almoço, depois dar de comer ao meu sogro, depois almoço eu e a minha esposa e o meu filho... Tem-se conseguido. Claro que fico sempre mais condicionado e tal.”

Grupo doméstico 24, residente na atual habitação há 26 anos

“Neste momento, só sou eu e a minha mãe. (...) O meu pai acabou por falecer e a minha mãe veio para aqui. Vendeu o apartamento e deu-nos, metade do dinheiro a mim e metade ao meu irmão. (...) Ando sempre atrás dela. (...) Enquanto puder. (...) Custa-me também estar a deixá-la. Tenho sempre o meu irmão e a minha cunhada perto [*moram na residência ao lado*] ... Ainda há bocado passei pelo Centro de Saúde, fui lá por causa de uma receita. De manhã fomos [*a entrevistada e o irmão*] ao médico com ela, também, que ela tinha uma consulta.”

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

A morfologia e extensão das redes de circulação de ajuda têm, assim, variado de acordo com o grau de localização e/ou concentração socio-territorial dos membros das famílias, não obstante a relevância dos recursos materiais. Daí que os impactos decorrentes dessas prestações se tenham revelado dissemelhantes entre os vários descendentes, afetando, não só, de forma variável, tanto o quadro das suas principais sociabilidades semipúblicas locais – através de uma maior ou menor exploração de momentos de ritualização/interação públicas e de o uso de equipamentos coletivos locais –, como os montantes de recursos e as competências disponíveis (apoio financeiro, relacional, afetivo) (Vasconcelos, 2002: p. 511; Elias e Dunning, 1992; Pereira, 2005; Épinay, 1983).

#### 5.4. Família, Trabalho, Alojamento e Estilos de Vida

Tomando em linha de conta o que tem vindo a ser enunciado em matéria de avaliação das modalidades de inserção territorial, das (re)configurações das posições residenciais e, também, do perfil dos laços de solidariedade familiar encetados pelos grupos domésticos em estudo – e que, regra geral, dizem muito acerca dos efeitos estruturantes que família e trabalho representam (ou têm representado) no seu dia-a-dia – interessa agora observar melhor o conjunto diversificado de práticas quotidianas destes agentes/grupos.

O exercício que aqui propomos consiste, pois, em proceder – a partir da leitura das relações estabelecidas entre os seus posicionamentos e práticas sociais (Pereira, 2005:

p.771) – a uma breve caracterização do modo como estes agentes têm vindo a repartir os usos do seu tempo entre trabalho, vida familiar e lazer, na tentativa de perspetivarmos as suas principais “modalidades de estilização da vida” (“culturas de classe”), e, em simultâneo, identificarmos relações de proximidade e de distância entre eles (Lefebvre, 1968: p.55 e p.144).<sup>220</sup>

Ao mesmo tempo, e atendendo ao cenário geral de mudanças económicas vividas na região e na freguesia de Ermesinde – que, como vimos, têm sido assinaladas, nas últimas três décadas, por intensos processos de reestruturação e passaram, em grande medida, por alterações no perfil de especialização setorial e recomposições no mercado de trabalho<sup>221</sup> – pretendemos descrever, com base nalguns depoimentos, os efeitos que tais mutações vêm a assumir na configuração quotidiana de certos residentes, inclusive nos usos dos seus tempos e espaços.<sup>222</sup>

#### **5.4.1. Quotidiano e Estilos de vida: breves notas**

Reportando-nos, primeiramente, ao quadro geral de atividades de tempo livre e de lazer dos grupos domésticos inquiridos, e considerando, desde logo, as suas principais propriedades sociais, bem como os seus aspetos sociográficos mais relevantes (cf. ponto 4.2 do capítulo anterior), ou ainda a variação encontrada na topografia das práticas e das mobilidades particulares segundo as matrizes - domesticidade e interatividade (Juan *et al*, 1997) - interessa esclarecer, antes de mais, que, ao longo da nossa reflexão, tivemos o cuidado de ter em linha de conta algumas dimensões analíticas importantes.

Embora saibamos que o seu peso não retira importância à posição que os agentes ocupam no espaço social<sup>223</sup>, estamos em condições de afirmar que variáveis como a idade, a condição perante o trabalho e o género – úteis na avaliação da desigualdade das práticas (em termos de apropriação e de investimento) – constituíram indicadores muito relevantes na nossa observação, visto que, de algum modo, não deixaram de afetar o próprio cenário (hierarquizado) das práticas encontradas (Épinay, 1983: p.76). Por outro lado, uma

---

<sup>220</sup> Este esforço de análise tem, assim, presente a articulação entre tempos quotidianos – de trabalho, libertos de trabalho/“espectro de tempo livre” (Elias; Dunning, 1992) – e espaços de produção – domésticos, públicos e privados – relevantes para a compreensão dos diferentes moldes das estratégias identitárias levados a cabo pelos agentes (Pereira, 2005).

<sup>221</sup> A este respeito, cf. pontos 2.3.1 e 3.5.1. do Capítulo II e III, respetivamente.

<sup>222</sup> À luz das transformações gerais no trabalho e na escola, a nossa proposta visa, na realidade, dar destaque à *singularidade* de alguns depoimentos (e ao modo como decorre a “apresentação oficial de si”) (Bourdieu, 1986: p.71), fornecendo-se uma descrição dos impactos de tais modificações trouxeram à sua vida.

<sup>223</sup> Apesar de sabermos, igualmente, que não existe, neste plano, uma linearidade absoluta entre lazer e grupo social.

análise ancorada no confronto entre escalas espaciais como o “quarteirão”/ contexto local e o contexto urbano pareceu-nos muito significativa para o exame das dissemelhanças das práticas, precisando-se ainda, com mais detalhe, os distintos investimentos de circulação e de mobilidade (Idem: p.156 e p.173).

Vejamos, então, com maior pormenor.

Um rápido exame acerca das práticas de tempo livre e de lazer dos grupos domésticos da burguesia (*dirigente e profissional e proprietária*) – cujo *trajeto de patrimonialização residencial*, como vimos, é relativamente *apreciável* e, globalmente, mais favorecido do que nas restantes frações – permite-nos atestar que uma parte dos seus investimentos relacionais orientam-se para a esfera doméstica. Apesar de deterem densos capitais relacionais – decisivos, aliás, nas modalidades de vinculação ao território e à própria residência –, o certo é que eles foram sendo acionados mais por via da esfera profissional (cf. ponto 4.3.2.1 do anterior capítulo). Demonstrando, no decurso do tempo, uma certa sensibilidade para a concentração socio-territorial na freguesia e uma relativa solidariedade em relação aos seus laços familiares (sobretudo aos mais próximos), vimos que, ainda assim, no domínio público local, os investimentos relacionais são concretizados à custa de posições de maior reserva e privacidade (e até, em determinadas ocasiões, de evitamento), privilegiando-se mais, no quadro das sociabilidades semi-públicas, a frequência (ainda que moderada) de espaços como o café e o comércio local.

Produto de fortes investimentos (tanto económicos como simbólicos), o espaço doméstico figura como objeto de *lazer*es (mais regulares) *expressivos* – como a execução de trabalhos manuais, a coleção de objetos e atividades como fazer renda/tricotar –; de *lazer*es *recetivos* (nomeadamente, atividades como ouvir música, ler jornais/revistas e livros); e – em menor peso e de forma controlada e discreta – de *lazer*es *comunitários* (com a receção de familiares).<sup>224</sup> Além do mais, refira-se, entre os agentes destas frações persiste a ideia da necessária divisão das práticas entre a esfera doméstica e o meio envolvente. Para uns, o estabelecimento de fronteiras resulta da necessidade de uma certa “libertação” da relação intensa com o trabalho; para outros, em que o trabalho já não possui esse peso, a divisão decorre mais da necessidade de retraimento face às vicissitudes da trajetória familiar.

---

<sup>224</sup> Neste domínio, chama-se a atenção para as diferenças de género e de relação com o trabalho encontradas, pois no caso do grupo doméstico pertencente à burguesia dirigente e profissional (ainda em atividade) a prática de leitura parece ser mais evidente, assim como a execução de trabalhos manuais.

Por outro lado, é também visível que, nestes grupos, não existe a obrigatoriedade de execução das rotinas domésticas (nomeadamente, em tarefas como cozinhar ou outras mais diretamente ligadas ao governo da casa, sendo geralmente delegadas a outros).

Investem, assim, em “atividades de lazer sociáveis” (essencialmente, passeios, almoços/jantares fora e compras), sendo estas tendencialmente realizadas em zonas fora do local de residência e da freguesia – de que são exemplo a cidade do Porto ou espaços limítrofes como centro de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia. Ao mesmo tempo, dão importância às férias passadas fora de casa, sendo esta prática muito regular (em regime de hotel ou na segunda residência) tanto no país (geralmente em pontos mais extremados: a norte e a sul), como no estrangeiro.

Por outro lado, observando os grupos da *pequena burguesia intelectual e científica* – que, como vimos anteriormente, sempre foram muito sensíveis à mobilidade residencial no decurso da sua trajetória familiar, também por força da relação estreita com o trabalho (e da maximização dos seus tempos de dedicação) (cf. ponto 5.2.2.1) – um exame mais minucioso leva-nos a considerar que é, justamente, entre estes grupos que, de forma global, encontramos *atividades semi-públicas de lazer sociável* mais acentuadas, traduzidas, normalmente, em convívios regulares com a família, com os amigos ou ex-colegas de trabalho e, similarmente, *atividades intermediárias de tempo (em contexto público e local)* de trabalho não profissional – de algum modo, vocacionado para o trabalho voluntário, mas mais para a autoformação (nomeadamente, pelo exercício de atividades de fruição como a escrita, a pintura e outras artes plásticas e o estudo “mais formalizado”).

É importante, no entanto, perceber o contexto de produção destas práticas, dado que as situações de reforma assumem, nestes grupos, algum significado. A vida cultural não se representa (eventualmente) apenas um quadro de valores, ela pode indiciar também uma estratégia de procura de alternativas ao ambiente diário (acentuadamente pautado pelo fim do ciclo de trabalho) (Bouillin-Dartevelle *et al*, 1991: p.262).

Além do mais, dominantemente marcados por *elevadas modalidades de capital económico* e por *significativas qualificações escolares*, é também entre eles que verificamos idas mais generalizadas ao cinema, ao teatro e a espetáculos de música (*atividades espetaculares informativas*) ora localmente, ora nos espaços vizinhos da freguesia – algo que, de certa forma, já se fazia sentir no passado mas agora muito mais evidente face à disponibilidade temporal existente.

Não obstante estas evidências, uma releitura dos depoimentos aponta para a presença de nítidas diferenças entre as práticas dos homens e das mulheres. Nas mulheres, por exemplo, a valorização das *atividades domésticas*, a apreciação de rotinas como as idas às compras, o convívio com os familiares e o investimento na autoformação são mais usuais, ao passo que nos homens são mais expressivas e cultivadas as saídas com os amigos e ex-colegas de trabalho (geralmente em espaços como cafés e centros comerciais locais).

Em todo o caso, interessa realçar que, no plano doméstico, os *lazer*es *recetivos* (como ver TV, ler livros, revistas, ouvir rádio, navegar na *internet*) são também eles frequentes e, no plano exterior, a realização de *atividades públicas de jogo* (como as caminhadas e prática desportiva) assume grande importância.<sup>225</sup>

Quanto às férias, sendo amplamente valorizadas pelos agentes em causa, denota-se que elas ganham um estatuto ainda mais privilegiado pela oportunidade de usufruto privado em contexto residencial próprio. Face à tendência (anteriormente) verificada para uma maior valorização (e reabilitação) das habitações herdadas e para uma aposta crescente na conservação das segundas residências ao longo do tempo, a (segunda) propriedade habitacional tem vindo a ser, para estes grupos, um recurso assíduo para a passagem de férias com os familiares.

Por sua vez, ainda que pautados por uma diversidade de trajetórias, não deixa de ser significativo olhar para os grupos domésticos da *pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio* e, simultaneamente, ver as semelhanças encontradas, por exemplo, com as práticas de alguns grupos da fração anterior. Isto porque, rapidamente concluímos que, regra geral, em quase todos os grupos analisados, as relações conviviais (entre família, amigos e colegas) assumem algum centramento – quer nos estejamos a cingir à esfera doméstica (*lazer*es *domésticos comunitários*) ou à esfera pública (*atividades públicas de lazer sociável*).<sup>226</sup>

Porém, se quisermos estabelecer uma comparação mais criteriosa entre ambas as frações – na medida em que estas se encontram, globalmente, entre as frações mais favorecidas no espaço social local –, tudo indica que a matriz de *domesticidade* é grandemente apreciada pelos seus agentes. O peso das tarefas ligadas ao governo da casa e às rotinas familiares (as *rotinas do tempo livre*) parece ser muito relevante – e aqui há

---

<sup>225</sup> Embora a prática desportiva (em especial a natação) seja mais prevalecente nos homens.

<sup>226</sup> Mais uma vez, salienta-se que esta evidência advém do facto de encontrarmos uma certa expressividade de situações de reforma e/ou (menor proporção) desemprego.

que acrescentar também nos exemplos encontrados, o papel particularmente ativo da mulher – representando a casa, em certos segmentos, uma centralidade muito significativa. Nesse sentido, não admira que as *práticas domésticas expressivas e recetivas* atinjam algum significado – referimo-nos, portanto, à assistência televisiva, mas mais em especial ao gosto cultivado pela escuta de música (geralmente música tradicional); à leitura de revistas e jornais (diários) e (menos relevante) de livros, bem como a realização de trabalhos manuais (bricolage). Destaca-se, além disso, genericamente, um menor privilégio de férias passadas fora de casa.

Ainda assim, essa relevância dada à esfera doméstica não mostra uma participação pública insignificante. Para lá das *rotinas de tempo livre em contexto local* como a ida às compras e ao cabeleireiro/barbeiro, as *atividades intermediárias de tempo* (traduzidas na frequência relativamente regular da paróquia local)<sup>227</sup> e até das *atividades públicas de jogo* (através da prática de ciclismo amador), também a frequência de espaços locais se faz sentir com alguma assiduidade, o que deixa denotar uma interconexão mais estreita entre cena local e cena doméstica.

Mais, não deixa de ser revelador verificar que, entre o total de grupos analisados, subsiste nos grupos da *PBTEI* uma participação muito relevante no tecido associativo local – nas suas modalidades desportivas, recreativas e culturais (*atividades de lazer sociável*). Aliás, em alguns dos casos, não se trata apenas de uma mera frequência, mas sim de um certo envolvimento em cargos de direção ou funções correspondentes, sendo que, não raras vezes, pudemos encontrar, similarmente, entre estes agentes, alguma ligação político-partidária local.<sup>228</sup> Por outro lado, de forma menos expressiva, ficou ainda patente, junto destes grupos, a realização de *trabalho voluntário* (designadamente através da participação em associações de cariz profissional).

De forma contrastante, os grupos domésticos da *pequena burguesia independente e proprietária* e da *pequena burguesia proprietária e assalariada* não apresentam esse grau de envolvimento e participação – bem pelo contrário, encontram-se entre aqueles

---

<sup>227</sup> E, conjuntamente, de um ou outro envolvimento mais significativo na organização das atividades religiosas e paroquiais

<sup>228</sup> A este propósito, e à semelhança de um outro caso observado na PBIC, vimos que, perante o peso dos laços de naturalidade com a freguesia ou um perfil de vinculação já consolidado com o território, o passado destes agentes foi, aliás, marcado por uma participação desportiva muito ativa, inclusive com resultados na dinamização de equipamentos locais, de algum envolvimento na imprensa local, para lá de um certo empenhamento político-partidário, o que traduz bem a intensidade da relação das práticas destes agentes com o território.

grupos em que, segundo o que nos foi possível apurar, não existe qualquer pertença associativa ou relação similar.

Não obstante, é exequível afirmar que, à semelhança de outros grupos (como é cado da *PBTEI* e alguns segmentos da *PBIC*), os *lazer*es *sociáveis* em contexto local e urbano como a frequência de café, os almoços ou jantares fora e passeios (geralmente em parques – da cidade ou da freguesia) são relativamente habituais. Destaca-se, aliás, que, no *domínio público*, os investimentos relacionais são relativamente densos com a vizinhança e com os amigos, sendo dada grande valorização à prática desportiva (com destaque para a frequência do ginásio e a prática de natação).

Ao mesmo tempo, no plano *doméstico*, atividades de *carácter recetivo* (em especial, a assistência televisiva, a escuta de música e a leitura de jornais) e *comunitário* (através da receção de familiares) são também regulares, assim como, no plano exterior, a ida às compras (embora com maior privilégio pelo comércio tradicional). Mas, interessante será verificar que, em alguns grupos destas frações, para além da grande importância das *rotinas de tempo livre* (como rotinas familiares e a provisão rotineira)<sup>229</sup>, também o cultivo no quintal e arranjo do jardim assume alguma expressão.<sup>230</sup>

De resto, a ligação com o exterior é muito valorizada e, sempre que exequível, é fomentada. Por isso, as férias assumem um carácter variável, estando muito dependentes, na maioria das vezes, dos constrangimentos profissionais e ciclos socioeconómicos, e, nos restantes casos, dos constrangimentos familiares.

Já uma análise das atividades de tempo livre e de lazer dos grupos domésticos da *pequena burguesia de execução* e do *operariado* (e suas modalidades pluriactivas) permite-nos dar conta, identicamente, da presença de algumas semelhanças entre ambas as frações. Em primeiro lugar, estes grupos são aqueles que, no conjunto de casos analisados, revelam uma maior dedicação às *rotinas de tempo livre em contexto doméstico* – com grande empenho no cuidado da casa e na realização dos trabalhos domésticos<sup>231</sup> e, por outro, a *atividades de lazer com forte componente recetiva* – com destaque para uma grande exposição televisiva, para a navegação assídua na *internet* e para a prática relativamente habitual de jogos no computador<sup>232</sup> – e, ainda, *expressiva* (trabalhos

---

<sup>229</sup> Característica transversal a todos eles e perfil de rotinas assumido quase exclusivamente pelas mulheres.

<sup>230</sup> Repare-se que, dada a relevância da propriedade habitacional rural de origem (em zonas do interior norte do país), e em parte, a forte (e anterior) socialização de uso da terra, em certos casos, o investimento no cultivo (para autoconsumo ou até para venda) continua, ainda hoje, a ser relevante.

<sup>231</sup> Sendo, neste domínio, as diferenças de género igualmente acentuadas.

<sup>232</sup> Sobretudo em camadas etárias menos envelhecidas.

manuais, bricolage, etc.). Em segundo lugar, no plano doméstico, importa salientar, por outro lado, o carácter não irrelevante das *atividades de abandono* (sobretudo, não fazer nada e o repouso/dormir fora das horas habituais).<sup>233</sup> Apesar disso, através dos relatos recolhidos, atestou-se que modo continuado, os *lazerres domésticos comunitários* – seja através da visita regular a familiares (mais próximos) ou (e de modo menos intenso) a amigos – são similarmente expressivos seu quotidiano.

Observando as diferentes expressões do *lazer sociável* predominantemente local, nota-se que elas inscrevem-se, geralmente, na frequência regular do café, na conversa com vizinhos, conhecidos e/ou colegas ou, ainda, na realização de pequenos passeios, altamente circunscritos à freguesia – como, por exemplo, no parque urbano de Ermesinde e no parque SOCER no lugar da Travagem – ou aos espaços vizinhos. Contudo, é necessário chamar a atenção que, em certos grupos, (e de expressão mais notoriamente masculina) a frequência associativa não é totalmente insignificante. Espaços como as *coletividades* exercem, de facto, algum peso na modelação de práticas diárias e são amplamente valorizadas, em especial pelo pendor de convivialidade e de recreio que lhe está associado, funcionando, muitas vezes, como nos foi relatado, como uma espécie de “extensão” da cena doméstica.<sup>234</sup>

Por sua vez, em contexto urbano, devemos referir que existe, entre estas frações, (e na sua grande maioria) uma forte valorização de *rotinas de tempo livre*, nomeadamente, com a ida às compras e a centros comerciais e/ou as grandes superfícies – o que, no nosso entender, dadas as descrições feitas, são passíveis de ser entendidas como *atividades de lazer sociável*. Uma das modalidades mais particulares do uso destes espaços comerciais prende-se, aliás, com o facto de as deslocações serem vividas como um “passeio” e serem organizadas como tal, constituindo uma maneira de passar o tempo e de fuga do ritmo do dia-a-dia (Juan *et al*, 1997: p.50). Por seu turno, as deslocações ou passeios tendem a ser elevadamente circunscritos à cidade do Porto ou a espaços geralmente assegurados e alimentados pelas diversas linhas transporte público ferroviário e rodoviário.

Por fim, resta, ainda, acrescentar que dificilmente as férias são passadas fora de casa e, quando o são, elas são de curta duração (em regime de pensão e/ou residencial ou, então, em casa de familiares geograficamente mais afastados).

---

<sup>233</sup> Recorde-se que, entre estes grupos, verificou-se uma representatividade não negligenciável de fenómenos como o do desemprego (a curto e a longo prazo) ou, ainda, a presença de situações profissionais pautadas por uma relação intensa com o trabalho (ainda que vivida pela incerteza e instabilidade).

<sup>234</sup> Sendo, similarmente, mais constante e regular nas camadas etárias mais velhas do que nas camadas jovens.



#### 5.4.2. Recomposições no trabalho, na família e na escola: retratos do quotidiano.

Num quadro nacional marcado por processos intensos de reestruturação – que, como sabemos, passaram, em grande medida, por alterações no perfil de especialização setorial – designadamente, através do progressivo enfraquecimento do trabalho industrial e a acentuação generalizada do processo de terciarização –, mas também por mudanças na escola e no mercado laboral (cada vez mais sensível à segmentação e à desregulação das condições de trabalho) – é possível afirmar, à luz da informação que fomos recolhendo, que o território em análise não deixou de traduzir, ao longo das últimas décadas, estas mesmas mudanças.

Contudo, também sabemos que, em inúmeras circunstâncias, estas transformações são, frequentemente, observadas de forma distanciada e analisadas sob uma perspetiva mais quantitativa (ou estatística) – e, por isso, mais atenta a números e a índices do que propriamente a indivíduos – tendem a ocultar o carácter de singularidade associado à *experiência vivida* de tais fenómenos ou a negligenciar o *discurso* daqueles que os vivem em concreto – a tal “entoação única” das “circunstâncias e vicissitudes da vida” (Domingos e Monteiro, 2014: p.6).

Nesse sentido, e tomando por base a nossa experiência no terreno, um acesso mais circunstanciado dos diversos trajetos pessoais e familiares dos residentes do lugar da Gandra permitiu-nos, através de exemplos concretos, recuperar aquelas que são, no nosso entender, importantes diferenças entre a pluralidade de formas de vivenciar, habitar e representar um dado território (em recomposição) e, por consequência, obter, de forma afinada (e no contexto local), os processos de acumulação (ativa) das experiências dos agentes nos diferentes campos (económico, escolar, cultural e, em suma, simbólico-ideológico) (Bourdieu, 1986).

Os trajetos que aqui apresentamos (de forma abreviada) partem, na realidade, da nossa preocupação em dar “voz” às cenas de existência nas quais os indivíduos são produtores ativos, problematizando-se, ao mesmo tempo, as consequências socialmente “encastradas” das mudanças sentidas em matéria de trabalho, escola e família.<sup>235</sup>

---

<sup>235</sup> Verificamos que, enquanto suporte de objetivação da realidade, os testemunhos recolhidos serviram de garantia para a apreensão do lado mais processual do conceito de “habitus” (Bourdieu, 2001), pois, além de demonstrarem a capacidade de emitir um constructo narrativo sobre si próprios e sobre a sua família, os agentes, nos seus depoimentos, revelaram-nos, sob uma *perspetiva única*, os momentos concretos de recomposição social de um dado lugar (e os aspetos estruturais de tais fenómenos).

Num primeiro bloco, começaremos por dar conta de três casos que – olhados sob o pano de fundo das transformações a que o mercado de trabalho tem estado sujeito nas últimas décadas – são bem exemplificativos dos constrangimentos que fenómenos como o despedimento, a destruição dos ofícios e a dissolução de estatutos profissionais ou, ainda, a desregulação do modelo salarial e a precariedade das condições de trabalho têm trazido para a sua existência quotidiana, influenciando muito significativamente na gestão dos usos do tempo e do espaço (Queiroz, 2005).

Diferentes gerações (de distintos ramos de atividade) oferecem-nos, portanto, um retrato global do atual quadro (des)regulador do mercado de trabalho, sendo possível observar, através destes relatos, as mudanças das condições objetivas de relação no espaço de trabalho – nomeadamente, os mecanismos de opressão que, muitas vezes, se estabelecem em determinados contextos organizativos; o recurso (proliferado) de instrumentos de fragmentação no trabalho (assentes ora subcontratação, ora na filiação)<sup>236</sup> ou, ainda, a crescente automação dos processos produtivos.<sup>237</sup>

#### **5.4.2.1 As (difíceis) vivências do desemprego**

Desempregado, em 2014, João [nome fictício], de 47 anos, é casado e tem um filho à procura do primeiro emprego. A sua mulher, cujo passado foi sempre marcado pelo trabalho em confeções de vestuário locais, é, na atualidade, “ama”, constituindo o seu trabalho presente um precioso complemento ao orçamento familiar do agregado, mais reduzido desde que ficou no desemprego.

Confinado, essencialmente, ao espaço doméstico e à habitação, mas também ao seu meio envolvente mais próximo – dado que, desde o período em que ficou sem emprego, em 2009, acabou por se ver mais diretamente envolvido numa das coletividades do lugar – João fala-nos sobre a sua trajetória de vida, recordando, desde logo, com alguma nostalgia, a sua primeira experiência de trabalho. Em finais dos anos de 1960, com catorze anos e o sexto ano de escolaridade, vai trabalhar para uma tipografia na cidade do Porto (com cerca de 1000 trabalhadores) como aprendiz de primeira, numa altura em que a cidade era ainda muito marcada por uma presença forte e abundante de oficinas de artes gráficas.

No quadro de relações de poder e do complexo de regras e técnicas que o define, ele destaca, ainda assim, com vivacidade, todo o processo de aprendizagem feito à custa de uma relação próxima com o papel e a máquina. Refere que, nessa tipografia, adquire com “rapidez” e “gosto” as principais competências e disposições inerentes ao seu ofício e a apreciação com que

---

<sup>236</sup> Que, como é sabido, são indutores de divisões socioprofissionais.

<sup>237</sup> Com efeitos perversos quer na cultura do ofício, quer na destruição de postos de trabalho.

nos relata alguns episódios de trabalho assenta, ainda hoje, no reconhecimento da matriz prática do trabalho – um saber-fazer predominante manual e de elevada complexidade técnica – que obrigava a uma dedicação prolongada, a um desgaste físico considerável e a um investimento (por vezes, competitivo) na “arte” (Schwartz, 1990; Kovacs, 2002).

Além do mais, realça, o trabalho foi-se inscrevendo, ao longo do tempo, na formação de fortes laços de camaradagem e solidariedade – desempenhando um papel importante na definição da sua identidade social e na afirmação do espírito de grupo. Veja-se, aliás, o modo como a sua narrativa é exposta e representada, a propósito da relação com os colegas, valorizando-se, à época, a solidariedade (até intergeracional) que existia em contexto de trabalho (Pinto, 1991).

**«Agora essa arte acabou. Agora já não existe essa arte.»**

*João:* (...) Fui para uma tipografia para o Porto trabalhar. E era um bom emprego até. Só depois com os computadores é que deram cabo de tudo. Antigamente, as artes gráficas eram muito bem pagas. E era uma arte mesmo.

*Entrevistadora:* Foi para o Porto então?

*João:* Fui trabalhar para a Rua dos Caldeireiros, para o Porto. (...) Foi a minha primeira experiência de trabalho. Encadernador (...) Comecei aos catorze anos...estive lá até (...) aos dezassete... aquilo era para aprendiz de primeira. Antigamente era, entrava-se como aprendiz de primeira, passado um ano era aprendiz de segunda, até.... Os primeiros quatro anos era aprendiz de primeira, aprendiz de segunda, de terceira e de quarta. Depois era auxiliar de primeira, de segunda, de terceira e de quarta...

*Entrevistadora:* Havia uma hierarquia.

*João:* ... só ao fim de oito anos é que se passava para estagiário. Entrava-se a estagiário até ver, até entrar no quadro. E eu ao fim de três anos de trabalho era oficial.

*Entrevistadora:* Já era?

*João:* Saltei isso tudo. Porque, pronto, eu gostava daquilo. A gente fazia, cosia livros à mão, fazia aquelas sebatas, aqueles cadernos de linhas, tudo o que havia... Eu era encadernador profissional. Só que, ao fim de três anos, eu já sabia tanto como um oficial e então o encarregado disse-me: «Vais tirar o curso.» Se a gente quisesse ir para oficial pagava e ia tirar o curso noutra empresa. Eu fui tirar o curso de encadernado profissional. Tenho a carteira [profissional] em casa e tudo. [...]

*Entrevistadora:* E tinha algum tipo de contrato de trabalho. Como é que era?

*João:* Aquilo era um contrato de três anos... antigamente... Era um contrato de três anos. Mas aquilo ficou-se logo...

*Entrevistadora:* Rapidamente ficou efetivo.

*João:* Ficava-se praticamente efetivo. Toda a gente que entrava para lá ficava praticamente efetivo. Só quem não gostasse é que ia embora por livre e vontade própria. Pelo menos, naquela empresa, enquanto os patrões... enquanto aquilo existiu, que já não existe também.... era assim. (...) As artes gráficas acabaram... Antigamente, livros, faturas e tudo, caixas de *deve e haver*, era tudo manual. Depois foi tudo com os computadores...

*Entrevistadora:* Havia uma certa arte nesse ofício?

*João:* Exatamente. Aquele livrozinho... Uma pessoa compra uma revista... uma pessoa compra um livro, mesmo um romance, uma pessoa mesmo se ler duas ou três vezes o livro está sujeito a ficar com duas folhas na mão.

*Entrevistadora:* Pois.

*João:* Agora é tudo feito por máquinas. Uma pessoa quer uma revista qualquer, uma pessoa vai a uma máquina e imprime umas folhas e mete um bocado de cola. Antigamente, não havia nada disso. As faturas não saíam por computador. Os livros eram todos feitos à mão. E aquilo era um trabalho manual e eu gostava muito daquele tipo de trabalho.

*Entrevistadora:* Mas devia ser um trabalho um bocadinho minucioso e demorado ainda, não?

*João:* Demorado. Muito demorado. Em certos artigos, muito demorado. E noutros aquilo era...

*Entrevistadora:* Era um bocadinho mais rápido.

*João:* Quando era restauros principalmente... Porque, depois de eu tirar o curso de encadernador profissional, ainda fiz alguns restauros. Posso dizer que fiz o restauro de um dicionário brasileiro-português para a Câmara Municipal do Porto...

*Entrevistadora:* Sim, sim...

*João:* Era um livro praí com trezentos, quatrocentos anos. E aquilo estava... Demorei um ano e qualquer coisa para restaurar o livro. (...) Ficou ao meu encargo e eu todos os dias à noite pegava nas folhas ali, a raspar as folhas, a tirar coisa e depois tornar a colá-las certinhas. Dourar folha à folha, tudo dourado à volta. Capa e couro com letras a ouro. Durou mais de um ano a fazer o restauro do livro. (...) Mas... dava gosto. Era um serviço que dava gosto. Por ser assim tão “picuinhas”. Um serviço tão... Era motivante. Uma pessoa não cansava... Era um trabalho que não cansava. Fazia-se sempre qualquer coisa diferente. Havia sempre uma novidade.

[...]

*Entrevistadora:* Disse-me que foi com essas pessoas mais velhas com quem aprendeu tudo na arte?

*João:* Exatamente. Aprendi tudo com eles na arte. Levei muitos “coques”, como se dizia antigamente. Uma pessoa estava à beira deles, todo o oficial tinha um ajudante, e uma pessoa quando precisava dos livros ou estava a fazer artigos e a colar capas e tudo, tinha sempre um ajudante para dar cola para uma pessoa colar. E depois havia aquela mania, aconteceu comigo... pronto, eu não fiz isso aos outros porque era já de outra [geração] ... Uma pessoa estava lá a pôr cola e pimba: «Tem cola a mais! Não vês?» Às vezes era só para brincar, só para gozar com nós. E depois uma pessoa começava a esticar e dar a cola e depois pimba: «Não vês que tem cola a menos?» Eu cheguei-me a passar com várias pessoas. Pronto, aquilo fazia parte das brincadeiras que agora não há.

*Entrevistadora:* E havia pessoas novas quando entrou? Ou eram essencialmente pessoas mais velhas?

*João:* Eu quando entrei, fui eu e outro moço. Juntos. Da mesma idade. (...) Andávamos sempre à guerrilha um com o outro no trabalho. A ver quem é que fazia melhor.

*Entrevistadora:* Era um bocadinho de competição.

*João:* E se calhar por isso é que agente aprendeu tão depressa.

*Entrevistadora:* Pois. Havia essa motivação.

*João:* Às vezes, a gente quando fazia aqueles cadernos e as sebentas... aquilo era uma máquina que tirava as sebentas. E havia duas máquinas iguais. E o encarregado quanto tinha pressa para exportação, para a Angola, das sebentas chegava: «Ó G. e N. olhem para as sebentas!» Eles sabiam que nós íamos um para cada máquina e que as máquinas ao fim de três, quatro horas com o aquecimento, elas disparavam. E tinham que estar depois uma hora em descanso. E a nossa ideia era ver quem é que punha mais depressa a máquina desligada.

*Entrevistadora:* [risos]

*João:* As encadernadoras, as senhoras, porque trabalhava lá muita gente, ficavam danadas quando eles nos mandavam para as máquinas. Porque elas não aguentavam com o barulho das máquinas a trabalhar. Aquilo era uma máquina de pedal e a pessoa metia o pé e aquilo tataque, tataque... Quando elas iam para lá. Nós metíamos uma barra de ferro em cima do pedal e a máquina trabalhava automático.

*Entrevistadora:* [risos]

*João:* E aquilo tatata, tatata, tatata, tatata. E tatatin, tatatin, tatatin. Até a máquina disparar. [risos]

*Entrevistadora:* Pois. Era um ritmo.

*João:* Mas gostei mais da parte do trabalho. Mesmo pelo convívio que agora não existem nas empresas. (...) Para além do futebol, para além do desporto... Para além do trabalho, a gente... ao sábado vinham as carrinhas, nós tínhamos equipamentos, cedidos pelas empresas, bola, chuteiras e tudo e parque para irmos treinar.

*Entrevistadora:* Era a própria empresa que...

*João:* Que patrocinava isso tudo.

*Entrevistadora:* Ah.

*João:* Fazíamos jogos com a BPA, com a Firmino, com a Ámbar.

*Entrevistadora:* Havia essa competição entre as diferentes oficinas?

*João:* Exatamente. Uma pessoa ia jogar, ia para o convívio. De vez em quando, havia um jogo ou outro por ano com solteiros contra casados, ia-se fazer um almoço de convívio e tudo. E depois os próprios patrões eram pessoas cinco estrelas. Uma pessoa ia para o balneário e coisa, principalmente quando era entre gráficas, e o patrão chegava à beira dos jogadores e quando havia uma equipa que jogava melhor: «Se a gente ganhar à coisa,

segunda-feira não trabalhaiis.» Era um sonho! Era um entusiasmo. Ele puxava mesmo pelo pessoal. E havia muito convívio. Era, era espetacular. (...) Nessa fase, era cinco estrelas. Era... Não se fazia horas extras, dava tempo para tudo. Também estavam lá quase cem pessoas, na altura. Aquilo era quase produção em linha. Passava-se de uns para os outros. (...) Era como uma família, era muita gente. (...)”

Com o passar dos anos, e algumas mudanças de empresas, que o obrigaram inclusive a regressar à terra natal – Alfena –, João vai-nos descrevendo que, não obstante o “stock” de saberes que foi acumulando, sinónimo de maior autonomia no trabalho, começa a sentir mudanças profundas nos contextos de trabalho em que se vai inserindo, em parte provocadas pela automação e a introdução de sofisticados dispositivos técnicos, algo que contribui também – na sua perspetiva – para a gradual desvalorização do “ofício”. Além do mais, sente-se incapaz de lidar com a crescente degradação das condições de trabalho a que foi estando, progressivamente, sujeito e à pressão constante do impulso produtivista do seu último local de trabalho. Muda, assim, de área, mas sem sucesso, volta de novo para o desemprego.

#### **«Fiquei sem trabalho e sem dinheiro.»**

*João:* (...) E depois era [uma profissão] muito bem remunerada. Em relação com o que se ganha agora. Muito bem remunerada. Eu até, eu há cinco anos atrás... Eu depois dessa empresa, fui para a V.G., quando casei mudei-me, era aqui em Alfena [de onde é natural] ... mas quando vim para aqui eu já não vim como encadernador. Passei para cortador de guilhotina. (...) Depois de tirar o curso de encadernação, como eu gostava de todo o tipo de áreas aprendi tudo...

*Entrevistadora:* Quis, quis sempre...

*João:* Fui encadernador, fui cortador de guilhotina, fui impressor tipográfico... (...) Com a arte que eu tinha sabiam que... Aí já era responsável. Eu estava em Alfena também e passado... estive lá dois anos. E outra gráfica no Alto do Vilar foi-me buscar e deu-me mais 30 ou 40 contos por mês. Antigamente ainda iam buscar os empregados. (...) Agora essa arte acabou. Agora já não existe essa arte. (...) Fui mudando de empresas por aqui nas redondezas, pequenas já (...) muito pequeninas. Coisas muito pequeninas e começa-se a... alterar tudo. A arte também já não era a mesma coisa. Já, já, já era bastante complicado. (...) E depois muita pressão.

*Entrevistadora:* Pressão?

*João:* Para o fim, onde eu estava, aquilo já era de malucos. Então chegava ao Natal aquilo era fazer caixas para confeitarias. Aquilo... E o dinheiro não é tudo. Às vezes até ao domingo tinha de ir trabalhar. E uma pessoa queria ter tempo para a família e o patrão: «Ah! Isto tem que ser feito!» (...) Era um antigo cliente de V. [gráfica] Ofereceu-me o emprego e eu aceitei. Eu fui para lá trabalhava e aquilo trabalhava certinho. Depois comprou outra máquina para imprimir caixas. Ou seja, ao fim de ano e meio tinha seis ou sete máquinas e eu estava lá praticamente sozinho a trabalhar com as máquinas todas. E eu não conseguia trabalhar com as máquinas todas, nem orientar aquilo tudo.

*Entrevistadora:* Era uma grande responsabilidade.

*João:* E depois o que me enervava é que ele chegava lá e começava com coisas. Por causa das encomendas. Eu punha uma máquina a trabalhar certinha. E depois ia para outra. E como eu não estava à beira, ele chegava lá e acelerava-me as máquinas sem eu ver. E depois de vez em quando as máquinas encravavam e pum. (...) Acabei por chatear e vir embora. Depois mudei de área. Fui para motorista de distribuição. (...) Quando fui para motorista.... A vida de motorista é mesmo assim. Pegava às seis, sete horas da manhã, como saía às quatro da manhã e chegava à meia-noite. Não tinha horário. (...) Só dormia. Só vinha dormir a casa. E muitas vezes chegava a casa e eles estavam a dormir. Tanto o meu filho, como a minha mulher. Chegava tarde. Havia alturas que eu saía e eles ficavam a dormir. É complicado.

*Entrevistadora:* E essa empresa era de que ramo?

*João:* De produtos alimentares. (...) Fazia o apoio... Comecei a fazer distribuição ao Porto, uma lojita em Braga e Porto e clientes assim. E passados dois, três anos andava a fazer distribuição a nível nacional. (...) Nunca tinha andado na estrada mas comecei logo... (...) Infelizmente também não tiveram cabeça e gastaram mais do que

tinham. E a empresa rebentou e eu fiquei a berrar. Fiquei sem trabalho e sem dinheiro. (...) E a minha mulher foi pelo mesmo caminho.

Entrevistadora: Ai sim?

João: Ela trabalhou em Santa Cristina [Maia]. Era numa empresa que havia lá, alemã. Ia trabalhar. (...) Fechou a empresa. Fecharam-na. Levaram-na para outro país. Que é o grande problema. Quando os ordenados começaram a subir...

Entrevistadora: Iam procurar mão-de-obra mais barata, não é.

João: Mão-de-obra mais barata. E a partir do momento que saiu daí, trabalhou sempre nisto. Começou a tomar conta da menina e até hoje é o que ela faz. [...]"

O que é facto é que, com grandes dificuldades de inserção laboral, João sente, numa primeira fase, os efeitos mais negativos de uma inatividade “quase permanente” e da perda do “tempo estruturante” do trabalho e, nesse sentido, vê aumentar os sentimentos de inutilidade social, aos quais acrescem, necessariamente, os obstáculos associados à perda de rendimento.

Refugia-se, então, na ADRG, coletividade praticamente contígua à sua residência, e com a qual foi estabelecendo, desde cedo, contacto a partir do momento em que se mudou para a Gandra. Aí vai passando grande parte do seu tempo.

No quadro das suas representações, refira-se, a associação configura, de facto, um espaço de afirmação pessoal muito importante e, enquanto núcleo institucional de relacionamento diário, permite-lhe assegurar o convívio e a interação permanentes com certos círculos de residentes, tão fundamental para enriquecer (ainda mais) o seu ambiente sociabilitário (Bozon, 1984; Juan *et al*, 1997; Costa, 1999).

### **«Uma pessoa também começa a ficar saturado de estar ali em casa (...) sem fazer nada»**

Entrevistadora: Disse-me há pouco que a coletividade foi importante quando também passa pela primeira fase de desemprego, quando muda para motorista, e depois novamente quando volta...

e: Sim. Eu ainda andava como motorista quando vim para aqui. Aquilo só abria às oito da noite. Aquilo só começou a abrir às catorze horas quando eu fiquei desempregado. A empresa ficou em insolvência. E como eu não consegui arranjar uma coisa e disse assim: «Vou juntar o útil ao agradável.» (...) Então comecei a tomar conta do bar e comecei a abrir às duas da tarde. Porque senão eu deitava-me no sofá a ver televisão. Uma pessoa ia estar cá fora a gastar dinheiro? Não? (...) Eu posso dizer que há cinco anos atrás, quando eu era motorista, ganhava seiscentos euros por mês e há dez anos atrás quando saí da outra gráfica ganhava duzentos e cinquenta contos. Ganhava mil duzentos e cinquenta euros. Ganhava-se muito dinheiro naquela altura. Muito dinheiro mesmo. (...) Vinha para aqui [coletividade] porque ajuda, ajuda a aliviar o *stress*. Eu gostava. A ajudar a aliviar o *stress*. Uma pessoa saía do trabalho, das máquinas a fazer barulho, então na altura em que eu era encadernador e tipógrafo. Sabia bem uma pessoa chegar até ali e mandava umas pancadas na mesa a jogar as cartas e uma pessoa aliviava-se e ficava mais descansado. (...)

Entrevistadora: Foi uma grande rutura com o desemprego? Como tinha uma vida muito ativa....

João: E de que maneira! (...) Queria ser útil. (...) Porque [a associação] tornou-se um sítio para as pessoas que estão desempregadas, para as pessoas reformadas que não têm para onde ir. Às vezes estão em casa e ali convivem. Ou vêm ver televisão ou vêm jogar cartas ou... Foi uma maneira de conviver. Cheguei a mostrar isto quando veio o presidente da Câmara aqui e falei-lhe dessa situação. Para haver uma forma de apoiar...a população. Não é só para música e recreio. Também tem essa área cultural e social.

Entrevistadora: E o senhor também sentiu essa necessidade?

João: Claro, claro. Uma pessoa também começa a ficar saturado de estar ali em casa a dormir, sem fazer nada. (...) Nunca mais arranjei emprego. (...) Claro, isto é mais biscate. (...) No Centro de Emprego, dizem logo que estão à procura de uma pessoa com 20 anos. Não é por causa da... A experiência não conta. Eu sei que é assim,

eles querem pessoas novas para lhes pagar meia dúzia de euros e ao fim de um ano mandá-las embora e vão buscar outra para o lugar. E uma pessoa com 45 anos não quer um emprego desses. (...) Enfim, aqui, uma pessoa vem aqui, está aqui, vê um jogo de futebol, vê televisão, joga umas cartas e gostando do ambiente, conversando, mete-se sócio. É o convívio, principalmente o convívio. (...) É onde eu passo a maior parte do tempo. O convívio é saudável e continua a ser. E continua a ser. É como uma família. Fazia-se, fazia-se e deve-se continuar a fazer, as Festas do São João, o Carnaval e essas brincadeiras todas. E assim. Esses convívios.”

\*

Depois de ter trabalhado sete anos para uma grande cadeia de distribuição do ramo de vestuário, num centro comercial local, Raquel [nome fictício], de 30 anos, que, entretanto conclui o mestrado na área das ciências sociais, encontra-se, em 2014, “forçadamente” em casa.

Tendo ao longo desses anos conciliado sempre os estudos com o emprego (em regime de “part-time”) – o que, de algum modo, lhe permitiu ter uma certa independência económica (mas não uma total estabilidade financeira) – a jovem refere que o motivo para a sua saída “forçada”, no ano de 2012, se deveu essencialmente à forte pressão da concorrência a que a loja passa a estar sujeita, com a abertura de outros espaços comerciais na área do Grande Porto. Apesar de estar “protegida” por uma certa garantia de estabilidade contratual, o certo é que o próprio adensar da concorrência e as inevitáveis quedas do volume de negócios – salienta – aprofundaram as novas formas (particularmente pesadas) de subordinação de poder ao capital e à sua regulação, predominantemente centrada no proveito máximo da rentabilidade e do lucro.

A vivência do trabalho passa, então, a constituir uma experiência geradora de angústia e de medo, tornando a própria degradação das redes de socialização no trabalho mais visíveis – isto porque o confronto entre “permanentes” e “temporários” (Beaud e Pialoux, 1997) agudiza-se expressivamente e a resistência coletiva à degradação das condições de trabalho tende a esmorecer. Sob o efeito progressivo de “coerção psicológica” exercida pelo poder hierárquico, ancorado no exacerbar do domínio autoritário e na desvalorização das competências, Raquel vê, deste modo, alteradas as noções de temporalidade e de discernimento no trabalho, sujeitando-se, no contexto de ação de trabalho, a um contínuo processo de fragilização pessoal (e social), com impactos profundos na sua estabilidade emocional (Sennet, 2004). De facto, o desgaste diário dos efeitos de tal “coerção” – em que mente e corpo entram decididamente em processo de falência, aliado às exigências de um estágio que faz logo após a conclusão da licenciatura, como forma de valorização social dos saberes académicos, acabam por ser determinantes para o despedimento na loja (Dubet, 1994).

**«A partir do momento em que começaram a abrir os outros *shoppings* (...) começou a pressão»**

*Raquel:* Sempre fui autónoma até aos meus vinte e, e, e oito (...) altura que me desempreguei, não é? E acabei por não ter direito [a subsídio de desemprego] ... Não me desempreguei, eles [os responsáveis pela loja] forçaram as pessoas a despedirem-se...com a crise. Eles obrigaram as pessoas que eram efetivas – eu estava em *part-time* noturno e ganhava muito bem para aquela altura, e para aquele *part-time*, não é, porque eu já tinha subido os escalões todos, como eu já tinha sete anos na empresa, tinha subido todos os escalões, não só pelo tempo, mas por merecimento – eles quase que fizeram ... Como eu já estava a receber muito bem para um *part-time*, que era

todos os dias (...) tinha duas folgas semanais... eles quase que obrigaram todos aqueles que estavam na mesma situação do que eu a despedirem-se. Ou seja, fizeram pressão psicológica para as pessoas se irem despedindo. O facto é que é conseguiram quase despedir toda a gente, porque não aguentaram, as pessoas acabaram por, psicologicamente, não aguentar... e viemos embora.

*Entrevistadora:* Mas que tipo de pressão psicológica é que...

*Raquel:* Do género, nós termos todo o tipo de rotina e de termos muitas funções e de nos serem retiradas funções atrás funções. Ou seja, toda a autonomia e toda a parte criativa do teu trabalho, e a autonomia que tu tinhas para fazer algo, coisas que já fazias há milhões de anos, que já sabias e que fazias com a maior paz e tranquilidade, porque era algo que já estava rotinizado no teu comportamento, eles começaram-te a cortar. E então passavas a (...) estar uma tarde inteira... ou uma noite inteira com as mãos atrás das costas a perguntar ao cliente se precisava de ajuda, quando o cliente nem gosta muito desse tipo de pressão. (...) Porque com a abertura de todos os outros *shoppings*, o *Maia Shopping* caiu nas vendas ...

*Entrevistadora:* Trabalhaste sempre no *Maia Shopping*?

*Raquel:* (...) Sempre. Sempre no *Maia Shopping*. (...) Houve um... começou a abrir o (...) *Mar Shopping*, o *Parque Nascente*, tudo isso fez com que o... Porque, antigamente, só existia o *Gaia Shopping* e o *Maia Shopping*, em termos da loja onde eu trabalhava... Então, as vendas eram enormes. (...) A partir do momento em que começaram a abrir os outros *shoppings*, todos nós perdemos completamente as nossas vendas. Começou a pressão para se começar a despedir essas pessoas que já estavam há muito tempo e a ganhar muito bem na empresa... começaram-nos a retirar as responsabilidades, ao ponto de nós nos sentirmos prisioneiros. Ou seja, nós não podíamos fazer aquilo...

*Entrevistadora:* Sem autorização...

*Raquel:* ...sem autorização. (...) Ou seja, começámos a trabalhar a medo. E sem podermos fazermos muitas coisas. Então, fora isso, as queixas constantes dos encarregados, sempre a dizer “más vendas”. Depois começaram a obrigar, ou seja, faziam-nos objetivos pessoais, do género: «Tu até... tens duas horas para venderes cem euros. Tenta arranjar clientes, tenta convencer, tenta impingir, mas tens que vender cem euros, porque nós temos que fechar hoje a positivo.» E, então, nós tínhamos... mesmo que nós não vendêssemos, nós tínhamos a pressão do encarregado sobre nós. Era: «Hoje não conseguiste, hoje não sei quê, hoje não sei quantos...», «Posso fazer aquilo?», «Não, não podes.», «E o outro?», «Também não podes.» Então, nós passávamos o tempo quase com as mãos atrás das costas. Isso parece que não, é...

*Entrevistadora:* Satura.

*Raquel:* Satura muito. É muito mais fácil passar oito horas a trabalhar no duro e estar entretido porque as oito horas parecem três ou quatro, do que passar cinco horas sem nada para fazer em que eu lembro-me de dar uma volta à loja toda, colocar a loja toda por tamanhos, por referências, e quando vi só tinha passado meia hora. (...) O único objetivo (...) era pôr a loja organizada, ora numa loja em que não entram clientes, a loja já está organizada. (...) Então, nós passávamos horas e horas a fazer um trabalho completamente descabido. (...) E isso é que foi...

*Entrevistadora:* Foi a gota de água, não é?

*Raquel:* Foi a gota de água ...

*Entrevistadora:* E vieste-te embora.

*Raquel:* Vim-me embora, sem direitos nenhuns, ou seja, sete anos, nunca tive direito o fundo de desemprego... Nunca foi o meu objetivo e sempre soube que não ia ser o meu objetivo de futuro. Ou seja, sempre foi uma forma de compensar os estudos. (...) Os meus parís foram ajudando. Eram quatro prestações, acho eu, ou três e eu pagava duas, o meu pai pagava uma, noutros anos, o meu pai pagava duas e eu pagava uma. Ou, ou às vezes era eu uma ou duas. (...) Depois de ter acabado os estudos, ainda tive, ainda fiz um estágio, ao mesmo tempo, e acho que também isso foi a gota de água, quando fiz um estágio de quatro meses em que tinha que trabalhar oito horas nessa empresa, numa empresa multinacional, na área da certificação, e que nesses quatro meses a trabalhar oito horas e depois eu ainda tinha que trabalhar as outras cinco...que era o meu trabalho nas vendas. E, então, isso acho que foi a gota de água.

*Entrevistadora:* Pois.

*Raquel:* Porque ao mesmo tempo que me estavam a fazer a pressão... já vinha cansada, não é?

*Entrevistadora:* Claro.



*Raquel:* E depois a pressão psicológica... fez com que eu entrasse num período muito complicado da minha vida, comecei a ficar muito ansiosa... muito nervosa. Achava que as pessoas estavam sempre a implicar comigo mas na realidade, agora, anos depois de ter saído de lá, eu sabia, realmente que era uma pressão mesmo para sair (...).

Mesmo após esse período difícil, Raquel demonstra-se esperançada e, sabendo que, por força do processo de desvalorização gradual dos títulos escolares, a licenciatura não seria suficiente para uma inserção mais “qualificante” no atual mundo de trabalho, não desiste e investe em capital escolar. No seu horizonte temporal mais curto, encara o Mestrado como uma oportunidade de uma certa emancipação e realização pessoal, dando-nos conta também, em contexto de entrevista, das suas aspirações pessoais e profissionais (que passam, eventualmente, pela investigação).

Reconhece, no entanto, em especial em pleno contexto de crise económica que o país atravessa, as dificuldades associadas a um percurso tão exigente (e que lhe tem ocupado, diga-se, a maior parte do seu tempo).

Restringida a uma certa concentração socio-territorial, e muito centrada na esfera doméstica, Raquel vê, na verdade, o tempo dedicado ao lazer fora de Ermesinde, igualmente, limitado, sendo o seu presente sobretudo pautado por momentos tensos na sua área de residência, interpretada – aos seus olhos – como “desqualificante”, face às mudanças verificadas na sua composição social.

**«Ou seja, durante o dia, e agora passo mais tempo em casa, mas é impossível termos um dia de paz.»**

*Raquel:* No momento em que me desempreguei, em maio... logo em setembro fui retomar os estudos, porque sempre é uma coisa que eu gosto, sempre gostei, e sempre quis prolongar os meus estudos. Deram-me uma espécie de... por eu ter dado os dois meses de aviso, eles indemnizaram-me com cerca de mil oitocentos euros e eu peguei nesses mil oitocentos euros e paguei o meu primeiro ano de Mestrado. E depois, com a bolsa, consegui pagar o meu segundo ano de Mestrado.

*Entrevistadora:* Pois.

*Raquel:* Pronto, e fiz... (...) foi a melhor coisa que eu fiz fui ter continuado os meus estudos. Porque, para já, foi mais um nível de formação. (...) E saí de um ambiente completamente diferente, o ambiente de *shopping* e de vendas... (...) O nível de escolaridade das colegas de trabalho era completamente diferente, a maior parte tinha sexto, sétimo, o máximo tinha décimo-segundo ano. E eu já estava a fazer a licenciatura, acho que, também por aí, acabei por receber algumas retaliações, porque eu sempre soube que não queria aquilo para a minha vida.

*Entrevistadora:* Estavas a ocupar um posto de trabalho, não é?

*Raquel:* Basicamente isso. (...) Nunca me disseram isto diretamente, mas indiretamente dava para perceber. (...) Acabei por continuar os estudos, foi a melhor coisa que fiz, depois consegui entrar na área da investigação (...) trabalhei cinco meses, acabei o mês passado, ou seja, estou outra vez desempregada [risos] ...Estou a fazer proposta de doutoramento...vou-me candidatar até ao final de setembro. (...) Preciso da minha autonomia financeira. (...) Já é tempo suficiente para nós [ela e o namorado] de termos o nosso canto, não é? E nós já o temos. Se calhar, se não fosse esta esta conjuntura económica, este, este desemprego...tão prolongado... ou a má remuneração... Porque, muitas vezes, nós encontramos emprego a 500 euros, acaba por não dar para as pessoas eh... (...) Conseguimos já pagar oito anos de casa. Já podíamos estar lá a viver mas para isso também é preciso ter um bocado de autonomia que não seja só o comer e o beber porque aí... não é? (...)

*Entrevistadora:* E, agora, como é que ocupas o teu tempo?

*Raquel:* Olha, é quase tudo dedicado aos estudos ou trabalhos esporádicos na área da investigação...na aplicação de inquéritos (...) de estudos do mercado, mas que não precisam sempre de nós, não é, contratamos de vez em quando. É, basicamente, eu ocupo o meu tempo nisso. Agora é a redigir a proposta do doutoramento [risos]. Tenho outros projetos em mente, mas que ainda estou em mente... (...) Vou, com menos frequência, ao Porto. Passeio mais com o namorado à noite, mas... (...) a partir do momento que também que comprámos a casa, realmente estamos mais por Ermesinde (...). Ou seja, durante o dia, e agora que passo mais tempo em casa, mas é impossível termos um dia de paz. (...) Acho que ninguém gosta de morar nesta zona, não é só por ela ser velha, é por causa do ambiente que aqui se vive. ... (...) Ou porque a música é extremamente elevada, ou porque as pessoas estão a berrar e a gritar na rua, ou porque... ou porque os carros estão todos aqui em cima do passeio... Enfim... (...) torna-se uma rua muito complicada em que que não há paz.

\*

Quanto a Ricardo [nome fictício], com 28 anos de idade e pai (em 2014) de um bebé com cinco meses, vemos que a experiência reiterada de precariedade ao longo da sua trajetória profissional é alvo de uma reflexão muito crítica e sentida (com alguma frustração) durante o momento da nossa entrevista. Com o nono ano de escolaridade, e uma formação profissionalizada na área da eletricidade (da construção civil), o seu trajeto tem sido marcado, na última década, pela aleatoriedade dos trabalhos, pela assiduidade dos «biscates» e pela incerteza no futuro.

Entre os vários episódios difíceis pelos quais passou até hoje, destaca, em concreto, um vivido mais recente em que – para lá da flagrante perda de dignidade no trabalho – o ambiente foi, essencialmente, pautado pela privação, pela humilhação e pelo abandono. Num cenário de internacionalização das relações económico-financeiras, e de multiplicação de mecanismos de fragmentação da mão-de-obra e das unidades empresariais, Ricardo, com fraca margem de poder, vê-se envolto, na verdade, num complexo emaranhado de relações (desreguladas) de trabalho e num circuito muito pouco claro (para não dizer obscuro) em termos recrutamento e inserção laboral.

Sujeito às oportunidades de trabalho que iam surgindo e condicionado pelos efeitos da crise económica que o país vinha atravessando, em particular no setor da construção, o jovem procura, no estrangeiro, um meio de “contornar” o panorama de restrições impeditivas de prossecução “estável” de uma carreira profissional, e, ao mesmo tempo, aliciado pelas “boas” condições remuneratórias, tenta reverter uma orientação economicamente dominada pela restrição. O resultado não poderia ter sido pior, confessa.

#### **«Cheguei a trabalhar em condições miseráveis...»**

*Ricardo:* Neste momento, estou desempregado. Já algum tempo (...). A verdade é uma, há mais trabalhos. Depois, agora se realmente é compensatório, isso... Porque, às vezes, uma pessoa tem que ser realista, não vou trabalhar por 500 euros, está fora de questão. [risos] Por 500 euros, é como diz o outro, é: «Eu fico em casa.» Vai-se para o fundo de desemprego e a fazer uns biscates e tudo mais. Mas, claro, não é fácil. (...) Eu cheguei perfeitamente a trabalhar em condições miseráveis... Ainda há pouco tempo fui trabalhar para o outro lado do Atlântico, em condições miseráveis. Foi há quê? Há cerca de cinco anos atrás? Não, três. Fui para a Guiana Francesa, que é um país por cima do Brasil..... pronto, o ordenado não era mau, era bom. Não dava para fazer vida, não é? (...) Mas as condições que nos tinham prometido era uma casa para três pessoas com boas condições de horário, não é. E que é que era? É para fazer montagem de painéis solares. E eu só ia fazer a passagem de cabos, que correspondia

à minha área... O meu primeiro choque foi... chegando lá, metemo-nos num táxi e não era isso que eu ia fazer. O que eu ia fazer era montarmos uns maciços para se montarem as plataformas, para montar os painéis solares e só depois passar os cabos. (...) Quer dizer, eles queriam era...o trabalho todo.

*Entrevistadora:* Exatamente.

*Ricardo:* Isso foi mal saí do aeroporto. Tive logo a noção do que é que era. Depois fiquei um bocado assim: «Não, não pode ser, mas, pronto, vamos lá ver, vamos aguardar, vamos lá ver.» Quando cheguei à casa, também... o facto de estarem lá catorze pessoas dentro de uma casa com três quartos... Isto estamos a falar na Guiana Francesa, que é um país tropical...que é 80 e tal por cento de humidade... (...) E quinze pessoas dentro de um quarto, de uma casa, em que era uma cozinha... eu tenho aí as filmagens...

*Entrevistadora:* Sim, sim.

*Ricardo:* Só lá estive lá uma semana. Porque ao meu segundo dia, eu disse logo: «Ou vocês tiram-me daqui ou eu vou à embaixada brasileira ou...», que era só atravessar o rio e (...) fugir para o Brasil...Que eu juro-lhe mesmo, eu estava mesmo desesperado... Porque eu ali, naquelas condições, não ficava.

*Entrevistadora:* Claro.

*Ricardo:* Uma só sanita, uma casa de banho que aquilo era... (...) um poliban, isto é, em cimento... (...) Fiquei totalmente traumatizado. (...) Nem consigo falar (...). E também como havia também a tal falta de carácter da entidade patronal em não pagar...e, e abusar das pessoas...e, pronto, e tudo mais. Acabámos por nos vir embora à nossa custa. (...) Abandonados, eu e outro colega, atravessámos a fronteira e fomos pedir ajuda. (...) Puxavam pelas pessoas, não é, exploravam as pessoas (...) e o direito humano ficou para trás. (...)

Após essa experiência, acaba por terminar na área da distribuição como condutor de veículos pesados de mercadorias até ao momento presente. Todavia, entendida como reflexo de uma trajetória de qualificação descendente (face às aptidões que foi reunindo), Ricardo faz-nos um retrato “doloroso” desta última experiência de trabalho (demarcada a prazo), não vendo, por isso, com maus olhos o fim do trabalho. A denegação a que assistimos no seu discurso durante a fase em que nos relata a experiência como motorista mantém-se, aliás, como uma estratégia crucial de preservação, por forma a resistir ao que considerava ser um ritmo de trabalho opressivo e desgastante.

Presentemente, a prioridade – admite – consiste em aproveitar este período de inatividade em família – sabendo dos condicionamentos que, por outro lado, tal acarreta – e porventura, na sequência do apelo familiar para o prosseguimento dos estudos, retomar a sua área de formação. Resta apenas a dúvida – pelo conhecimento que tem de casos próximos – se não será difícil superar a ambivalência de cenários a que hoje assiste – de um lado, a opção pelo investimento em capital escolar num cenário de desvalorização generalizada dos saberes e títulos escolares e, do outro, a manutenção do «status quo» face às possibilidades objetivas de aceder, mais cedo ou mais tarde, a um posto de trabalho.

### **«O pior é que a bolha estoirou...»**

*Entrevistadora:* E como é que passam agora o tempo? Gere bem a situação de desemprego?

*Ricardo:* Sim, este meu último trabalho.... é, é... doloroso. Pior é impossível, não é? Levantar-me todos os dias às quatro da manhã, chegar a casa, em média, por volta das seis, sete da noite...Tenho um filho com cinco meses, não é? Mas...eu não o via. Era chegar a casa, tomar banho, comer e estar só um bocadinho e às quatro da manhã... Isto, de segunda a sábado, não é? (...) Só tinha o domingo para descansar. Às vezes, queríamos jantar fora, não é? E às dez horas já estava eu...pã... Estava: «Eu quero é ir para casa.» (...) O meu filho, hoje em dia, até já me conhece. (...) Precisava era se calhar, de tentar voltar... à eletricidade. Se

calhar tirar outra formação. Tenho é de arranjar um trabalhito ou outro também para compensar monetariamente, não é. (...) O pior é que a bolha estourou. (...) Empancou. Depois é falta de obras públicas, a de obras públicas, a falta de orçamento do Estado em criar trabalhos, não é. Isso...

*Entrevistadora:* Sim, sim.

*Ricardo:* Tudo junto... Claro, o rendimento não é o suficiente para darmos uma estabilidade financeira para aquilo que a gente quer, não é... Sempre... Olhe, e depois também temos que ter uma vida mais controlada. (...) ...nunca tivemos muito o hábito de tipo de ir ao cinema, nem nada. Gostamos de ir ao Porto mas... pronto, agora com o bebé, pronto, estamos um bocadinho mais recatados também porque ele ainda é muito pequenino... Nós tomamos café em casa, comemos em casa, portanto. E aqui, em casa, é tudo muito base da *internet*. É uma plataforma de acesso, não é? Infundável! E do qual a gente... explora, vai explorando, não é? E, pronto, fica a conhecer o mundo..."

\*

Por seu turno, tocando brevemente em dimensões como conjugalidade e a parentalidade, este segundo bloco centra a sua atenção no lado (mais “negro”) das dinâmicas familiares e na problemática do envelhecimento da população (Esteves, 1995; Vasconcelos, 2002).

Não obstante termos dado previamente destaque à importância dos laços de entreajuda e solidariedade familiar entre os elementos dos grupos domésticos inquiridos, talvez importe destacar dois casos de evidente vulnerabilidade emocional e social, com os quais nos deparamos no terreno, e que são ilustrativos do complexos fenómenos de violência e solidão que marcam a nossa sociedade (urbana).

#### **5.4.2.2. Nos trilhos da solidão, da violência e do isolamento**

Com 59 anos, Alice [nome fictício], antiga professora do 1º ciclo, encontra-se, atualmente (em 2014), a viver na casa onde foi criada desde pequena até se casar. Com ela moram a filha mais nova e a neta. Ambas estão separadas.

Ao fim de mais de vinte anos de casamento, Alice decide sair de casa, pondo termo a um ciclo recente de violência doméstica. Esse ciclo corresponde mais ou menos ao período em que vem para a reforma e se dedica (quase) exclusivamente à esfera doméstica e às tarefas do lar. Fase de difícil adaptação, o início da reforma – revela – é vivido com uma certa angústia e tensão. Alice procura, na verdade, lidar de forma criativa com as “rotinas de tempo livre” (Elias e Dunning, 1992), de modo a “contornar” as memórias de um passado muito assinalado pelo ritmo intenso dos horários escolares, pelas boas relações de trabalho e pela troca de afetos com alunos e pais. Mas os seus esforços não são suficientes.

Além do isolamento que sente em casa, vê a participação familiar, em termos de ajudas quotidianas, cada vez mais diminuída, muito embora também lembre que, em período de atividade, nunca foi fácil a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (Guionnet e

Neveu, 2004). A divisão assimétrica das tarefas domésticas foi, aliás, sempre uma realidade presente no seu dia-a-dia e a incorporação dos papéis tradicionais aceite com naturalidade.

É, no entanto, do passado recente que Alice mais direciona o seu discurso durante a nossa entrevista. Fala-nos sobretudo do sentimento de anulação de si mesma numa relação de carácter conflituoso, possessivo e gradualmente problemático. Por fim, confessa, vieram os maus-tratos.

#### **«Era o desânimo já. (...) Mas eu não percebia porquê.»**

*Alice:* Eu tirei o curso e casei passados dois anos. Comecei a trabalhar em setenta e cinco, setenta e seis. (...) E consegui, logo de princípio deslocar-me [para onde ia sendo colocada] Com muita dificuldade, ir e vir todos os dias. Mesmo viajando de camionetas, autocarro e comboio. Houve só um ano que fiquei no Marão isolada, tinha o meu rapaz com cinco anos e estava no infantário. E tinha a minha filha de ano e meio. Ia para lá. Ela ia e vinha comigo. (...) Ainda tive ao início a ajuda minha mãe. Mas, claro, ela depois começou a ter problemas de saúde. (...)

*Entrevistadora:* Pois, pois.

*Alice:* O mais longe que estive assim... mais distante foi... em Penafiel. Penafiel, não centro. Arredores de Penafiel. Paredes, Paços de Ferreira... não centro, para os lados. Tinha transportes mas tinha que apanhar duas camionetas. Nos primeiros anos [de trabalho, estive] pertinho, estive também um ano em Santo Tirso também... (...) Para esses lados fui apanhar professoras muito antigas que ao castigarem os alunos... aquilo não era castigar, era torturá-los. E eu ficava doente. E aí tive problemas. Porque eu própria chamava a Inspeção. (...) Ao ponto de pôr as crianças da quarta classe, como eu cheguei a ver... ajoelhadas em cima de areão de estrada. Uma hora ou duas. Elas ficavam com as mãos todas negras, com piquinhos. (...) Mas, de resto, dei-me sempre bem com as colegas. (...) Sabes, depois havia muito material que éramos nós que o fazíamos. (...) Aumentávamos mais as imagens, dávamos-lhes umas pinturas diferentes e plastificávamos. (...). Eu perdi muito material porque emprestei a colegas. Que se baldaram e depois no fim do ano...

*Entrevistadora:* Não entregaram. [risos]

*Alice:* Mas pronto. Também não há problema. Por exemplo, no Magistério [Primário] fizemos os sinais de trânsito todos com papel de veludo branco, azul, preto e vermelho. Aquele material era todo muito estimadinho para dar ao longo da carreira. Só tenho dois. (...) Mas tinha a minha sala sempre impecável. E dava ideias aos colegas. Mesmo quando as escolas eram velhas, onde eu estivesse, aquilo tinha luz, tinha cores, era mesmo uma escola. Dava muito trabalhinho mas pronto. (...) Sempre uma vida a trabalhar. E depois era a casa (...) Comprei uma moradia, por ter mais espaço. Mas hoje estou arrependida, estou. Meti-me numa casa grande para ter mais espaço para os meninos. Os meninos meteram-se lá nos escuteiros com catorze, quinze, dezasseis, sabes como é? As festinhas a, bê, cê e já pouco brincavam. Era cama, aulas, aulas, cama. O que era, era uma casa grande para jogar um bocado à bola com eles às vezes e tal e foi enquanto deu. E depois era uma casa grande com um espaço enorme. Que, depois, os dois ali dentro, sabes como é? (...) Andei sempre à volta deles. (...) Para o fim, já não suportava a casa.

*Entrevistadora:* Não?

*Alice:* Quando vim embora. Eu limpava a casa, limpava os vidros, naquelas limpezas que se costuma fazer aos fins-de-semana. Para mim, já era igual, sábado ou segunda. A minha casa era como um espelho. Mas eu fui sempre assim. Não é para me gabar mas fui... E ... começou-me a entristecer a casa. Tanto que eu dizia para ele [o marido]: «Ó N. ainda agora limpei tudo mas dá-me a sensação que a casa está cheia de pó.», «Tu és doida. Não tem pó nenhum mulher.», «Mas tu não achas?» Percebes? Era assim, aquela, aquela... Era, era o desânimo já. (...) Mas eu não percebia porquê. Percebes? Ao ponto de: «Apetece-me dar uma volta mas não queria que fosses comigo. Podias-me levar e deixar ficar lá. Deixa-me ficar uma hora, duas, três. Deixa-me aliviar.» Eu não sabia... Sentia-me muito triste mas não sabia o que tinha. (...) Foi quando ele começou-me a dizer: «Eu levo-te. Podes ficar lá cinco ou seis horas, não há problema nenhum. Mas se não voltares era o ideal. Assim fico com a tua reforma e com os teus bens.»

*Entrevistadora:* Pois, pois

*Alice:* E aquilo hoje e aquilo passados oito dias... e o controle, e o ver a casa, e ver o que estava a fazer. Era: «E onde vais?» Ia ao Maia Shopping. Às vezes faltava o leite. E ele dizia que a filha que fosse buscar. E ela ia buscar, como é lógico. E eu: «Anda comigo?» Ou estava no futebol ou a ver televisão. (...) E passados nem três quartos de hora já me estava a ligar a perguntar se eu demorava muito para vir para casa. A filha nem percebia. Quando

descobriu foi um choque enquanto mulher e mãe. (...) Eu tirei-as do perigo e saí. Mas, sabes, quando saí já estava tão magoada com ele... (...) Eu consegui segurar o meu casamento durante um ano mas a partir de meio ano, quando ele começa a partir para a agressão, eu não aguentei mais. E pensei: «A minha mãe criou-me com tanto carinho e com tanta dificuldade, só me deu um chapo uma vez, porque é que eu agora, na fase da minha velhice, os filhos já crescidos e adultos...» um tinha trinta e seis e ela trinta «... hã, estou a ser espancada por uma pessoa como esta?».

Em clara rutura com o a fase do ciclo de vida familiar precedente (Lambert, 2012; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997), não obstante se encontrar ainda marcada pelo medo e pela mágoa, Alice tenta quebrar as barreiras do isolamento. Decide, desde que veio morar para a Gandra, dedicar-se ao trabalho voluntário (*atividade intermédia de tempo*) numa instituição local, prestando apoio diário à população mais idosa.

Perante o assinalável panorama de envelhecimento a que o território tem estado sujeito, ao longo do tempo, e a reconhecida urgência do tecido institucional em garantir, localmente, o auxílio às faixas etárias mais envelhecidas da freguesia, a antiga professora – outrora, habituada ao mundo infantil – oferece agora parte dos seus préstimos a um Centro de Dia local, preocupando-se em garantir as necessidades básicas do dia-a-dia dos seus utentes. Paradoxalmente, dedica parte do seu “tempo livre” a combater os efeitos do (visível) isolamento a que muitos deles estão “condenados” presentemente.

*Entrevistadora:* E porque decide ser voluntária aqui? Como é que conhece a associação?

*Alice:* Primeiro, para ocupar o tempo. Senão a cabeça... Segundo, porque os meus sogros estiveram aqui algum tempo. Já conhecia a «casa». Estou aqui há dois meses. Gosto de estar aqui. (...) Eles sentem-se sozinhos. Gostam de conversar. (...) Tenho muito respeito pelos mais velhos. (...) Os velhinhos já estão a começar lentamente a partir, ficaram os filhos e os filhos já tiveram os filhos. E a gente já começa a conhecer a geração seguinte. É. Muitos já me conhecem há muito tempo, na minha rua então... Mas já me vieram pedir para ir para outro lado, para o privado. Eu disse que não. (...) A minha mãe esteve no privado não é, e estive lá sete anos também a dar apoio. Mas acho que eles precisam mais de mim aqui do que lá. Lá tem muitas funcionárias. E há dinheiro.

\*

Uma dessas utentes, que frequenta o Centro de Dia, é, precisamente, Ermelinda [nome fictício], de 88 anos de idade (em 2014), residente há cerca de 20 anos na Gandra. Tendo vivido uma parte da sua vida entre Porto (Campanhã) e Ermesinde, uma vez que o marido era ferroviário, encontra-se a viver sozinha há cerca de sete anos, altura em que fica viúva.

Dos tempos vividos em Campanhã, numa típica “ilha” da cidade, Ermelinda recorda com muito agrado o local esteve, apesar de admitir que a antiga residência não tinha as necessárias condições de habitabilidade e de conforto – sobretudo quando comparadas com as da atual habitação. Ainda assim, afirma ter sido muito feliz nessa altura, dados os fortes laços de solidariedade e entajuda que estabeleceu com a vizinhança.

No entanto, ela e o marido tiveram sempre a aspiração de comprar uma casa. Todos os esforços de uma vida em conjunto foram feitos para a compra do apartamento, um pequeno T2

com quarto de banho privativo (destaca!), sendo este investimento atingido apenas, praticamente, no fim de ciclo de vida.

Com a morte do marido, o que é facto é que Ermelinda entra num período de depressão e de grande isolamento, uma vez que também a erosão dos vínculos familiares se foi dilatando no decurso da sua trajetória. Esta “erosão”, da qual praticamente não nos fala, acabou por contribuir para a grande incidência da solidão no seu dia-a-dia – traduzida, como é sabido, muitas vezes, nestas faixas etárias, em “formas solitárias de habitação” (Esteves, 1995).

Esse isolamento foi somente ultrapassado pela frequência recente do Centro de Dia, onde se sente hoje bem acolhida e apoiada. Gosta, particularmente, de ler e de participar nos convívios/passeios promovidos pela instituição. Diz, aliás, que esse momento de entrada foi decisivo para o potenciar do gosto pela vida e para a recuperação da importância do lazer e da ocupação (útil) do tempo – apesar de afirmar também que a condição de idoso é muito ingrata nos dias de hoje. Além do mais, o seu presente vê-se assolado devido aos problemas financeiros do seu descendente (a quem quis transmitir e assegurar parte do património adquirido) – facto que lhe causa muita angústia. Com a entrada quase certa do filho num regime da insolvência, o seu futuro está, deste modo, assombrado pela eventual venda e/ou expropriação forçada do património.

**«Custa muito a solidão (...) Ninguém quer velhos, ninguém quer andar com velhos.»**

*Ermelinda:* Eu moro sozinha. (...) Estive sempre (...) à beira do marido. (...) Quando viemos para o Porto, gostei muito. (...) Os vizinhos também eram boas pessoas... As pessoas do Porto são mais populares do que aqui. É. (...) São mais prestáveis, mais dadas. (...) Lá no Porto não tínhamos condições, não tínhamos quarto de banho, só... era na rua, tínhamos quarto de banho, mas era cá fora. Era tipo *ilha*. E depois a gente juntámos um dinheirinho, ele fazia muitas horas lá [na CP], juntei dinheiro e depois comprámos a casa a pronto pagamento (...) Dou-me bem com todos, agora. Toda a gente me estima bem. Sou a pessoa mais velha do prédio. (...) Pena é que tenho de pagar condomínio, mas... E as escadas (...) [...]

*Entrevistadora:* E há quanto tempo está aqui? Porque é que veio para cá?

*Ermelinda:* Há sete anos, foi quando o meu marido morreu. Foi o não estar sozinha... Eu só chorava em casa e muitas vezes fazia comer, outras vezes não fazia... Depois vim para aqui, foi o meu bem. (...) Sozinha... Custa muito a solidão. Aqui está-se muito bem, no convívio e estimam-me muito bem aqui... É o paraíso, é muito bom. (...) Mas passeamos, levam-nos a passear, ainda agora fizemos a praia, cinco dias... da parte da manhã estávamos lá na praia, de tarde corremos tudo, fomos à bola, fomos ao cais de Gaia, fomos à Ribeira...

*Entrevistadora:* E dá-se bem aqui com o pessoal?

*Ermelinda:* Às vezes chamam-nos rabugentos, como se fôssemos ruins de aturar. Mas estou bem. Não faço nada. Só às vezes acendo o fogão, às vezes para fazer um cafezinho ou um chazinho. E aqui até dão a comida para levar ao fim de semana quem está sozinho, dão comidinha para a gente levar. É muito bom.

*Entrevistadora:* E o seu filho? Não mora cá?

*Ermelinda:* O meu filho está muito longe... Está em Bragança. Está desempregado, não pode vir assim muitas vezes. Mas também acho que não quer saber... Ninguém quer velhos, ninguém quer andar com velhos. Não é verdade menina? (...) Já vai com a quarta mulher, já deu cabo da vida dele e deu cabo da minha. Fiz as partilhas quando morreu o meu marido (...) Quis repartir... (...) Foi dividida por três, para mim e para uma neta que tenho...é assim como a menina. Agora o apartamento está hipotecado. Olhe, fez dívidas, foram em cima da parte dele, agora nem que eu precisasse de vender já não posso, estou sujeita a ir para a rua, estou para aqui uma triste. (...) Fiz mal em repartir, não sabia, não sabia o que me aconteceu, escusava de ter feito as partilhas, já não me faziam isso, ele fez as dívidas e vieram em cima do quinhão dele, da parte dele... Agora a casa está hipotecada... E agora está sempre a vencer juros, com certeza. Já não me vai tocar nada a mim, nem a minha neta. Destruíu a minha vida e a da minha neta, estragou tudo.”

## **5.5. Família, Alojamento e o “quarteirão”: o quadro geral das sociabilidades locais**

### **5.5.1. As relações de bairro: a importância do interconhecimento e da afinidade local**

Num quadro local conhecido por fortes recomposições sociais e territoriais, o retrato feito pelos seus residentes acerca das dinâmicas gerais de relacionamento tem sido, como já o dissemos (brevemente) em outras ocasiões, pautado pelo reconhecimento genérico de que o lugar da Gandra, face a outros contextos semelhantes ou espaços da freguesia, representa uma área que, mesmo sob traços de profunda transformação e de acentuada mobilidade residencial de seus habitantes, vai predominando (ainda) uma lógica de “bairro” e onde, nas relações sociais locais de vizinhança, persistem traços do efeito do controlo ecológico (Voyé e Rémy, 1974,1992).

Sendo certo que, por força da antiguidade do seu povoamento, dos moldes locais de estruturação da atividade económica e da rede de acessibilidades implementada, o lugar da Gandra, passou a constituir um cenário de *familiaridade* onde se estruturaram percursos de vida, se adensaram práticas e vivências do quotidiano dos seus residentes, se inscreveram trajetos de trabalho, formando, assim, um ponto de múltiplos (re)encontros e interação, mas também de procura de bens e serviços e de desenvolvimento de estratégias de consumo – processos todos eles fundamentais para afirmação identitária do território e para a definição dos “efeitos de lugar” (Bourdieu, 1997) em espaço de interconhecimento local – importa destacar que a afinidade local, daquilo que nos pudemos aperceber pôde ser “mensurável” a partir de duas grandes evidências.

Em primeiro lugar, do ponto de vista sociabilitário, o lugar em causa não deixou de ser animado por imensas relações de vizinhança entre os vários residentes que foram para lá residir e, na maioria dos casos, constituir família. O destaque vai, inclusive, para a animação proporcionada pelos filhos dos “primeiros” residentes (aquando do processo de arranque das vagas migratórias iniciais) e para a composição social relativamente jovem do território. Por outro lado, a avaliação geral do quadro representacional das famílias inquiridas, em especial daquelas com maior tempo de residência, aponta para que, de facto, a morfologia das suas práticas sociais estivesse assente, na sua perspetiva, em normas supostamente “uniformes”, ajudando a “fabricar” um certo quadro de vida local “harmonioso” (Cartier *et al*, 2008).

Em segundo lugar, enquanto espaço de autoctonia e de reconhecimento mútuo, a importância das redes de interconhecimento (em alguns casos, de cariz mais associativo,



em outros, de pendor informal) revelou-se, como vimos ao longo do trabalho, fundamental enquanto ponto de ancoragem e de vinculação ao território. Recorde-se o próprio leque de referências formulado, por vários residentes, sobre a importância dos mecanismos relacionais e simbólicos envolvidos na instalação de alguns dos equipamentos do tecido institucional – muitos deles cruciais, enquanto dispositivos de afirmação pessoal e coletiva e de pontos de “ritual de passagem” em determinadas fases do ciclo de vida.

“(…) Aqui era só gente da terra. Pessoas da terra. Pronto, aqui estavam, naquelas casinhas mais pequeninas. Moravam os filhos com os pais e era aquela coisa assim. (…)”

Grupo Doméstico 6, residente na atual habitação há 45 anos

“(…) Quando eu vim para cá, havia ali na praceta [Praça 1º de Maio] um parque infantil. A minha filha quando chegou aqui disse logo: «Mãe! Mãe! Quero ficar aqui, quero ficar aqui!» Tinha um parque para brincar, elas iam para lá brincar, à noite e tudo. Não havia perigo. Havia muita criança. (…)”

Grupo Doméstico 5, residente na atual habitação há 26 anos

“No meu tempo de infância havia um ringue, era na Praceta Sá da Bandeira. Onde está aquela zona de arvoredo, no meio? Era um ringue. E os rapazes jogavam ali futebol. Era à noite. E eu também.”

Grupo Doméstico 25, residente na atual habitação há 24 anos

“(…) Era uma vizinhança sadia. (…) Éramos nascidos e criados aqui. Cada um metia-se na sua vida, não havia problemas. Hoje não é assim. É um xirixixi nestes prédios multihabitacionais... mais do que havia naquele tempo. Hoje há, hoje há muito xirixi... Não tenha dúvidas! (…)”

Grupo doméstico 11, residente na atual habitação há 25 anos

“(…) Recorda-me os bailes de garagem. Era muito bonito, os bailes de garagem. [risos] Depois vieram as discotecas, mais tarde, não é? Pouco, pouco mais tarde. Mas... mas o baile de garagem era muito lindo, aquelas festas em que todos nós levávamos uma multa, um bolo, as, as bebidas.....depois juntava-se tudo. No Carnaval, no São João... Era muito bonito. (…) Olhe, eu conheço o meu marido porque, aqui na Rua de Diu há uma sede recreativa [ADRG] ... Pronto, e nós íamos para lá porque havia cinema ao sábado...Era para onde ia a juventude. Eu ia com a minha irmã para lá. Muito tímida, que eu sempre fui muito tímida, e lá conheço o meu marido.”

Grupo doméstico 29, residente na atual habitação há 26 anos

“(…) Também cheguei a participar em miúdo no futebol, mas mais no rancho, (…) ... Os jovens, como eu na altura, quando nos dedicávamos e íamos para a associação, se calhar era porque tínhamos lá uma mesa de pingue-pongue, jogava-se pingue-pongue e outros desportos. (…) Mas acho que [a associação ADRG] devia virar um bocado também para isso. (…) Tem que estar virada para o desporto, para a cultura, só que tem de ter outras coisas. Outro tipo de entretenimento para chamar lá... os mais novos.”

Grupo Doméstico 27, residente na atual habitação 30 anos

Porém, também é verdade que, sob esse cenário de relativo interconhecimento, o presente permanece marcado, de forma ambivalente, por uma forte ênfase dada às “tensões” no espaço de vizinhança. A explicação para esses “conflitos” – afirmam os residentes que tivemos oportunidade de entrevistar – relaciona-se, fundamentalmente, com a entrada sucessiva de novos moradores, em especial na última década, que, não obstante os laços de enraizamento, entretanto, criados com o lugar, continuam a ser “mal vistos” pelos residentes mais antigos, dadas as suas visíveis “diferenças” em matéria de

propriedades sociais, de normas e valores, de usos, etc. (Cartier *et al*, 2008; Magri, 1993; (Chamboredon e Lemaire, 1970; Preteceille, 1995).

Esta mudança no espaço social local é, na verdade, vincadamente evocada nos seus discursos e até tida como algo de recente – daí que o passado seja continuamente lembrado de forma muito positiva – porém, uma análise mais rigorosa permite-nos verificar que, ao longo do processo recomposição do próprio lugar, subsistiram tensões latentes que importa conhecer.

### **5.5.2. As tensas relações de vizinhança: modos de diferenciação perante a “recente” “desqualificação do lugar”.**

Não obstante o facto de termos atestado, ao longo da nossa pesquisa, a presença de traços de uma relativa dependência objetiva ao lugar por parte dos agentes/grupos domésticos e de ligação subjetiva ao espaço local, muito por força das redes de relação, entretanto, criadas no decurso do tempo<sup>238</sup> – algo que, à partida, até nos poderia levar a equacionar que, de outro modo, estaríamos perante cenário de elevado grau de integração social (ausente, portanto, de episódios de conflitualidade) – o que se verificou é que, subjacente a esse quadro geral de reforço dos vínculos entre os habitantes e o espaço em análise,<sup>239</sup> existiu sempre uma tensão latente entre os diferentes moradores nos vários períodos e/ou vagas de ocupação a que o lugar foi estando submetido.

Referimo-nos, de facto, a antagonismos ancorados em evidentes divisões sociais e culturais (embora nunca demasiadamente manifestos), que, ao longo do tempo, foram colocando em confronto disposições, práticas, normas e valores entre os diferentes grupos de moradores. Em jogo estiveram quase sempre disputas simbólicas decorrentes da noção de pertença “legítima” ou “ilegítima” ao lugar e, por outra, “imposições” praticamente hegemónicas de determinados valores no quadro de vida local, de modos de habitar e vivenciar o espaço (Pinçon, 1981; Pinçon-Charlot *et al*, 1986; Champagne, 2000; Elias, 2000).

Isso ficou, aliás, bem patente, aquando da nossa reflexão sobre o período de arranque do processo de urbanização do lugar, no começo dos anos 1950, dado que, logo aí, se sentiram as mudanças no perfil das sociabilidades de proximidade existente. Recorde-se que, encarado pelos primeiros moradores, como sinónimo de perda e

---

<sup>238</sup> Ver a respeito a análise das modalidades de inserção no território dos vários grupos.

<sup>239</sup> Apesar de o enfoque estar hoje, como veremos adiante, mais direcionado para os “novos ocupantes”.

destruição dos modos de socialização anteriores – mais favoráveis à apreciação do valor fundiário – este processo, ao qual estiveram associadas as primeiras vagas de imigração, inicia um dos primeiros “conflitos” no espaço social local (cf. ponto 3.4.1. do Capítulo II).

No entanto, deve-se acrescentar que, à medida que o lugar conhece um crescente e intenso processo de densificação habitacional, e se acentuam, por isso, os índices de coabitação residencial e “proximidade física”, foram-se consolidando outras clivagens importantes (Chamboredon e Lemaire, 1970). De facto, verificou-se que a convivência entre os residentes – “instalados” ao longo das duas décadas seguintes – e os “retornados” (vindos das ex-colónias) e também os emigrantes (regressados após a vaga emigratória da década de 60 e 70) não terá sido, logo de início, excessivamente harmoniosa.

Responsáveis, “aos olhos” dos antigos moradores, pela profunda alteração na paisagem física e social do território – dado que, associados a estes movimentos migratórios assiste-se, necessariamente, à inclusão de novos valores e padrões de comportamentos, distintas lógicas de produção e de consumo e práticas de mobilidade dissemelhantes (Pinto, 1997) – estes novos residentes (portadores de práticas culturais e modos de estar bem distinto) sentem, aquando da sua entrada no lugar, os constrangimentos de um quadro local limitado por um conjunto de normas próprias de sociabilidades (implicitamente aceites pela comunidade). Daí que a descrição das distâncias (reais) – entre aqueles que, à época, eram (socialmente) mais afastados, como aqueles que se encontravam “artificialmente” mais próximos (Idem: p.18) – permaneça, até hoje, bem viva.

Estes residentes não esquecem, por isso, de um lado, a fase de instalação no lugar (e também no país), a relação primária (e difícil) com o alojamento e o “quarteirão”, e do outro lado, a “estranheza” com que foram avaliados pela vizinhança mais próxima.

Analogamente, identificam, logo aí, as diferenças existentes no plano das práticas e das aspirações sociais – nomeadamente, as notórias diferenças de “estilos de vida”, traduzidas no uso social mais alargado do tempo livre, nas maiores oportunidades de ocupação (face uma condição económica mais estável) e de índices de participação no “espaço público” (Bihr, 2008; Épinay, 1993).

*“Entrevistada:* Teve que vir toda a gente [de Angola]. O meu cunhado e as miúdas...o meu irmão ainda ficou lá, o meu marido também a verem o que é que aquilo dava... (...) Quando tentamos arranjar casa, o prédio ainda estava em construção. E construtor ficou assim um bocado impressionado de nós termos vindo de lá a correr. Foi das poucas pessoas que ficou com vontade de nos ajudar, que ninguém queria nada connosco...

*Entrevistadora:* Não queriam?

*Entrevistada:* Não. As pessoas foram muito mal recebidas. Até pela própria família! (...) Alguns familiares, é assim, viam-nos assim como aqueles parentes pobres, coitadinhos, que vieram corridos de lá. E então, quer dizer, não nos tratavam mal mas a gente notava... a diferença. Havia muita diferença. Muita diferença. (...) De maneira que... Mas o construtor disse-nos: «Mas eu tenho aquele [prédio] ali de lado, que já está tudo pronto, já tudo vendido mas a parte de baixo...» que era um estabelecimento «...se vocês quiserem mudar para lá, para aquele armazém.» Olhe, o meu pai disse logo: «Eu aceito. Nem é tarde, nem é cedo. Eu, com uns caixotes, faço aí umas coisas.» Olhe, e fomos para lá viver. Eu e o meu pai e as minhas filhas. O meu irmão e a minha cunhada, mais tarde, também foram para lá para o armazém. Eles também foram para lá dormir e comer... A minha mãe foi à feira e comprou uns tecidos assim floridos e o meu pai pôs assim uns arames...

*Entrevistadora:* Para fazer a divisória.

*Entrevistada:*... para fazer divisórias e tal. E fez um género de cozinha. Uma cozinha?! Assim uma coisa... comprámos um fogão, não é. Tínhamos que comprar um fogão. Claro, tudo um bocado improvisado. Tudo improvisado. As nossas cadeiras eram feitas com bancos de tábuas, de coisas que a gente tinha trazido de lá, com caixotes. Com aquelas tábuas o meu pai fez uns bancos (...) e fez uma mesa para comermos. E ainda tivemos praí quase um ano. (...) Ainda tenho, assim, aqueles caderninhos (...) onde apontava tudo o que a gente gastava Não foi fácil. (...) Sabe que ali no Bairro Administrativo [de Ermesinde] também ... Mas eu, por acaso, adotava sempre esta política (...) as pessoas vinham lá para ser atendidas e para tratar dos assuntos e depois diziam: «Ai, não sei quê, porque fizeram queixa, são lá uns estupores de uns retornados que vieram não sei de quê!» E eu logo assim: «Ai, esses gajos são mesmo bandidos!», dizia logo assim: «Ai, é? São retornados, são? É pá, isso é mesmo uma corja e tal.» E a minha colega, que veio de Moçambique, a M. era: «Ah, não digas isso!» E eu: «Digo, digo.» E ela depois, às vezes ela dizia assim: «Ela também veio de lá!» E elas ficavam assim, dizia: «Ai, desculpe minha senhora! Que não são todos, são só alguns!» E eu dizia: «Pois, não. São todos como aqui, também não são todas boas pessoas, as que estão cá, são só algumas e outras são más!...»

Grupo doméstico 9, residente na atual habitação há 35 anos

*“Pai:* A Gandra era uma zona até com um certo... havia estes edifícios que já eram um bocadito mais antigos, mas era uma zona...muito recente e muito, vamos lá ver de gente muito boa. Muito boa mesmo. Lá está, as pessoas que vieram do interior... há? Que vieram para cá trabalhar tinham, pronto, uma certa humildade e pessoas muito boas, muito boas. (...) E era uma zona muito calma. (...) Só que a nossa relação com a vizinhança era muito curta. (...) Porque éramos diferentes. Porquê? Porque os nossos hábitos eram diferentes dos dos outros, não é? Enquanto... as pessoas não saíam à rua porque a situação económica também era um bocado diferente, as pessoas não iam... o marido ia ao café, a mulher ficava a tricotar ou a fazer qualquer coisa em casa, a lavar a loiça (...) a lavar a roupa ou a passar o ferro. (...) E nós convivíamos mais, nós íamos a casa deste, íamos a casa daquele... A nossa convivência era, basicamente, com pessoas que vieram de lá de fora também. (...) E depois... lá na Venezuela o sistema de vida era totalmente diferente. Você, com uma *t-shirt* e um calção, dava para andar todo o ano. (...) É evidente que nós tínhamos roupa...para ir a festas e... (...) mas não precisávamos de comprar roupa de inverno (...) e roupa de verão (...) ...Não tinham carro, nós tínhamos carro. Passeávamos mais, as pessoas estavam mais dentro de casa. As pessoas punham-se a espreitar à janela ... ou seja, era totalmente diferente. Hoje em dia, eh, o pessoal é, acho que é demais até...

*Entrevistadora:* Pois. Exatamente.

*Filha:* Aqui as pessoas eram muito pouco simpáticas. (...) Eu lembro-me que não fui muito bem aceite por causa da língua, não é? Havia um bocado o gozo de eu ter...

*Pai:* Há sempre a rejeição.

*Filha:* Eu brincava com os miúdos aqui da frente, queria muito ir para a rua, mas depois eles também não me aceitavam muito bem. (...) Mas mesmo assim nós não temos problemas com os vizinhos do prédio. Ainda se vão mantendo alguns vizinhos do antigamente.”

Grupo Doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

Como percebemos pelos depoimentos, estabelecidas as distâncias – definidoras material e simbolicamente dos espaços de pertença e não pertença – e que, vão ajudar a alimentar, de forma eficaz, os sistemas (diferenciais e hierarquizados) de catalogação ou classificação social, – será de referir que, para lá de estar assente em elementos como a *língua* ou os *usos e costumes*, por exemplo, este processo de demarcação foi tendo implícito a ideia de distintividade social dos grupos (Elias, 2000).

E sobre este ponto, entenda-se, o fortalecimento do sentido de afiliação dos vários grupos (e das suas referências socioculturais) permitirá definir, desde logo, algumas fronteiras nos campos de sociabilidade primários. Veja-se como, em certos grupos domésticos, a dada altura, a rede de relações estabelecidas no estrangeiro – e, por efeito, as oportunidades de reencontro instituídas no quadro das atividades de lazer – vai ser crucial no processo de ancoragem ao território e de inserção urbana, servindo de instrumento (muito) viável para garantir, de alguma forma, a integração social (mais alargada) destes residentes; embora ela signifique, por outro lado, uma espécie de “fechamento” das relações sociais.

“Agora estou mais reservada. Tenho uma amiga desde que vim para aqui, ainda hoje me acompanha. É, é a minha amiga de todos os momentos. Com quem vou ao café, encontramos-nos, falámos e vou a casa dela e ela vem à minha. (...) Nós, sempre que pudemos, vamos a Castelo Branco ver uma colega de lá, vamos sempre vê-la. E umas amigas da minha sogra que foram a favor de nós [do casamento] e com quem chegámos a conviver em Moçambique. (...) Olhe e quando andava no ginásio, saía com uma colega e com colegas que eu tinha no Porto que vieram de Moçambique, era onde encontrávamo-nos e saía, dávamos os nossos passeios. Agora menos, mas ainda as vou vendo.”

Grupo doméstico 3, residente na atual habitação há 28 anos

Ao mesmo tempo – e atendendo ao facto de que, em igual período, e nas décadas subsequentes, o lugar acaba por acolher parte da corrente imigratória (verificada em contexto nacional) de indivíduos originários dos países africanos de expressão portuguesa<sup>240</sup> (Pinto, 1997); e, por outro lado, por força da dinamização do comércio local, o lugar também tende a alojar cada vez mais membros de etnia cigana – não podemos de deixar de enunciar a instalação de *novas* lógicas de divisão e de diferenciação no plano das sociabilidades – agora segundo critérios como a *etnia*.

Menorizando, ou se quisermos “ocultando”, *velhas* distâncias encontradas no passado, vemos que estas lógicas de demarcação são, basicamente, dotadas de um duplo sentido – isto é, a própria definição e formação do *endogrupo* (falsamente homogéneo, como é sabido) só se tende a estreitar e consolidar, através de laços “artificiais” de vicinalidade, em circunstâncias de confronto “próximo” com um outro *exogrupo*, agora “desconhecido”, e responsabilizado pelos processos de fragilização económica e social do lugar. Todavia, como sabemos, trata-se de um jogo de diferenciais de poder e de questões de dominação profundamente enraizados em lógicas de distinção social.

“Entrevistado: Olhe, isto está muito descaracterizado. Porque isto antigamente eram pessoas de nível superior... agora já... Aquele prédio em frente já esteve todo cheio de pretos. Eu não tenho nada contra... nem sou racista, até me dou com eles, mas era sempre uma pouca-vergonha ali, depois vinham cá para fora, faziam barulho. Agora, também pouco melhor é. E, ...

Entrevistadora: Mas a composição das pessoas foi mudando?

---

<sup>240</sup> Passando aliás, o nosso país a ser, neste plano, recetor de mão-de-obra estrangeira.

*Entrevistado:* Agora, agora é diferente. Naquele tempo, era gente muito, muito, muito, muito boa mesmo. Tudo o que está aí é gente nova. (...) Até temos lá em baixo, no gaveto, não naquele café, que esse não foi meu, o de baixo, onde está o *Galo de Ouro*, na parte de baixo... (...) dizem que nesse café que, enfim, que há para lá trapalhadas, aborrecimentos... Eu não sei, eu não vi e, portanto, não posso fazer afirmações. Mas eu não gosto. Eu, como lhe digo, meto-me no carrinho, abro o portãozinho elétrico e quando saio, saio e acabou.”

Grupo doméstico 16, residente na atual habitação há 39 anos

“Aquele jardim no largo [1º de Maio], não é? Até tem uma senhora, uma Nossa Senhora, não é... Tem ali um jardim, ali uma coisa, e na Gandra é o que temos. Mas agora até nem se pode ir para lá. Isto em *off*, não é? Isto em *off*, ali é só ciganos, segundo parece. Portanto... Eu não sou racista, atenção! Até porque tive alguns amigos dessa raça, não é? Mas a gente sabe como é que eles se portam... A gente vê, quem tiver televisão, vê aquilo que se passa, por exemplo, em Lisboa, não é? Naquela zona de Chelas, naquela... Em que aquilo é, é, é uma... é uma coisa que eu não podia viver no meio de semelhante coisa, não é? (...) Não há segurança nenhuma. As pessoas estão sujeitas a levar um tiro, sem saber E, portanto, aqui não, não havia muito isso, mas agora há. (...) Porque eles [os ciganos] chegam, compram [casa], pagam e ninguém vai negar ... Quer dizer, chega lá o dinheiro, vende.”

Grupo Doméstico 10, residente na atual habitação há 37 anos

“Umás pessoas entravam, outras saíam e tal, assim... Até que, atualmente, eu acho que a Praceta [de Moçambique], eh, já não se passa tanto... Isto para já, esta zona da rua da Gandra, para mim, já parece um bairro social. Verdade seja dita, não é? Porque cada vez mais foi regredindo, regredindo, diminuindo, diminuindo, diminuindo e as casas... Quer dizer, é um lugar de casas que as pessoas já começam a alugar casas, depois vêm para aqui, não é? Começam... (...) Se calhar, foi em inícios de 2000, isto começou a partir dos anos 2000. (...) Desde que as pessoas que moravam no Bairro das Saibreiras [*bairro social praticamente contíguo ao lugar*], deixaram de morar no bairro e vieram morar para aqui, quando as rendas começaram a ficar mais baratas. E depois pessoas a irem embora, pessoas a falecerem, não é?”

Grupo Doméstico 21, residente na atual habitação há 2 anos

Socorrendo-nos dos contributos de Elias, a propósito da sua reflexão acerca dos fatores poderosos de estratificação social das comunidades – e de que são exemplo, quer o tempo de residência, quer os distintos padrões de ocupação do espaço ou, ainda, as desiguais propriedades sociais dos residentes – podemos estabelecer, também neste plano, uma certa analogia com o espaço social local, de modo a melhor entendermos as sucessivas fronteiras (fonte de inclusões e exclusões funcionais).

É, pois, exequível, identificar, desta forma, dois grandes grupos, no cenário local de relações sociais, onde vigoram nítidos padrões de “estigmatização relacional”. O grupo dos “*established*” – aqueles que, ocupando uma posição de maior prestígio e poder, dominam – e o dos “*outsiders*” – aqueles que, por não partilharem os mesmos códigos, práticas e disposições, vão sendo continuamente estigmatizados (2000: p.7).

Além do mais, ainda que pudessem ser apenas entendidas no plano étnico ou racial, estas divisões – também elas assentes em diferenças sociais e residenciais –, não deixam de traduzir a complexidade inerente às distintas trajetórias sociais, familiares e profissionais presentes no “lugar”.

Por isso, impõe-se a questão: será que não devemos olhar para o modo como o território se tem recomposto à luz das divisões que, por exemplo, no campo residencial e na área envolvente da habitação, se têm gerado? Julgamos que este poderá ser, na verdade, um exercício pertinente se quisermos aprofundar a nossa leitura sobre as relações entre

morfologia urbana/territorial e transformação social ou conhecer, com mais acuidade, as profundas divisões do tecido social (sub)urbano.

Para lá da degradação dos elementos ambientais e infraestruturais do lugar – ancorados no reconhecido envelhecimento do edificado, na ausência de espaços verdes e dos problemas da morfologia urbana – questões essas, aliás, recorrentemente destacadas pelas várias gerações de residentes (cf. ponto 3.4. do Capítulo III) – e que, ao mesmo tempo, nos dizem muito sobre a *imagem* tida acerca da freguesia e das *tomadas de posição simbólico-ideológicas* em relação ao “bairro” ou ao “quarteirão” – devemos olhar, por sua vez, para os conflitos latentes e manifestos entre os moradores também sob o *prisma* das alterações sentidas na atividade económica regional e local e, ao mesmo tempo, das suas trajetórias de mobilidade.

A perceção de que a freguesia é marcada, na atualidade, por um quadro de divisão territorial (social) entre os núcleos habitacionais mais e menos “privilegiados” e que, de alguma forma, o lugar da Gandra – devido à sua antiguidade e à entrada de “novos ocupantes” – entrou, desde algum tempo, num processo de “desqualificação” residencial e social, e que, inclusivamente, se constituiu como um espaço de tráfico e consumo de droga e de violência urbana, obriga-nos a recordar os efeitos que, ao longo do tempo, as próprias (re)configurações das posições residenciais atingidas pelos grupos domésticos<sup>241</sup> assumem nas principais modalidades de representação e classificação de distinção.

Se olharmos, de facto, de um lado, para o modo como trabalho e alojamento constituíram elementos fundamentais na construção nesse quadro de configuração das posições (e que a distintas disposições se conjugaram diversos arranjos de acordo com o apelo e/ou inserção profissional e ciclo de vida familiar), e, do outro lado, para o modo como são profundos os modos de (di)visão entre os grupos sociais relativamente à atual posição residencial, talvez possamos encontrar parte das respostas.

Indício de mudança de posição social, a residência (e o seu valor), sendo um elemento indissociavelmente económico e simbólico e, similarmente, dispositivo de distinção na área de inserção, deve-nos fazer repensar os processos de clivagens presentes à escala do “quarteirão”, muitas vezes, também eles associados a diferentes projetos residenciais encetados pelos indivíduos (Magri, 1993: pp.152-153).

“Agora, como digo, já há muita gente nova, [na rua e nos prédios vizinhos] porque uns saíram... Estiveram aqui muitos anos, mas, depois, pronto, saíram, construíram a sua uma moradia, foram para lá viver. Havia ali um outro senhor que também quando construiu ali, foi para lá para os Montes da Costa, pronto. (...) Senhores que eram

---

<sup>241</sup> Num quadro geral, como vimos, de forte transformação na relação com a habitação (cf. ponto 5.1. do presente capítulo).

enfermeiros também... o filho estava na universidade, tinha uma prima que esteve aí também, ela também era enfermeira, que a prima comprou um andar ali Maia num prédio também acabado de construir e, pronto, disse à tia: «Podem vir...» e compraram as duas, eh, cada uma, o seu andar, foram para lá. (...) Ainda andámos aqui, o ano passado e tal, mas não, é tudo muito, eu já, saindo aqui deste núcleo próximo não quero. Porque quero já não estou para andar com distâncias (...)”

Grupo Doméstico 14, residente na atual habitação há 40 anos

Ficar ou partir? Eis uns dos principais dilemas com que alguns moradores são confrontados no dia-a-dia. Os residentes mais “estáveis” – e, acrescente-se, na sua maioria, proprietários já de longa data, das suas residências – não deixam de enunciar as relações relativamente sólidas de sociabilidade que ainda mantêm na área envolvente e o peso das ligações locais com os familiares mais próximos (alguns deles, habitantes do lugar ou de espaços limítrofes).

Justificam, assim, a sua fixação com base num certo “apego” ao lugar, para além de fatores não menos relevantes como a antiguidade da habitação e o investimento (prolongado) na propriedade. E, nesse sentido, veem com alguma insatisfação a mudança daqueles “partem” e que, com outros objetivos e projetos residenciais – e também outros recursos sociais –, abandonam o lugar. Os resultados efetivos e simbólicos dessa perda de contacto são, na realidade, muito significativos e a perceção do ambiente residencial torna-se ainda mais negativa, culminado até num certo sentido de tensão intergeracional (Authier e Lévy, 2010: pp.129-134).

“Mas está a envelhecer tudo. É, envelhecer as pessoas, é envelhecer as casas, que depois não existe capital para renovar as casas...e elas vão-se degradando. E já se vêm muitas a...O outro lado é mais novo? É mais recente uma parte de lá? A esmagadora maioria é mais recente. É mais recente. A zona ali do centro de Ermesinde está muito mais renovado, porque também não existia... Também não existia, e portanto, foi criado há uns anos a esta parte. Eh, quando foi ali, que fizeram a renovação do centro e a feitura da nova estação e ta, tudo aquilo foi renovado. (...) Sente-se um bocado. As pessoas vão para outros sítios”

Grupo Doméstico 12, residente na atual habitação há 35 anos

“Eu já há uns anos que dizia que aqui, a Gandra, era bomba pronta a explodir em qualquer altura. Já dizia isto há uns anos. E algumas pessoas não entendiam porquê. A verdade é essa, nós éramos todos mais ou menos da mesma idade, poderia haver aí, uma diferença, um intervalo de dez anos, não é, uns pouquitos mais velhitos, uns menos velhitos, vivíamos todos pacatamente, nunca nos fomos chatear por causa dos filhos se zangarem ou de não sei quê, de um ferver a cabeça...Era uma geração também muito boa e compreensiva e os mais velhos aconselhavam os mais novos e tal. Gente muito boa, filhos muito bem-educados, com regras (...) Tenho casos... Tenho um caso que, também com 70 anos, que agora comprou um andazito ali, que morava ao pé de mim, que também vai sair. Porque as pessoas foram sempre aqui criadas num bom ambiente, num ambiente de respeito, solidário... E, e hoje isso não acontece, as pessoas não se adaptam a isto. (...) Reconheço que há algumas dificuldades. Reconheço que não há terrenos. Não há nada. A população, como eu lhe digo, a população, hoje, a nova, a que vem para aí... Nova, quer dizer, naquela estrada... A zona nova, a zona nobre como aquela zona ali da Vila Beatriz, e essas zonas nobres, atrás dos bombeiros e não sei quê, as pessoas não fazem vida aqui em Ermesinde...e, portanto, não usam as infraestruturas daqui. Os prédios estão a ficar cada vez mais velhos. (...)”

Grupo doméstico 20, residente na atual habitação há 1 ano e 4 meses

Daquilo que pudemos depreender, algumas das hesitações verificadas em certos residentes encontram-se, na realidade, altamente ancoradas na sua situação familiar e profissional (nem sempre suficientemente estáveis para uma mudança) e, similarmente,



nos limites no seu quadro de ação – quase sempre determinado pelo volume de recursos (sociais, económicos e culturais) de que são dotados.

Essa consciência da desigual capacidade de concretização de (novos) projetos residenciais deixa, assim, espelhar as diferenças assinaláveis no espaço social local. Para determinados grupos domésticos – em especial aqueles pertencentes à *pequena burguesia de execução* e o *operariado* (sem tanta margem de manobra) e até em certos segmentos da *pequena burguesia técnica e de enquadramento* (e cuja preservação da posição residencial atualmente atingida continua a ser muito significativa) – os custos sociais, económicos e familiares associados a uma eventual saída seriam muito relevantes. Mas isso, como vemos, não retira as representações muito vincadamente negativas que começam a ter, cada vez, acerca do *habitat* atual (em claro choque com as disposições sociais reais ou imaginárias).

“*Filha*: A Gandra perdeu muita qualidade, perdeu muito sossego, perdeu muita paz, perdeu... a vizinhança que era unida e amiga uns dos outros, acho que a Gandra perdeu isso. E agora são pessoas que nós não conhecemos de lado nenhum, a polícia passa aqui montes de vezes, há coisas ilícitas por todo o lado, quer nos prédios, quer nos cafés, até nos próprios prédios em frente temos pessoas que já foram presas. Isso não quer dizer que sejam más pessoas, mas que realmente trouxeram um mau ambiente para a rua. Por exemplo, o facto de serem pessoas que vêm do bairro [das Saibreiras] morar para aqui não, não quer, não estou a dizer que elas são más pessoas mas realmente atraíram outros costumes, como por exemplo, pôr as colunas da aparelhagem da música não dentro de casa mas sim na janela virada cá fora, ou seja, nós é que ouvimos o barulho da, da música, ou seja, acaba por ser toda a gente que ouve. (...) A minha mãe costuma dizer uma frase e diz quase todos os dias quando há problemas aqui na rua: «Se eu pudesse mudar o meu apartamento que está pago para outro sítio, se ele tivesse rodinhas, era a melhor coisa que eu fazia... porque eu já fiz obras no meu apartamento para ele ficar todo à minha medida... (...) Ou seja, o que é que isto representa?! Representa que nenhum de nós gosta, realmente, de morar aqui. Acho que ninguém gosta de morar nesta zona, não é só por ela ser velha é por causa do ambiente que aqui eh...”

Grupo doméstico 23, residente na atual habitação há 28 anos

“(...) A Gandra, neste momento, o que é que acontece? As pessoas novas que vieram para a Gandra, acabou por ser uma coisa nova, não é? Prédios novos. Neste momento, quem é que vai para a Gandra? Só são pessoas que procuram rendas mais baixas, os prédios mais antigos... Neste momento, já é mais pessoas mais velhas... (...) Por todos esses fatores, acho que agora não há aquele, tanto aquele... Quer dizer, não se vê tantos miúdos que andem na rua... Quer dizer, também os tempos são diferentes, como é óbvio. (...) Vejo muita gente que não via há uns anos atrás. A nível de ambiente.... E isso dá outra imagem ao lugar, como é lógico!”

Grupo Doméstico 27, residente na atual habitação 30 anos

“Isto parece que está ficar outra vez um dormitório. As pessoas vêm para aqui dormir e as pessoas vão passear para o centro de Ermesinde ou para o outro lado porque aqui na Gandra não... (...) E já foi muito melhor frequentado, muito melhor frequentado!”

Grupo Doméstico 1, residente na atual habitação há 15 anos

## 5.6. Notas Finais

Tendo por base as determinantes sociais elementares de cada grupo analisado – *burguesia*, *pequena burguesia* e *operariado* –, tornou exequível identificar diferenças analisáveis, junto deles, quer no quadro valorativo em torno da propriedade, quer no conjunto de normas e/ou estratégias de consumo e/ou sua transmissão. Entre os grupos

mais bem posicionados no espaço social – *burguesia, pequena burguesia intelectual e científica e pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio* – vimos que o percurso residencial foi mais qualificado ou pautado por determinadas vantagens nos “contornos de acesso” ao regime de propriedade habitacional, ao passo que, entre aqueles menos favorecidos, – *pequena burguesia de execução e o operariado* – o acesso revelou-se mais tardio ou mais árduo.

Por outro lado, não admira também que, entre os vários grupos domésticos, tivesse sido possível apurar distâncias e proximidades em matéria de estilos de vida, mais propriamente no desenvolvimento de práticas como as *atividades de lazer sociável* e as *rotinas de tempo livre*. Contudo, não deixa de ser revelador verificar que, entre o total de grupos analisados, subsistem algumas particularidades: nos grupos da *PBTEI* a participação no tecido associativo local – nas suas modalidades desportivas, recreativas e culturais (*atividades de lazer sociável*) – é muito relevante, e é também entre eles que existe uma alguma ligação político-partidária local. Do outro lado, os grupos da *pequena burguesia de execução* e do *operariado* (e suas modalidades pluriactivas) são aqueles que revelam uma maior dedicação às *rotinas de tempo livre em contexto doméstico*.

Conhecidas estas diferenças, vimos também algo transversal a todos grupos – a importância dos laços de solidariedade e entreajuda familiar, principalmente da família de origem. Destacam-se, neste caso, dispositivos importantes de auxílio como, por exemplo: o apoio no cuidado dos filhos/crianças; a ajuda no desempenho de tarefas domésticas ou de governo da casa e o suporte material e afetivo em momentos de crise familiar como o divórcio e a viuvez.

Ainda assim, importa destacar que, face a um evidente cenário (alargado) de profundas recomposições em matéria de atividade económica e familiar – cujos efeitos tivemos a oportunidade de conhecer por via de alguns casos concretos –, permaneceram, no decurso do tempo, diferenças ao nível das práticas e das aspirações sociais dos vários residentes entrevistados – facto que nos possibilitou um conhecimento mais afinado de um quadro local continuamente marcado no tempo por tensões “latentes”.

## Conclusão

Estruturado em cinco grandes capítulos, o presente trabalho procurou, a partir da leitura aprofundada das transformações demográficas, económicas e sociais verificadas no Grande Porto, desde a segunda metade do século XX, compreender de que modo o movimento de alteração na forma típica de urbanização dos arredores da cidade do Porto se articulou com notórias mudanças no uso e na ocupação destes espaços e nos processos mais vastos de recomposição social.

Com base em três grandes linhas de força analíticas - *recomposição territorial, habitat e alojamento e classes sociais e estilos de vida* -, a nossa orientação teórico-metodológica teve, na verdade, como ambições refletir e compreender, mais detalhadamente, esse conjunto de transformações, e, ao mesmo tempo, estando ancorada numa leitura localizada de tais determinações, apoiar esse conhecimento, para efeitos de pesquisa, no estudo do concelho de Valongo (um dos concelhos da faixa envolvente mais próxima da cidade do Porto) e da freguesia de Ermesinde (núcleo importante da sua coroa suburbana). Além do mais, enquanto reflexo de grande dinamismo populacional e de profundas alterações nas modalidades de ocupação do território, e onde, identicamente, foram elevados os ritmos de expansão da habitação, a presente investigação centrou a sua análise num dos seus lugares de povoamento com maior antiguidade, o lugar da Gandra.

Se é certo que iniciámos o nosso trabalho dando conta dos principais eixos analíticos adotados e, em particular, da pertinência e operacionalidade que determinados contributos teóricos tiveram no entendimento mais afinado da nossa problemática, há que reconhecer, em simultâneo, que uma das principais pretensões da nossa orientação foi a de contribuir para a identificação dos elementos mais significativos de estruturação do processo de (sub)urbanização que caracteriza a região e a localidade em estudo. Por isso, a referida problemática foi sendo construída e sedimentada – inclusive, do ponto de vista do tratamento metodológico –, à medida que íamos recolhendo e analisando informação específica sobre as transformações sociais em curso. Para tal, socorremo-nos de um conjunto de etapas de trabalho determinantes e complementares que passaram pela recolha e análise estatística de informação oficial, pela análise documental e pela observação direta das práticas quotidianas e, ainda, pela recolha e tratamento de informação urbanística. A estas atividades acrescentaram-se o uso da cartografia, o registo fotográfico e a realização de entrevistas exploratórias e em profundidade (e as respetivas análises de conteúdo).

Sempre numa perspetiva de autonomização analítica relativamente a várias das limitações associadas à problematização destes espaços, a nossa abordagem teórico-metodológica defrontou-se com inevitáveis processos de rutura e de superação relativamente a muitos dos trabalhos realizados. E, nessa medida, pareceu-nos, desde logo, exequível admitir que, para avaliar o significado das transformações no tecido urbano e social português contemporâneo, seria viável apostar numa abordagem que contemplasse a diversidade de realidades (sociais, económicas, culturais...) que estes espaços periféricos concentram, mas que reconhecesse também, por outro lado, a sua endogeneidade.

Ficaram claras, deste modo, com base num primeiro grande exercício descritivo e teoricamente informado, as marcas fundamentais de transformação do espaço (urbano e rural) e a complexa articulação que se foi gerando entre eles, permitindo-nos desenhar, logo numa fase inicial, uma pesquisa que tomasse em linha de conta a relação entre a estruturação do espaço social e a produção do espaço físico. Além do mais, pudemos salientar, de forma mais detalhada no segundo capítulo, as particularidades e/ou propriedades do município de Valongo e da freguesia de Ermesinde – entendida como subúrbio no sentido convencional do conceito (Portas *et al*, 2003) - e, em particular, as distinções e/ou assimetrias marcantes que esta, ao longo do tempo, foi demonstrando em relação ao concelho.

Ancorado num programa de pesquisa preocupado com a descrição e análise da morfologia social e urbana da freguesia de Ermesinde e do lugar da Gandra – e particularmente atento a elementos decisivos do processo geral de expansão urbana como a topografia, o sistema de transportes e a rede viária, as acessibilidades, a base económica local e a intervenção do poder público no controlo do espaço e edificado urbano – um dos principais resultados a que chegámos no terceiro capítulo foi, precisamente, o da perceção mais clara da estrutura do negócio da habitação local e da sua promoção, pois, à medida que a notória tendência de especialização do uso do solo também se foi modificando no lugar, aspetos estruturais de mudança, como os que, mais tarde, iriam figurar no setor imobiliário privado português, – nomeadamente, a progressiva profissionalização das várias fileiras de promoção e o arranque da multiplicação de processos regulamentares e legislativos (Pereira, 2016) – começaram a moldar-se, neste espaço, a partir dos anos 50 e 60 do século XX.

No entanto, dadas as diferenças de interesses existentes, o tipo e volume de capital detido, ou o seu modo de funcionamento e produção, além das dissemelhanças claras na

sua situação jurídico-técnica, na intensidade tecnológica e nas estratégias de comercialização utilizadas, foi possível observar que o “campo” de produção da habitação local foi sendo composto por relações objetivas (de concorrência e/ou complementaridade), coexistindo, desta forma, tanto promotores de maior envergadura (como as pequenas e médias empresas e as grandes empresas) como outros de menor peso organizativo – de que são exemplo, os particulares, que foram construindo em regime de autoconstrução; os proprietários de terrenos que, podendo ou não estar sob regime de sociedade, adjudicaram a obra e/ou construção a pequenos empreiteiros locais; e os empreiteiros locais, constituídos quase sempre em regime de sociedade.

Mais, não nos pareceu de todo despiciendo ignorar, a este propósito, a origem local dos vários agentes em causa, até porque verificámos uma evidente tendência de enraizamento de tais agentes no meio social local – mais de metade dos requerentes dos processos de obras levados a cabo no lugar tinham residência ou sede da sua empresa/sociedade na freguesia de Ermesinde, facto que é já indiciador do quadro de possibilidades de atuação e dos efeitos sociais e simbólicos gerados na transformação do território.

Ao mesmo tempo, será importante referir que este trabalho tentou fornecer elementos-chave para a compreensão geral das arbitragens residenciais e relacionais encetadas por um conjunto de famílias aí residentes no decurso dos últimos quarenta, cinquenta anos.

Tendo-se assistido localmente a um conjunto importante de alterações na atividade económica, na rede de acessibilidades, além de grandes modificações no mercado habitacional, e considerando, no nosso entender, que, enquanto marcas essenciais de transformação do espaço (sub)urbano, com efeitos notórios na sua paisagem urbana e social, a apreensão de tais elementos merece ser devidamente sublinhada, pois eles foram, de facto, fundamentais no favorecimento da exteriorização residencial na envolvente concelhia da região. É, assim, de salientar que, ao longo dos dois últimos capítulos, tivemos sempre presente a defesa de uma abordagem sociológica que apostasse no estudo do alojamento enquanto espaço essencial à estruturação da vida quotidiana.

Pretendeu-se, na verdade, conhecer com detalhe a orientação dos seus percursos de mobilidade residencial, as motivações para a escolha do lugar como área principal de residência e os efeitos de ciclos de vida familiar nas modalidades estratégicas de inserção socio-territorial. Acrescente-se, no entanto, que, em ambos os capítulos, não quisemos apenas reter o quadro de constrangimentos institucionais de acesso ao alojamento por

parte dos agentes; observámos, igualmente, as várias formas de recomposição das desigualdades sociais que lhes eram conexas, através de um exame longitudinal baseado no percurso dos sujeitos segundo o seu ciclo de vida (individual e coletivo) (Lambert, 2012; Cartier *et al*, 2008; Juan *et al*, 1997).

No nosso entender, e ainda que reconheçamos que se trata de uma pesquisa em aberto, esta leitura articulada, permitiu-nos alcançar alguns ganhos analíticos importantes.

Em primeiro lugar, pudemos, a partir de uma perspetiva localizada, analisar e compreender o impacto que as alterações demográficas e migratórias sentidas no Grande Porto tiveram na procura geral de alojamento, na evolução das características dessa procura e na reconfiguração do mercado habitacional, captando-se, ao mesmo tempo, as diferenciações sociais e culturais (estilos de vida) a que os processos de transformação socio-territorial e de mobilidade estiveram ligados. Mais, especificamente no que toca à construção social das preferências e/ou escolhas residenciais dos vários agentes e à distribuição relacional das posições que estes ocupam, assim como às práticas sociais de uso e apropriação do alojamento e da sua envolvente, bem como às (complexas) modalidades de articulação espaciotemporal entre a habitação e as restantes esferas como, por exemplo, o trabalho, a escola, a vizinhança, o lugar, etc.

Em segundo, e ainda que, na análise dos grupos sociais, tivesse em linha de conta uma perspetiva estruturalista, esta articulou-se com um propósito de conhecimento das vivências quotidianas, num contexto social e territorialmente heterógeno. Representando o Grande Porto e o centro da cidade, para várias das famílias inquiridas, eixos territoriais fulcrais de atratividade dos percursos de mobilidade laboral/escolar e habitacional, ou até mesmo de diversificação das atividades sociabilitárias e de lazer, o certo é que foi possível encontrar diferenças entre os grupos sociais analisados – *burguesia*, *pequena burguesia* e *operariado*. Por isso, e não sendo os subúrbios espaços homogéneos, mas antes lugares de ancoragem e/ou de passagem de indivíduos e grupos com propriedades e trajetórias socialmente distintas (Cartier *et al*, 2008; Lambert, 2012: p.474; Tissot, 2011), todo o nosso investimento de interpretação teórica e recolha empírica tentou acompanhar, a partir de um conjunto alargado de coordenadas teóricas, alguns dos mais recentes “debates” em torno da reflexão entre habitação, cena doméstica e cena local – acompanhando, de resto, os pressupostos relativos à importância da análise do estatuto residencial na configuração das identidades sociais e à utilização do espaço residencial (doméstico e exterior) como variável estruturante de investigação, inclusive, na distribuição dos diferentes grupos sociais.

De facto, a análise das trajetórias dos vários grupos – embora muitas vezes próximas cronologicamente (e aparentemente dominadas por traços comuns de reorientação geográfica associados ao processo de (sub)urbanização) – revelou-nos que estas não foram objetivamente similares. Isto porque, pelo que pudemos perceber, os efeitos do trabalho no desenvolvimento de estratégias de compatibilização e de aproximação com o espaço residência não tomaram os mesmos sentidos em cada grupo, nem os mesmos resultados. Além do mais, a leitura da vivência das culturas domésticas (marcadas por fortes assimetrias da divisão sexual do trabalho) permitiu-nos ver relações de trocas culturais com a zona residencial altamente diferenciadas – facto que nos leva a considerar que, apesar de termos partido de uma escala de análise tão reduzida como a do “quarteirão”, não deixa de ser operatória a defesa de uma abordagem capaz de precisar, mais finamente, as ligações de variação existentes entre as esferas do trabalho, da família e da residência.

Nesse sentido, e tendo por base o cenário nacional de transformação na relação com a habitação – em que, como vimos, a evolução do mercado de arrendamento e a generalização progressiva do acesso à propriedade marcaram, de forma inevitável, o cenário de redistribuição das estratégias de consumo e usos residenciais –, constatou-se que foram distintas as tomadas de posição adotadas pelos grupos sociais relativamente aos regimes de propriedade e ao significado que a residência foi assumindo na estruturação das suas trajetórias, registando-se constrangimentos mais significativos naqueles grupos menos favorecidos no espaço social. No caso da *burguesia dirigente e proprietária* viu-se que a relação (privilegiada) com a propriedade local foi tanto maior, quanto mais estável a sua trajetória profissional se perfilou no tempo e quanto maior foi o reforço dos respetivos posicionamentos no exercício (local) das suas funções. Em relação à *pequena burguesia*, mesmo configurada pela diversidade interna, notou-se, de facto, que a consolidação de uma teia de deslocações pendulares ou de carácter mais definitivo (atingindo registos de maior moderação ou intensidade) se foi articulando com importantes modalidades de socialização e vinculação identitária à área residencial e à sua envolvente. E por fim, verificou-se que o *operariado* se mostrou sensível a fixações habitacionais territorialmente muito precisas, sendo uma boa parte dos limites regulados pelas vantagens e/ou desvantagens económicas e/ou afetivas da relação de distância.

No entanto, e sob pena de correremos o risco de proceder a um exame lacunar sobre as trajetórias dos residentes, considerando apenas as distintas dimensões de capitalização dos seus recursos sociais e ignorando, nesse sentido, a importância dos efeitos locais (e

da respetiva articulação com tais recursos) que, muitas vezes, se encontra presente no acesso geral ao alojamento, não deixámos de considerar o papel de ajuda da família (tanto de origem, como a mais alargada) na definição e reorientação de grande parte das trajetórias habitacionais dos moradores e, por sua vez, a importância das redes de relações sociais locais nas modalidades de inserção no lugar de residência. Tal significa que, na avaliação dos usos residenciais, fomos obrigados a olhar para lá dos critérios tradicionais – mais diretamente ligados às propriedades sociais dos grupos domésticos –, e a considerar, igualmente, o peso das dinâmicas familiares e sociabilitárias (e suas transformações) na criação de novas necessidades face à habitação e ao habitat e na arbitragem das escolhas residenciais.

Por outro lado, tendo presente as condições socio-históricas que permitiram uma dada configuração do mercado de alojamento local, foi exequível, através do exame detalhado sua composição, aceder às diferentes práticas e lógicas existentes, quer no “campo da produção imobiliária” local, quer na relação entre este e os grupos domésticos (Lambert, 2012). Obteve-se, assim, um olhar mais afinado acerca dos arranjos territoriais locais, identificando-se, de um lado, as “micro-hierarquias” que estabeleceram no processo de gestão do crescimento urbano local e, do outro, as principais competências relacionais demonstradas pelos familiares e outros elementos das redes sociabilitárias no acesso ao alojamento. E, em simultâneo, acabámos por contemplar as diferentes “modalidades de estilização da vida” das famílias (Pereira, 2005), de forma a alcançar mais afinadamente os processos de (re)produção quotidiana das suas práticas sociais e a sua relação com o alojamento (e o meio envolvente), tendo por referência os usos do tempo e do espaço à luz das estratégias sociabilitárias (consumo e lazer).

Procurando retirar-se consequências de uma análise ancorada na observação das condições objetivas de acesso à habitação, e da sua função na estruturação dos estilos de vida – identificando-se, para tal, modalidades de articulação entre tempos quotidianos (de trabalho, libertos de trabalho/“espectro de tempo livre”) (Elias e Dunning, 1992) e espaços de produção (domésticos, públicos e privados) dos vários agentes/grupos) –, pudemos depreender que as dissemelhanças encontradas, sobretudo em matéria de *atividades semi-públicas de lazer sociável e de rotinas de tempo livre*, não deixaram de acompanhar também as diferenças existentes no plano das práticas e das aspirações sociais dos residentes.

Na nossa perspetiva, subsistiu a noção de que a opção por uma dimensão territorializada e próxima do vivido também nos fez interrogar e refletir, do ponto de vista



empírico, sobre o papel muito relevante dos ciclos de vida familiar, laboral e sociabilitária nos processos mais gerais de diferenciação, ajudando-nos a olhar mais atentamente, no quadro das mutações/recomposições sociais e económicas mais recentes ocorridos no nosso país, para o agravamento localizado de algumas tensões sociais.

Esta última evidência ficou bem patente no momento em que demos destaque aos modos de (di)visão profundos entre os grupos sociais relativamente à atual posição residencial, ou quando quisemos colocar em relação as transformações (sociais e territoriais) verificadas no lugar e as trajetórias individuais e singulares de alguns dos seus residentes – dando ênfase, por exemplo, às transformações gerais no trabalho, escola e família e a uma descrição singular (articulada) dos impactos que tais modificações trouxeram à sua vida –, mas também quando, a propósito do (longo) processo recomposição do próprio lugar, nos fomos confrontando com um quadro local de tensões “latentes” prolongadas no tempo entre diferentes moradores nos vários períodos e/ou vagas de ocupação e, em paralelo, agregadoras de “velhas” e “novas” distâncias.

A percepção que fica é a de que a freguesia é marcada, na atualidade, por um quadro de divisão territorial (social) entre os núcleos habitacionais mais e menos “privilegiados” e que, de alguma forma, o lugar da Gandra – devido à sua antiguidade e à entrada de “novos ocupantes” – entrou, desde há algum tempo, num processo de “desqualificação” residencial e social, constituindo-se, inclusivamente, como um espaço de tráfico e consumo de droga e de violência urbana e, por outro lado, local de migração por parte de outros moradores. Por isso, enquanto indício de mudança de posição social, a residência (e o seu valor), sendo um elemento indissociavelmente económico e simbólico e, similarmemente, dispositivo de distinção, deve-nos fazer repensar os processos de clivagens presentes à escala do “quarteirão”, muitas vezes, também eles associados a diferentes projetos residenciais encetados pelos indivíduos (Magri, 1993).

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ana Nunes de e VIEIRA, Maria Manuel (2006) - *A Escola em Portugal: novos olhares, outros cenários*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, ISBN 972-671-181-9.

ALMEIDA, Ana Nunes de *et al*, (1998) - «Relações familiares: mudança e diversidade», in VIEGAS, José Leite e FIRMINO DA COSTA, António, *Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-8027-90-7.

ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da e MACHADO, Fernando Luís (1988) - «Famílias, Estudantes e Universidade: painéis de Observação Sociográfica» in *Sociologia: Problemas e Práticas*, 4, Lisboa; ISSN 0873-6529; pp. 11-44.

ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da e MACHADO, Fernando Luís (1994) - «Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos» in REIS, A. (ed.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-330.

ARIÈS, Philippe (1973) - *L'enfant et la vie familiale sous L'Ancien Régime*, Paris : Éd. Seuil.

ASCHER, François (coord.) (1995) - *Le logement en questions : L'habitat dans les années quatre-vingt-dix: continuité et ruptures*, Paris : Éditions de l'Aube, ISBN 2-87678-225-1.

AUTHIER (1999-2) – « Le quartier à l'épreuve des *mobilités métropolitaines* » in *Espaces, populations, sociétés*, n°17-2, Les mobilités spatiales, CNNS, INSHS, pp.291-306.

AUTHIER *et al* (2010) - *Élire Domicile : la construction sociale des choix résidentiels*, Lyon : Éd. Presses Universitaires de Lyon, ISBN 978-2-0828-3.

AVRIL, Christelle *et al* (2010) - *Enquêter sur le travail : concepts, méthodes, récits*, Paris, Éd. La Découverte, ISBN 978-2-7071-5466-8.

BALAZS, Gabrielle e PIALOUX (1996) – «Crise du travail et crise du politique» in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol.114, pp.3-4.

BANDEIRA, Mário Leston (1996) - *Demografia e Modernidade: família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

BAUDELLOT, Christian e ESTABLET, Roger (1998) - *Allez les filles!*, Paris, Éd. Seuil.

BEAUD, Stéphane ; PIALOUX, Michel (1993) - «Permanents et temporaires» in BOURDIEU, Pierre (dir.) - *La misère du Monde*, Paris: Éd. Le Seuil.

BEAUD, Stéphane ; PIALOUX, Michel (2003) - *Violences urbaines, violence sociale : genèse des nouvelles classes dangereuses*, Paris : Fayard, ISBN 2-213-61457-1.

BEÇA, Humberto (1921) - *Ermesinde : Monografia Histórico-rural*, Porto: Companhia Portuguesa Editora.

BERICAT, Eduardo (1998) - *La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social: Significado y medida*, Barcelona: Ed. Ariel, ISBN 84-344-1693-X.

BERTAUX, Daniel (1978) - *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa: Moraes.

BIDART, Claire (1988) - «Sociabilités: quelques variables» in *Revue Française de Sociologie*, XXIX, Presses de Sciences Po, pp.621-648.

BIHR, Alain (2008) - *Le système des inégalités*, Paris, Éd. La Découverte, ISBN 978-2-7071-5220-6.

BONVALET, Catherine (1991) - «Le logement» in SINGLY, François de (dir.) - *La famille. L'état des savoirs*, Paris: Éd. La Découverte, pp.165-172.

BONVALET, Catherine (1993) - «Le logement et l'habitat dans les trajectoires familiales» in *Recherches et prévisions*, 31, mars, Dynamiques familiales et politiques de l'habitat [10 ans de recherche: de la réforme Barre à la politique de la ville], pp.19-37.

BONVALET, Catherine *et al* (1999) - *La famille et ses proches. L'aménagement des territoires*, Paris: Ined, Puf diffusion, Cahier n°143.

BONVALET, Catherine e BRINGÉ, Arnaud (2010) - «Les trajectoires socio-spatiales des Franciliens depuis leur départ de chez parents» in *Temporalités*, n°11.

BOUILLIN-DARTEVELLE, Roselyne *et al* (1991) - *Temps Libre et pratiques culturelles*, Liège : Éd. Mardaga, ISBN 2-87009-430-2.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc (1976) - «La production de l'idéologie dominante» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 2, n°2-3, juin, pp.3-73.

BOURDIEU, Pierre (1979) - *La Distinction*, Paris: Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1980) - «Le capital social» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 31, janvier, pp.2-3.

BOURDIEU, Pierre (1984) - «Espace social e genèse des «classes» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 53-53, juin, pp.3-14.

BOURDIEU, Pierre (1986) «L'illusion biographique» in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol.62, n°1, Paris, éd. Seuil, pp.69-72

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. (1992) - *Réponses : pour une anthropologie réflexive*, Paris, Éd. du Seuil, ISBN 2-02-014675-4.

BOURDIEU, Pierre (1993) - «À propos de la famille comme catégorie réalisée» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 100, décembre, pp.32-36.

BOURDIEU, Pierre *et al* (1990) - «Un placement de père de famille [la maison individuelle : spécificité du produit et logique du champ de production]» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 81-82, mars, L'économie de la maison, pp.6-33.

BOURDIEU, Pierre e SAINT-MARTIN, Monique de (1990) - «Le sens de la propriété [la genèse sociale des systèmes de préférences]» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 81-82, mars, L'économie de la maison, pp.52-64.

BOURDIEU, Pierre e CHRISTIN, Rosine (1990) - «La construction du marché [le champ administratif et la production de la «politique du logement»]» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 81-82, mars, L'économie de la maison, pp.65-85.

BOURDIEU, Pierre (2001a) - *As estruturas sociais da economia*, Lisboa: Instituto Piaget, ISBN 972-771-469-2.

BOURDIEU, Pierre (2001b) - «Distinction: a social critique of judgment of taste» in *Social Stratification*, Oxford: Westview Press, ISBN 0-8133-6654-2.

BOURDIEU, Pierre (2002) - *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-774-142-8.

BOURDIEU, Pierre (2003) - *A miséria do mundo*, Petrópolis: Ed. Vozes, ISBN 85-326-1818-9.

BOYER, Robert (1986) - *La flexibilité du travail en Europe : une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 à 1985*, Paris, Éd. La Découverte, ISBN 2-7071-1598-3.

BOUTET, Josianne (1998) – «Quand le travail rationalise le langage» in KERGOAT, Jacques *et al* (dir.), *Le monde du travail*, Paris, Editions La Découverte, ISBN 2-7071-2886-4 ; pp.153-164.

BOZON, Michel (1984) - *Vie quotidienne et rapports sociaux dans une petite ville de province: la mise en scène des différences*, Lyon, Éd. Presses Universitaires de Lyon, ISBN 2-7297-0202-5.

BRUN, Jacques e BONVALET, Catherine (2002) – «Approches quantitatives ou qualitatives de la mobilité résidentielle : éléments de bilan et perspectives» in *Espaces, populations, sociétés*, 1-2, Géographie et population, pp.63-72.

BURAWOY, Michael (2009) - *The extended case method*, California: University of California Press, ISBN 978-0-520-25901-0.

DURKHEIM, Émile (1991) - *La division social du travail social*, Paris: Presses Universitaires de France, 2-13-04-3978-5.

CABRAL, Manuel Villaverde (2001) – «Prática religiosa e atitudes sociais dos portugueses numa perspetiva comparada» in PAIS, José Machado; CABRAL, Manuel Villaverde e VALA, Jorge (orgs.), *Religião e Bioética*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp.289-313.

CABRITA, António Russo; SILVA, Maria Margarida (1993) - *Monografia do concelho de Valongo*, Porto: Oficinas Gráficas do “Comércio do Porto”.

CAMPOS, Pedro e SALEIRO, Emília (1994) - *As Migrações Internas na Região Norte*, nº6, Set/Dez.

CANDEIAS, António (2009) - *Educação, Estado e Mercado no século XX. Apontamentos sobre o caso português numa perspetiva comparada*, Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ISBN 978-972-772-917-3.

CARMO, Renato Miguel do (2009) - «A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação» in *Sociologias*, ano 11, nº 21, jan./jun., Porto Alegre, pp. 252-280.

CARMO, Renato Miguel do; SIMÕES, José Alberto (2009) - *A produção das mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajetos*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ISBN 978-972-671-250-3.

CARMO, Renato Miguel do (2014) - *Sociologia dos territórios*, Lisboa: Editora Mundos Sociais, ISBN 978-989-8536-33-4.

CARTIER, Marie *et al* (2008) - *La France des “petits-moyens”. Enquête sur la banlieue pavillonnaire*, Paris: Éd. La Découverte, ISBN 978-2-7071-5361-6.

CASTELLS (1981) - *La question urbaine*, Paris: Éd. François Maspero.

CASANOVA, José Luís (2004) - *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-774-205-X.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle *et al* (1985) - *Espace et temps du travail domestique*, Paris, Librairie des Méridiens, ISBN 2 -86563-127-3.

CHAMBOREDON, Jean-Claude, LEMAIRE, Madeleine (1970) - «Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement» in *Revue Française de Sociologie*, nº11-1, Presses de Sciences Politiques, pp.3-33.

CHAMPAGNE, Patrick (1991) - «La construction médiatique des «malaises sociaux»» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 90, décembre, pp.64-76.

CHAMPAGNE, Patrick (2000) - *L'héritage refusé : la crise de la reproduction sociales de la paysannerie française 1950-2000*, Paris: Éd. Seuil, ISBN 978-2-02-052-569-5.

CHAMPAGNE, Patrick (2010) - «Sobre alguns paradoxos da abordagem monográfica» in PINTO José Madureira e QUEIRÓS, João, *Ir e voltar. Sociologia de uma coletividade*

*local do Noroeste Português (1997-2007)*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento, pp. 103-113.

CHEVALLIER, Jacques *et al* (1978) - *Centre, Périphérie, Territoire*, Paris: Éd. Presses Universitaires de France, ISBN 0182-4406.

CHOMBART DE LAUWE, Henry (1979) - *Appropriation de l'Espace et Changement Social*, Cahiers Internationaux de Sociologie, LXXVI, Ed. Presses Universitaires de France.

CLARCK, W.A.V.; ONAKA, J. L. (1983) - «Life cycle and housing adjustment as explanation of residential mobility» in *Urban Studies*, n<sup>o</sup>20, pp. 47-57.

COELHO, Maria Inês (2012) - “Demografia, Famílias e Ocupação do Território” in PEREIRA, Virgílio Borges (org.) - *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*, Porto: Afrontamento, ISBN 978-972-36-1279-0, pp.63-101.

COLOOS, Bernard (dir.) (1997)- *Comprendre les marchés du logement*, Paris : L'Harmattan, ISBN 2-7384-5215-9.

CONCEIÇÃO, Paulo (1997) - «As condições de habitação na Área Metropolitana do Porto» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 14, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte, pp.16-34.

CONCEIÇÃO, Paulo (1999) - «O licenciamento da habitação na Área Metropolitana do Porto (1994-1997)» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 19, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte - Porto, pp.15-30.

CONCEIÇÃO, Paulo (2001) - «Estimativas do parque habitacional – 1991-1999. Uma análise do Norte de Portugal» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 23, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte, pp.5-13.

CONCEIÇÃO, Paulo (2002) - «Dinâmicas de expansão da habitação na região Norte: uma análise dos resultados preliminares dos Censos 2001» in *Revista de Estudos Regionais*, 23, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte, pp. 31-49.

CORDEIRO SANTOS, Ana; COSTA. Vânia e TELES, Nuno (2013) - «A economia política do consumo e do crédito às famílias: Um contributo interdisciplinar» in *Revista*

*Crítica de Ciências Sociais*, 101, Coimbra: Centro de Estudos Sociais; ISSN 0254-1106, pp.9-38.

COSTA, António Firmino (1985) - «Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros» in *Análise Social*, n.º 87-88-89, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

COSTA, António Firmino da (1999) - *Sociedade de Bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-774-025-1.

COÛTANT, Isabelle (2001) – «Statu quo autour d'un squat » in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol.136-137, Nouvelles formes d'encadrement, pp.27-37.

CRUZ, Sofia Alexandra (2008) - *Trabalhadores(as) e contextos de trabalho em centros comerciais portuenses: o caso das lojas de vestuário e de restauração*, Porto, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CUKROWICZ (1993) – «Choisir ses voisins ?» in *Revue Française de Sociologie*, n.º 34-3, Presses de Sciences Po, pp.367-393.

DESROSIÈRES, Alain (1978) – «Marché matrimonial et structure des classes sociales» in *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 20-21, mars/avril, Le patronat, pp.97-107.

DIAS, Manuel Augusto; PEREIRA, Manuel Conceição (2001) - *Ermesinde: registos monográficos*, volumes I e II, Valongo: Câmara Municipal de Valongo, ISBN 972-979-58-3-5.

DOMINGUES, Álvaro (1994/5) – «(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?» in *Revista Geografia*, vol. X/XI, I Série, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; ISSN 0871-1666; pp. 5-18.

DOMINGUES, Álvaro (coord.) (2006) - *Cidade e Democracia. 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa: Argumentum Edições. ISBN 972-8479-39-8.

DOMINGUES, Álvaro (2007) - «Qualificação nas periferias?» in *Inforgeo*, pp. 139-143.

DOMINGUES, Álvaro (2009) - «Paisagem e identidade: à beira de um ataque de nervos» in COSTA, P.; LOURO, N. (orgs.), *Duas linhas*, Lisboa: Ed: autor, pp. 24-57.



DOMINGUES, Álvaro e MARQUES, Teresa (1987) - «Produção industrial, reprodução social e território: materiais para uma tentativa de abordagem do médio Ave» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22, Coimbra: Centro de Estudos Sociais; ISSN 0254-1106, pp. 125-142.

DUBAR, Claude (1997) - *A socialização: a construção de identidades sociais e profissionais*, Porto: Porto Editora.

DUBET, François (1994) - *Sociologie de l'expérience*, Paris : Éditions du Seuil, ISBN 2-02-022869-6.

DUMAZEDIER, Joffre (1974) - *Sociologie empirique du loisir. Critiques e contre-critiques de la civilisation du loisir*, Paris: Éd. du Seuil.

DURU-BELLAT, Marie *et al* (2001) - «La dynamique des scolarités des filles: le double handicap questionné» in *Revue française de sociologie*, 42-2, pp.251-280.

DURU-BELLAT, Marie (2004) – *L'école des filles: quelle formation pour quels rôles sociaux?*, Paris: L'Harmattan, 2004.

ELIAS, Nobert; DUNNING, Eric. (1992) - *A Busca da Excitação*, Lisboa: Difel, ISBN 972-29-0203-2.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. (2000) - *Os estabelecidos e os outsiders*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, ISBN 85-7110-547-2.

ELIAS, Nobert (2005) - *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70, imp. em 1980.

ÉPINAY, Christian Lavive d' *et al* (1983) - *Temps libre: Culture de Masse et Cultures de Classes Aujourd'hui*, Paris: Éd. Pierre-Marcel Favre, ISBN 2-28289-0093-X.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (2000) – «Um Estado-Providência para o século XXI : sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-Providência europeus» in BOYER *et al*, *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento: Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social*, Oeiras. Celta Editora, ISBN:972-774-076-6; pp.79-125.

ESTANQUE, Elísio e Mendes (1997) - *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, um estudo comparativo, Porto: Afrontamento, ISBN972-36-0440-X.

ESTEVES, António Joaquim (1995) - *Jovens e Idosos – Família, escola e trabalho*, Porto: Edições Afrontamento, ISBN 972-36-0351-9.

ESTEVES, António Joaquim (1996) - «A Área Metropolitana do Porto: aspetos do estado recente da escolarização da sua população», in *Estatísticas & Estudos Regionais*, 10, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte - Porto, pp.1-12.

ESTEVES, António Joaquim; PINTO, José Madureira (1997) - «O envelhecimento na Área Metropolitana do Porto» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 14, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte, pp.22-27.

FASSIN, Didier; FASSIN, Éric (dir.) (2009) - *De la question sociale à la question raciale ? Représenter la société française*, Paris : Éd. La Découverte, ISBN 978-2-7071-5851-2.

FERNANDES, António Teixeira (1972) - *A religião na sociedade secularizada. Fatores sociais na transformação da personalidade religiosa*, Porto: Livraria Civilização.

FERNANDES, António Teixeira (2004) - *Prática Dominical. Sua redefinição em novos universos simbólicos*, Porto: Voz Portucalense,

FERNANDES, José Rio (2003) - *Contributos para a coordenação territorial no Grande Porto*, Porto: Reitoria da Universidade do Porto, pp.262-274.

FERRÃO, João (1982) - «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970)» in *Finisterra*, vol. XVII, 34, Lisboa, pp.223-265.

FERRÃO, João (1985) - «Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981)» in *Análise Social*, vol. XXI, (87-88-89), 34, Lisboa: ICS-UL; ISSN 2182-2999; pp.565-604.

FERRÃO, João (1996) - *A Demografia Portuguesa*, Lisboa: Cadernos do Público, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FERRÃO, João; MARQUES, Teresa Sá (2002) - *Sistema Urbano Nacional – Síntese*, Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, ISBN 972-8569-31-9.

FERREIRA, Vítor Matias (1992) – «Problematização e pedagogia do território. Quatro percursos para uma problematização do território» in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº12, Lisboa: CIES/ ISCTE- IUL, ISSN 0873-6529, pp.109-121.

FERREIRA, Ana Cristina (2005) – «Família e Habitat. Dinâmicas Sociodemográficas, Valores e Formas de Apropriação do Alojamento» in *Cidades. Comunidades e Territórios*, 11, Dez., pp. 83-102.

FRANÇOIS, Jean-Christophe e POUPEAU, Franck (2004) – «L'évitement scolaire et les classes moyennes à Paris» in *Éducation et sociétés*, 14, pp.51-66.

FREIRE, André (2001) - *Modelos do Comportamento Eleitoral – Uma breve introdução crítica*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-774-098-7.

FREIRE, André e MAGALHÃES, Pedro (2002) - *A abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, ISBN 972-671-086-3.

GAMA, António (1993) – «Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso» in SANTOS, Boaventura Sousa, *Portugal: um retrato singular*, Porto: CES e Afrontamento, ISBN 972-36-0308-X; pp.441-473.

GASPAR, Jorge (1987) - *A ocupação e a organização do território: análise retrospectiva e tendências evolutivas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GLASER, Barney G. e STRAUSS, Anselmil (2010) – *La découverte de la théorie ancrée : stratégies pour la recherche qualitative*, Paris: Éd. Armand Colin, ISBN 978-2-200-35117-5.

GOMBERT, Philippe e VAN ZATEN, Agnès (2004) – «Le modèle éducatif du pôle «privé» des classes moyennes: ancrages e traductions dans la banlieue parisienne» in *Éducation et sociétés*, 14, pp.67-83.

GRAFMEYER, Yves (1995) – «Sociabilidades urbanas» in ASCHER, François (coord.) (1995) - *Le logement en questions : L'habitat dans les années quatre-vingt-dix: continuité et ruptures*, Paris : Éditions de l'Aube, ISBN 2-87678-225-1 ; pp.189-212.

GRAFMEYER, Yves ; DANSEREAU, Francine (org.) (1998) - *Trajectoires Familiales et Espaces de Vie en Milieu Urbain*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

GRAFMEYER, Yves (2010) – «Approches sociologiques des choix résidentiels» in AUTHIER *et al* - *Élire Domicile : la construction sociale des choix résidentiels*, Lyon: Éd. Presses Universitaires de Lyon, pp.35-52.

GUERRA, Isabel (1993) - «Viver na periferia» in *Sociedade e Território*, 18, Porto: Edições Afrontamento, pp.106-108.

GUERREIRO, Maria das Dores (2003) - «Pessoas sós: múltiplas realidades» in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, Lisboa: CIES/ ISCTE- IUL, ISSN 0873-6529, pp.31-49.

GUIONNET, Christine e NEVEU, Erik (2004) - *Féminins/Masculins. Sociologie du genre*, Paris : Éd. Armand Colin, ISBN 2-200-26605-7.

HALBWACHS, Maurice (1925) - *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris : Albin Michel, ISBN 2-226-07490-2.

HALBWACHS, Maurice (1992) - *On Collective Memory*, Chicago : The University of Chicago Press, ISBN 0-226-11594-1.

HARVEY, David (1973) - *Social Justice and the City*, London: Edward Arnold.

HESSE, Marcus – Suburbs: the next slum? Explorations into the contested terrain of social construction and political discourse. Articulo – Journal of Urban Research [em linha], *Special issue 3/2010*, atual. 15 Dez. 2010 [Consult. 17 Fev. 2012], disponível em <http://articulo.revues.org/1552>.

INE (2003) - *Movimentos pendulares e organização do território: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991/2001*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, ISBN 972-673-676-5.

INE (2004) - *Tipologia socioeconómica da Área Metropolitana do Porto. Censos 2001*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte - Porto, ISBN 972-673-744-3.

INE (2005) - *Dinâmica de Construção na Grande Área Metropolitana do Porto 1995-2003*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, ISBN 972-673-838-5.

INE (2014) - *Tipologia Socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto 2011*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, ISBN 978-989-25-0271-7.

JUAN, Salvador *et al* (1997) - *Les Sentiers du Quotidien : rigidité, fluidité des espaces sociaux et trajets routiniers en ville*, Paris: Éd. L'Harmattan, ISBN 2-7384-5896-3.

KELLERHALS, Jean e MONTANDON, Cléopâtre (1991) - *Les stratégies éducatives des familles: milieu social, dynamique familiale et éducation*, Paris: Éd. Delachaux et Niestle, ISBN 2-603-0811-0.

KÓWACS, Ilona (2002) - *As metamorfoses do emprego. Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-774-139-0.

LAMBERT, Anne (2012) - «*Tous Propriétaires!*» *Politiques urbaines et parcours d'accédants dans les lotissements périurbains (1970-2010)*, thèse pour obtenir de grade de docteur de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, École Normale Supérieure de Paris, sous la direction de Stéphane Beaud.

LEFEBVRE, Henri (1968) - *Critique de la Vie Quotidienne*, II, Paris: L'Arche Éditeur.

LELIÈVE, Eva e ROBETTE, Nicolas (2010) - «Les trajectoires spatiales d'activité des couples» in *Temporalités*, 11.

LOBO, Cristina (2009) - *Recomposições familiares: dinâmicas de um processo de transição*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, ISBN 978-972-31-1302-0.

LORD, Sébastien (2010) – « Des choix résidentiels aux modes de vie » in AUTHIER *et al* - *Élire Domicile : la construction sociale des choix résidentiels*, Lyon : Éd. Presses Universitaires de Lyon, pp.249-270.

MAGRI, Susanna (1993) - «Villes, quartiers: proximités et distances sociales dans l'espace urbain» in *Genèses*, 13, pp.151-165.

MAGRI, Susanna (1997) – «L'intérieur domestique. Pour une analyse du changement dans les manières d'habiter» in *Genèses*, 28-1, pp.146-164.

MAGRI, Susanna e TOPALOV, Christian (1987) - «De la cité-jardin à la ville rationalisée: un tournant du projet réformateur. Étude comparative France, Grande-Bretagne, Italie, Etats-Unis» in *Revue française de sociologie*, 28, 3 (Juillet-Septembre), pp. 417-451.

MARTINS, Isabel (1996) - «Tendências demográficas na Área Metropolitana do Porto» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 10, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte - Porto, pp.1-8.

MARTUCCELLI, Danilo (1999) - *Sociologies de la modernité: l'itinéraire du XXe siècle*, Paris, Éd. Folio, ISBN 978-2-07-041050-7.

MARX, Karl e ENGELS, Frederick (1980) – *Selected words*, Moscow: Progress Publishers.

MASOTTI, L. e HADDEN, J. (1973) - *The Urbanization of the Suburbs*, Beverly Hills: Sage Publications.

MATOS, Fátima Loureiro (1993) - «A situação do parque habitacional no Grande Porto na década de 80» in *Revista Geografia*, vol. IX, I série, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.5-16.

MATOS, Fátima Loureiro (1995) - «Caracterização do parque habitacional no Grande Porto» in *A Península Ibérica – um espaço em mutação*, VI Colóquio Ibérico de Geografia. Atas, Porto: Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dep. Legal nº 92751195, pp.105-114.

MATOS, Fátima Loureiro (2001) - *A Habitação no Grande Porto: uma perspetiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*, Porto, Dissertação para Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MAURIN, Éric (1989) - «Types de pratiques, types de journées et déterminants sociaux de la vie quotidienne» in *Economie et Statistique*, nº223. Les emplois des Français, Paris, INSEE, pp.25-46.

MAZERES, Jean-Arnaud (1979) – «La région: espace de pouvoir ou espace des pouvoirs?» in CHEVALLIER, Jacques *et al*, *Centre, Périphérie, Territoire*, Paris: Presses Universitaires de France, ISSN 0182-4406, pp. 229-290.

MELO, Carla (1993) - *Habitação na Região Norte (1981-1991)*, Lisboa: INE, DRN.

MELO, Carla; LIMA, Rui (1999) - «Breve perfil económico da Área Metropolitana do Porto» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 19, Lisboa: INE, DRN, pp.1-8.

MELUCCI, Alberto (2005) - *Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura*, Petrópolis: Editora Vozes, ISBN 85-326-3171-1 (ed. brasileira).

MONTIGNY, Gilles (1992) - *De la ville à l'urbanisation*, Paris: Éd. L'Harmattan, ISBN 2-7384-1282-3.

MORAIS, Ricardo (2010) - «Scientific method» in MILLS, A.; DUREPOS, G.; WIEBE, E. (eds), *Encyclopedia of case study research*, Thousand Oaks California: Sage Publications, vol.2, pp.840-842.

MUXEL, Anne (1991) – «La mémoire familiale» in SINGLY, François de (dir.) - *La famille. L'état des savoirs*, Paris: Éd. La Découverte, ISBN 2-7071-2031-6; pp.250-261.

NAZARETH, J. Manuel (1996) - *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Lisboa: Editorial Presença.

NUNES, João Pedro Lopes de O. (2001) - *Florestas de Cimento Armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole Lisboa: 1955-1981*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

OGG, Jim (2010) - «Mobilité et choix résidentiels en Grande-Bretagne» in AUTHIER *et al* - *Élire Domicile: la construction sociale des choix résidentiels*, Lyon : Éd. Presses Universitaires de Lyon, pp-77-96.

PACHECO, Elsa (1992) - *Os transportes coletivos rodoviários no Grande Porto*, Ensaio de Geografia Humana, Coimbra: [s.n.], pp.129-144.

PADDISON, Ronan (org.) (2000) - *Handbook of Urban Studies*, London: Sage Publications, ISBN 0-8039-7695-X.

PAHL, Raymond Edward (1975) - *Whose City? And further essays on urban society. 9th*, London: Penguin.

PARADEISE, Catherine (1980) – «Sociabilité et culture de classe» in *Revue Française de Sociologie*, n°21-4, Presses de Sciences Po; pp.571-597.

PARK, Robert (1967) - «A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano» in *O fenómeno urbano*, organizado e introduzido por Octávio

Guilherme Velho, Rio de Janeiro: Zahar Editores, tradução de Sérgio Magalhães Santeiro, pp.26-67.

PEIXOTO, Paulo (1995) - «A sedução do consumo. As novas superfícies comerciais urbanas: um estudo de caso», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, Coimbra: Centro de Estudos Sociais; ISSN 0254-1106, pp.147-170.

PEREIRA, António Eduardo (1996) – «Alguns dados sobre as deslocações pendulares na Área Metropolitana», *Estatísticas e Estudos Regionais*, n.º 10, Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte – Porto.

PEREIRA, Sandra Marques (2016) - *Casa e Mudança Social. Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*, 2ª edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, ISBN 978-989-658-193-0.

PEREIRA, Virgílio Borges (2005) - *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*, Porto: Afrontamento, ISBN 972-36-0774-3.

PEREIRA, Virgílio Borges (org.) (2012) - *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*, Porto: Afrontamento, ISBN 978-972-36-1279-0.

PEREIRA, Virgílio Borges (org.) (2016) - *A habitação social na transformação da cidade. Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*, Porto: Afrontamento, ISBN 978-972-36-1478-7.

PEREIRA, Virgílio Borges (s.d.) - *Aquilo que quase todos sabemos sobre o (Grande) Porto, mas raramente temos disponibilidade para reconhecer. Reflexões a propósito do papel do social no planeamento urbano*, s.l., publicado no âmbito das Atas das Conferências realizadas pela APOR, pp.1-10.

PERETZ, Henri (2000) - *Métodos em Sociologia*, Lisboa: Temas e Debates, ISBN 972-759-216-3.

PINÇON-CHARLOT, Monique et al (1986) - *Ségrégation urbaine : classes sociales et équipements collectifs en région parisienne*, Paris: Éd. Anthropos, ISBN 2-7157-1124-7.



PINÇON, Michel (1981) – «Habitat et modes de vie. La cohabitation des groupes sociaux dans un ensemble H.L.M.» in *Revue Française de Sociologie*, Presses de Sciences Po, 22-4, pp.523-547.

PINTO, José Madureira (1985) - «Questões de Metodologia Sociológica. III» in *Cadernos das Ciências Sociais*, 3, Porto: Edições Afrontamento, pp.133-156.

PINTO, José Madureira (1991) – «Considerações sobre a produção social de identidade» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº32, Coimbra, ISSN 0254-1106, pp.217-231.

PINTO, José Madureira (1997) - «Sociedade Urbana» in Colóquio *A Política das Cidades*, Lisboa: Conselho Económico e Social, pp.288-316.

PINTO, José Madureira (2000) - *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto: Edições Afrontamento, 2ª edição, ISBN 972-36-0502-3.

PINTO, José Madureira (coord.) (2008) – *Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do Vale do Sousa e do Concelho de Penafiel (1950-2006)* – Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Sociologia.

PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João (2010) - «Relação com a escola e modelo de desenvolvimento», in PINTO José Madureira e QUEIRÓS, João, *Ir e voltar. Sociologia de uma coletividade local do Noroeste Português (1997-2007)*, vol. I, Porto: Edições Afrontamento, pp. 275-325.

PINTO, José Madureira (2012) - «Relação com a escola e mudança educacional» in PEREIRA, Virgílio Borges (org.) - *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*, Porto: Afrontamento, ISBN 978-972-36-1279-0, pp.141-216.

PITROU, Agnès (1977) - «Le soutien familial dans la société urbaine» in *Revue Française de Sociologie*, 18-1, pp.47-84.

PORTAS, Nuno (1997) - “Planeamento Urbano e Política de Solos” in Colóquio *A Política das Cidades*, Lisboa: Conselho Económico e Social, pp.257-268.

PORTAS, Nuno *et al* (2007) – *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTELA, José (1985) - «Observação participante. Reflexões sobre uma experiência» in *Cadernos das Ciências Sociais*, 3, Porto: Edições Afrontamento, pp 157-176.

PRETECEILLE, Edmond (1995) -«Ségrégations urbaines» in *Sociétés Contemporaines*, 22/23, pp.5-14.

QUARESMA, Maria de Lourdes (coord.) (2004) - *O sentido das idades da vida. Interrogar a solidão e a dependência*, Lisboa: Edições Cesdet, ISBN 972-8368-06-X.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005) - *Classes, identidades e transformações sociais: para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*, Porto: Campo das Letras, ISBN 972-610-990-6.

REIS, José (1992) - *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, ISBN 972-36-0279-2.

REIS, José (1995) - *A economia portuguesa na viragem da década de 80: uma síntese prospetiva*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1974) – *La ville et l'urbanisation. Modalités d'analyse sociologique*, Gembloux: Éd. Duculot, ISBN 2-8011-0008-0.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1992) - *A cidade: Rumo a uma nova definição?*, Porto: Afrontamento, 972-36-0331-4.

RIBEIRO, Raquel Barbosa *et al* (2013) - «A procura do consumo financeiramente sustentável. Socialização e representações sociais do consumo, crédito e poupança» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 101, Coimbra: Centro de Estudos Sociais; ISSN 0254-1106, pp.65-88.

RILEY, Matilda White (1976) - *A observação sociológica: uma estratégia para um novo conhecimento social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ROUBIEU, Olivier (1994) - «Le journalisme et le pouvoir local» in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 101-102, mars, pp.85-87.

RODRIGUES, Duarte (1992) - «Pressão Construtiva na Área Metropolitana do Porto» in *Estatísticas & Estudos Regionais*, 19 (Jan/Abr.), Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte - Porto, p.31-40.

- RODRIGUES, Walter (1992) - «Urbanidade e novos estilos de vida» in *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº12, Lisboa: CIES, ISCTE, pp.91-107.
- RODRIGUES, Walter (2010) - *Cidade em transição. Nobilitação urbana, Estilos de vida e Reurbanização em Lisboa*, Lisboa: Celta Editora.
- ROSA, Maria João Valente (1996) - *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ROSAS, Fernando (1994) – «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária» in *Análise Social*, vol. XXIX, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, pp. 871-887.
- ROSAS, Fernando (coord.) (1999) - *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa: Ed. Presença, ISBN 972-23-1558-7.
- SABATIER, Colette (2002) - *Identités, acculturation e altérité*, Paris : L'Harmattan, ISBN 2-7475-2495-7.
- SAINSAULIEU, Renaud (1977) - *L'identité au travail. Les effets culturels de l'organisation*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) - *A Cidade em Portugal: uma geografia urbana*, Porto: Afrontamento, ISBN 972-36-0202-4.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2001) - *Lisboa. Periferia e Centralidades*, Oeiras: Celta Editora, ISBN 972-774-109-6.
- SANTOS, Sofia Alexandra O.G. Melos dos (2015) – *Das pessoas e os seus lugares: mobilidade quotidiana e desigualdades socio-territoriais na Lisboa metropolitana*, Lisboa, Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa).
- SCHWARTZ, Olivier (1990) – *Le monde prive des ouvriers. Hommes e Femmes du Nord*, Paris, Presses Universitaires de France, ISBN 273-0-53182-2.
- SEBASTIÃO, João (2007/8) - «Famílias, estratégias educativas e percursos escolares» in FERNANDES, António Teixeira, *Revista Sociologia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.281-306; ISSN 0872-3419.
- SEGALEN, Martine (1981) - *Sociologie de la famille*, Paris : Éd. Armand Colin, ISBN 2-200-31195-8.

- SENNETT, Richard (2001) – *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: TerraMar, ISBN 972-710-278-2.
- SINGLY, François de (dir.) (1991) - *La famille. L'état des savoirs*, Paris: Éd. La Découverte, ISBN 2-7071-2031-6.
- SILVA, João; GOMES, Catarina; COSTA, José (1993) – *Valongo: um salto para a modernidade*, Paços de Ferreira: Anégia Editores, ISBN 972-8266-29-4.
- SIMMEL, George (2001) - *El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura*, Barcelona: Ediciones Península, ISBN 84-8307-844-1.
- STOER, Stephen R. (1986) - *Educação e mudança social em Portugal: 1970-1980, uma década de transição*, Porto, Edições Afrontamento.
- SOARES, Jacinto (2008) - *Ermesinde : memórias da nossa terra*, Ermesinde: Junta de Freguesia de Ermesinde, ISBN 978-989-20-12124.
- TERRAIL, Jean-Pierre (1997) - «La sociologie des interactions famille/école» in *Sociétés Contemporaines*, 25, pp.67-83.
- TISSOT, Sylvie (2008) - «French Suburbs: A New Problem or a New Approach to Social Exclusion?» in *Working Paper Series n°160*, Center for European Studies, Strasbourg, pp.2-10.
- TISSOT, Sylvie (2011) - *De bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*, Paris: Éd. Raisons d’agir, ISBN 2-912-10763-6.
- TOPALOV, Christian (1974) - *Les Promoteurs Immobiliers. Contribution à l'analyse de la Production Capitaliste du Logement en France*, Paris: Mouton.
- TORRES, Sónia; PEREIRA, António Eduardo (1996) - «Padrões habitacionais na Área Metropolitana do Porto» in *Estatísticas e Estudos Regionais*, 19, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Direção Regional do Norte - Porto, pp.1-21.
- URRUTIA, Víctor (1999) - *Para comprender qué es la ciudad: teorías sociales*, Madrid: Editorial Verbo Divino, ISBN 84-8169-305-7.
- VASCONCELOS, Pedro (2002) - «Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe» in *Análise Social*, 163, vol. XXXVII, Lisboa: ICS-UL; ISSN 2182-2999; pp.507-544

VÁZQUEZ, Isabel (1992) - *O processo de suburbanização no Grande Porto. A evolução da cidade do Porto e estruturação territorial nos concelhos periféricos*, Porto, Dissertação para Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

VERRET, Michel (1995) - *L'espace ouvrier*, Paris : Éd. L'Harmattan, ISBN 27384-3486-1.

VIDAL, Frédéric (2009) – «A mobilidade residencial como objeto da história urbana: registos, práticas e interpretações» in CARMO, Renato Miguel do; SIMÕES, José Alberto (2009) - *A produção das mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajetos*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ISBN 978-972-671-250-3; pp.57-70.

VIEGAS, José Leite; COSTA, António Firmino da (1998) - *Portugal, que modernidade?*, Oeiras: Celta Editora.

VIGNAL, Cecile (2010) - «Arbitrages résidentiels au sein des couples confrontés à la délocalisation de leur entreprise» in AUTHIER *et al* - *Élire Domicile: la construction sociale des choix résidentiels*, Lyon : Éd. Presses Universitaires de Lyon, ISBN 978-2-0828-3 ; pp-185-208.

VOYÉ, Liliane (dir) (1996) - *Ville et transactions sociales*, Paris: Éd. L'Harmattan, ISBN2-7384-4886-0.

WACQUANT, Loïc (2004) – «Esclarecer o habitus» in *Revista Sociologia, Vol. XIV*, Porto: Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, pp. 35-41.

WACQUANT, Löic (2006) – *Parias urbains: ghetto, banlieues, État*, Paris: La Découverte, ISBN 978-2-70-71-5288-6.

WALL, Karin (org) (2005) - *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, ISBN 972-671-161-4.

WEBER, Max (1971) - *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Edição Brasileira.

WEBER, Max (1979) - *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, New York: Bedminster Press.

WEBER, Max (1982) – *La ville*, Paris: Aubier Montaigne, trad. par Philippe Fritsch, ISBN 2-7007-02743.

WEBER, Max (1983) – *Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología*, México: Fondo de Cultura e Economía, ISBN 968-16-0285-4.

WHITEHAND, J. W. R.; LARKHAM, P. J. (1992) - *Urban Landscapes. International Perspectives*, London: Routledge.

WIRTH, Louis (1938) – *Urbanism as a way of life*, s.l., s.n., trad. Rosário Alves.